REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXII - Nº 141 - QUARTA-FEIRA, 12 DE SETEMBRO DE 2007 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL
1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC
2º Vice-Presidente
Alvaro Dias – PSDB-PR
1º Secretário
Efraim Morais – DEM-PB
2º Secretário
Gerson Camata – PMDB-ES
3º Secretário
César Borges – DEM-BA
4º Secretário
Magno Malta – PR-ES

Suplentes de Secretário
1ª - Papaléo Paes – PSDB-AP
2º - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE
3º - João Vicente Claudino – PTB-PI
4º - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 19	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP)- 27	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM[1]/PSDB) – 29
LÍDER VICE-LÍDERES ..... **LÍDER DO PMDB – 19** **Valdir Raupp** VICE-LÍDERES DO PMDB Wellington Salgado de Oliveira Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto de Conto	**LÍDER** **Ideli Salvatti – PT** VICE-LÍDERES Epitácio Cafeteira João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles ..... **LÍDER DO PT – 12** **Ideli Salvatti** VICE-LÍDERES DO PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns **LÍDER DO PTB – 6** **Epitácio Cafeteira** VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi **LÍDER DO PR – 3** **João Ribeiro** VICE-LÍDER DO PR Expedito Júnior **LÍDER DO PSB – 3** **Renato Casagrande** VICE-LÍDER DO PSB Antônio Carlos Valadares **LÍDER DO PC do B – 1** **Inácio Arruda** **LÍDER DO PRB – 1** **Marcelo Crivella** **LÍDER DO PP – 1** **Francisco Dornelles**	**LÍDER** **Demóstenes Torres** VICE-LÍDERES ..... **LÍDER DO DEM – 16** **José Agripino** VICE-LÍDERES DO DEM Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Edison Lobão Romeu Tuma Maria do Carmo Alves **LÍDER DO PSDB – 13** **Arthur Virgílio** VICE-LÍDERES DO PSDB Sérgio Guerra Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
LÍDER DO PDT – 4 **Jefferson Péres** VICE-LÍDER DO PDT Osmar Dias	**LÍDER DO P-SOL – 1** **José Nery**	**LÍDER DO GOVERNO** **Romero Jucá - PMDB** VICE-LÍDERES DO GOVERNO Delcídio Amaral Antônio Carlos Valadares Sibá Machado João Vicente Claudino

[1] Alterada a denominação de Partido da Frente Liberal – PFL para Democratas, nos termos do Ofício nº 76/07 – DEM, lido em 2 de agosto de 2007.

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia
Diretor-Geral do Senado Federal
Júlio Werner Pedrosa
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial
Cláudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Maria Amália Figueiredo da Luz
Diretora da Secretaria de Ata
Denise Ortega de Baere
Diretora da Secretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 153ª SESSÃO ESPECIAL, EM 11 DE SETEMBRO DE 2007

1.1 – ABERTURA

1.2 – Comunicação da Presidência

Referente à presente sessão especial, destinada a comemorar os quarenta e dois anos do reconhecimento legal da profissão de Administrador no Brasil, de acordo com o Requerimento nº 625, de 2007, do Senador Marconi Perillo e outros Srs. Senadores. 30899

1.2.1 – Oradores

Senador Marconi Perillo 30899

Senador Valdir Raupp 30901

Senador Adelmir Santana 30902

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATA DA 154ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 11 DE SETEMBRO DE 2007

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Comunicação da Presidência

Referente ao Período de Expediente da presente sessão que será dedicado a homenagear o *Círio de Nazaré*, denominado "*Patrimônio Imaterial da Cultura Brasileira*" pelo transcurso do seu 214º aniversário, nos termos dos Requerimentos nºs 989 e 998, de 2007, do Senador Flexa Ribeiro e outros Srs. Senadores..... 30905

2.2.2 – Oradores

O Sr. Presidente (Senador Renan Calheiros) ... 30905

Senador Flexa Ribeiro 30906

Senador Papaléo Paes 30908

Senador Mozarildo Cavalcanti 30910

Senador Romeu Tuma 30911

Senador Marco Maciel 30912

Senador Mão Santa 30913

Senador José Nery 30914

Senador Mário Couto 30917

Senador Arthur Virgílio 30917

O Sr. Presidente (Senador Efraim Morais)... 30919

2.2.3 – Suspensa a sessão às 16 horas e 14 minutos, é reaberta às 16 horas e 19 minutos

2.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR *EUCLYDES MELLO* – Homenagem pelo transcurso dos 97 anos de fundação da Sociedade Musical Filarmônica Santa Cecília, de Marechal Deodoro, Alagoas. 30919

SENADOR *ROMEU TUMA* – Manifestação sobre o ataque ao trem que transportava Ministros de Estado, ocorrido ontem no Rio de Janeiro. Cobrança de ações efetivas do Governo para o combate à violência no País..... 30921

SENADOR *MOZARILDO CAVALCANTI* – Protesto contra atitude do Senador Romero Jucá, em razão de nota publicada na coluna "Parabólica", do jornal **Folha de Boa Vista**, sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação – ZPE, de Boa Vista – RR..... 30922

SENADOR *ALVARO DIAS* – Destaque para a importância de que se estabeleça prioridades para a escolha dos municípios que serão beneficiados com a criação das Zonas de Processamento de Exportação. Anúncio da apresentação de projeto de lei que cria a Zona de Processamento de Exportação do Município de Foz do Iguaçu, e de emenda constitucional que prevê votação aberta em processo de cassação de mandato por quebra de decoro parlamentar. Apelo à Petrobras para resolver o drama enfrentado pelos pescadores do litoral do Paraná, que sofreram os efeitos de acidentes de vazamento de petróleo e derivados ocorridos nas Baías de Paranaguá, Antonina e Guaraqueçaba, em 2001. 30924

SENADOR *DELCÍDIO AMARAL* – Justificação pela apresentação de projeto de resolução, que altera o art. 197, inciso I, alínea "c", do Regimento Interno, que permite que as sessões do Senado que impliquem cassação ou não de mandato de parlamentares venham a ser abertas a todos..... 30927

SENADOR *GARIBALDI ALVES FILHO* – O desafio do Senado na apreciação do parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, que recomenda a cassação do mandato do Senador Renan Calheiros. Manifestação de acolhimento do referido parecer..... 30930

SENADOR *HERÁCLITO FORTES* – Encaminhamento de pronunciamento em homenagem ao aniversário de falecimento do jornalista piauiense João Emílio Falcão. 30931

SENADOR *OSMAR DIAS*, como Líder – Considerações sobre proposta de emenda à Constitui-

ção, de autoria do Senador Tião Viana, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar. Preocupação com os problemas enfrentados pela saúde pública em todo o País. Proposta do PDT de redução gradual da CPMF e aplicação dos recursos arrecadados na área de saúde..... 30931

SENADOR *MARCELO CRIVELLA* – Preocupação com a violência no Estado do Rio de Janeiro. . 30934

SENADOR *EXPEDITO JÚNIOR*, como Líder – Registro do recebimento da visita dos integrantes da Frente Nacional da Nova Geração, colegiado de líderes de movimentos estudantis e comunitários, preocupados com a prorrogação da CPMF..... 30937

SENADOR *PAULO DUQUE* – Considerações sobre proposta de emenda à Constituição apresentada em 2004, pelo Senador Sérgio Cabral, que estabelece o voto aberto. 30939

SENADOR *PAULO PAIM* – Apelo para a votação de projeto de lei, tramitando na Câmara Deputados, que concede aos aposentados o mesmo percentual de reajuste concedido ao salário mínimo. Registro do recebimento de ofício da Governadora do Estado do Rio Grande do Sul relativo à recriação da Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul – SUDESUL. Relato de iniciativas parlamentares de S. Exa. em prol do desenvolvimento social e econômico do nosso País..... 30940

SENADOR *GERALDO MESQUITA JÚNIOR* – Homenagem de pesar pelo falecimento da jornalista Marlize Braga, no último dia 7 do corrente..... 30940

2.2.5 – Mensagens do Presidente da República

Nº 143, de 2007 (nº 1.124/2006, na origem), de 15 de dezembro de 2006, do Presidente da República, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 17, de 2006 – CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor global de trinta e dois milhões, duzentos e cinqüenta e um reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 11.399, de 15 de dezembro de 2006..... 30942

Nº 144, de 2007 (nº 1.126/2006, na origem), de 15 de dezembro de 2006, do Presidente da República, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 19, de 2006 – CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios de Minas e Energia e das Comunicações, crédito suplementar no valor global de sete milhões, duzentos e sessenta e três mil, seiscentos e oitenta e um reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 11.401, de 15 de dezembro de 2006..... 30942

Nº 145, de 2007 (nº 675/2007, na origem), de 10 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Major-Brigadeiro-do-Ar R1 Allemander Jesus Pereira Filho, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac, em complementação ao mandato de Jorge Luiz Brito Velozo. 30943

2.2.6 – Ofícios

Nº 177/2007, de 11 do corrente, da Liderança do PPS na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 388, de 2007.... 30955

Nº 178/2007, de 11 do corrente, da Liderança do PPS na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 389, de 2007.... 30955

Nº 148/2007, de 11 do corrente, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.. 30955

Nº 149/2007, de 11 do corrente, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. 30955

2.2.7 – Leitura de projeto

Projeto de Resolução nº 54, de 2007, de autoria do Senador Romero Jucá, que dá nova redação ao art. 370, do Regimento Interno do Senado Federal.. 30956

2.2.8 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 54, de 2007, lido anteriormente.. 30957

2.2.9 – Leitura de proposta de emenda à Constituição

Nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal..... 30957

2.2.10 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis, a partir do dia 12 do corrente, para interposição de recurso, a ser recebido na Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, para que os Projetos de Decreto Legislativo nºs 7 e 8, de 2007-CN, sejam apreciados pelo Plenário do Congresso Nacional, tendo em vista a publicação em avulsos, nesta data, dos pareceres da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 30960

Recebimento do Ofício nº S/52, de 2007 (nº 105/2007, na origem), de 3 do corrente, do Tribunal Superior do Trabalho, comunicando a indicação do Ministro *João Oreste Dalazen*, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, para compor o Conselho Nacional de Justiça, em conformidade com o art. 103-B, inciso III, da Constituição Federal. 30960

2.2.11 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 2007 (nº 2.350/2003, na Casa de origem), que dispõe sobre a obrigatoriedade de registro expresso, na fatura apresentada ao usuário, da inexistência de débitos anteriores

referentes a serviço público objeto de concessão, alterando as Leis nºs 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997 (presunção de inexistência de débitos anteriores após o último pagamento de contas de luz, água e telefone). 30979

Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2007 (nº 7.441/2006, na Casa de origem), que considera o Município de Iguape, localizado no Estado de São Paulo, o Berço da Colonização Japonesa no Brasil..... 30981

Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2007 (nº 7.268/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e dá outras providências..... 30982

2.2.12 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 537, de 2007, de autoria do Senador Papaléo Paes, que altera o art. 218 do Código Penal (CP) para dar nova tipificação ao crime de corrupção de menores, de forma a proteger todos os menores de 18 (dezoito) anos.. 30991

Projeto de Lei do Senado nº 538, de 2007, de autoria do Senador Adelmir Santana, que dispõe sobre extrato de cadastro eletrônico e os procedimentos a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na prestação de serviços aos clientes..... 30992

Projeto de Lei do Senado nº 539, de 2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que institui o "Dia Nacional da Leitura" e a "Semana Nacional da Literatura". 30993

Projeto de Lei do Senado nº 540, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que insere o art. 72-A na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para prever a responsabilização dos gestores municipais que descumprirem deveres de natureza educacional.. 30994

2.2.13 – Leitura de requerimentos

Nº 1.036, de 2007, de autoria do Senador Adelmir Santana, solicitando ao Presidente do Banco Central do Brasil as informações que menciona... 30995

Nº 1.037, de 2007, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando ao Ministro de Estado da Defesa as informações que menciona. 30996

Nº 1.038, de 2007, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando ao Ministro de Estado das Relações Exteriores as informações que menciona..... 30997

Nº 1.039, de 2007, de autoria do Senador José Nery, solicitando voto de congratulações à Deputada Estadual do Pará Bernadete Ten Caten que apresentou Proposta de Emenda à Constituição Estadual do Pará que prevê expropriação de terras em que se verifique a ocorrência de trabalho análogo à condição de escravo, bem como o plantio de psicotrópicos..... 30998

Nº 1.040, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de lembrança ao ensejo do transcurso do 10º aniversário da morte do jornalista Paulo Francis. 30998

Nº 1.041, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao professor Octaciano Nogueira, pela publicação do livro Introdução à Filosofia Política, segundo volume da Coleção Edições Unilegis de Ciência Política. 30999

Nº 1.042, de 2007, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando ao Ministro de Estado da Justiça as informações que menciona. 30999

Nº 1.043, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Srs. Senadores, solicitando voto de aplauso ao Grupo RBS, pelo transcurso, dia 31 de agosto de 2007, de seu 50º aniversário de criação. 30999

Nº 1.044, de 2007, de autoria da Senadora Fátima Cleide, solicitando votos de pesar pelo falecimento da Sr. Maria Ednalva Bezerra de Lima, ocorrido ontem, em Campinas-SP. 31000

Nº 1.045, de 2007, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando voto de aplauso à Sra. Vânia Horner de Almeida, por ter sido eleita uma das dez educadoras 'nota dez' do Brasil, em 2007, premiação concedida pela Revista Nova Escola... 31001

Nº 1.046, de 2007, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando voto de aplauso ao Desembargador Paulo Lessa, pela instalação da Ouvidoria Geral da Justiça. 31002

Nº 1.047, de 2007, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando voto de aplauso ao Fórum Municipal de Políticas para GLBT-Vitória/ES pela organização do II Manifesto do Orgulho GLBT de Vitória/ES. 31002

Nº 1.048, de 2007, de autoria do Senador Marcelo Crivella, solicitando voto de solidariedade pela perda de milhares de pessoas vitimadas no atentado terrorista às torres gêmeas do Word Trade Center, em Nova Iorque, há seis anos..... 31002

2.3 – ORDEM DO DIA

A presente Ordem do Dia fica transferida para a sessão deliberativa ordinária de amanhã, quarta-feira, dia 12 do corrente.

São os seguintes os itens transferidos:

Item 1 (Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal) (Incluído na Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno) (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2003)

Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2007 (nº 993/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre o estágio de estudantes de instituições de educação superior, de educação profissional e de ensino médio; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovado pelo Decreto-Lei

nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, e dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. 31003

Item 2 (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2003, de autoria do Senador Osmar Dias, que dispõe sobre os estágios de estudantes de instituições de educação superior, da educação profissional e do ensino médio, inclusive nas modalidades de educação de jovens e adultos e de educação especial e dá outras providências..... 31003

Item 3 (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Projeto de Decreto Legislativo nº 211, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 575, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relatora *ad hoc*: Senadora Ideli Salvatti), que aprova a Programação Monetária relativa ao segundo trimestre e para o ano de 2007..... 31003

Item 4 (Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 647, de 2007 – art. 336, inciso II)

Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências. 31003

Item 5 (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 670, de 2007 – art. 336, II)

Projeto de Resolução nº 23, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 270, de 2007, Relator: Senador Valdir Raupp), que autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total equivalente a até cinqüenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, junto ao Banco Europeu de Investimento – BEI (financiamento do Programa Multissetorial BEI – Linha de Crédito). 31004

Item 6 (Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2007 (nº 4.125/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que torna obrigatória a divulgação pelos meios que especifica de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes apontando formas para efetuar denúncias. 31004

Item 7 (Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2007 (nº 4.126/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que acrescenta a Seção VIII ao Capítulo III – Dos Procedimentos – do Título VI – Do Acesso à Justiça – da Parte Especial da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, dispondo sobre a forma de inquirição de testemunhas e produção antecipada de prova quando se tratar de delitos tipificados no Capítulo I do Título VI do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, com vítima ou testemunha criança ou adolescente e acrescenta o art. 469-A ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal. 31004

Item 8

Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003, tendo com primeiro signatário o Senador Sérgio Zambiasi, que altera a redação do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de Municípios. 31004

Item 9

Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação..... 31004

Item 10

Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados. 31005

Item 11

Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral. 31005

Item 12

Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que cria o Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade..... 31005

Item 13

Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico. 31005

Item 14

Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que altera o art. 159 da Constituição Federal,

para determinar a transferência, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de parte do produto da arrecadação do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao saldo de suas balanças comerciais com o exterior..... 31005

Item 15

Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2005 (nº 2.619/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para assegurar a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego..... 31005

Item 16

Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2005 (nº 4.412/2001, na Casa de origem), que regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências..... 31006

Item 17

Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2006 (nº 1.996/2003, na Casa de origem), que fica instituído o Programa Disque Idoso..... 31006

Item 18

Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2006 (nº 5.150/2001, na Casa de origem), que institui o dia 27 de setembro de cada ano como o Dia Nacional dos Vicentinos..... 31006

Item 19

Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2006 (nº 1.798/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Adicional Alterando a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Regular outras Questões em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Protocolo Final assinados em Brasília, em 23 de junho de 1972, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, celebrado em Brasília, em 20 de novembro de 2002..... 31006

Item 20

Projeto de Decreto Legislativo nº 502, de 2006 (nº 1.392/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção nº 178 relativa à Inspeção das Condições de Vida e de Trabalho dos Trabalhadores Marítimos bem como o texto da Recomendação nº 185, ambas da Organização Internacional do Trabalho – OIT e assinadas em Genebra, em 22 de outubro de 1996..... 31006

Item 21

Projeto de Decreto Legislativo nº 503, de 2006 (nº 1.836/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Facilitação de Circulação de Pessoas, celebrado em Lisboa, em 11 de julho de 2003..... 31006

Item 22

Projeto de Decreto Legislativo nº 504, de 2006 (nº 2.145/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre Cooperação no Campo de Veterinária, celebrado em Zagreb, em 20 de abril de 2004..... 31006

Item 23

Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2007 (nº 278/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Relativo à Implementação da Parte XI da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de dezembro de 1982, concluído em Nova Iorque, em 29 de julho de 1994... 31007

Item 24

Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 2007 (nº 2.098/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Regularização Migratória entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname, celebrado em Paramaribo, em 21 de dezembro de 2004..... 31007

Item 25

Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2007 (nº 638/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal, assinada em Nassau em 23 de maio de 1992 e de seu Protocolo Facultativo, assinado em Manágua em 11 de junho de 1993..... 31007

Item 26

Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 2007 (nº 1.061/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para Implementação do Projeto Manejo da Bacia do Rio Yaque do Norte: Parques Florestais, Ecoturismo, Educação Ambiental e Investigação Hidrológica, celebrado em 11 de novembro de 2002, em São Domingos..... 31007

Item 27

Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 2007 (nº 2.999/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção para a Redução dos Casos de Apatrídia, celebrada em 30 de agosto de 1961..... 31007

Item 28

Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2007 (nº 1.152/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto das Emendas ao Convênio Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento – BAD..... 31007

Item 29

Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2007 (nº 1.297/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Armênia, celebrado em Brasília, em 7 de maio de 2002..... 31007

Item 30

Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2007 (nº 1.324/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação em Assuntos Relacionados à Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da

República da Turquia, celebrado em Brasília, em 14 de agosto de 2003..... 31008

Item 31

Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2007 (nº 1.395/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Cooperação Técnica em Matéria de Saúde Animal e Sanidade Vegetal, celebrado em Havana, em 26 de setembro de 2003..... 31008

Item 32

Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2007 (nº 1.546/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique sobre Cooperação Técnica e Procedimentos nas Áreas Sanitária e Fitossanitária, celebrado em Maputo, em 5 de novembro de 2003..... 31008

Item 33

Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2007 (nº 1.732/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Judicial em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba, celebrado em Havana, em 24 de setembro de 2002..... 31008

Item 34

Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 2007 (nº 1.759/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Bucareste, em 16 de outubro de 2004. 31008

2.3.1 – Discurso após a Ordem do Dia

SENADOR *MÃO SANTA* – Homenagem ao jornalista falecido João Emílio Falcão..... 31009

2.3.2 – Leitura de projeto

Projeto de Resolução nº 55, de 2007, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que dá nova redação à alínea 'c' do inciso I do art. 197 do Regimento Interno do Senado Federal..... 31010

2.3.3 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 55, de 2007, lido anteriormente.. 31011

2.3.4 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *PAPALÉO PAES* – Registro da matéria intitulada "Deportação recorde", publicada na revista **Época**, edição de 10 de agosto último.. 31011

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO* – Questionamentos sobre a ética do PT. 31013

SENADOR *GERSON CAMATA* – Destaque para a urgência no investimento em educação profissionalizante e tecnológica no país. 31015

SENADOR *ROMERO JUCÁ* – Elogios à Agência Nacional de Transportes Terrestres, pela eficiência com que tem desempenhado sua missão de regular e fiscalizar a prestação de serviços de transportes terrestres..... 31015

2.3.5 – Comunicação da Presidência

Lembrando as Sras. e aos Srs. Senadores a realização de sessão deliberativa ordinária a realizar-se amanhã, dia 12, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 31017

3 – ENCERRAMENTO

4 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 11 DE SETEMBRO DE 2007

5 – PARECER

Nº 45, de 2007-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 20, de 2007-CN..... 31023

6 – EMENDAS

Nºs 1 a 16, apresentadas à Medida Provisória nº 387, de 2007. 31025

Nºs 1 a 19, apresentadas ao Projeto de Lei nº 28, de 2007-CN. 31050

Nºs 1 a 5, apresentadas ao Projeto de Lei nº 29, de 2007-CN. 31072

7 – ATAS DE COMISSÃO

13ª a 20ª Reuniões da Comissão Mista Especial de "Mudanças Climáticas"..... 31079

8 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 4.637 a 4.639, de 2007. 31239

SENADO FEDERAL

9 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 53ª LEGISLATURA

10 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

11 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

12 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

13 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

14 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

15 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

16 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

17 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

18 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

19 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 153ª Sessão Especial em 11 de setembro de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Tião Viana e Marconi Perillo

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 18 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão destina-se a comemorar os 42 anos do reconhecimento legal da profissão de Administrador no Brasil, nos termos do Requerimento nº 625, de 2007, do eminente Senador Marconi Perillo e outros Senadores.

Convido ainda, para compor a Mesa, o Sr. Roberto Carvalho Cardoso, Presidente do Conselho Federal de Administração. (Palmas.)

Convido o Sr. Devanir Ferreira Sobrinho, Presidente do Conselho Regional de Administração do Estado de Goiás. (Palmas.)

Convido a Srª Maria do Rosário de Moraes, Presidente do Conselho Regional de Administração do Distrito Federal. (Palmas.)

Também convido o Sr. Samuel Albernaz, Diretor do Conselho Federal de Administração. (Palmas.)

E ainda o Prof. Nelson de Carvalho Filho, representando as instituições de ensino superior, na área de Administração. (Palmas.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Marconi Perillo, primeiro subscritor do requerimento; a seguir, ao Senador Valdir Raupp.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Exmº Sr. Presidente em exercício desta Casa, ilustre Senador Tião Viana; Ilmº Sr. Roberto Carvalho Cardoso, Presidente do Conselho Federal de Administração; Ilmº Dr. Devanir Ferreira Sobrinho, Presidente do Conselho Regional de Administração do Estado de Goiás; Ilmª Srª Maria do Rosário de Moraes, Presidente do Conselho Regional de Administração do Distrito Federal; Ilmº Sr. Samuel Albernaz, Diretor do Conselho Federal de Administração; Ilmº Sr. Professor Nelson de Carvalho Filho, representando, neste ato, as instituições de ensino superior, na área de Administração; Ilmºs Srs. Diretores de Conselhos aqui presentes; convidados ilustres; alunos do curso de Administração; senhoras e senhores, sentimo-nos extremamente honrados em ser o autor do requerimento desta sessão solene, em que nos reunimos para celebrar os 42 anos de regulamentação da profissão de administrador, que ocorreu por meio da Lei nº 4.769, aprovada em 9 de setembro de 1965. O 9 de setembro foi assim escolhido como data comemorativa dessa categoria, esteio de todas as empresas, caminho para o sucesso, sobretudo neste tempo de mundo globalizado.

Poucos momentos da civilização foram marcados por tamanhas transformações como as vistas no contexto globalizado de hoje, em que praticamente todos os conceitos, valores e crenças da humanidade, no campo tanto social e político quanto econômico, têm sido revistos e reformulados.

Vivemos em um mundo de transformações rápidas e ligeiras, em que as empresas desejosas de manterem a liderança de mercado necessitam investir, de forma permanente, em objetivos e metas, produtos e estratégia.

O principal gestor desses processos, marcados por extremo cuidado com o acervo de informações, é certamente o administrador.

Isso porque a nova ordem mundial que brotou após a desarticulação do Leste Europeu trouxe a vantagem da comunicação em tempo real com qualquer parte do mundo; porquanto vivemos num planeta de comunicação rápida, sobretudo após o advento da Internet.

A nova ordem mundial fez brotar também ampla permeabilidade entre culturas, crenças e povos, que, apesar de conflitos desastrosos e de atentados terroristas, permite ao indivíduo compreender, se assim o desejar, a vida, os hábitos e os costumes de cada semelhante, nos mais extremos pontos do globo.

Todavia, se o mundo globalizado abriu-se para intenso intercâmbio entre os povos, abriu-se, igualmente, para o comércio e a circulação de capitais, bens e produtos. Não se pode mais dizer que um determinado tênis ou automóvel seja brasileiro, americano, chinês ou francês.

Os produtos contemporâneos, no mundo de PCs e fibras óticas, têm ciclo de vida mais curto e passaram de locais para globais, com preços determinados por um mercado de clientes exigentes e dispostos a medir cada centavo da relação custo e benefício, ou seja, um mundo cada vez mais competitivo.

Por isso é que, nesse contexto globalizado, do administrador se requer tanta percepção, sagacidade e senso de oportunidade. Como nos ensina Jan Carlzon, em seu clássico *A Hora da Verdade*, no mundo de hoje, o ponto de partida deve ser o consumidor, e não o produto ou a tecnologia. E isso significa que as empresas devem se organizar de forma diferente para sobreviver.

Quem é chave para tudo isso, Senhoras e Senhores? Sem dúvida, os administradores, que precisam estar em permanente sintonia com as mudanças e alterações de mercado, porque são o esteio das empresas, os timoneiros do barco para o sucesso e o lucro.

As empresas privadas que reconhecem o papel do administrador saem na frente e têm amplas possibilidades de manter a vanguarda de mercado, porque ganham em lucratividade e melhoram os resultados. O órgão público que reconhece o papel do administrador aprimora a qualidade da gestão e dos serviços, otimizando os recursos pelo Estado.

Quando essa valorização ocorre, todos ganham: o Estado, o cidadão e, principalmente, a sociedade, que demanda, cada vez mais, serviços de qualidade. Porque empresas saudáveis e bem administradas são sinônimo de progresso, prosperidade, emprego, gestão eficaz e geração de renda. Não tenho dúvida, os administradores desempenham um papel de destaque no atalho para o desenvolvimento do País, na busca por um tempo novo de inclusão social.

O administrador revela-se como mola-mestra do progresso, porque identifica e soluciona problemas em todas as fases de decisão, com planejamento, organização, direção, controle e, sobretudo, busca por resultados. Com essa característica, é cada vez maior a demanda por administradores mais sintonizados com o cenário atual do mercado financeiro, com a situação política do País e a macroconjuntura socioeconômica.

Mas talvez o maior desafio para o administrador de hoje seja compatibilizar custos de produção cada vez mais baixos, que, muitas vezes, levam a cortes e demissões, com uma gerência capaz de identificar e respeitar as individualidades e potencialidades humanas. Isso porque, como observa Leo Hoffman, um dos mais renomados administradores de todos os tempos e um dos personagens centrais do livro *O Monge e o Executivo*, de James Hunter, "é importante tratar outros seres humanos exatamente como você gostaria que eles o tratassem".

A administração de empresas hoje, Sr. Presidente, já não pode ser vista como um conjunto de gráficos, números e fluxogramas, como um sistema mecânico, porque as ações do administrador devem considerar todos os fatores materiais e humanos que interferem na organização empresarial e na penetração do mercado.

A administração de empresas hoje é uma janela para a percepção de talentos, uma porta aberta para o conhecimento profundo das inter-relações sociais, políticas e econômicas, sobretudo quando o desejo da corporação é manter a vanguarda de mercado.

Apesar dessa extrema importância, que se revela pelos 2.300 cursos superiores em Administração existentes no País e do 1,5 milhão de bacharéis, o administrador ainda enfrenta dificuldades para o reconhecimento de seu papel no setor tanto público quanto privado.

Nas empresas, enfrentam a competição de profissionais de diferentes áreas e sofrem a pressão constante para fazer o verdadeiro milagre de compatibilizar o custo baixo com o lucro alto.

No setor público, vêem constantemente cargos que deveriam ser exclusivos dos administradores terem vagas em concursos também para profissionais com formação diversa, além dos chamados de famigerados comissionados. Ademais, o número de postos para administradores em órgãos e empresas públicas deveria ser bem maior, sobretudo quando se considera a necessidade de melhorar a gestão pública neste Brasil de tantos desafios, de tantos gargalos, mas de tantas potencialidades e de tantas possibilidades.

Em Goiás, o meu Estado, durante nossa gestão no Governo, procuramos dar aos administradores o devido reconhecimento, aprovando lei estadual que coloca o administrador como parte da sua Junta Comercial.

Criamos, também no mês de setembro, a data comemorativa do administrador e deixamos pronto projeto que inclui essa categoria no Conselho Administrativo e Tributário (CAT).

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, antes de encerrar, não poderíamos deixar de homenagear aqui o Conselho Federal de Administração, bem como os Conselhos Regionais, que têm feito um trabalho vigoroso no sentido de manter a categoria permanentemente informada e sintonizada com as rápidas mudanças deste novo tempo de globalização.

Em Goiás, em Brasília e no Brasil, os administradores têm desfrutado da possibilidade de contar com o apoio de seus Conselhos Regionais de Administração, que oferecem inúmeros cursos de aperfeiçoamento a cada ano, além do apoio permanente a todos que são afiliados a esses Conselhos ou a essas categorias.

Parabéns a todos os administradores aqui presentes, a todos os administradores espalhados pelo Brasil afora. Vocês merecem o justo reconhecimento de todos nós, pelo trabalho que realizam nas empresas e nos órgãos públicos em prol do progresso, do

desenvolvimento, do crescimento, da prosperidade, da renda, da justiça social, enfim, em prol do País, para que, efetivamente, ele possa chegar ao ponto que todos desejamos: transformar-se numa nação de Primeiro Mundo, com a colaboração inequívoca do administrador de empresas, que, em minha opinião, deve ser levado em consideração, em primeiro plano, na montagem das equipes nas empresas e nos governos.

Sr. Presidente, muito obrigado pela atenção dispensada. Agradeço à Casa por ter marcado esta sessão solene, que, na verdade, revela-se emblemática, porque nós estamos aqui homenageando profissionais liberais que, efetivamente, merecem o reconhecimento do Estado brasileiro, bem como o apoio e o aplauso desta Casa de Rui Barbosa, o Senado da República.

Muito obrigado a todos.

Parabéns! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Os cumprimentos da Presidência ao Senador Marconi Perillo pela iniciativa e pelo pronunciamento que ora faz.

Concedo a palavra ao eminente Senador Valdir Raupp, Líder do PMDB e da Maioria.

Solicito ao Senador Marconi Perillo que passe a presidir os trabalhos.

O Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Marconi Perillo.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Tião Viana, Sr. Presidente que assume neste momento, Senador Marconi Perillo, autor do requerimento, em nome do Dr. Roberto Carvalho Cardoso, Presidente do Conselho Federal de Administração, em nome de Renné Lôbo, Presidente do Conselho Regional de Administração de Rondônia, cumprimento os demais membros da Mesa, já nominados, e também todos os administradores, Srªs e Srs. Senadores, alunos de faculdades de Administração aqui presentes, minhas senhoras e meus senhores, não podia me furtar de vir hoje a esta tribuna, juntar-me à homenagem que prestamos aos administradores pela passagem de seu dia. Na verdade, Sr. Presidente, encontro-me aqui, como tantos outros colegas, na dupla condição ou na dupla posição de homenageante e homenageado, uma vez que sou formado em Administração de Empresas.

Impossível exagerar o papel fundamental que desempenham os administradores em sociedades complexas como as nossas. Impossível imaginar, Sr. Presidente, que estaríamos onde estamos sem a ciência do planejamento, da previsão e do controle, própria dos administradores. Sem a intermediação desses profissionais, seria simplesmente impossível manter funcionando de forma ordenada os complexos processos que constituem nossa vida social e econômica.

O administrador, de fato, é um intermediário. Deve ter um olho voltado para o que é e outro voltado para o que deve ser. Deve conhecer profundamente a realidade em que se insere e, ao mesmo tempo, enxergar o que ela pode vir a ser, dados os meios e os recursos de que dispõe. É ainda o intermediário entre uma organização – seja sua empresa, seja a própria administração pública – e a sociedade a que serve.

E por falar, Sr. Presidente, em Administração Pública, presto a nossa solidariedade à luta dos administradores públicos federais, que foram os precursores na administração pública e ficaram fora do grupo de gestão do Estado. Essa luta é antiga, é justa, e quero aqui, além de ser solidário, colocar-me à disposição nessa luta dos administradores públicos federais que ficaram fora desse quadro de gestão.

Sem essa mediação, Sr. Presidente, quantas dificuldades teríamos para ver realizadas nossas potencialidades, para ver atendidas as nossas necessidades!

Comemoramos anteontem, dia 9 de setembro, os 42 anos da lei que reconheceu, no Brasil, o exercício da profissão de administrador. Reconhecimento, como se vê, relativamente recente, se levarmos em conta que a necessidade da administração é tão antiga quanto a existência de uma organização qualquer. No entanto, é só no início do Século XX que a profissão ganha contornos mais definidos, a ponto de justificar, por exemplo, a criação de cursos universitários voltados exclusivamente para a formação de novos administradores.

Hoje, no início do Século XXI, desafios inéditos se apresentam para o profissional da Administração. A globalização – já referida por V. Exª, Sr. Presidente –, a velocidade das inovações tecnológicas, a modernização das administrações públicas, com a nova carga de responsabilidade que isso implica, tudo isso impõe aos administradores, na sua função primordial de intermediação e articulação de processos sociais vitais, a necessidade de reinventar-se constantemente.

Para concluir, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero deixar aqui as minhas congratulações a todos os administradores do Brasil pela passagem de mais um Dia Nacional do Administrador. Faço votos de que continuem a realizar com competência e responsabilidade o belo e relevante trabalho que realizam, cuja importância para o desenvolvimento social, econômico e político do Brasil é, sem dúvida nenhuma, estratégica.

Nós temos de pensar no administrador como um estrategista que pode prever os cenários futuros e realizar planejamentos estratégicos. Hoje, mais do que nunca, o Brasil precisa, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, dos administradores; no momento em que as mudanças são muito rápidas, o administrador precisa planejar, estrategicamente, o futuro.

Parabéns a todos os administradores!

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Esta Presidência agradece ao Senador Valdir Raupp, Líder do PMDB e da Maioria, pela participação, como Senador da República e como Administrador, nesta cerimônia em homenagem ao Dia do Administrador.

Com prazer, concedo a palavra ao ilustre Senador Adelmir Santana, do Democratas, pelo Distrito Federal, que falará representando esse Partido.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Marconi Perillo, autor desta iniciativa; Sr. Presidente do Conselho Federal, Roberto de Carvalho; Srª Presidente do Conselho Regional, Maria do Rosário, em nome dos quais saúdo os demais componentes da Mesa . Quero saudar os Srs. Administradores, os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras.

Na condição de Administrador de empresa, eu não poderia me furtar ao compromisso de comparecer a esta sessão de homenagem a esta profissão tão importante no País e no mundo.

Os dois Senadores que me antecederam, Senador Marconi Perillo, autor do requerimento, e Senador Valdir Raupp, já fizeram aqui um histórico da importância dessa atividade no mundo de hoje. Eu queria também me associar a esta homenagem pela sua importância. Entendo que, no mundo em que vivemos, um mundo globalizado, um mundo em que as comunicações e os processos estão em constante evolução e em que é difícil acompanhá-los, a importância da função do administrador nas empresas cresce a cada momento.

Ainda esta semana, Sr. Presidente, tivemos a oportunidade de estar num evento em Paris, convidado para fazer uma palestra sobre empreendedorismo. Ao fazermos essa palestra, que era mais uma conferência, dizíamos da informalidade brasileira, das dificuldades da burocracia do Estado brasileiro. E causou espécie e surpresa aos nossos ouvintes os dados que apresentávamos sobre o nosso País.

Naturalmente, em 42 anos da presença de Administradores, não apenas no serviço público, mas também nas empresas privadas, isso tem melhorado, tem evoluído. É necessário e se faz mister que tenhamos mudanças profundas na burocracia do Estado brasileiro.

O Senador Marconi Perillo referiu-se a algumas alterações que fez no seu Estado quando Governador. Seria importante que todos nós nos conscientizássemos da necessidade dessas alterações em toda a burocracia do Estado brasileiro. Não se justifica que haja uma mudança na Presidência, nos Ministérios, nas diretorias e, muitas vezes, até dos ascensoristas, quando há uma mudança governamental. É importante que funções públicas sejam muito claras e bem definidas, que se crie uma burocracia que, efetivamente, independa da mudança do processo político, uma burocracia que saiba conduzir a gestão do Estado brasileiro do mesmo modo que as empresas, certamente, estão focadas nisso.

Não se concebe mais que não tenhamos uma administração profissionalizada, sob pena de termos o índice de mortalidade que temos hoje nas empresas brasileiras. Os índices são assustadores e a culpa, naturalmente, está na burocracia do Estado brasileiro e também na falta de foco na seleção e no processo de gestão dos negócios.

É impossível gerir qualquer negócio sem a presença da formação técnica, sem a presença do Administrador. Eu diria que, no Brasil, ainda há algumas distorções. Diz-se que empresas da área médica têm que ser geridas por médico. Não é verdade. É necessário que tenhamos a assessoria da parte médica, mas a gestão se daria muito mais facilmente por aquele que tem uma visão global de todas as ações: ação na área de pessoas, na área de materiais, na área de gestão financeira, gestão econômica. Este é um exemplo emblemático. O exemplo claro do que acabo de falar é que as empresas familiares estão, hoje, focadas nessa mudança. Já se percebe uma alteração cultural de grandes empreendedores que buscam, no mercado, técnicos, Administradores bem formados, Administradores que tenham uma visão do negócio e se afastam da gestão, ficando apenas nos seus conselhos. Este é o caminho: entregar a quem efetivamente sabe, a quem efetivamente conhece a gestão dos seus negócios.

Quero, portanto, Sr. Presidente, associar-me, nesta manhã, a esta homenagem justa, à iniciativa de V. Exª, que me passou despercebida. Eu deveria ter me associado a esse requerimento, mas me associo agora dizendo que fico muito feliz em ver esta profissão sendo homenageada no Senado da República.

É importante ressaltar sempre que o Administrador de empresas talvez seja a peça principal em qualquer iniciativa que se faça no mundo dos negócios, porque cabem somente a ele, pela função que ele tem, pela visão e pela formação que ele tem, como eu disse, todas as áreas da gestão.

Portanto, nós, legisladores, temos de buscar, como bem afirmou o autor da idéia, o Senador Marconi Perillo, a questão da área pública. Temos de definir claramente, temos de criar uma burocracia própria da gestão pública, para não ficarmos à mercê das alterações a cada vez que se troca o Presidente ou o Governador ou o Prefeito de plantão.

Claro que o processo eletivo modifica isso, mas, naturalmente, temos que elevar a um determinado patamar funções que serão exercidas por uma burocracia treinada, bem formada, para que não haja a descontinuidade dos projetos. É importante, portanto, que esta profissão seja vista dessa forma.

É uma profissão, de certo modo, muito jovem, com apenas 42 anos, mas que já demonstra a sua força no mercado mundial e no mercado brasileiro.

Quero dizer da minha alegria em participar, nesta manhã, desta sessão de homenagem e dizer que contem comigo também como um dos seus aqui no Senado da República.

Associo-me às palavras do Líder Valdir Raupp. Estou ao lado dos Administradores naquilo que for necessário para que possamos procurar, cada vez mais, a valorização dessa atividade profissional no mercado brasileiro.

Parabéns e muitíssimas felicidades a todos. Confesso que fui apanhado de surpresa, porque estava ausente do País, como eu disse, e não sabia desta sessão. Não estou devidamente preparado para falar sobre a nossa profissão por estar afastado dela, mas quero ressaltar a importância, por menor que seja o negócio, por maior que seja a empresa, da figura do Administrador na área da gestão em todos os setores desta, desde a área das relações interpessoais até as maiores decisões na área financeira e econômica.

Parabenizo a iniciativa de V. Exª, Sr. Presidente Marconi Perillo.

Parabéns a todos os Administradores. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Esta Presidência saúda e cumprimenta o ilustre Senador Adelmir Santana, Administrador e Senador, que falou representando o Democratas, demonstrando conhecimento de causa.

Quero informar ao Senador Valdir Raupp e ao Senador Adelmir que, com muito prazer, compartilho com eles a iniciativa deste requerimento, porque compreendo o interesse que eles sempre demonstraram ter em relação à profissão do Administrador e à categoria do Administrador de uma maneira geral.

Portanto, Senador Adelmir, com muito prazer compartilho com V. Exª e com o Senador Valdir Raupp a iniciativa deste requerimento que presta esta homenagem hoje aos Administradores de empresas.

Agradeço a todos que compareceram a esta cerimônia. Quero agradecer, mais uma vez, ao Dr. Roberto Carvalho Cardoso, Presidente do Conselho Federal de Administração, pelo seu trabalho, pela eficiência da sua ação à frente do Conselho Federal. Mais uma vez, agradeço, em nome do Senado da República, pelo seu comparecimento a esta sessão solene.

Quero, igualmente, agradecer à Drª Maria do Rosário de Moraes, Presidente do Conselho Regional de Administração do Distrito Federal, e ao Dr. Devanir Ferreira Sobrinho, meu conterrâneo, amigo, Presidente do Conselho Regional de Administração do Estado de Goiás. Em nome deles, quero saudar todos os Presidentes de Conselhos Federais aqui presentes.

Saúdo ainda o Dr. Samuel Albernaz, Diretor do Conselho Federal de Administração, que foi, por várias vezes, Presidente do Conselho Regional de Administração de Goiás e que me deu a honra de participar do nosso Governo como diretor da Juceg. Quero cumprimentar o Professor Nelson de Carvalho Filho, Superintendente das Faculdades Alfa, que, neste ato, representa as instituições de ensino superior na área de administração, e dizer que é uma honra recebê-los aqui, é uma satisfação receber a todos.

Vamos continuar, no Senado da República, com a participação do Senador Valdir, do Senador Adelmir e dos nossos colegas, defendendo a categoria, defendendo uma participação cada vez mais efetiva do Administrador em todos os processos de gestão, quer no setor público, quer no setor privado.

O Administrador é um instrumento eficiente, eficaz e de extrema importância para que possamos ter negócios eficientes, negócios que signifiquem competitividade para as empresas e para os empreendedores e, sobretudo, negócios que signifiquem gestões mais eficientes e modernas nos Estados e Municípios, no Brasil, a partir da participação do Administrador de Empresas.

Cumprindo a finalidade desta sessão, agradeço a todas as personalidades que nos honraram com o seu comparecimento e declaro encerrada a presente sessão.

Muito obrigado.

Ata da 154ª Sessão Deliberativa Ordinária em 11 de setembro de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana, Alvaro Dias, Efraim Morais, Flexa Ribeiro, Marco Maciel, Mozarildo Cavalcanti e Mão Santa.

(Às 14 Horas, Acham-se Presentes as Sras. e os Srs. Senadores:)

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 11/9/2007 07:27:11 até 11/9/2007 20:55:04

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
DEM	BA	CÉSAR BORGES	X	
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	X	
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
DEM	MA	EDISON LOBÃO	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X	
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X	
Bloco-PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
Bloco-PTB	AL	EUCLYDES MELLO	X	
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	
Bloco-PTB	DF	GIM ARGELLO	X	
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	
Bloco-PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	
DEM	MT	JONAS PINHEIRO	X	
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	
Bloco-PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
Bloco-PSB	CE	PATRÍCIA SABOYA	X	
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	
DEM	SP	ROMEU TUMA	X	
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	

Compareceram: 78 Senadores

Operador: HÉLIO FERREIRA LIMA Emissão: 11/9/2007 20:56:39

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A lista de presença acusa o comparecimento de 78 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Srs. Senadores, Srs. Convidados, nos termos dos Requerimentos nºs 989 e 998, de 2007, do nosso querido Senador Flexa Ribeiro e de outros Exmºs Srs. Senadores, o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente da presente sessão será dedicado a homenagear o Círio de Nazaré, denominado Patrimônio Imaterial da Cultura Brasileira, pelo transcurso do seu 214º aniversário, que ocorrerá no próximo dia 14.

Tenho a honra de convidar, em primeiro lugar, para compor a Mesa, o Senador Euclydes Mello.

O SR. EUCLYDES MELLO (Bloco/PTB – AL) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável, no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Exª pode se considerar devidamente inscrito, com muita honra para a Mesa.

Tenho a honra de convidar, para compor a Mesa, o nosso querido Senador Flexa Ribeiro.

Convido também, para compor a Mesa, o Revmº Arcebispo de Belém, D. Orani Tempesta.

Convido também, para compor a Mesa, o nosso querido amigo Exmº Prefeito de Belém, Duciomar Costa.

Para compor a Mesa, convido o Deputado Nilson Pinto, representando a Bancada dos Deputados Federais do Pará. Convido também para compor a Mesa a Deputada Ann Pontes, Presidente da Paratur, na oportunidade representando a Exmª Srª Ana Júlia Carepa.

Exmªs autoridades que compõem a Mesa, Exmºs Srs. convidados, Exmªs Srªs Senadoras e Exmºs Srs. Senadores, minhas senhoras e meus senhores, mais uma vez, o Senado Federal presta homenagem a uma das importantes e significativas manifestações religiosas brasileiras, a festa do Círio de Nazaré.

Senador Flexa Ribeiro, na verdade, pela dimensão que já assumiu e pela tradição bicentenária que representa, não seria exagero dizer que o Círio de Nazaré, atualmente, é uma das principais celebrações populares da fé cristã em todo o mundo.

Referência importante, importantíssima, para a construção da identidade local e regional, a festa mobiliza toda a comunidade do Estado do Pará, além de todos os outros Estados vizinhos, arrebatando, a cada procissão, uma multidão de fiéis que se aproxima dos dois milhões, e transcende há muito as fronteiras do Brasil.

Podemos dizer com orgulho, junto com os paraenses, que, durante os 15 dias de outubro em que se desenrola a festa, Belém se torna uma das capitais mundiais do catolicismo.

Como sabem todos os que já tiveram a felicidade de participar diretamente da festa, ou mesmo de apreciá-la à distância, por meio de imagens ou de filmes, por meio de transmissão de televisão, não há como ficar indiferente diante da beleza das procissões e das tocantes demonstrações de devoção.

O exemplo de fé ao mesmo tempo emociona e vivifica.

O Círio apaga as diferenças, junta o rico e o pobre, o que tem instrução e o analfabeto, aproxima os desiguais e torna visível e palpável a comunidade que nos une a todos.

Por tudo isso, é natural que o Senado repercuta essa grande festividade, essa celebração de fé que mobiliza multidões e que revela nossa alma mais profunda.

Por tudo isso também, mais do que justo é o registro da festa do Círio como Bem Cultural de Natureza Imaterial.

Vale lembrar que o registro foi celebrado, aliás, em bela exposição, no último final de semana, na Paróquia de Nossa Senhora de Nazaré, aqui em Brasília. Além disso, estará, a partir de hoje, instalada no Senado Federal.

Aproveito a oportunidade para parabenizar mais uma vez esse querido amigo Senador Flexa Ribeiro pela feliz iniciativa de propor esta Sessão Especial e de trazer para Brasília a exposição a que me referi e seus convidados.

Nessa ocasião, gostaria também de estender os meus cumprimentos aos outros Senadores paraenses, ao querido amigo Mário Couto, ao querido amigo José Nery e também ao paraense Senador Papaléo Paes, que, embora sendo Senador pelo Amapá, é uma espécie de quarto Senador pelo Estado do Pará. São os Senadores que muito bem conhecem a dimensão religiosa e cultural do Círio de Nazaré.

Dessa maneira, todos os brasilienses e os que se encontram momentaneamente nesta Capital têm a oportunidade, Senador Flexa Ribeiro, de um contato mais próximo com a festa.

A todos os belenenses, estendo meus parabéns pela bela festa que há 200 anos organizam, dando um exemplo eloqüente não apenas de fé, mas também de paz e de ordem.

A festa do Círio é conhecida por mobilizar, de forma pacífica e ordeira, quase dois milhões de pessoas. Esse é um exemplo de civismo que orgulha a nós, os brasileiros de norte a sul.

A todos os fiéis e devotos de Nossa Senhora de Nazaré, que com certeza aguardam ansiosos pela festa que ocorrerá no próximo mês, desejo uma celebração cheia de muita fé e coroada de muita paz.

Que Nossa Senhora de Nazaré nos abençoe a todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao Exmº Sr. Senador Flexa Ribeiro.

Com a palavra S. Exª, autor da Sessão Especial e autor do Requerimento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exmº Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros; Excelência Reverendíssima Dom Orani Tempesta, Arcebispo Metropolitano de Belém; Deputado Nilson Pinto, que, neste ato, representa a Bancada dos Deputados Federais do Estado do Pará; Drª Ann Pontes, Presidente da Paratur, neste ato, representando a Exmª Governadora do Estado do Pará, Ana Júlia Carepa; Exmº Sr. Duciomar Costa, Prefeito Municipal de Belém; quarto Senador paraense, Senador Papaléo Paes, que compõe também a Mesa que dirige esta sessão em homenagem ao Círio de Nazaré; Padre Ramos, Reitor do Santuário de Nossa Senhora de Nazaré e Presidente da Diretoria da festa; Srs. Diretores da Festa do Círio de Nazaré; Srs. Senadores; Srªs Senadoras; Sr. Desembargador João Mendonça – é uma alegria tê-lo aqui conosco; sei que V. Exª também é devoto e já foi Coordenador da Festa; aliás, quero saudar a todos os ex-coordenadores em nome do Sr. José Ventura, que coordena a festa este ano; Minhas Senhoras e Meus Senhores; Senador Renan Calheiros, esta sessão em homenagem ao Círio de Nazaré foi motivada por um requerimento que não é somente de minha autoria, mas também dos outros dois Senadores que tão bem representam aqui o Estado do Pará - Senadores Mário Couto e José Nery - e de todos os 17 Deputados Federais da Bancada do nosso Estado, todos eles irmanados nesta homenagem que fazemos neste dia ao Círio de Nazaré e, em especial, à Virgem de Nazaré.

Como ocorre todos os anos, no segundo domingo de outubro - em 2007, será no dia 14 -, acontece em Belém a maior manifestação de fé mariana do mundo, o Círio de Nossa Senhora de Nazaré, também chamado pelos amazônidas de Natal dos paraenses, quando todos se irmanam na devoção à Virgem padroeira da Amazônia.

Trata-se, sem sombra de dúvida, do maior evento de fé católica de todo o País. Dizem D. Orani e o Padre Ramos que é do mundo, se considerarmos o tempo em que a procissão e a demonstração de fé acontecem. Talvez existam outras demonstrações de fé, mas levam dias para serem feitas as homenagens. No tempo em que o Círio se processa, ao longo de cinco horas, D. Orani está defendendo que, com certeza absoluta, é, sem sombra de dúvida, o maior evento, como dizia, de fé católica de todo o País, mas quiçá do mundo, cujas comemorações começam trinta dias antes, com a celebração da Missa do Mandato, que dá início às peregrinações de Nossa Senhora, com réplicas da imagem percorrendo as casas de todos os bairros de Belém para as novenas noturnas.

Pela TV Senado e pela Rádio Senado, o povo do Pará e do Brasil nos assistem e nos ouvem nesta homenagem que fazemos, neste momento, ao Círio de Nazaré.

A festa do Círio de Nazaré impressiona, Sr. Presidente, não só por seu gigantismo, capaz de alavancar o turismo e de mudar o cotidiano dos moradores de toda a região metropolitana, mas, principalmente, pela soberba demonstração de fé e pelo espírito de congraçamento. Unidos pelos objetivos comuns de fortalecimento nos ideais religiosos e de louvor à Virgem de Nazaré, os romeiros, vindos de todas as partes, se confraternizam durante as festividades sem que haja qualquer incidente.

A devoção a Nossa Senhora de Nazaré, como se sabe, é uma tradição religiosa que tem suas raízes em Portugal. A imagem original seria de Nazaré, na Galiléia, onde a Sagrada Família morou até o batismo de Jesus, e, por muito tempo, esteve no Mosteiro de Caulina, na Espanha, levada depois para Portugal. A partir de então, muitos milagres lhe foram atribuídos, o que ocasionou a sua veneração.

Falar do Círio é lembrar a história do caboclo Plácido José de Souza. Em 1700, Plácido encontrou uma imagem de Nossa Senhora de Nazaré às margens de um igarapé. Plácido levou a imagem várias vezes para casa, mas, misteriosamente, ela retornava para o local onde foi encontrada. Ele, então, construiu uma pequena capela no local, onde, posteriormente, foi erguida a Basílica de Nazaré, a qual, desde o ano passado, foi elevada pela Igreja à condição de Santuário Mariano Arquidiocesano, passando a denominar-se Basílica-Santuário de Nossa Senhora de Nazaré.

O título de Santuário à Basílica de Nazaré foi concedido pelo Arcebispo de Belém, Dom Orani João Tempesta, sendo Reitor do Santuário o Padre José Adelson Ramos das Mercês.

Dizem os historiadores que a devoção a Nossa Senhora, no Pará, começou pelo Município de Vigia, antes mesmo da chegada dos padres jesuítas naquele Município, por volta de 1697. Em mais de 300 anos de veneração, fé, esperança e devoção em Nossa Se-

nhora, várias cidades do Estado escolheram a Santa como padroeira de seus filhos.

Mas esse espetáculo de devoção já ultrapassou as fronteiras do Pará. Já se encontra em São Paulo, no Rio de Janeiro, no Amazonas, no Amapá, no Ceará, no Acre, em Rondônia, em Roraima, no Maranhão e aqui no Distrito Federal. Todos compartilham com os paraenses as bênçãos de Nossa Senhora.

O primeiro Círio, em Belém, foi realizado no dia 8 de setembro de 1793, iniciando-se ali, Srªs e Srs. Senadores, essa longa tradição do povo paraense. Inicialmente, não havia data fixa para a realização do Círio, embora a procissão tradicionalmente ocorresse entre setembro e novembro. Desde 1901, porém, por determinação do Bispo D. Francisco do Rêgo Maia, a procissão passou a realizar-se sempre no segundo domingo de outubro, como ocorre ainda hoje.

Na sexta-feira, a imagem é levada em grande carreata do Santuário de Nazaré para a Igreja Matriz do Município de Ananindeua. No sábado, ela é transportada para ...

(Palmas.)

Agradeço a Dom Orani e ao Coordenador da festa, trazendo, para abençoar esta sessão, a imagem peregrina, a imagem que acompanha todos os anos o Círio de Nazaré. Agradeço, Sr. Presidente Renan Calheiros, porque a imagem peregrina dificilmente sai do Estado. Realmente, é uma homenagem ao Congresso Nacional trazê-la para estar presente, abençoando a todos nós nesta sessão e na exposição que abriremos mais à frente, no Salão Branco.

Como dizia, no sábado, a imagem é transportada para o trapiche da Vila de Icoaraci, acompanhada já por uma pequena multidão de devotos. Dali, num espetáculo emocionante, singrando as águas da Baía de Guajará, vai, em romaria fluvial, em cortejo com centenas de barcos enfeitados, para o cais do Porto de Belém, onde os fiéis lhe prestam novas homenagens.

Do Porto de Belém, a imagem segue em carro aberto, acompanhada pelos fiéis e por grande número de motociclistas, saudada pela população, até o Colégio Gentil Bittencourt, onde, à noite, é celebrada a missa em louvor da Virgem de Nazaré. Após a missa, a imagem segue em Trasladação para a Catedral Metropolitana, numa cerimônia emocionante, com queima de fogos de artifícios e procissão à luz de velas.

A procissão do Círio, no dia seguinte, domingo, é o ponto alto das comemorações. Acompanhado por centenas e milhares de fiéis, tendo essa multidão chegado a dois milhões de pessoas em 2005, o Círio percorre uma distância de cinco quilômetros, entre a catedral e o Santuário de Nazaré. Literalmente, a população de Belém toma as ruas, juntamente com os turistas e romeiros de todas as partes do País e até do exterior. Trata-se de um evento inesquecível, de uma demonstração inequívoca de fé religiosa que a todos irmana no entusiasmo coletivo, no sentimento de fraternidade e de congraçamento.

O Círio de Nazaré, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, Sr. Presidente, não é apenas um grande cortejo. Trata-se de um evento religioso que, ao longo de mais de dois séculos de veneração à Virgem, fez-se acompanhar por um simbolismo intenso, presente em cada trajeto, em cada vestuário, em cada objeto. Entre os principais símbolos do Círio, podemos destacar a berlinda, que é o carro onde é transportada a imagem da Santa; o manto, tradicionalmente confeccionado pelas mesmas pessoas envolvidas com a cerimônia; os círios, que são grandes velas em formatos diferentes; e a corda utilizada para puxar a berlinda, de sisal torcido, com cerca de 800 m, que foi incorporada à cerimônia há mais de um século.

O Círio, Srªs e Srs. Senadores, é mais do que uma festa. Ali se transpira fé, devoção, misticismo, religiosidade e crença no poder divino e na fraternidade universal.

Por tudo isso, por sua grandiosidade, pelo poder de congregar tamanha multidão impregnada pela devoção à Virgem de Nazaré, não admira que o Círio tenha sido registrado pelo Iphan como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial.

Durante a procissão do Círio, assistimos a verdadeiras manifestações de amor ao próximo e de solidariedade. São pessoas erguendo as mãos para oferecer um copo de água aos peregrinos, pessoas segurando a corda ou tentando tocar na berlinda. O que para muitos pode parecer sinônimo de sacrifício é apenas o símbolo da fé do povo paraense. Os fiéis seguram a corda, descalços, às vezes até sangrando nas mãos e nos pés, na luta para garantir um lugar. Outros carregam os mais variados objetos, miniaturas de casas, barcos e pedaços do corpo em cera, simbolizando o agradecimento pela graça alcançada.

O colorido da procissão fica por conta dos brinquedos de miriti – uma madeira que tem a textura leve do isopor –, confeccionados principalmente pelo talento dos artesãos do Município de Abaetetuba, a quem saúdo na pessoa de Amadeu Gonçalves de Sarges, Presidente da Associação dos Artesãos, de D. Nina Abreu, e dos Mestres já falecidos Cambota e Seu Marinho.

Qual o paraense, Senador Papaléo Paes, Senador Mozarildo Cavalcanti, Senador Gilvam Borges, Senador Romeu Tuma, Senador Marco Maciel, que não adquire no Círio o ratinho, a cobra, o tatu, os pássaros, os barcos, enfim, os objetos que fazem a

alegria da criançada e que são verdadeiras peças de arte popular, confeccionados há mais de um século, que passam de pai para filho, retratando a realidade da comunidade ribeirinha? É uma festa religiosa onde a cultura paraense também aflora para homenagear a padroeira.

Posso dizer que o paraense é um povo abençoado, D. Orani, Padre Ramos, que tem a dupla sorte de se reencontrar com suas famílias, tanto no Natal quanto no Círio, em tempos difíceis de estreitamento de laços de convivência, quando a vida moderna não nos permite usufruir prazeres tão agradáveis e valores tão importantes.

Nas semanas que antecedem o Círio, as pessoas se cumprimentam nas ruas, dizendo "Feliz Círio" como, em dezembro, dizem "Feliz Natal".

Gostaria, de todo coração, que todos os meus nobres colegas Senadoras e Senadores pudessem estar conosco, com os paraenses, no domingo, dia 14 de outubro próximo, em Belém. Como representante do povo paraense, ficaria extremamente feliz de poder mostrar a todos essa manifestação popular de fé e emoção, que é o Círio de Nazaré, completando, neste ano, 214 anos.

Peço, neste instante, à Virgem de Nazaré, Padroeira dos paraenses, que abençoe todos os paraenses, todas as famílias, todos os lares, todos os brasileiros, todos aqueles que devotam a Nossa Senhora o seu sentimento de amor e fé. Que ilumine o Congresso Nacional, os Senadores, os Deputados Federais, os servidores, os membros dos Poderes Executivo e Judiciário, enfim, toda a Nação, para que, fortalecidos pelas suas bênçãos, possamos construir um futuro melhor e mais feliz para todos os brasileiros.

Congratulo-me com os organizadores desse evento, com os paraenses, os romeiros, a imprensa, com as Organizações Rômulo Maiorana, pela abertura do salão Arte Pará, que compõe o conjunto de eventos do Círio, com todos aqueles que contribuíram e ajudaram para que pudéssemos realizar esta sessão hoje – a Bancada do Estado do Pará, todos os Parlamentares, a Diretoria da Festa de Nazaré, que não economizou esforços para que pudéssemos trazer para Brasília, e daqui transmitir para todo o Brasil, essa exposição que vamos abrir daqui a pouco e que mostra exatamente a magnitude do que é o Círio.

Com a exposição, tenho certeza absoluta de que a divulgação do Círio se fará de forma mais forte e levará, com certeza, Deputada Ann Pontes, mais pessoas para presenciarem nossa festa de fé, a Festa de Nazaré, convicto de que o Círio só tem essa grandiosidade porque grande e profunda é também a fé e a religiosidade do nosso povo.

Encerro, Sr. Presidente, com um pequeno trecho da letra da música que é considerada o Hino Oficial do Círio de Nazaré, composta em 1909, e que descreve toda a devoção do povo paraense:

Ó Virgem Mãe amorosa
Fonte de amor e de fé
Dai-nos a bênção bondosa
Senhora de Nazaré.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senhoras e senhores, a melhor maneira, após a minha intervenção, para prestar a minha homenagem ao Círio de Nazaré, ao Prefeito Duciomar, à Governadora Ana Júlia, à Bancada paraense de Senadores e à Bancada de Deputados Federais do Estado do Pará é pedindo ao Senador Flexa Ribeiro, autor do requerimento juntamente com outros Senadores, que presida esta sessão de homenagem.

Por favor, Senador Flexa Ribeiro!

O Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Flexa Ribeiro, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Antes de conceder a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Senador Papaléo Paes, quero convidar para compor a Mesa o Padre José Ramos, que é o reitor do santuário de Nossa Senhora de Nazaré.

Com a palavra, o nobre Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exmº Sr. Senador Flexa Ribeiro, Presidente da nossa sessão especial na tarde de hoje e autor do requerimento que nos ensejou esta bela festa de homenagem; Exmº Sr. Duciomar Costa, Prefeito da cidade de Belém do Pará, que foi nosso companheiro aqui no Senado Federal, onde exerceu sua função de Senador representando o Estado do Pará com muita dignidade, e cuja conduta nesta Casa queremos registrar, bem como a nossa admiração e a saudade que temos de S. Exª; S. Emª Revmª D. Orani Tempesta, Arcebispo de Belém; Srª Ann Pontes, Presidente da Paratur, aqui representando a Srª Governadora, também ex-Senadora, Ana Júlia Carepa; Exmº Sr. Deputado Nilson Pinto, representando a Bancada de Deputados Federais do Estado do Amapá; Sr. Presidente da Diretoria da Festa de Nazaré, Revmº Padre Ramos; demais autoridades presentes; senhoras e senhores, com muita honra também, registro que a TV Nazaré, que tem trinta repetidoras na Região Norte, está em cadeia com a TV Senado, dando oportunidade a que todos os habitantes da Região Norte que usam a fé como parte de suas vidas

possam presenciar esta grande homenagem ao Círio de Nazaré, à Nossa Senhora de Nazaré.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, por mais que se queira e se esforce por fazê-lo, é difícil – se não impossível – traduzir em palavras o sentido, o significado e a dimensão do Círio de Nazaré. Dizer que é a maior e mais impressionante manifestação popular do mundo cristão ainda é pouco. Falar da gigantesca massa humana que se aglomera em torno da imagem que simboliza a Mãe do Deus feito Homem também é insuficiente para traduzir o espírito que move essa expressão pura de fé, de esperança, de gratidão, de religiosidade, enfim.

O que me traz a esta tribuna, no instante em que o Senado Federal homenageia tão formidável acontecimento de cunho religioso e cultural, que se renova há mais de dois séculos, é a certeza de que verbalizo os mais sinceros sentimentos de minha gente amapaense. Sim, ainda que, em terras brasileiras, a origem do Círio se prenda a Belém, tendo na capital paraense seu núcleo central e mais conhecido, a prática se estendeu pela Região Norte, com ela interagindo de maneira natural e profunda.

Veja-se, por exemplo, o caso do Amapá, que tenho a honra de representar nesta Casa. O Círio de Macapá acontece desde o já longínquo ano de 1934. Explicitando a vigorosa influência da cultura paraense sobre meu Estado, nosso Círio incorporou-se à cultura local e, em termos de religiosidade e da fé que anima os participantes, nada fica a dever ao modelo do qual se originou. A diferença, como seria natural, restringe-se tão-somente aos aspectos quantitativos, ao número de fiéis que dele participam, na proporção exata do número de habitantes de cada cidade.

Tanto quanto em Belém, o Círio de Macapá ocorre, sempre, no segundo domingo de outubro. Em linhas gerais, obedece à mesma programação do de Belém. Por assim ser, nos dias que antecedem a data principal, a imagem sacrossanta de Nossa Senhora de Nazaré é trasladada também entre igrejas. Por meio de carreatas e de procissões, os macapaenses acompanham fervorosamente o cortejo que corta ruas, praças e avenidas da Capital nas mais diversas direções.

O Senador Flexa Ribeiro fez uma narração do que acontece no Estado do Pará, que todos nós conhecemos – eu já acompanhei vários Círios no Estado do Pará –, e, lá no Amapá, nós, realmente, pegamos essa origem, essa cultura religiosa do Pará e conseguimos fazer também uma festa religiosa de Nossa Senhora de Nazaré que de fato nos deixa muito honrados.

Adaptada às condições locais e plenamente incorporada à vida da cidade, a grande festa se desdobra nas mais distintas manifestações. Todas, sem exceção, voltadas para o mesmo objetivo: agradecer à Virgem Maria as graças alcançadas, buscar nela abrigo e proteção, além de cristalizar o sentimento de fé profunda que a todos anima. Assim, por todo o período de preparação e durante a culminância do Círio, Macapá participa de intensa programação religiosa, na qual se multiplicam as orações do terço, as missas e as pregações litúrgicas, sem faltar, é claro, o festivo arraial em honra de Nossa Senhora.

Enfatizo, Sr. Presidente, Srs. Membros da Mesa, um aspecto do Círio em meu Estado que denota a extraordinária força popular de que se revestem suas celebrações. A população dos diversos bairros de Macapá, dos mais humildes aos considerados mais elegantes, assume, com alegria e disposição, a tarefa de organizar tudo e de tudo participar.

Ao mesmo tempo, em clima de congraçamento absoluto, quando as diferenças sociais, econômicas, políticas e culturais são simplesmente esquecidas e superadas pela identidade na fé, setores do Estado também se sentem motivados a dar seu quinhão para o maior brilhantismo das comemorações. Órgãos do Executivo, do Legislativo, do Judiciário e do Ministério Público, por exemplo, se irmanam a associações profissionais, de moradores e de bairros para que, ano após ano, se consolide a tradição em torno do Círio de Macapá.

De parabéns está o Senado Federal ao decidir-se pela homenagem ao Círio de Nazaré. Prova de sintonia fina com as mais legítimas manifestações da cultura popular brasileira, esta Casa interrompe por alguns momentos seus trabalhos rotineiros e volta a sua atenção para esses milhões de brasileiros que, em romaria, oferecem suas orações e exteriorizam sua crença no transcendente, sua inabalável fé em Deus, sua devoção à Mulher-símbolo da Cristandade.

O Círio é justamente isso. Mais que uma festa trazida pelos colonizadores portugueses, ele se transformou em congraçamento de homens e de mulheres unidos pela fé. Muito mais que gesto mecânico de pessoas levadas pela rotina de tantos e tantos anos de celebração, o Círio de Nazaré é o momento do encontro de sentimentos elevados, aqueles sentimentos que, em suma, são o instrumento de humanização do próprio homem.

Por isso faço este registro. Ao celebrar mais um ano de Círio, junto-me aos habitantes de minha terra, do meu Estado, o Pará, e de minha Região. Com eles, renovo minhas esperanças de um tempo melhor para todos. Com eles, renovo as súplicas dirigidas a Nossa Senhora de Nazaré, no comovido e humilde pedido de bênção a todos.

Era o que tinha a dizer, e muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Agradeço ao nobre Senador Papaléo Paes. É importante a referência feita pelo Senador Papaléo Paes de que esta sessão em homenagem ao Círio de Nazaré está sendo transmitida também, pela TV Nazaré, para toda a Amazônia – Pará, Amapá, Rondônia, Maranhão –, e para todo o mundo via Internet. Então, a sessão que se realiza neste momento está sendo transmitida não só pela TV Senado, como também pela TV Nazaré.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Flexa Ribeiro, ilustre paraense que muito honra esta Casa; meu caro amigo, Prefeito de Belém, Duciomar Costa, que também honrou esta Casa como Senador e que, para minha honra, pertence ao nosso Partido, o PTB; Senador Papaléo Paes, membro da Mesa, que, embora Senador pelo Amapá, é um paraense de nascimento e de coração; Sr. Arcebispo de Belém, senhora representante da Governadora, Sr. Reitor do Santuário de Nazaré, meus senhores e minhas senhoras aqui presentes, quero começar me dirigindo a uma pessoa muito especial que está em Belém, com certeza, assistindo a esta sessão: minha mãe.

Minha mãe foi para Belém junto com meu pai, na década de 60 para que nós, eu e meus irmãos, pudéssemos estudar. Nascemos em Roraima, mas lá, naquela época, arcebispo, não tinha sequer o segundo grau. Nós fomos, como uma leva de outros roraimenses, para Belém, que era a capital da Amazônia, para estudar. Lá eu tive a honra de me formar em Medicina, meu irmão se formou em Odontologia e minhas duas irmãs, que ainda moram lá, fizeram Magistério. Portanto, tenho minha mãe e duas irmãs morando em Belém. Sempre digo, portanto, que eu sou metade paraense. Já que nosso coração se divide, anatomicamente, em quatro partes, tenho duas partes que são paraenses, com certeza.

Quero me dirigir também à comunidade paraense de Roraima, que é grande, muito grande. A maioria do pessoal que saiu para estudar em Belém, principalmente os homens, terminou se casando com paraenses, porque o povo paraense é acolhedor, um povo generoso, um povo que realmente tem uma característica que é, até certo ponto, contraditória: ferrenho defensor das suas coisas, bairrista por excelência, como diríamos, é, ao mesmo tempo, acolhedor ao extremo, pois recebe e trata muito bem a todos que para lá se destinam. Nós éramos uma leva de estudantes pobres que íamos para lá com a mesada do pai contada para poder estudar.

Eu, por exemplo, como muitos outros colegas, tive que participar de uma seleção para entrar no Colégio Estadual Paes de Carvalho. Naquela época, o importante mesmo era estudar em colégio público, diferentemente de hoje, quando até os pobres fazem o maior sacrifício do mundo para colocar os filhos em colégio particular.

Eu, que tenho a honra de ser Senador pela segunda vez pelo meu Estado, tive a honra de estudar no Colégio Paes de Carvalho, como muitos outros colegas, inclusive jovens que lá se formaram e que foram Governador do meu Estado, Vice-Governadores e Deputados Federais.

Belém, para mim, é uma segunda casa. Sempre digo que há três cidades, todas começando com a letra bê, das quais gosto muito: Boa Vista, a capital do meu Estado, Belém e Brasília, que aprendi a amar porque aqui eduquei meus filhos, principalmente o mais velho.

Tenho por Belém um amor tão grande que, quando fui me casar, levei minha mulher de Boa Vista para nos casarmos em Belém, na Catedral de Nazaré. Foi uma dureza conseguir a data porque escolhi o dia 23 de dezembro, muito perto do Natal. Foi muito difícil, mas consegui me casar no dia 23 de dezembro, na Igreja de Nazaré, onde também batizei o meu primeiro filho. Ele nasceu em Roraima, mas eu o levei para ser batizado em Belém porque meus pais, que foram os padrinhos, moravam lá.

Quero dizer, falar do meu coração, do amor que tenho por Belém. A festa, o Círio de Nazaré, no meu entender, é justamente o resumo. É como se todos os ânimos e os sentimentos dos paraenses canalizassem para uma data importantíssima. Aliás, o Senador Flexa Ribeiro disse que a festa é considerada o Natal dos paraenses. É impressionante como os paraenses planejam tudo para o Círio.

O Senador Papaléo disse que, em Macapá, o Círio é no mesmo dia do Círio de Belém. Não é assim em Roraima. Sabem por quê? Porque todos os paraenses que moram em Roraima vão para Belém. Então, resolveram comemorar numa nova data: o Círio, em Boa Vista, é no último domingo de outubro. E a cada ano que passa ganha mais força a igrejinha de Nazaré em Boa Vista, onde realmente a colônia paraense se encontra e se confraterniza. As comemorações não são no mesmo dia por isto: porque é difícil ver um paraense por este Brasil afora que, podendo e, às vezes, até não podendo, não faça tudo para ir ao Círio de Nazaré no segundo domingo de outubro.

É lógico que o Senador Flexa Ribeiro e o Senador Papaléo Paes já fizeram um histórico muito bonito desta festa católica, até ecumênica, eu diria, porque,

na verdade, vê-se que, embora seja, evidentemente, uma festa católica, todos os paraenses, dos mais diversos credos, nesse dia param para reverenciar a fé, para fazer os seus pedidos e, principalmente, para desejar a todos um bom Círio. O que será um bom Círio? É exatamente desejar a todos que sejam felizes, que encontrem na fé e na solidariedade para com o próximo uma vida melhor.

Portanto, quero parabenizar todos os paraenses por esta belíssima sessão, que, como dito, está sendo retransmitida pela TV Senado para todo o Brasil, assim como pela Rede Nazaré e pela internet. Tenho certeza de que também se vai dar notícia desta sessão de uma maneira muito merecida na Rede Amazônica de Televisão.

Entendo que a Festa de Nazaré é, realmente, para a Amazônia e para o Brasil, uma festa que deve ser pensada principalmente nesse viés, nesse importante ângulo da fé, da solidariedade e da irmandade, que são características do povo paraense.

Muito obrigado. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Flexa Ribeiro, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Marco Maciel.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. DEM – PE) – Concedo a palavra ao nobre Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (DEM – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Meu caro Presidente, Senador Marco Maciel, que tem Nossa Senhora permanentemente em seu coração; Senador Flexa Ribeiro, que se ausentou um pouco e que homenageamos por ter tido a iniciativa, junto com os Senadores Mário Couto e José Nery, da realização deste evento; Dr. Duciomar Costa, nosso Prefeito de Belém; Dom Orani João Tempesta, Reverendíssimo Arcebispo de Belém; Deputado Nilson Pinto, representando a Bancada de Deputados Federais do Pará; Srª Ann Pontes, Presidente da Paratur, representando a Governadora, nossa colega, Ana Júlia Carepa.

Meu Presidente Marco Maciel, Sr. Arcebispo, antes de iniciar as palavras de uma pesquisa praticamente reduzida, em razão da descrição perfeita que foi feita pelo Flexa Ribeiro e pelos outros Senadores que me antecederam, senti, por um momento, Senador Mozarildo, que uma coisa estranha tomou conta do meu corpo, um arrepio, uma alma liberada, porque há algum tempo que a força espiritual negativa que reina neste plenário tem-nos feito sofrer bastante, de angústia, às vezes de desesperança, pois o povo repete, todas as vezes que o encontramos, algo desagradável que sente com respeito a este plenário. Mas a presença de Nossa Senhora – agradecemos imensamente pela oportunidade –, a Nossa Senhora Peregrina de Nazaré aqui presente traz-nos uma alegria, um alívio no coração e na alma.

Acredito, Senador Marco Maciel, que a própria fé que temos em Deus – sou mariano, fui fundador de congregação mariana, tive nove estrelas na minha fita azul – e essa alegria imensa de ter Nossa Senhora de Nazaré traz algo muito mais do que uma forte emoção, traz uma fé maravilhosa de que o Brasil caminha certo, porque não dispensa sua fé. E o Papa não precisa chamar a atenção para o fato de que temos de voltar ao Cristianismo, porque nele acreditamos permanentemente.

Acho que vivemos um momento espetacular neste plenário. Com a presença de Nossa Senhora, trazida por aqueles que são responsáveis por sua guarda, e certamente com a benção do Arcebispo em nome dela, teremos momentos de alegria e fé neste plenário.

A caminhada é longa. Nós sabemos que a festa do Círio de Nazaré repercute pelo mundo afora; em Belém, toma conta de todos os espaços da imprensa, na televisão, praticamente em todos os setores de comunicação.

Senador Marco Maciel, em São Paulo, na Igreja de Nossa Senhora de Fátima, no Bairro do Sumaré, um general – infelizmente, ele já se foi – começou a realizar a festa do Círio de Nazaré, porque ele comandou um período em Belém e trouxe as homenagens que fazia à Igreja de Nossa Senhora de Fátima, que também, por ser a padroeira de Portugal, sem dúvida, manda suas bênçãos para o Brasil.

Não sei nem se vou conseguir ler o que escrevi. Há momentos em que a espiritualidade substitui todo e qualquer raciocínio, porque acreditamos, sem pestanejar, nos dogmas de fé. Não discuto dogma de fé, porque ou se acredita, ou não se acredita na existência de Cristo, de Nossa Senhora, e em sua presença permanente.

Já tive momentos difíceis na minha vida, Arcebispo. Quando senti que a morte chegou perto, no leito de hospital, senti a presença de Jesus, que me ajudou a reviver. Cada vez que se realiza um ato que traz a imagem de Nossa Senhora, mãe de Cristo, faz-nos sentir uma imensa felicidade, passando por nossa cabeça todo aquele sofrimento, aquelas andanças que filhos de imigrantes passam em qualquer país do mundo. Os seus pais tentam, numa sobrevida de dificuldade, trazer a educação para os filhos em uma escola boa, como disse o Senador Mozarildo Cavalcanti. Passam fome para que os filhos não tenham nenhuma dificuldade no futuro, com uma formação, com uma educação clara.

Eu fui praticamente criado dentro da Igreja de Nossa Senhora da Penha, onde iniciei como congregado mariano. Depois, ajudei a fundar a Congregação Mariana do Largo São José do Maranhão, em São Paulo, onde construímos uma capelinha com as nossas próprias mãos. Os filhos e as filhas de Maria trabalhavam para construir uma capelinha. Hoje, ela é uma igreja muito bonita que existe lá.

Então, com a idade, vamos nos emocionando com os fatos que nos fazem lembrar o passado.

Sr. Presidente, Sr. Arcebispo, Sr. Prefeito, quando Delegado de Polícia, Chefe da Polícia Federal, eu ia a Belém para fazer trabalhos difíceis, de uma região difícil, em relação a trabalho escravo, a furto de madeira e uma série de atividades criminosas que passaram a ser registradas no Pará, com esse perigo das organizações criminosas e das ações de pessoas que queriam, pelo poder do dinheiro, dominar várias regiões daquele Estado. Está aqui o delegado, que não me deixa mentir. Ele trabalhou e nos ajudou a vencer várias dificuldades. Eu não deixava de passar na Igreja de Nossa Senhora de Nazaré. Era o que eu pedia: "Vamos comigo até a igreja, porque, se eu não fizer uma oração, o nosso trabalho será um fracasso".

Quero agradecer, Sr. Presidente, e pedir que seja registrado como lido o pequeno discurso que fiz aqui. Creio que meu coração falou mais alto por mim, porque Nossa Senhora não nos abandonará nunca, nem a fé e a esperança. Ela vem numa hora boa, Tião Viana, para abençoar este plenário no momento mais difícil que enfrentará nas próximas 24 horas. Essa presença, sem dúvida nenhuma, dará a cada um de nós a força espiritual para sabermos a condução do nosso destino, da nossa fé, por meio da justiça que ela sempre soube pregar, até ensinando a seu filho Jesus o caminho certo que ele deveria seguir. Ela foi quem primeiro deu ordem a Ele para fazer o primeiro milagre. Não foi Jesus; foi Maria.

Ela disse a Jesus: "Chegou a sua hora". Então, ela está nos dizendo agora que chegou a nossa hora de respeitarmos o que a Igreja nos ensina: a ter fé e esperança. E que as nossas orações matinais sejam sempre para pedir a Deus que nos abençoe e nunca permita que pratiquemos uma injustiça na vida.

Obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR ROMEU TUMA.

Durante o discurso do Sr. Romeu Tuma, o Sr. Marco Maciel, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa.

Por permuta, concedo a palavra ao ilustre Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Exmº Sr. Mozarildo Cavalcanti, que preside a presente sessão; Exmº Sr. Prefeito de Belém, ex-Senador, ex-colega nosso, Duciomar Costa. Desejo fazer uma saudação especial à presença entre nós do Arcebispo de Belém, D. Orani Tempesta, e registrar também a presença da representante da Governadora Ana Júlia Carepa, a Deputada Ann Pontes. Entre muitas pessoas ilustres presentes a esta homenagem, quero dirigir-me também ao Revmº. Sr. Padre Ramos, Presidente da Diretoria da Festa de Nazaré e Reitor do Santuário de Nazaré.

Srªs e Srs. Senadores, o Círio de Nazaré, no Pará, é uma das maiores demonstrações de fé do Brasil. São centenas de milhares os que acorrem dos rios e igarapés amazônicos até Belém, para acompanhar a Berlinda, transportando a imagem de Nossa Senhora de Nazaré da Basílica ao Centro Arquitetônico, também sob sua invocação, numa longa caminhada de ida e volta de um dia para o outro.

A homônima e mais antiga devoção portuguesa aculturou-se no Brasil, entre nós cresceu e multiplicou-se. Passaram a vir ainda mais peregrinos de vários pontos do Brasil e até do exterior.

O culto católico de Maria estendeu-se sob várias formas pelo País inteiro. Em 12 de outubro, por exemplo, de cada ano, é comemorada a Padroeira do Brasil, a partir do Santuário de Nossa Senhora Aparecida.

Em todas as regiões há festas populares marianas, mesmo em companhia de invocações locais, como no Recife, minha cidade, através da proteção de sua Padroeira – Nossa Senhora do Carmo.

O título do Carmo lembra o Monte Carmelo, na Palestina, a herança espiritual de Elias, o Profeta defensor do Deus único de Israel.

Sr. Presidente, Maria entrou também na literatura brasileira desde o poema em seu louvor escrito nas areias da praia por Anchieta, no primeiro século da colonização do Brasil, aos dias atuais no *Auto da Compadecida* e *Uma mulher vestida de sol*, de autoria de Ariano Suassuna.

O Círio de Nazaré insere-se, assim, numa das mais belas tradições brasileiras. Também, através do culto ao Círio de Nazaré, continua muito presente entre nós mais esta autêntica semente cultural portuguesa. Ao seu lado, entraram outras afins influências ibéricas e ibero-americanas – a espanhola de Montserrat, a boliviana de Nossa Senhora de Copacabana, enfim e

por fim, a mexicana de Guadalupe, proclamada por Pio X como Padroeira da América Latina, dando nomes a bairros em inúmeras cidades brasileiras –, além de devoções mais internacionais de Nossa Senhora de Lourdes e de Fátima, esta tão próxima de todos nós brasileiros.

Sr. Presidente, na definição do sociólogo Gilberto Freyre, o catolicismo latino e latino-americano é dionisíaco – é o que acontece com a festa do Círio de Nossa Senhora de Nazaré –, ao contrário das expressões religiosas apolíneas nórdicas.

Gilberto Freyre, quando se referia a essas manifestações dionisíacas, fazia-o no sentido expansivo e entusiasta, em vez de apolíneas introspectivas e intelectualizadas.

A participação em massa gerou liturgia popular própria. A corda, que arrasta a Berlinda, vê-se puxada por milhares de pessoas, demonstrando a força da fé e da tradição.

Há 300 anos que o povo participa, em número cada vez maior, dessa grande solenidade. Foi um humilde lenhador, filho de português, que encontrou e recuperou o ícone perdido, pouco a pouco transformado em centro de peregrinação, síntese da Amazônia e outro tanto do Brasil.

O Círio de Nazaré é, Sr. Presidente, uma das mais profundas expressões da nacionalidade, e não só do regionalismo. Vianna Moog já demonstrara antes, em conferência feita em 1942, que o Brasil se compõe de um arquipélago de cinco grandes regiões: Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte – este, o Norte, a maior delas. É importante salientar que todas se integram em plena sinfonia.

O ritual católico institucionaliza e internacionaliza esta e outras devoções locais. Assim, podemos manifestar nossa provisão de fé, às vezes recôndita em nossa alma, e logo todos nós – inclusive turistas e curiosos – somos igualmente contagiados pelo entusiasmo popular.

O Círio, sabe-se, na forma de procissão litúrgica, data de 1793, quando a devoção foi oficializada pela Igreja, fazendo crescer o prestígio popular, como se vê na crescente freqüência ao evento.

Em duas oportunidades lá estive: como Deputado Federal e, posteriormente, na condição de vice-Presidente da República, ao tempo em que era Arcebispo de Belém Dom Zico.

Sr. Presidente, muitos simbolismos permeiam o Círio de Nazaré.

O pensador Ernst Cassirer demonstrou tratar-se de algo imperceptível ao conhecimento, conquanto captado através de símbolos. Assim, os conceitos chegam à percepção humana, individual ou coletiva.

Semana passada, a Igreja celebrou a natividade da Virgem; seu nascimento é aurora que prenuncia o sol da justiça – o Cristo, nosso Deus; a origem dele, dirá a profecia de Miquéias, "vem de tempos remotos, desde os dias da eternidade,... ele mesmo – o Cristo – será a paz".

Agora nos aprestamos para viver, no segundo domingo do próximo mês de outubro, a festa de Nossa Senhora de Nazaré, a simbologia mais profunda do Círio, em torno de Maria – a luz da fé representada pela chama da grande vela, consagrada pelo povo na confirmação de mais uma manifestação de fé cristã e de uma rica herança cultural e regiliosa.

São essas demonstrações, Sr. Presidente, construídas também nas tradições que contribuem para dar coesão nacional ao Brasil, através de sua diversidade regional e riqueza étnica, que colorem o País sob a inspiração da cruz.

Era o que tinha a dizer. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Marco Maciel, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Morais, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa, do PMDB do Piauí.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Efraim, que preside esta solenidade, peço permissão para saudar todas as lideranças, todas autoridades na pessoa do Prefeito de Belém, Senador Duciomar Costa. Brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação, meu nome é Francisco, mas não tem nada de mão santa; minhas mãos são humanas, iguais às de todos os cirurgiões do Brasil.

O Sr. Romeu Tuma (DEM – SP. Fora do microfone.) – Senador, quando o povo apelida, ele tem razão.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Mas eu digo que sou filho de mãe santa, não sou mão santa. Minha mãe era terceira franciscana, daí meu nome Francisco.

Então, poderia dizer como o poeta, de quem tenho inveja porque não o sou, que teve a inspiração, Senador Romeu Tuma, e disse: "Eu vi minha mãe rezando aos pés da Virgem Maria. Era uma santa escutando o que outra Santa dizia".

Deus escreve certo por linhas tortas. O histórico foi tão bem falado, e aqui... Nossa Senhora, padroeira do Brasil; Nossa Senhora da Conceição, 12 de outubro.

Em 8 de setembro, andei quilômetros atrás da padroeira de minha cidade, Nossa Senhora das Graças. E Nossa Senhora de Nazaré simboliza a história

cristã desse povo do Brasil, em Belém, que simboliza a fé e onde nasceu Jesus.

O que temos de dizer aqui é que Deus escreve certo por linhas tortas: amanhã será um dia difícil aqui para esta Casa. E Nossa Senhora é mãe! Ó Romeu Tuma, atentai bem!

Minha mãe – e ouvi o Mozarildo falando na santa mãe dele – escreveu o livro "A vida é um hino de amor", publicado pela Vozes. E Nossa Senhora, em quem tanto temos fé, da qual sabemos a vida, retratava, ficou viúva nos últimos anos de vida. Esse sofrimento nós esquecemos que Nossa Senhora também teve, não só aquele grandioso sofrimento de ver o filho humilhado, crucificado. Mas Nossa Senhora ficou viúva, e ela, comparando com a dela... Mas Nossa Senhora é tudo.

Aqui, eu acho que Deus escreve certo por linhas tortas. Ali está Cristo, o filho de Nossa Senhora, e Rui Barbosa: 183 anos de Senado. Muita gente passou aqui: o Duciomar, prefeito... Mas só Rui Barbosa está ali; sob Cristo, só ele. Eu sei que ele disse muita coisa, mas a mensagem do Círio de Nazaré, de Nossa Senhora, foi que Deus quis, ô Mozarildo, e Rui Barbosa disse: "A pátria é a família amplificada". E Deus não colocou seu filho desgarrado aí não. Ele viu a necessidade da família: Maria e José. E esta é a Casa que cultiva esta família. O Brasil, a Pátria, é a família amplificada. Que sejam repetidas essas famílias sagradas, e todas que vão acompanhar o Círio, e todas as famílias cristãs do Brasil.

Serei breve. Comecei com aquele poeta anônimo, saudando sua mãe, nossa mãe, imitação de Maria. Eu terminaria agora. Ela está aí e veio para iluminar este plenário em um dia mais difícil, talvez.

Erramos todos. *Errar humanum est*. Todos, todos: o meu Corregedor, todos! Não julgueis para não serdes julgados. Romeu Tuma, V. Exª, que é o Corregedor, está todo mundo aqui errado: eu estou, V. Exª, os oitenta. Está no Livro de Deus que a verdade está no meio, a sabedoria está no meio!

Ô Tião, apelam para nos transformar em juiz que não sou; eu sou um médico cirurgião. Essas mãos, guiadas por Deus, conseguiram salvar um ou outro. Transformam-nos em juízes. Eu sou Senador da República do Piauí, e nos transformam para desobedecer às leis de Deus! A sabedoria está no meio, a verdade está no meio.

Ô Tião Viana, V. Exª, que é inteligente. A verdade é o caminho e a luz. Eu busco a verdade, e a verdade está no meio. Qual é o meio? Amanhã, ou fica como está, ou se joga para fora o Presidente. Isso está errado! Nós estamos errando! *Errar humanum est*. É para uma reflexão.

E acho que Nossa Senhora vem aqui, escreve. É, o Brasil... Deus não ia nos abandonar. Deus não nos abandona. Ô Tião, V. Exª é quem vai presidir a sessão. O povo de Deus tem dificuldades. O povo estava escravo, e Ele não o abandonou. Buscou um: "Vai Moisés, liberta o meu povo!" E ele cumpriu a missão ,ô Tião.

Davi, para vencer Golias, Deus foi buscar. E agora, Tião, temos de ver aí. Então, eu queria pedir a Nossa Senhora que iluminasse esta Casa, que deve representar o povo do Brasil, na nossa humildade. A humildade une os homens; o orgulho divide os homens. Esta frase não é minha; é de La Cordelle. Mas isso é o que nós temos de ter. Em busca da verdade, terminarei, citando aquele poeta que traduz o nosso sentimento. É a música.

Ô Efraim, a música é muito mais importante e transmite muito mais. Lá na Bíblia estão os Salmos. São músicas. Davi, dedilhando a harpa e cantando suas músicas a Deus, a Jesus, à mãe de Jesus.

Eu terminaria, homenageando aquele poeta nosso, Roberto Carlos, e o irmão dele, Erasmo Carlos. Ele diz – e faço minhas as palavras dele –, cantando a palavra desse poeta inspirado:

Nossa Senhora, me dê a mão
Cuida do meu coração
Da minha vida, do meu destino
Nossa Senhora, me dê a mão
Cuida do meu coração
Da minha vida, do meu destino
Do meu caminho
Cuida de mim
Nossa Senhora, me dê a mão
Cuida do meu coração
Da minha vida, do meu destino
Do meu caminho
Cuida de mim

E guie, oriente e ilumine o Senado da República amanhã. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. DEM – PB) – Agradeço ao nobre Senador Mão Santa e concedo a palavra ao último orador inscrito, o nobre Senador, pelo P-SOL do Pará, José Nery.

O SR. JOSÉ NERY (P-SOL - PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Efraim Moraes, quero cumprimentar todos que compõem a Mesa: Prefeito de Belém, Duciomar Costa; D. Orani João Tempesta, Arcebispo Metropolitano de Belém; Drª Ann Pontes, Presidente da Paratur; Padre Vigário de Nazaré; quero cumprimentar os Deputados Federais que se encontram aqui no plenário, participando desta sessão de homenagens ao Círio de Belém, a Nossa Senhora de Nazaré: Deputado Paulo Rocha, Deputado Zenaldo Coutinho e Deputado

José Geraldo; quero cumprimentar as Srªs e os Srs. Senadores que participam desta homenagem e abraçar todos os paraenses, representantes da diretoria da festa, de instituições e de entidades que nos dão a honra da presença no plenário do Senado Federal, para compartilharmos desta homenagem, deste tributo da fé ao povo de Belém, ao povo paraense, ao povo amazônida; quero cumprimentar desta tribuna todo o povo do Pará, que neste instante acompanha, com bastante interesse e viva fé, a homenagem que o Senado Federal dedica ao Círio de Nazaré e, sem dúvida, à padroeira maior dos paraenses, Nossa Senhora de Nazaré.

O sentimento do caboclo amazônico do Pará, na ficção do escritor Benedicto Monteiro, é, na minha opinião, a essência do Círio de Nazaré, que este ano completará 215 anos. Falar do Círio é ser tomado por uma forte emoção, e quero partilhar um pouco das dimensões tangíveis e intangíveis que devem chamar a atenção da sociedade brasileira para aquela que é, sem dúvida, umas das maiores e mais singulares manifestações religiosas e culturais do povo da Amazônia.

Comecemos pelo início de tudo. Comecemos pelo caboclo Plácido. Cito o grande Ernesto Cruz, um clássico da historiografia paraense. É ele que nos descreve e nos traça o perfil daquele que teve o privilégio de iniciar esta secular devoção. Plácido, então, nos é apresentado da seguinte maneira:

> [...] um homem pardo, morador da estrada do Utinga (ontem Independência, hoje Magalhães Barata, no centro de Belém), o primeiro devoto da Santa, na colônia, isso em meados do século XVIII. Na sua modesta habitação, Plácido rezava, contritamente, todos os dias, as suas orações à Virgem. Outros devotos vieram fazer-lhe companhia. Muitos sofrimentos foram mitigados dessa maneira. Em breve, os milagres estavam no comentário de toda gente. Percorrendo longos e tortuosos caminhos, chegavam fiéis de todas as partes. [Ernesto Cruz in Procissão dos Séculos, 1952].

De quem mesmo estamos falando? De um caboclo, "o quem vem da floresta", na acepção mais antiga dessa palavra de origem tupi. *Caaboc*, ou ainda, segundo outros, *kariboca*, "filho de homem branco". De um ser dividido, mesclado, fruto de um choque entre civilizações distintas e, não raro, antagônicas. Plácido, caboclo, meio índio, quase branco, mas sempre pobre, de pés descalços e mãos calejadas em sua "modesta habitação", na Belém dos Setecentos, clivada por contradições sociais enormes, com a maioria de seu povo escravo da miséria, pouco importando a cor da pele – "parda" ou acobreada, ou simplesmente negra –, pois era peça da engrenagem colonial que, desde aquela época, drenava riqueza para uma elite de um egoísmo sem quaisquer escrúpulos.

Assim, a devoção à Nossa Senhora de Nazaré nasceu da fé inabalável do povo pobre, que tantos sofrimentos tinha a mitigar. Só bem depois, no final daquele século, é que o Estado se apoderou da devoção popular, cobrindo-a de ritos e regras. Coube ao fidalgo D. Francisco de Souza Coutinho, governador e capitão– geral do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, em 1793, num oito de setembro, oficializar a procissão, cuja corrente humana, de lá para cá, não faz senão crescer, multiplicar-se, expandir-se até os limites mais improváveis, como expressão de um povo que caminha "por longos e tortuosos caminhos" em busca da terra sem-males, do Reino de Deus na terra, de uma planície de igualdade, fraternidade e justiça para todos e para todas.

Para além da história oficial e dos ilustres doutos senhores que dispuseram, em mais de dois séculos, da procissão, interessa-me aqui ressaltar os anônimos, os fiéis que continuam a "chegar de todas as partes" e, uma vez ao ano, sempre no segundo domingo de outubro, inundam a Belém metropolitana, cosmopolita, mas sempre e para sempre amazônica, com milhões de gestos de fé e de esperança.

O Círio é uma manifestação totalizante, que tem na procissão propriamente dita o evento principal. Reúne mais de um milhão de pessoas, quase dois milhões de pessoas, que, acreditem ou não nas coisas lá do céu, como diria Gilberto Gil, ficam sujeitas ao afloramento de suas emoções, transformam-se, ajoelham-se no asfalto das ruas, permitem-se, nesse momento único, o reconhecimento da fraqueza humana e a necessidade da interferência do sagrado.

Ao falar do Círio, não poderia deixar de me referir à corda, um dos principais elementos constitutivos dessa manifestação. Mais que um forte trançado de sisal, instituído para proteger a Santa em sua berlinda, num movimento involuntário da multidão ao longo da procissão, a corda passou a ser a acolhedora da força presente, embora invisível, que move os músculos retesados, os rostos comprimidos, os pés descalços, os corpos banhados de suor, inteiramente colados uns aos outros. É a expressão maior da atitude solidária. A única distinção que se faz na corda é a de gênero. À direita vão as mulheres, e, à esquerda, os homens. A coreografia ondulante que daí resulta é uma apoteose de fé religiosa, ou simplesmente a metáfora de que a condição humana, se unida, pode mudar a vida.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, distintos participantes convidados desta sessão especial, quero

fazer referência especial à presença dos artesãos de Abaetetuba, no Pará, que, na festa do Círio de Nazaré, conduzem os brinquedos de miriti na procissão ou, como acontece nos últimos anos, na feira que promovem na Praça do Carmo e na Praça da Matriz.

Os nossos artesãos paraenses levam brinquedos e imagens para a procissão. São brinquedos de uma singeleza, mas não há quem não se encante com eles, com a criatividade e com a criação do nosso povo. Movidos pela fé, são capazes de fazer com que cada brasileiro, cada turista, cada irmão nosso do nosso Estado, acompanhe com o coração cheio dessa alma amazônica, da alma do nosso povo, expressada na beleza e na singeleza daqueles brinquedos, que constituem parte importante dessa manifestação cultural de fé do povo paraense, manifestação da qual os abaetetubenses, o povo do Baixo Tocantins, participam com desvelo, fé e esperança.

Senhores e senhoras, homenagear o Círio é, ao mesmo e a um só tempo, homenagear o povo paraense em suas múltiplas faces e em sua imorredoura certeza de que caminhar sempre vale a pena.

Para concluir, trago mais um trecho do escritor, lutador social e ex-Parlamentar, ex-Deputado Federal, Benedicto Monteiro, em seu premiadíssimo livro *Carro dos Milagres*:

> ...Mas o senhor que é caboco acostumado nestas festas sabe muito bem, que o Círio de Nossa Senhora de Nazaré *não tem começo nem fim (...)* deixe o povo ingrossar. Deixe tomar parecença e solenidade justa de uma digna procissão. *Quando este poder de povo tiver unido-unido, carne-e-unha, ombro a ombro, cabeça com cabeça, esprimido nas paredes, que zolho não mais for zolho, cara não for mais cara, e cor não for mais cor... é porque vem vindo o Carro dos Milagres.*

Salve a fé do povo paraense!

Salve a vontade de sempre seguir adiante!

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srs. Deputados, senhoras e senhores convidados, não nominei o nosso Delegado Vicente Salles, que, por muitos anos, serviu ao Estado do Pará, que hoje está em Brasília, irmanado a essa enorme comunidade paraense aqui no Distrito Federal.

Queria fazer menção, ao final, ao momento grave que vivemos nesta Casa. Com certeza, não por acaso, a sessão em homenagem ao Círio e à Nossa Senhora de Nazaré ocorre um dia antes em que as Srªs e os Srs. Senadores, que ocupam cada uma dessas 81 cadeiras neste plenário, têm sobre si a difícil missão de participar de um processo que o Brasil todo acompanha com muito interesse e com muito desejo de que sejamos capazes de fazer aquilo que manda a verdade e a justiça; que sejamos capazes de aqui, com a nossa participação, com o nosso voto ajudar o Brasil a enterrar uma certa sensação de impunidade que reina em muitos lugares, nas instituições públicas, nas instituições de Estados – seja no Poder Executivo, seja no Legislativo, seja no Judiciário.

Sabemos que os olhos da Nação estão voltados, Sr. Presidente, para esta Casa, não porque queiramos que assim seja, mas fatos graves colocados ao exame dos nossos Pares através do Conselho de Ética, dos processos que podem ser feitos aqui neste próprio ambiente. Aqui, devemos todos estar imbuídos do melhor propósito de fazer o bem, trabalhar em benefício da maioria do nosso povo, especialmente em favor dos mais empobrecidos e dos mais marginalizados.

Portanto, queremos rogar a bênção e a luz de Nossa Senhora de Nazaré. Aqui não interessa cor partidária, credo político, interessa-nos tentar agir de acordo com o que pensam e querem a sociedade e a maioria do povo brasileiro. Mas precisamos de bênçãos, de luzes para orientar nosso caminho, nossas decisões, às vezes, tão graves e tão difíceis, muitas vezes dolorosas. Decisões das quais, com certeza, nenhum dos senhores e das senhoras gostaria de participar. Preferíamos não ter que tratar de certas questões que, às vezes, nos constrangem, dificultam nosso caminhar, nosso trabalho. Precisamos de muita luz, de muita fé para ser, primeiro, honestos; precisamos ser justos como homens com suas virtudes e defeitos, mas precisamos, sobretudo, de luz. E rogamos a Nossa Senhora de Nazaré essa luz, bem como a luz que vem da força do coração e do pensamento de cada brasileiro e de cada brasileira; de cada paraense, de cada devoto para que tenhamos luz e transparência para fazer cumprir aqui o nosso papel.

Ao homenagear Nossa Senhora de Nazaré e o Círio de Belém, quero agradecer a presença de cada um e de cada uma. Queremos, também – e muito –, ser abençoados por essa luz, por essa fé, para cumprir, Senador Mozarildo Cavalcanti, a nossa missão, as nossas tarefas aqui no Congresso Nacional, no Senado Federal, preservando e lutando por aquilo que seja mais justo e mais digno para resgatar a cidadania, garantir a cidadania, o respeito ao povo brasileiro, e, aqui, também, ao povo paraense, tão bem representado neste plenário, nesta sessão em homenagem ao Círio de Nossa Senhora de Nazaré. Bênção especial para todos nós, todos os paraenses e todo o povo brasileiro.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais – PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador José Nery, ao tempo em que esta Presidência parabeniza o Senador Flexa Ribeiro e outros, que foram autores do requerimento para a realização desta sessão que teve como objetivo homenagear o Círio de Nazaré, denominado Patrimônio Imaterial da Cultura Brasileira, pelo transcurso do seu 214º Aniversário, que ocorrerá no próximo dia 14.

Senador Mário Couto, V. Exª tem a palavra. O Senador José Nery passa a ser o antepenúltimo, porque V. Exª é o penúltimo e ainda temos a vinda do Senador Arthur Virgílio.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, para mim é um motivo de grande alegria e satisfação subir a esta tribuna para falar de Nossa Senhora de Nazaré.

Inicialmente, Sr. Presidente, quero dizer a V. Exª que, quando fui Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, por quatro anos – estou vendo aqui o meu Arcebispo, tão querido pelo povo do Pará; é uma honra tê-lo aqui; estou vendo ali o companheiro Arnaldo, de tantas lutas –, tive a felicidade de poder ter a Virgem peregrina original, aquela que o povo paraense acompanha no Círio e na trasladação, na Assembléia Legislativa.

Sempre fazíamos, Prefeito Duciomar Costa, uma sessão especial em homenagem à Santa querida dos paraenses. Foram quatro anos, e quatro vezes tivemos, naquela Casa legislativa, a Santa querida dos paraenses.

Aproveito a oportunidade, e não poderia deixar de fazê-lo, para dizer ao nosso Arcebispo muito obrigado pelo que está fazendo em prol do nosso povo, em prol da nossa religiosidade. Foi assim com D. Zico e, agora, estamos tendo o prazer de poder contar com o seu trabalho. Isso engrandece todos os paraenses. Quero, então, parabenizá-lo por seu trabalho e a toda a equipe que prepara o Círio. Tenho eu a consciência de que é uma festa em que milhões de pessoas vão às ruas – não são centenas nem milhares, são milhões de pessoas que vão às ruas.

O Círio, em resumo, é uma explosão de fé, e essas pessoas vão exatamente para ver a Virgem, pagar suas promessas e para pedir à Virgem outros benefícios em prol, às vezes, de si e de suas famílias. Isso é demonstrado no decorrer do Círio, quando milhares de pessoas fazem os agradecimentos pelos milagres alcançados.

Mas quero aqui aproveitar a oportunidade – e não poderia deixar de fazê-lo –, Senador Flexa Ribeiro, primeiro, para parabenizar V. Exª por ter programado esta sessão especial, que orgulha muito a todos nós, que amamos o nosso Estado e a Virgem de Nazaré, nossa grande padroeira, que tem, com certeza, iluminado aquele Estado. Quero parabenizar V. Exª e parabenizar, principalmente, a diretoria da festa, porque, como disse ainda há pouco, não são centenas nem milhares, são milhões de pessoas que vão às ruas pedir à Santa Padroeira.

A organização, não tenho a menor dúvida, é planejada por todos vocês com muito desejo de acertar. Milhões de pessoas saem de suas casas para acompanhar a procissão, para chegar até a igreja na mais absoluta ordem, todos os anos. E essa diretoria, todos os anos, acerta. Eu vejo em cada um o desejo de acertar, eu vejo em cada um o amor que tem à Virgem de Nazaré.

A procissão, o Círio, é indescritível. Nenhum de nós, presentes a esta reunião, teria capacidade de descrever, nos seus mínimos detalhes, o que é o Círio de Nazaré. Nenhum de nós. É a coisa mais bela do Universo, mas descrevê-lo ponto a ponto é impossível, meu querido Arnaldo.

Quero ser breve. Desço desta tribuna muito feliz, Prefeito, por ver a Virgem de Nazaré, por ver o nosso Arcebispo e a equipe que patrocina a festa de Nazaré, com o seu trabalho espontâneo.

Que a Virgem de Nazaré continue protegendo e abençoando o povo do Estado do Pará!

Muito obrigado, Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Agradeço a V. Exª.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio como último orador inscrito.

V. Exª tem a palavra, Senador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr. Arcebispo, Prefeito Duciomar, prezada Deputada Ann Pontes, Senadores Alvaro Dias e Flexa Ribeiro, demais componentes da Mesa, Srªs Deputadas, Srs. Deputados, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, convidados para esta oportuna e relevante sessão solene do Senado Federal, a imprensa recentemente criticou, e com razão, o excesso de sessões solenes que o Senado tem vivido. Isso até banaliza a figura da sessão solene; isso é verdade. Agora, esta não. Esta realmente é importante. Até para quem só conhece a Festa de Nazaré por televisão, até esses sabem que a homenagem é mais do que justa.

Tive o orgulho de conhecer, de ter ido ao Círio de Nazaré, duas vezes. Na verdade, Senador Flexa Ribeiro, fiz incursão suprapartidária nessas duas viagens, porque, na primeira vez, fui convidado da minha colega de Câmara, hoje Governadora do Estado, Ana Júlia Carepa.

Passei dois ou três dias de absoluto enlevo, porque vi aquela cerimônia inicial, que é a trasladação, e, no dia seguinte, a procissão. Acompanhamos um pouco a procissão e depois fomos para uma casa da qual a visão era privilegiada. Deu para ver desfilar à nossa frente um milhão de fiéis talvez, gente de todo País: do interior do Pará, do interior do País, das capitais todas, Belém em peso e também turistas do mundo.

Da outra vez, fui a convite do meu querido amigo e companheiro, o ex-Governador Almir Gabriel, junto com o então Governador Simão Jatene e pude, novamente, constatar que não há festa religiosa mais forte do que a de Nazaré, em Belém. Não há.

Aliás, temos, no meu Estado, a meu ver no fundo, no fundo, fictícia situação de antagonismo, de rivalidade com o Pará. Mas faço parte daqueles amazonenses que têm uma admiração profunda pelo Pará. Conheço muito o Pará. Conheci diversas cidades fazendo comício aqui e acolá. Conheço bastante Belém. Tenho amigos muito queridos em Belém, Dr. Djalma Melo. Conheço Santarém, que é uma parte amazônica do Pará, e conheço Salinas, que é um conjunto de praias absolutamente excepcional.

O Governador Simão Jatene dizia que o Pará era um Estado muito privilegiado, porque ficava na esquina do rio Amazonas com o oceano Atlântico. Mas eu fui além: conheço Marajó – estive lá com o Senador Flexa Ribeiro e com o Governador Simão Jatene. Conheço Marajó e sempre digo que quem não conhece Marajó não conhece efetivamente o Brasil. E mais, lanço um desafio ao homem público que se imagina conhecido pelo País inteiro: se ele não for conhecido em Marajó, ele não é uma pessoa realmente conhecida nacionalmente.

A gente chega lá e encontra um mundo completamente diferente: a limpeza pública é feita em cima do lombo de búfalos, praias belíssimas, experiências fantásticas. Há um grupo, aliás, a cidade inteira pratica uma luta belíssima chamada Luta Marajoara, que é uma espécie de *wrestling*, é uma greco-romana inventada por eles ali há mais de 200 anos. Tendo-os visto praticar aquilo, fiz uma sugestão ao Governador Simão Jatene. Como não sei se foi implementada, fica a sugestão para a Governadora Ana Júlia: que implante a Luta Marajoara como peça obrigatória, como matéria obrigatória do currículo das escolas públicas do Pará.

Enfim, é um Estado riquíssimo, que chega ao ápice de sua capacidade criadora e de sua demonstração de fé com o Círio de Nazaré. As pessoas que pagam promessas, as pessoas que fazem seus votos de esperança, as pessoas que exibem suas faces iluminadas por uma fé inquebrantável, essas todas, a mim me encantaram muito.

Nós temos no Amazonas uma festa muito bonita, a festa de Nossa Senhora do Carmo, em Parintins. É uma festa de muito fervor, menor em tamanho e igual em intensidade de fé, intensidade de abnegação, intensidade de sacrifício, intensidade de beleza, porque o Círio de Nazaré é uma festa de muita beleza e que termina com muita alegria, como devem ser todas as festas populares.

Então, fiz questão, Presidente Efraim Morais, atendendo ao convite e ao chamamento do Senador Mário Couto e do Senador Flexa Ribeiro, com o parecer do Senador José Nery, de comparecer a esta sessão. Eu já viria de qualquer jeito. Viria porque esta sessão me dá oportunidade de expressar o carinho que tenho por esse Estado tão próximo do meu no mapa, embora tão distante. Dizem que nós somos vizinhos, mas levamos 1 hora e 50 minutos de jato de Manaus a Belém. É uma vizinhança que tem distâncias amazônicas a separar um Estado do outro. Mas sinto que temos muita identidade cultural, muita identidade política até, se pensarmos em política em um sentido mais amplo, com "P" mais do que mais maiúsculo; temos identidade e fraternidade econômica.

Precisamos aprender a construir, juntos, uma realidade justa para ambos os povos, porque Amazonas e Pará são os Estados centrais da Amazônia, que podem mostrar ao País, junto com os outros Estados – Acre, Rondônia, Amapá, Tocantins, Roraima –, que o Brasil só tem uma alternativa de ter futuro brilhante: se souber dar um futuro brilhante à Região Amazônica, se souber explorar as suas possibilidades.

Um Deputado do meu Estado, o Deputado Praciano, diz que o mundo inteiro demonstra cobiçar a Amazônia, e o Brasil até hoje não aprendeu a cobiçar a Amazônia. Se o Brasil cobiçasse a Amazônia mesmo, haveria mais policiais federais na fronteira; se o Brasil cobiçasse a Amazônia, aparelharia o Ibama para impedir as queimadas criminosas; se o Brasil cobiçasse a Amazônia, faria muito mais investimentos do que faz hoje. E eu não me refiro a um Governo; refiro-me a 200 Governos, incluindo este, e para trás.

Então, o Brasil precisaria aprender a cobiçar a Amazônia, a querer a Amazônia. Se há uma potência que deve procurar ocupar a Amazônia, inclusive militarmente, essa potência se chama Brasil. O Brasil precisa colocar isso na cabeça de Norte a Sul. E vejo uma grande oportunidade no Círio de Nazaré, para que os brasileiros pensem na Amazônia, reflitam sobre a Amazônia e aprendam com a fé daquele povo; aprendam, Senador Mário Couto, com a fé belíssima, com a fé – eu repito – inquebrantável daquele povo. E que percebam que um povo – e aí eu quero me considerar, como amazônida, também anfitrião dessa festa

– que é capaz de construir uma festa popular tão bonita, uma festa religiosa tão exuberante, esse povo tem todas as vocações, menos a da pequenez, menos a do nanismo, menos a da mesquinharia, menos a da mediocridade, e não pode ser condenado a um futuro pobre e medíocre um povo que é capaz de realizar o Círio de Nazaré, Sr. Presidente.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Arthur Virgílio.

Aproveitando o término desta homenagem, agradeço as presenças do Exmº Sr. Prefeito da cidade de Belém, ex-Senador Duciomar Costa; de S. Emª Revmª D. Orani Tempesta, Arcebispo de Belém; da Srª Ann Pontes, Presidente da Paratur, representando a Governadora, ex-Senadora Ana Júlia Carepa; do Revmº Sr. Padre Ramos, Presidente da Diretoria da Festa do Círio de Nazaré. Agradeço ainda aos Srs. Deputados Federais que aqui se encontram e a todos que participaram desta sessão.

Vamos suspender a sessão por cinco minutos, para os cumprimentos, e convidamos para a abertura da Exposição Círio de Nazaré, a realizar-se na Chapelaria.

Está suspensa a sessão por cinco minutos.

(Suspensa às 16 horas e 14 minutos a sessão é reaberta às 16 horas e 19 minutos.)

O Sr. Efraim Morais, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Está reaberta a sessão.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra, inicialmente, ao Senador Euclydes Mello, para uma comunicação inadiável.

A seguir, falarão o Senador Gilvam Borges e o Senador Mozarildo Cavalcanti, pela ordem.

Senador Euclydes Mello, V. Exª dispõe de cinco minutos para o seu pronunciamento.

O SR. EUCLYDES MELLO (Bloco/PTB – AL. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, no último dia 7 de setembro, completou 97 anos de fundação a Sociedade Musical Filarmônica Santa Cecília, de Marechal Deodoro, em Alagoas, que vem se destacando, ao longo de quase um século de existência, por inestimáveis serviços prestados nas áreas de educação, formação e aperfeiçoamento musical.

A entidade já é nacionalmente reconhecida e tem se destacado por constituir um grande celeiro de músicos, revelando verdadeiros talentos para diversas bandas e orquestras oficiais, inclusive da Aeronáutica, da Marinha, do Exército e dos famosos Dragões da Independência.

Além disso, a escola desempenha um papel relevante na sociedade local não só pela apresentação e promoção de eventos culturais, mas, principalmente, por dar oportunidade de desenvolvimento e inclusão social à população do Estado.

Registro assim, Sr. Presidente, esta homenagem e o meu voto de aplauso a essa importante instituição alagoana, solicitando a devida publicação deste manifesto nos Anais da Casa, acompanhado da relação da nova Diretoria da Filarmônica, que tem como Presidente o Coronel José Cláudio da Silva e, como Presidente de Honra, a Professora Eleuza Galvão Rodas.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EUCLYDES MELLO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Composição da nova Diretoria:

Presidente de Honra – Profª Eleuza Galvão Rodas
Vice-Presidente de Honra – Prof. José Ramos de Oliveira
Presidente – Cel. José Cláudio da Silva
Vice-Presidente – Dr. José João da Rocha Lopes
1ª Secretária – Maria Adelaide Souto dos Santos
2º Secretário – Cícero Edval dos Santos

1º Tesoureiro – Dr. Ov´dio José Souto Galvão
2º Tesoureiro – Zozenildo Ramos da Silva
Diretor de Patrimônio – Eronaldo Silva dos Santos
Vice-Diretor de Patrimônio – Manoel Santos de Araújo
Diretor Musical – Amilton José Lima da Silva
Regente – Carlos José da Rocha
1º Sub-Regente – José Mota Pinheiro
2º Sub-Regente – Eronaldo Silva dos Santos
3º Sub-Regente – Sargento J. Rodrigues dos Santos Filho
Diretor Social – Wanisse Elita da Silva
Vice-Diretor Social – Aurélio Juvino da Silva neto
Diretor Fiscal – Tenente Jarbas Maurício Alves
Vice-Diretor Fiscal – José Linz de Lima
Orador – Dr. Cícero Luiz de Lima

Sala das Sessões, em

Senador EUCLYDES MELLO

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Euclydes Mello.

Com a palavra, por cessão do Senador Gilvam Borges, o Senador Romeu Tuma.

V. Exª dispõe de dez minutos para o seu pronunciamento.

O SR. ROMEU TUMA (DEM – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço ao Senador Gilvam Borges pela cessão do lugar.

Sr. Presidente Alvaro Dias, Senador Mozarildo Cavalcanti, Senador Heráclito Fortes, senhoras e senhores, venho à tribuna porque já apelidaram o episódio do trem baleado no Rio de Janeiro de a inauguração do trem-bala no Brasil. Parece chacota, Senador Mão Santa, mas é uma realidade que nos entristece muito, pela forma da agressividade e pela organização criminosa.

A tiros e pedradas, bandidos infiltrados numa favela do Rio de Janeiro alvejaram, ontem, o trem que conduzia os Srs. Ministros Márcio Fortes, das Cidades, e Pedro Brito, da Secretaria Especial dos Portos. Felizmente, a comitiva e os jornalistas que os acompanhavam escaparam ilesos.

Se, por um lado, o ato de violência mostrou a periculosidade e a petulância dos criminosos, especialmente os traficantes de drogas, que intentam se apoderar de favelas inteiras onde exista a debilidade da presença do Estado, por outro, foi uma demonstração cabal da importância de se reforçarem as ações estatais nessas comunidades, seja sob a ótica da segurança pública, seja no campo social.

Os ataques ocorreram durante uma visita às obras de recuperação do acesso ferroviário ao porto do Rio de Janeiro, quando o trem passou, na ida e na volta, pela favela do Jacarezinho, Zona Norte da capital fluminense. Ali, uma parceria entre o Ministério das Cidades, o Governo do Rio de Janeiro e a Prefeitura carioca está possibilitando a remoção de 450 casas irregulares que margeiam a ferrovia e põem em risco tanto os moradores quanto as composições ferroviárias.

A absurda ocupação vem ocorrendo há duas décadas naquela e noutras favelas cortadas pelas linhas do trem. Dificulta a passagem dos comboios, prejudicando o acesso ao porto do Rio de Janeiro, e favorece o roubo de cargas. Cerca de R$10 milhões estão sendo gastos na construção de muros ao longo da ferrovia e na indenização de moradores deslocados.

Ontem, o trem com a comitiva governamental trafegava lentamente para que cinegrafistas e fotógrafos pudessem registrar os resultados da parceria. Cerca de setenta pessoas, entre autoridades e jornalistas, lançaram-se ao chão para escapar das balas e pedras. Felizmente, ninguém ficou ferido, mesmo com os seguranças precisando reagir para rechaçar os atacantes.

Ambos os Ministros ressaltaram a necessidade de se reforçar a presença do Estado nas comunidades faveladas, de maneira a preencher lacunas da segurança e do campo social, inclusive para propiciar, Sr. Presidente, e garantir geração de empregos e renda. Também lembraram que o atentado não pode prejudicar os esforços governamentais para desembaraçar o porto do Rio de Janeiro. A recuperação da ferrovia triplicará a capacidade de acesso e, combinada com outros projetos em andamento, permitirá expandir em 70%, até 2010, a participação do porto carioca no comércio internacional.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é obvio o intolerável atrevimento da bandidagem organizada. Não constitui novidade. Manifesta-se principalmente nas capitais e principais cidades de todos os Estados. Por exemplo, ainda hoje de madrugada, em São Paulo, vinte assaltantes – ou quarenta, como diz a imprensa – armados com fuzis, metralhadoras e granadas dinamitaram a parede de uma das maiores transportadoras de valores para poder entrar. Apoderaram-se das instalações da empresa e do dinheiro nela existente. Entretanto, ao sair, já eram aguardados pela polícia. Resistiram, e dois deles morreram no tiroteio durante a perseguição de um dos veículos que conduzia esses dois marginais.

A repetição de episódios como o que acabo de relatar tem reforçado a impressão de que a criminalidade violenta se tornou crônica e só poderá ser debelada através de ações efetivas e combinadas de todos os escalões do Poder Público. Basta de análises e desculpas que só explicam, mas não podem justificar a escalada de violência! Basta de planos para investir milhões de reais numa segurança pública imaginária, que nunca sai do papel, enquanto a população perece.

Acredito que, ontem, durante a posse de dois Secretários do Ministério da Justiça, o Ministro Tarso Genro deu uma rápida explicação sobre o projeto de um plano de ajuda aos Estados para melhorar a situação da segurança e, talvez, trazer um pouco mais de tranqüilidade à população e, principalmente, afastar da sociedade o clima de impunidade que gera no coração de todos os brasileiros.

O remédio é amargo. Implica agir enérgica, rápida e permanentemente, com inteligência e eficácia. Precisamos ter consciência de que apenas a criminalidade é insuportável, porque continua a apavorar e destruir famílias, a fazer órfãos e incapacitar trabalhadores, como um terrorismo sem terroristas, que ameaça, cada vez mais, o Estado Democrático de Direito.

Acho que não casa bem chamar de inauguração do trem-bala o episódio do trem baleado pela criminalidade no Rio de Janeiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

V. Exª dispõe de dez minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, há pouco tempo, esta Casa aprovou a lei que regulamenta a criação de Zonas de Processamento de Exportação no País. É evidente que a lei, por si só, dá ao Presidente da República o poder de definir onde devam ser implantadas essas Zonas de Processamento de Exportação. Mas é lógico, Sr. Presidente, que tanto os Deputados Federais quanto os Senadores, representantes, portanto, dos seus Estados, dos seus Municípios, têm muito mais sensibilidade e mais conhecimento de onde, em cada Estado, é necessário ou convém implantar uma Zona de Processamento de Exportação.

Assim é que, logo em junho, portanto, começaram a ser apresentados projetos autorizativos propondo a criação de Zonas de Processamento de Exportação em vários Municípios. A primeira pessoa que apresentou um projeto aqui no Senado foi a Senadora Roseana Sarney, que, por sinal, apresentou cinco projetos, todos eles já aprovados na Comissão de Desenvolvimento Regional. A Senadora Roseana, que é a Líder do Governo no Congresso Nacional.

Também o Senador José Sarney, que é Senador pelo Amapá e que já foi Presidente da República, apresentou um projeto propondo a criação de duas ZPE no Amapá: uma em Macapá e outra em Santana.

O Senador Valdir Raupp, que é Líder do PMDB nesta Casa, apresentou quatro projetos propondo a criação de ZPE no seu Estado em diversos Municípios. Vários Senadores fizeram o mesmo. Vou citá-los: Senador Flexa Ribeiro, Senador Zambiasi, Senador Paulo Paim, Senador João Claudino, Senador José Maranhão, Senadora Lúcia Vânia, Senador Jayme Campos, Senador Cícero Lucena, Senador Arthur Virgílio, Senador Mário Couto, Senador Gim Argello, Senador Marconi Perillo, Senador Alvaro Dias. O Senador Alvaro Dias, por sinal, foi o último a apresentar um projeto, para Foz do Iguaçu.

Eu apresentei dois projetos, um deles propondo a criação de uma ZPE no Município de Rorainópolis, que é o Município mais ao sul do Estado de Roraima, na fronteira com o Estado do Amazonas, e outro em Caracaraí, que é um Município que tem um porto fluvial que permite a navegação durante o ano todo. São dois Municípios do interior que precisam ter estímulos para que possam realmente desenvolver-se e desenvolver, portanto, o Estado. Por fim, apresentei um projeto para a criação de uma Zona de Processamento de Exportação em Boa Vista. Estes dois projetos meus, o que cria as Zonas de Processamento de Exportação em Caracaraí e em Rorainópolis, e o outro, para Boa Vista, foram aprovados na Comissão de Desenvolvimento Regional.

O Líder do Governo no Senado, Senador Romero Jucá, depois da apresentação dos meus projetos, apresentou também um projeto para a criação de uma Zona de Processamento de Exportação em Boa Vista. Quer dizer, depois que eu tinha apresentado; portanto, dando razão à minha iniciativa.

Como eu disse, Senadores de vários Estados, o Senador Jayme Campos, o Senador Arthur Virgílio, que é do Amazonas e que defende a Zona Franca de Manaus, apresentaram projetos, porque entendem que, no mínimo, é obrigação de um Senador indicar para o Governo Federal onde deve ser instalada uma Zona de Processamento de Exportação, que é um mecanismo importante para o desenvolvimento.

A China, Senador Jonas Pinheiro, tem mais de 600 ZPEs; os Estados Unidos, outro tanto, mais de 600 também com certeza. As ZPEs não são uma invenção brasileira. Elas são uma instituição já consagrada. Por isso mesmo é que pessoas ilustres, do nível das aqui citadas, como o ex-Presidente José Sarney, a Senadora Roseana, Líder do Governo no Congresso, o Senador Valdir Raupp, Líder do PMDB, e tantos outros ilustres Senadores apresentaram esses projetos aqui.

Mas, Sr. Presidente, muitas vezes – é por isto que o eleitor se confunde quando ouve a **Rádio Senado**, ou vê a **TV Senado**, ou assiste às notícias pelas televisões comerciais, e vê e ouve um parlamentar dizer uma coisa e depois dizer outra –, eu fico muito preocupado, principalmente quando vejo, por exemplo, matéria como a que li hoje, Senador Jarbas Vasconcelos, numa coluna chamada "**Parabólica**", do jornal ***Folha de Boa Vista***, do meu Estado:

> ZPE 1
>
> O senador Romero Jucá ligou para a Coluna, ontem pela manhã, para dizer que há um mês foi aprovada a nova lei das ZPE (Zonas de Processamento de Exportação) em que foi acrescentado por ele um dispositivo que autoriza o Governo Federal a instalar em qualquer lugar do país uma ZPE sem precisar de projeto autorizativo.
>
> ZPE 2
>
> O parlamentar, que é líder do governo no Senado, disse que quando a lei geral foi

aprovada, ele fechou entendimento pessoalmente com o Presidente Lula [ele é muito íntimo realmente, né?] para a instalação da ZPE em Boa Vista, processo que depende de encaminhamentos do Prefeito Iradilson Sampaio (PSB) [Prefeito de Boa Vista], para identificar o terreno – provavelmente na altura do anel viário –, além de providenciar estrutura, como energia confiável e licitar a empresa para a instalação.

MAQUIAGEM

Romero Jucá afirmou ainda que, como não precisa mais de projeto autorizativo, o anúncio por parlamentares de projeto para instalar ZPE em Roraima não passaria "de maquiagem ou proposta inócua". Na semana passada, o Senador Mozarildo anunciou que um projeto de autoria dele criando uma ZPE em Boa Vista fora aprovado, além de outras duas anteriormente, em Rorainópolis e Caracaraí.

Ora, Senador Jarbas, é uma história: mia aqui, quer ser bonzinho aqui e quer rosnar lá. Quer ser Líder do Governo, devia articular a favor do Governo, e desmerece não só a mim lá, porque é um jornal local, então ele pensa que não repercute, e eu estou fazendo repercutir na **TV Senado**. Porque ele tem de ter um discurso só: ou é o discurso desse jeito, ou é de outro jeito. Ora, por que ele próprio apresentou um projeto se ele disse que não é preciso, que é maquiagem, que é proposta inócua? Por que apresentou?

Então, quero aqui me dirigir especialmente ao povo de Roraima, mas quero me dirigir também aos Senadores, porque no mínimo não é bonito que um Senador, que é Líder do Governo, que deve, portanto, articular todos os partidos, inclusive o meu, que é da base aliada, venha desmerecer uma atuação de um Parlamentar que está vigilante para desenvolver o seu Estado. E pior, e quero que ele explique: se ele diz isso, por que apresentou um projeto desse? Por que apresentou só depois que eu apresentei? O que não seria nada demais alguém apresentar um projeto, digamos assim, reforçando a idéia de outro Parlamentar do mesmo Estado. Não vejo nada de mais. Agora, fazer isso e ao mesmo tempo dizer lá que isso não vale, que é uma atitude como se fosse boba, inútil, inócua, eu não aceito.

Quero realmente aqui protestar veementemente perante os Srs. Senadores, perante o Senado, e dizer ao povo de Roraima que assim é que, lamentavelmente, muitos políticos passam a não ter fé. Isso termina contaminando todos os políticos.

Não me enquadro nesse tipo de político que tem um discurso lá no Estado e outro discurso aqui, não. Só tenho um discurso. Essa história de miar lá e rosnar aqui não é comigo.

Senador Jarbas Vasconcelos, com muito prazer.

O Sr. Jarbas Vasconcelos (PMDB – PE) – Senador Mozarildo, esse aparte que estou lhe fazendo eu já deveria, por uma questão de justiça, tê-lo feito já há algum tempo. Freqüento aqui o plenário há pouco mais de sete meses e percebo a seriedade com que V. Exª trata dos assuntos do seu Estado, do Norte do País e do País de um modo geral. Sempre chamam a atenção não só as reivindicações que V. Exª faz para Roraima, como um discurso que V. Exª aprofundou com relação às chamadas desigualdades regionais, em que, como poucos, chamou a atenção do Governo Federal, da União, para um tratamento diferenciado para as nossas regiões, a minha, do Nordeste, e a sua, do Norte. De forma que quero me incorporar a sua fala para, primeiro, reconhecer publicamente sua atuação como Senador, sua atuação limpa, corajosa, atuante, assídua aqui no plenário, sempre em defesa da sua região e do País. De forma que não eu poderia vê-lo assim se defendendo ou querendo esclarecer uma nota dúbia que foi publicada em Roraima, sem dar este meu depoimento sobre sua atuação parlamentar, podendo acrescentar ainda a sua assiduidade, a sua freqüência na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, como também de uma pessoa responsável, que tem procurado votar de forma séria e de forma competente. Portanto, Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Exª para mim foi uma revelação positiva. Dentre tantas coisas negativas que encontrei aqui no Senado da República, a atuação de V. Exª, com toda a certeza, é algo positivo no Senado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Muito obrigado, Senador Jarbas. O depoimento de V. Exª me deixa muito satisfeito, porque conheço a trajetória de V. Exª, um político sério, um homem que não tem meias palavras, que não tem verdades diferentes para um mesmo tema. Portanto, acolho com muita satisfação o aparte de V. Exª e, ao encerrar, deixo um apelo ao nobre Senador Líder do Governo e ao próprio Governo: que aconselhe o seu Líder a ter mais coerência, a ser mais respeitoso e levar a política mais a sério, e, inclusive, a não se envergonhar do que ele próprio fez. Se ele apresentou um projeto que propunha a ZPE e, lamentavelmente, apresentou-o atrasado e o meu foi aprovado, não é desmerecendo essa iniciativa que ele vai ganhar ponto. O povo conhece, sim – o povo não é burro –, quando o político não sabe falar a verdade ou costuma mentir.

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Fátima.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, apenas para solicitar à Mesa do Senado Federal que acolha requerimento que faço no sentido de apresentar condolências à família da Srª Maria Ednalva Bezerra de Lima, Secretária Nacional da Mulher Trabalhadora, da Central Única dos Trabalhadores, falecida na noite de ontem, 10 de setembro de 2007.

Faço este registro, Sr. Presidente, com muita tristeza e com muito pesar, em vista de que a companheira Maria Ednalva Bezerra de Lima tinha 47 anos e faleceu vítima de meningite. Vinha exercendo com muita dedicação e competência a função de Secretária Nacional da Mulher Trabalhadora da Central Única dos Trabalhadores.

Nos últimos meses, Ednalva havia-se dedicado integralmente à organização da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres e da Marcha das Margaridas, realizadas no mês de agosto. "Para fugir da discriminação sofrida diariamente por milhares de mulheres, é importante solidificar políticas que melhorem as condições de vida, assim como estabelecer mecanismos que rompam com o 'machismo' que ainda domina o mercado de trabalho", dizia Ednalva.

Maria Ednalva Bezerra de Lima era paraibana, professora licenciada em Letras com especialização em Educação. Militante de esquerda desde muito jovem, participava da Associação do Magistério Público do Estado da Paraíba (Ampep). Em 1984, teve participação ativa na organização da greve de 100 dias em seu Estado, por melhores salários e condições nas escolas públicas.

Após a criação do Sindicato, integrou o Conselho Diretor no período de 1984 a 1990. Coordenou a Comissão Estadual de Mulheres da Central Única dos Trabalhadores do Estado da Paraíba, de 1989 a 1994, sendo membro integrante da Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT nos anos 1989 a 1997.

Entre 1994 e 1997, exerceu o cargo de Secretária de Políticas Sociais da CUT/PB. De 1997 a 2000, foi suplente da Direção Executiva Nacional da CUT e, paralelamente, coordenou o Núcleo Temático de Gênero, responsável por desenvolver subsídios e reflexões teóricas e metodológicas sobre capacitação em gênero para a política nacional de formação daquela Central.

Ainda em 1997, passou a coordenar a Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT, até 2003. Nessa época, por ocasião do 8º Congresso Nacional da CUT e, fruto da organização e do trabalho das mulheres no interior da Central, coordenado por ela, é aprovada a resolução congressual criando a Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora – SNMT/CUT.

Membro efetivo da Direção Executiva da CUT Nacional desde 2001, em 2003, Ednalva Bezerra de Lima assumiu o cargo de Secretária Nacional, cujo mandato seria até 2009.

Ednalva sempre teve participação ativa nas questões de mulher e gênero, tornando-se uma liderança de referência nacional e internacional nos movimentos de mulheres e sindical, principalmente.

Temas como a saúde da mulher, o aborto, combate à violência contra a mulher, participação e empoderamento foram temas permanentes na trajetória de vida de Maria Ednalva. Nas comemorações do 8 de março deste ano, Dia Internacional da Mulher, fez a seguinte declaração:

> Temos três bandeiras este ano: salário igual para trabalho de igual valor; contra a violência à mulher e participação e poder. A Lei Maria da Penha vem de encontro com a nossa Campanha no Combate à Violência contra a Mulher Tolerância Nenhuma. Mas, para que ela favoreça nossa luta, é necessário mobilizar a todos, principalmente os governos estaduais e municipais.

Sr. Presidente, faço este registro – repito – com muita tristeza, com muito pesar, em nome de todas as mulheres trabalhadoras, principalmente aquelas organizadas no âmbito da Central Única dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Exª será atendida de acordo com o Regimento Interno.

Vamos alternar comunicações inadiáveis e oradores inscritos.

Estão inscritos para comunicações inadiáveis os Srs. Senadores Alvaro Dias e Garibaldi Alves Filho, e como orador inscrito o Senador Delcídio Amaral.

Convidamos para fazer uso da tribuna o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, a exemplo do pronunciamento do Senador Mozarildo Cavalcanti, gostaria também de destacar a importância de se estabelecerem prioridades para a escolha dos Municípios que serão beneficiados com as Zonas de Processamento de Exportação.

Apresentei hoje projeto incluindo o Município de Foz do Iguaçu, no Paraná. Eu creio que seria até dispensável argumentar a favor de Foz do Iguaçu. Se há um Município no Brasil que merece essa política de compensação, sem dúvida, pelo que oferece ao País e ao mundo, é Foz do Iguaçu. Ao País, inegavelmente, não só pelo espaço cedido à construção de uma grande hidrelétrica – a maior do mundo –, a binacional Itaipu, mas ao mundo, sobretudo, em função deste patrimônio da humanidade que é o Parque Nacional do Iguaçu, que tem de ser preservado com respeito ao meio ambiente. São belezas naturais e extraordinárias que encantam o mundo, mas legam à cidade e à região um passivo irrecuperável se o Governo não tiver a sensibilidade de atender pleitos dessa natureza, que compensem economicamente a região pelo que ela oferece em matéria de preservação ambiental a todo o Planeta.

Portanto, não incluir Foz do Iguaçu seria cometer uma gravíssima injustiça. Esperamos que isso ocorra. O espaço foi cedido, a produção industrial é menor, a produção agrícola é inferior, não há capacidade de geração de emprego, que teria a cidade em circunstâncias normais. E nós dependemos dessa compensação para que Foz do Iguaçu possa recuperar-se economicamente.

Os problemas são incríveis, já do conhecimento do País, porque reiteradamente comparecemos a esta tribuna para defender aquela região da tríplice fronteira. Os problemas mais graves são de segurança pública. Sem dúvida, Foz do Iguaçu vai-se transformando numa das cidades mais violentas do País. A criminalidade cresce de forma avassaladora, assuntando a todos nós.

Não é só isso. O desemprego também cresce de forma avassaladora na cidade de Foz do Iguaçu. Obviamente, são problemas sociais que contrastam com as belezas naturais que fascinam o mundo todo. Por essa razão, a apresentação desse projeto no dia de hoje, com o apelo para que esta Casa o aprove e, certamente, para que o Governo atenda a essa prioridade indiscutível.

A outra proposta que encaminhamos hoje diz respeito à Constituição.

Apresentamos uma proposta de emenda constitucional que muda o cenário em relação a crimes praticados no plano da ética por parlamentares que aqui são julgados por meio do voto secreto. Na emenda constitucional que apresentamos, propusemos a alteramos o art. 55, § 2º da Constituição Federal para que o voto secreto se torne aberto quando se tratar de quebra do decoro parlamentar.

Estamos vivendo esse drama agora, com a sessão secreta, com o voto secreto no dia de amanhã para decidir sobre a cassação ou a absolvição do Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros.

Já dissemos o nosso entendimento a respeito. Julgamos que é direito da população acompanhar o posicionamento de cada parlamentar. Estamos subtraindo, constitucionalmente inclusive, um direito sagrado da população de poder distinguir uns dos outros, conhecendo a realidade da postura de cada um dos seus representantes no Congresso Nacional.

Acompanhamos também a tentativa do Senador Delcídio Amaral de alterar o Regimento Interno para que a sessão não seja secreta, para que a sessão seja aberta. Assinamos a proposta do Senador e a apoiamos. Certamente, por não haver acordo entre as lideranças, essa proposta não será aprovada para o dia de amanhã, mas que o seja para o futuro a fim de que, no Senado Federal, não se esconda mais nada da população, especialmente quando disser respeito à quebra do decoro parlamentar.

Temos de propor transparência absoluta em todos os nossos gestos de natureza política, em todas as nossas ações que dizem respeito à representação dos nossos Estados. Certamente a população exige esse procedimento.

Não basta defender o voto aberto, não basta defender a sessão aberta, nós precisamos assumir a responsabilidade de propor alterações tanto na Constituição quanto no Regimento Interno do Senado Federal, e é isso que estamos propondo agora.

Mas, Sr. Presidente Tião Viana, quero também aproveitar esta oportunidade para trazer um reclamo paranaense.

É profundamente lamentável e desolador o drama enfrentado pelos pescadores do litoral do Paraná espalhados pelas Baías de Paranaguá, Antonina e Guaraqueçaba. Os 5,4 mil pescadores das mencionadas baías que formam o estuário paranaense sofrem os efeitos de acidentes de vazamento de petróleo e derivados ocorridos na região em 2001.

Os pescadores do Paraná aguardam há seis anos as indenizações devidas pela Petrobras. É cruel e desumano o tratamento dispensado pela empresa a homens que garantem a sua sobrevivência na atividade pesqueira.

A maior empresa do País, uma das maiores empresas do mundo, extremamente lucrativa, que mobiliza bilhões de reais anualmente, deve a humildes pescadores, a desassistidos pescadores, a famílias humildes que necessitam para a sua própria sobrevivência. É inexplicável essa atitude da Petrobras.

O socorro prestado pela Petrobras foi falho e demorado. Nem mesmo a cesta básica prometida chegou a todas as vítimas do acidente. Um navio da Petrobras, numa manobra de saída do terminal da Transpetro, colidiu com uma pedra no canal. Milhares de litros de nafta petroquímica vazaram para as águas.

E aí a insensibilidade humana dos responsáveis pela Petrobras.

Esse não foi o maior desastre naquela região. Em fevereiro de 2001, o oleoduto que liga o Porto de Paranaguá à Refinaria Presidente Vargas (Repar), em Araucária, se rompeu. O cálculo é de que pelo menos 50 mil litros de óleo diesel vazaram em quatro rios da região. A morte dos peixes, toneladas de peixes, foi a quota do desastre paga pela Baía de Paranaguá.

Além da proibição da pesca por muitos meses, o acidente deixou um gravame permanente à região: a atividade pesqueira deixou de ser a mesma, não assegurando a sobrevivência aos pescadores locais.

O clima de consternação vem sendo agravado pela crescente tensão no estuário. A indenização da Petrobras se arrasta e o próprio Tribunal de Justiça do Paraná deflagrou uma rodada de negociações com a Petrobras.

Os 5,4 mil processos movidos contra a Petrobras por danos morais e materiais já chegaram à segunda instância. A Petrobras perdeu em todas elas. Os juízes arbitraram R$42 mil de indenização por pescador em cerca de 450 processos julgados.

Sr. Presidente, pagar R$42 mil de indenização em 450 processos julgados não vai empobrecer a Petrobras, não vai fazer falta à Petrobras. Esses recursos não farão falta à Petrobras. Esse lucro gigantesco da empresa não será reduzido em razão do pagamento dessa indenização.

É por essa razão que aqui estamos fazendo este apelo.

A região das baías é uma área comprometida. Estudo da Universidade Federal do Paraná identificou traços de organoclorados – entre os quais metais pesados –, em botos que vivem na área. Isso sem falar no comprometimento de toda estrutura econômica do extrativismo.

São muitas as dificuldades para um acordo com a Petrobras. Os prejuízos causados pela empresa estatal naquela região são incomensuráveis. O Ministério Público do Paraná não aceitou a proposta da empresa de negociar um acordo no qual incluiria a indenização aos pescadores juntamente com a parte envolvendo ações dos ministérios públicos federal e estadual.

Ora, não é justo que a Petrobras procure alternativas dessa natureza para fazer frente ao direito daqueles pescadores!

Concedo ao Senador Eduardo Suplicy um aparte – é claro, desejando que ele interceda a favor desses humildes pescadores do litoral do Paraná.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Quero expressar o meu apoio à solicitação de esclarecimento de V. Exª e gostaria, Senador Alvaro Dias, de fazer um aparte com respeito a um dos temas que V. Exª tratou em seu pronunciamento.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pois não, Senador.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Refiro-me à proposta de emenda à constituição, que também assinei, que propõe que, quando houver julgamento de nossos Pares ou de qualquer um de nós por eventual quebra de decoro parlamentar, passemos a adotar sempre o procedimento de realizar a sessão aberta e com voto aberto. Quero aqui relembrar que, em 2003, uma iniciativa do Senador Tião Viana que foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça e por todos nós, do Partido dos Trabalhadores, quando examinada aqui no plenário, infelizmente, não foi aprovada, ficamos longe de obter os 3/5, os 49 votos necessários. Obviamente, de hoje para amanhã, não será possível que a proposição de V. Exª possa ser apreciada e votada, pois precisaria ser aprovada em dois turnos nesta Casa e em dois turnos na outra. Cabe também assinalar que inúmeros Senadores, dentre os quais o Senador Paulo Paim, são autores de propostas de emenda à Constituição para que o voto passe a ser aberto. Também na Câmara dos Deputados, há proposições nesse sentido, dentre as quais a do Deputado José Eduardo Martins Cardozo. Com respeito à questão da sessão fechada ou aberta, o Senador Delcídio Amaral, eu próprio e mais de trinta Senadores – acredito que V. Exª mesmo tenha assinado – propusemos, num Projeto de Resolução, a modificação do art. 197 de nosso Regimento Interno, de modo a fazer com que a sessão de apreciação e votação de casos de julgamento de Senadores seja realizada em caráter aberto. Consideramos muito difícil que essa alteração seja aprovada a tempo – o que seria a única possibilidade de amanhã termos a sessão aberta –, porque teria de ser apreciada e votada hoje e publicada amanhã. Essa seria a única possibilidade de amanhã termos uma sessão aberta, ou seja, o projeto ser apreciado e votado hoje para ser publicado amanhã. Em tese, isto pode acontecer: se houver um consenso entre os 81 Senadores, entre os Líderes de todos os Partidos e, obviamente, se o próprio Presidente...

(Interrupção de som.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Eduardo Suplicy, temos 16 outros oradores.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ... e se porventura o próprio Senador Renan Calheiros considerar que pode ser positivo para a sua defesa. Gostaria de expressar que, do ponto de vista do próprio Senador Renan Calheiros, pode ser positivo, pois S. Exª realizará a sua defesa e tentará persuadir todos os Senadores de que agiu de maneira adequada e sem interferir no decoro parlamentar – e analisaremos em profundidade todos os aspectos, ainda mais diante do que decidiu o Conselho de Ética. Eu, particularmente, quero ouvir com atenção a defesa do Senador Renan Calheiros –, e se o fizer de maneira aberta, inclusive para a população acompanhar, obviamente terá elementos mais fortes para transmitir aos Senadores e a toda população que interage conosco a respeito do assunto.

(Interrupção de som.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Mais um minuto improrrogável para V. Exª.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Agradeço a V. Exª.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Vou concluir, Sr. Presidente, agradecendo o aparte do Senador Eduardo Suplicy.

Mas não podemos esquecer o assunto. Assim que esgotarmos o episódio que estamos vivendo – dramaticamente, por sinal –, não podemos esquecer nas gavetas, nos escaninhos do Senado Federal essas propostas de sessão aberta e voto aberto em casos de quebra do decoro parlamentar. São propostas específicas para casos específicos de quebra do decoro parlamentar. Na Câmara dos Deputados, há uma proposição de maior amplitude, portanto mais complexa e polêmica.

Por essa razão, por considerarmos da maior importância resolver essa situação definitivamente, apresentamos, hoje, esta emenda à Constituição, com a certeza de que, pela vivência nesse episódio, teremos o apoio da maioria absoluta do Senado Federal para a aprovação de ambas as proposições, tanto a do Senador Delcídio Amaral como a de nossa autoria, que teve o apoio de muitos dos Srs. Senadores.

Muito obrigado, Sr. Presidente, apenas reiterando o apelo que fiz à Petrobras, para, com sensibilidade humana, resolver a situação dos pescadores do litoral do Paraná. Quem deve é a Petrobras! Quem tem que pagar é a Petrobras!

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Exª, Senador Alvaro Dias.

Concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral. A seguir, falará o Senador Osmar Dias e, após, o Senador Garibaldi Alves Filho, que estão inscritos.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, venho a esta tribuna, primeiro, para falar um pouco do projeto de resolução que apresentamos ontem na Secretaria do Senado Federal, por iniciativa do Senador Eduardo Suplicy, por iniciativa minha e de outros Senadores também, projeto este que altera o art. 197, inciso I, alínea "c", do Regimento Interno, permitindo, efetivamente, que as sessões do Senado que impliquem cassação ou não de mandato de Parlamentares venham a ser abertas a todos. Isso traz, mais do que nunca, transparência e permite que todos os Parlamentares exponham suas posições. Essa resolução permite que se exercite o contraditório, e, conseqüentemente, a opinião pública brasileira, em função desse projeto, terá as condições necessárias para fazer também seu juízo de valor.

É importante registrar, Sr. Presidente, Senador Tião Viana, que esse dispositivo também segue o que é praticado na Câmara dos Deputados. Hoje, na Câmara dos Deputados, Senador Eduardo Suplicy, as sessões são abertas. O que se preserva, e é constitucional, são as votações, que continuam secretas, dentro, como eu disse muito bem, dessa proposta de resolução encaminhada à Mesa do Senado Federal no dia de ontem. Gostaria de registrar, Sr. Presidente, que já há 41 assinaturas para esse projeto de resolução. São assinaturas de Parlamentares de todos os partidos políticos que têm representatividade no Senado Federal.

Hoje, houve uma reunião da Bancada do Partido dos Trabalhadores, comandada pela Senadora Ideli Salvatti, em que ficaram muito bem entendidos os objetivos desse projeto, inclusive para que ele fosse votado em acordo com todas as Lideranças, porque – volto a insistir –, quando esta Casa tem a intenção de votar, até mesmo projetos de emenda constitucional, consegue efetivamente fazê-lo a despeito do Regimento. Foi com esse espírito, portanto, que apresentamos esse projeto de resolução.

Se, efetivamente, apesar das 41 assinaturas já coletadas, que estão sendo entregues à Mesa Diretora do Senado – não tenho dúvida alguma de que essa lista crescerá –, não houver acordo entre Lideranças, não tenho dúvida de que todos os Parlamentares e as Parlamentares do Senado Federal assinarão esse projeto de resolução. Digo isso depois da reunião que houve hoje no PT, Senador Tião Viana, Presidente, já que ficou muito claro o mérito do projeto. V. Exª, inclu-

sive, já apresentou projeto semelhante, mas olhando a questão do voto secreto, como assim fez o Senador Paim e está fazendo o Senador Alvaro Dias, que apresentou uma PEC já assinada por vários Senadores.

Portanto, meu caro Presidente, acredito que esse é um projeto importante para trazer transparência e para, acima de tudo, alimentar a conscientização da população brasileira, que nos acompanhou muito de perto na CPI dos Correios, talvez a CPI mais midiática a que o Congresso assistiu e que muito contribuiu inegavelmente para a conscientização e para, acima de tudo, o estímulo ao espírito crítico de toda a população brasileira, desde a base social até as camadas sociais mais favorecidas.

Sr. Presidente, é evidente que esse projeto de resolução faz parte de um leque de projetos que foram apresentados, alguns inclusive por mim mesmo, para que, quando houver ou for instaurado algum processo no Conselho de Ética, se o Senador ou Senadora objeto da avaliação pelo Conselho de Ética ocupar a Mesa Diretora ou a Presidência de alguma Comissão, este ou esta se afaste automaticamente de suas atribuições.

Vejo, Sr. Presidente, que, a despeito da crise que infelizmente vivenciamos, avançamos, o Senado avançou, o Congresso Nacional avançou. É importante registrar que esta é uma Casa do povo e, conseqüentemente, atua em função dos acontecimentos, em função de tudo aquilo que vai ocorrendo ao longo dos nossos trabalhos. Esta, Senador Alvaro Dias, não é uma empresa em que se planejam os cenários e em que se trabalha em cima deles e de metas. Além de nossas atividades normais, o quadro político nos leva a tomar uma série de providências, algumas mais imediatas, outras mais momentâneas – se essa é a expressão mais adequada –, mas com o intuito de melhorar o processo parlamentar, de gerar transparência e de criar as condições necessárias para que tenhamos um bom desempenho em nossos mandatos no Senado Federal.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – V. Exª me permite um aparte, Senador?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Concederei, primeiro, um aparte ao Senador Alvaro Dias e, depois, ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Delcídio Amaral. Infelizmente, a proposta de V. Exª não prevalecerá para a sessão de amanhã, já que, para isso, teríamos de obter consenso, apoio de todas as Lideranças. Já houve manifestação contrária, por intermédio da mídia, da Liderança do PT e da Liderança do Governo.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – O consenso ainda pode ocorrer.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – O Senador Suplicy disse que o consenso ainda pode ocorrer. Desejo que ocorra, mas, diante da manifestação pública de ambas as Lideranças, tenho dificuldade de acreditar nisso. Não devemos vender nenhuma falsa expectativa à população, que desacredita da instituição parlamentar no País. Temos de resolver essa situação definitivamente, e V. Exª dá essa contribuição com sua proposta. Veja que essa situação provoca insatisfação generalizada, tanto que já há uma ação no Supremo Tribunal Federal, encaminhada por um cidadão, propondo que a sessão seja aberta. E há também um mandato de segurança de Parlamentares que desejam que a sessão seja aberta aos Parlamentares, alegando que se trata do julgamento do Presidente do Congresso Nacional e que, como congressistas, gostariam de presenciá-la. O que resolve mesmo é medida definitiva, é alteração de legislação. Por essa razão, nosso apoio à sua proposta, que, certamente, será aprovada num curto espaço de tempo, com essa alteração essencial no Regimento Interno da Casa para que a sessão seja aberta. Esperamos também que a proposta de emenda à Constituição que acabamos de apresentar hoje seja aprovada, para que o voto aberto seja a realidade que desejamos, a fim de que o cidadão brasileiro possa ter noção exata do comportamento de cada um dos seus representantes, quando se tratar de quebra de decoro parlamentar. Muito obrigado, Senador Delcídio. Nossos cumprimentos pela iniciativa!

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias, pelas palavras.

Ouço o Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Delcídio Amaral, quando li sua entrevista de sexta-feira última em ***O Globo***, afirmando que apresentaria um requerimento para que a sessão fosse aberta, travamos um diálogo e lembramos que o art. 197 do Regimento Interno estabelece que sessão como a de amanhã seja fechada; seria necessário um projeto de resolução para modificá-lo. Então, haveria um tempo exíguo, de ontem para hoje, como último momento para a votação desse projeto de resolução. Há a possibilidade de ser votado, se houver consenso. Esse consenso pode ser obtido, se porventura o Presidente Renan Calheiros manifestar ao seu próprio Partido, ao Líder Valdir Raupp, ao nosso Partido, à Líder Ideli Salvatti e a todos os demais Líderes que avalia como próprio que a sessão se torne aberta, de tal maneira que não se venha dizer depois, no Supremo Tribunal Federal, que

houve aqui uma ação de véspera que visou a contrariar a possibilidade de defesa prevista no Regimento, mas que o próprio Senador Renan Calheiros avaliou adequada e possível a modificação, até em benefício de sua defesa perante os Senadores e, mais do que isso, perante o povo brasileiro, pois, pelos meios de comunicação, poderá argumentar e expor inteiramente suas razões. São 17h15. Ainda há tempo suficiente. E pondero ao Senador Renan Calheiros: se estiver na Casa, considere pensar a respeito, refletir e dialogar conosco. S. Exª pode vir ao plenário agora e transmitir sua reflexão a respeito do tema. Mas quero registrar minha recomendação ao Senador Renan Calheiros, que ganhará se disser que quer que a sessão de amanhã se torne aberta. Podemos cumprir o Regimento, modificando-o na sessão que estamos agora realizando, por consenso de todos, se S. Exª afirmar que considera positiva a iniciativa de V. Exª, que abracei junto com um número significativo de Senadores.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Ouço o Senador Osmar Dias.

O Sr. Osmar Dias (PDT – PR) – Senador Delcídio Amaral, quero apenas cumprimentá-lo pelo pronunciamento. Sua posição é coerente, porque não é de agora. Mas faço uma observação: em 2003, o Senador Tião Viana apresentou uma PEC propondo votação aberta nos casos de cassação de mandato. Muitos que, hoje, defendem a votação aberta votaram contra a emenda à Constituição proposta pelo Senador Tião Viana. Isso é bom, porque é sinal de evolução das pessoas, que, com o tempo, vão reconhecendo que erraram. Muitos que estão agora, com entusiasmo, defendendo a votação aberta foram responsáveis pela derrota da emenda apresentada pelo Senador Tião Viana. É pena que não pensavam antes como pensam agora, senão, amanhã, o voto seria aberto!

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Concluindo, Senador Osmar Dias, há também uma PEC do próprio Senador Paulo Paim, que aguarda ansiosamente pelo posicionamento do Plenário.

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador Delcídio Amaral, V. Exª me concede um aparte?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Concedo um aparte à nobre Senadora Ideli Salvatti.

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador Delcídio Amaral, até a bem da verdade, o Senador Paulo Paim deu entrada em sua proposta de emenda à Constituição no ano passado, e ela está aguardando até hoje a designação de Relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Portanto, todos os ardorosos defensores do voto aberto e da sessão aberta poderiam já ter tomado todas as providências, votando a favor da PEC do Senador Tião Viana, em 2003, ou dando celeridade à PEC do Senador Paulo Paim, que, inclusive, é ampla, pois altera todas as votações secretas da Casa.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – É importante esse registro da PEC do Senador Paulo Paim e da PEC do Senador Tião Viana. E é importante dizer, Sr. Presidente, Senador Tião Viana, que hoje, na reunião do Partido, foi bastante destacado que o PT sempre se posicionou pela transparência, pela abertura do voto, pelas sessões abertas, porque, assim, inegavelmente, Senador Osmar Dias, estamos contribuindo para que o Congresso Nacional qualifique, cada vez mais, seu trabalho.

Muito obrigado, Senador Tião Viana, pela paciência e tolerância.

Era isso o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Exª, Senador Delcídio Amaral.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente, V. Exª me concede a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Renato Casagrande.

A Presidência esclarece que há ainda 16 Senadores inscritos para falar.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Na verdade, Senador Tião Viana, quero aproveitar a oportunidade de V. Exª estar presidindo a sessão. V. Exª vai presidir a sessão de amanhã, às 11 horas, que será importante para o Senado.

Eu não estava presente todo o tempo nesta sessão, não sei se V. Exª já se manifestou sobre este tema, mas seria fundamental se pudéssemos saber qual é o rito, quais são os procedimentos da sessão de amanhã. Será uma sessão secreta, mas seria importante que nós todos pudéssemos saber – nós, Senadores, e a sociedade brasileira – quais são os passos que vamos seguir.

Por exemplo, tenho interesse especial em saber qual é o momento em que vou me pronunciar, junto com a Senadora Marisa Serrano, junto com o Senador Almeida Lima, que tem uma posição diferente; qual o momento em que os Relatores vão se pronunciar e qual o tempo que teremos. Isso é importante, para que possamos nos preparar para a nossa participação na sessão de amanhã.

Se V. Exª puder informar, agradeço-lhe muito.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Casagrande, a Presidência está ultimando todo o rito da sessão de amanhã de modo muito objetivo e simplificado.

Esclareço a V. Exª que abriremos a sessão de maneira normal, daremos informação da norma regimental e da Constituição sobre o rito processual da sessão; será facultada a palavra, então, a cada Senador que queira, por 10 minutos, discutir a matéria. Os Relatores não mais estarão na condição de Relatores. Farão a discussão da matéria.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sem limite, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Dez minutos para cada um.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Mas, sem limite? Se os 80 quiserem falar, poderão falar?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Se os 80 quiserem falar, falarão.

A previsão regimental da sessão é de quatro horas e meia, mas esse prazo pode ser alargado pela necessidade. Daremos a palavra à acusação, por 15 minutos, prorrogáveis por mais 15, e, finalmente, 15 minutos para a defesa – que fala por último –, prorrogáveis por mais 15. Colocaremos, então, em votação a matéria.

Em síntese, é isso. Poderei fazer a leitura daqui a pouco, se for do seu desejo.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente, como será a minha participação, a participação da Senadora Marisa Serrano e do Senador Almeida Lima?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – De discussão apenas.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Na discussão...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Chega aqui o projeto de resolução. Só haverá discussão.

O SR. ROMEU TUMA (DEM – SP) – Mas ele não faz parte da acusação?

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Só nos dez minutos da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Da discussão. A acusação é do PSOL, Partido que entrou com a representação.

O SR. ROMEU TUMA (DEM – SP) – Partido que representou. E a defesa será...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) –… do Senador Renan, do seu advogado. O PSOL, com seu advogado; e o Senador Renan, com o seu advogado.

O SR. ROMEU TUMA (DEM – SP) – Então, os outros só terão argumentação quando da ...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – ... discussão: dez minutos para cada Senador.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Porque nós, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – É evidente que a Mesa poderá ter condescendência com os Relatores, para que eles possam se pronunciar também.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – ...nós, Relatores, passamos a ter um conhecimento mais detalhado do processo. Pode ser que, no debate, tenhamos necessidade de esclarecer pontos com relação ao processo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Todo esse detalhamento será colocado amanhã, mas, evidentemente, haverá plena sensibilidade com a reivindicação de V. Exª.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Muito obrigado.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Senador Expedito Júnior.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Eu gostaria de me inscrever pela Liderança do PR, Sr. Presidente, se ainda for possível.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Exª está inscrito.

Com a palavra o Senador Garibaldi Alves Filho, por permuta com o Senador Marcelo Crivella e com o Senador Osmar Dias, que falará a seguir, como Líder do PDT.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, estamos eu e, acredito, Sr. Presidente, todas as Senadoras e Senadores, diante de um gravíssimo desafio, às vésperas da sessão em que este Plenário apreciará o parecer do Conselho de Ética, que recomenda a cassação do mandato do Presidente desta Casa. Grande desafio, porque nossa responsabilidade política e cívica nos põe diante de uma decisão que, se nos constrange, por um lado, por termos de julgar um companheiro nosso, por outro lado nos leva a pensar que temos plena consciência de que, por dever para com nosso mandato, temos de deixar de lado afetos pessoas e compromissos partidários, para resgatar, isto sim, a instituição dos grilhões do descrédito e da iminente e inexorável desonra em que se está por lançar.

Chego ao instante que não busquei e que quis, sinceramente, afastar, meus caros Senadores; chego às vésperas desse julgamento, trazendo na alma a experiência que já calejou, embora não a tenha marcado com as rugas indeléveis e irreversíveis do desencanto ou do desalento. Trago, sim, calos da vida, mas não

mágoas de espírito, pois aprendi, desde a juventude, que a vida pública é assim: renúncias, incompreensões, julgamentos precipitados, reversões de expectativas, derrotas, mas também a indizível alegria interior pelo dever cumprido, vitórias e retemperados esforços para novas pelejas pelo bem comum.

Nesta hora em que a Constituição me impõe o dever de ser juiz, não posso fugir a essa outra responsabilidade que o povo, ao eleger-me, pôs sobre meus ombros. E me obrigo a recordar, nas sofridas e angustiantes reflexões dessa véspera, o que exercitei na vida pública, exercício testemunhado pelos meus conterrâneos ao longo de quase 40 anos de ininterrupta e exclusiva atividade política. Durante 16 anos, fui Deputado Estadual em meu Estado e, depois, Prefeito de Natal; Senador uma primeira vez, Governador do Rio Grande do Norte por oito anos consecutivos e, mais uma vez, agora, Senador da República. Penso ter a compreensão das encruzilhadas que desnorteiam o País, os subterfúgios, os desvãos, as sombras em que se esvaem tantas vezes a ética pública.

Lastimo, Sr. Presidente, Senador Tião Viana, que se haja perdido, em tais atalhos, um companheiro nosso, estimado companheiro, que terminou por levar, para momentos de penumbra, o Senado da República. Mas acabo de dizer: a alma, assim, experimentada e experiente, não tem rugas de desencanto. Por isso, por acreditar, vigorosamente, no Brasil e nos brasileiros, eis-me pronto a cumprir meu dever.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, não condeno, explicitamente, o Senador, mas quero absolver o Senado. Creio ser esse meu o dever e não vejo alternativa outra senão impedir, com o acolhimento do parecer do Conselho de Ética, que persista, definitivamente, essa sangria mortal da credibilidade da nossa instituição perante a opinião pública.

Teria agido para o bem do Senado e da República o nosso Presidente se, ao protestar inocência, como protesta desde o início desse processo, não tivesse exigido como seu fiador o Senado que, perplexo, restou até aqui mergulhado em dúvidas, ceticismo, desconfianças, receios e suspeitas.

O resgate dessa carta de fiança é urgente e não se pode arrastar até que todas as demais acusações sejam, enfim, apuradas e julgadas.

É, Sr. Presidente, deplorando, mas deplorando mesmo, que minha vida pública, que já me deu tantas alegrias, haja reservado para mim a provação desta hora, e lastimando ter de cumprir, assim, o meu dever, que declaro que este momento atingiu o Senado da República e que a ferida aberta precisa de sofrida terapia. Desse pesar não tenho o direito de desertar, razão por que acolherei, amanhã, o parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Exª.

Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Antes, concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a V. Exª que considerasse como lido um pronunciamento que eu faria nesta tarde, em homenagem ao aniversário de falecimento do extraordinário jornalista piauiense João Emílio Falcão, que conviveu com vários Senadores, com vários políticos que aqui se encontram. Foi grande a lacuna deixada, nesta Casa, por esse extraordinário jornalista, conterrâneo, piauiense, de forma que eu gostaria, para não atrapalhar o desenrolar dos trabalhos, com a compreensão do Senador Osmar Dias, que V. Exª considerasse como lido esse pronunciamento.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Mesa acolhe e compartilha com V. Exª a homenagem ao jornalista João Emílio Falcão.

Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias, pela Liderança do PDT.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela Liderança do PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiramente, eu gostaria de me dirigir a V. Exª para desejar-lhe que tenha uma noite de paz, tranqüila, porque, amanhã, V. Exª terá a maior responsabilidade, entre todos nós: presidir uma sessão em que estaremos julgando o Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional.

V. Exª, que tem, durante todo o tempo nesta Casa, demonstrado equilíbrio, ponderação, mas, ao mesmo tempo, firmeza, saberá conduzir a sessão com essas características, para dar ao País a tranqüilidade de saber que o que for feito aqui estará de acordo com aquela palavra que deve ser sempre preservada: justiça.

Portanto, quero desejar, realmente com muita sinceridade, pelo carinho que dedico a V. Exª, que tenha todo sucesso, amanhã, na condução desses trabalhos, que não serão fáceis, pelo que tenho sentido.

É lamentável que a emenda que V. Exª apresentou não tenha sido aprovada em 2003. Se dependesse de V. Exª, amanhã, a sessão e o voto seriam abertos.

Muitos dos que, agora, entusiasmados, estão defendendo a votação aberta foram responsáveis por não ter sido aprovada a emenda constitucional de V. Exª. Então, há três ou quatro anos, a situação era inversa, ou seja, as pessoas eram contra o voto aberto e, de repente, passaram a ser a favor.

As circunstâncias não podem, Sr. Presidente, orientar a consciência de cada um. Acho que a consciência deve prevalecer na hora de se votar. Se todos tivessem votado com consciência no projeto de V. Exª, amanhã teríamos uma sessão aberta e toda a sociedade brasileira poderia acompanhar o que vai acontecer aqui.

Eu gostaria de sair um pouco desse assunto, porque o ambiente está muito carregado e todos estão pensando no dia de amanhã. Eu quero pensar no dia de amanhã, também, mas em relação a um assunto que interessa, por exemplo, ao Senador Mão Santa, um especialista na questão da saúde pública.

A saúde pública, no País, está um caos. Todos os dias, as emissoras de televisão anunciam: "O apagão da saúde pública vem aí.". O apagão da saúde pública já está ocorrendo nos Estados do Nordeste, do Norte e do Sul do País.

Diz-se que os Governadores não aplicam os 12% destinados à saúde, e debati muito esse assunto durante a campanha eleitoral.

A Emenda nº 29, que está na Câmara dos Deputados, regulamenta uma questão que é fundamental para que se destinem mais recursos a fim de que a população brasileira tenha um atendimento de saúde pública mais adequado.

Aí, vem a votação da CPMF.

Participei, hoje, de uma reunião com o ex-MInistro Antônio Palocci, no gabinete do Líder do Governo, Romero Jucá.

A questão parece ser simples, mas não o é. O Governo quer, simplesmente, prorrogar a CPMF, ou seja, arrecadar, neste ano, R$38 bilhões com o 0,38%.

Fazendo uma conta rápida: para cada 0,01%, arrecada-se R$1 bilhão. Se o percentual for reduzido de 0,38% para 0,37%, haverá R$1 bilhão a menos de arrecadação, ou seja, R$1 bilhão a menos de peso nos ombros dos contribuintes.

O que quero dizer? Qual é a posição do PDT? Vamos deixar clara a posição do meu Partido. Sabemos que a saúde pública precisa de recursos, mas sabemos que, do 0,38% da CPMF, 0,20%, ou seja, aproximadamente R$20 bilhões, deve ir para a saúde; 0,10% deve ir para a seguridade social; e 0,08%, para o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. Isso significa: R$20 bilhões para a saúde, R$10 bilhões para a seguridade social e R$8 bilhões para o Fundo.

O que o PDT está propondo? O PDT não está propondo que se acabe com a CPMF, porque não dá para abrir mão desse dinheiro para a saúde, mas que esse percentual seja reduzido gradativamente.

Havia, no Senado, uma proposta do Senador Tasso Jereissati de redução gradativa do percentual, até se chegar a 0,08%. Talvez essa proposta seja um pouco exagerada, sob o ponto de vista de redução de recursos, mas não abrimos mão de debater uma proposta – Senador Mozarildo, vou-lhe conceder um aparte – que reduza de 0,38% para 0,35%, num primeiro momento, para 0,30%, num segundo momento, para 0,25%, num terceiro momento, a fim de que a população sinta que o dinheiro destinando para essa finalidade nobre, que é a saúde, esteja sendo aplicado, efetivamente, no setor.

O problema, Senador Mozarildo, é que o Governo pega o orçamento da saúde e usa para outra coisa. Aí, coloca o dinheiro da CPMF e fala: "Não, estou cumprindo a lei, porque o dinheiro da CPMF está sendo usado para a saúde.". Tudo bem, mas não está sendo somado ao dinheiro do orçamento da saúde o dinheiro da CPMF. Se o orçamento da saúde fosse, por exemplo, de R$30 bilhões, com mais R$20 bilhões da CPMF, seriam R$50 bilhões. Mas o que o Governo faz? Pega os R$20 bilhões da CPMF e substitui, mais ou menos, R$20 bilhões do Orçamento. Então, praticamente não adiciona nada, diferentemente de outros países.

Dizem que a nossa carga tributária é só de 40%, enquanto, na Suécia, é de 60% e na França, de quase 50%. No entanto, nos hospitais públicos de lá, não há ninguém morrendo na fila e o cidadão é atendido com dignidade. Lá, o dinheiro público volta para o cidadão para beneficiá-lo naquilo que lhe é mais caro: a saúde.

A saúde, sem dúvida alguma, é a primeira responsabilidade e obrigação do Estado. Ela, desculpe-me, é sagrada, e o Estado brasileiro não a vem cumprindo.

Concedo um aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Senador Osmar, justamente quando V. Exª tocou na questão da saúde, incitou-me a pedir um aparte, porque, como médico, sinto-me traído pelo destino que foi dado à CPMF. Na verdade, onde menos se aplica o dinheiro da CPMF é na saúde. É uma enganação. V. Exª citou o que é, constitucionalmente, destinado à saúde e o que é a CPMF a mais. Quando o Ministro Jatene fez a campanha para a CPMF, era para ela ir toda para a saúde. Hoje, para onde ela menos vai é para a saúde. Agora, o Governo vem com uma série de desculpas para, simplesmente, prorrogá-la. Quero, de novo, raciocinar como médico.

Quero ouvir esses argumentos colocados por V. Exª; quero analisar todos os dados e fazer uma verdadeira anamnese, uma ausculta profunda para poder me posicionar. Em princípio, do jeito que está, sou contrário.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Senador Mozarildo, V. Exª, além de médico, é um Senador sério que quer ver as coisas bem postas e bem claras. Também quero.

O que o ex-Ministro Palocci, que é o Relator na Câmara, propõe é simplesmente o seguinte: vamos aumentar o dinheiro para a saúde e, dessa forma, segundo S. Exª, a proposta ficará mais factível, mais fácil de ser aprovada. Mas, de novo, a gente vai ver o dinheiro da saúde sendo destinado para outra área e o dinheiro da CPMF substituindo aquele dinheiro que era para a saúde. Não! Acho que temos de – se aprovarmos a prorrogação da CPMF – criar determinados mecanismos. Qual é o orçamento da saúde? É esse? Então, a CPMF vai se somar a esse orçamento e não substituir o dinheiro da saúde. Isso é o que a sociedade quer, é o que a sociedade exige, é o que a sociedade está cobrando. Não dá mais para ver o discurso de que "vai tudo bem na saúde pública" quando vemos o desmando que existe nos hospitais públicos, a falta de atendimento, a falta de humanidade – pessoas nos corredores, morrendo nas filas. No Paraná, por exemplo, Estado que as pessoas acham que é de Primeiro Mundo, não se aplicam os 12%. Além disso, vemos hospitais fechar ao invés serem abertos; não estão funcionando. Precisamos garantir recursos para a saúde pública, sim, precisamos. Mas, para isso, é preciso que o Governo tenha um controle maior na aplicação desse dinheiro, que vamos aprovar, se é que vamos aprovar a CPMF.

Concedo um aparte ao Senador Eduardo Azeredo, se a Mesa me permitir. (Pausa.)

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Osmar Dias, apenas para manifestar a minha concordância com o pronunciamento de V. Exª. A CPMF, sem dúvida alguma, está alta se a compararmos com a baixa dos juros. Quem faz empréstimo a curto prazo nota que ela ficou muito mais alta. O Governo tem tido aumentos enormes na arrecadação por causa do PIS/Cofins e de outros tributos que cresceram. Então, este é o momento de ao menos haver alguma redução. Que se inicie o processo para que a CPMF seja menos danosa, diria, à população. Considero a CPMF um tributo realmente fácil de ser cobrado, porque ela não precisa de fiscalização praticamente, é automática, cobra-se de todo mundo, mas não nesses percentuais que estão hoje, e não definitivamente. Daí a insistência para que haja negociação; se não houver negociação, teremos de votar contra.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Senador Eduardo Azeredo, veja a importância deste assunto que estamos discutindo. O Governo tem de aprovar a CPMF até o final deste ano, senão não poderá mais arrecadá-la. Então, se o Governo tem de aprová-la até o final do ano, temos de votar a CPMF na Câmara dos Deputados, em dois turnos, depois o projeto vem para esta Casa e vai para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para só então ser votado por este Plenário em dois turnos. Vai ser apertado. Agora, se houver boa vontade do Governo em negociar com a Oposição e também com Partidos da Base do Governo, como o PDT, para que lá na Câmara já haja uma redução, o projeto vem direto para o Senado, Casa que terá a boa vontade de aprová-la como vier. No entanto, se vier com o percentual de 0,38%, vai ser difícil sua aprovação, porque, aí, fica difícil explicarmos o porquê de estarmos aprovando a CPMF se a saúde pública não melhora; o porquê aprovarmos a quantia de R$ 38 bilhões se o atendimento é horroroso na saúde pública.

Então, penso que seria preciso escolher alguém que está defendendo a aprovação da CPMF em 0,38% – Senador Tião Viana, conceda-me mais um minuto; eu já encerro – e interná-lo em um hospital público aqui no Brasil, e, por outro lado, escolher um trabalhador brasileiro para ser internado em um hospital público nos países cujas cargas tributárias são comparadas com as nossas, como a França e a Suécia, para vermos a diferença do tratamento dado lá e o dado aqui. Lá, o dinheiro volta; aqui, ele não volta, ou volta pessimamente.

Concedo um aparte ao Senador Mário Couto. Logo após, vou encerrar.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador Osmar Dias, quero parabenizá-lo pela oportuna observação e pelo oportuno discurso que faz neste Senado na tarde de hoje. Essa é a grande questão, Senador: se o dinheiro fosse aplicado. Esta é grande questão! Eu tenho certeza – já disse isso várias vezes desta tribuna – de que se a população brasileira estivesse satisfeita com a saúde neste País, ela até a aceitaria! Ela até a aceitaria! Mas ela não está satisfeita com a saúde no Brasil! A CPMF foi criada com a intenção de melhorar a saúde e não a melhorou. Por isso, sou virtualmente contra a renovação da CPMF! Parabéns pelo pronunciamento.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Obrigado.

Contando com a colaboração da Mesa, vou encerrar, Sr. Presidente. Antes, porém, quero dizer que este assunto precisa ser melhor debatido. Não adianta

vir de lá para cá uma emenda constitucional aprovada e não termos mais tempo regimental para debatê-la no Senado Federal e aprová-la em rito sumário. Tal situação resultaria em várias sessões, uma atrás da outra, para aprovarmos a CPMF aqui. Pode ocorrer isso, sim. Então, é bom que comecemos a discutir já. Temos um assunto importante para decidir amanhã? Temos, sim. Mas este assunto da CPMF e do dinheiro da saúde é importante para 190 milhões de brasileiros! Não é, Senador Mozarildo Cavalcanti? V. Exª tem debatido este assunto, o qual deve ser debatido diariamente. Não podemos, aqui, gastar todas as nossas energias e todo o nosso tempo para discutirmos um problema interno da Casa. Precisamos discutir um problema que interessa aos 190 milhões de brasileiros. E a CPMF precisa ser discutida sob este ângulo: o dinheiro tem de ser bem aplicado para a saúde, para a Previdência e para o Fundo de Pobreza, mas bem aplicado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Exª as palavras de respeito à Mesa, as palavras atinentes ao modo como conduzirei os trabalhos no dia de amanhã, e a defesa do Senado Federal, que, indiretamente, V. Exª fez.

Meus cumprimentos pelo pronunciamento, Senador Osmar Dias.

Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella, por permuta com o Senador Tião Viana. A seguir, fará uso da palavra o Senador Expedito Júnior.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srªs e Srs. presentes neste plenário, minhas saudações! Sejam bem-vindos a esta Casa. Saúdo também os telespectadores da TV Senado e os ouvintes da Rádio Senado.

Há quase 200 anos, reunimo-nos aqui sob tantas pressões, sob as paixões e ódios arrogados aos políticos no Brasil.

Sr. Presidente, Srªs Srs. Senadores, venho a esta tribuna hoje para tratar da violência no Rio de Janeiro.

Sinto-me profundamente preocupado em viver numa cidade, junto com meus conterrâneos, em um Estado em que trezentos mil crimes são cometidos por ano.

Vivi, como missionário, por dez anos na África. Passei pelo Quênia, por Uganda. Meu Deus, quando morei em Moçambique, este era o país mais pobre do mundo, segundo a Organização das Nações Amigas. Moçambique era o país mais pobre do mundo, de Joaquim Chissano! Vivi em Angola (vinte e sete anos de guerra!), Madagascar, Lessuto, Suazilândia, África do Sul, Costa do Marfim, e, no entanto, nunca vi nestes lugares o que vejo no noticiário dos jornais do meu Estado. São trezentos mil crimes cometidos por ano; cento e dezessete mil lesões corporais dolosas; bêbados atropelando pessoas nas ruas; brigas de faca nas comunidades; balas perdidas. Cento e dezessete mil lesões corporais! Não há hospital, não há sistema de saúde que agüente isso, Senador Mozarildo! As emergências vivem lotadas sábados, domingos, segundas, terças, quartas, quintas. Se formos agora ao Souza Aguiar, teremos a impressão de estarmos entrando em um hospital de campanha de uma guerra no Oriente Médio. São cento e dezessete mil lesões corporais dolosas, mais de cinqüenta mil veículos roubados, setenta mil furtos, seis mil e oitocentos homicídios, por que não consideramos homicídios os mais de dez mil corpos encontrados ao relento, jogados na Baía de Guanabara, debaixo dos viadutos, à margem das rodovias, ou nos terrenos baldios. São mais de dez mil corpos que as estatísticas consideram como morte de população de rua. É suspeitíssimo um dado como este!

O Rio de Janeiro precisa se reencontrar com a paz. Por isso, na última sexta-feira, dia 7 de setembro, realizamos o encontro de um milhão de pessoas, na Praia de Botafogo. Um milhão de pessoas foram fazer uma oração, pedir a Deus pela paz no Estado do Rio de Janeiro. Tive a oportunidade de entrevistar quatro senhoras, que deram o testemunho dos crimes bárbaros, das tragédias que aconteceram com seus familiares. Meu Deus do céu, não havia quem não chorasse naquela vigília.

Que tristeza ver uma mãe contanto de uma filha, policial, que foi barbaramente assassinada porque os ladrões descobriram que ela fazia parte da polícia. E quando souberam que ela estava grávida, não só a mataram como atearam fogo, incendiaram o carro.

Um menino de 18 anos, recém formado na Academia da Polícia, que estava no desabrochar da vida, com os olhos fitos no futuro para rasgar nos horizontes a perspectiva iluminada do seu destino, morre em uma poça de sangue que se escoa pelas valas de uma rua do Rio de Janeiro. Isso é doloroso, isso é triste, isso traz uma angústia tremenda, e me faz pensar nos princípios republicanos brasileiros em que estabelecemos esta Federação.

Um Estado que hoje tem uma arrecadação de mais de R$30 bilhões e que conta com a Força Nacional de Segurança não consegue conter o avanço, o ímpeto dessa turba que já envolve milhares e milhares de pessoas. Cada uma das mais de 800 comunidades carentes do Rio de Janeiro está sendo comandada pelo narcotráfico, e a população vive sob regras impostas pelas facções. Uma criança não pode estudar em uma

comunidade de facção diferente, não pode ir ao posto de saúde de uma comunidade de facção diferente.

Ontem, os Ministros foram alvejados à bala quando passavam de trem! Meu Deus, que horror! Coisas que nunca vi nos anos que passei na África. E olhem que a África, quando passou por seu processo de descolonização, sofreu um processo de balconização, houve uma guerra tremenda. Naquele momento, Senador Paulo Paim, havia líderes africanos, jovens formados na Europa, na Rússia, na Alemanha Oriental, que voltaram para a África com a idéia, talvez com a pior doutrina política que a Europa já concebeu, a teoria das nacionalidades.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Senador Marcelo Crivella, V. Exª me permite um aparte?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Já concedo o aparte a V. Exª, só um instantinho.

Então, voltaram os jovens líderes africanos, e, em cada espaço geográfico deixado pelo colonizador, queriam formar um estado. Mas o homem africano, Senador Paulo Paim, sempre foi o homem da sua tribo, da sua família, da sua etnia, que devia, basicamente, primariamente, responsabilidade e dever ao seu líder tribal. De tal maneira que não existia o sul-africano, existia o sutho, o xhosa, o tswana, o pedi, o shangane, o suázi. Era o homem da sua tribo. E, de repente, temos negros contra negros. A África era agropecuária, mas chega o líder que quer formar o estado, tem despesa, tem ministério, tem polícia, tem um monte de coisa, e se vê a guerra entre o produtor de riquezas e o produtor de poder.

E os conflitos começam, para querer se ter um Estado em que as pessoas não se sentem assim. As pessoas são da sua nação, da sua língua, da sua tradição, da sua cultura, da sua comida, da sua roupa, da sua região. Biafra, Nigéria, e vai por tantas outras guerras terríveis, que nós acabamos presenciando e sofrendo.

O Rio de Janeiro é pior que tudo isso.

Eu ouço o nobre Senador pelo Pará, Mário Couto.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador Marcelo Crivella, parabenizo V. Exª pelo pronunciamento. Aliás, não é a primeira vez que V. Exª ocupa a tribuna para falar da violência em seu Estado. V. Exª tem a minha admiração porque, por duas ou três vezes, veio mostrar a violência em seu Estado. Eu também, Senador, já ocupei várias vezes a tribuna para mostrar a violência em meu Estado. Sabe qual é a minha grande preocupação? É que a violência no Rio de Janeiro e no Estado do Pará – e somos nós os que mais reclamamos, acredito eu, pelo que tenho visto nesta Casa – já está incontrolável. Esse é meu grande receio. O que aconteceu agora com o trem em que estavam os Ministros é um exemplo de que a situação está realmente sem controle. E isso me preocupa muito. Como vamos conseguir, como o Governo vai conseguir controlar a violência no Rio de Janeiro e no Estado do Pará? Senador Marcelo Crivella, por muito mais vezes, precisamos chamar a atenção do Governo Federal para a violência. Estou muito preocupado, repito. Os bandidos demonstram tanta força às autoridades, que são capazes de intimidá-las. A força dos bandidos é tão grande, que eles têm capacidade de intimidar ministros. Olha aonde chegamos, Senador! Olha aonde chegamos! Não há ninguém seguro neste País. É uma intranqüilidade geral. Mas a sua cidade e o meu Estado, o Pará, realmente, estão entre os mais violentos do País. São os locais, eu acredito, mais violentos do País. Em seu Estado, o Rio de Janeiro, a situação se tornou insuportável e incontrolável, é esse meu grande receio. Por isso, Senador, tenha todo o meu apoio na decisão e no questionamento que V. Exª desejar tomar. Eu estou ao lado de V. Exª.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Muito obrigado, Senador Mário Couto. Agradeço a V. Exª por se solidarizar comigo no sofrimento do povo do Estado do Rio de Janeiro.

Ouço o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Senador Marcelo Crivella, todo brasileiro deve lamentar muito, realmente, ver, por exemplo, uma cidade...

(Interrupção do som.)

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – ...como o Rio de Janeiro, que é a cidade maravilhosa, a capital que orgulha todo brasileiro, pela beleza, pelo povo acolhedor, que tem sido vítima de tanta violência. Mas, Senador Marcelo Crivella, Rio, São Paulo e, segundo o Senador Mário Couto, Belém são vítimas da ausência de uma política de desenvolvimento regional. O Brasil nunca foi planejado para eliminar as desigualdades regionais; o Brasil nunca foi planejado para desconcentrar as ações do Governo. Pelo contrário, foram concentradas no Rio, inicialmente, por ter sido a Capital Federal, em São Paulo, em Minas Gerais, no Pará, o grande Estado da Amazônia. Mas não há investimento nas pequenas e médias cidades. Não há investimento sequer nos Estados mais pobres e periféricos como o meu, o Acre, o Amapá ou Rondônia. Enfim, é a seguinte política: sempre se investe mais em quem é mais rico. Assim, o mais rico fica cada vez mais rico e o mais pobre fica cada vez mais pobre. Com isso, vêm as mazelas sociais que V. Exª está tão bem denunciando daí.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma denúncia sobre o que penso ser a raiz de todas essas angústias que atormentam o cotidiano dos brasileiros no Pará, em Roraima, que é o Estado com menor população, e no Rio de Janeiro, que tem a segunda maior população. Quando V. Exª toca na concentração de poder e renda, penso que precisamos denunciar isso aqui. A mídia, que denuncia tanto os Senadores, que caça tanto os políticos, tem sido leniente ao falar da imensa concentração de poder e renda que existe na sociedade brasileira.

Hoje, a dívida pública chega a algo em torno de R$1,2 trilhão. Senador Mozarildo Cavalcanti, 80% da dívida pública pertence a 15 mil famílias brasileiras. Quinze mil famílias brasileiras detêm 80% dos títulos da dívida pública, ou seja, mais de R$800 bilhões; 15 mil famílias vão receber, este ano, R$100 bilhões de juros. Será que é possível uma sociedade construir a paz diante de tamanha e abissal desigualdade? E são famílias que até gerariam mais empregos, se fizessem investimentos no setor produtivo. Mas todas investem em juros.

Segundo estudos do Ipea, 30% da renda nacional é de juros, 8% ficam com os bancos e 22% com as grandes e ricas famílias oligárquicas brasileiras. Vinte e dois por cento da renda nacional são juros das grandes é ricas famílias!

Quando assistimos a programas de televisão com grandes audiências, e ficam os apresentadores a incentivarem as pessoas a pegarem dinheiro emprestado, com juros a mais de 100%, a fazerem carnês naquelas tantas empresas-arapucas que garroteiam o povo brasileiro, fico pensando: Meu Deus do céu, como vamos construir uma sociedade mais justa, com menos crimes, com mais empregos, com mais crianças na escola, com menos favelas, com menos fome, neste País, se a nossa política econômica ainda é extremamente concentradora de poder e renda?

Depois, há o segundo Brasil: os proprietários dos 20% restantes da dívida pública, R$10 milhões de brasileiros. Um tem um milhão, outro tem dois, outro tem três, nossos artistas, jogadores que foram ganhar dinheiro no exterior – suaram a camisa, tudo bem – e que têm hoje R$300 bilhões. Mas o terceiro Brasil me preocupa: são 170 milhões de brasileiros, 22 milhões de deficientes, trinta e tantos milhões de aposentados, 18 milhões de jovens, que não estudam nem trabalham, mais de 20 milhões de donas de casa, que trabalham muito, mas não estão na população economicamente ativa, o que sobra para trabalhar neste País são 80 milhões de brasileiros, nossa população economicamente ativa, 10% no desemprego aberto e 25% no subemprego, que são essas pessoas que vemos nas ruas, aos berros, tentando vender alguma coisa para sobreviver. Vinte e cinco por cento estão no desemprego aberto, com toda a política do Governo Lula, com todo o PAC, com todo interesse de se mudar a vida social do nosso País, fazer uma renovação social neste País, enquanto não vencermos essa brutal concentração de poder e renda.

Quando se fala aqui em Imposto de Renda progressivo, parece que se está falando uma blasfêmia; quando se diz aqui que é preciso que os brasileiros mais ricos, sobretudo os que ganham fortunas em juros, paguem mais, parece que se fala uma blasfêmia. Isso não sai nos jornais. Esse pronunciamento amanhã não vai ocupar uma linha em qualquer jornal importante das capitais brasileiras. Mas um brasileiro comum paga 27,5% de Imposto de Renda; um grande banqueiro milionário, que este ano deve ganhar 10 bilhões de juros, vai pagar 15%, e se multinacionalizou seu capital e investe no Brasil, via empresa estrangeira, vai pagar 0% de Imposto de Renda, porque empresa estrangeira não paga Imposto de Renda sobre investimento financeiro no País.

E não conseguimos vencer, e continuo como Senador do meu Estado, vendo crianças morrerem, favelas aumentarem, ministros levarem tiros no trem. É um horror, Sr. Presidente!

Venho aqui, para fazer este desabafo diante do povo brasileiro e clamo à Nação, clamo ao Congresso: o Brasil precisa ser um País menos desigual! Essa é a principal discussão.

Quando descer daqui, vários jornalistas certamente virão perguntar se vou cassar o Renan amanhã. Quero saber o seguinte: o voto vai ser aberto, o voto vai ser fechado, quem cassa e quem não cassa...

Queria lembrar aqui um santo chamado... Santo Ambrósio.

Santo Ambrósio viveu no século IV; era um Santo valente, foi o professor de Santo Agostinho. Santo Ambrósio foi uma vez inquirido por um imperador romano chamado Valentiniano. Ele disse: "Imperador, nas questões de fé não é o Imperador que julga o Bispo, é o Bispo que julga o Imperador." E, de outra sorte, houve um episódio marcante na história da Igreja – o Imperador era Teodósio. Santo Ambrósio negou-se a ministrar uma eucaristia, porque Teodósio havia feito uma matança em Tessalônica – aquela Igreja que Paulo tinha aberto e para a qual enviou a Epístola aos Tessalonicenses . E Santo Ambrósio disse: "Os palácios são do imperador, mas a igreja é do sacerdote". Santo Ambrósio foi o precursor da frase que mais tarde a humanidade popularizaria como "cada macaco no seu galho".

Cada macaco no seu galho. O Senador é para votar, para fazer leis; a imprensa é para divulgar. Quando o Senador vira vedete e sobe aqui para aparecer e fazer notícia de si mesmo, já não é mais um farol a

iluminar um caminho escuro na imensidão negra do mar: é uma árvore de natal, que ilumina a si mesmo; não vale nada, o povo não lhe dá sequer valor. Quando a imprensa quer julgar e condenar, também a ela não se deve dar nenhum valor.

Senador Paulo Paim, amanhã, cada um de nós cumprirá um dever cívico de imensa responsabilidade. Hão de iluminar a consciência de cada um as palavras de Salomão: maldito aquele que culpa o inocente, mas maldito também aquele que inocenta o culpado. E que se faça justiça nesta Casa, é o que peço a Deus. Que Deus ilumine o Senador Tião Viana, para que essa sessão trágica conduza o Brasil e os brasileiros a um amanhã melhor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco PT-AC) – Agradeço a V. Exª, Senador Marcelo Crivella.

Concedo a palavra ao Senador Expedito Júnior, pela Liderança do PR.

A seguir, estão inscritos os Senadores Paulo Duque e Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente, Senador Tião Viana, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Renato Casagrande, só esclareço a V. Exª que o Senador Paulo Paim está inscrito, para falar no intervalo do Senador Expedito Júnior.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente, posso pedir mais um esclarecimento a V. Exª sobre a sessão de amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Renato Casagrande, há orador na tribuna, mas V. Exª, por favor, seja breve.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o natural de um processo como o que vamos enfrentar amanhã é que as partes falem primeiro, para que dêem informação ao Plenário, para que este possa discutir a matéria. Estamos fazendo o rito inverso.

Gostaria que V. Exª consultasse a Assessoria, para ver se esse rito não está invertido, porque o mais natural talvez fosse conhecer todo o processo, para depois fazer o debate entre os Senadores. Apenas esse questionamento faria a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência levará em consideração as palavras de V. Exª e refletirá mais uma vez. Mas o entendimento preliminar é o de que, em qualquer processo – a OAB mesmo acompanha e recomenda –, a defesa fala sempre por último.

Com a palavra, o Senador Expedito Júnior.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela Liderança do Bloco/PR. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, antes de iniciar meu pronunciamento, gostaria de agradecer ao povo do meu Estado de Rondônia. Neste final de semana, percorremos o Estado, e, em alguns Municípios, estava sendo comemorada a festa agropecuária. Cumprimento a população de Nova Mamoré pelo festejo do aniversário, pela grande festa ocorrida no Município. Não foi diferente no Município de Ouro Preto do Oeste, que fica praticamente na metade do caminho para a nossa capital, na BR-364. Cumprimento também o Município de Castanheiras, pela sua festa, pelo seu aniversário, e o Município de Pimenta Bueno, que realizou uma grande festa do agronegócio.

Faço, entretanto, um registro especial do evento ocorrido no Município de Rolim de Moura, que praticamente é a nossa casa, a nossa terra, a nossa origem, de um povo que nos deu a oportunidade e o direito de, como Deputado Federal por três mandatos e Senador da República, representar o Estado de Rondônia. Lá foi feita uma grande festa. E gostaria de destacar, Sr. Presidente, a parceria da população, da sociedade, dos empresários, dos comerciantes, dos professores, dos profissionais liberais, enfim, de todos os grupos de voluntariados que trabalharam em prol das crianças excepcionais do Centro Educacional de Rolim de Moura.

Mas, Sr. Presidente, eu gostaria de registrar que recebemos hoje, para uma reunião e, em seguida, um almoço, os integrantes da Frente Nacional da Nova Geração, coordenada pelo companheiro André Skaf. Participaram 15 jovens de 14 Estados brasileiros.

A Frente Nacional da Nova Geração é um colegiado de líderes de movimentos estudantis, de jovens empresários, de líderes comunitários, das áreas financeira e comercial e de algumas ONGs. Vieram aqui, acima de tudo, para falar da sua preocupação com a prorrogação da CPMF, matéria que deverá ser discutida no Senado quando esse projeto vier da Câmara dos Deputados.

Temos a mesma preocupação dessa juventude. Orgulha-me muito ver esses jovens envolvidos com a política do País, preocupados com os temas que o Congresso está discutindo. Trouxemos essa preocupação há uns quinze, vinte dias para a tribuna do Senado, no sentido de que o Governo deveria abrir um diálogo com a Oposição nesta Casa para que se pudesse buscar o entendimento quanto à votação da CPMF, haja vista que tanto a sociedade quanto a Oposição e o próprio Governo, todos querem o fim da CPMF, todos entendem que a CPMF deve ser estancada. Contudo, uns entendem que deve ser no final do ano, em dezembro; outros entendem que deve ser prorrogada até 2011, e a sociedade – pelo menos tenho recebido *e-mails* do Brasil inteiro – pede o fim da CPMF.

E não foi diferente hoje nesse almoço, onde a juventude do Brasil, preocupada com os rumos da política

brasileira, pediu o nosso engajamento nessa árdua luta para interromper esse que é mais um imposto criado para salvar a saúde, que tinha prazo para ser extinto e que, infelizmente, apesar do "p", de provisório, está se tornando definitivo.

Então, é por isso, Sr. Presidente, que essa Frente Nacional da Nova Geração entregou hoje na Câmara dos Deputados 1 milhão e 100 mil assinaturas contra a prorrogação da CPMF. Ou seja, isso já deixa claro que a sociedade, que a população brasileira não agüenta mais pagar tantos impostos, como se paga hoje pelo país afora.

A Fiesp apóia a Frente Nacional da Nova Geração. Inclusive alguns dos integrantes da Fiesp fazem parte dessa Frente. Durante o almoço, os membros da Frente Nacional da Nova Geração pediram o apoio contra a prorrogação da CPMF e também pediram o nosso engajamento nas futuras reivindicações em prol da sociedade brasileira.

A Frente Nacional da Nova Geração pretende realizar uma marcha de 1 milhão de pessoas contra a prorrogação da CPMF no próximo mês de outubro no Estado de São Paulo. Espero que, de repente, a CPMF sirva de bandeira para dar um alerta e para acordar a nossa juventude. E não vejo mais a nossa juventude se manifestar nas ruas. Essa que é a voz rouca das ruas; a voz da nossa juventude que, com as caras-pintadas, tiveram coragem de ir para as ruas e se manifestar. Espero que essa nossa juventude, diante de um tema como este, a CPMF, venha para as ruas e também empunhe mais essa bandeira de luta da nossa sociedade.

Gostaria também de informar, Sr. Presidente, que, agora há pouco, às 15 horas, recebi, no meu gabinete, o Dr. Paulo Skaf, acompanhado de um ex-Senador pelo Estado da Bahia que muito orgulhou esta Casa, ex-Ministro das Minas e Energia, o Sr. Rodolpho Tourinho. Ali tivemos oportunidade de discorrer sobre o assunto CPMF.

Mostrei a minha preocupação – e também esta é a preocupação deles – de que deveria ser aberto um diálogo nesta Casa. Sabemos que teremos de discutir a questão da CPMF daqui a pouco, quando a matéria chegar da Câmara dos Deputados. Querem que votemos esse projeto da maneira como sempre estamos votando aqui, de afogadilho, sem discutir com a sociedade, sem fazer um grande debate nesta Casa. Quem ganha com essa discussão somos nós, Senadores; quem ganha com esse debate é o povo brasileiro.

Nesse sentido, apresentei hoje à CAE um requerimento, convidando o Ministro Guido Mantega e o Presidente da Fiesp, Paulo Skaf, para uma audiência pública, em que teremos oportunidade, aqui, de estabelecer o contraditório. Vamos ter alguém falando contra a CPMF e, com certeza...

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador Expedito, V. Exª me concede um aparte?

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Com certeza, Senador Mário Couto.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Quero parabenizar V. Exª, Senador Expedito Júnior, pelo brilhante pronunciamento que faz na tarde de hoje e dizer que essa CPMF é uma vergonha. Nós precisamos acabar com isso. Senador, se foi programada para acabar em dezembro, por que querem prorrogar? A aplicação é na saúde, mas a saúde brasileira...

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Está em frangalhos.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Sim; está em frangalhos. Agora, sabe o que me preocupa? Preste bem atenção, Senador Expedito! Isso é grave, é sério! Querem incutir na cabeça do povo que quem votar contra a CPMF está votando contra o Bolsa-Família. Olha o que querem colocar sobre os ombros de cada Senador e de cada Deputado! É grave! É sério! Nós precisamos estar atentos para isso, Senador. Precisamos estar atentos para essa questão. Querem jogar os Senadores e os Deputados contra a população de baixa renda. Não vão conseguir fazer isso. Não vão! Mas querem fazer. Precisamos estar atentos a essa questão. Parabéns pelo pronunciamento de V. Exª na tarde hoje.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Peço a V. Exª que conclua. Temos mais de 12 oradores inscritos.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Peço apenas mais alguns minutos, Sr. Presidente.

Para finalizar, faço um apelo ao Senador Marconi Perillo no sentido de que façamos uma audiência pública na Comissão de Serviços de Infra-estrutura desta Casa, presidida por S. Exª preside, haja vista que entendo que na Comissão de Assuntos Econômicos não será tão fácil conseguirmos realizar essa audiência pública. Então, desde já, apelo ao Senador Marconi Perillo, Presidente daquela Comissão, para que possamos trazer o Dr. Paulo Skaf e o Ministro Guido Mantega e, quem sabe, o Ministro da Saúde, para discutirmos este que, acredito, será, doravante, um dos principais assuntos neste Congresso: a CPMF.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Com a palavra o Senador Paulo Duque.

Em seguida, usará da palavra o Senador Paulo Paim, para uma comunicação inadiável, e, após, o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srªs e Srs. Senadores, quando foram iniciados os debates nesta tarde, vários Senadores, quase todos, falaram a respeito do voto aberto estabelecido na Constituição.

Quero dizer a V. Exªs que, desde 2004, seguindo a esteira das inspirações do Senador que neste instante preside esta sessão, o Senador Sérgio Cabral, que hoje dirige o Estado do Rio de Janeiro, apresentou proposta de alteração à Constituição Federal, cuja ementa é a seguinte: "*Altera os arts. 52, 55 e 66 da Constituição Federal para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar*".

Onde está o engano? Onde está o erro? Onde está o equívoco? Onde está a lerdeza? O que é que há? Quem é o culpado disso? Eu, que cheguei agora, garanto que não sou o culpado disso, mas já está em curso, já existe projeto, que recebeu duas emendas, e cujo arquivamento não foi feito ainda.

Contudo, estou ouvindo aqui que vão apresentar isso ou aquilo. Está tudo legal. Eu respeito e sei disso, mas sei também da existência dessa proposta, dessa PEC do Governador Sérgio Cabral. Não imaginam a contrariedade de Sérgio Cabral – não imaginam –, ontem, em um encontro no Rio de Janeiro, em relação ao acontecimento, também focalizado aqui por todo mundo, do Rio Grande do Sul até o Amazonas. Todo mundo focalizou o problema do trem baleado. Coincidiu ser um projeto em que se implanta o trem-bala entre o Rio de Janeiro e São Paulo, e acabaram, infelizmente, com a Rede Ferroviária Federal em 1966 – está aqui um líder ferroviário. Em um País como o nosso, não era para ter acabado, mas acabaram. Transformaram tudo isso em ferro velho, em sucata etc. Criaram inúmeras estradas, inclusive a Transamazônica, que é não é estrada. É um buraco só.

O nosso Senador pelo Rio – e hoje estou interessado no Rio –, Marcelo Crivella, é sempre didático e nos deu uma lição, hoje, de sentimentalismo, de sabedoria política, uma lição de amor ao próximo, de missionário, com muita moral, porque foi dez anos missionário no velho continente africano. Todos nós, aqui, temos ancestrais lá. Todos nós temos uma afinidade enorme com o continente africano, sem dúvida alguma. Pode ter olho azul, pode ter cabelo louro, mas tem uma grande afinidade com a África.

Então, é uma sessão brilhante, porque um discurso, Presidente, seja ele bonito ou feio, muda, talvez, uma opinião, mas não consegue mudar o voto em uma Casa política. Não percam tempo com isso. O discurso muda, sim, a opinião, mas não muda o voto.

Quando V. Exª anunciou que cada Senador – e são 81 – teria direito a usar da palavra por dez minutos, verifica-se que será uma sessão, se todos usarem essa prerrogativa, de quase cinco ou seis horas. Não adianta, Presidente, porque todo mundo aqui já tem sua convicção; seu voto já está tomado. Não se iluda. O meu está, e todo mundo já sabe como vai votar amanhã. Não há indecisão nisso. Há três meses que esse drama se arrasta pelo Senado. Não há mais o que se discutir. Ninguém vai convencer ninguém mais. Todo mundo já tomou posição. É bobagem.

De maneira que apenas quero dizer, nesta tarde – bonita, aliás –, que a mudança na Constituição já está prevista neste documento, que é uma PEC, Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004. Não se votou até agora porque não se quis. Querem mudar para voto aberto? Está aqui; do Senador Sérgio Cabral. E V. Exª também apresentou medida idêntica, bem como, se não me engano, o Senador Paulo Paim. Vontade existe. Entre a vontade e a realidade a diferença é muito grande.

Todo mundo falou no Rio. O Rio é o Rio, é diferente de tudo o que os senhores podem imaginar. Não se pode comparar o Rio de Janeiro com Estado algum da Federação, de jeito nenhum. É um Estado que viveu com a fusão de dois Estados, foi capital, a capital veio para cá.

Quando D. João VI teve de sair da Europa, em 1808, ele veio para o Rio de Janeiro. Não foi para o Amazonas, não foi para a Bahia. Foi para o Rio de Janeiro. É um Estado capaz de fazer o Carnaval sem nenhuma morte, sem nenhum acidente; é capaz de fazer uma queima de fogos, colocando dois milhões de pessoas na Avenida Atlântica, sem uma morte, sem um acidente. É um Estado capaz também de ter muitas e muitas mortes por dia. É assim. Com 800 favelas, o que se queria mais?

Não é queixume, porque o assunto nem seria esse hoje; seria outro. Mas, em face dos que me antecederam, sou obrigado a pelo menos dar uma ligeira palavrinha em defesa do meu Estado, que já havia apresentado uma proposta como V. Exª, Sr. Presidente, e o Senador Paulo Paim apresentaram, já pensando nisso.

Na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, no Palácio Tiradentes, há muito tempo, não existe votação secreta para nada! Para nada! A Constituição Federal prevê a sessão secreta no art. 55? Prevê, mas isso já existe. Às vezes, é preciso afrontar as forças ocultas, que são poderosas e que existem.

Agradeço a V. Exª por ter me concedido esse tempo. Espero, brevemente – depois de amanhã, tal-

vez –, usar desta tribuna de novo, com muita honra para mim.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Exª a contribuição ao debate que traz, Senador Paulo Duque.

Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao Senador Paulo Paim.

A seguir, fará uso da palavra o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Tião Viana, em primeiro lugar, cumprimento o Senador Paulo Duque por ter defendido aqui o fim do voto secreto. Lembro que não é preciso apresentar proposta de emenda à Constituição alguma. Já existe a PEC do ex-Senador Sérgio Cabral, existe a PEC apresentada pelo Senador Tião Viana e existe uma PEC de nossa autoria, apresentada há muito tempo, que proíbe o voto secreto em todos os casos, e não especificamente em um caso. Dentro das regras do jogo do debate democrático, vamos aprová-la, pois, infelizmente, não foi aprovada até hoje.

Sr. Presidente, como já falei sobre este tema ontem, não vou abordá-lo novamente.

Já encaminhei às suas mãos – V. Exª recebeu – o documento da Cobap – Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos. Os companheiros estão aqui, oriundos de todos os Estados do País, para fazer um apelo. Refiro-me ao PL nº 58, que está nas duas Casas: Câmara e Senado. Quando fui Relator da Comissão Mista, eu o reproduzi dentro do relatório do salário mínimo e, por iniciativa de V. Exª, remetemos à Câmara aquele projeto, para que os aposentados voltem a receber o mesmo percentual de reajuste concedido ao mínimo e, aí, fizemos uma recomposição de todas as perdas acumuladas.

Aqui os aposentados de todo o País estão fazendo uma vigília, na Câmara e no Senado – estão na galeria neste momento. Eles pedem somente que os PLs sejam colocados em votação. Como nesse caso não é voto secreto, tenho certeza de que, se o PL nº 58 e o resultado da deliberação da Comissão Mista do Salário Mínimo forem aprovados na Câmara e no Senado, os demais serão aprovados, porque o voto é aberto.

Tenho receio, claro, quando o voto é secreto, em situações de veto, seja qual for o momento de nossa história. Já aconteceu de eu aprovar um projeto de reajuste do salário mínimo dos aposentados por unanimidade e, depois, não conseguir derrubar o veto porque a votação era secreta.

Sr. Presidente, já encaminhei às mãos de V. Exª, sei que a Casa vai deliberar – espero que delibere o mais rápido possível – sobre o interesse de, no mínimo, 27 milhões de idosos, em sua maioria aposentados e pensionistas que esperam a recuperação de suas perdas.

Por isso, Sr. Presidente, quero cumprimentar as senhoras e os senhores de cabelos brancos que estão na galeria. Sei que não é fácil para vocês se deslocarem de seus Estados de origem. Muitos me falaram que passaram 36 horas viajando. Muitos, inclusive, atravessando o País; em alguns Estados, utilizaram o barco para chegar à capital e, depois, pegaram ônibus para estarem neste momento aqui.

Digo a vocês: não joguem a toalha, peleiem, peleiem, que um dia o PL nº 58 há de se aprovado neste País.

Era este, Sr. Presidente, o meu pronunciamento.

Quero dar a vocês, de minha parte, pela luta e pela história, uma salva de palmas aqui da tribuna do Senado.

(Palmas.)

Sr. Presidente Tião Viana, queria ainda, dentro do dois minutos que V. Exª me concedeu – V. Exª, por sua visão democrática e por entender a importância deste debate, está sendo tolerante com a galeria –, fazer referência ao documento que recebi hoje dos três governadores dos Estados do Sul que fortalece um outro projeto de nossa autoria, que é a criação da Sudesul.

No outro pronunciamento, Sr. Presidente, listo uma série de iniciativas deste Senado da República em defesa dos trabalhadores e dos aposentados e dou um destaque especial ao PL nº 58.

Era isso que tinha a dizer.

Muito obrigado Sr. Presidente.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência esclarece ao Plenário e à Cobap, registrando o devido respeito, que enviará as notas taquigráficas referentes ao pronunciamento do Senador Paulo Paim ao Presidente da Câmara, Deputado Arlindo Chinaglia.

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Senador Paim, pegando carona em seu pronunciamento, quero aqui me solidarizar com V. Exª e com as companheiras e os companheiros que estão se retirando das galerias. A oportunidade se aproxima e devemos considerar seriamente o que o Senador Paim propôs a esta Casa: a

apreciação e aprovação sem delongas, sem choramingos, do dispositivo que favorece os idosos. Que isso seja feito sem discursos, sem esticar muito a corda. É o que vocês merecem. De todo coração digo isso.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, não costumo registrar nesta Casa falecimento de ninguém, transmito os meus sentimentos às famílias enlutadas sempre de forma reservada. Hoje, porém, abro uma exceção a essa regra que me impus para registrar o falecimento de uma jornalista da minha terra, Marlize Braga. Ela é tida como a madrinha do colunismo social na nossa terra.

Há pessoas que, mesmo sem exercer função pública, cargo público ou mandatos públicos, são pessoas públicas, Senador Paim. Nesse sentido, a sua vida diz respeito a uma população inteira e a sua morte também. Creio que o povo acreano sentiu muito o falecimento da jornalista Marlize Braga.

A forma que achei de expressar publicamente o meu sentimento à família da Marlize, às suas centenas de milhares de fãs e leitores que sentem a sua falta, foi reproduzir aqui um texto escrito por um outro jornalista e publicado hoje em sua coluna. Refiro-me ao jornalista Antonio Muniz, do jornal *O Rio Branco*. Ele escreveu um texto sobre a Marlize que me tocou. A forma que eu tenho de registrar o falecimento da Marlize, que foi no dia 7 de setembro último, é pedindo permissão a este Plenário para ler o texto do Muniz que eu achei muito tocante.

Diz ele:

A exemplo dos demais jornais do Acre, *O Rio Branco* não circulou no feriadão, aliás, Rio Branco é a única capital do Brasil onde seus jornais param nos fins de semana, dia santo e feriados. Mas o assunto não é este e sim a justa homenagem que este jornal presta à colunista social e bibliotecária Marlize Braga, vítima de ataque cardíaco fulminante na manhã do dia 7 de setembro, Dia da Independência do Brasil. Claro que todo ser humano é dependente, direta ou indiretamente, mas Marlize sempre buscou sua independência. Apesar de ela nunca ter sido candidata a nada, sempre dava "pitaco" na vida dos políticos. Por isso, resolvemos escrever algo sobre a mãe do colunismo social do Acre. Além disso, ela também era uma grande amiga da gente.

Nosso amigo Raimundo Fernandes, outro veterano do jornalismo acreano, afirma que a primeira coluna de Marlize foi publicada em *O Rio Branco* em janeiro de 1983, mas nosso objetivo aqui não é descrever, com precisão, essas datas e sim falar algo sobre Marlize. Seu comportamento ético e moral conquistou muitos amigos, mas também acabou construindo inimigos. Ela jamais se preocupou em tentar agradar a todos. Quem conhecia Marlize sabe que ela sempre fez seu trabalho sem se preocupar em massagear o ego de quem quer que seja. Como exemplo disso podemos citar a "loura sinistra", personagem que ela criou para infernizar a vida de algumas mulheres, e do "chique perde", quando queria elogiar alguém.

Acreana de Sena Madureira, Marlize conhecia como ninguém os bastidores do poder, talvez até mais que muitos colunistas políticos. Atrevida, extrovertida, irônica e bem informada, Marlize, por muitas vezes, tirou o sono de muita gente metida a besta. Escreveu sua coluna social em outros jornais, mas foi em *O Rio Branco* onde escreveu a primeira e a última. Quando ela queria falar mal, falava mesmo, sem medir as conseqüências. Em 2003, por exemplo, a TV Rio Branco transmitiu o Baile do Havaí ao vivo do ginásio do Sesc e uma queda de energia elétrica acabou prejudicando a qualidade do trabalho. Marlize não perdoou e desceu a marreta na TV Rio Branco, mesmo trabalhando no mesmo grupo empresarial. Falando bem de uns e mal de outros, o certo é que Marlize fará muita falta.

E fará mesmo. Minhas condolências à família de Marlize Braga, condolências extensivas ao acreanos, que se habituaram e gostavam imensamente de ler sua coluna social.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero comunicar à Casa que a Bancada de Senadores do PSDB se reuniu hoje, e, após, seguiu-se outra reunião com a executiva do Partido e com os Líderes do nosso Partido na Câmara: o Líder do PSDB, o Líder da Minoria e os Vice-Líderes do Partido. Em relação à sessão de amanhã, o PSDB, à exceção do Senador João Tenório, por razões muito óbvias da política de Alagoas, tomou a deliberação de fechar questão em favor da cassação do mandato do Senador Renan Calheiros.

Alguém pode perguntar: "Como é que se fecha questão em uma sessão secreta?". É que o PSDB, que não açodou, não prejulgou e não condenou de forma apressada em nenhum momento, foi maturando sua posição ao longo dos tempos. O primeiro momento era de se votar pela abstenção; depois, pediu-se mais investigação, mas sempre garantindo ao Senador acusado, Senador Renan Calheiros, amplíssimo direito de defesa; no terceiro momento, chegamos à elaboração, por parte da Senadora Marisa Serrano, que trabalhou muito competentemente com o Senador Renato Casagrande, do relatório que foi aprovado pelo Conselho de Ética da Casa. Finalmente, a conclusão veio como resultado do relatório: o Partido deveria instar seus Senadores, de maneira veemente, a

votarem com o relatório de Marisa Serrano, portanto pela cassação do Senador Renan Calheiros.

Sr. Presidente, vou repetir algo que, talvez, tenha ficado maçante para quem me ouve: não é algo que a mim me agrade. Tenho uma carreira pública que começou em 1978, ou seja, tenho quase 30 anos de vida pública, e não marquei minha carreira por ser um saltitante herói de CPI. Nunca fiz isso. V. Exª é testemunha de como me comporto nas CPIs que esta Casa tem vivenciado. É impossível alguém revelar um gesto meu de desrespeito a quem está depondo, até porque posso mandar prender alguém que me desacate e posso desacatar livremente quem está depondo – pode se tratar de quem for, mas merece ser tratado como pessoa humana, com direito a defesa, enfim.

Então, não tenho nenhuma alegria nisso. E acredito que qualquer pessoa responsável desta Casa que, porventura, siga o caminho que aponta o PSDB tampouco terá alegria com isso, pois, afinal de contas, sabemos o quanto é duro se julgar um colega de trabalho. Por outro lado, a opção que fez o PSDB foi pela Instituição, pela Casa, pelo Legislativo.

Portanto, Sr. Presidente, quando anunciamos isso, também nos colocamos de acordo com a idéia de se mudar o Regimento para tornar as sessões abertas. Não há cabimento em operarmos diferentemente da Câmara, onde as sessões são abertas. O voto pode ser secreto, isso é preceito constitucional, mas podemos discutir para o futuro abrir o voto. Não vejo por que se fechar o voto quando se vai tratar de assunto que diz respeito à vida institucional do País.

Tenho muito respeito pelos meus Colegas, não acredito que uns ajam de um jeito à luz do dia e ajam de outro jeito à socapa da noite. Não posso acreditar nisso.

Portanto, podemos, para o futuro, ver tudo isso. Parece-me que a sessão secreta, quem sabe – nunca participei de nenhuma, graças a Deus! –, poderá revelar um nível de tensão alto. Se tiver de ser assim, será. *Maktub!* Por outro lado, a sociedade mereceria ser informada do que se passa, afinal de contas o Senado não se pode portar como se fosse uma sociedade secreta, como aquelas que as melhores universidades americanas registram e sobre as quais os filmes são muito eloqüentes; não raro, essas sociedades secretas resvalam para o crime, para a proteção indevida de seus membros, de seus filiados.

O Senado tem de se abrir mais; acredito que, nesse ponto da abertura e da transparência, a Câmara está alguns degraus acima do Senado, está um pouco além, pois julgou seus acusados de mensalão à luz do dia. O voto foi secreto, mas julgou à luz do dia. Se absolveu, assumiu a responsabilidade histórica pela absolvição de alguns, como também assumiu os créditos históricos pela condenação de outros tantos. Mas o Senado haverá de marchar para esses momentos.

Sr. Presidente, faço este comunicado em nome da Bancada do PSDB, em nome da Executiva do PSDB e em nome dos Deputados do PSDB, repetindo aquilo que foi para nós um mantra no Conselho de Ética: o PSDB não iria agir pela ação competente e séria dos Senadores Marconi Perillo e Marisa Serrano, nem pela ação dos Suplentes Sérgio Guerra e deste orador que fala a V. Exª; o PSDB, ao tomar cada passo, faz em nome do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em nome de seus Governadores, em nome de seus Prefeitos, em nome de seus Deputados Estaduais, em nome de todos os seus Deputados Federais, em nome de seus Senadores. O PSDB foi marchando. Alguns podem ter açodado; o PSDB não açodou. O PSDB também não recuou. Em nenhum momento, recuou. Em nenhum momento, o PSDB demonstrou o menor compromisso com o recuo, com a retromarcha, mas avançou em passos seguros, na direção de suas convicções.

Esse é o comunicado que faço à Casa e à Nação sobre a postura que adotamos e sobre o comportamento que teremos na sessão de amanhã, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela atenção.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, mensagens que passo a ler.

São lidas as seguintes:

MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

– Nº 143, de 2007 (nº 1.124/2006, na origem), de 15 de dezembro de 2006, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 17, de 2006 – CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor global de trinta e dois milhões, duzentos e cinqüenta e um reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 11.399, de 15 de dezembro de 2006; e

– Nº 144, de 2007 (nº 1.126/2006, na origem), de 15 de dezembro de 2006, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 19, de 2006 – CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios de Minas e Energia e das Comunicações, crédito suplementar no valor global de sete milhões, duzentos e sessenta e três mil, seiscentos e oitenta e um reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 11.401, de 15 de dezembro de 2006.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – As **Mensagens nºs 143 e 144, de 2007**, juntadas aos processados dos Projetos de Lei nºs 17 e 19, de 2006-CN, vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 145, DE 2007
(Nº 675/2007, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea **f**, da Constituição, combinado com o art. 12 e § 2º do art. 13 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor Major-Brigadeiro-do-Ar R1 Allemander Jesus Pereira Filho, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, em complementação ao mandato de Jorge Luiz Brito Velozo.

Brasília, 10 de setembro de 2007.

CURRICULUM VITAE

ALLEMANDER J. PEREIRA FILHO

Av. Sernambetiba, Nº 6600 – ap. 401 - Barra da Tijuca - RJ - Brasil CEP 22795-006
Telefone: (21)24331304, Celular: (21) 99712262; E-mail: apereira@wnetrj.com.br

APRESENTAÇÃO:

Posição Anterior:

- Oficial General da Aeronáutica (Brigadeiro Engenheiro)
  Chefe do Subdepartamento de Infraestrutura do DAC (Dez/01 a Mar/05)
  (25 anos de experiência no Departamento de Aviação Civil – de 1980 a 2005)
- Presidente da SATA – Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo(Jul/05-Mar/06)
- Membro do Conselho de Administração da VARIG – VPSC (Jun/05-Mar/06)

Posição Atual:

- Coordenador de Projetos
  Fundação SDTP - Serviços de Defesa e Tecnologia de Processos
- Diretor Presidente
  AIRCON – Consultoria de Aviação Civil Ltda. (Empresa Individual)
- Professor do Instituto do Ar
  Universidade Estácio de Sá

FORMAÇÃO:

Curso Ginasial e Científico:
Colégio Militar do Rio de Janeiro — Período: 1962/1968

Curso Superior:
Engenharia Civil - Transporte
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ — Período: 1968/1974

Curso de Pós-Graduação:
Programa de Projetos Industriais e Transportes
Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia
COPPE/UFRJ — Período: 1979/1980

Curso de Mestrado em Engenharia de Transporte:
Carleton University - Ottawa - Canadá — Período: 1985/1987

Curso de Doutorado em Engenharia de Transporte:
Carleton University - Ottawa - Canadá — Período: 1992/1996

IDIOMAS:

INGLÊS: Fluente ESPANHOL: Fluente

CONDECORAÇÕES:

Medalha Mérito Santos-Dumont, grau de "Grande Oficial";
Ordem do Mérito Aeronáutico, grau de "Grande Oficial";
Medalha Militar de Ouro;
Medalha Mérito Engenheiro Militar, grau de Comendador;
Medalha do Mérito Legislativo do Estado de Minas Gerais; e
Medalha do Mérito Legislativo da Câmara dos Deputados.

Cursos Militares:

Curso de Formação de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica
Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica
Campo dos Afonsos - Rio de Janeiro Período: março/dezembro 1975

Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica
Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica - EAOAER
Campo dos Afonsos - Rio de Janeiro Período: setembro/dezembro 1984

Curso de Comando e Estado-Maior e Curso Superior de Comando
Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica - ECEMAR
Campo dos Afonsos - Rio de Janeiro Período: março/dezembro 1990

Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE)
Escola Superior de Guerra (ESG)
Urca - Rio de Janeiro Período: março/dezembro 1997

Cursos de Extensão:

Curso de Planejamento e Administração de Aeroportos
("Airport Administration and Planning")
Professor John Wiley (Massachusetts Institute of Technology)
Local: Rio de Janeiro - R.J. (setembro/1980)

Curso de Relacionamento Urbano de Aeroportos
("Urban Aspects of Airports")
Professor Charles L. Choguill - Shefield University
Local: Rio de Janeiro - R.J. (julho/1982)

Curso de Operação e Administração de Sistemas de Aeroportos
("Airport Systems - Operation and Management")
Port Authority of Puerto Rico
Local: San Juan - Porto Rico (outubro-dezembro/1982)

Curso de Planejamento e Projeto de Aeroportos
("Airport Planning and Design")
Professor John Braaksma (Ph.D. Waterloo) - Carleton University
Local: Rio de Janeiro - R.J. (setembro/1983)

Curso de Planejamento e Gerenciamento Ambiental
("Environmental Planning and Management")
World Trade Center Institute
Local: Port Authority New York and New Jersey (setembro/outubro 1991)

REPRESENTAÇÃO INTERNACIONAL:

MEMBRO REPRESENTANTE DO DO BRASIL (de 1998 a 2005)
Comitê de Proteção Ambiental da Aviação
("Committee on Aviation Environmental Protection" – CAEP)
Organização de Aviação Civil Internacional (OACI);

REPRESENTANTE DO BRASIL (de 2002 a 2005)
Painel de Facilitação do Transporte Aéreo Internacional
('Facilitation Panel" – FALP)
Organização Internacional de Aviação Civil (OACI); e

REPRESENTANTE DO BRASIL (de 2002 a2005)
Painel de Segurança - Proteção da Aviação Civil contra Atos Interferência Ilícita
("Aviation Security" – AVSECP)
Organização de Aviação Civil Internacional (OACI).

REPRESENTANTE DO BRASIL (de 2002 a 2004)
NA INICIATIVA DE TRANSPORTE DO HEMISFÉRIO OCIDENTAL
Estados Unidos, Canadá, México, Argentina, Paraguai, Uruguai
("Western Hemisphere Transportation Iniciative")

REPRESENTAÇÃO NACIONAL:

MEMBRO TITULAR – REPRESENTANTE DA AERONÁUTICA
Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA (1998/2002)

MEMBRO TITULAR – REPRESENTANTE DA AERONÁUTICA
Comissão Técnica de Coordenação das Atividades Aéreas – MD (2001/2005)

MEMBRO TITULAR – REPRESENTANTE DO DAC
Comissão de Estudos Relativos a Navegação Aérea Internacional (2001/2005)

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL – AVIAÇÃO CIVIL:

Departamento de Aviação Civil - DAC:

Função: Chefe do Subdepartamento de Infraestrutura
Local: Subdepartamento de Infraestrutura (SIE)
Período: de dezembro de 2001 até março de 2005
Responsabilidade: Regulamentação, controle e fiscalização das condições de segurança operacional e de proteção contra atos de interferência ilícita das áreas, componentes, instalações e facilidades existentes na rede aeroportuária brasileira, envolvendo os passageiros, as cargas, aeronaves no solo e seus seus operadores, bem como o acompanhamento dos custos operacionais com as respectivas tarifas aeroportuárias e a classificação tarifária. Coordenação e realização de inspeções aeroportuárias, do processo de análise e aprovação de projetos para a homologação e o registro de aeródromos públicos e privados, e do processo de certificação operacional dos aeroportos internacionais e dos domésticos de grande porte (Anexo 9 - Facilitação, Anexo 14 – Aeródromos, Anexo 16 – Proteção Ambiental, Anexo 17 – Segurança/Security e Anexo 18 – Cargas Perigosas).
Responsabilidades Adicionais: Presidente da Comissão de Facilitação do Transporte Aéreo Internacional – COMFAL, Presidente da Comissão de Carga Aérea Internacional - COMCARGA, Presidente da Comissão de Coordenação, Controle e Fiscalização das Tarifas de Infra-estrutura Aeronáutica e Sistemas Afins (COFAT), Secretário Executivo da Comissão Nacional de Segurança da Aviação Civil (CONSAC) e Membro (representante-titular) do DAC na COTAER – Comissão de Assessoramento Técnico-Aeronáutico ao Conselho de Aviação Civil (CONAC).

Departamento de Aviação Civil - DAC:

Função: Assessor Especial do Diretor Geral do DAC
Local: Direção Geral (DG-DGAC)
Período: de fevereiro de 2000 até dezembro de 2001
Responsabilidade: Assessoramento de alto nível, elaboração de trabalhos, envolvendo o transporte aéreo e da infra-estrutura aeroportuária nacional, elaboração de documentos técnicos e discursos e palestras para o Diretor Geral do Departamento de Aviação Civil.

Departamento de Aviação Civil - DAC:

Função: Diretor do IAC
Local: Instituto de Aviação Civil (IAC)
Período: de janeiro de 1998 até janeiro de 2000
Responsabilidade: Elaboração de estudos e pesquisas aplicadas ao transporte aéreo e a infra-estrutura aeroportuária aeroportuária, preparação de documentos técnicos de interesse para o Departamento de Aviação Civil, além da coordenação e da fiscalização de cursos envolvendo a formação profissional do Sistema de Aviação Civil brasileiro. Representação da Aeronáutica no Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).

Departamento de Aviação Civil - DAC:

Função: Chefe da Divisão de Infra-estrutura Aeroportuária (OP-3)
Local: Subdepartamento de Operações - SOP
Período: de janeiro de 1991 até agosto de 1992
Responsabilidade: Análises operacionais dos aeroportos e helipontos nacionais para autorização de utilização/interdição das pistas de pouso, taxi e pátios. Inspeção técnico-operacional da infra-estrutura aeroportuária nacional. Assessoramento do Diretor do IAC colaborando na supervisão/orientação geral dos planos, estudos e cursos realizados pelo Instituto.

Departamento de Aviação Civil - DAC:

Função: Chefe da Subdireção de Pesquisa em Transporte Aéreo e Infra-estrutura Aeroportuária
Local:Instituto de Aviação Civil - IAC
Período: de outubro de 1987 até fevereiro de 1990
Responsabilidade: Elaboração de planos diretores de aeroportos e planos aeroviários estaduais, estudos e pesquisas de aspectos técnicos, econômicos e financeiros da indústria do transporte aéreo e de aeroportos no Brasil coordenando equipe multi-disciplinar (50 técnicos – engenheiros, arquitetos, economistas, estatísticos, etc...).

Departamento de Aviação Civil - DAC:

Função: Chefe da Divisão de Planejamento Aeroportuário - 1980/1983 e
Chefe da Divisão de Infra-estrutura Aeroportuária- 1983/1985
Local: Comissão de Estudos e Coordenação da Infra-estrutura Aeronáutica - CECIA
Período: de fevereiro de 1980 a janeiro de 1985
Responsabilidade: Análises de capacidade de aeroportos com a aplicação de critérios existentes (OACI e FAA) e desenvolvimento de critérios nacionais; Planejamento Aeroportuário com o dimensionamento de pistas, pátios, terminais de passageiros/cargas e demais instalações.

Departamento de Aviação Civil - DAC:

Função: Adjunto ao Coordenador de Projetos
Local: Assessoria Especial de Projetos e Estudos (ASEPE)
Período: de março de 1979 a fevereiro de 1980
Responsabilidade: Estudos econômicos e financeiros de viabilidade de expansão/operação dos componentes dos principais aeroportos brasileiros (receitas, despesas, tarifas e comércio).

PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSOS E SEMINÁRIOS:

35ª Assembléia Geral da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI)
Organização de Aviação Civil Internacional (OACI)
Local: Sede (Headquarters) da OACI – Montreal – Canada (set-out/2004)

34ª Assembléia Geral da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI)
Organização de Aviação Civil Internacional (OACI)
Local: Sede (Headquarters) da OACI – Montreal – Canada (abril/2003)

IV Conferência Mundial de Transporte Aéreo
Organização de Aviação Civil Internacional (OACI)
Local: Sede (Headquarters) da OACI – Montreal – Canada (abril/2003)

IV Congresso Latino- Americano de Segurança da Aviação Civil
Comando de Regiões Aéreas da República Argentina
Local: Hotel Central - Buenos Aires (novembro/2002)

33ª Assembléia Geral da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI)
Organização de Aviação Civil Internacional (OACI)
Local: Sede (Headquarters) da OACI – Montreal – Canada (set-out/2001)

I Seminário Internacional das Rotas de Integração do Cone Sul
Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul
Local: Auditório FIERGS - Porto Alegre - RS (dezembro/1999)

Seminário Sistema Aeroportuário Brasileiro: Diagnóstico e Tendências
Instituto Tecnológico da Aeronáutica - Gazeta Mercantil
Local: Auditório C - ITA - S. J. dos Campos - SP (outubro/1999)

79th, 78th, 74th, 73th, 72th, 66th, e 65th
Annual Meeting - Transportation Research Board
U.S. National Research Council
Local: Washington, DC - USA (janeiro/2000/1999/95/94/93/87/86)

Civil Aviation Training Symposium
U.S. Federal Aviation Administration Academy
Local: FAA Academy – Oklahoma City – USA (Setembro 1999)

XIII, XII, V, e III Encontro Nacional da ANPET
Associação Nacional de Pesquisa e Ensino em Transportes
Local: São Carlos, Fortaleza, Belo Horizonte, Salvador (1999/98/91/89)

Seminário - O Futuro do Transporte Aéreo na América Latina
Comissão Latino-Americana de Aviação Civil – CLAC e DAC/Brasil
Local: Rio de Janeiro - R.J. (março/1989)

IV Seminário de Desenho Urbano no Brasil
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Local: Universidade Federal de Brasília - Abril 1991

2º Congresso Argentino de Economia do Transporte Aéreo
Diretoria de Aeronáutica Civil - República Argentina
Local: Buenos Aires - Argentina (outubro/1980)

Multimodal 80 - Transportes no Brasil
Ministério da Aeronáutica - Departamento de Aviação Civil
Local: Brasília - D.F. (setembro/1980)

ATIVIDADES DIDÁTICAS E DE COOPERAÇÃO TÉCNICA:

Professor e Coordenador

Universidade Estácio de Sá
Instituto do Ar
Curso de Gestão da Aviação Civil (desde o seu início em 2000)
(Empresas Aéreas, Aeroportos e Logística de Transporte e Carga Aérea
Disciplinas: Princípios de Transporte e Aviação e o Meio Ambiente

Professor-conferencista

Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
Coordenação dos Programas de Pós-graduação de Engenharia
Master in Transportation Business (MTB)
Disciplina: Transporte Aéreo e Aeroportos – 1998

Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
Coordenação dos Programas de Pós-graduação de Engenharia
Programa de Engenharia de Transportes
Disciplina: Análise de Sistema de Transporte - 1988/89/90
(Transporte Aéreo e Infra-estrutura Aeroportuária)

Orientador de Tese e de Trabalho de Graduação:

Universidade da Força Aérea (UNIFA)
Mestrado em Ciências Aeroespaciais (Dezembro/2006)
Aluno: Cel. Av. R/1 Ronaldo Jenkins de Lemos
Título da Tese: Recrutamento de Pilotos Civis para a Força Aérea – Uma Nova Visão

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Coordenação dos Programas de Pós-graduação em Engenharia (COPPE)
Mestrado em Engenharia de Produção (Janeiro/2001)
Aluno: Engenheiro Bruno Serapião da Silva
Título da Tese: A Utilização de Indicadores de Desempenho para o Gerenciamento de Receitas de Ativos Perecíveis – O Caso das Empresas Aéreas Brasileiras

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Coordenação dos Programas de Pós-graduação em Engenharia (COPPE)
Mestrado em Engenharia de Produção (Dezembro/1999)
Aluno: Economista Pérola Kottler Burman
Título da Tese: Uma Análise do Potencial de Crescimento do Segmento de Carga Aérea Doméstica no Brasil

Instituto Tecnológico da Aeronáutica
Aluno: Cristhiano dos Santos Mendes Pereira - engenheiro graduado em 1999
Título do Trabalho de Graduação: Estudo para Internacionalização de Aeroportos de Interesse para a Aviação Sub-regional no MERCOSUL

Instituto Tecnológico da Aeronáutica
Aluno: Flávio Simões Oquendo - engenheiro graduado em 1981
Título do Trabalho: Análise da Importância de Receitas Não Operacionais para Manutenção dos Aeroportos

Instrutor de Cursos do Instituto de Aviação Civil - IAC

Curso de Economia do Transporte Aéreo (maio/1988)
Matérias: Planejamento Estratégico e Análise de Investimentos

Curso de Formulação, Avaliação e Administração de Proj. Aeronáuticos (out/88)
Coordenador do Curso e Instrutor das matérias: Planejamento Estratégico, Diretrizes de Desenvolvimento e Avaliação de Projetos

Curso de Engenharia Aeroportuária (novembro/1988)
Instrutor das matérias: Surpevisão e Fiscalização de Obras em Aeroportos, e Planejamento e Projeto de Terminais Aeroportuários

Curso de Planejamento do Transporte Aéreo (abril/1991/1998/1999/2000)
Coordenador do Curso e Instrutor das matérias: Planejamento de Transportes, O Aeroporto e o Transporte Aéreo - Interface, Planejamento do Transporte Aéreo

Assistente Técnico do Gerente do Projeto DAC/MITRE Corporation (1999/2000)

Responsável pelo delineamento das especificações e acompanhamento do desenvolvimento do projeto DAC/MITRE, envolvendo o sistema do espaço aéreo e de infra-estrutura aeroportuária na área terminal de São Paulo (TMA-SP), incluindo os aeroportos de Guarulhos, Congonhas, Campinas e Campo de Marte.

Coordenador de Projeto de Cooperação Técnica:

Projeto: Transporte Aéreo e Infra-estrutura Aeronáutica (BRA-82/007)
Patrocínio: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD
Finalidade: Absorção de tecnologia através de treinamento no Brasil e no exterior, com a participação de técnicos nacionais e "experts" de vários países.
Período: março de 1982 até dezembro de 1984

Coordenador de Reuniões Técnicas:

Reunião de Cidades de Porte Médio (2ª,3ª,4ª e 5ª Reunião)
Assunto: Debate e análise do relacionamento entre cidade e aeroporto
Período: 1981-1982-1983-1984

Membro de Comitê de Intercâmbio Técnico:

Comitê Brasil-França de Intercâmbio Técnico
Realização: Departamento Geral de Aeronáutica Civil da França e Departamento de Aviação Civil do Brasil
Participação: Institute du Transport Arien e Instituto de Aviação Civil (Brasil)
Finalidade: Delinear e incentivar o intercâmbio técnico em áreas afins
Período: de maio de 1988 até dezembro de 1989

TESES E ARTIGOS PUBLICADOS:

1) O Relacionamento Urbano de Aeroportos - Ensaio - Universidade da Força Aérea - UNIFA/EAOAER, dezembro/1984: 10 páginas

2) "An Interpretation and Validation of Noise Contours for Land Use Planning Around Airports". - Tese de Mestrado em Engenharia. Carleton University, janeiro/1988: 300 páginas.

3) Técnicas de Avaliação e Atenuação do Impacto Sonoro provocado pela Operação de Aeronaves. Trabalho apresentado no III Encontro Nacional da Associação Nacional de Ensino e Pesquisa em Transportes. ANPET, outubro/1989: 22 páginas.

4) Guerra das Falklands: Apreciação Estratégica - Visão Britânica. Ensaio. Escola de Comando e Estado - Maior da Aeronáutica, junho/1990: 21 páginas.

5) Ruído Aeronáutico: Como Resolver o Conflito entre o Aeroporto e a Cidade. Monografia. Revista da Universidade da Força Aérea, fevereiro/1991: 50 páginas.

6) O Planejamento Urbano e o Aeroporto - Trabalho apresentado no 4° Seminário sobre Desenho Urbano no Brasil - promoção do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília e apoio do Conselho Nacional de Pesquisas - CNPq, abril/1991: 14 páginas

7) Importância da Utilização dos Aeroportos Centrais nas Grandes Cidades Brasileiras", apresentado e publicado nos anais da V Conferência Nacional de Aviação Comercial - V CONAC , realizada no Rio de Janeiro, em setembro de 1991, 26 páginas.

8) "Interpreting Airport Noise Contours" - Trabalho apresentado no 74° Encontro Anual do do U.S. National Transportation Board em Washington, D.C. - USA, janeiro de 1995 e publicado no U.S. National Transportation Research Magazine, em junho de 1995.

9) "A Road Location Method based on Noise Contours for Land Use Planning Around Airports". - Tese de Doutorado em Engenharia. Carleton University, novembro/1996, 406 páginas.

10) O Planejamento da Infra-estrutura de Transporte e o Desenvolvimento Urbano das Cidades Brasileiras no Século XXI, publicado na Revista da Escola Superior de Guerra (Ano XIII, No.36), junho/1998, 24 páginas.

11) Acessibilidade aos Aeroportos Santos Dumont e Congonhas, trabalho publicado nos anais do XII Congresso Nacional da Associação Nacional de Ensino e Pesquisa em Transporte (ANPET), novembro 1998, 08 páginas.

12) Demanda Detalhada dos Aeroportos Brasileiros: Mercado Doméstico de Passageiros - trabalho publicado nos anais do XIII Congresso Nacional da Associação Nacional de Ensino e Pesquisa em Transporte (ANPET), novembro/1999, 08 páginas.

13) A Internacionalização de Aeroportos de Apoio à Aviação Sub-regional no MERCOSUL - trabalho publicado nos anais do XIII Congresso Nacional da Associação Nacional de Ensino e Pesquisa em Transporte (ANPET), novembro/1999, 08 páginas.

14) "Civil Aviation Training in Brazil", trabalho publicado nos anais do Simpósio Internacional de Treinamento da Aviação Civil, realizado pela Academia do FAA em Oklahoma-USA, setembro 1999, 09 páginas.

15) "The Brazilian Viewpoint to The Future of Aviation and Environment" – trabalho publicado nos anais do Colloquium on Environmental Aspects of Aviation, realizado na OACI, em Montreal – Canadá, em 10 Abril de 2001.

16) "Segurança da Aviação Civil: Uma Visão para o Século XXI" – trabalho publicado na Revista da DIRENG – Ano 11 – n.° 21, em junho de 2002.

17) Certificação de Aeroportos no Brasil. Artigo publicado na Revista da ABEM – Associação Brasileira de Engenharia militar. Ano LXVI, nº 95 (Dez/2003).

18) "Maîtrises nos impacts sur l'environnement... au niveau planetáire: Point de vue." Artigo publicado em Rapport Environnement 2002-03. Paris: Air France, 2003.

PRINCIPAIS TRABALHOS TÉCNICOS:

- **Na Área de Estudo de Demanda de Transporte Aéreo**

- Coordenação Geral e Orientação Técnica:

  - Estudo de Demanda Global do Transporte Aéreo, IAC/1998;
  - Estudo de Demanda Detalhada dos Aeroportos Brasileiros, IAC/1999; e
  - Estudo de Fluxo nas Principais Ligações do Transporte Aéreo Brasileiro.

- **Na Área de Segurança da Aviação Civil contra Atos Ilícitos (SECURTY)**

- Coordenação e Elaboração de Documentos Normativos e Técnicos:

  - Programa Nacional de Segurança da Aviação Civil (PNAVSEC/2003);
  - Programa de Segurança Aeroportuária (PSA/2004);
  - Programa de Segurança da Empresa Aérea (PSEA/2004);
  - Instrução - Reunião da Comissão de Segurança Aeroportuária (CSA/2002); e
  - Instrução-Controle de Acesso às Areas Restritas dos Aeroportos(CA-ARS/2002).

- **Na Área de Segurança Operacional (SAFETY)**

- Coordenação e Elaboração de Documentos Normativos e Técnicos:

  - Certificação Operacional de Aeroportos (RBHA-139/2003);
  - Manual de Operação de Aeroporto (MOA/2004);
  - Termo Básico de Referência para Estudos Aeronáuticos (2004); e
  - Sistema de Segurança Operacional de Aeroportos (SGSO/2005).

- **Na Área de Planejamento Aeroportuário:**

- Coordenação Geral e Supervisão Técnica de Planos Diretores de Aeroportos:

  - Aeroporto de Altamira (PA), IAC/1987;
  - Aeroporto de Joinville (SC), IAC/1987;
  - Aeroporto de Navegantes (Itajaí-SC), IAC/1987;
  - Aeroporto Internacional de Boa Vista (RR), IAC/1987;
  - Aeroporto de Uberaba (MG), IAC/1987;

- Aeroporto de Montes Claros (MG), IAC/1987;
- Aeroporto de Uberlândia (MG), IAC/1987;
- Aeroporto João Suassuna (Campina Grande- PB), IAC/1987;
- Aeroporto de Paulo Afonso (BA), IAC/1987;
- Aeoporto de Petrolina (PE), IAC/1987;
- Aeroporto Bartolomeu Lizandro (Campos-RJ), IAC/1988;
- Aeroporto de Macaé (RJ), IAC/1988;
- Aeroporto de Belo Horizonte (Pampulha-MG), IAC/1988;
- Aeroporto Internacional de Cruzeiro do Sul (AC), IAC/1988;
- Aeroporto Internacional de Tabatinga (AM), IAC/1988;
- Aeroporto de Tefé (AM), IAC/1988;
- Aeroporto Internacional de Ponta Porã (PR), IAC/1989;
- Aeroporto de Paraupebas (Carajás-PA), IAC/1989;
- Aeroporto de Bacacheri (Curitiba-PR), IAC/1989;
- Aeroporto Júlio Cesar (Belém-PA), IAC/1989;
- Aeroporto Internacional Dois de Julho (Salvador–BA), IAC/1989;
- Aeroporto Internacional de Rio Branco (AC), IAC/1989;
- Aeroporto Santos Dumont (RJ), IAC/1989;
- Aeroporto de Jacarepaguá (RJ), IAC/1989;
- Aeroporto Internacional Eduardo Gomes (Manaus-AM), IAC/1989;
- Aeroporto Metropolitano de Guarujá (Santos-SP), IAC/1998; e
- Aeroporto de Regional do Oeste Paranaense (Cascavel-Toledo-PR), IAC/1998.

- Coordenação Geral de Planos Aeroportuários para Regiões Turísticas:
  - Aeroporto da Região Turística de Maragogi (AL), IAC/1999;
  - Aeroporto da Região Turística de Guarapari (ES), IAC/1999;
  - Aeroporto da Região Turística de São Raimundo Nonato (PI), IAC/1999; e
  - Aeroporto da Região Turística de Bonito (MS), IAC/1999.

- **Na Área de Planejamento Aeroviário Estadual:**

- Coordenação Geral e Supervisão Técnica de Planos Aeroviários Estaduais:

  - Plano Aeroviário do Estado de Santa Catarina, IAC/1988;
  - Plano Aeroviário do Estado do Paraná, IAC/1988;
  - Plano Aeroviário do Estado de Sergipe, IAC/1989;
  - Plano Aeroviário do Estado do Rio Grande do Norte, IAC/1989;
  - Plano Aeroviário do Estado de Alagoas, IAC/1989;
  - Plano Aeroviário do Estado de Minas Gerais, IAC/1999;
  - Plano Aeroviário do Estado de Mato Grosso do Sul, IAC/1998; e
  - Plano Aeroviário do Estado de Goiás, IAC/1999.

OUTRAS INFORMAÇÕES PESSOAIS:

Filiação: ALLEMANDER JESUS PEREIRA e JULIETA DA CUNHA PEREIRA
CPF: 098.929.407-25 e Identidade: 290.184 - COMAER

CV – ALLEMANDER J. Pereira Filho

Aviso nº 921 – C. Civil

Brasília, 10 de setembro de 2007

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Morais
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Major-Brigadeiro-do-Ar R1 Allemander Jesus Pereira Filho, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, em complementação ao mandato de Jorge Luiz Brito Velozo.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff,** Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil
Imprensa Nacional
Ano XLVI Nº 40

Brasília – DF, 24 de fevereiro de 2006

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso XIV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no § 1º do art. 13 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, resolve nomear:

Jorge Luiz Brito Velozo, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, com mandato de cinco anos.

Brasília, 23 de fevereiro de 2006; 185º da Independência e 118º da República. – **LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA – José Alencar Gomes da Silva.**

(À Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A matéria vai à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OF/LID/Nº 177/2007

Brasília, 11 de setembro de 2007

Excelentíssimo Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal
Assunto: Indicação de membro para Comissão Mista

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Humberto Souto – PPS/MG, como titular, em substituição ao meu nome, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à MP nº 388/2007, que "Altera e acresce dispositivos à Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000".

Atenciosamente, – Deputado **Fernando Coruja,** Líder do PPS.

OF/LID/Nº 178/2007

Brasília, 11 de setembro de 2007

Excelentíssimo Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal
Assunto: Indicação de membro para Comissão Mista

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Moreira Mendes – PPS/RO, como titular, em substituição ao meu nome, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à MP nº 389/2007, que "Dispõe sobre a Carreira de Analista de Infra-Estrutura e sobre o cargo isolado de provimento efetivo de Especialista em Infra-Estrutura Sênior".

Atenciosamente, – Deputado **Fernando Coruja,** Líder do PPS.

Ofício nº 148/2007 – GLDBAG

Brasília, 11 de setembro de 2007

Excelentíssimo Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Euclydes Mello para integrar como membro titular a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, em substituição ao Senador Fernando Collor, que se encontra licenciado do exercício do mandato pelo prazo de 121 dias.

Atenciosamente, – Senadora **Ideli Salvatti,** Líder do Bloco de Apoio ao Governo.

Ofício nº 149/2007 – GLDBAG

Brasília, 11 de setembro de 2007

Excelentíssimo Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Euclydes Mello para integrar como membro titular a Comissão de Infra-Estrutura – CI, em substituição ao Senador Fernando Collor, que se encontra licenciado do exercício do mandato pelo prazo de 121 dias.

Atenciosamente, – Senadora **Ideli Salvatti,** Líder do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 54, DE 2007

Dá nova redação ao art. 370, do Regimento Interno do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O art. 370 do Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

> "Art. 370. Deverão ser prejudicadas as propostas de emenda à Constituição, bem como suas emendas que venham ferir os princípios da Administração Pública, esculpidos no **caput** do art. 37 da Constituição Federal.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Cabe ao Senado Federal a função de apreciar as propostas de emenda à Constituição, tanto no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, bem como no plenário da Casa, contudo, os princípios basilares da Constituição têm sido deixados de lado, sem nenhuma observância quando se deseja alterar a Carta Magna.

Uma forma de reparar a inserção de uma emenda indevida na Constituição Federal é a de vedar o seu seguimento no processo legislativo quando se tratar da pretensa alteração constitucional que venha atingir frontalmente os princípios da Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Assim, para assegurar ao Congresso a necessária observância dos princípios da Administração Pública, é fundamental que se criem vedações a determinadas práticas, como a tramitação de proposta de emenda à Constituição, em decorrência de eventuais ameaças à segurança jurídica e ao Estado Democrático de Direito.

Por essas razões, proponho a redação ao revogado artigo 370, do Regimento Interno do Senado Federal, por uma questão de aproveitamento do dispositivo regimental, para que o Senado aprecie proposições que atentem contra os princípios da Administração Pública.

Logo, desejo a compreensão dos nobres Pares para a aprovação da presente proposta.

Sala das Sessões, 11 de setembro de 2007. – Senador **Romero Jucá.**

LEGISLAÇÃO CITADA

TÍTULO IX
Das Proposições Sujeitas a Disposições Especiais

CAPÍTULO I
Da Proposta de Emenda à Constituição

Art. 354. A proposta de emenda à constituição apresentada ao Senado será discutida e votada em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos membros da Casa (Const., art. 60, § 2º);

§ 1º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir (Const., art. 60, § 4º):

I – a forma federativa de Estado;

II – o voto direto, secreto, universal e periódico;

III – a separação dos Poderes;

IV – os direitos e garantias individuais.

§ 2º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio (Const., art. 60, § 1º).

Art. 355. A proposta será lida no Período do Expediente e publicada no **Diário do Senado Federal** e em avulsos, para distribuição aos Senadores.

Art. 356. A proposta será despachada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que terá prazo de até trinta dias, contado da data do despacho da Presidência, para emitir parecer.

Parágrafo único. O parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que concluir pela apresentação de emenda deverá conter assinaturas de Senadores que, complementando as dos membros da Comissão, compreendam, no mínimo, um terço dos membros do Senado.

Art. 357. Cinco dias após a publicação do parecer no **Diário do Senado Federal** e sua distribuição em avulsos, a matéria poderá ser incluída em Ordem do Dia.

Art. 358. Decorrido o prazo de que trata o art. 356, sem que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania haja proferido parecer, a proposta de emenda à Constituição será incluída em Ordem do Dia, para discussão, em primeiro turno, durante cinco sessões deliberativas ordinárias consecutivas.

§ 1º O parecer será proferido oralmente, em plenário, por relator designado pelo Presidente.

§ 2º Durante a discussão poderão ser oferecidas emendas assinadas por, no mínimo, um terço dos membros do Senado, desde que guardem relação direta e imediata com a matéria tratada na proposta.

Art. 359. Para exame e parecer das emendas, é assegurado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o mesmo prazo estabelecido no art. 356.

Art. 360. Lido o parecer no Período do Expediente, publicado no **Diário do Senado Federal** e distribuído em avulsos com a proposta e as emendas, a matéria poderá ser incluída em Ordem do Dia.

Art. 361. Esgotado o prazo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, proceder-se-á na forma do disposto no **caput** do art. 358 e em seu § 1º.

§ 1º Na sessão deliberativa ordinária que se Seguir à emissão do parecer, a proposta será incluída em Ordem do Dia para votação em primeiro turno.

§ 2º Somente serão admitidos requerimentos que objetivem a votação em separado de partes da proposta ou de emendas.

§ 3º A deliberação sobre a proposta, as emendas e as disposições destacadas para votação em separado será feita pelo processo nominal.

Art. 362. O interstício entre o primeiro e o segundo turno será de, no mínimo, cinco dias úteis.

Art. 363. Incluída a proposta em Ordem do Dia, para o segundo turno, será aberto o prazo de três sessões deliberativas ordinárias para discurssão, quando poderão ser oferecidas emendas que não envolvam o mérito.

Art. 364. Encerrada a discussão, em segundo turno com apresentação de emendas, a matéria voltará à Comissão, para parecer em cinco dias após o que será incluída em Ordem do Dia, em fase de votação.

Art. 365. Aprovada, sem emendas, a proposta será remetida à Câmara dos Deputados; emendada, será encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que terá o prazo de três dias para oferecer a redação final.

Art. 366. A redação final, apresentada à Mesa, será votada, com qualquer número, independentemente de publicação.

Art. 367. Considera-se proposta nova o substitutivo da Câmara a proposta de iniciativa do Senado.

Art. 368. Na revisão do Senado à proposta da Câmara aplicar-se-ão as normas estabelecidas neste Título.

Art. 369. Quando a aprovação da proposta for ultimada no Senado, será o fato comunicado à Câmara dos Deputados e convocada sessão para promulgação da emenda (Const., art. 60, § 3º).

Art. 370. (Revogado.)

Art. 371. É vedada a apresentação de proposta que objetive alterar dispositivos sem correlação direta entre si.

Art. 372. Aplicam-se à tramitação da proposta, no que couber, as normas estabelecidas neste Regimento para as demais proposições.

Art. 373. A matéria constante de proposta de emenda à Constituição rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa (Const., art. 60, § 5º).

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência comunica que fica aberto o prazo de cinco dias úteis, perante a Mesa, para recebimento de emendas ao **Projeto de Resolução nº 54, de 2007.**

Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA Á CONSTITUIÇÃO Nº 86, DE 2007

Altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O § 2º do art. 55 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

> "Art. 55. .....
>
> .....
>
> § 2º Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por maioria absoluta e em voto aberto, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.(NR)"

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

Os recentes acontecimentos políticos, com a natural reação da opinião pública, implicam a necessidade de mais transparência nas decisões que envolvam pessoas públicas.

É o que ocorre com os casos de votação de perda de mandato de parlamentares. Diferentemente de uma votação de indicações do Poder Executivo, ou de vetos do Presidente da República, em que o voto secreto é uma garantia da independência do Poder Legislativo, a votação de perda de mandato origina-se de um processo entre os pares, na qual o eleitor quer conhecer a posição do parlamentar, se esta será corporativa ou não.

Recentemente, na Câmara dos Deputados, o publico pôde acompanhar todos os pronunciamentos e procedimentos relativos aos processos dos envolvidos em escândalos, como o "Mensalão" e "Sanguessugas". No entanto, por ter sido a votação secreta, a recomendação do Conselho de Ética, pela perda de mandato, não foi seguida pelo Plenário, deixando, para a opinião pública, a sensação de impunidade.

O voto secreto impede qualquer possibilidade de avaliação sobre o comportamento das pessoas. É por isso que o voto secreto é condenável quando se trata

de julgamento de natureza ética. É possível que se crie constrangimento, mas a população tem o direito de fiscalizar o seu representante. O atual sistema de votação para a cassação do mandato de um parlamentar subtrai esse direito da população ao manter o voto secreto.

É importante observar que todo o processo de julgamento penal deve ter sua decisão proferida de forma clara para que não restem dúvidas a cerca não só dos procedimentos, como também do comportamento de todos os agentes envolvidos. Lembremos-nos que o STF, ao acolher a denúncia contra os envolvidos no esquema do "Mensalão" o fez de forma aberta e transparente. Somente dessa forma, a sociedade pode vir a ter confiança nos fatos ocorridos. Não é admissível, assim, que o Congresso Nacional, instituição que representa o povo, mantenha instrumento antidemocrático que simplesmente serve para macular sua visão frente aos diversos setores da sociedade.

Enfatize-se que o voto secreto é um instrumento que deve ser usado para preservar a democracia, mas nunca como um instrumento que sirva para impedir a transparência que a própria democracia exige como um dos seus valores fundamentais.

Portanto, não há sentido, no atual momento histórico e político de nosso país, manter a votação secreta em caso de perda de mandato.

Sala das Sessões, 11 de setembro de 2007. – Senador **Alvaro Dias.**

	SENADOR	ASSINATURA
1	ALVARO DIAS	
2	RENATO CASAGRANDE	
3	OSMAR DIAS	
4	[illegible]	
5	DECÍDIO DO AMARAL	
6	GARIBALDI ALVES	
7	ANTONIO CARLOS JUNIOR	
8	A.C. VALADARES	
9	[illegible]	
10	JOMEY FILHO	
11	Papaléo Paes	Papaléo Paes
12	[illegible]	TASSO JEREISSATI
13	LEONEL QUINTANILHA	L. Quintanilha
14	[illegible]	
15	JARBAS VASCONCELOS	
16	MARCO MACIEL	
17	HERACLITO FORTES	
18	JEFFERSON PERES	
19	[illegible]	

	SENADOR	ASSINATURA
20	CRISTOVAM	
21		
22		
23	ARTHUR VIRGÍLIO	
24	JOSÉ NERY	
25	CRESTO	
26	Mario Couto	
27	Eduardo Suplicy	
28		Augusto Botelho
29		

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Emendas Constitucionais

Emendas Constitucionais de Revisão

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

ÍNDICE TEMÁTICO

Vide texto compilado

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.

.....

.....

.....

Art. 55. Perderá o mandato o Deputado ou Senador:

I – que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II – cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

III – que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Casa a que pertencer, salvo licença ou missão por esta autorizada;

IV – que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

V – quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos nesta Constituição;

VI – que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado.

§ 1º É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no regimento interno, o abuso

das prerrogativas asseguradas a membro do Congresso Nacional ou a percepção de vantagens indevidas.

§ 2º Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido politico representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.

§ 3º Nos casos previstos nos incisos III a V, a perda será declarada pela Mesa da Casa respectiva, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros, ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.

§ 4º A renúncia de parlamentar submetido a processo que vise ou possa levar à perda do mandato, nos termos deste artigo, terá seus efeitos suspensos até as deliberaçães finais de que tratam os §§ 2º e 3º. (Incluído pela Emenda Constitucional de Revisão nº 6 de 1994)

.....

.....

Subseção II

Da Emenda à Constituição

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I – de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II – do Presidente da República;

III – de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2º A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Proposta de Emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 123 da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006, fica aberto, a partir do dia 12 corrente, o prazo, para interposição de recurso, por cinco dias úteis, para que sejam apreciados pelo Plenário do Congresso Nacional, os **Projetos de Decreto Legislativo nºs 7 e 8, de 2007–CN**, tendo em vista publicação em avulsos, nesta data, dos pareceres da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Os recursos serão recebidos na Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência recebeu o **Ofício nº S/52, de 2007** (nº 105/2007, na origem), de 3 do corrente, do Tribunal Superior do Trabalho, comunicando a indicação do Ministro *João Oreste Dalazen,* Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, para compor o Conselho Nacional de Justiça, em conformidade com o art. 103-B, inciso III, da Constituição Federal.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

É o seguinte o ofício recebido:

OFÍCIO Nº 52, DE 2007

(Nº 105/2007, na origem)

Brasília, 3 de setembro de 2007

A Sua Excelência o Senhor
José Renan Vasconcelos Calheiros
Presidente do Senado Federal
Brasília – DF
Assunto: Conselho Nacional de Justiça

Senhor Presidente,

Cumpre-me informar a V. Exª que o Pleno do Tribunal Superior do Trabalho, em sessão extraordinária realizada em 31 de agosto de 2007, indicou para integrar o Conselho Nacional de Justiça o Exmo Ministro João Oreste Dalazen, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, tendo em vista a concessão de aposentadoria ao Exmo Ministro Gelson de Azevedo, cujo decreto foi publicado no **Diário Oficial da União** de 30 de agosto de 2007.

Seguem, anexas, certidão da referida sessão de julgamento e fotocópia da edição do **Diário Oficial da União** em que foi publicado o decreto de aposentadoria.

Ao ensejo, renovo a V. Exª protestos de elevada estima e consideração.

Respeitosamente, **Rider Nogueira Brito,** Ministro do Tribunal Superior do Trabalho.

TRIBUNAL PLENO
RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 1.256/2007

Certifico e dou fé, que o Egrégio Pleno do Tribunal Superior do Trabalho, em sessão extraordinária hoje realizada, sob a Presidência do Exmo Sr. Ministro Presidente Rider Nogueira de Brito, presentes os Exmos Ministros Milton de Moura França, VicePresidente, João Oreste Dalazen, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Vantuil Abdala, Carlos Alberto Reis de Paula, Antônio José de Barros Levenhagen, Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Renato de Lacerda Paiva, Lelio Bentes Corrêa, Aloysio Corrêa da Veiga, Horácio Raymundo de Senna Pires, Rosa Maria Weber Candiota da Rosa, Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Maria de Assis Calsing e Dera Maria da Costa, e o Exmo Subprocurador-Geral do Trabalho, Doutor Jeferson Luiz Pereira Coelho, resolveu, por unanimidade, aprovar a Resolução Administrativa nº 1.256/2007, nos seguintes termos:

Indicar o Exmo Ministro João Oreste integrar o Conselho Nacional de Justiça, em aposentadoria concedida ao Exmo Ministro Gelson publicada no **Diário Oficial da União** de 30 de agosto de 2007.

Sala das Sessões, 31 de agosto de 2007. – **Valério Augusto Freitas do Carmo,** Secretário do Tribunal Pleno e da Seção Especializada em Dissídios Coletivos.

ISSN 1677-7050

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil — Imprensa Nacional

SEÇÃO 2

Ano XLVIII, Nº 168

Brasília - DF, quinta-feira, 30 de agosto de 2007

Sumário

PÁGINA
Atos do Poder Executivo 1
Presidência da República 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 3
Ministério da Ciência e Tecnologia 5
Ministério da Cultura 6
Ministério da Defesa 6
Ministério da Educação 20
Ministério da Fazenda 27
Ministério da Integração Nacional 29
Ministério da Justiça 30
Ministério da Previdência Social 30
Ministério da Saúde 32
Ministério das Comunicações 36
Ministério das Relações Exteriores 36
Ministério de Minas e Energia 37
Ministério do Desenvolvimento Agrário 37
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior ... 37
Ministério do Meio Ambiente 38
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 39
Ministério do Trabalho e Emprego 42
Ministério do Turismo 43
Ministério dos Transportes 43
Ministério Público da União 46
Tribunal de Contas da União 47
Poder Judiciário 47

Atos do Poder Executivo

MINISTÉRIO DA DEFESA

DECRETO DE 29 DE AGOSTO DE 2007

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso XIV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 14 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, resolve

E X O N E R A R

JORGE LUIZ BRITO VELOZO do cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, em virtude de renúncia.

Brasília, 29 de agosto de 2007; 186º da Independência e 119º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Nelson Jobim

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

DECRETO DE 29 DE AGOSTO DE 2007

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, de acordo com o disposto nos arts. 84, inciso XIV, e 101, parágrafo único, da Constituição, resolve

N O M E A R

CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro José Paulo Sepúlveda Pertence.

Brasília, 29 de agosto de 2007; 186º da Independência e 119º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Tarso Genro

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

DECRETO DE 29 DE AGOSTO DE 2007

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, de acordo com os arts. 84, inciso XIV, 93, inciso VI, redação original, 111, inciso I, e 111-A, inciso II, da Constituição, e 3º, § 2º, da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08025.000221/2007-96, do Ministério da Justiça, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA

ao Doutor GELSON DE AZEVEDO no cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho.

Brasília, 29 de agosto de 2007; 186º da Independência e 119º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Tarso Genro

Presidência da República

CASA CIVIL

PORTARIA Nº 956, DE 29 DE AGOSTO DE 2007

SECRETARIA ESPECIAL
DE AQÜICULTURA E PESCA

A MINISTRA DE ESTADO CHEFE DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 1º do Decreto nº 4.734, de 11 de junho de 2003, resolve

N O M E A R

CLEBERSON CARNEIRO ZAVASKI, para exercer o cargo de Chefe de Gabinete do Secretário Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República, código DAS 101.5.

DILMA ROUSSEFF

SECRETARIA EXECUTIVA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIAS DE 29 DE AGOSTO DE 2007

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo inciso II do art. 1º da Portaria nº 590, de 13 de junho de 2007, da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 4.734, de 11 de junho de 2003, resolve

Nº 453 - CONCEDER

ao servidor requisitado ROBERTO PERES PATÚ a gratificação de Especialista, código GR-II, na Coordenação de Saúde da Diretoria de Gestão de Pessoas desta Secretaria.

Nº 454 - CONCEDER

ao servidor requisitado DEUSIMAR BEZERRA MARTINS a gratificação de Especialista, código GR-II, na Coordenação-Geral de Patrimônio e Transporte da Diretoria de Recursos Logísticos desta Secretaria.

NORBERTO TEMOTEO DE QUEIROZ

ARQUIVO NACIONAL

PORTARIAS DE 29 DE AGOSTO DE 2007

O DIRETOR-GERAL DO ARQUIVO NACIONAL, no uso de suas atribuições, e conforme disposto no Artigo 5º da Portaria nº 42, de 08 de novembro de 2002, do Chefe da Casa Civil da Presidência da República, resolve:

Nº 77 - Art 1º- Nomear, em caráter efetivo, nos termos do art. 9, inciso I, da Lei nº 8112/90, ALEXANDRE GONÇALVES, habilitado em concurso público, homologado por meio do Edital nº 3, de 29 de maio de 2006, publicado no Diário Oficial da União de 30 de maio de 2006, para o cargo de Arquivista, código de vaga 19941.

Art.2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR-GERAL DO ARQUIVO NACIONAL, no uso de suas atribuições, e conforme disposto no Artigo 5º da Portaria nº 42, de 08 de novembro de 2002, do Chefe da Casa Civil da Presidência da República,resolve:

Nº 78 - Art 1º- Nomear, em caráter efetivo, nos termos do art. 9, inciso I, da Lei nº 8112/90, JAQUELINE DOS SANTOS BOENTE, habilitada em concurso público, homologado por meio do Edital nº 3, de 29 de maio de 2006, publicado no Diário Oficial da União de 30 de maio de 2006, para o cargo de Agente Administrativo, código de vaga 0000424.

Art.2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 04 a 20	R$ 0,30	R$ 1,00
de 32 a 70	R$ 0,50	R$ 1,80
de 80 a 150	R$ 1,10	R$ 4,40
de 160 a 250	R$ 1,90	R$ 5,20
de 254 a 500	R$ 3,50	R$ 6,80
de 504 a 824	R$ 8,20	R$ 9,50

- Acima de 824 páginas = preço tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0093

Imprensa Nacional estende o horário a partir de setembro

A partir da próxima segunda-feira, dia 03/09/2007, as matérias para publicação no Diário Oficial da União poderão ser transmitidas, ou entregues no guichê da IN, até as 18 horas do dia útil anterior à publicação.
Ouvindo o cliente, a Imprensa Nacional aprimora seus serviços.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

CURRICULUM VITAE

JOÃO ORESTE DALAZEN

Brasília, setembro de 2007

JOÃO ORESTE DALAZEN

I – DADOS PESSOAIS

Data de Nascimento: 12/01/1953

Nacionalidade: Brasileira

Naturalidade: Getúlio Vargas (RS)

Filiação: João Dalazen e Jandira Rodrigues Dalazen

Estado Civil: Casado

II – FORMAÇÃO ESCOLAR

Superior

- Bacharel em Direito pela faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, havendo colado grau em 23 de fevereiro de 1977.

Pós-graduação

- Mestre em Direito, do Curso de Pós-Graduação em Direito, ao nível de Mestrado, da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná.

III – OUTROS CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO

- Curso de Preparação de Oficial de Reserva (NPOR) do Exército (Of. R-2), sendo declarado Aspirante a Oficial R-2, em 15.12.1973, pela Arma de Artilharia, em Curitiba, com a menção "muito bem" (3° lugar). Posteriormente, promovido a 2° Tenente R-2.
- Curso de especialização em Direito do Trabalho e em Direito Processual do Trabalho (09 a 27.10.1978) com a carga total de 120 horas.

- Curso Básico de Interpretação da Previdência Social (31.03.75 a 10.04.75), com carga de 20 horas-aula, promovido pelo Instituto Nacional de Previdência Social - INPS.
- Semana de Direito Processual Civil (de 02 a 06 de maio de 1977), por iniciativa do Centro Acadêmico Hugo Simas, da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná.
- 1º Ciclo de Estudos sobre Direito do Trabalho (20 a 22 de novembro de 1975).
- 1º Ciclo de Estudos sobre Direito Tributário (23 a 25 de junho de 1976).
- Curso de Comunicação na Advocacia (05 a 06 de junho de 1975).
- Ciclo de Conferências sobre a Nova Lei das Sociedades Anônimas, promovido pelo Instituto dos Advogados do Paraná, de 08 a 23 de junho de 1977.
- Semana de Estudos de Direito Penitenciário, sob o Patrocínio da Secretaria de Estado da Justiça do Paraná e Centro Acadêmico Hugo Simas, de 09 a 14 de junho de 1975.
- Seminário de Direitos Humanos na Justiça Criminal Americana, promovido pela Universidade Federal do Paraná, dias 19, 20 e 21 de maio de 1975.
- Curso de Legislação Trabalhista (20 horas-aula), promovido pelo SESC, em 1975.
- Curso de Treinamento de Líderes de Comunidade, com duração de 20 horas, em 1969.
- Curso de Prática e Técnica de Escritório, em 1975.
- Encontro Brasileiro de Direito e Psicanálise - "A Lei e a lei: Questões de Cidadania", Curitiba, 26 a 29 de outubro de 1994.
- Curso intensivo de italiano de um ano (1984) no Centro Cultural Dante Alighieri (Curitiba - Pr).
- VIII Seminário Nacional sobre Normas Internacionais do Trabalho, promovido pela Organização Internacional do Trabalho - OIT, em Curitiba, de 03 a 04 de maio de 1988.
- Curso de História da Ópera, de 05 a 17 de julho de 1993.
- Congresso Internacional de Direito do Trabalho. Belém (PA) 28 e 29 de agosto de 2003

IV – CONGRESSOS/SIMPÓSIOS

- III Congresso Brasileiro de Direito Processual do Trabalho, de 29 a 31.07.91 (SP). Participação como painelista.
- XIV Congresso Nacional dos Advogados Trabalhistas, de 22 a 25.10.91, em Foz do Iguaçu, na qualidade de painelista.
- VII Seminário Nacional sobre Normas Internacionais do Trabalho, promovido pela O.I.T., em Curitiba, de 03 a 04 de maio de 1988.
- Congresso Nacional da Magistratura Trabalhista, de 20 a 23.03.90, em Salvador (BA).
- Palestra na Faculdade de Direito de Blumenau (SC), 1994, sobre o tema "Competência da Justiça do Trabalho no Brasil".
- Palestra na Faculdade de Direito de Curitiba, em 07.04.95, sobre o tema "A reforma do CPC e o processo trabalhista".
- Palestra na Faculdade de Direito de Curitiba, em Simpósio Internacional sobre a Reforma do Processo Civil, promovido pelo Tribunal de Alçada do Paraná, em 26.05.95.
- Palestra na Faculdade de Direito da Universidade Estadual de Maringá, em 03.10.95, sobre o tema "ação monitória no processo trabalhista".
- Palestra no I Congresso Brasileiro de Direito do Trabalho, realizado em Curitiba (09.08.97).
- IV Simpósio Intersindical de Relações do Trabalho, de 21 a 23.08.97, em Canela (RS). Painelista.
- Palestra em Encontro de Magistrados do Trabalho promovido pela AMATRA da VI Reg., 1997.
- Palestra em Encontro de Magistrados do Trabalho promovido pela AMATRA do Rio Grande do Norte, em 1997.
- Conferência no I Seminário Paraibano de Direito do Trabalho, Processo do Trabalho e Processo Civil, promovido pela AMATRA XIII, abril de 1998.
- Conferência Internacional do Trabalho - OIT - 88ª Reunião. Genebra - 30.05.2000 a 15.06.2000. Designado pelo Exmo. Sr. Presidente da República membro observador (DOU de 24.05.2000).
- Palestra na Faculdade de Direito do Brasil, em Curitiba. Novembro/2000. "A reforma do Poder Judiciário e a Justiça do Trabalho".
- Seminário sobre Intermediação Financeira, em Florianópolis – SC, de 15 a 18.03.01
- Seminário Discriminação e Sistema Legal Brasileiro: TST, 20..11.01

- Palestra na Escola Judicial do TRT da 23ª Reg., em Campo Grande (MS). Março de 2003. "A Execução da Contribuição Previdenciária na Justiça do Trabalho".
- Palestra na IV Semana do Judiciário do TRT da 13ª Reg. João Pessoa. 17.10.2002. "O Poder Normativo da Justiça do Trabalho no Contexto da Reforma Sindical".
- Conferência no Forum Internacional – Direitos Humanos e a Organização Internacional do Trabalho, promovido pela AMATRA IX e TRT da 9ª Reg., em Curitiba (Pr), de 31.03.04 a 03.04.04.

V – FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

- Procurador da Caixa Econômica Federal (1978 a 1980).

- Juiz-Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Maringá (PR), mediante promoção por merecimento.

- Juiz-Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Guarapuava (PR).

- Presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho da 9ª Região (AMATRA IX) em 1984. Reeleito em 1985. Vice Presidente no mandato 89/90.

- Juiz-Presidente da 4ª Junta de Conciliação e Julgamento de Curitiba (PR).

- Professor concursado da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, nas disciplinas Direito Processual Civil e Direito do Trabalho, de 03.03.1986 a 13.06.1989.

- Professor de Direito Processual do Trabalho no curso Preparatório à Magistratura do Trabalho realizado pela AMATRA IX, de 1º de março a 30 de junho de 1989.

- Professor de Direito do Trabalho e de Direito Processual do Trabalho do Curso Preparatório à Magistratura do Trabalho promovido pela AMATRA IX, de 16.10.1988 a 14.12.1990, de 18.02.91 a 14.06.1991, de março a novembro de 1994 e de março a novembro de 1995.

- Professor de Direito do Trabalho e Processo do Trabalho, concursado, da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, de junho de 1992 a 02.09.2004.

- Juiz Togado do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Reg. (PR), mediante promoção por merecimento.

- Presidente da 3ª Turma do TRT da 9ª Reg.

- Ministro do Tribunal Superior do Trabalho desde 1996. Membro efetivo da 1ª Turma (Presidente), da Seção de Dissídios Individuais, da Seção de Dissídios Coletivos e da Seção Administrativa.

- Membro da Comissão de Documentação do TST. Membro da Comissão de Construção da Nova Sede do Tribunal Superior do Trabalho. Membro da

Comissão de Reforma Processual do TST (1998). Membro da Comissão de Regimento Interno. Membro da Comissão de Jurisprudência (2004).

- Professor da Faculdade de Direito do Instituto de Ensino Superior de Brasília (IESB), de 1999 a 2002. Disciplina: Teoria Geral do Processo. Coordenador da Cadeira de Direito Processual.

- Presentemente, e desde 02.09.2004, professor de Direito e Processo do Trabalho da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (**UNB**);

VI – APROVAÇÃO EM CONCURSOS

- Aprovado, em 1° lugar, em concurso público de provas e títulos para provimento de cargo de Promotor de Justiça Substituto, inicial de carreira do Ministério Público, no Paraná (1978). Nomeado através do Decreto Estadual n° 5.475, de 30.08.78.

- Aprovado, em 1° lugar, nas quatro etapas do "I Programa de Seleção Interna de Advogados", de âmbito nacional, promovido pela Caixa Econômica Federal, em 1978.

- Aprovado, em 1° lugar, no concurso público para escriturário da Caixa Econômica Federal, em 1975.

- Aprovado, em 1° lugar, em concurso público para provimento de cargo de Oficial de Justiça da Justiça Federal (1976).

- Aprovado, em 2° lugar, no concurso vestibular para o Curso de Direito da UFPr.

- Aprovado, em 5° lugar, no concurso público de provas e títulos para o cargo de Juiz do Trabalho Substituto, do TRT da 9ª Região (1980).

- Aprovado, em 1° lugar, em novembro de 1985, no concurso público para o cargo de Professor Auxiliar de Ensino em Direito Processual Civil realizado pela Faculdade de Direito Processual Civil realizado pela Faculdade de Direito da Pontifíca Universidade Católica do Paraná (PUC).

- Aprovado, em 1° lugar, no concurso público de provas e títulos (1992) para o cargo de Professor Auxiliar em Direito e Processo do Trabalho, da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná.

VII – OBRAS CIENTÍFICAS PUBLICADAS

- Livro "Competência Material Trabalhista". Ed. LTr

- Execução provisória de obrigação de reintegrar o empregado no processo trabalhista. Revista do TRT da 9ª Região, vol. VI, n° 1, págs. 51 a 55.

- Afastamento do emprego para o desempenho da função de juiz classista temporário. Suspensão do contrato de trabalho. Revista TRT 9ª Região, Vol. VII, nº 1, 1982, págs. 64 a 69.

- Falência e execução na Justiça do Trabalho. Revista TRT 9ª Região, vol. VIII, nº 1, 1983, págs. 23 a 30.

- Constituinte e Poder Judiciário. Revista TRT 9ª Região, vol. X, nº 2, 1985, págs. 77 a 99. Gazeta do Povo de 05.05.1985.

- Recurso ordinário: a amplitude do efeito devolutivo e o duplo grau de jurisdição. Revista TRT 9ª Região, vol, XII, nº 1, 1987, págs. 33 a 66. Revista da Faculdade de Direito da U.F.Pr. nº 23, 1989, págs. 71 a 97.

- A nova prescrição das ações trabalhistas. Revista LTR nº 53-10, págs. 1147 a 1154. Revista TRT 9ª Região, vol. XIII, nº 2, págs. 47 a 67. "Direito do Trabalho e a Nova Constituição", Ed. Juruá, 1989. Revista TRT 8ª Região, vol. 22, nº 42, jan/jun. de 1989. Jornal "O Estado do Paraná", edições de 23.10.88, 30.10.88, 06.11.88, 13.11.88 e 20.11.88. Jornal "Indústria & Comércio", edição de 22.10.88 pág. 26.

- O conceito de Justiça. Revista TRT 9ª Região, vol. XV, 1990, págs. 37 a 60.

- Questões polêmicas de competência material da Justiça do Trabalho. Revista LTR nº 55, março 1991, págs. 295 a 302.

- Execução definitiva trabalhista na pendência de recurso. Revista LTR nº 54, Julho 1990, págs. 791 a 797. Jurisprudência Brasileira Trabalhista, vol. nº 30, Juruá Editora, págs. 17 a 25.

- Mandado de injunção: remédio inócuo? Jornal Trabalhista nº 357, 1º.07.1991, págs. 646 a 650.

- Notas sobre a substituição processual e a lei 8073/90. Revista LTR, outubro 1991, nº 55, págs. 1163 a 1170.

- Capacidade postulatória e honorários advocatícios no processo trabalhista. "Estudos de Direito do Trabalho", Ed, Juruá, 1992, págs. 256 a 262.

- "O credor e a arrematação" e "Curador especial no processo de execução". Gazeta do Povo, de 19.02.1979, 12.02.1979 e 08.10.1979.

- Cessão de crédito trabalhista. Revista da Anamatra, de julho/agosto de 1990, págs. 41/42.

- Indenização civil de empregado e empregador por dano patrimonial ou moral. Revista de Direito do Trabalho, março de 1992, págs. 43 a 55.

- TST e quitação trabalhista. Revista GENESIS nº 14, fevereiro de 1994. p. 152.

- Ação Civil Pública Trabalhista. Revista do Tribunal Superior do Trabalho v. 63, ano de 1994, p. 96 a 107. Editora LTr.

- Litigância de má-fé no processo trabalhista. Jornal "Gazeta do Povo", edição de 1º.05.95, p. 24. Gênesis - Revista de Direito do Trabalho, nº 28, abril de 1995, p. 435 e segs. Revista LTr 59, julho de 1995, p. 894.

- Aspectos da tutela antecipatória de mérito no processo trabalhista brasileiro. Revista LTr julho 1997, p. 875 e segs. Revista do TST nº 64, 73-95, 1995. Revista TRT 3ª Reg., 26, 39-46.

- Processo Trabalhista e Técnica Judicante. Revista do TRTReg. v. 21, nº 2, jul/dez/96, p. 27 e segs.

- Sobre a ação monitória no processo trabalhista. Rev. LTr de dezembro de 1995, p. 1602 e segs.

- Controvérsias da Liquidação e da Execução de Sentença no Processo do Trabalho. Revista do TRT 9ª Reg. v. 22, nº 2, jul/dez/97, p. 25 e segs.

- Apontamentos sobre a reforma do processo trabalhista brasileiro. Revista LTr v. 62, p. 1305 a 1312, outubro de 1998; Jornal Trabalhista v. 15, nº 738, p. 1324 a 1320, novembro de 1998.

- Justiça do Trabalho e Juízes Classistas. "O Estado de São Paulo"; Gazeta do Povo; Síntese Trabalhista nº 119, maio de 1999, p. 08/09; Informativo COAD 17/99, de 30.04.99, p. 153.

- Recurso de revista por divergência e a Lei nº 9.756/98. Correio Braziliense, caderno "Direito & Justiça", 19.04.99. Síntese Trabalhista nº 121, julho de 1999.

- Recurso de revista por divergência, súmula regional e a Lei nº 9.756/98. Revista LTr, junho de 1999, 63-06/727-730.

- Justiça do Trabalho para o povo. "Gazeta do Povo", de 28.06.99. "Correio Braziliense", junho de 1999. Revista Jurídica "Consulex" V. 1, nº 31, julho/99.

- Juízes classistas: fim de linha. Jornal de Brasília, 30.11.99.

- Aspectos do dano moral trabalhista. Revista do Tribunal Superior do Trabalho v. 65, nº 01, out/dez/99, p. 69 e segs.

- Apontamentos sobre a Comissão de Conciliação Prévia. Artigo in "Fundamentos do Direito do Trabalho" - estudos em homenagem ao Ministro Milton de Moura França. Ed. LTr, 2000, p. 342 e segs.

- Ação rescisória: descabimento para impugnar sentença homologatória de acordo. Revista do TST V. 66, nº 3, jul/set 2000, p. 17 a 26.

- O TST e a Medida Provisória nº 2226/01 - artigo em co-autoria com Min. Ives Gandra M. Filho – Correio Braziliense de 24.09.01, Caderno Direito e Justiça. Revista do TRT da 21ª Reg., dez/2001, p. 51. Revista "Síntese Trabalhista" 149, nov/2001, p. 08-10.

- A Reforma do Poder Judiciário e a Justiça do Trabalho. Revista do Tribunal Superior do Trabalho Vol. 67, nº 1, jan/mar 2001, p. 15/32. Revista da Academia Paranaense de Letras Jurídicas Vol. 2, pag. 101 e segs.

- Retrocesso trabalhista. O Globo, 30.11.2001
- Degradação trabalhista. Gazeta do Povo, 27.11.2001
- Controvérsias Sobre a Execução de Contribuição Previdenciária na Justiça do Trabalho. Revista LTr abril de 2003, pag. 403. Revista Synthesis nº 38/04, p. 82/84.
- Falência e Execução na Justiça do Trabalho. *In* Processo de Execução. Estudos em Homenagem ao Ministro Francisco Fausto. LTr 2002.
- Aspectos Polêmicos dos Pressupostos Comuns de Admissibilidade dos recursos trabalhistas. *In* Recursos Trabalhistas. Estudos em Homenagem ao Ministro Vantuil Abdala. LTr 2003, p. 83-112.
- A Reforma do Judiciário e os Novos Marcos da Competência Material da Justiça do Trabalho no Brasil. Artigo *in* Revista do Direito Trabalhista 11/03, março de 2005, pags. 14/24; *in* livro A Nova Competência da Justiça do Trabalho, LTr, fevereiro de 2005.

VIII – PARTICIPAÇÃO EM BANCAS EXAMINADORAS

- Procuradoria Geral do Estado do Paraná. Concurso Público de provas e títulos para o provimento de cargo de Procurador do Estado, Curitiba (Pr), em 1992 e em 1993.

- Tribunal Regional da 9ª Reg. Concurso público de provas e títulos para o provimento de cargo de Juiz do Trabalho Substituto, Curitiba (Pr), em 1992 e em 1993.

- Universidade Federal do Paraná. Faculdade de Direito. Concurso público de prova didática e títulos para o cargo de professor de Direito do Trabalho substituto. Curitiba, 08.06.95.

- Tribunal Regional da 18ª Reg. Juiz do Trabalho Substituto. Prova de sentença (3ª fase, V Concurso). 1997.

- Tribunal Regional da 13ª Reg. Juiz do Trabalho Substituto. Prova oral. Setembro 1997.

- Ministério Público do Trabalho, Procurador do Trabalho. 1996, 1998, 1999 e 2000 (quatro bancas).

- Tribunal Regional da 14ª Reg. Juiz do Trabalho Substituto. X Concurso. Prova oral. Presidente da Comissão Examinadora. Setembro 2003.

- Tribunal Regional da 24ª Reg. Juiz do Trabalho Substituto. VI Concurso. Prova oral. Presidente da Comissão Examinadora. Fevereiro 2004.

- Tribunal Regional da 6ª Reg. Juiz do Trabalho Substituto. XV Concurso. Prova oral. Presidente da Comissão Examinadora. Fevereiro 2004.

IX – HOMENAGENS

- Agraciado pela Associação dos Magistrados Brasileiros (A.M.B.), em 1985, com a "Medalha José Albano Fragoso" por "serviços distintos" à magistratura do País.

- Orador da Turma de Bacharelandos de 1977 da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná.

- Agraciado pelo Tribunal Superior do Trabalho com a Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, nos graus de Comendador e, mediante promoção, de Grã-Cruz.

- Agraciado pela Câmara de Veradores de Curitiba, mediante lei municipal, com o "PRÊMIO CIDADE DE CURITIBA", como magistrado destaque de 1993.

- Integrante da lista quádrupla aprovada pelo Tribunal Superior do Trabalho, em 26.10.95, para o preenchimento do quadro de Ministro Togado do Tribunal Superior do Trabalho.

- Integrante, em primeiro lugar, de lista quádrupla aprovada pelo Tribunal Superior do Trabalho, em 13.06.96, para o preenchimento do cargo de Ministro Togado daquela Corte. Reinclusão em lista.

- Homenagem aprovada pela Assembléia Legislativa do Paraná, em 06.08.96, pela investidura no cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho.

- Membro da Academia Nacional de Direito do Trabalho (2004)

▪ Condecorado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Reg. com a "Ordem do Mérito de Dom Bosco", no grau de Grande Cruz (1997).

▪ Membro da Academia Paranaense de Letras Jurídicas.

▪ Condecorado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Reg. com a "Ordem Alencarina do Mérito Judiciário do Trabalho", no grau de Grã-Cruz (1999).

▪ Condecorado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Reg. com a "Ordem Anhanguera do Mérito Judiciário do Trabalho", no grau de Grande Cruz (2000).

▪ Condecorado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Reg. com a "Ordem São José Operário do Mérito Judiciário do Trabalho", no grau de Grã-Cruz (2003).

▪ Condecorado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Reg. com a "Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho", no grau de Grã-Cruz (2003).

▪ Condecorado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Reg. com a "Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho", no grau de Grã-Cruz (2003).

- Livro em homenagem: "Execução Trabalhista. Estudos em Homenagem ao Ministro João Oreste Dalazen." LTr, 2003.

▪ Condecorado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Reg. com a "Medalha Conselheiro João Alfredo Corrêa de Araújo, na categoria "Mérito Judiciário" (2004).

Brasília, setembro de 2007.

JOAO ORESTE DALAZEN

CURRÍCULO RESUMIDO

JOÃO ORESTE DALAZEN

* Graduado em Direito, em 1977, pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná;

* Pós-graduado ao nível de Mestrado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná;

* Oficial R-2 do Exército Brasileiro, Arma de Artilharia;

* Procurador da Caixa Econômica Federal, de 1978 a 1980;

* Juiz do Trabalho Substituto do Tribunal Regional do Trabalho da Nona Região (Paraná), de junho de 1980 a junho de 1982;

* Juiz-Presidente de Junta de Conciliação e Julgamento, de 1982 a 1992, no Paraná (Maringá, Guarapuava e Curitiba);

* Juiz Togado do Tribunal Regional do Trabalho da Nona Região desde janeiro de 1993, mediante promoção, por merecimento.

* Presidente da Associação de Magistrados do Trabalho da 9ª (AMATRA IX) em 1984, reeleito em 1985;

* Professor concursado de Direito Processual Civil e Direito do Trabalho, da PUC-Paraná, de 1986 a 1989;

* Professor de Direito do Trabalho e de Direito Processual do Trabalho, bem como coordenador do Curso Preparatório à Magistratura do Trabalho, promovido pela AMATRA IX, de 1988 a 1993;

* Professor Assistente, na cadeira de Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho, da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, onde ingressou mediante concurso público de provas e títulos, em 1992;

* Professor Assistente da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. 1992/2004.

* Presidente da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Nona Região (PR), de 1994 a 1995. Reeleito em 1996;

* Aprovado em primeiro lugar no concurso público para o cargo de Promotor de Justiça substituto, no Paraná, em 1978;

* Autor de dezenas de artigos doutrinários e da monografia "Competência Material Trabalhista" (dissertação de Mestrado);

* Participou de várias bancas examinadoras de concursos para provimento de cargos de Juiz do Trabalho e de Procurador;

* Participou de numerosos congressos e simpósios, como conferencista e debatedor;

* Agraciado, em 1985, pela AMB, com a medalha José Albano Fragoso, por "serviços distintos" prestados à magistratura do País;

* Agraciado pelo TST com a Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, nos graus de Comendador e, por promoção, de Grã-Cruz;

* Ministro do Tribunal Superior do Trabalho desde 1996, Membro efetivo e ex-Presidente da 1ª Turma.

* Autor de dezenas de artigos doutrinários e da monografia "Competência Material Trabalhista"

* Membro da Academia Nacional de Direito do Trabalho.

* Presentemente:
  a) Professor de Direito e Processo do Trabalho da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UNB);
  b) Ministro Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho;
  c) Membro do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Brasília, setembro de 2007

JOAO ORESTE DALAZEN

D E C L A R A Ç Ã O

Declaro, a quem interessar possa, sob as penas da lei, que não sou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até terceiro grau inclusive, de membro ou servidor do Poder Judiciário não exercente de cargo efetivo.

Declaro, ao contrário, que:

a) sou cônjuge da Sra. JUDITE FEITOSA QUEIROZ DALAZEN, funcionária pública do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, exercente do cargo efetivo de Oficial de Justiça, aprovada em concurso público;

b) sou pai da servidora ROSANE DALAZEN, igualmente exercente do cargo de provimento efetivo de técnico judiciário no Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, aprovada em concurso público.

Declaro, finalmente, que as referidas servidoras públicas federais não prestam e nunca prestaram serviços lotadas em meu Gabinete.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Brasília, 04 de setembro de 2007

JOÃO ORESTE DALAZEN

D E C L A R A Ç Ã O

Declaro, a quem interessar possa, sob as penas da lei, que não cumpro e jamais cumpri qualquer sanção criminal ou administrativo-disciplinar.

Declaro igualmente desconhecer a existência de processo penal ou administrativo visando a impor-me qualquer sanção.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Brasília, 04 de setembro de 2007.

JOAO ORESTE DALAZEN

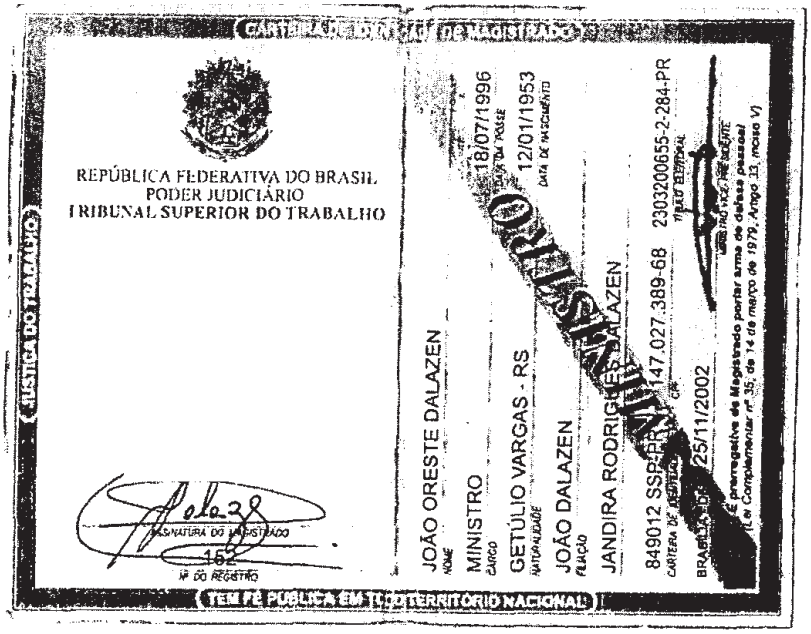
D E C L A R A Ç Ã O

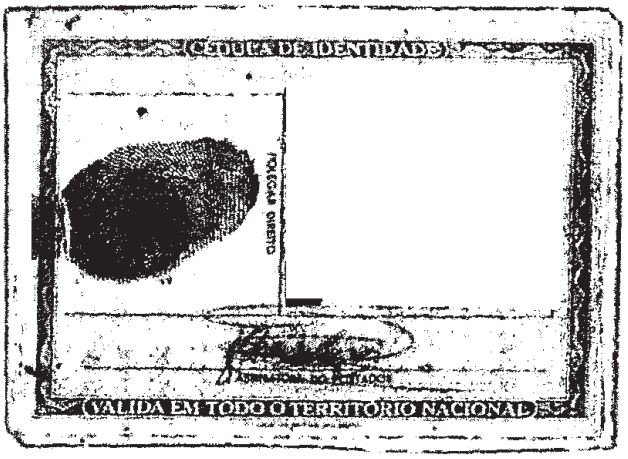
Declaro, a quem interessar possa, que **renuncio** ao direito de concorrer à promoção por merecimento ou a integrar lista para ingresso em qualquer Tribunal, durante o mandato junto ao Conselho Nacional de Justiça e até 2 (dois) anos após o seu término.

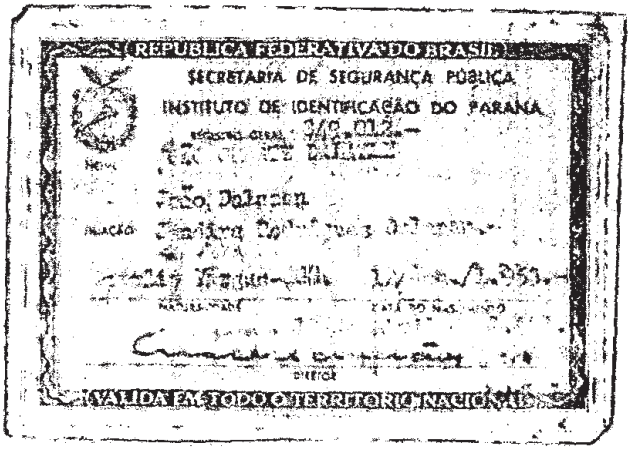
Por ser verdade, firmo a presente declaração.

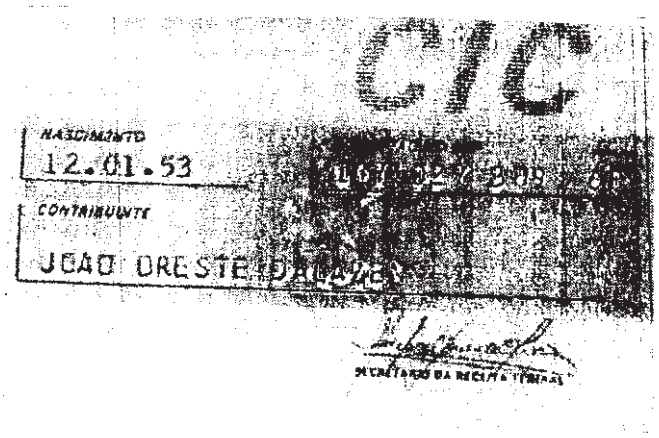
Brasília, 04 de setembro de 2007.

JOAO ORESTE DALAZEN


CARTEIRA DE MAGISTRADO
JUSTIÇA DO TRABALHO
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
JOÃO ORESTE DALAZEN
NOME
MINISTRO
CARGO
GETÚLIO VARGAS - RS
NATURALIDADE
JOÃO DALAZEN
FILIAÇÃO
JANDIRA RODRIGUES DALAZEN
849012 SSP-PR
CARTEIRA DE IDENTIDADE
147.027.389-68
CPF
2303200655-2-284-PR
TÍTULO ELEITORAL
25/11/2002
18/07/1996
DATA DA POSSE
12/01/1953
DATA DE NASCIMENTO
É prerrogativa de Magistrado portar arma de defesa pessoal
(Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979, Artigo 33, inciso V)
162
Nº DO REGISTRO
TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL


CÉDULA DE IDENTIDADE
POLEGAR DIREITO
VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ
VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL



O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, projetos recebidos da Câmara dos Deputados que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 68, DE 2007

(Nº 2.350/2003, na Casa da origem)

Dispõe sobre a obrigatoriedade de registro expresso, na fatura apresentada ao usuário, da inexistência de débitos anteriores referentes a serviço público objeto de concessão, alterando as Leis nºs 8.997, de 13 de fevereiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O **caput** do art. 31 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IX:

"Art. 31. .....

.....

IX – fazer constar da fatura apresentada ao usuário a inexistência de débitos anteriores, dispensando-o da guarda e conservação dos comprovantes de quitação anteriormente emitidos, exceto quando inadimplente.

..... "(NR)

Art. 2º O **caput** do art. 96 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VII:

"Art. 96. .....

.....

VII – fazer constar da fatura apresentada ao usuário a inexistência de débitos correspondentes a períodos anteriores a 120 (cento e vinte) dias da data de emissão da fatura, em se tratando de serviço local ou de longa distância nacional, e a períodos anteriores a 190 (cento e oitenta) dias da data de emissão da fatura, em se tratando de serviço de longa distância internacional, dispensando-o da guarda e conservação dos comprovantes de quitação anteriormente emitidos, exceto quando inadimplente." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 2.350, DE 2003

Dispõe sobre a presunção de inexistência de débitos anteriores com o pagamento da última conta de luz, água e telefone e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As concessionárias de serviço publico de energia elétrica, de águas e esgoto e de telefonias fixa ou móvel farão constar em suas respectivas contas inscrição de inexistência de débitos anteriores, dispensando o consumidor da guarda e conservação de contas anteriormente pagas.

Parágrafo único – Somente na hipótese de comprovada existência de débito anterior estará a concessionária dispensada de atender a obrigação disposta no **caput** deste artigo.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data, de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação

Todos nós sabemos os inconvenientes de receber, após decorridos meses e as vezes anos, cobrança de concessionárias de luz, água e telefone relativa a supostos débitos anteriores.

Na grande maioria dos casos são cobranças impertinentes e descabidas, fruto da desorganização dessas empresas que, alegando a falta de processamento pelo sistema bancário, resolvem cobrar serviços já pagos pelo consumidor.

Tal ocorrência leva o usuário desses serviços a guardar por anos os comprovantes de pagamento respectivos, sob pena de ver-se sujeito ao pagamento em duplicidade no caso de não apresentação do recibo quando cobrado pela concessionária.

Através da presente proposição, entretanto, as empresas prestadoras desses serviços ficam obrigadas a fazer constar na última conta a informação de inexistência de débitos anteriores, salvo se, comprovadamente, o usuário se encontrar inadimplente.

Dessa forma, estará o consumidor dispensado de guardar os recibos anteriores, servindo a ultima fatura como certidão negativa de débitos, sujeitando a concessionária às sanções legais decorrentes de indevida cobrança administrativa ou judicial.

Espero, por conseguinte, contar com o apoio de meus ilustres pares na aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 22 de outubro de 2003. – Deputado **Marcelo Guimarães Filho.**

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 8.987, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1995

Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.

.....

Capítulo VIII

Dos Encargos da Concessionária

Art. 31. Incumbe à concessionária:

I – prestar serviço adequado, na forma prevista nesta Lei, nas normas técnicas aplicáveis e no contrato:

II – manter em dia o inventário e o registro dos bens vinculados à concessão;

III – prestar contas da gestão do serviço ao poder concedente e aos usuários, nos termos definidos no contrato;

IV – cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e as cláusulas contratuais da concessão;

V – permitir aos encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer época, às obras, aos equipamentos e às instalações integrantes do serviço, bem como a seus registros contábeis;

VI – promover as desapropriações e constituir servidões autorizadas pelo poder concedente, conforme previsto no edital e no contrato;

VII – zelar pela integridade dos bens vinculados à prestação do serviço, bem como segurá-los adequadamente; e

VIII – captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação do serviço.

Parágrafo único. As contratações, inclusive de mão-de-obra, feitas pela concessionária serão regidas pelas disposições de direito privado e pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados pela concessionária e o poder concedente.

.....

LEI Nº 9.472, DE 16 DE JULHO DE 1997

Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.

.....

Art. 96. A concessionária deverá:

I – prestar informações de natureza técnica, operacional, econômico-financeira e contábil, ou outras pertinentes que a Agência solicitar;

II – manter registros contábeis separados por serviço, caso explore mais de uma modalidade de serviço de telecomunicações;

III – submeter à aprovação da Agência a minuta de com trato-padrão a ser celebrado com os usuários, bem como os acordos operacionais que pretenda firmar com prestadoras estrangeiras;

IV – divulgar relação de assinantes, observado o disposto nos incisos VI e IX do art. 3º, bem como o art. 213, desta Lei;

V – submeter-se à regulamentação do serviço e à sua fiscalização;

VI – apresentar relatórios periódicos sobre o atendimento das metas de universalização constantes do contrato de concessão.

.....

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, DE 2007

(Nº 7.441/206, na Casa de origem)

Considera o Município de Iguape, localizado no Estado de São Paulo, o Berço da Colonização Japonesa no Brasil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Município de Iguape, localizado no Estado de São Paulo, é considerado o Berço da Colonização Japonesa no Brasil.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI Nº 7.441, DE 2006

Considera o Município de Iguape, localizado no Estado de São Paulo, o "Berço da Colonização Japonesa no Brasil".

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Município de Iguape, localizado no Estado de São Paulo, é considerado o "Berço da Colonização Japonesa no Brasil".

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Recentemente, foi instituído o dia 18 de junho como o Dia Nacional da Imigração Japonesa[1], numa justa homenagem à data da chegada ao Brasil, no dia 18 de junho de 1908, do primeiro navio com imigrantes japoneses – Kasato-Maru.

A nosso ver, a homenagem deveria se estender e contemplar o Município onde instalou-se e desenvolveu a primeira colônia japonesa no Brasil. Com efeito, são incontáveis e inegáveis os dados históricos que apontam a região paulista do Vale do Ribeira como local de oficialização da primeira colônia japonesa no Brasil – a Colônia Katsura, exatamente no bairro Jipovura, município de Iguape, às margens do Rio Ribeira.

Justifica ser aquela região considerada o Berço da Colonização Japonesa no Brasil, visto que Jipovura sediou o nascimento dessa colonização em 9 de novembro de 1913, cinco anos após a chegada da primeira leva de 781 imigrantes japoneses que atracaram com o navio Kasatu Maru, no porto de Santos, no dia 18 de junho de 1908. Com a fundação dessa Colônia, as autoridades brasileiras se conscientizaram da necessidade de se receber condignamente os japoneses aqui chegados e instalá-los no País adequadamente, dando condições para o seu desenvolvimento pessoal e material.

O pioneirismo da Colônia de Katsura é sustentado por alguns documentos da época, por exemplo, pela capa do jornal **O Iguape** de 25 de novembro de 1938 e pela Lei nº 43, de 21 de outubro de 1913, presente no Livro de Registro de Leis da Câmara Municipal de Iguape. A Lei 43, autoriza o Prefeito Municipal a adquirir o sítio Jypuvura para ser doado a "Brazil Tokushoku Kaish" a fim de ali ser fundado um Núcleo Colonial.

1 Cf. Lei nº 11.242, de 25 de julho de 2005.

Em janeiro de 1914, a colônia entrava oficialmente em funcionamento, como dispõe o "Relatório da Colônia Katsura, referente ao Ano Agrícola 1914-1915, devidamente registrado no livro de Contratos da Câmara de Iguape. Em 1938, foi comemorado festivamente em Iguape, o 25º aniversário de fundação da Colônia Katsura.

A contribuição dos colonos para a integração geográfica do Vale do Ribeira é grande. Foram responsáveis pela ligação do porto de Registro a Juquiá, para atingir a estação ferroviária Santos-Jundiaí e também, de uma estrada ligando Cotia a Juquiá, via que hoje passa por Ibiúna, Piedade e Tapiraí, completando uma rede de comunicação fluvial, rodoviária e ferroviária que hoje são imprescindíveis para a economia regional.

Cabe ressaltar que Iguape foi fundada em 1538 e compreendia uma região territorial muito maior do que é hoje, abrangendo áreas atualmente pertencentes a outros municípios como Registro e Sete Barras, que também sediaram outras colônias japonesas.

Autores do Vale do Ribeira citam em seus livros a primazia de Katsura (Jipovura), tais como: "A Vila de Prainha" de Paulo de Castro Laragnoit; "Registro...Histórias de um Povo", de Noziel Antonio Pedroso; "Nos Bastidores do Poder', de Mimo Oliveira; "Iguape – Nossa História", de Roberto Fortes, destacando-se a tese do professor Pasquale Petrone, da USP, "A Baixada do Ribeira" da década de 1960, que menciona ter sido Katsura a primeira colônia japonesa do Brasil.

Considerando que a homenagem contribuirá para reverenciar a memória de Katsura e valorizar a história da imigração japonesa no Brasil, julgamos importante a iniciativa do Congresso Nacional Brasileiro em reconhecer o Município de Iguape como o "Berço da Colonização Japonesa no Brasil."

Brasília, 4 de setembro de 2006. – Deputado **Arnaldo Madeira.**

(À Comissão de Educação.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 70, DE 2007

(Nº 7.268/2006, na Casa de origem)

(De iniciativa do Presidente da República)

Dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam criadas, como entidades de natureza autárquica, vinculadas ao Ministério da Educação, nos termos da Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, as Escolas Técnicas Federais:

I – do Acre, com sede na cidade de Rio Branco;

II – do Amapá, com sede na cidade de Macapá;

III – de Mato Grosso do Sul, com sede na cidade de Campo Grande;

IV – de Brasília, no Distrito Federal; e

V – de Canoas, no Rio Grande do Sul.

Art. 2º Ficam criadas, como entidades de natureza autárquica, vinculadas ao Ministério da Educação, nos termos da Lei nº 9.731, de 16 de novembro de 1993, as Escolas Agrotécnicas Federais:

I – de Marabá – PA;

II – de Nova Andradina – MS; e

III – de São Raimundo das Mangabeiras – MA.

Art. 3º A Escola Técnica Federal de Porto Velho-RO, criada nos termos do art. 3º da Lei nº 9.670, de 30 de junho de 1993, passa a denominar-se Escola Técnica Federal de Rondônia, com sede no Município de Porto Velho, constituindo-se em entidade de natureza autárquica vinculada ao Ministério da Educação, em conformidade com a Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959.

Art. 4º Ficam criados, na forma dos Anexos I, II, III e IV desta Lei, 450 (quatrocentos e cinqüenta) cargos de professor de 1º e 2º graus; 360 (trezentos e sessenta) cargos de técnico—administrativo em educação de nível intermediário (níveis C e D); 225 (duzentos e vinte e cinco) cargos de técnico–administrativo em educação de nível superior (nível E), bem como 09 (nove) cargos de direção – código CD-2; 27 (vinte e sete) cargos de direção – código CD-3; 54 (cinqüenta e quatro) cargos de direção – código CD-4; 45 (quarenta e cinco) funções gratificadas – código FG–1 e 90 (noventa) funções gratificadas – código FG-2.

Parágrafo único. O provimento dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança de que trata o caput deste artigo fica condicionado à prévia verificação e declaração do ordenador de despesa quanto à existência de disponibilidade orçamentária e ao cumprimento do disposto no § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

Art. 5º As instituições de educação profissional e tecnológica de que trata esta Lei serão implantadas gradativamente, bem como os seus respectivos cargos e funções de confiança, dependendo da existência de instalações adequadas e de recursos financeiros necessários ao respectivo funcionamento.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta dos recursos orçamentários destinados ao Ministério da Educação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

QUADRO DE PESSOAL EFETIVO PARA AS NOVAS ESCOLAS TÉCNICAS FEDERAIS E ESCOLAS AGROTÉCNICAS FEDERAIS

INSTITUIÇÃO	DOCENTES	TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS	
		NÍVEL MÉDIO	NÍVEL SUPERIOR
ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO ACRE	50	40	25
ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO AMAPÁ	50	40	25
ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	50	40	25
ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE RONDÔNIA	50	40	25
ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE BRASÍLIA - DF	50	40	25
ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE CANOAS - RS	50	40	25
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE MARABÁ - PA	50	40	25
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE NOVA ANDRADINA - MS	50	40	25
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS - MA	50	40	25
TOTAIS	450	360	225

ANEXO II

QUADRO DE CARGOS DE DIREÇÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS PARA AS NOVAS ESCOLAS TÉCNICAS FEDERAIS E ESCOLAS AGROTÉCNICAS FEDERAIS

INSTITUIÇÃO	CD - 2	CD - 3	CD - 4	FG - 1	FG - 2	Total
ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO ACRE	01	03	06	05	10	25
ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO AMAPÁ	01	03	06	05	10	25
ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	01	03	06	05	10	25
ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE RONDÔNIA	01	03	06	05	10	25
ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE BRASÍLIA - DF	01	03	06	05	10	25
ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE CANOAS - RS	01	03	06	05	10	25
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE MARABÁ - PA	01	03	06	05	10	25
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE NOVA ANDRADINA - MS	01	03	06	05	10	25
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS - MA	01	03	06	05	10	25
TOTAIS	09	27	54	45	90	225

ANEXO III

DETALHAMENTO DO QUADRO DE PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO
PARA AS NOVAS ESCOLAS TÉCNICAS FEDERAIS

QUADRO I

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR (NÍVEL E)	QUANTITATIVO POR UNIDADE	QUANTITATIVO PARA O GRUPO
ADMINISTRADOR	03	18
ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	03	18
ASSISTENTE SOCIAL	01	06
BIBLIOTECÁRIO-DOCUMENTALISTA	03	18
CONTADOR	01	06
ENGENHEIRO/ÁREA	02	12
JORNALISTA	01	06
MÉDICO/ÁREA	02	12
PEDAGOGO/ÁREA	03	18
PROGRAMADOR VISUAL	01	06
PSICÓLOGO/ÁREA	01	06
TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	04	24
TOTAL	25	150

QUADRO II

CARGOS DE NÍVEL INTERMEDIÁRIO (NÍVEIS C e D)	QUANTITATIVO POR UNIDADE	QUANTITATIVO PARA O GRUPO
ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO	28	168
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	02	12
TÉCNICO DE LABORATÓRIO/ÁREA	07	42
TÉCNICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	03	18
TOTAL	40	240

ANEXO IV

DETALHAMENTO DO QUADRO DE PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO PARA AS NOVAS ESCOLAS AGROTÉCNICAS FEDERAIS

QUADRO III

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR (NÍVEL E)	QUANTITATIVO POR UNIDADE	QUANTITATIVO PARA O GRUPO
ADMINISTRADOR	02	06
ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	02	06
ASSISTENTE SOCIAL	01	03
BIBLIOTECÁRIO-DOCUMENTALISTA	03	09
CONTADOR	01	03
ENGENHEIRO/ÁREA	02	06
JORNALISTA	01	03
MÉDICO/ÁREA	02	06
MÉDICO-VETERINÁRIO	01	03
NUTRICIONISTA/HABILITAÇÃO	01	03
ODONTÓLOGO	01	03
PEDAGOGO/ÁREA	03	09
PSICÓLOGO/ÁREA	01	03
TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	03	09
ZOOTECNISTA	01	03
TOTAL	25	75

QUADRO IV

CARGOS DE NÍVEL INTERMEDIÁRIO (NÍVEIS C e D)	QUANTITATIVO POR UNIDADE	QUANTITATIVO PARA O GRUPO
ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO	22	66
ASSISTENTE DE ALUNOS	03	09
TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	06	18
TÉCNICO EM ALIMENTOS E LATICÍNIOS	02	06
TÉCNICO EM CONTABILIDADE	01	03
TÉCNICO EM ECONOMIA DOMÉSTICA	01	03
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	01	03
TÉCNICO DE LABORATÓRIO/ÁREA	02	06
TÉCNICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	02	06
TOTAL	40	120

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 7.268, DE 2006

Dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e dá outras providências;

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam criadas as Escolas Técnicas Federais do Acre, com sede na cidade de Rio Branco; do Amapá, com sede na cidade de Macapá; do Mato Grosso do Sul, com sede na cidade de Campo Grande e de Canoas, no Rio Grande do Sul, como entidades de natureza autárquica, vinculadas ao Ministério da Educação, nos termos da Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959.

Art. 2º Ficam criadas as Escolas Agrotécnicas Federais de Brasília-DF, de Manhã-PA, de Nova Andradina-MS e de São Raimundo das Mangabeiras-MA como entidades de natureza autárquica, vinculadas ao Ministério da Educação, nos termos da Lei nº 8.731, de 16 de novembro de 1993.

Art. 3º A Escola Técnica Federal de Porto Velho-RO, criada nos termos do art. 3º da Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1993, passa a denominar-se Escola Técnica Federal de Rondônia, constituindo-se em entidade de natureza autárquica, vinculada ao Ministério da Educação, nos termos da Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959.

Art. 4º Ficam criados, na forma dos Anexos I, II, III e IV, 450 (quatrocentos e cinqüenta) cargos de professor de 1º e 2º graus; 360 (trezentos e sessenta) cargos de técnico-administrativo em educação de nível intermediário (níveis C e D); 225 (duzentos e vinte e cinco) cargos de técnico-administrativo em educação de nível superior (nível E), bem como 09 (nove) cargos de direção – código CD-2; 27 (vinte e sete) cargos de direção – código CD-3;

54 (cinqüenta e quatro) cargos de direção – código CD-4; 45 (quarenta e cinco) funções gratificadas – código FG-I e 90 (noventa) funções gratificadas – código FG-2.

Parágrafo único. O provimento dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança de que tratam o **caput** fica condicionado à prévia verificação e declaração do ordenador de despesa quanto à existência de disponibilidade orçamentária e ao cumprimento do disposto no § 1º do art. 169 da Constituição.

Art. 5º As instituições de educação profissional e tecnológica de que trata esta Lei serão implantadas gradativamente, bem como os seus respectivos cargos e funções de confiança, dependendo da existência de instalações adequadas e de recursos financeiros necessários ao respectivo funcionamento.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta dos recursos orçamentários destinados ao Ministério da Edificação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

QUADRO DE PESSOAL EFETIVO PARA AS NOVAS ESCOLAS TÉCNICAS FEDERAIS E ESCOLAS AGROTÉCNICAS FEDERAIS

INSTITUIÇÃO	DOCENTES	TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS	
		NÍVEL MÉDIO	NÍVEL SUPERIOR
ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO ACRE	50	40	25
ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO AMAPÁ	50	40	25
ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL	50	40	25
ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE RONDÔNIA	50	40	25
ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE CANOAS – RS	50	40	25
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE BRASÍLIA – DF	50	40	25
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE MARABÁ – PA	50	40	25
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE NOVA ANDRADINA - MS	50	40	25
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS – MA	50	40	25
TOTAIS	450	360	225

ANEXO II

QUADRO DE CARGOS DE DIREÇÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS PARA AS NOVAS ESCOLAS TÉCNICAS FEDERAIS E ESCOLAS AGROTÉCNICAS FEDERAIS

INSTITUIÇÃO	CD - 2	CD - 3	CD - 4	FG - 1	FG - 2	Total
ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO ACRE	01	03	06	05	10	25
ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO AMAPÁ	01	03	06	05	10	25
ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL	01	03	06	05	10	25
ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE RONDÔNIA	01	03	06	05	10	25
ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE CANOAS – RS	01	03	06	05	10	25
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE BRASÍLIA – DF	01	03	06	05	10	25
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE MARABÁ – PA	01	03	06	05	10	25
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE NOVA ANDRADINA - MS	01	03	06	05	10	25
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS – MA	01	03	06	05	10	25
TOTAIS	09	27	54	45	90	225

ANEXO III

DETALHAMENTO DO QUADRO DE PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO PARA AS NOVAS ESCOLAS TÉCNICAS FEDERAIS

QUADRO I

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR (NÍVEL E)	QUANTITATIVO POR UNIDADE	QUANTITATIVO PARA O GRUPO
ADMINISTRADOR	03	15
ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	03	15
ASSISTENTE SOCIAL	01	05
BIBLIOTECÁRIO – DOCUMENTALISTA	03	15
CONTADOR	01	05
ENGENHEIRO / ÁREA	02	10
JORNALISTA	01	05
MÉDICO / ÁREA	02	10
PEDAGOGO / ÁREA	03	15
PROGRAMADOR VISUAL	01	05
PSICÓLOGO / ÁREA	01	05
TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	04	20
TOTAL	25	125

QUADRO II

CARGOS DE NÍVEL INTERMEDIÁRIO (NÍVEIS C e D)	QUANTITATIVO POR UNIDADE	QUANTITATIVO PARA O GRUPO
ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO	28	140
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	02	10
TÉCNICO DE LABORATÓRIO / ÁREA	07	35
TÉCNICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	03	15
TOTAL	40	200

ANEXO IV

DETALHAMENTO DO QUADRO DE PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO PARA AS NOVAS ESCOLAS AGROTÉCNICAS FEDERAIS

QUADRO III

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR (NÍVEL E)	QUANTITATIVO POR UNIDADE	QUANTITATIVO PARA O GRUPO
ADMINISTRADOR	02	08
ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	02	08
ASSISTENTE SOCIAL	01	04
BIBLIOTECÁRIO – DOCUMENTALISTA	03	12
CONTADOR	01	04
ENGENHEIRO / ÁREA	02	08
JORNALISTA	01	04
MÉDICO / ÁREA	02	08
MÉDICO-VETERINÁRIO	01	04
NUTRICIONISTA / HABILITAÇÃO	01	04
ODONTÓLOGO	01	04
PEDAGOGO / ÁREA	03	12
PSICÓLOGO / ÁREA	01	04
TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	03	12
ZOOTECNISTA	01	04
TOTAL	25	100

QUADRO IV

CARGOS DE NÍVEL INTERMEDIÁRIO (NÍVEIS C e D)	QUANTITATIVO POR UNIDADE	QUANTITATIVO PARA O GRUPO
ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO	22	88
ASSISTENTE DE ALUNOS	03	12
TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	06	24
TÉCNICO EM ALIMENTOS E LATICÍNIOS	02	08
TÉCNICO EM CONTABILIDADE	01	04
TÉCNICO EM ECONOMIA DOMÉSTICA	01	04
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	01	04
TÉCNICO DE LABORATÓRIO / ÁREA	02	08
TÉCNICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	02	08
TOTAL	40	160

MENSAGEM Nº 454, DE 2006

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que "Dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e dá outras providências".

Brasília, 8 de junho de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

E.M.I. Nº 29

Brasília, 29 de maio de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de lei que cria as Escolas Técnicas Federais do Amapá, do Acre e do Mato Grosso do Sul, sediadas nas capitais dos respectivos estados; a Escola Técnica Federal de Canoas/RS, na região metropolitana de Porto Alegre; e as Escolas Agrotécnicas Federais de Brasília/DF, Marabá/PA, Nova Andradina/MS e São Raimundo das Mangabeiras/MA, bem como altera a denominação da Escola Técnica Federal de Porto Velho, criada nos termos da Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1993, além de promover a constituição dos quadros efetivos e de cargos em comissão necessários ao funcionamento das instituições ora mencionadas.

A apresentação da proposta em comento encontra-se alinhada à preocupação deste governo em resgatar o protagonismo da União Federal no que concerne à expansão da oferta de educação profissional pública e gratuita. Essa posição de protagonista estava, até bem pouco tempo atrás, inviabilizada por força da redação do art. 3º da Lei nº 8.948, de 1994, cujo texto então vigente exprimia uma explícita vedação à União Federal de promover a criação de novas unidades de ensino técnico e/ou agrotécnico, a não ser mediante o estabelecimento de parcerias com Estados, Municípios, Distrito Federal, organizações do setor produtivo ou organizações não governamentais, que seriam responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino. Tal conformação somente veio a ser modificada com a sanção da Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005, após dezoito meses de tramitação no Congresso Nacional.

Já na exposição de motivos que acompanhava o projeto de lei que deu origem à Lei nº 11.195, chamavamos a atenção à problemática das Unidades da Federação que não contam com instituições federais de educação profissional e tecnológica, seja de ensino técnico-industrial seja de ensino agrotécnico, situação ainda hoje verificada nos estados do Acre, do Amapá, do Mato Grosso do Sul e no Distrito Federal. Em absoluto contraste, em outras 19 Unidades da Federação, as primeiras escolas de formação profissional estão prestes a completar 100 anos de existência, atuando há mais tempo que as próprias Universidades Federais.

Convém destacar que foi justamente a obrigatoriedade de estabelecimento de parcerias para a implantação de unidades de ensino técnico – marca central do modelo anterior – a principal razão que impediu o Governo Federal de dispor as condições necessárias para que estados reconhecidamente menos desenvolvidos em termos industriais – caso típico de Acre e Amapá, por exemplo – pudessem se unir as demais 23 UF, que já contam com os relevantes serviços prestados pelos Centros Federais de Educação Tecnológica, pelas Escolas Agrotécnicas Federais e pelas Escolas Técnicas Federais, algumas dessas instituições atuando desde 1909 na formação profissional em todos os níveis de ensino, no aprimoramento tecnológico dos processos de produção e no fortalecimento das estratégias de impulso ao desenvolvimento local e regional. Analogamente, algumas regiões mais interioranas permanecem carentes de investimentos públicos em educação profissional, em cuja situação se encontram o sudeste do Pará, o sul do Maranhão e o leste do Mato Grosso do Sul.

A proposta de criação da Escola Agrotécnica Federal de Marabá/PA ancora-se na necessidade de oferecimento de formação profissional para a região que possui a maior concentração de assentamentos rurais em todo o País. A região, marcada nos noticiários pelos conflitos e mortes no campo, possui, em contrapartida, uma forte característica de coesão entre os movimentos sociais rurais e as instituições federais que atuam na implementação de uma agricultura familiar sustentável e tipicamente amazônica. A criação da primeira Escola Agrotécnica Federal de pedagogia da alternância para formação de jovens agricultores(as) assentados(as) na Amazônia é, indubitavelmente, um dos grandes desafios deste Governo.

No caso da Escola Agrotécnica Federal de São Raimundo das Mangabeiras/MA, a região a ser considerada abrange todo o sul do Estado do Maranhão, privilegiada em termos de condições climáticas, propulsoras da atividade agrícola na região, mas notoriamente atrasada em termos de indicadores educacionais. Propõe-se uma ação formadora com ênfase na elevação de escolaridade, particularmente no que diz respeito ao ensino médio profissionalizante, haja vista que, nessa área de atuação, a instituição mais próxima está localizada a 450km de São Raimundo das Mangabeiras/MA.

No Mato Grosso do Sul, a população da Região do Vale do Invinhema já deveria estar usufruindo os serviços da Escola Agrotécnica Federal de Nova Andradina desde o ano de 1992, época em que as obras deveriam ter sido concluídas. Hoje, a referida unidade permanece como obra inacabada, tendo em torno de 8.000m² de edificações já concluídas e pouco mais de 6.000m² de obras a serem complementadas. Os órgãos de controle como o Tribunal de Contas da União e a Controladoria-Geral da União têm se posicionado recorrentemente no sentido de que cabe à União oferecer solução definitiva para o caso da EAF de Nova Andradina, evitando que todo o investimento de recursos públicos já realizado venha a se perder pela deterioração da obra apenas parcialmente realizada.

Em Canoas/RS, região metropolitana de Porto Alegre, concentra-se a principal atividade industrial da capital gaúcha. Uma vez implantadas as Escolas Técnicas Federais do Acre, em Rio Branco; do Amapá, em Macapá; do Mato Grosso do Sul, em Campo Grande; e de Rondônia, em Porto Velho, o Rio Grande do Sul passaria a ser o único estado brasileiro desprovido de uma Escola Técnica Federal em sua capital, situação que propomos seja resolvida pela implantação da Escola Técnica Federal de Canoas, à medida que a posição de destaque desse município na atividade industrial gaúcha e a sua localização geográfica na região da Grande Porto Alegre justificam a escolha como conciliadora de dois critérios fundamentais: sintonia com os arranjos produtivos locais e capacidade de atendimento às regiões com a maior concentração populacional.

Essas considerações, Sr. Presidente, objetivam demonstrar que a presente proposta, se aceita por Vossa Excelência e levada a cabo pelos parlamentares, cuidaria de oferecer ao País uma distribuição geográfica adequada das instituições federais de educação profissional e tecnológica, na qual todas as 27 Unidades da Federação contariam com pelo menos uma unidade de ensino técnico ou agrotécnico, ao mesmo tempo que todas as suas capitais estariam sendo atendidas por, pelo menos, uma Escola Técnica Federal ou Escola Agrotécnica Federal.

Para a implantação das nove unidades mencionadas no presente Projeto de Lei serão necessários recursos da ordem de R$23,8 milhões para os investimentos em infra-estrutura e aquisição de mobiliários e equipamentos para laboratórios.

Em relação aos quadros de pessoal, projeta-se uma composição padrão de 50 docentes, 40 técnicos-administrativos em educação de nível intermediário e 25 de nível superior. O quadro de funções comissionadas para as autarquias congrega, por escola, 1 cargo de direção – código CD-2, 3 cargos de direção – código CD-3, 6 cargos de direção – código CD-4, cinco funções gratificadas – código FG-I e 10 funções gratificadas – código FG-2.

Em números totais, a proposta em questão implica na criação de 450 cargos de professor de Iº e 2º graus; 360 cargos de técnico-administrativo em educação de nível intermediário (nível D), 225 cargos de técnico-administrativo em educação de nível superior (nível E), 9 cargos de direção CD-2, 27 cargos de direção CD-3, 54 cargos de direção CD-4, 45 funções gratificadas FG-I e 90 funções gratificadas FG-2.

No cenário de provimento integral dos cargos ora referidos – o que certamente seria realizado apenas a partir de 2008 para todas as instituições, à exceção da EAF de Nova Andradina/MS, a repercussão financeira com gastos de pessoal seria da ordem de R$27,1 milhões, já projetados para a anualização da despesa.

Por fim, defendemos que todos os cargos a que se refere esta proposta sejam criados na estrutura do Quadro Permanente do Ministério da Educação, a quem competirá regular a sua redistribuição às novas unidades, a medida que esteja assegurada a existência de instalações físicas adequadas e de recursos financeiros destinados ao respectivo funcionamento.

Respeitosamente, **Fernando Haddad, Paulo Bernardo Silva**.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUICÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....

Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, só poderão ser feitas: (Renumerado do parágrafo único, pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I – se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II – se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas

públicas e as sociedades de economia mista. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

.....

LEI Nº 3.552, DE 16 DE FEVEREIRO DE 1959

Vide Decreto nº 50.492, de 1961

Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências.

.....

DECRETO Nº 50.492, DE 25 DE ABRIL DE 1961

Complementa a regulamentação da Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, dispondo sobre a organização e funcionamento de ginásio industrial.

.....

LEI Nº 8.731, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1993

(Vide Decreto nº 2.548/98)

Transforma as Escolas Agrotécnicas Federais em autarquias e de outras providencias.

.....

DECRETO Nº 2.548, DE 15 DE ABRIL DE 1998

Aprova o Regimento Interno e o Quadro Demonstrativo dos Cargos de Direção e Funções Gratificadas das Escolas Agrotécnicas Federais, e dá outras providências.

.....

LEI Nº 8.670, DE 30 DE JUNHO DE 1993

Dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e dá outras providências.

.....

Art. 3º Ficam, ainda, criadas as seguintes escolas:

1. Escolas Técnicas Industriais: Sobral – CE, Coelho Neto – MA, Parnaíba – PI, Ponta Porã – MS.

2. Escolas Técnicas Federais: Porto Velho – RO, Santarém – PA, Palmas – TO, Rolim de Moura – RO; MS.

3. Escola Agrotécnica: Dourados – MS.

.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 537, DE 2007

Altera o art. 218 do Código Penal (CP) para dar nova tipificação ao crime de corrupção de menores, de forma a proteger todos os menores de 18 (dezoito) anos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º art. 218 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 218. Expor a perigo de corrupção, corrompendo ou facilitando a corrupção sexual de pessoa menor de 18 (dezoito) anos, com ela praticando ato de libidinagem, ou induzindo-a a praticá-lo ou a presenciá-lo.

..... (NR)"

Art. 2º A presente Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

O crime tipificado no art. 218 do Código Penal insere-se sob o que trata Título VI, "Dos crimes contra os costumes" e encontra-se no Capítulo II, "Da sedução e da corrupção de menores".

O bem jurídico tutelado é a integridade da formação sexual das pessoas menores de 18 (dezoito) anos e maiores de 14 (quatorze) anos.

Atualmente o crime de corrupção sexual de menores exclui os menores de 14 (quatorze) anos, por entender que nesta hipótese, conforme a prática mantida, poderá o fato típico configurar-se como estupro ou atentado violento ao pudor, com violência presumida, ou seja, ficta.

Por outro lado, a corrupção de menores contida na Lei nº 2.252, de 1954 tem por objeto a proteção da formação da personalidade do menor de 18 (dezoito) anos, buscando evitar que ingresse na criminalidade.

Inexiste razão lógica para não se estender a norma penal do art. 218 do Código Penal para os menores de 14 (quatorze) anos, visando coibir a corrupção sexual dos mesmos. Muito pelo contrário. A pedofilia cresce assustadoramente e deve ser coibida com todo rigor, visto que atenta contra a dignidade, a honra e o decoro não só do menor mas de toda a sociedade, além de violentar física, psíquica e moralmente crianças ainda na tenra idade.

Sem qualquer moralismo pudico ou infame, pode-se afirmar que a pedofilia há de ser combatida com todo rigor que merece, a fim de que seja banida dos meios de comunicação.

A atual classificação enquadra o crime de corrupção de menores, previsto no art. 218 do Código Penal, como delito material, ou seja, que exige resultado, dano, prova da efetiva corrupção do menor.

É de se reconhecer, que nos tempos atuais, já não se pode mais esperar solenemente que os fatos aconteçam para só então, mediante provas do resultado efetivo da corrupção, serem adotadas providências persecutórias.

A tipificação do crime de corrupção de menores, na forma como consta deste Projeto de Lei outorgará ao crime a classificação de crime de perigo, ou seja, de natureza formal, sendo o bastante para configurá-lo a existência do fato em si mesmo, independente do resultado.

A proteção da criança e do adolescente exige que as práticas infames, danosas às gerações futuras, sejam coibidas rigorosamente, em todos os seus aspectos, em toda a sua extensão, em todos os seus sórdidos meandros, no sentido de evitar que os menores sejam corrompidos.

O Código Penal foi editado há mais de meio século e merece revisão geral através de um novo Código, a exemplo do Novo Código Civil, entretanto não podemos esperar por tal oportunidade, o tempo não pára, as situações de vilipêndio são flagrantes.

Esperamos que este PLS mereça a atenção e o inestimável apoio de todos, na certeza de que será uma providência valiosa na defesa e proteção das crianças e adolescentes deste nosso imenso Brasil.

Sala das Sessões, 11 de setembro de 2007. – Senador **Papaléo Paes.**

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 2.848,
DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

Vide texto compilado

Código Penal.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da constituição, decreta a seguinte Lei:

Corrupção de menores

Art. 218. corromper ou facilitar a corrupção de pessoa maior de 14 (catorze) e menor de 18 (dezoito) anos, com ela praticando ato de libidinagem, ou induzindo-a a praticá-lo ou presenciá-lo:

Pena – reclusão, de um a quatro anos.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 538, DE 2007

Dispõe sobre extrato de cadastro eletrônico e os procedimentos a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na prestação de serviços aos clientes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As instituições financeiras e demais instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil a contratar operações de crédito e a prestar serviços aos clientes devem fornecer as informações cadastrais de adimplemento e de inadimplemento, por meio de sistemas eletrônicos que possibilitem ao cadastrado, de forma gratuita, a consulta a seu histórico.

Art. 2º Informações de inadimplemento e de regularização de obrigações inadimplidas não poderão constar das informações cadastrais por período superior a cinco anos, contados de vencimento da obrigação.

Art. 3º As informações de adimplemento devem ser mantidas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil a contratar operações de crédito e prestar serviços aos clientes pelo prazo mínimo de cinco anos, contados a partir da data do vencimento da obrigação.

Art. 4º As informações cadastrais devem conter os dados do cliente, histórico das operações de empréstimo, valor, datas de vencimento e pagamentos efetuados, além de saldo médio mensal de conta corrente e de aplicações financeiras.

Art. 5º O não cumprimento do disposto nesta Lei sujeitará o infrator às normas de defesa do consumidor, sem prejuízo das de natureza específica.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor noventa dias após a data de sua publicação.

Justificação

O art. 170, inciso V, da Constituição Federal estabelece a defesa do consumidor como um dos princípios básicos da atividade econômica e foi disciplinado pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, o Código de Defesa do Consumidor.

Atualmente, existem no Congresso Nacional projetos de lei para disciplinar os bancos de dados de proteção ao crédito e de relações comerciais com a instituição de cadastro positivo. No entanto, falta a obrigatoriedade para que instituições financeiras forneçam as informações cadastrais de seus clientes eletronicamente como incentivo a uma maior utilização por parte dos consumidores, pessoas físicas e jurídicas, em especial as microempresas e as empresas de pequeno porte.

O Banco Central do Brasil disponibiliza, em relação a empréstimos superiores a R$5 mil, em sua Central

de Risco de Crédito, informações como tipo de crédito, garantias, indexadores, taxa do contrato, fluxo de vencimentos da operação e o histórico de pagamento dos últimos doze meses. Os dados podem ser acessados pelos próprios clientes bancários que quiserem levá-los de uma instituição financeira a outra.

Todavia, a maioria dos clientes não sabe de sua existência, nem os bancos incentivam sua utilização. Dessa forma, o presente Projeto de Lei objetiva aumentar a utilização de importante ferramenta para a expansão do crédito e para a defesa do consumidor.

Além disso, o mercado de crédito é caracterizado por uma ampla disparidade entre consumidores e fornecedores, haja vista o porte das empresas que se dedicam a essa atividade. Dessa forma, conclamo os meus pares legisladores a apoiarem o cadastro positivo, por meio do presente Projeto de Lei, que estabelece a obrigatoriedade do fornecimento eletrônico e gratuito das informações de adimplemento e inadimplemento e que irá contribuir para a mudança no relacionamento entre pessoas físicas e jurídicas com os financiadores.

Sala das Sessões, 11 de setembro de 2007. – Senador **Adelmir Santana.**

(Às Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e de Assuntos Econômicos, cabendo à última à decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 539, DE 2007

Institui o "Dia Nacional da Leitura" e a "Semana Nacional da Literatura".

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam instituídos o "Dia Nacional da Leitura" e a Nacional da Literatura", a serem anualmente celebrados, em todo o território nacional.

§ 1º O "Dia Nacional da Leitura" será comemorado em 12 de outubro.

§ 2º A "Semana Nacional da Literatura" será aquela em que recair o "Dia Nacional da Leitura", nos termos do § 1º.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente projeto de lei tem como objetivo precípuo a valorização e o fomento à convivência da sociedade brasileira – em particular, de nossas crianças – com a produção literária do País, por intermédio da inserção, no calendário brasileiro de efemérides, de uma semana especialmente dedicada à literatura e, como desdobramento natural, de um dia devotado à leitura.

A escolha da semana destinada à celebração da literatura não é fortuita. Na verdade, ela está condicionada à intenção de consagrar o dia 12 de outubro à prática da leitura em todo o País, atribuindo-lhe o epíteto de "Dia Nacional da Leitura". A conexão entre a valorização da literatura e o fomento à leitura é inconteste. No entanto, a presente proposição se destina a explicitála de modo cabal. Dessa forma, ambas as celebrações estarão associadas tanto no calendário quanto nas atividades a serem programadas, com o intuito de conferir merecida visibilidade à criação literária e à leitura, fundamentais no processo de formação de todo cidadão.

Além disso, recorde-se que o dia 12 de outubro é conhecido nacionalmente como "Dia da Criança", fato que contribui significativamente para a seleção dessa data. Assim, além de marcar a festividade já consagrada, o dia 12 de outubro abrigará, também, o "Dia Nacional da Leitura", com a intenção de enfatizar, junto à sociedade brasileira, a importância do cultivo do amor aos livros, desde a infância.

As principais e mais sólidas pesquisas relativas ao letramento e à aferição da qualidade do ensino demonstram que o interesse pelas obras literárias e pela leitura está intimamente relacionado ao desempenho escolar infantil, além de contribuir, de forma decisiva, para a construção de um cabedal intelectual e emocional, de natureza permanente.

A Constituição Federal preceitua o acesso à educação e à cultura como dever do Estado (arts. 205 e 215). A Lei Maior considera a educação como fator indispensável para o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (art. 205). Ao materializar o preceito constitucional, a presente iniciativa motivará, por um lado, o Estado, em relação à proposição de políticas públicas para o setor e, por outro, a sociedade civil e o terceiro setor, no sentido de ampliar sua responsabilidade social, no que diz respeito à educação.

Além disso, entendemos que uma programação alusiva à data, especialmente dirigida às crianças, trará o benefício de fomentar e ampliar a convivência dos pequenos brasileiros com os Livros. Por outro lado, tais atividades deverão reforçar e, em alguns casos, despertar a população para o seu direito de acesso à educação e à cultura. Ademais, não sobram dúvidas sobre o papel da leitura quando se leva em conta as questões da inclusão social e da justiça social, qualquer que seja a faixa etária do cidadão.

Nesse sentido, por considerarmos a oportunidade e o sentido cívico do projeto de lei, solicitamos o seu acolhimento pelos ilustres Pares.

Sala das Sessões, 11 de setembro de 2007. – Senador **Cristovam Buarque.**

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 540, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Insere o art. 72-A na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para prever a responsabilização dos gestores municipais que descumprirem deveres de natureza educacional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso V:

"Art. 25. .....

.....

V – observância do disposto no art. 72-A.

....(NR)"

Art. 2º A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 72-A:

"Art. 72-A. Será punido, nos termos da legislação definida no art. 73, o prefeito que:

I – deixar de oferecer vagas nas escolas a todas as crianças com idade entre 4 e 17 anos;

II – deixar de assegurar a todas as escolas as condições mínimas de higiene, conforto e todas as condições para assegurar o bom aprendizado;

III – deixar de oferecer curso de alfabetização a qualquer jovem ou adulto com mais de 15 anos que procura alfabetizar-se;

IV – permitir que crianças em idade escolar estejam nas ruas, em horário escolar, desacompanhadas dos pais;

V – deixar de cumprir em seu município as metas educacionais definidas pelo Plano de Desenvolvimento da Educacional do Governo Federal – PDE;

VI – não cumprir, integralmente, seus compromissos com os professores da rede pública, tanto nos aspectos salariais como nos programas de formação.

§ 1º Identificada a negligência dos pais ou responsáveis quanto à freqüência escolar das crianças e jovens sob sua guarda, as autoridades municipais deverão comunicar o fato ao Conselho Tutelar, ao juiz da Comarca e ao Ministério Público.

§ 2º Os resultados esperados serão avaliados pelos mecanismos de avaliação estabelecidos pelo Plano de Desenvolvimento da Educacional – PDE do Governo Federal."

Art. 3º As obrigações a que se refere o art. 72-A da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, serão exigidas a partir dos prefeitos eleitos em 2008 e que assumirem administrações municipais em 10 de janeiro de 2009.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Há décadas o ordenamento jurídico brasileiro dispõe sobre o direito à educação elementar. A Constituição Imperial (1824) previa a instrução primária e gratuita a todos os cidadãos, embora não determinasse os responsáveis pelo cumprimento da norma (art. 179, XXXII). Após o interregno da chamada República Velha (1889-1930), em que as elites brasileiras, pelas influências de um positivismo e de um liberalismo empobrecidos, demonstraram, salvo honrosas exceções, imperdoável desinteresse pela educação popular, o País inscreveu em sua nova Constituição, promulgada em 1934, que a educação era direito de todos e, nos termos do plano nacional de educação, devia ser instituído o ensino primário integral gratuito e de freqüência obrigatória extensivo aos adultos (art. 150, parágrafo único, **a**).

Com efeito, há mais de setenta anos, o ordenamento constitucional brasileiro estabelece o ensino elementar como obrigatório e gratuito, sem que as leis sejam cumpridas. Até hoje pelo menos 3% de nossas crianças não se matricularam. Daquelas matriculadas, a maior parte não freqüenta, não assiste, não aproveita, não conclui seus cursos. Inicialmente sob o nome de primário, com duração de quatro anos, o ensino elementar foi rebatizado de 1º grau e estendido para oito anos de duração, por lei de 1971. Com a Constituição de 1988, passou a ser chamado de ensino fundamental, tendo sido, recentemente, ampliado para nove anos.

Apesar de normas tão claras e fortes, os poderes públicos têm-se mostrado incapazes de assegurar a formação escolar básica para todos os brasileiros. É inegável que houve progressos nos índices de escolarização nas últimas décadas. Sabemos, também, que o País possui escolas para matricular todos as crianças e jovens em idade escolar Todavia, temos, ainda, uma nação com cerca de 16 milhões de analfabetos – 12,9% da população com dez anos ou mais de idade. Além disso, há estimativas de que entre 1 milhão e 1,5 milhões de crianças na idade escolar nem sequer se matriculam no ensino fundamental. Outras tantas abandonam os estudos ao longo do ano letivo.

Desse modo, segundo dados do IBGE, existem no País 38 milhões de analfabetos funcionais, considerando-se as pessoas de dez anos ou mais de idade com menos de quatro anos de estudos escolares. É

inadmissível que uma nação com o nosso parque industrial, nossa agricultura de ponta e nossas universidades permita que a educação elementar seja negada a tantos brasileiros. Aliás, no inundo cada vez mais integrado e competitivo, o que existe de dinâmico e eficiente na economia brasileira encontra-se seriamente ameaçado de ruir devido a essa omissão na oferta da educação a significativa parcela do povo.

Uma das razões da inoperância das normas relativas à obrigatoriedade do ensino repousa na ausência de instrumentos jurídicos para punir as autoridades que se omitem no cumprimento de suas responsabilidades. Desde 2000 o Brasil dispõe de uma rigorosa e eficiente lei de responsabilidade fiscal que pune os prefeitos que não zelam pelas contas públicas. Não existe, porém, até hoje uma lei que trate com o mesmo rigor os prefeitos que não zelam por suas crianças e a educação delas. Se os gestores municipais têm o dever de assegurar o acesso ao ensino fundamental, inclusive para as pessoas que ultrapassaram a idade regular, bem como de zelar pela freqüência à escola, como determinam a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, é preciso cobrar deles eventuais omissões e punir os infratores.

O projeto ora proposto para preencher com maior clareza essa lacuna dirige-se à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Alguns diriam que se trata de incoerência estabelecer, em lei dessa natureza, penalidades para as autoridades omissas nos seus deveres educacionais. No entanto, não há responsabilidade com a coisa pública mais preciosa do que garantir que todos os brasileiros sejam letrados e concluam pelo menos o ensino fundamental, de modo a se tornarem cidadãos plenos e a se inserirem na sociedade contemporânea. Assegurar esses direitos significa trabalhar pela responsabilidade fiscal e, englobando-a, pela responsabilidade social e cívica.

Dadas as razões expostas, espero contar com o apoio dos Senhores Congressistas para a aprovação deste projeto de lei complementar.

Sala das Sessões, 11 de setembro de 2007. – Senador **Cristovam Buarque.**

(Às Comissão de Educação e de Assuntos Econômicos.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.036, DE 2007

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, do art. 215, inciso I, alínea **a**, do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o disposto no Parágrafo único do art. 25 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, com a redação dada pela Lei nº 11.036, de 22 de dezembro de 2004, que sejam solicitadas ao Presidente do Banco Central do Brasil as seguintes informações:

1) Existem percentuais diferentes de recolhimento compulsório das reservas bancárias por região, como determina a Lei nº 4.595, 31 de dezembro de 1964? Se existem, são publicados? Se existem, solicitamos os diferentes percentuais aplicados em todos os anos de vigência da Lei, por meio de demonstrativo.

2) Quais os valores dos depósitos e aplicações de recursos nas respectivas praças de captação, por Estado e região nos últimos 5 anos?

3) Existem demonstrativos publicados sobre depósitos e aplicações de recursos por praça de captação?

4) Qual o percentual de empréstimos para micro e pequenas empresas no País?

5) Quais os mecanismos que o Banco Central do Brasil utiliza para fiscalizar o verdadeiro porte do tomador nos empréstimos financeiros?

6) Existe a obrigatoriedade de as instituições financeiras anotarem, para cada empréstimo concedido, o porte da empresa tomadora?

7) Os bancos comerciais públicos e os bancos múltiplos públicos com carteira comercial e a Caixa Econômica Federal têm orçado e divulgado amplamente suas linhas de crédito para as microempresas e empresas de pequeno porte, como determina o art. 58 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006?

8) Quais os mecanismos que o Banco Central do Brasil tem implementado para ampliar o acesso ao crédito para microempresas e empresas de pequeno porte, conforme o art. 62 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006?

Justificação

Um dos fatores negativos presentes no processo de desenvolvimento do País é a concentração econômica nos grandes centros urbanos e os desequilíbrios regionais acentuados. Dessa forma, estabelece-se um cicio vicioso de empobrecimento da zona rural e de pequenos municípios com migração para as grandes metrópoles.

A Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, determina que o Banco Central adote diferentes percentuais de depósito compulsório para diferentes regiões. Consideramos que a adoção de diferentes percentuais

de recolhimento compulsório por região seria uma importante contribuição de política monetária para diminuir a concentração econômica no País.

A ampliação do acesso ao crédito para as microempresas e empresas de pequeno porte (MPE), exerce papel fundamental para a geração de ocupação e renda, bem como para o desenvolvimento econômico e social da nação. As MPE ofertam cerca de cinqüenta e oito por cento dos empregos formais e correspondem a aproximadamente vinte por cento do Produto Interno Bruto do País.

Não obstante, as empresas de menor porte têm enfrentado diversas barreiras na obtenção de recursos, tanto das instituições financeiras públicas quanto das privadas. O que se tem constatado é o não atendimento pelo sistema financeiro nacional, genericamente, às necessidades de financiamento das MPE.

Sala das Sessões, 11 de setembro de 2007. – Senador **Adelmir Santana.**

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 1.037, DE 2007
(Requerimento nº 65, de 2007 – CRE)

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro informações ao Ministério da Defesa sobre a violação do espaço aéreo e invasão do território nacional por aeronaves das Forças Armadas da Venezuela, conforme matéria publicada no Jornal **Folha de Boa Vista** – **online**, em 5-9-2007.

Sala das Sessões, 11 de setembro de 2007. – Senador **Mozarildo Cavalcanti.**

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROPOSIÇÃO: RQS Nº 65, DE 2007 - CRE
ASSINAM O REQUERIMENTO NA REUNIÃO DE 6/9/2007, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: SENADOR HERÁCLITO FORTES	
TITULARES	**SUPLENTES**
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB, PP)	
EDUARDO SUPLICY (PT)	1 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	2 - ALOIZIO MERCADANTE (PT)
EUCLYDES MELLO (PTB)	3 - AUGUSTO BOTELHO (PT)
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	4 - SERYS SLHESSARENKO (PT)
MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)	5 - FÁTIMA CLEIDE (PT)
JOÃO RIBEIRO (PR)	6 - FRANCISCO DORNELLES (PP)
PMDB	
PEDRO SIMON	1 – GERALDO MESQUITA JÚNIOR
MÃO SANTA	2 - LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
JARBAS VASCONCELOS	4 - GILVAN BORGES
PAULO DUQUE	5 - GARIBALDI ALVES FILHO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
HERÁCLITO FORTES (DEM)	1 - EDISON LOBÃO (DEM)
MARCO MACIEL (DEM)	2 - CÉSAR BORGES (DEM)
MARIA DO CARMO ALVES (DEM)	3 - KÁTIA ABREU (DEM)
ROMEU TUMA (DEM)	4 - ROSALBA CIARLINI (DEM)
ARTHUR VIRGILIO (PSDB)	5 - FLEXA RIBEIRO (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6 – VAGO
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	7 – SÉRGIO GUERRA (PSDB)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE	1 - JEFFERSON PÉRES

REQUERIMENTO Nº 1.038, DE 2007

(Requerimento nº 66, de 2007-CRE)

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro informações ao Ministério das Relações Exteriores sobre a violação do espaço aéreo e invasão do território nacional por aeronaves das Forças Armadas da Venezuela, conforme matéria publicada no Jornal **Folha de Boa Vista** – on line, em 5-9-2007.

Sala das Sessões, 11 de setembro de 2007. – Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROPOSIÇÃO: RQS Nº 66, DE 2007 -CRE
ASSINAM O REQUERIMENTO NA REUNIÃO DE 6 / 9 / 2007, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: SENADOR HERÁCLITO FORTES	
TITULARES	**SUPLENTES**
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB, PP)	
EDUARDO SUPLICY (PT)	1 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	2 - ALOIZIO MERCADANTE (PT)
EUCLYDES MELLO (PTB)	3 - AUGUSTO BOTELHO (PT)
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	4 - SERYS SLHESSARENKO (PT)
MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)	5 - FÁTIMA CLEIDE (PT)
JOÃO RIBEIRO (PR)	6 - FRANCISCO DORNELLES (PP)
PMDB	
PEDRO SIMON	1 – GERALDO MESQUITA JÚNIOR
MÃO SANTA	2 - LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
JARBAS VASCONCELOS	4 - GILVAN BORGES
PAULO DUQUE	5 - GARIBALDI ALVES FILHO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
HERÁCLITO FORTES (DEM)	1 - EDISON LOBÃO (DEM)
MARCO MACIEL (DEM)	2 - CÉSAR BORGES (DEM)
MARIA DO CARMO ALVES (DEM)	3 - KÁTIA ABREU (DEM)
ROMEU TUMA (DEM)	4 - ROSALBA CIARLINI (DEM)
ARTHUR VIRGILIO (PSDB)	5 - FLEXA RIBEIRO (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6 – VAGO
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	7 – SÉRGIO GUERRA (PSDB)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE	1 - JEFFERSON PÉRES

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.039, DE 2007

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro Voto de Congratulações à Deputada Estadual do Pará Bernadete Ten Caten, que, numa iniciativa corajosa e oportuna apresentou ontem, dia 4 de setembro, uma Proposta de Emenda à Constituição Estadual do Pará que prevê a expropriação de terras em que se verifique a ocorrência de trabalho análogo à condição de escravo, bem como o plantio de psicotrópicos.

Justificação

A apresentação pela Deputada Estadual Bernadete Ten Caten de uma Proposta de Emenda à Constituição Estadual do Pará visando à expropriação de terras onde for constada a ocorrência de trabalho análogo à condição de escravo, bem como o plantio de psicotrópicos, constitui uma iniciativa das mais meritórias, digna de todo aplauso e reconhecimento. A aprovação dessa Proposta significará um avanço sem precedentes na legislação do Pará, Estado que, lamentavelmente, ostenta o triste título de campeão em registros de trabalho escravo em todo o País. Para se ter uma idéia, das 192 empresas constantes da chamada "Lista Suja", uma lista que é publicada a cada seis meses para tomar pública a relação de empresas onde foi constatada a existência de trabalhadores em condições análogas à de escravidão, nada menos que 50 estão localizadas no Estado do Pará, o que representa 26% do total em todo o País, envolvendo um total de mais de 2000 trabalhadores. Apenas neste ano de 2007, foram libertados, em todo o Estado do Pará, cerca de 1.544 trabalhadores, ou seja, 46% do total de trabalhadores de todo o País vivendo em condições análogas à escravidão.

Dessa forma, é não só urgente como absolutamente imprescindível a adoção de medidas severas e eficazes, por todas as instâncias da Federação, com vistas à erradicação desse terrível mal que assola e envergonha não só o Pará, como outras regiões, sobretudo os Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Nesse sentido, a Deputada Bernadete Ten Caten, ao apresentar tal proposta, dá uma inestimável contribuição aos trabalhadores paraenses e de todo o País, uma vez que a expropriação de terras nas condições elencadas pela proposição legislativa apresentada significará, certamente, uma medida concreta e efetiva para desencorajar esse tipo de comportamento por parte de empregadores que desrespeitam as leis trabalhistas e todas as disposições de direitos humanos que se possa imaginar, já que a liberdade e a dignidade são bens inerentes a qualquer ser humano.

Por todas essas razões, acreditamos que a Deputada Bemadete Tem Caten merece receber todo o nosso respeito e o nosso Voto de Congratulações por essa louvável iniciativa.

Sala das Sessões, 11 de setembro de 2007. – Senador **José Nery.**

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O requerimento que acaba de ser lido será publicado e despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler:

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.040, DE 2007

Requer Voto de Lembrança ao ensejo do transcurso do 10º aniversário da morte do jornalista Paulo Francis.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Lembrança pelo transcurso do décimo ano da morte do Jornalista Paulo Francis, jornalista e, sobretudo, crítico implacável de uma época do Brasil, lembrada na edição desta semana da Revista **Veja** pela coluna de Millôr Fernandes.

Requeiro, ainda, que o Voto de Lembrança seja levado ao conhecimento dos familiares do homenageado.

Justificação

Coube a Millôr Fernandes, na edição de 12-9-2007 da Revista **Veja** homenagear Paulo Francis no transcurso, este mês, do décimo aniversário da morte do jornalista, um dos mais saudados do País. Homenagem mais do que justa, à qual me associo ao propor este Voto de Lembrança. Em sua crônica, Millôr assim se referiu a Francis: Falando apenas do sucesso sem discuti-lo, não conheço outro jornalista que tenha tido o que ele teve. Foi sempre visível, desde o tempo de suas impiedosas críticas teatrais, passando pelo Pasquim, **Folha de S.Paulo,** O Globo**,** TV Globo**,** e nesta ultimamente, fazendo o que ele sabia fazer como ninguém – entrevistar personalidades famosas.

Sala das Sessões, 11 de setembro de 2007. – Senador **Arthur Virgílio,** Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.041, DE 2007

Requer Voto de Aplauso ao Professor Octaciano Nogueira, pela publicação do livro "Introdução à Filosofia Política", segundo volume da Coleção Edições Unilegis de Ciência Política.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Aplauso ao Professor Octaciano Nogueira pela publicação do livro "Introdução a Filosofia Política", segundo volume da Coleção Edições Unilegis de Ciência Política.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do Professor Octaciano Nogueira, à Unilegis e especialmente à sua Vice-Reitora Acadêmica, Sra. Vania Maione Alves Nina.

Justificação

Recebi da Sra. Vania Maione Alves Nina, Vice-Reitora Acadêmica da Unilegis, um exemplar do recém-lançado segundo volume da Coleção Edições Unilegis de Ciência Política, "Introdução à Filosofia Política", do Professor Octaciano Nogueira, da Universidade de Brasília – UnB e autor de 17 livros. Nesta última obra, ele apresenta visão geral da filosofia em sua relação com a política, desde Platão e Aristóteles até os socialistas e liberais, como Proudhon, Marx e Adam Smith. É obra importante não somente para o meio acadêmico, mas para todos que se dedicam a exercer a política no seu sentido mais elevado, tendo em vista o bem público e os direitos e garantias individuais que só podem ser proporcionados pela Democracia. O autor mesmo nota que "a democracia deve mais à Filosofia do que a qualquer outro ramo do conhecimento e da especulação humanas". Por mais essa contribuição ao ramo do saber filosófico e político, o Professor Octaviano Nogueira faz jus à homenagem que ora proponho.

Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2007. – Senador **Arthur Virgílio,** Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.042, DE 2007

Nos termos do nos arts. 215, I, **a**, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito sejam requeridas ao Ministro de Estado da Justiça as seguintes informações:

1. relação dos Territórios Indígenas por estado, com área total e situação jurídica;

2. atividades econômicas desenvolvidas nos Territórios Indígenas, por estado, explicitando qual a principal atividade e qual o valor gerado para a comunidade indígena;

3. evolução dos no processo últimos cinco recursos orçamentários efetivamente utilizados de demarcação dos territórios indígenas nos anos.

4. Instituições, Organizações não governamentais, OSCIPs e outras entidades, inclusive religiosas que atuam em territórios indígenas, a que título e que convênios têm, bem como o valor que recebem, discriminados por terra indígena, por município e por Estado da Federação.

Sala das Sessões, 11 de setembro de 2007. – Senador **Mozarildo Cavalcanti.**

(À Mesa, para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.043, DE 2007

Requer Voto de Aplauso ao Grupo RBS, pelo transcurso, dia 31 de agosto de 2007, de seu 50º aniversário de criação.

Requeremos, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Aplauso ao Grupo RBS – Rede Brasil Sul de Comunicação, pelo transcurso, dia 31 de agosto de 2007, de seu 50º aniversário de criação.

Requeremos, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do Sr. Jayme Sirotsky Presidente do (Conselho de Administração do Grupo RBS, ao Sr. Nelson Pacheco Sirotsky, Diretor-Presidente, e, por intermédio de ambos, aos demais membros do (Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, bem como aos jornalistas, radialistas e demais trabalhadores que fazem do Grupo RBS uma referência na área da comunicação social do País.

Justificação

Com a abertura da exposição "No Ar, 50 anos de Vida", no dia 31 de agosto de 2007, na Usina do Gasômetro, em Porto Alegre, o Grupo RBS celebrou os 50

anos de sua criação. Fundado, em 1957, por Maurício Sirotsky Sobrinho, com a aquisição da Rádio Gaúcha, primeira emissora do País, o Grupo conta, hoje, com 18 emissoras de televisão aberta, 2 emissoras locais de televisão, 8 jornais diários, 26 emissoras de rádio, 2 portais de internet, operação orientada para o agronegócio, editora, gravadora, empresa de logística, empresa de marketing para jovens e com uma Fundação de responsabilidade social. São 50 anos de sucesso. Com 18 emissoras afilhadas da Rede Globo e 2 emissoras locais, a RBS é considerada a maior rede de televisão regional da América do Sul. O sistema de rádio compõe-se de 25 emissoras, que transmitem em ondas médias e em freqüência modulada. A Rádio Gaúcha transmite, há 17 anos, 24 horas diárias de informação e lidera a audiência no segmento de rádio jornalismo. Os jornais são **Zero Hora**, **Diário Gaúcho**, **Pioneiro**, **Diário de Santa Maria**, **Diário Catarinense**, **Jornal de Santa Catarina**, **A Hora de Santa Catarina** e **A Notícia**. Além de manter veículos de comunicação de massa no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, a RBS está presente em outros quatro Estados, entre os quais o Paraná, atingindo, diariamente, público de milhões de pessoas. Mais importante que essa pujança empresarial, é a credibilidade que os seus veículos de comunicação rádios, televisões e jornais alcançaram em toda a sua vasta e próspera área de influência. Há a destacar ainda a contribuição do Grupo RBS nas áreas social e cultural. Por esses 50 anos de bons serviços prestados ao País, principalmente em sua Região Sul, o Grupo RBS faz jus à homenagem que ora propomos.

Sala das Sessões, 11 de setembro de 2007, – Senador **Arthur Virgílio,** Líder do PSDB – Senador **Paulo Paim**, PT/RS – Senador **Ideli Salvatti**, Líder do PT – Senador **Raimundo Colombo**, DEM/SC – Senador **Flávio Arns,** PT/PR – Senador **Pedro Simon**, PMDB/RS – Senador **Ségio Zambiasi**, PTB/RS – Senador **Neuto de Conto**, PMDB/SC – **Alvaro Dias**, PSDB/SC – Senador **Osmar Dias**, PDT/PR.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O requerimento que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa requerimentos que passo a ler;

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.044, DE 2007

Requeiro nos tennos dos artigos 218 e 221, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, apresentação de condolências à família da Senhora Maria Ednalva Bezerra de Lima, Secretária Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da Central Única dos Trabalhadores – CUT, falecida no dia 10 de setembro de 2007.

Justificação

A companheira Maria Ednalva Bezerra de Lima, tinha 47 anos e faleceu no Hospital Madre Teodora, na cidade de Campinas – SP, em decorrência de uma grave infecção provocada por meningite. Vinha exercendo com muita dedicação e competência a função de Secretária Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da Central Única do Trabalhadores.

Nos últimos meses, Maria Ednalva havia se dedicado integralmente a organização da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres e da Marcha das Margaridas, realizadas em agosto. “Para fugir da discriminação sofrida diariamente por milhares de mulheres é importante solidificar políticas que melhorem as condições de vida, assim como, estabelecer mecanismos que rompam com o “machismo” que ainda domina o mercado de trabalho”, dizia a dirigente.

Maria Ednalva Dezena de Lima era paraibana, professora licenciada em Letras com especialização em Educação. Militante de esquerda desde muito jovem, participava da Associação do Magistério Público do Estado da Paraíba (AMPEP). Em 1984, teve participação ativa na organização da greve de 100 dias em seu Estado, por melhores salários e condições nas escolas públicas.

Após a criação do Sindicato, integrou o Conselho Diretor no período de 1984 a 1990. Coordenou a Comissão Estadual e Mulheres da Central Única dos Trabalhadores do Estado da Paraíba de 1989 a 1994, sendo membro integrante da Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT nos anos 1989 a 1997.

Entre 1994 e 1997, exerceu o cargo de Secretária de Políticas Sociais da CUT/PB. De 1997 a 2000, foi suplente da Direção Executiva Nacional da CUT e, paralelamente, coordenou o Núcleo Temático de Gênero, responsável por desenvolver subsídios e reflexões teóricas e metodológicas sobre capacitação em gênero para a política nacional de formação da CUT.

Ainda em 1997, passa a coordenar a Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT, até 2003. Nesta época, por ocasião do 8º Congresso Nacional da CUT e fruto da organização e do trabalho das mulheres no interior da Central, coordenado por ela, é aprovada a resolução congressual criando a Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora – SNMT/CUT.

Membro efetiva da Direção Executiva da CUT Nacional desde 2001, em 2003 Maria Ednalva Bezerra de Lima assumiu o cargo de Secretária Nacional

sobre a Mulher Trabalhadora – SNMT/CUT cujo mandato seria até 2009.

Ednalva sempre teve participação ativa nas questões de mulher e gênero, tomando-se uma liderança de referência nacional e internacional àõs movimentos de mulheres e sindical, principalmente.

Temas como a saúde da mulher, combate à violência contra a mulher, participação e empoderamento, foram temas permanentes na trajetória de Maria Ednalva. Nas comemorações do 8 de março deste ano, Dia Internacional da Mulher deste ano, fez a seguinte declaração: "Temos três bandeiras este ano: salário igual para trabalho de igual valor; contra a violência à mulher e participação e poder. A Lei Maria da Penha, vem de encontro com a nossa Campanha no Combate a Violência contra a Mulher Tolerância Nenhuma. Mas para que ela favoreça nossa luta, é necessário mobilizar a todos, principalmente os governos estaduais e municipais".

Representação Nacional: Pela CUT, foi membro do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República do Brasil.

Consultora do Colmeias – Coletivo de Mulheres, Educação, Intervenção e Ação Social. Membro da comissão tripartite de igualdade de Oportunidadess e de Tratamento de Gênero e Raça no Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

Representou a SNMT nas Jornadas Brasileiras pelo Direito ao Aborto Legal e Seguro. Integrante do Núcleo de Reflexão Feminista sobre o Mundo do Trabalho Produtivo e Reprodutivo.

Representação Internacional: Foi integrante e coordena a Comissão de Mulheres da Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul – CM-CCSCS – que reúne Entidades de Trabalhadoras e Trabalhadores do Brasil, Uruguai, Argentina, Paraguai, Chile.

De 2001 a 2005, foi vice-presidente do Comitê da Mulher Trabalhadora da Organização Regional Interamericana de Trabalhadores – ORIT/CIOSL. De 2001, até o presente ano foi integrante do Comitê Feminino da Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres – CIOSL.

Integrante da Diretoria Executiva, membro do Conselho Geral e do Comitê Feminino e vice-presidente da CSI – Central Sindical Internacional.

Sala das sessões, 11 de setembro de 2007. – Senadora **Fátima Cleide.**

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.045, DE 2007

Com fulcro no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a inserção em ata de voto de aplauso à Srª Vânia Horner de Almeida, por ter sido eleita uma das dez educadoras nota dez do Brasil em 2007, premiação concedida pela Revista **Nova Escola**.

Solicito ainda que seja encaminhada por escrito a congratulação à Escola Municipal de Educação Fundamental Procópio Faria, Vila Rica – MT.

Justificação

Vânia Horner de Almeida que mora e leciona Matemática na rede pública estadual e municipal de Vila Rica, município localizado a 1.276km de Cuiabá, no extremo nordeste de Mato Grosso, foi eleita uma das dez educadoras nota dez do Brasil em 2007, premiação concedida pela Revista Nova Escola, uma das mais conceituadas publicações de Educação do País. O trabalho foi desenvolvido por Vânia Horner na Escola Municipal Procópio Faria.

O projeto responsável por elevar Vânia Horner à categoria de estrela nacional da Educação teve o título "Gado leiteiro, leite e derivados – uma fonte de renda famíliar". A idéia surgiu da vontade extrema de fazer seus alunos do 6º ao 9º ano aprenderem Matemática com prazer.

A educadora Vânia apostou na idéia e partiu para a prática. Mergulhou profundamente no tema produção leiteira, apoiada pelo marido pecuarista. Enquanto os alunos faziam a coleta de dados sobre o assunto, a partir de abril deste ano ela completava a empreitada levando textos sobre o tema para a sala-de-aula. Nessa hora Vânia contou com o apoio decisivo da diretora da Escola Municipal Procópio Faria. "Além de tirar do meu próprio bolso o dinheiro para custear a pesquisa, houve venda de geladinho na escola revertida para a causa, entre outros esforços", relembra a professora.

Foi o passo decisivo para seus alunos de 10 a 17 anos, dominarem todas contas referentes ao gado leiteiro, deve a higienização, alimentação à vacinação.

Uma prova de que a boa educação pode estar ao alcance de todos desde que haja apoio e boa vontade dos professores, que esta vitória da professora Vânia sirva de exemplo para outros professores e de estímulo para a própria continuar trabalhando por uma educação de qualidade e principalmente, que ajude a sensibilizar os executivos municipal e estadual para a necessidade de mais apoio.

Sala das Sessões, 11 de setembro de 2007. – **Serys Slhessarenko**, Senadora da República.

REQUERIMENTO Nº 1.046, DE 2007

Com fulcro no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a inserção em ata de voto de aplauso ao Desembargador Paulo Lessa, Presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso pela instalação da Ouvidoria Geral da Justiça.

Solicito ainda que seja encaminhado o voto por escrito Tribunal de Justiça de Mato Grosso.

Justificação

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso instalará na próxima semana a Ouvidoria Geral da Justiça, órgão independente que servirá de ponte entre o Poder Judiciário Estadual e o cidadão jurisdicionado. Cada pessoa que utiliza os serviços disponibilizados pela Justiça Estadual poderá manifestar sua opinião, seja uma reclamação, uma sugestão ou um elogio, permitindo, assim, a melhoria do trabalho prestado.

O Senado deve reconhecer e estimular ações como esta que dão voz ao cidadão e que permitem que suas opiniões sejam utilizadas para melhorias dos serviços prestados.

Sala das Sessões, 11 de setembro de 2007. – **Serys Slhessarenko**, Senadora da República.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

REQUERIMENTO Nº 1.047, DE 2007

Com fulcro no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a inserção em ata de voto de aplauso ao Fórum Municipal de Políticas para GLBT – Vitória/ES, pela organização do II Manifesto do Orgulho GLBT de Vitória/ES, realizada no último dia 9 de setembro.

Solicito ainda que seja encaminhado o voto por escrito ao Fórum.

Justificação

O Fórum Municipal de Política para GLBT de Vitória realizou no último domingo, 9 de setembro, o seu II Manifesto do Orgulho GLBT, que reuniu mais de 20 mil pessoas na praia de Camburi, cartão postal de Vitória.

Foram milhares de pessoas lutando pelo fim da discriminação do preconceito e da violência. Levando à sociedade e a classe política as reivindicações da comunidade GLBT, principalmente por respeito.

É importante que o Senado Federal parabenize ações como esta que uniu homens e mulheres de forma pacífica e respeitosa em prol de uma sociedade melhor, mais justa e igualitária.

Sala das Sessões, 11 de setembro de 2007. – **Serys Slhessarenko**, Senadora da República.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.048, DE 2007

Requeiro, nos termos do artigo 222, do RISF, a emissão de voto de solidariedade pelo sentimento de dor do povo estadunidense, devido a perda dos milhares de entes queridos vitimados no atentado terrorista que derrubou as torres gêmeas do complexo de World Trade Center, em Nova Iorque, que atingiu o prédio do Pentágono, em Washington, e que levou o avião da United Airlines a ser abatido e cair na Pensilvânia, em ataque ocorrido há seis anos.

O estarrecimento mundial, desencadeado pela transmissão imediata do choque de duas aeronaves contra as Torres Gêmeas, provocou uma onda de consternação que se renova a cada momento em que relembramos do horrendo ataque e, em especial, nesta que é a data da fatídica ocorrência do maior atentado terrorista da história da humanidade.

Por definição, solidariedade é o sentido moral que vincula o indivíduo à vida, aos interesses e às responsabilidades dum grupo social, duma nação, ou da própria humanidade. Daí a motivação deste requerimento, para que se renove em nossos corações a disposição moral, e em nossas consciências a responsabilidade, da construção de uma sociedade mais humanitária.

Sala das Sessões, 11 de setembro de 2007. – Senador **Marcelo Crivella.**

(À Comissão de Relações Exterior e Defesa Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O requerimento que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Gostaria de lembrar que a Ordem do Dia fica transferida para a próxima terça-feira.

São os seguintes os itens transferidos:

1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, DE 2007

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos temos do § 2º do art. 64 da Constituição Federal)
(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2003)

Continuação da discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2007 (nº 993/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre o estágio de estudantes de instituições de educação superior, de educação profissional e de ensino médio; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, e dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.*

Pareceres nºs 735 e 736, de 2007, das Comissões

– de Educação, Relator: Senador Raimundo Colombo, favorável ao Projeto e as Emendas nºs 1 e 8, parcialmente às de nºs 3, 5 e 6, nos termos da Emenda nº 10-CE (Substitutivo), que oferece; pela rejeição das Emendas nºs 2, 4, 7 e 9; e pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2003, que tramita em conjunto.

– de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Ideli Salvatti, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2007, e às Emendas nºs 1 e 8, parcialmente às de nºs 3, 5 e 6, nos termos da Emenda nº 11-CAS (Substitutivo), que oferece; pela rejeição das Emendas nºs 2, 4, 7 e 9; e pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2003, que tramita em conjunto.

(Urgência a partir de: 24.08.2007).
(Sobrestando a pauta a partir de: 03.09.2007)

2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 473, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2007)

Continuação da discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2003, de autoria do Senador Osmar Dias, que *dispõe sobre os estágios de estudantes de instituições de educação superior, da educação profissional e do ensino médio, inclusive nas modalidades de educação de jovens e adultos e de educação especial e dá outras providências.*

Pareceres nºs 735 e 736, de 2007, das Comissões

– de Educação, Relator: Senador Raimundo Colombo, favorável ao Projeto e as Emendas nºs 1 e 8, parcialmente às de nºs 3, 5 e 6, nos termos da Emenda nº 10-CE (Substitutivo), que oferece; pela rejeição das Emendas nºs 2, 4, 7 e 9; e pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2003, que tramita em conjunto.

– de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Ideli Salvatti, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2007, e às Emendas nºs 1 e 8, parcialmente às de nºs 3, 5 e 6, nos termos da Emenda nº 11-CAS (Substitutivo), que oferece; pela rejeição das Emendas nºs 2, 4, 7 e 9; e pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2003, que tramita em conjunto.

(Urgência a partir de: 24.08.2007).
(Sobrestando a pauta a partir de: 03.09.2007)

3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 211, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do RI)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 211, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 575, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relatora *ad hoc:* Senadora Ideli Salvatti), que *aprova a Programação Monetária relativa ao segundo trimestre de 2007.*

4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 412, DE 2003-COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 647, de 2007 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que *estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências*.

Pareceres sob nºs 109 e 110, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, favorável, com as Emendas nºs 1 a 6-CCJ, que apresenta; e

– de Assuntos Econômicos, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 6-CCJ, apresentando a Emenda nº 7-CAE.

5

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 23, DE 2007

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 670, de 2007 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 23, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 270, de 2007, Relator: Senador Valdir Raupp), que autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total equivalente a até cinqüenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, junto ao Banco Europeu de Investimento – BEI (financiamento do Programa Multissetorial BEI – Linha de Crédito).

6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2007

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2007 (nº 4.125/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que *torna obrigatória a divulgação pelos meios que especifica de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes apontando formas para efetuar denúncias.*

7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2007

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2007 (nº 4.126/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que *acrescenta a Seção VIII ao Capítulo III – Dos Procedimentos – do Título VI – Do Acesso à Justiça – da Parte Especial da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, dispondo sobre a forma de inquirição de testemunhas e produção antecipada de prova quando se tratar de delitos tipificados no Capítulo I do Título VI do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, com vítima ou testemunha criança ou adolescente e acrescenta o art. 469-A ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.*

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 13, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003, tendo com primeiro signatário o Senador Sérgio Zambiasi, que *altera a redação do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de Municípios.*

Pareceres sob nºs 768, de 2003; 21, de 2005; e 14, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Alberto Souza; 1º pronunciamento: favorável à matéria; 2º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 1.018, de 2003): ratificando o seu parecer anterior; 3º pronunciamento: (em reexame, nos termos do Requerimento nº 479, de 2005): Relator: Senador Luiz Otávio, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

10
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 57, DE 2005
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados*.

Pareceres sob nºs 779, de 2006; e 272, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável; – 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1, de Plenário): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, e apresentando a Emenda nº 2-CCJ, de redação.

11
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 2, DE 2007

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral.*

Parecer sob nº 91, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, com votos contrários dos Senadores Antonio Carlos Valadares e José Nery, e, em separado, do Senador Inácio Arruda.

12
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2007

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *cria o Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade.*

Parecer sob nº 191, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta; e abstenção do Senador Jefferson Péres.

13
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 2005

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico.*

Parecer sob nº 290, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Eduardo Suplicy e Sibá Machado, e, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

14
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 58, DE 2005

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a transferência, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de parte do produto da arrecadação do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao saldo de suas balanças comerciais com o exterior.*

Parecer sob nº 291, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com votos contrários das Senadoras Ideli Salvatti e Serys Slhessarenko, do Senador Eduardo Suplicy, e, em separado, do Senador Sibá Machado.

15
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2005 (nº 2.619/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para assegurar*

a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego.

Parecer favorável, sob nº 539, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc:* Senador Pedro Simon.

16
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 132, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2005 (nº 4.412/2001, na Casa de origem), que *regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 541 e 925, de 2006 das Comissões de Assuntos Sociais, Relator: Senador Wellington Salgado de Oliveira; e de Educação (em audiência, nos termos do Requerimento nº 642, de 2006), Relator: Senador Sérgio Zambiasi.

17
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2006 (nº 1.996/2003, na Casa de origem), que *fica instituído o Programa Disque Idoso*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 282 e 283, de 2007, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relatora *ad hoc*: Senadora Maria do Carmo Alves.

18
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 108, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2006 (nº 5.150/2001, na Casa de origem), que *institui o dia 27 de setembro de cada ano como o Dia Nacional dos Vicentinos.*

Parecer favorável, sob nº 88, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Marco Maciel.

19
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 204, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2006 (nº 1.798/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção Adicional Alterando a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Regular outras Questões em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Protocolo Final assinados em Brasília, em 23 de junho de 1972, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, celebrado em Brasília, em 20 de novembro de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 991, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Arthur Virgílio.

20
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 502, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 502, de 2006 (nº 1.392/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção nº 178 relativa à Inspeção das Condições de Vida e de Trabalho dos Trabalhadores Marítimos bem como o texto da Recomendação nº 185, ambas da Organização Internacional do Trabalho – OIT e assinadas em Genebra, em 22 de outubro de 1996.*

Parecer favorável, sob nº 124, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator : Senador Antônio Carlos Valadares.

21
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 503, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 503, de 2006 (nº 1.836/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Facilitação de Circulação de Pessoas, celebrado em Lisboa, em 11 de julho de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 125, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

22
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 504, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 504, de 2006 (nº 2.145/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da*

República da Croácia sobre Cooperação no Campo de Veterinária, celebrado em Zagreb, em 20 de abril de 2004.

Parecer favorável, sob nº 126, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

23
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 4, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2007 (nº 278/99, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo Relativo à Implementação da Parte XI da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de dezembro de 1982, concluído em Nova Iorque, em 29 de julho de 1994.*

Parecer favorável, sob nº 170, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marco Maciel.

24
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 6, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 2007 (nº 2.098/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Regularização Migratória entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname, celebrado em Paramaribo, em 21 de dezembro de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 477, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Augusto Botelho.

25
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 24, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2007 (nº 638/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal, assinada em Nassau em 23 de maio de 1992 e de seu Protocolo Facultativo, assinado em Manágua em 11 de junho de 1993.*

Parecer favorável, sob nº 344, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Paulo Duque.

26
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 25, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 2007 (nº 1.061/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para Implementação do Projeto Manejo da Bacia do Rio Yaque do Norte: Parques Florestais, Ecoturismo, Educação Ambiental e Investigação Hidrológica, celebrado em 11 de novembro de 2002, em São Domingos.*

Parecer favorável, sob nº 345, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Flexa Ribeiro.

27
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 26, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 2007 (nº 2.999/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção para a Redução dos Casos de Apatrídia, celebrada em 30 de agosto de 1961.*

Parecer favorável, sob nº 385, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Romeu Tuma.

28
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 27, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2007 (nº 1.152/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto das Emendas ao Convênio Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento – BAD.*

Parecer favorável, sob nº 277, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

29
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2007 (nº

1.297/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Armênia, celebrado em Brasília, em 7 de maio de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 346, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Pedro Simon.

30
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 29, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2007 (nº 1.324/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Cooperação em Assuntos Relacionados à Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia, celebrado em Brasília, em 14 de agosto de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 171, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

31
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 30, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2007 (nº 1.395/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Cooperação Técnica em Matéria de Saúde Animal e Sanidade Vegetal, celebrado em Havana, em 26 de setembro de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 386, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Rosalba Ciarlini.

32
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 31, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2007 (nº 1.546/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique sobre Cooperação Técnica e Procedimentos nas Áreas Sanitária e Fitossanitária, celebrado em Maputo, em 5 de novembro de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 387, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

33
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 32, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2007 (nº 1.732/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Judicial em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba, celebrado em Havana, em 24 de setembro de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 278, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

34
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 33, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 2007 (nº 1.759/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Bucareste, em 16 de outubro de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 388, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Com a palavra o Senador Mão Santa, por cinco minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência…

O SR. EDUARDO SUPLICY(Bloco/PT – SP) – Em função da palavra do Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio, gostaria de usar da palavra, se for possível, porque acredito que S. Exª fez uma comunicação que merece uma reflexão.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Eduardo Suplicy, infelizmente a Presidência encerrará os trabalhos a seguir por razão de ativida-

des que terão que ser feitas no plenário, preparando-o para sessão de amanhã.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não posso, então, usar da palavra?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Peço a V. Exª que o faça em outra oportunidade. Sei que V. Exª é um amigo compreensivo sobre situações tão sérias.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Estou de castigo pela terceira vez consecutiva na Presidência de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a compreensão, porque são razões maiores. V. Exª terá as explicações.

Com a palavra o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Tião Viana, que preside esta...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Interrompo V. Exª só para lembrar que a Ordem do Dia de hoje fica transferida para a próxima terça-feira.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – ... sessão de 11 de setembro...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Para o dia de amanhã, retifico.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senadoras e Senadores, brasileiras e brasileiros que nos assistem pelo Sistema de Comunicação, hoje faria 70 anos um jornalista ilustre do Piauí, mas que pertenceu e engrandeceu o Brasil e Brasília. Trata-se de João Emílio Falcão.

Quando aqui ele chegou e trabalhou neste Senado eram 23 Estados. Então, havia 69 Senadores, Senador Mozarildo Cavalcanti, mas todos diziam que, na realidade, eram 70 Senadores.

Aquele jovem piauiense que saiu do nosso Estado com 15 anos de idade, de ilustre família, foi ao Rio de Janeiro dedicar-se ao jornalismo. Mas quando Brasília nasceu, ele aqui se plantou e aqui se firmou. Então, neste instante, queremos prestar esta homenagem àquele que engrandeceu o Piauí e a imprensa do Brasil.

Ele foi um dos melhores discípulos de Carlos Castelo Branco, o Castelinho, aquele grande jornalista piauiense que, nos tempos difíceis da ditadura, tinha coragem de levar o clamor do povo, o desejo da redemocratização.

Para ser breve, repetirei algumas palavras do Senador do meu Partido, Senador Pedro Simon – e farei delas também as minhas palavras –, que reverenciou a memória de João Emílio Falcão. Pedro Simon dizia que Carlos Castelo Branco tinha sido, sem dúvida nenhuma, o ícone do nosso João Emílio Falcão.

Tão logo se inaugurou Brasília, Pompeu de Souza trouxe João Emílio Falcão para a nova capital. [Diz Pedro Simon:] Ele jantou, jogou cartas e estava dançando quando morreu. É a morte que gostaríamos de ter, mas é aquela que os amigos não gostam, porque não têm condições de prestar uma homenagem. Conheço muitas pessoas íntegras, sérias, dignas. Conheço muitos jornalistas, mas digo, com toda a sinceridade, que é muito difícil encontrar alguém como Falcão. Se dependesse do ex-Presidente da República Itamar Franco, o Falcão seria praticamente o que quisesse no seu Governo. Ele o convidou para ser seu Chefe de Gabinete, convidou-o para ser seu representante na imprensa, seu porta-voz. Enfim, convidou-o para uma série de funções importantes no Governo, e Falcão não aceitou. Isso, contudo, não o impedia de receber, três ou quatro vezes por dia, telefonemas do Presidente Itamar Franco, ou de telefonar para ele como amigo e colaborador do ex-Presidente, no sentido de tentar ajudar.

Falcão era uma dessas pessoas que nascem com o desejo de lutar para fazer o bem. Homem do Piauí, ele amava sua terra. Lá ele tinha a sua fazenda – não sei se era metade no Piauí e a outra metade no Maranhão. Ele dizia que os políticos do Piauí são políticos sérios, são políticos responsáveis. Elogiava Lucídio Portela e Petrônio Portella. O carinho que ele tinha pelas coisas do Piauí,

pela gente de sua terra, levava-o a dizer sempre que um dia a situação haveria de mudar. Ele era um homem que buscava mudanças. O Falcão, para nós, era uma referência. Falcão atendia a todos.

E termina Pedro Simon fazendo um reconhecimento àquele extraordinário jornalista piauiense, que brilhou em Brasília e em nosso País.

Falcão é o padrão que eu gostaria de ter como média da sociedade do meu País, na competência, na dignidade, no amor, no caráter, na solidariedade, na alegria de viver – ele era um homem alegre e feliz –, na satisfação de fazer das coisas mais simples as coisas mais responsáveis.

O meu abraço e o meu afeto ao nosso querido Falcão.

Esta é a homenagem do Piauí ao seu filho ilustre.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Exª.

Sobre a mesa, projeto de resolução que passo a ler.

É lido o seguinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 55, DE 2007

Dá nova redação à alínea c **do inciso I do art. 197 do Regimento Interno do Senado Federal.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º A alínea **c** do inciso I do art. 197 do Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 197. Transformar-se-á em secreta a sessão:

I – obrigatoriamente, quando o Senado tiver de se manifestar sobre:

.....

c) Suspensão de imunidade de Senador durante o estado de sítio (CF/1988, art. 53, § 7º);

....."(NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

O propósito da presente Resolução é excluir do rol de hipóteses em que obrigatoriamente a sessão plenária transforma-se em secreta aquela que verse sobre a perda de mandato de Senador, em situações nas quais o país não se encontre em estado de sítio.

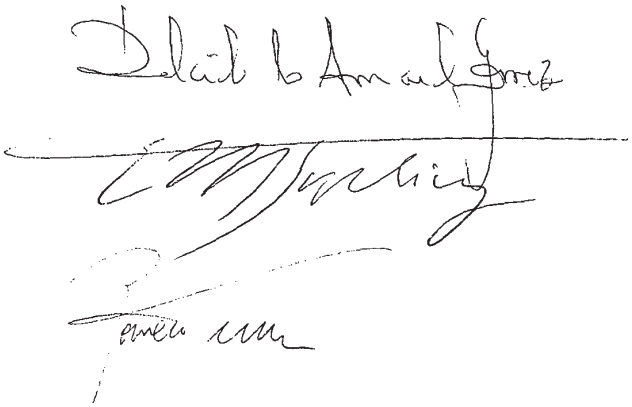
Objetiva-se com esta proposta dar maior transparência à sessão acima mencionada bem como a observância do devido processo legal, possibilitando ao parlamentar apresentar perante a opinião pública e ao povo que o elegeu argumentos que fundamentem a sua absolvição ou não, o que encontra fundamento nos artigos 1º, III e respectivo parágrafo único da nossa Carta Magna.

Destaca-se que a República Federativa do Brasil constitui-se em Estado democrático de direito e tem como um de seus principais fundamentos a dignidade da pessoa humana e com base nisso é importante que o parlamentar tenha ampla possibilidade de esclarecer a população, via sessão aberta, todos os fatos e fundamentos de sua defesa.

Cabe frisar que na Câmara dos Deputados é aberta a sessão que resolve sobre a perda de mandato de Deputado Federal, sendo secreta tão-somente a votação, conforme disciplinado pelo art. 55 da Lei Maior.

Sendo assim, nada mais razoável que o Senado Federal proceda da mesma maneira que a Câmara dos Deputados, vez que a população está atenta a todas as decisões e votações desta Casa e como detentora do poder tem o direito de acompanhar tais votações que representam momentos históricos para a nossa República e possa avaliar a Justiça das decisões e a postura dos candidatos que elegeu.

Sala de Sessões, 11 de setembro de 2007.



LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

TÍTULO I

Dos Princípios Fundamentais

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I – a soberania;

II – a cidadania;

III – a dignidade da pessoa humana;

IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V – o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 53. Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos.

§ 1º Os Deputados e Senadores, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.

§ 2º Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, sal-

vo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.

§ 3º Recebida a denúncia contra Senador ou Deputado, por crime ocorrido após a diplomação, o Supremo Tribunal Federal dará ciência á Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político neta representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação.

§ 4º O pedido de sustação será apreciado pela casa respectiva no prazo improrrogável de quarenta e cinco dias do seu recebimento pela Mesa Diretora.

§ 5º A sustação do processo suspende a prescrição, enquanto durar o mandato.

§ 6º Os Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercido do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

§ 7º A incorporação ás Forças Armadas de Deputados e Senadores, embora militares e ainda que em tempo de guerra, dependerá de prévia licença da Casa respectiva.

§ 8º As imunidades de Deputados ou Senadores subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante o voto de dois terços dos membros da casa respectiva, nos casos de atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional, que sejam incompativeis com a execução da medida.

REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

CAPÍTULO III

Da Sessão Secreta

Art. 197. Transformar-se-á em secreta a sessão:

I – obrigatoriamente, quando o Senado tiver de se manifestar sobre:

a) declaração de guerra (Const., art. 49, II);

b) acordo sobre a paz (Const., art. 49, II);

c) perda de mandato (Const., art. 55) ou suspensão de imunidade de Senador durante o estado de sítio (Const., art. 53, § 8º);

d) escolha de chefe de missão diplomática de caráter permanente (Const., art. 52, IV);

e) requerimento para realização de sessão secreta (art. 191).

II – por deliberação do Plenário, mediante proposta da Presidência ou a requerimento de qualquer Senador.

§ 1º Esgotado o tempo da sessão ou cessado o motivo de sua transformação em secreta, voltará a mesma a ser pública, para prosseguimento dos trabalhos ou para designação da Ordem do Dia da sessão seguinte.

§ 2º O período em que o Senado funcionar secretamente não será descontado da duração total da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e, em seguida, ficará sobre a mesa durante cinco dias, a fim de receber emendas, nos termos do art. 401, § 1º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Os Srs. Senadores Papaléo Paes, Arthur Virgílio, Gerson Camata e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Exªs. serão atendidos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada "Deportação recorde", publicada revista *Época* em sua edição de 10 de agosto do corrente.

A matéria faz referência a rapidez com que o governo Lula deportou dois pugilistas cubanos, que estavam escondidos numa praia do Rio de Janeiro, antes que pudessem formalizar o pedido de asilo político.

Sr. Presidente, para que conste dos anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

"Deportação recorde".

Deportação recorde

A decisão de devolver a Cuba os desertores do Pan foi tomada no Planalto e conduzida por Marco Aurélio Garcia

NO MAL ESCLARECIDO EPISÓDIO DA deserção (e posterior "arrependimento") de dois pugilistas cubanos no Pan do Rio, quem ficou devendo explicações foi o governo brasileiro. Se deportação fosse um esporte olímpico, a rapidez recorde com que, uma vez localizados, Guillermo Rigondeaux e Erislandy Lara foram postos em um avião mereceria uma medalha de ouro. Encontrados na tarde da quinta-feira 2 em Araruama, Rio de Janeiro, na noite do sábado 4 já voavam rumo a Havana.

As circunstâncias da deportação ainda não foram inteiramente esclarecidas. Acusa-se o governo brasileiro de não ter dado aos cubanos a chance de optar pelo asilo político. O embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, ministro interino das Relações Exteriores e notório simpatizante de Fidel Castro, negou que o Itamaraty tenha tomado conhecimento da história. ÉPOCA apurou que o caso foi conduzido pessoalmente pelo assessor especial Marco Aurélio Garcia – o mesmo do gesto obsceno no acidente da TAM – e que a decisão de reenviar os cubanos a Havana foi tomada no Palácio do Planalto, e não no ministério. Procurado por ÉPOCA na sexta-feira 10, Garcia não foi localizado.

Um procurador da República, Leonardo Figueiredo Costa, disse ter se avistado com os dois e que eles voltaram para Cuba "por livre e espontânea vontade". Costa atribuiu a "preocupação em agilizar" o retorno dos dois à "repercussão que o caso teve". Em entrevista ao jornal oficial cubano (um pleonasmo) *Granma*, Lara disse que a Polícia Federal lhes ofereceu a possibilidade de se naturalizar brasileiros. A PF nega ter incentivado a deserção e afirma que os deportou porque estavam sem passaporte. Em artigo no *Granma*, Fidel Castro insinua um possível acordo: o Brasil devolveria os dois; em troca, eles não sofreriam maus-tratos. "A Revolução cumpriu sua palavra. Prometeu oferecer aos atletas um trato humano, reuni-los imediatamente com seus familiares, facilitar-lhes o acesso à imprensa se o desejarem e oferecer-lhes um emprego decoroso, de acordo com seus conhecimentos", diz o texto assinado por Fidel.

"A Revolução cumpriu sua palavra. Prometeu um trato humano aos atletas", escreveu Fidel Castro

Rigondeaux e Lara, respectivamente campeão olímpico e campeão mundial de boxe, agora só podem aspirar a empregos subalternos no esporte cubano. Ao chegar a Havana, passaram quatro dias numa "casa de visita", um aparente eufemismo para "prisão", e em seguida puderam voltar para casa (são casados e têm filhos). Deram cautelosas entrevistas em que se disseram arrependidos pelo "ato de indisciplina".

Atraída pela promessa de fortuna feita pelo empresário de boxe turco Ahmet Öner, que opera na Alemanha, a dupla cubana passou 12 dias entre o Rio e as praias do norte fluminense, na companhia de mulheres e de dois homens que se apresentaram como aliciadores a serviço de Öner. Nesse período, não seguiram o "procedimento-padrão" do desertor cubano: buscar asilo político imediato. Em dezembro passado, três boxeadores campeões olímpicos que fugiram durante uma competição na Venezuela fizeram isso. Reapareceram na Colômbia. Dois deles têm como empresário o mesmo Öner que tentou aliciar Lara e Rigondeaux. Na terça-feira 7, outro desertor cubano do Pan, o jogador de handebol Rafael Dacosta Capote, declarou sua intenção de permanecer no Brasil. Dacosta pode passar a jogar em São Caetano, onde já vive outro refugiado cubano, Michel Oquendo. ♦

COM REPORTAGEM DE **MATHEUS LEITÃO**

Foto: Marcos D'Paula/AP

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, no curso do recente congresso do Partido dos Trabalhadores, em São Paulo, só faltou alguém, a julgar por outros arroubos, propor o nome do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para uma academia de estudos de letras ou de lingüística, com a justificativa de sua pretensa alteração do conceito de ética. Seria no mínimo um disparate, mas diante do muito que ocorre atualmente, que ninguém duvide. Que se acautelem as academias de letras.

A oposição não é a única a estranhar as palavras de Lula, naquele seu gesto de passar a mão na cabeça e deixar que tudo fique do jeito que está, como se não houvesse ninguém culpado de nada, para, afinal, considerar a lista dos 40 uma mera ficção.

Repito: não apenas a oposição se sente agredida com o que se passou em São Paulo, em que Lula coadjuvou um cenário muito próximo do grotesco. Que me desculpem os petistas dignos, que são muitos.

Se o que foi dito pelo Presidente não é disparate, aí, sim, a Língua portuguesa corre risco, desde que ele considerou o PT o mais ético entre todos os partidos.

Só para recordar, menciono duas falas do Presidente:

Primeira fala:

18 de maio de 2005, no auge dos escândalos do Mensalão:

(...) Quero dizer a vocês que me sinto traído, por práticas inaceitáveis...O PT deve pedir desculpas ao País, por seus erros.

Segunda fala:

01.09.2007, no 3º Congresso do PT:

(...) É verdade que podemos ter cometido erros...mas ninguém neste País tem mais moral e ética do que nós. Não temos que nos envergonhar..não tenham medo de serem petistas e de andar com a estrela no peito.

Repito, a propósito, o que veio em mensagem da Internet, enviada por Ricardo Gomes Cardoso, de algum ponto do Brasil:

"Não podemos aceitar essa arrogância e, o que é pior, a defesa de um partido, cujos principais membros foram incluídos entre os que integram a quadrilha dos 40 agora sob julgamento da Corte suprema de Justiça deste País.....

(...) Quanto ao Presidente Lula, já passou e muito da hora de ele governar para o Brasil e não para o PT.

Concordo com esse brasileiro. O Presidente Lula ainda não sabe – como em tantos outros aspectos – que ele é Presidente do Brasil.Ele já não é membro de um partido político. Ele parece não saber também que, com os votos que recebeu dos brasileiros, em nenhuma hipótese se despe da condição de Presidente da República Federativa do Brasil.

Como ele parece não saber, informo-o:

Presidente, o Senhor é Presidente do Brasil!

Presidente, o Senhor não é Presidente de um partido!

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

"Para quem Lula governa?"

Edisio Sobreira Gomes de Matos Filho

De: Ricardo Gomes Cardoso [rychard52@hotmail.com]

Enviado em: segunda-feira, 3 de setembro de 2007 10:47

Para: Sen. Arthur Virgilio Neto

Assunto: Para quem Lula governa?

Bom dia, Senador.

Mais uma vez dirijo-me a V.Excia. para, humildemente, tecer alguns comentários que julgo da maior relevancia. Antes de mais nada, gostaria de salientar que o Partido dos Trabalhadores, cuja história e importancia na redemocratização do País é inegável (V.Excia já falou sobre este tema), tem quadros parlamentares dos mais importantes e dignos, pelo menos em minha avaliação. No entanto, o que segue abaixo, se me permite, é de arrepiar os cabelos. Senão, vejamos:

18.05.2005 - Auge dos escandalos do Mensalão - Presidente Lula - " Quero dizer a voces que me sinto traído, por práticas inaceitáveis... O PT deve pedir desculpas ao País por seus erros".

01.09.2007 - 3º Congresso do Partido dos Trabalhadores - Presidente Lula - " É verdade que podemos ter cometido erros...mas ninguém neste País tem mais moral e ética do que nós. Não temos que nos envergonhar... não tenham medo de serem petistas, de andar com a estrela no peito. Vamos prestar nossa solidariedade aos companheiros acusados e que irão provar sua inocencia".

Não podemos aceitar essa arrogancia e, o que é pior, a defesa de um partido (quando fala em ética e moral), cujos principais membros foram responsáveis por um rede de corrupção, cuja teia pouco a pouco está sendo desfeita, uma vez que o grau de sofisticação é tão complexo que só agora permitiu, através do STJ, que os responsáveis fossem indiciados, dando inicio a um julgamento que culpará ou inocentará, dentro do Estado de Direito, aos envolvidos. Quanto ao Presidente Lula, cabe dizer que passou e muito, da hora de governar para o Brasil e não para o PT. A Nação deu-lhe legitimamente, uma nova chance, bem como a oposição, feita com responsabilidade e serenidade, pois no 1º mandato do Presidente Lula, haviam vários indicios que poderiam ter desdobramentos sérios para o Presidente. No entanto, parece-me (e eu sou apenas um humilde brasileiro, todavia atento) que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva está colocando 60% dos votos válidos que recebeu, nas mãos e bolsos dos companheiros mensaleiros. Perdoe-me se me alonguei, mas não é possivel calar nesta hora.

Um grande abraço ao Senador Arthur, deste seu admirador.

Ricardo Cardoso.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o ensino técnico no Brasil está quase completando seu centenário. A rede federal foi criada em 1909, com a abertura de 29 escolas de aprendizes e artífices. Apesar de tão longa existência, demoramos para reconhecer a importância do aprendizado voltado para o mercado de trabalho. Prova disso é o fato de que, hoje em dia, a matrícula nos cursos técnicos representa menos de 10 por cento do total de alunos do ensino médio regular, e é inferior a 1 por cento da população economicamente ativa com oito anos de estudo.

A comparação com outros países mostra o quanto estamos distantes do ideal. Doze anos atrás, em 1995, o Chile já capacitava 8 por cento dos seus trabalhadores em cursos técnicos. E na maioria dos países europeus essa taxa chega a 30 por cento.

As vantagens da capacitação profissional podem ser avaliadas com precisão numa reportagem publicada na edição de maio da revista Desafios do Desenvolvimento, que é editada em conjunto pelo Ipea, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Ela revela o quanto subestimamos o potencial positivo do ensino profissionalizante.

Pouca gente sabe, mas o Brasil vem participando de competições internacionais em áreas de conhecimento importantes, e obtendo premiações significativas, graças a alunos de cursos técnicos profissionalizantes. Em 2005, na Finlândia, nosso país obteve duas medalhas de prata, por projetos de polimecânica e mecânica de refrigeração, três de bronze, nas áreas de manufatura integrada, redes de computadores e eletricidade industrial – além de 11 diplomas de excelência.

Em novembro, competidores brasileiros estarão presentes em outra disputa internacional, que será realizada no Japão. Ela abrange áreas que utilizam tecnologia de ponta, como desenho mecânico por computador, mecatrônica – a integração da engenharia mecânica com eletrônica e controle inteligente por computador no projeto e manufatura de produtos –, tecnologia da informação e dezenas de outras especialidades.

Especialistas concordam em afirmar que a formação oferecida por cursos técnicos de boa qualidade é bem melhor que a de alguns cursos superiores. Incluem-se neste patamar de excelência as escolas do chamado "Sistema S", do qual fazem parte o Senac, Serviço Social do Comércio, e o Sesi, Serviço Social da Indústria. A reportagem revela que mais de 70 por cento dos profissionais formados pelo Senai atuam no mercado de trabalho, e a satisfação das empresas com seu desempenho, numa escala que vai de 1 a 10, é de 8,1.

Em abril deste ano, o governo federal anunciou o lançamento da segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, que prevê a construção de 150 novas escolas técnicas federais nos próximos quatro anos, com investimentos de 750 milhões de reais em infra-estrutura no mesmo período.

É um plano merecedor de elogios, mas chega com atraso, o que torna ainda mais prioritária a sua execução. Hoje em dia, a oferta de técnicos com formação de nível médio e de tecnólogos com formação superior em cursos de tecnologia é bem menor que a demanda. Isto tem obrigado as indústrias a investir em treinamento interno de novos empregados. Só que é um treinamento sem diploma, sem reconhecimento formal. O resultado é que, ao deixar a empresa em que foi treinado, o funcionário não tem uma qualificação oficialmente reconhecida.

Num mercado de trabalho que sofreu transformações profundas nas últimas décadas, é urgente o investimento em educação profissionalizante e tecnológica. A globalização da economia revolucionou o setor produtivo. Exige-se uma formação mais complexa, com conhecimentos abrangentes e atualização constante.

Nas escolas do Senai, a metodologia de ensino é baseada na competência, com a estrutura dos currículos e a definição dos conteúdos dos cursos baseadas em resultados obtidos em reuniões de comitês setoriais, de que participam trabalhadores, indústria, sindicatos e outras instituições.

Pesquisas já mostraram que os brasileiros começam a trabalhar cedo, a maioria entre os 15 e 16 anos e idade. Mas ainda são poucos os que conseguem oportunidades em boas escolas técnicas, capazes de atender aos requisitos do mundo moderno. O resultado é que a maioria dos jovens, diante da falta de qualificação, é obrigada a permanecer na informalidade, em ocupações de baixa remuneração, sem perspectivas de ascensão profissional.

Os resultados obtidos pelos brasileiros nas competições realizadas no Exterior são a prova de que, se investirmos seriamente no ensino profissionalizante, estaremos proporcionando os meios necessários à inserção do jovem no mercado de trabalho, formando mão-de-obra competitiva, atualizada, de nível internacional. O País só tem a ganhar, e muito, com a expansão dos cursos técnicos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) foi criada em 2001, pela Lei nº 10.233, de

5 de junho daquele ano, com a função de órgão regulador e fiscalizador das atividades de prestação de serviços públicos e de exploração da infra-estrutura de transportes terrestres, exercida por terceiros. É uma entidade da Administração Federal Indireta, vinculada ao Ministério dos Transportes, submetida ao regime autárquico especial, com personalidade jurídica de direito público, independência administrativa e autonomia financeira e funcional.

O início efetivo das operações da ANTT ocorreu em fevereiro de 2002. Portanto, ao publicar seu relatório anual relativo ao ano de 2006, no qual faz um balanço de sua atuação junto ao setor regulado – em mais um esforço de dar transparência aos seus atos de gestão –, o órgão está completando cinco anos de atividade.

A esfera de atuação da ANTT abrange os segmentos rodoviário, ferroviário e multimodal. No setor rodoviário, compete à Agência regular e fiscalizar a infra-estrutura rodoviária federal concedida e, também, a prestação do serviço de transporte rodoviário nacional e internacional de cargas e o transporte interestadual e internacional de passageiros. Já no setor ferroviário, é sua atribuição regular e fiscalizar a infra-estrutura ferroviária e a prestação do serviço de transporte ferroviário de cargas e de passageiros. Por último, compete-lhe registrar o Operador de Transporte Multimodal e acompanhar a evolução da operação.

O empenho da Agência, ao longo destes cinco anos de existência, tem sido voltado à regulação desses setores, que antes estavam sob a administração do Governo Federal. Com esse objetivo, baixou mais de 130 instrumentos de regulação, na maioria das vezes realizando previamente audiências públicas, como forma de ouvir os anseios da sociedade quanto ao aprimoramento da qualidade dos serviços.

Trabalhando para assegurar o cumprimento dos contratos de concessão, a ANTT ajuda a garantir a harmonia dos interesses do usuário, da União e dos operadores. Para atingir esses objetivos, faz, permanentemente, estudos e avaliações de mercado, visando à defesa da concorrência e ao equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão e permissão, além de implementar ações de fiscalização e arbitragem de conflitos.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Relatório Anual 2006 da ANTT expressa de modo bastante abrangente os resultados técnico-operacionais e econômico-financeiros do setor regulado, desde a implantação do órgão.

No que se refere às concessões rodoviárias, a ANTT regula e fiscaliza seis contratos de concessão em rodovias federais nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, as quais são administradas e mantidas pela iniciativa privada. Embora o Programa Federal de Concessões de Rodovias abranja um total de quase 7.500 quilômetros de vias federais, as concessões atualmente administradas pela ANTT somam apenas 1.500 quilômetros, correspondentes à primeira etapa do Programa. A segunda etapa, envolvendo 2.600 quilômetros de estradas, ainda está em processo licitatório. Um trecho de quase 640 quilômetros deverá ser licitado na modalidade de parceria público-privada. E os restantes 2.760 quilômetros correspondem às concessões de rodovias federais delegadas aos Estados.

Folheando o Relatório, encontramos detalhadas informações sobre os investimentos realizados pelas concessionárias nas rodovias, o número de acidentes nas rodovias federais concedidas, as receitas de pedágio realizadas pelas seis concessionárias e os impostos por elas recolhidos, entre muitas outras. Tomamos conhecimento, por exemplo, de que, até o ano passado, foram gastos cerca de 1 bilhão e meio de reais em serviços operacionais correspondentes à conservação rotineira, atendimentos médicos e mecânicos ao usuário, controle de tráfego, comunicação, monitoramento das condições de operação da rodovia e sistemas de cobrança de pedágio.

Ao abordar o transporte rodoviário de carga, o Relatório esclarece que, até dezembro de 2006, esse segmento operava em regime de mercado livre, sem exigências para a entrada no mercado. Inexistia legislação específica no campo dos transportes para o exercício dessa atividade. Não eram exigidos, para a operação dos serviços, autorização, permissão ou concessão. Nesse cenário, o papel da ANTT tem sido o de buscar a expansão e a excelência do setor por meio da regulamentação e fiscalização dos serviços prestados pelos transportadores. A esfera de atuação da Agência abrange mais de 85% do transporte de cargas no Brasil, sendo mais de 61% desse total operados pelo modal rodoviário.

Um dos importantes instrumentos de regulação administrados pela ANTT nesse setor é o Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga (RNTRC), certificação, de porte obrigatório, para a prestação do serviço de transporte rodoviário de cargas por empresas transportadoras, cooperativas e transportadores autônomos. Antiga reivindicação dos transportadores, o RNTRC veio para regularizar o exercício da atividade, mediante habilitação formal, e para disciplinar o mercado de transporte rodoviário de cargas, trazendo benefícios para o País, para os operadores e para os usuários.

Graças a esse Registro, hoje temos um considerável acervo de informações sobre a oferta desse tipo

de transporte; a distribuição espacial, composição e idade da frota; a abrangência das áreas de atuação dos transportadores; e, ainda, sobre a organização da sua atividade econômica. Foram melhoradas, ademais, as condições para a fiscalização do exercício da atividade e para a redução das perdas e roubos de cargas, viabilizando, assim, a diminuição dos custos dos seguros.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros é, no Brasil, um serviço público essencial, responsável pela movimentação de, aproximadamente, 140 milhões de usuários por ano em todo o País. O transporte por ônibus constitui a principal modalidade da movimentação coletiva de usuários, nas viagens de âmbito interestadual e internacional, sendo responsável por quase 95% do total dos deslocamentos realizados no País.

A Agência Nacional de Transportes Terrestres tem realizado diversas audiências públicas com o objetivo de discutir procedimentos e critérios para a prestação do serviço regular, como o estabelecimento dos parâmetros de produtividade e de qualidade para avaliar a prestação dos serviços; a fixação de procedimentos relativos à venda dos bilhetes de passagem; a especificação dos direitos e deveres de permissionárias e usuários; e, ainda, a definição de regras para oferta de tarifas promocionais nos serviços de transporte interestadual de passageiros.

No que concerne à fiscalização desse tipo de transporte, objetivando otimizar sua atuação, a ANTT promoveu o treinamento de 126 fiscais nos terminais, 257 Policiais Rodoviários Federais e 114 fiscais de agências reguladoras estaduais. No ano de 2006, foram vistoriados quase 180 mil veículos, feitos mais de 320 transbordos e fiscalizados 13 terminais. Outros 78 terminais estiveram sob inspeção permanente, 625 denúncias foram apuradas e quase 14 mil multas foram aplicadas. Com a participação de diversos órgãos estaduais e federais, e após diversas ações de combate ao transporte irregular, por intermédio da operação denominada "Tolerância Zero", foi extinta a prática de "comboios de ônibus" na região de Foz do Iguaçu.

Relevante tem sido, também, a atuação da ANTT no transporte ferroviário. Após a desestatização do setor, iniciada em 1992, as concessionárias enfrentaram, inicialmente, problemas resultantes do baixo investimento e dos ativos operacionais em processo de degradação. Diante desse quadro, o Governo Federal anunciou, no dia 22 de maio de 2003, o Plano Nacional de Revitalização das Ferrovias, coordenado pelo Ministério dos Transportes, juntamente com a Agência Nacional de Transportes Terrestres e a Valec – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

Nesse novo cenário de reestruturação do setor, a ANTT deu início a uma série de Audiências Públicas abordando o tema "Ferrovias", com vistas a criar condições básicas para o desenvolvimento e a expansão do subsetor, maior integração das ferrovias e reconstituição dos corredores operacionais dos fluxos de transportes para atendimento às exportações e à demanda interna.

O Programa de Integração e Adequação das Ferrovias criou, então, um cenário propício para o aumento da oferta do transporte, a redução de acidentes, a ampliação da capacidade de investimento, a integração entre as malhas das ferrovias e entre essas e as demais modalidades de transporte, o aumento das encomendas à indústria de material ferroviário e a ampliação do mercado de trabalho.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ao longo dos seus cinco anos de funcionamento, a Agência Nacional de Transportes Terrestres tem desempenhado com muita eficiência sua missão de regular e fiscalizar a prestação dos serviços de transportes terrestres, buscando a harmonização dos interesses dos agentes do setor. Apresento, portanto, ao seu corpo de servidores e à sua diretoria, encabeçada pelo Sr. José Alexandre Nogueira de Resende, os meus cumprimentos pelo ótimo trabalho realizado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Srªs e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária de amanhã, às quatorze horas, as matérias constantes da pauta de hoje.

ORDEM DO DIA

1
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, DE 2007

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos temos do § 2º do art. 64 da Constituição Federal)
(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2003)

Continuação da discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2007 (nº 993/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre o estágio*

de estudantes de instituições de educação superior, de educação profissional e de ensino médio; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, e dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Pareceres nºs 735 e 736, de 2007, das Comissões

– de Educação, Relator: Senador Raimundo Colombo, favorável ao Projeto e as Emendas nºs 1 e 8, parcialmente às de nºs 3, 5 e 6, nos termos da Emenda nº 10-CE (Substitutivo), que oferece; pela rejeição das Emendas nºs 2, 4, 7 e 9; e pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2003, que tramita em conjunto.

– de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Ideli Salvatti, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2007, e às Emendas nºs 1 e 8, parcialmente às de nºs 3, 5 e 6, nos termos da Emenda nº 11-CAS (Substitutivo), que oferece; pela rejeição das Emendas nºs 2, 4, 7 e 9; e pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2003, que tramita em conjunto.

(Urgência a partir de: 24.08.2007).

(Sobrestando a pauta a partir de: 03.09.2007)

2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 473, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2007)

Continuação da discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2003, de autoria do Senador Osmar Dias, que *dispõe sobre os estágios de estudantes de instituições de educação superior, da educação profissional e do ensino médio, inclusive nas modalidades de educação de jovens e adultos e de educação especial e dá outras providências.*

Pareceres nºs 735 e 736, de 2007, das Comissões

– de Educação, Relator: Senador Raimundo Colombo, favorável ao Projeto e as Emendas nºs 1 e 8, parcialmente às de nºs 3, 5 e 6, nos termos da Emenda nº 10-CE (Substitutivo), que oferece; pela rejeição das Emendas nºs 2, 4, 7 e 9; e pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2003, que tramita em conjunto.

– de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Ideli Salvatti, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2007, e às Emendas nºs 1 e 8, parcialmente às de nºs 3, 5 e 6, nos termos da Emenda nº 11-CAS (Substitutivo), que oferece; pela rejeição das Emendas nºs 2, 4, 7 e 9; e pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2003, que tramita em conjunto.

(Urgência a partir de: 24.08.2007).

(Sobrestando a pauta a partir de: 03.09.2007)

3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 211, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do RI)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 211, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 575, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relatora *ad hoc:* Senadora Ideli Salvatti), que *aprova a Programação Monetária relativa ao segundo trimestre de 2007.*

4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 412, DE 2003-COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 647, de 2007 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que *estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências*.

Pareceres sob nºs 109 e 110, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, favorável, com as Emendas nºs 1 a 6-CCJ, que apresenta; e

– de Assuntos Econômicos, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 6-CCJ, apresentando a Emenda nº 7-CAE.

5

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 23, DE 2007

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 670, de 2007 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 23, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 270, de 2007, Relator: Senador Valdir Raupp), que autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total equivalente a até cinqüenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, junto ao Banco Europeu de Investimento – BEI (financiamento do Programa Multissetorial BEI – Linha de Crédito).

6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2007

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2007 (nº 4.125/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que *torna obrigatória a divulgação pelos meios que especifica de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes apontando formas para efetuar denúncias.*

7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2007

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2007 (nº 4.126/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que *acrescenta a Seção VIII ao Capítulo III – Dos Procedimentos – do Título VI – Do Acesso à Justiça – da Parte Especial da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, dispondo sobre a forma de inquirição de testemunhas e produção antecipada de prova quando se tratar de delitos tipificados no Capítulo I do Título VI do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, com vítima ou testemunha criança ou adolescente e acrescenta o art. 469-A ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.*

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 13, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003, tendo com primeiro signatário o Senador Sérgio Zambiasi, que *altera a redação do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de Municípios.*

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 57, DE 2005

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados*.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 2, DE 2007

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário

o Senador Marco Maciel, que *acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral.*

Parecer sob nº 91, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, com votos contrários dos Senadores Antonio Carlos Valadares e José Nery, e, em separado, do Senador Inácio Arruda.

12
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2007

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *cria o Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade.*

Parecer sob nº 191, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta; e abstenção do Senador Jefferson Péres.

13
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 2005

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico.*

Parecer sob nº 290, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Eduardo Suplicy e Sibá Machado, e, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

14
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 58, DE 2005

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a transferência, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de parte do produto da arrecadação do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao saldo de suas balanças comerciais com o exterior.*

15
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2005 (nº 2.619/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para assegurar a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego.*

Parecer favorável, sob nº 539, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc:* Senador Pedro Simon.

16
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 132, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2005 (nº 4.412/2001, na Casa de origem), que *regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 541 e 925, de 2006 das Comissões de Assuntos Sociais, Relator: Senador Wellington Salgado de Oliveira; e de Educação (em audiência, nos termos do Requerimento nº 642, de 2006), Relator: Senador Sérgio Zambiasi.

17
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2006 (nº 1.996/2003, na Casa de origem), que *fica instituído o Programa Disque Idoso*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 282 e 283, de 2007, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relatora *ad hoc*: Senadora Maria do Carmo Alves.

18
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 108, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2006 (nº 5.150/2001, na Casa de origem), que *institui o dia 27 de*

setembro de cada ano como o Dia Nacional dos Vicentinos.

Parecer favorável, sob nº 88, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Marco Maciel.

19
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 204, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2006 (nº 1.798/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção Adicional Alterando a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Regular outras Questões em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Protocolo Final assinados em Brasília, em 23 de junho de 1972, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, celebrado em Brasília, em 20 de novembro de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 991, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Arthur Virgílio.

20
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 502, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 502, de 2006 (nº 1.392/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção nº 178 relativa à Inspeção das Condições de Vida e de Trabalho dos Trabalhadores Marítimos bem como o texto da Recomendação nº 185, ambas da Organização Internacional do Trabalho – OIT e assinadas em Genebra, em 22 de outubro de 1996.*

Parecer favorável, sob nº 124, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator : Senador Antônio Carlos Valadares.

21
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 503, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 503, de 2006 (nº 1.836/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Facilitação de Circulação de Pessoas, celebrado em Lisboa, em 11 de julho de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 125, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

22
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 504, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 504, de 2006 (nº 2.145/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre Cooperação no Campo de Veterinária, celebrado em Zagreb, em 20 de abril de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 126, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

23
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 4, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2007 (nº 278/99, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo Relativo à Implementação da Parte XI da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de dezembro de 1982, concluído em Nova Iorque, em 29 de julho de 1994.*

Parecer favorável, sob nº 170, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marco Maciel.

24
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 6, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 2007 (nº 2.098/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Regularização Migratória entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname, celebrado em Paramaribo, em 21 de dezembro de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 477, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Augusto Botelho.

25

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 24, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2007 (nº 638/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal, assinada em Nassau em 23 de maio de 1992 e de seu Protocolo Facultativo, assinado em Manágua em 11 de junho de 1993.*

Parecer favorável, sob nº 344, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Paulo Duque.

26

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 25, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 2007 (nº 1.061/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para Implementação do Projeto Manejo da Bacia do Rio Yaque do Norte: Parques Florestais, Ecoturismo, Educação Ambiental e Investigação Hidrológica, celebrado em 11 de novembro de 2002, em São Domingos.*

Parecer favorável, sob nº 345, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Flexa Ribeiro.

27

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 26, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 2007 (nº 2.999/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção para a Redução dos Casos de Apatrídia, celebrada em 30 de agosto de 1961.*

Parecer favorável, sob nº 385, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Romeu Tuma.

28

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 27, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2007 (nº 1.152/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto das Emendas ao Convênio Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento – BAD.*

Parecer favorável, sob nº 277, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

29

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2007 (nº 1.297/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Armênia, celebrado em Brasília, em 7 de maio de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 346, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Pedro Simon.

30

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 29, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2007 (nº 1.324/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Cooperação em Assuntos Relacionados à Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia, celebrado em Brasília, em 14 de agosto de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 171, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

31

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 30, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2007 (nº 1.395/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Cooperação Técnica em Matéria de Saúde Animal e Sanidade Vegetal, celebrado em Havana, em 26 de setembro de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 386, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Rosalba Ciarlini.

32

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 31, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2007 (nº 1.546/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique sobre Cooperação Técnica e Procedimentos nas Áreas Sanitária e Fitossanitária, celebrado em Maputo, em 5 de novembro de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 387, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

33

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 32, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2007 (nº 1.732/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Judicial em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba, celebrado em Havana, em 24 de setembro de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 278, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

34

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 33, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 2007 (nº 1.759/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Bucareste, em 16 de outubro de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 388, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 53 minutos.)

Agenda do Presidente do Senado Federal

11-9-007 – Terça-feira

- **14h00** – Período do Expediente da Sessão Deliberativa Ordinária dedicado a homenagear o Círio de Nazaré, denominado – Patrimônio Imaterial da Cultura Brasileira, pelo transcurso do seu 214º aniversário
  Plenário do Senado Federal
- **16h00** – Ordem do Dia **–** Sessão Deliberativa – pauta sobrestada Plenário do Senado Federal

PARECER Nº 45, DE 2007 – CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 20, de 2007 – CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor global de R$24.050.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente."

Autor **Poder Executivo**
Relator: Deputado **Fábio Ramalho**

I – Relatório

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 61

da Constituição, submete à apreciação do Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 93, de 2007 – CN (nº 475/2007, na origem), o Projeto de Lei nº 20, de 2007 – CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, Crédito suplementar no valor global de R$24.050.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

Segundo a Exposição de Motivos nº 140/2007-MP, que acompanha o referido Projeto de Lei, a suplementação proposta "possibilitará à Polícia Federal a execução das ações de prevenção da lavra de riquezas minerais nas terras indígenas da etnia Cinta Larga, no âmbito da Reserva Roosevelt, no Estado de Rondônia, e de coibição e repressão aos conflitos entre garimpeiros e índios na região do garimpo de Eldorado do Juma, no Estado do Amazonas, bem como a sustentação logística de operações de combate ao crime praticado contra bens e interesses da União".

O crédito em análise será viabilizado com recursos provenientes da anulação parcial de dotação orçamentária, na forma facultada pela Lei nº 4.320 de 1964, em seu art. 43, § 1º, inciso III, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

Segundo o Ministério da Justiça, informa a E.M., o remanejamento não trará prejuízo à execução da programação objeto de cancelamento, que foi decidido com base em projeções de suas possibilidades de até o final do presente exercício.

Esclarece ainda a E.M., que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista que se referem a remanejamento entre despesas primárias do Poder Executivo para priorização da programação suplementada.

À matéria, nenhuma emenda foi apresentada no prazo regimental.

II – Voto do Relator

A presente proposição se acha articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito suplementar, por objetivar o reforço de dotação já constante da Lei Orçamentária em vigor (Lei nº 11.451, de 7-2-2007) e ser formulada de acordo com o que determina o art. 63 da Lei nº 11.439 de 29-12-2006 (LD0/2007).

Do exame da proposição, verificamos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais ou legais pertinentes à matéria.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 20, de 2007 – CN, na termos propostos pelo Executivo.

Sala da Comissão, de de 2007. – Deputado **Fábio Ramalho,** Relator.

CONCLUSÃO

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, na Décima Oitava Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária do Congresso Nacional, em 05 de setembro de 2007, aprovou, por unanimidade, o Relatório do Deputado Cláudio Cajado, Relator **ad hoc** (Designado Relator anteriormente o Deputado Fábio Ramalho), favorável nos termos do Projeto de Lei nº 20/2007-CN. Ao Projeto não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Senadores José Maranhão, Presidente, Antônio Carlos Valadares, Augusto Botelha, Flexa Ribeiro, Jayme Campos, João Ribeiro, Leomar Quintanilha e Sérgio Zambiasi; e os Senhores Deputados Roberto Rocha, Primeiro Vice-Presidente, Alex Canziani, Claudio Cajado, Daniel Almeida, Devanir Ribeiro, Edinho Bez, Eduardo Sciarra, Eduardo Valverde, Eunicio Oliveira, Fábio Ramalho, Geraldo Resende, Giacobo, Giovanni Queiroz, Gorete Pereira, João Carlos Bacelar, João Leão, José Pimentel, Márcio Reinaldo Moreira, Miguel Corrêa Jr., Nelson Meurer, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Regis de Oliveira, Vanderlei Macris, Vignatti, Walter Pinheiro e Zé Gerardo.

Sala de Reuniões, 5 de setembro de 2007. – Senador **José Maranhão,** Presidente – Deputado **Claudio Cajado,** Relato **ad hoc**.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização apresentam a Redação Final do Projeto de Lei nº 20/2007-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de R$24.050.000,00 (vinte e quatro milhões e cinqüenta mil reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente."

Sala de Reuniões, 5 de setembro de 2007. – Senador **José Maranhão,** Presidente – Deputado **Claudio Cajado,** Relator **ad hoc.**

SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA **Nº 387**, DE 2007, QUE "DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA OBRIGATÓRIA DE RECURSOS FINANCEIROS PARA A EXECUÇÃO PELOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS DE AÇÕES DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC, E SOBRE A FORMA DE OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - PSH NOS EXERCÍCIOS DE 2007 E 2008."

CONGRESSISTAS	EMENDA NºS
Deputado Arnaldo Jardim	010
Deputado Gustavo Fruet	001, 005
Deputado Humberto Souto	002, 007
Deputado José Guimarães	011
Deputado Milton Monti	016
Deputado Onyx Lorenzoni	012, 013
Deputado Paulo Bornhausen	003, 004, 006, 008, 009, 015
Deputado Zezéu Ribeiro	014

SSACM

TOTAL DE EMENDAS: 016

MPV 387

00001

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

proposição
Medida Provisória n.º 387 de 31/08/2007

autor
GUSTAVO FRUET

n.º do prontuário

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
	1º	único		

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se o parágrafo único do artigo 1º

JUSTIFICAÇÃO

O parágrafo único do art. 1º da MP 387/07, equivocadamente, determina que a transferência obrigatória de recursos financeiros pelos órgãos e entidades da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, cuja execução pelos entes federados seja de interesse da União, **aplica-se a essas transferências de recursos financeiros o disposto no § 2o do art. 9o da Lei de Responsabilidade Fiscal** - Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000.

Dispõe o § 2º da LRF que " *Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as* ***ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.*** " (grifamos)

Observamos que as disposições constantes da MP 387/07 em sua maior parte tem simples caráter regulamentar e, como tal, poderiam ser estabelecidas por meio de Decreto Presidencial, vez que tratam de regras especiais impostas pelo ente cedente dos recursos, as quais podem ser livremente fixadas, desde que não contrariem as constantes de normas de ordem superior, como a LRF e a LDO, inclusive pela proibição constitucional (art. 62) de se modificar tais leis por intermédio de medidas provisórias. Ressalva-se desse cunho regulamentar apenas os arts. 1º, 3º e 8º, que contêm elementos de caráter normativo.

O art. 1º da Medida Provisória articula, sem qualquer definição legal, uma nova categoria de execução da despesa, ou seja, a "transferência obrigatória de recursos financeiros" – sem indicar sua distinção em relação às "despesas obrigatórias" ou às "transferências voluntárias", legalmente caracterizadas na LRF –, invadindo o âmbito reservado às leis complementares (consoante estabelece o art. 165, § 9º da Constituição) e, supletivamente, à Lei de Diretrizes Orçamentárias. Essa forma diferenciada teria de estar prevista na Lei nº 4.320/64, nas disposições complementares do Decreto-lei nº 200/67, na Lei Complementar nº 101/00 ou na LDO do exercício.

Assim, não cabe à lei ordinária instituir categorias diferenciadas de despesa e, muito menos, às medidas provisórias, tendo em vista a proibição expressa contida no art. 62, § 1º da Lei Maior, que estabelece:

"§ 1º É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria:

I – relativa a:

a) ...

*d) planos plurianuais, **diretrizes orçamentárias**, orçamento e créditos adicionais e suplementares, ressalvado o previsto no art. 167, § 3º*

II - ...,

III – reservada à lei complementar".(grifamos)

Cumpre observar que o Legislador, tanto no texto constitucional, quanto na LRF, foi específico ao se reportar às transferências obrigatórias e às voluntárias: no foro constitucional, arts. 159 e 212, ao dispor sobre as receitas partilhadas com os demais entes da federação;e na LRF ao conceituar as despesas obrigatórias de caráter continuado (art. 17) e as transferências voluntárias (art. 25), deixando abertura para um só instrumento, a LDO (art. 9º, § 2º), com seu caráter de norma especial, explicitar situações dignas de ressalva.

A MP em análise também conspurca o conceito, fiscalmente relevante, de despesa obrigatória, por natureza aquela que gera para o indivíduo ou entidade direito subjetivo contra o Estado em razão de expressa disposição constitucional ou legal que trate da matéria. Talvez, esse último seja a maior mácula advinda do acolhimento pelo Congresso Nacional dessa MP 387/07.

A MP 387 mostra-se flagrantemente inconstitucional por ferir frontalmente o art. 62, § 1º , I, a, da Constituição, ao disciplinar matéria própria de LDO, nos estritos termos do art. 9º § 2º, da LRF, que prevê a exclusão do contingenciamento das despesas que constituam obrigações legais do ente e outras ressalvadas pela LDO.

No caso, tem-se a última situação pois fica patente que as despesas criadas no âmbito do PAC não são obrigatórias por serem criadas por Lei, ou seu equivalente MP, como são várias despesas criadas por MPs. Agora mesmo, a MP 385, que extendeu o prazo para habilitação de benefícios previdenciários de contribuintes rurais autônomos, criou novas despesas obrigatórias, pois gera obrigação para o Estado e direito subjetivo para o beneficiário. E o melhor é que a Exposição de Motivos sequer fala em LRF, muito menos em estimativa ou compensação. Temos agora despesas obrigatórias em branco, a lei assim considera um gênero como obrigatória, PAC, e um ato administrativo nomeia como obrigatória aquelas que discricionariamente, ou arbitrariamente, preenchem os requisitos eleitos pelo próprio órgão prolator do ato pois os critérios da MP nada mais são do que os passos normais de um convênio e a eleição da transferência obrigatória será realizada antecipadamente.

Portanto, identifica-se no dispositivo evidente inconstitucionalidade, direta, por utilizar o instrumento excepcional da Medida Provisória para disciplinar tema próprio de LDOs, subtraindo-lhes seu campo temático, e indireta, ao ferir flagrantemente o art. 9º, § 2º, da LRF, que remete expressamente às LDOs a atribuição de ressalvarem aquelas despesas não passíveis de contingenciamento.

PARLAMENTAR

MPV 387

00002

MEDIDA PROVISÓRIA N.º 387, DE 2007

Dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, e sobre a forma de operacionalização do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH nos exercícios de 2007 e 2008.

EMENDA N.º

Suprima-se o parágrafo único do art. 1º.

JUSTIFICATIVA

O parágrafo único do art. 1º da MP 387/07, equivocadamente, determina que a transferência obrigatória de recursos financeiros pelos órgãos e entidades da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, cuja execução pelos entes federados seja de interesse da União, **aplica-se a essas transferências de recursos financeiros o disposto no § 2o do art. 9o da Lei de Responsabilidade Fiscal -** Lei Complementar no **101**, de 4 de maio de 2000.

Dispõe o § 2º da LRF que " *Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.* " (grifamos)

Observamos que as disposições constantes da MP 387/07 em sua maior parte tem simples caráter regulamentar e, como tal, poderiam ser estabelecidas por meio de Decreto Presidencial, vez que tratam de regras especiais impostas pelo ente cedente dos recursos, as quais podem ser livremente fixadas, desde que não contrariem as constantes de normas de ordem superior, como a LRF e a LDO, inclusive pela proibição constitucional (art. 62) de se modificar tais leis por intermédio de medidas provisórias. Ressalva-se desse cunho regulamentar apenas os arts. 1º, 3º e 8º, que contêm elementos de caráter normativo.

O art. 1º da Medida Provisória articula, sem qualquer definição legal, uma nova categoria de execução da despesa, ou seja, a "transferência obrigatória de recursos financeiros" -- sem indicar sua distinção em relação às "despesas obrigatórias" ou às "transferências voluntárias", legalmente caracterizadas na LRF –, invadindo o âmbito reservado às leis complementares (consoante estabelece o art. 165, § 9º da Constituição) e, supletivamente, à Lei de Diretrizes Orçamentárias. Essa forma diferenciada teria de estar prevista na Lei nº 4.320/64, nas disposições complementares do Decreto-lei nº 200/67, na Lei Complementar nº 101/00 ou na LDO do exercício.

Assim, não cabe à lei ordinária instituir categorias diferenciadas de despesa e, muito menos, às medidas provisórias, tendo em vista a proibição expressa contida no art. 62, § 1º da Lei Maior, que estabelece:

"§ 1º É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria:

I - relativa a:

a) ...

*d) planos plurianuais, **diretrizes orçamentárias**, orçamento e créditos adicionais e suplementares, ressalvado o previsto no art. 167, § 3º*

II – ...

III – reservada à lei complementar". (grifamos)

Cumpre observar que o Legislador, tanto no texto constitucional, quanto na LRF, foi específico ao se reportar às transferências obrigatórias e às voluntárias: no foro constitucional, arts. 159 e 212, ao dispor sobre as receitas partilhadas com os demais entes da federação;e na LRF ao conceituar as despesas obrigatórias de caráter continuado (art. 17) e as transferências voluntárias (art. 25), deixando abertura para um só instrumento, a LDO (art. 9º, § 2º), com seu caráter de norma especial, explicitar situações dignas de ressalva.

A MP em análise também conspurca o conceito, fiscalmente relevante, de despesa obrigatória, por natureza aquela que gera para o indivíduo ou entidade direito subjetivo contra o Estado em razão de expressa disposição constitucional ou legal que trate da matéria. Talvez, esse último seja a maior mácula advinda do acolhimento pelo Congresso Nacional dessa MP 387/07.

A MP 387 mostra-se flagrantemente inconstitucional por ferir frontalmente o art. 62, § 1º , I, a, da Constituição, ao disciplinar matéria própria de LDO, nos estritos termos do art. 9º § 2º, da LRF, que prevê a exclusão do contingenciamento das despesas que constituam obrigações legais do ente e outras ressalvadas pela LDO.

No caso, tem-se a última situação pois fica patente que as despesas criadas no âmbito do PAC não são obrigatórias por serem criadas por Lei, ou seu equivalente MP, como são várias despesas criadas por MPs. Agora mesmo, a MP 385, que extendeu o prazo para habilitação de benefícios previdenciários de contribuintes rurais autônomos, criou novas despesas obrigatórias, pois gera obrigação para o Estado e direito subjetivo para o beneficiário. E o melhor é que a Exposição de Motivos sequer fala em LRF, muito menos em estimativa ou compensação. Temos agora despesas obrigatórias em branco, a lei assim considera um gênero como obrigatória, PAC, e um ato administrativo nomeia como obrigatória aquelas que discricionariamente, ou

arbitrariamente, preenchem os requisitos eleitos pelo próprio órgão prolator do ato pois os critérios da MP nada mais são do que os passos normais de um convênio e a eleição da transferência obrigatória será realizada antecipadamente.

Portanto, identifica-se no dispositivo evidente inconstitucionalidade, direta, por utilizar o instrumento excepcional da Medida Provisória para disciplinar tema próprio de LDOs, subtraindo-lhes seu campo temático, e indireta, ao ferir flagrantemente o art. 9º, § 2º, da LRF, que remete expressamente às LDOs a atribuição de ressalvarem aquelas despesas não passíveis de contingenciamento.

Sala da Comissão, em de setembro de 2007.

Deputado HUMBERTO SOUTO
PPS/MG

MPV 387

00003

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
	Medida Provisória nº 387/2007

autor	Nº do protocolo
Deputado Paulo Bornhausen	

1. X Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo 1º, caput	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O art. 1º passará a ter a seguinte redação:

"*Art. 1º A transferência de recursos financeiros pelos órgãos e entidades da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, cuja execução pelos entes federados seja de interesse da União, observará as disposições desta Medida Provisória.*"

Justificativa

A emenda visa evitar que as ações referentes ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC se transformem em ações cuja execução possua caráter obrigatório. Nesse sentido, propõe-se suprimir a palavra "obrigatória" do termo "transferência obrigatória" no *caput do art.* 1º.

Deve-se ressaltar que as ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC possuem caráter discricionário e, portanto, devem obedecer às normas vigentes para a transferências voluntárias estabelecidas no art. 25 Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000) Ademais, o mecanismo de transferência obrigatória de recursos financeiros aplicam-se somente às despesas de caráter obrigatório. Nesse caso, os critérios para as transferências obrigatórias devem ser estabelecidos unicamente por lei e não por comitês gestores como propõe a MP em análise.

Cabe salientar que o art. 73, VI, alínea "a", da Lei nº 9.504/1.997 proibe a realização de transferência voluntária de recursos da União aos Estados e Municípios nos três meses que antecedem as eleições Com efeito, a transformação da transferência dos recursos do PAC, de voluntária para obrigatória, pode servir como instrumento do Governo para burlar a limitação de transferências nos meses que antecederão o pleito de 2008. Assim, a emenda proposta atua no sentido de evitar a irrestrita utilização dos recursos do PAC com objetivos políticos, tendo em vista o ano eleitoral de 2008.

PARLAMENTAR

MPV 387

00004

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

proposição
Medida Provisória nº 387/2007

autor
Deputado Paulo Bornhausen

Nº do protocolo

1. X Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo 1º	Parágrafo único	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Exclua-se o parágrafo único do art. 1º da MP nº 387/2007

Justificativa

A emenda visa evitar que as ações referentes ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC se transformem em ações cuja execução possua caráter obrigatório. Nesse sentido objetiva-se suprimir o parágrafo único do art. 1º da Medida provisória 387/2007. O referido parágrafo propõe a aplicação das disposições do art 9º, §2º, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), às transferências de recursos financeiros de que trata a MP 387/2007. Note-se que o artigo art. 9º, §2º da LRF estabelece a não limitação de empenho e movimentação financeira das despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente.

Deve-se ressaltar, por outro lado, que as ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC possuem caráter discricionário e, portanto, devem obedecer às normas vigentes para a transferências voluntárias estabelecidas no art. 25 Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000). Ademais, o mecanismo de transferência obrigatória de recursos financeiros aplicam-se somente às despesas de caráter obrigatório. Nesse caso, os critérios para as transferências obrigatórias devem ser estabelecidos unicamente por lei e não por comitês gestores como propõe a MP em análise.

Cabe salientar que o art. 73, VI, alínea "a", da Lei nº 9.504/1.997 proíbe a realização de transferência voluntária de recursos da União aos Estados e Municípios nos três meses que antecedem as eleições. Com efeito, a transformação da transferência dos recursos do PAC, de voluntária para obrigatória, pode servir como instrumento do Governo para burlar a limitação de transferências nos meses que antecederão o pleito de 2008. Assim, a emenda proposta atua no sentido de evitar a irrestrita utilização dos recursos do PAC com objetivos políticos, tendo em vista o ano eleitoral de 2008.

PARLAMENTAR

MPV 387

00005

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

proposição
Medida Provisória n.º 387 de 31/08/2007

autor
GUSTAVO FRUET

n.º do prontuário

1. ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
1	2º			

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se o artigo 2º

JUSTIFICAÇÃO

O art. 2º da MP 387/07, equivocadamente, atribui ao Poder Executivo, por proposta do Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento - CGPAC, o poder de discriminar as ações do PAC a serem executadas por meio da transferência obrigatória de que trata o art. 1º da MP, a qual **aplica-se o disposto no § 2o do art. 9o da Lei de Responsabilidade Fiscal** - Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000.

Dispõe o § 2º da LRF que " *Não serão objeto de limitação as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida,* ***e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias***. " (grifamos)

Observamos que as disposições constantes da MP 387/07 em sua maior parte tem simples caráter regulamentar e, como tal, poderiam ser estabelecidas por meio de Decreto Presidencial, vez que tratam de regras especiais impostas pelo ente cedente dos recursos, as quais podem ser livremente fixadas, desde que não contrariem as constantes de normas de ordem superior, como a LRF e a LDO, inclusive pela proibição constitucional (art. 62) de se modificar tais leis por intermédio de medidas provisórias. Ressalva-se desse cunho regulamentar apenas os arts. 1º e 2º, que contêm elementos de caráter normativo.

O art. 1º da Medida Provisória articula, sem qualquer definição legal, uma nova categoria de execução da despesa, ou seja, a "transferência obrigatória de recursos financeiros" – sem indicar sua distinção em relação às "despesas obrigatórias" ou às "transferências voluntárias", legalmente caracterizadas na LRF –, invadindo o âmbito reservado às leis complementares (consoante estabelece o art. 165, § 9º da Constituição) e, supletivamente, à Lei de Diretrizes Orçamentárias. Essa forma diferenciada teria de estar prevista na Lei nº 4.320/64, nas disposições complementares do Decreto-lei nº 200/67, na Lei Complementar nº 101/00 ou na LDO do exercício.

Assim, não cabe à lei ordinária instituir categorias diferenciadas de despesa e, muito menos, às medidas provisórias, tendo em vista a proibição expressa contida no art. 62, § 1º da Lei Maior, que estabelece:

"§ 1º É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria:

I - relativa a:

a) ...

*d) planos plurianuais, **diretrizes orçamentárias**, orçamento e créditos adicionais e suplementares, ressalvado o previsto no art. 167, § 3º*

II – ...

III – reservada à lei complementar".(grifamos)

Cumpre observar que o Legislador, tanto no texto constitucional, quanto na LRF, foi específico ao se reportar às transferências obrigatórias e às voluntárias: no foro constitucional, arts. 159 e 212, ao dispor sobre as receitas partilhadas com os demais entes da federação; e na LRF ao conceituar as despesas obrigatórias de caráter continuado (art. 17) e as transferências voluntárias (art. 25), deixando abertura para um só instrumento, a LDO (art. 9º, § 2º) com seu caráter de norma especial, explicitar situações dignas de ressalva.

Portanto, identifica-se no dispositivo evidente inconstitucionalidade, direta por utilizar o instrumento excepcional da Medida Provisória para disciplinar tema próprio de LDOs, subtraindo-lhes seu campo temático, e indireta, ao ferir flagrantemente o art. 9º, § 2º, da LRF, que remete expressamente às LDOs a atribuição de ressalvarem aquelas despesas não passíveis de contingenciamento.

A MP em análise também conspurca o conceito, fiscalmente relevante, de despesa obrigatória, por natureza aquela que gera para o indivíduo ou entidade direito subjetivo contra o Estado em razão de expressa disposição constitucional ou legal que trate da matéria. Talvez, esse último seja a maior mácula advinda do acolhimento pelo Congresso Nacional dessa MP 387/07.

Dessa forma, subtrai-se atribuição constitucional do Poder Legislativo de apreciar quais as ações que merecem ser excluídas do contingenciamento por constarem de rol específico das LDOs.

PARLAMENTAR

MPV 387

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS **00006**

data	Proposição
	Medida Provisória nº 387/2007

Autor	Nº do protocolo
Deputado Paulo Bornhausen	

1. X Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitativo global

Página	Artigo 2º	Parágrafo	inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O art. 2º passará a ter a seguinte redação:

"*Art. 2º O Poder Executivo, por proposta do Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento – CGPAC, discriminará as ações do PAC a serem executadas por meio de transferência de que trata o art. 1º.*"

Justificativa

A emenda visa evitar que as ações referentes ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC se transformem em ações cuja execução possua caráter obrigatório. Nesse sentido, propõe-se suprimir a palavra "obrigatória" do termo "transferência obrigatória" no art. 2º da Medida provisória 387/2007.

Deve-se ressaltar que as ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC possuem caráter discricionário e, portanto, devem obedecer às normas vigentes para a transferências voluntárias estabelecidas no art. 25 Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000). Ademais, o mecanismo de transferência obrigatória de recursos financeiros aplicam-se somente às despesas de caráter obrigatório. Nesse caso, os critérios para as transferências obrigatórias devem ser estabelecidos unicamente por lei e não por comitês gestores como propõe a MP em análise.

Cabe salientar que o art. 73, VI, alínea "a", da Lei nº 9.504/1.997 proíbe a realização de transferência voluntária de recursos da União aos Estados e Municípios nos três meses que antecedem as eleições. Com efeito, a transformação da transferência dos recursos do PAC, de voluntária para obrigatória, pode servir como instrumento do Governo para burlar a limitação de transferências nos meses que antecederão o pleito de 2008. Assim, a emenda proposta atua no sentido de evitar a irrestrita utilização dos recursos do PAC com objetivos políticos, tendo em vista o ano eleitoral de 2008.

PARLAMENTAR

MPV 387

00007

MEDIDA PROVISÓRIA N.º 387, DE 2007

Dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, e sobre a forma de operacionalização do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH nos exercícios de 2007 e 2008.

EMENDA N.º

Dê-se ao *caput* art. 3º da Medida Provisória n.º 387, de 2007, a seguinte redação:

"Art. 3º **Art. 3º As transferências obrigatórias para execução das ações do PAC deverão observar o disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 104, de 04 de maio de 2000, bem como serão condicionadas ao cumprimento dos seguintes requisitos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios beneficiários, conforme o constante de termo de compromisso:** " (NR)

JUSTIFICATIVA

O art. 1º da Medida Provisória articula, sem qualquer definição legal, uma nova categoria de execução da despesa, ou seja, a "transferência obrigatória de recursos financeiros" – sem indicar sua distinção em relação às "despesas obrigatórias" ou às "transferências voluntárias", legalmente caracterizadas na LRF –, invadindo o âmbito reservado às leis complementares (consoante estabelece o art. 165, § 9º da Constituição) e, supletivamente, à Lei de Diretrizes Orçamentárias. Essa forma diferenciada teria de estar prevista na Lei nº 4.320/64, nas disposições complementares do Decreto-lei nº 200/67, na Lei Complementar nº 101/00 ou na LDO do exercício.

Assim, não cabe à lei ordinária instituir categorias diferenciadas de despesa e, muito menos, às medidas provisórias, tendo em vista a proibição expressa contida no art. 62, § 1º da Lei Maior, que estabelece:

"§ 1º É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria:

I - relativa a.

a) ...

d) planos plurianuais, diretrizes ***orçamentárias****, orçamento e créditos adicionais e suplementares, ressalvado o previsto no art. 167, § 3º*

II - ...

III reservada à lei complementar".(grifamos)

Cumpre observar que o Legislador, tanto no texto constitucional, quanto na LRF, foi específico ao se reportar às transferências obrigatórias e às voluntárias: no foro constitucional, arts. 159 e 212, ao dispor sobre as receitas partilhadas com os demais entes da federação; e na LRF ao conceituar as despesas obrigatórias de caráter continuado (art. 17) e as transferências voluntárias (art. 25), deixando abertura para um só instrumento, a LDO (art. 9º, § 2º), com seu caráter de norma especial, explicitar situações dignas de ressalva.

A inclusão da expressão "deverão observar o disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000", no seu art. 3º confere à MP em tela a constitucionalidade que ela não dispõe em sua redação original, bem como devolve ao art. 25 da LRF a aplicabilidade que fora extirpada inicialmente. Por tanto, solicito a aprovação da presente emenda como forma de dar constitucionalidade e legitimidade à aplicação dos recursos do PAC.

Sala da Comissão, em de setembro de 2007.

Deputado HUMBERTO SOUTO
PPS/MG

MPV 387

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00008

Data	Proposição: Medida Provisória nº 387/2007

Autor: Deputado Paulo Bornhausen	Nº do protocolo:

1. X Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. X modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo 3º, caput	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O *caput* do art. 3º passará a ter a seguinte redação:

"Art. 3º As transferências para execução das ações do PAC são condicionadas ao cumprimento do art. 25, §1º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dos seguintes requisitos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios beneficiários, conforme o constante de termo de compromisso:"

Justificativa

A emenda visa evitar que as ações referentes ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC se transformem em ações cuja execução possua caráter obrigatório. Nesse sentido, propõe-se suprimir a palavra "obrigatória" do termo "transferência obrigatória" no *caput* do art. 3º da Medida provisória 387/2007. Ademais, a emenda propõe que as transferências para execução das ações do PAC sejam condicionadas ao cumprimento do art. 25, §1º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que trata das exigências para a realização de transferências voluntárias.

Deve-se ressaltar que as ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC possuem caráter discricionário e, portanto, devem obedecer às normas vigentes para a transferências voluntárias estabelecidas no art. 25 Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000). Ademais, o mecanismo de transferência obrigatória de recursos financeiros aplicam-se somente às despesas de caráter obrigatório. Nesse caso, os critérios para as transferências obrigatórias devem ser estabelecidos unicamente por lei e não por comitês gestores como propõe a MP em análise.

Cabe salientar que o art. 73, VI, alínea "a", da Lei nº 9.504/1.997 proíbe a realização de transferência voluntária de recursos da União aos Estados e Municípios nos três meses que antecedem as eleições. Com efeito, a transformação da transferência dos recursos do PAC, de voluntária para obrigatória, pode servir como instrumento do Governo para burlar a limitação de transferências nos meses que antecederão o pleito de 2008. Assim, a emenda proposta atua no sentido de evitar a irrestrita utilização dos recursos do PAC com objetivos políticos, tendo em vista o ano eleitoral de 2008.

PARLAMENTAR

MPV 387

00009

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	Proposição
	Medida Provisória nº 387/2007

Autor	Nº do protocolo
Deputado Paulo Bornhausen	

1. X Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo 3º	Parágrafo 1º	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O §1º do art. 3º passará a ter a seguinte redação:

"*§ 1º A aprovação formal pela União do termo de compromisso de que trata o caput é condição prévia para a efetivação da transferência.*"

Justificativa

A emenda visa evitar que as ações referentes ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC se transformem em ações cuja execução possua caráter obrigatório. Nesse sentido, propõe-se suprimir a palavra "obrigatória" do termo "transferência obrigatória" no §1º do art. 3º da Medida provisória 387/2007.

Deve-se ressaltar que as ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC possuem caráter discricionário e, portanto, devem obedecer às normas vigentes para a transferências voluntárias estabelecidas no art. 25 Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000). Ademais, o mecanismo de transferência obrigatória de recursos financeiros aplicam-se somente às despesas de caráter obrigatório. Nesse caso, os critérios para as transferências obrigatórias devem ser estabelecidos unicamente por lei e não por comitês gestores como propõe a MP em análise.

Cabe salientar que o art. 73, VI, alínea "a", da Lei nº 9.504/1.997 proíbe a realização de transferência voluntária de recursos da União aos Estados e Municípios nos três meses que antecedem as eleições. Com efeito, a transformação da transferência dos recursos do PAC, de voluntária para obrigatória, pode servir como instrumento do Governo para burlar a limitação de transferências nos meses que antecederão o *pleito de 2008. Assim, a emenda proposta atua no sentido de evitar a* irrestrita utilização dos recursos do PAC com objetivos políticos, tendo em vista o ano eleitoral de 2008.

PARLAMENTAR

MPV 387

00010

MEDIDA PROVISÓRIA N.º 387, DE 2007

Dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, e sobre a forma de operacionalização do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH nos exercícios de 2007 e 2008.

EMENDA N.º

Acrescente-se o seguinte parágrafo ao art. 3º da Medida Provisória n.º 387, de 2007, com a seguinte redação:

"Art. 3º .....

.....

§ No mínimo 20% (vinte por cento) das transferências de que trata o *caput* deste artigo terão como destinação obrigatória a regularização de assentamentos sub-normais (favelas) e, no mínimo, 10% (dez por cento) das mesmas transferências para melhorias em infra-estrutura e para Programas Habitacionais em áreas rurais e remanescentes de quilombos." (NR)

JUSTIFICATIVA

Nos últimos quarenta anos o Brasil sofreu uma verdadeira revolução urbana, que provocou um extraordinário deslocamento da população rural para as cidades de todo país, modificando a estrutura demográfica das regiões e a relação rural e urbano que prevalecia então.

Como sabemos tal processo não teve por parte do Estado, aqui considerado seus entes federados, um planejamento capaz de ordenar essa crescente e irrevogável urbanização, daí o crescimento de manchas de assentamentos sub-normais em todas as regiões metropolitanas e grandes cidades em todo o país, que conformam a nova e trágica realidade da vida da maioria dos cidadãos brasileiros.

Concomitante a essa urbanização avassaladora, as áreas rurais sempre padeceram de falta de recursos e projetos capazes de reverter a situação de abandono a que foram relegadas seus municípios, com uma ausência crônica de saneamento básico, equipamentos sociais condizentes com as necessidades de suas populações, agravados

se essas áreas são remanescentes de quilombos, quase sempre localizados em lugares ermos e afastados de todas as conquistas da vida moderna.

Esta Emenda Aditiva visa garantir que os mais necessitados de nossos cidadãos tenham assegurados os recursos necessários, dentro dos vários programas habitacionais que esta MP favorece, para superarem o atual estado a que se encontram submetidos, primeiro passo para a conquista de sua plena cidadania.

Sala da Comissão, em de setembro de 2007.

Deputado ARNALDO JARDIM
PPS/SP

MPV 387

00011

EMENDA ADITIVA A MEDIDA PROVISÓRIA 387/2007
(do Sr. José Guimarães)

Emenda Aditiva à Medida Provisória nº 387, de 31 de agosto de 2007, que dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, e sobre a forma de operacionalização do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH nos exercícios de 2007 e 2008.

Art. 1º - Inclui alínea no inciso VII do art. 3º da Medida Provisória nº 387, de 31 de agosto de 2007, com a seguinte redação.

Art. 3º - As transferências obrigatórias para execução das ações do PAC são condicionadas ao cumprimento dos seguintes requisitos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios beneficiários, conforme o constante do termo de compromisso:

I - .....
II - .....
...

VII – Comprovação de que os recursos próprios para complementar a execução do objeto estão devidamente assegurados, exceto:

a) se o custo total do empreendimento recair sobre a entidade ou órgão descentralizados, quando a ação compreender obra ou serviço de engenharia;
b) **se em operações de parcelamento habitacional de interesse social em municípios com população até 50.000 (cinqüenta mil) habitantes, localizados em áreas de abrangência da Sudene.**

Justificativa

A emenda ora submetida à apreciação pretende contemplar aqueles municípios mais carentes, localizados nas áreas de abrangência da Sudene, cujas receitas são quase exclusivamente oriundas de transferências constitucionais, não reunindo, portanto, condições de assegurar previamente alocação de recursos para firmar parcerias com a União para a realização de quaisquer obras.

No Brasil, a concentração do déficit habitacional está situado nas faixas de renda de 0 a 3 salários mínimos.

O Nordeste, segunda região mais populosa do País, precisa de aproximadamente 2,8 milhões de casas.

Só a Bahia, com o maior déficit, tem 600 mil famílias sem casa ou vivendo em moradias precárias. Segundo o governo estadual, em Pernambuco, 387.941 famílias não têm casa, 98.747 mil habitam moradias precárias; 235.559 mil vivem em situação de coabitação e 65.911 mil pagam aluguel. O Ceará tem um déficit de 302.434 moradias.

Assim, considerando que a os benefícios advindos da flexibilização ora proposta, que alcançará parcela significativa de municípios hoje sem condições de desenvolver nenhuma política habitacional, justifica-se a presente emenda.

SALA DAS SESSÕES, AOS

José Guimarães
Deputado Federal (PT-CE

MPV 387

00012

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
	Medida Provisória nº 387/07

Autor	Nº do prontuário
DEPUTADO ONYX LORENZONI	

1. ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. X modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo 4º	:	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao art. 4º da MP a seguinte redação:

"Art. 4º Os recursos financeiros serão liberados aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios conforme o cronograma de desembolso estabelecido no termo de compromisso, mediante depósito em conta vinculada mantida em instituição financeira oficial, devendo a primeira parcela ser depositada no máximo até trinta dias após a apresentação do termo de compromisso."

JUSTIFICATIVA

A emenda visa dar maior celeridade na liberação dos recursos financeiros comprometidos com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), evitando que a demora acabe prejudicando a execução das ações projetadas pelo ente favorecido.

PARLAMENTAR

MPV 387

00013

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
	Medida Provisória nº 387/07

Autor	Nº do protocolo
DEPUTADO ONYX LORENZONI	

1. ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo 4º	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 4º de MP o seguinte parágrafo 2º, renumerando-se o atual parágrafo único como parágrafo 1º:

"Art. 4º .....

§ 1º (*atual parágrafo único*)

§ 2º O atraso na liberação dos recursos de que trata o *caput* ensejará a obrigação de a União atualizá-los monetariamente, aplicando-se, no que couber, o disposto no § 1º do artigo 6º desta lei."

JUSTIFICATIVA

A emenda visa manter o poder de compra dos recursos financeiros projetados, bem como a dar maior celeridade na sua liberação.

PARLAMENTAR

MPV 387

MEDIDA PROVISÓRIA 387/2007

00014

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se o seguinte Art. 9º à Medida Provisória 387, de 31 de agosto de 2007, renumerando-se o subsequente:

Art. 9º O Art. 12º da Lei 11.124, de 16 de junho de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12. Os recursos do FNHIS serão aplicados de forma descentralizada, por intermédio dos Estados, Distrito Federal, Municípios, **associações comunitárias, cooperativas habitacionais e outras entidades privadas sem fins lucrativos que desempenhem atividades na área habitacional.**

§ 1º Para acessar os recursos do FNHIS os Estados, Distrito Federal e Municípios deverão:

I – constituir fundo, com dotação orçamentária própria, destinado a implementar Política de Habitação de Interesse Social e receber os recursos do FNHIS,

II – constituir conselho que contemple a participação de entidades públicas e privadas, bem como de segmentos da sociedade ligados à área de habitação, garantido o princípio democrático de escolha de seus representantes e a proporção de 1/4 (um quarto) das vagas aos representantes dos movimentos populares;

III – apresentar Plano Habitacional de Interesse Social, considerando as especificidades do local e da demanda;

IV – firmar termo de adesão ao SNHIS;

V – elaborar relatórios de gestão; e

VI – observar os parâmetros e diretrizes para concessão de subsídios no âmbito do SNHIS de que trata os arts. 11 e 23 desta Lei.

§ 2º As transferências de recursos do FNHIS para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios ficam condicionadas ao oferecimento de contrapartida do respectivo ente federativo, nas condições estabelecidas pelo Conselho Gestor do Fundo e nos termos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

§ 3º A contrapartida a que se refere o § 2º dar-se-á em recursos financeiros, bens imóveis urbanos ou serviços, desde que vinculados aos respectivos empreendimentos habitacionais realizados no âmbito dos programas do SNHIS.

§ 4º Serão admitidos conselhos e fundos estaduais, do Distrito Federal ou municipais, já existentes, que tenham finalidades compatíveis com o disposto nesta Lei.

§ 5º O Conselho Gestor do FNHIS poderá dispensar Municípios específicos do cumprimento dos requisitos de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo, em razão de características territoriais, econômicas, sociais ou demográficas.

§ 6º É facultada a constituição de fundos e conselhos de caráter regional."

§ 7º *Acrescentar parágrafo* - **As transferências de recursos do FNHIS serão feitas a associações comunitárias, cooperativas habitacionais e outras entidades privadas sem fins lucrativos que desempenham atividades na área habitacional, a partir de critérios definidos no Conselho Gestor do FNHIS."**

JUSTIFICAÇÃO

A Lei 11.124/2005, para a qual estamos propondo a presente alteração, tem origem no projeto de lei de iniciativa popular, subscrito por organizações populares, com mais de um milhão de assinaturas de cidadãos eleitores brasileiros, cuja finalidade principal era de viabilizar recursos e financiamentos de projetos de habitação de interesse social para entidades da sociedade civil sem fins lucrativos capacitadas e qualificadas para este fim como agentes promotores da política habitacional de interesse social, com direito a acessar diretamente recursos de um Fundo Público Nacional de Habitação de Interesse Social.

Assim, considerando que diversas associações comunitárias (associações civis sem fins lucrativos) e cooperativas habitacionais de interesse social desempenham uma função essencial da habitação, a partir do desenvolvimento de projetos de habitação de interesse social , é que buscamos contemplá-las com esta nova redação a ser dada à Lei 11.124/2005, corrigindo assim uma falha no seu texto original, ao não incluir tais organizações no rol daquelas que estão autorizadas a fazer a aplicação do FNHIS.

Essas organizações já são, inclusive, parte integrante Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS -, o que justifica esta nossa proposição.

Deputado Zezéu Ribeiro

PT/Bahia

MPV 387

00015

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
	Medida Provisória nº 387/2007

autor	Nº do protocolo
Deputado Paulo Bornhausen	

X. Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	EMENTA	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

A EMENTA da Medida Provisória nº 387/2007 passará a ter a seguinte redação:

"*Dispõe sobre a transferência de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, e sobre a forma de operacionalização do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH nos exercícios de 2007 e 2008.*"

Justificativa

A emenda visa evitar que as ações referentes ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC se transformem em ações cuja execução possua caráter obrigatório. Nesse sentido, propõe-se suprimir a palavra "obrigatória" do termo "transferência obrigatória" na EMENTA da Medida provisória 387/2007.

Deve-se ressaltar que as ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC possuem caráter discricionário e, portanto, devem obedecer às normas vigentes para a transferências voluntárias estabelecidas no art. 25 Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000). Ademais, o mecanismo de transferência obrigatória de recursos financeiros aplicam-se somente às despesas de caráter obrigatório. Nesse caso, os critérios para as transferências obrigatórias devem ser estabelecidos unicamente por lei e não por comitês gestores como propõe a MP em análise.

Cabe salientar que o art. 73, VI, alínea "a", da Lei nº 9.504/1.997 proíbe a realização de transferência voluntária de recursos da União aos Estados e Municípios nos três meses que antecedem as eleições. Com efeito, a transformação da transferência dos recursos do PAC, de voluntária para obrigatória, pode servir como instrumento do Governo para burlar a limitação de transferências nos meses que antecederão o pleito de 2008. Assim, a emenda proposta atua no sentido de evitar a irrestrita utilização dos recursos do PAC com objetivos políticos, tendo em vista o ano eleitoral de 2008.

PARLAMENTAR

MPV 387

00016

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDA PROVISÓRIA MP 387/2007	PÁGINA 01 DE 01

TEXTO

EMENDA ADITIVA:

Inclua-se onde couber o seguinte texto à MP 387/2007:

"Não se consideram como transferências voluntárias as descentralizações de recursos a Estado, Distrito Federal e Municípios que se destinam a realização de ações cuja competência seja exclusiva da União, ou de tenham sido delegadas com ônus aos referidos entes da Federação".

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem o escopo de resgatar o texto previsto na LDO de 2003 e que também não está inserido nas transferências obrigatórias de recursos financeiros do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, de forma a excluir a contrapartida da execução pelos Estados, Distrito Federal e municípios das ações cuja competência seja exclusiva da União.

Assim sendo esperamos poder contar com apoio dos ilustres Pares.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	DEP. MILTON MONTI	SP	PR

DATA	ASSINATURA

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Emendas

AO

PROJETO DE LEI N.º 28/2007-CN

MENSAGEM

N.º 00112, de 2007 – CN
(Nº 00622/2007, na origem)

Ementa: "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação e da Cultura, crédito suplementar no valor global de R$ 233.907.232,00 (duzentos e trinta e três milhões, novecentos e sete mil, duzentos e trinta e dois reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências".

Índice de Emendas
PL 020/2007 - EMENDA

Total por Parlamentar

FÁBIO FARIA		
	00001 a 00003	3
FELIPE MAIA		
	00016	1
HENRIQUE EDUARDO ALVES		
	00008 e 00010	2
LÚCIO VALE		
	00004 a 00006	3
SANDRO MABEL		
	00017	1
SILVIO LOPES		
	00011 a 00014	4
TONHA MAGALHÃES		
	00007 e 00009	2
VELOSO		
	00015	1
ZÉ GERARDO		
	00018 e 00019	2

Total de Emendas: 19

EMENDA - 00001
PL 028/2007-CN
Mensagem 0112/2007-CN

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI 028/2007	PÁGINA 01 DE 01

TEXTO

SUPLEMENTAR
Órgão: 42000 – MINISTÉRIO DA CULTURA
Unidade: 42101 – MINISTÉRIO DA CULTURA
Funcional Programática: 13.392.1142.4796.0680
Ação: FOMENTO A PROJETOS EM ARTE E CULTURA, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GND 4; MOD 40; Fonte 100; RP 2;
Valor: R$ 300.000,00

CANCELAR
Órgão: 42000 – MINISTÉRIO DA CULTURA
Unidade: 42101 – MINISTÉRIO DA CULTURA
Funcional Programática: 13.122.0750.2000.0001
Ação: ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE/NACIONAL.
GND 03; MOD 90; Fonte 100; RP 2;
Valor: R$ 300.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda objetiva acrescentar recursos na Lei Orçamentária destinados à FOMENTO A PROJETOS EM ARTE E CULTURA, no Estado do Rio Grande do Norte.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	FÁBIO FARIA	RN	PMN

DATA	ASSINATURA

T

EMENDA - 00002
PL 026/2007-CN
Mensagem 0112/2007-CN

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI 26/2007	PÁGINA 01 DE 01

TEXTO

SUPLEMENTAR
Órgão: 26.000 – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Unidade: 26.298 – FNDE
Funcional Programática: 12.365.1065.04HJ.0098
Ação: APOIO A REESTRUTURAÇÃO DA REDE FÍSICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GND 4; MOD 40; Fonte 100; RP 2;
Valor: R$ 5.000.000,00

CANCELAR
Órgão: 26.000 – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Unidade: 26.298 – FNDE
Funcional Programática: 12.362.1378.6322.0001
Ação: DISTRIBUIÇÃODE LIVROS DIDÁTICOS PARA O ENSINO MÉDIO NACIONAL
GND 3; MOD 90; Fonte 113; RP 2;
Valor: R$ 5.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda objetiva acrescentar recursos na Lei Orçamentária destinados à APOIO A REESTRUTURAÇÃO DA REDE FÍSICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, no Estado do Rio Grande do Norte.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	FÁBIO FARIA	RN	PMN

DATA	ASSINATURA

EMENDA - 00003
PL 028/2007-CN
Mensagem 0112/2007-CN

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI	PÁGINA
	028/2007	01 DE 01

TEXTO

SUPLEMENTAR
Órgão: 42000 – MINISTÉRIO DA CULTURA
Unidade: 42902 – FUNDO NACIONAL DA CULTURA
Funcional Programática: 13.392.1141.6104.0068
Ação: INSTALAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE ESPAÇOS CULTURAIS – PONTOS DE CULTURA, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GND 4; MOD 40; Fonte 100; RP 2;
Valor: R$ 1.000.000,00

CANCELAR
Órgão: 42000 – MINISTÉRIO DA CULTURA
Unidade: 42902 – FUNDO NACIONAL DA CULTURA
Funcional Programática: 13.122.0169.2272.0001
Ação: GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DE PROGRAMA/NACIONAL.
GND 03; MOD 90; Fonte 150; RP 2;
Valor: R$ 1.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda objetiva acrescentar recursos na Lei Orçamentária destinados à INSTALAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE ESPAÇOS CULTURAIS – PONTOS DE CULTURA, no Estado do Rio Grande do Norte.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	FÁBIO FARIA	RN	PMN

DATA	ASSINATURA

EMENDA - 00004
PL 028/2007-CN
Mensagem 0112/2007-CN

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI PLN Nº 28/2007-CN	PÁGINA 1 DE 1

TEXTO

Acrescentar ao Projeto de Lei nº 28/2007-CN Crédito Suplementar - Programa de Trabalho do Ministério da Educação, Programa: 1073 Universidade do Século XXI, o seguinte subtítulo:

Suplementar:
UO: 26253 – UF Rural da Amazônia - UFRA
Programa: 1073 – Universidade do Século XXI
Funcional Programática: 12.364 1073 4004.0015
Subtítulo: Serviços à comunidade por meio da extensão universitária no Estado do Pará
GND: 3 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 112 / Valor: R$ 1.000.000,00
Cancelar:
UO: 26290 – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Programa: 1073 – Universidade do Século XXI
Funcional Programática: 12.364.1073.8257.0001
Subtítulo: Avaliação de instituições e cursos de educação superior - Nacional
GND: 3 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 100 / Valor: R$ 1.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda, tem por objetivo, destinar recursos para educação superior e estruturar as instituições federais de ensino, ampliando com qualidade o acesso ao ensino de graduação e pós-graduação, à pesquisa e à extensão, disseminando o conhecimento e promovendo condições para o desenvolvimento sustentável do País, com vistas às transformações sociais pelas quais deve passar a comunidade acadêmica e a sociedade em geral.

Como exemplo, saliento que, em vistoria realizado pelo Ministério da Educação ao Campus da Universidade Federal Rural da Amazônia-UFRA, no município de Capitão Poço-PA, constatou-se pelos técnicos daquele órgão a falta de condições necessárias para a continuidade dos trabalhos realizados pela Universidade para o atendimento a comunidade do município e da região.

A vistoria do Ministério da Educação concluiu pela não aprovação do funcionamento de cursos de graduação, devido a falta de equipamentos e infra-estrutura, necessários ao cumprimento de exigência do Ministério da Educação.

Cabe ressaltar, que a falta de recursos para referida demanda provocou sérios prejuízos à juventude daquela região, porquanto da decisão de suspender o vestibular, fato para o qual faz-se necessário a alocação de recursos para que as atividades da UFRA no Campus do Municípios de Capitão Poço-PA, possa ser cumprido conforme a exigência do Ministério e concomitantemente revendo a decisão de autorizar a alocação de recursos para a realização do vestibular.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
2385	LÚCIO VALE	PA	PR

DATA	ASSINATURA
04-09-07	

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00005
PL 028/2007-CN
Mensagem 0112/2007-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI PLNº 28/2007-CN	PÁGINA 1 DE 1

TEXTO

Acrescentar ao Projeto de Lei nº 28/2007-CN Crédito Suplementar - Programa de Trabalho do Ministério da Educação, Programa: 1073 Universidade do Século XXI, o seguinte subtítulo:

Suplementar:
UO: 26253 – UF Rural da Amazônia - UFRA
Programa: 1073 – Universidade do Século XXI
Funcional Programática: 12.364.1073.4009.0015
Subtítulo: Funcionamento de cursos de graduação no Estado do Pará
GND: 3 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 112 / Valor: R$ 1.000.000,00
Cancelar :
UO: 26290 – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Programa: 1073 – Universidade do Século XXI
Funcional Programática: 12.364.1073.8257.0001
Subtítulo: Avaliação de instituições e cursos de educação superior - Nacional
GND: 3 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 100 / Valor: R$ 1.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda, tem por objetivo, destinar recursos para educação superior e estruturar as instituições federais de ensino, ampliando com qualidade o acesso ao ensino de graduação e pós-graduação, à pesquisa e à extensão, disseminando o conhecimento e promovendo condições para o desenvolvimento sustentável do País, com vistas às transformações sociais pelas quais deve passar a comunidade acadêmica e a sociedade em geral.

Como exemplo, saliento que, em vistoria realizado pelo Ministério da Educação ao Campus da Universidade Federal Rural da Amazônia-UFRA, no município de Capitão Poço-PA, constatou-se pelos técnicos daquele órgão a falta de condições necessárias para a continuidade dos trabalhos realizados pela Universidade para o atendimento a comunidade do município e da região.

A vistoria do Ministério da Educação concluiu pela não aprovação do funcionamento de cursos de graduação, devido a falta de equipamentos e infra-estrutura, necessários ao cumprimento de exigência do Ministério da Educação

Cabe ressaltar, que a falta de recursos para referida demanda provocou sérios prejuízos à juventude daquela região, porquanto da decisão de suspender o vestibular, fato para o qual faz-se necessário a alocação de recursos para que as atividades da UFRA no Campus do Municípios de Capitão Poço-PA, possa ser cumprido conforme a exigência do Ministério e concomitantemente revendo a decisão de autorizar a alocação de recursos para a realização do vestibular.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
2365	LÚCIO VALE	PA	PR

DATA	ASSINATURA
04/09/07	

EMENDA - 00006
PL 028/2007-CN
Mensagem 0112/2007-CN

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI PLNº 28/2007-CN	PÁGINA 1 DE 1

TEXTO

Acrescentar ao Projeto de Lei nº 28/2007-CN, Crédito Suplementar - Programa de Trabalho do Ministério da Educação, Programa: 1073 Universidade do Século XXI, o seguinte subtítulo:

Suplementar:
UO: 25253 – UF Rural da Amazônia - UFRA
Programa: 1073 – Universidade do Século XXI
Funcional Programática: 12.364.1073.6373.0015
Subtítulo: Modernização e Recuperação de Infra-Estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino no Estado do Pará
GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 100 / Valor: R$ 1.000.000,00
Cancelar :
UO: 26290 – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Programa: 1073 – Universidade do Século XXI
Funcional Programática: 12.364.1073.8257.0001
Subtítulo: Avaliação de instituições e cursos de educação superior - Nacional
GND: 3 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 100 / Valor: R$ 1.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda, tem por objetivo, destinar recursos para educação superior e estruturar as instituições federais de ensino, ampliando com qualidade o acesso ao ensino de graduação e pós-graduação, à pesquisa e à extensão, disseminando o conhecimento e promovendo condições para o desenvolvimento sustentável do País, com vistas às transformações sociais pelas quais deve passar a comunidade acadêmica e a sociedade em geral.

Como exemplo, saliento que, em vistoria realizado pelo Ministério da Educação ao Campus da Universidade Federal Rural da Amazônia-UFRA, no município de Capitão Poço-PA, constatou-se pelos técnicos daquele órgão a falta de condições necessárias para a continuidade dos trabalhos realizados pela Universidade para o atendimento a comunidade do município e da região.

A vistoria do Ministério da Educação concluiu pela não aprovação do funcionamento de cursos de graduação, devido a falta de equipamentos e infra-estrutura, necessários ao cumprimento de exigência do Ministério da Educação.

Cabe ressaltar, que a falta de recursos para referida demanda provocou sérios prejuízos à juventude daquela região, porquanto da decisão de suspender o vestibular, fato para o qual faz-se necessário a alocação de recursos para que as atividades da UFRA no Campus do Municípios de Capitão Poço-PA, possa ser cumprido conforme a exigência do Ministério e concomitantemente revendo a decisão de autorizar a alocação de recursos para a realização do vestibular.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
2385	LÚCIO VALE	PA	PR

DATA	ASSINATURA
04/09/07	

EMENDA - 00007
PL 028/2007-CN
Mensagem 0112/2007-CN

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI 028/2007	01 DE 01

TEXTO

Acrescente-se ao programa de trabalho do Ministério da Cultura – 42000 o seguinte subtítulo.

Ação

13.391.0167.2636.0001 – Preservação de Bens Culturais de Natureza Material – Nacional, reforma da Igreja de Nossa Senhora da Encarnação de Passé no Distrito de Passé, localizado no Município de Candeias – BA
GND – 3
Modalidade de Aplicação – 90
R$ 400.000,00

Cancelar
42000 – Ministério da Cultura
42204 – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN
13.391.0167.2636.0001 – Preservação de Bens Culturais de Natureza Material – Nacional
GND – 3
Modalidade de Aplicação – 90
R$ 400.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Construída no século XVII, seu estado atual é de ruína e recuperar esse Patrimônio Histórico de cerca de 400 anos é fundamental para preservação da história e da cultura do povo e brasileiro

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
2472	Tonha Magalhães	BA	PR

DATA	ASSINATURA
03/09/07	

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00008
PL 028/2007-CN
Mensagem 0112/2007-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO I 028/2007	01 DE 01

TEXTO

Acrescente-se ao programa de trabalho do Ministério da Cultura – 42000 o seguinte subtítulo:

Ação

13.391.0167.2636.0001 – Preservação de Bens Culturais de Natureza Material – Nacional, reforma da Igreja Matriz de São Bartolomeu no Município de Maragogipe - BA .

GND – 3

Modalidade de Aplicação – 90

R$ 250.000,00

Cancelar:

42000 – Ministério da Cultura

42202 – Fundação Biblioteca Nacional – BN

13.392.0168.2650.0001 – Funcionamento de Bibliotecas da União – Nacional

GND – 3

Modalidade de Aplicação – 90

R$ 250.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Importante construção da segunda metade do século XVII, em torno de 400 anos, trata-se de um dos primeiros templos batanos, verdadeiro patrimônio histórico e cultural que se encontra-se em ruínas, necessitando de reforma urgente para sua preservação.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
2472	Tonha Magalhães	BA	PR

DATA	ASSINATURA
03/09/2007	

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00009
PL 028/2007-CN
Mensagem 0112/2007-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI 028/2007	DE

TEXTO

Suplementar
Órgão: 26000 – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Unidade: 26298 – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
Funcional Programática: 12.365.1065.09HJ.0172
Ação – Apoio à Reestruturação da Rede Física Pública de Educação Infantil – em Municípios do Estado do Rio Grande do Norte
GND 4; MOD 40; Fonte 100; RP 2
Valor R$ 2.000.000,00

Cancelar
Órgão: 26000 – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Unidade: 26298 – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
Funcional Programática: 12.362.1378.6322.0001
Ação – Distribuição de Livros Didáticos para o Ensino Médio - Nacional
GND 3; MOD 90; Fonte 113; RP 2
Valor R$ 2.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda objetiva suplementar recursos para o apoio à reestruturação da rede física pública de educação infantil em Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, visando dotar a rede de escolas de educação infantil de condições adequadas de funcionamento no que tange à quantidade e à qualidade da infra-estrutura física dos estabelecimentos.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	HENRIQUE EDUARDO ALVES	RN	PMDB

DATA	ASSINATURA
6/9/7	

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00010
PL 028/2007-CN
Mensagem 0112/2007-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI 028/2007	DE

TEXTO

Suplementar
Órgão: 26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Unidade: 26101 – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Funcional Programática: 12.363.1062.6380.0120
Ação – Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional – no Estado do Rio Grande do Norte
GND 4; MOD 90; Fonte 100; RP 2
Valor R$ 2.000.000,00

Cancelar
Órgão: 26000 – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Unidade: 26101 – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Funcional Programática: 12.364.1073.8551.0001
Ação – Complemento para o Funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior – Nacional
GND 3; MOD 90; Fonte 100; RP 2
Valor R$ 2.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda objetiva suplementar recursos para o fomento ao desenvolvimento da educação profissional no Estado do Rio Grande do Norte, de modo a possibilitar a elevação da escolaridade de jovens e adultos, garantindo o ingresso dos que se encontram fora da escola formal e assegurando condições físicas, técnicas e administrativas para o desenvolvimento da nova política da Educação Profissional.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	HENRIQUE EDUARDO ALVES	RN	PMDB

DATA	ASSINATURA
6/9/07	

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00010
PL 028/2007-CN
Mensagem 0112/2007-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI 028/2007	DE

TEXTO

Suplementar
Órgão: 26000 – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Unidade: 26101 – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Funcional Programática: 12.363.1062.6380.0120
Ação – Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional – no Estado do Rio Grande do Norte
GND 4; MOD 90; Fonte 100; RP 2
Valor R$ 2.000.000,00

Cancelar
Órgão: 26000 – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Unidade: 26101 – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Funcional Programática: 12.364.1073.8551.0001
Ação – Complemento para o Funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior – Nacional
GND 3; MOD 90; Fonte 100; RP 2
Valor R$ 2.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda objetiva suplementar recursos para o fomento ao desenvolvimento da educação profissional no Estado do Rio Grande do Norte, de modo a possibilitar a elevação da escolaridade de jovens e adultos, garantindo o ingresso dos que se encontram fora da escola formal e assegurando condições físicas, técnicas e administrativas para o desenvolvimento da nova política da Educação Profissional.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	HENRIQUE EDUARDO ALVES	RN	PMDB

DATA	ASSINATURA
6/9/7	

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00011
PL 028/2007-CN
Mensagem 0112/2007-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI	PÁGINA
	PLN – 28/2007 - CN	01 DE 01

TEXTO

INCLUA-SE ONDE COUBER NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I – APOIO A FORMAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE PROFESSORES EM EXERCICIO NAS SERIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – NACIONAL, NO VALOR DE R$ 500.000,00 (QUINHENTOS MIL REAIS)

SUPLEMENTAÇÃO:
UO: 26298
GND: 3
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 12.361.1072.6332.0001
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR R$ 500.000,00

CANCELAMENTO:
UO: 26298
GND:
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 12.367.1336.0974.0001.
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR R$ 500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, VISA DOTAR O MUNICIPIO DE MACAE, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, DE RECURSOS FINANCEIROS PARA O APOIO A FORMAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE PROFESSORES EM EXERCICIO NAS SERIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – NACIONAL, NO VALOR DE R$ 500.000,00 (QUINHENTOS MIL REAIS)

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	DEPUTADO SILVIO LOPES	RJ	PSDB

DATA	ASSINATURA
4/9/2007	Silvio Lopes Teixeira

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00012
PL 028/2007-CN
Mensagem 0112/2007-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI	PÁGINA
	PLN – 28/2007 - CN	01 DE 01

TEXTO

INCLUA-SE ONDE COUBER NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I – APOIO A AMPLIAÇLÃO E MELHORIA DA REDE FISICA ESCOLAR NAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS – NACIONAL, NO VALOR DE R$ 500.000,00 QUINHENTOS MIL REAIS)

SUPLEMENTAÇÃO:
UO: 26298
GND: 4
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 12.361.1336.09CJ.0001
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR R$ 500.000,00

CANCELAMENTO:
UO: 26298
GND: 4
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 12.361.1336.0974.0001
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR R$ 500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, VISA DOTAR O MUNICIPIO DE MACAE, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, DE RECURSOS FINANCEIROS PARA O APOIO A AMPLIAÇLÃO E MELHORIA DA REDE FISICA ESCOLAR NAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS – NACIONAL, NO VALOR DE R$ 500.000,00 (QUINHENTOS MIL REAIS)

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	DEPUTADO SILVIO LOPES	RJ	PSDB

DATA	ASSINATURA
4/9/2007	Sylvio Lopes Teixeira

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00013
PL 028/2007-CN
Mensagem 0112/2007-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI	PÁGINA
	PLN – 28/2007 - CN	01 DE 01

TEXTO

INCLUA-SE ONDE COUBER NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I – MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA FISICA DE INSTITUÍÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRTO - CEFET – CAMPOS - RJ, NO VALOR DE R$ 2.000.000,00 (DOIS MILHÕES DE REAIS)

SUPLEMENTAÇÃO:
UO: 26205
GND: 4
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 12.363.1062.6374.0033
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90
VALOR R$ 2.000.000,00

CANCELAMENTO:
UO: 26101
GND: 4
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 12.364.1073.8551.0001
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90
VALOR R$ 2.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, VISA DOTAR A CEFET DE CAMPOS – RJ, PARA - MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA FISICA DE INSTITUÍÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CEFET – CAMPOS - RJ, NO VALOR DE R$ 2.000.000,00 (DOIS MILHÕES DE REAIS), PARA SEREM DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PERMANENTES DA UNIDADE DE ENSINO DESCENTRALIZADA DE MACAE – UNED – MACAE. COM ISSO COM ESTA EMENDA, PROCURO MELHORAR EM PARTE A QUALIDADE DO APRENDIZADO DAQUELA UNIDADE DE ENSINO TÉCNICO.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	DEPUTADO SILVIO LOPES	RJ	PSDB

DATA	ASSINATURA
4/9/2007	

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00014
PL 028/2007-CN
Mensagem 0112/2007-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI	PÁGINA
	PLN – 28/2007 - CN	01 DE 01

TEXTO

INCLUA-SE ONDE COUBER NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I – MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA FISICA DE INSTITUÍÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRTO - CEFEC – CAMPOS - RJ, NO VALOR DE R$ 2.000.000,00 (DOIS MILHÕES DE REAIS)

SUPLEMENTAÇÃO:
UO: 26205
GND: 4
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 12.363.1062.6374.0033
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90
VALOR R$ 2.000.000,00

CANCELAMENTO:
UO: 26101
GND: 4
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 12.364.1073.8551.0001
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90
VALOR R$ 2.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, VISA DOTAR A CEFET DE CAMPOS – RJ, PARA - MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA FISICA DE INSTITUÍÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CEFET – CAMPOS - RJ, NO VALOR DE R$ 2.000.000,00 (DOIS MILHÕES DE REAIS), PARA SEREM DESTINADOS AS OBRAS FISICAS DA UNIDADE DE ENSINO DESCENTRALIZADA DE MACAE – UNED – MACAE. COM ISSO COM ESTA EMENDA, PROCURO MELHORAR EM PARTE OS ESPAÇOS FISICOS DAQUELA UNIDADE DE ENSINO TÉCNICO.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	DEPUTADO SILVIO LOPES	RJ	PSDB

DATA	ASSINATURA
4/9/2007	

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00015
PL 028/2007-CN
Mensagem 0112/2007-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI	PÁGINA
	028/07	01 DE 01

TEXTO

Acrescente-se ao programa de trabalho do Ministério da Educação – 26000 o seguinte subtítulo:
Ação:
26101 – Ministério da Educação
12.363.1062.6380.0060 – Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional – Estado da Bahia.
GND – 4
Modalidade de Aplicação – 90
R$ 4.000.000,00

Cancelar:
26000 – Ministério da Educação
26101 – Ministério da Educação
12.364.1073.8551.0001 – Complementarão para o funcionamento da instituições federais de ensino superior – nacional
GND – 3
Modalidade de Aplicação – 90
Fonte – 112
R$ 4.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A responsabilidade social nos impõe certas diretrizes, das quais a educação séria e de alta qualificação é a grande prioridade. A Educação profissional do Estado da Bahia está totalmente precária, incerta, duvidosa e minguada. Dessa forma podemos concluir a necessidade de extrema urgência nos repasses dos recursos previstos e suplementação dos mesmos.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Veloso	BA	PMDB

DATA	ASSINATURA
6/9/2007	

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00016
PL 028/2007-CN
Mensagem 0112/2007-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO 028/2007	PÁGINA 1 DE 1

TEXTO

SUPLEMENTAR:

Unidade: 42902-FUNDO NACIONAL DE CULTURA
Funcional Programática: 13.392.1141.5104.0068
Ação: INSTALAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE ESPAÇOS CULTURAIS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GND: 4
MOD: 99
VALOR: 1.000.000,00

CANCELAR:

Unidade: 42902- FUNDO NACIONAL DE CULTURA
Funcional Programática: 13.122.0173.4481.0001
Ação: COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS MECANISMOS DE INCENTIVO A CULTURA PREVISTOS NA LEI Nº 8.313-PRONAC-NACIONAL
GND: 3
MOD: 90
VALOR: 1.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O OBJETIVO PRECÍPUO DESSA EMENDA É FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES CULTURAIS NO ESTADO DO RN.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
120	FELIPE MAIA	RN	DEM

DATA	ASSINATURA
03/09/2007	

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00017
PL 028/2007-CN
Mensagem 0112/2007-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI	PAGINA
	028/2007	01 DE 01

TEXTO

Inclua-se onde couber no Programa de Trabalho - ANEXO I - (Suplementação) - do Projeto de Lei nº 028/2007-CN o seguinte subprojeto-subatividade: Inclua-se onde couber no Programa de Trabalho - ANEXO I - (Suplementação) - do Projeto de Lei nº 028/2007-CN o seguinte subprojeto-subatividade: Implantação e Recuperação de Centros Escolares de Educação Profissional -PROEP no Município de Aparecida de Goiânia no Estado de Goiás.
GND: 04
MOD 40
FTE 112
Valor: 3.000.000,00 (Três Milhões de Reais)

CANCELAMENTO
12.3631.0627.109.0001 -Implantação e Recuperação de Centros Escolares de Educação Profissional -PROEP - Nacional
GND 04
FTE 112
Valor R$ 3.000.000,00 (Três Milhões de Reais)

JUSTIFICAÇÃO

A Presenta Proposta De Emenda apresentada ao projeto de lei de crédito adicional 28/2007, visa garatir recursos financeiros para o inicio das obras de instalação de unidade de ensino profissionalizante no município de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás, localizado na região metropolitana de Goiânia, com aproximadamente 500 mil habitantes.
Faz importante ressaltar, Senhor Relator, que o município em questão, apesar de possuir um parque industrial considerável carece deste tipo de serviço educacional, o que tem trazido sérios transtornos aos jovens municípes que necessitam de especialização para que tenham oportuhnidade no mercado de trasbalho, dando-lhes maiores condições de competitividade além de dignidade e favorecendo sua inclusão ao convívio social pleno.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	SANDRO MABEL	GO	PR

DATA	ASSINATURA
10/9/2007	

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00018
PL 028/2007-CN
Mensagem 0112/2007-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI	PÁGINA
	028/2007	DE

TEXTO

Suplementar
Órgão: 26000 – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Unidade: 26101 – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Funcional Programática: 12.364.1073.0048.0500
Ação – Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais – no Estado do Ceará
GND 3; MOD 40; Fonte 100; RP 2
Valor R$ 2.000.000,00

Cancelar
Órgão: 26000 – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Unidade: 26101 – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Funcional Programática: 12.364.1073.8551.0001
Ação – Complementação para o Funcionamento das Intituições Federais de Ensino Superior-Nacional
GND 3; MOD 90; Fonte 100; RP 2
Valor R$ 2.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda objetiva suplementar recursos na Lei Orçamentária destinados a ação Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais, nos municípios de Crato, Tejussuoca, Potengi, Pacajus, Pacoti, Morrinhos, Pindoretama, Maranguape Caucaia no Estado do Ceará.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	ZÉ GERARDO	CE	PMDB

DATA	ASSINATURA

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00019
PL 028/2007-CN
Mensagem 0112/2007-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI	PÁGINA
	028/2007	DE

TEXTO

Suplementar
Órgão: 26000 – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Unidade: 26101 – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Funcional Programática: 12.364.1073.0048.0500
Ação – Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais – no Estado do Ceará
GND 3; MOD 40; Fonte 100; RP 2
Valor R$ 2.000.000,00

Cancelar
Órgão: 26000 – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Unidade: 26101 – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Funcional Programática: 12.364.1073.8551.0001
Ação – Complementação para o Funcionamento das Intituições Federais de Ensino Superior-Nacional
GND 3; MOD 90; Fonte 100; RP 2
Valor R$ 2.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda objetiva suplementar recursos na Lei Orçamentária destinados a ação Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais, no município de Caucaia no Estado do Ceará.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	ZÉ GERARDO	CE	PMDB

DATA	ASSINATURA

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Emendas

AO

PROJETO DE LEI N.º 29/2007-CN

MENSAGEM

N.º 00113, de 2007 – CN
(Nº 00623/2007, na origem)

Ementa: "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R$ 306.714.388,00 (trezentos e seis milhões, setecentos e quatorze mil, trezentos e oitenta e oito reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências".

Índice de Emendas
PL 029/2007 - EMENDA

Total por Parlamentar

FELIPE MAIA		
	00003	1
HENRIQUE EDUARDO ALVES		
	00001	1
SILVIO LOPES		
	00002	1
ZÉ GERARDO		
	00004 e 00005	2
	Total de Emendas:	5

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00001
PL 029/2007-CN
Mensagem 0113/2007-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI 029/2007	DE

TEXTO

Suplementar
Órgão: 55000 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
Unidade: 55101 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
Funcional Programática: 08.244.1133.4963.0118
Ação – Promoção da Inclusão Produtiva - no Estado do Rio Grande do Norte
GND 3; MOD 30; Fonte 100; RP 2
Valor R$ 2.000.000,00

Cancelar
Órgão: 55000 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
Unidade: 55101 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
Funcional Programática: 08.605.1049.2798.0001
Ação Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar - Nacional
GND 3; MOD 30; Fonte 100; RP 2
Valor R$ 2.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda objetiva suplementar recursos destinados à promoção da inclusão produtiva no Estado do Rio Grande do Norte, visando criar alternativas para geração de trabalho e renda em comunidades populares.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	HENRIQUE EDUARDO ALVES	RN	PMDB

DATA	ASSINATURA
6/9/7	

EMENDA - 00002
PL 029/2007-CN
Mensagem 0113/2007-CN

E

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI: PLN – 29/2007 - CN	PÁGINA: 01 DE 01

TEXTO

INCLUA-SE ONDE COUBER NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO 1 – AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR – NACIONAL, NO VALOR DE R$ 10.000.000,00 (DEZ MILHÕES DE REAIS)

SUPLEMENTAÇÃO:
UO: 55000
GND: 3
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 08.605.1049.2798.0001
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR R$ 10.000.000 00

CANCELAMENTO:
UO: 55000
GND: 3
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 08.605.1049.2798.0001
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90
VALOR R$ 10.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, VISA DOTAR O MUNICIPIO DE MACAÉ, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR, JUNTO AOS PRODUTOS COMERCIALIZADOS NO MUNICIPIO DE MACAE, COM O OBJETIVO DE MELHORAR E AUXILIAR A QUALIDADE DA POPULAÇÃO QUE TRABALHA NOS ASSENTAMENTOS.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	DEPUTADO SILVIO LOPES	RJ	PSDB

DATA	ASSINATURA
4/9/2007	

EMENDA - 00003
PL 029/2007-CN
Mensagem 0113/2007-CN

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO 029/2007	PÁGINA 1 DE 1

TEXTO

SUPLEMENTAR:

Unidade: 55101- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
Funcional Programática: 08.244.1133.4963.0118
Ação: PROMOÇÃO DA INCLUSÃO PRODUTIVA - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GND: 3
MOD: 40
VALOR: 3.000.000,00

CANCELAR:

Unidade: 55101- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
Funcional Programática: 08.605.1049.2798.0001
Ação: AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR - NACIONAL
GND: 3
MOD: 90
VALOR: 3.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

ESTA EMENDA JUSTIFICA-SE, PELA NECESSIDADE DE RECURSOS PARA A PROMOÇÃO DA INCLUSÃO PRODUTIVA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, E É DE GRANDE IMPORTÂNCIA PARA NOSSO ESTADO.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
120	FELIPE MAIA	RN	DEM

DATA	ASSINATURA
05/09/2007	

EMENDA - 00004
PL 029/2007-CN
Mensagem 0113/2007-CN

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI 029/2007	PÁGINA DE

TEXTO

Suplementar
Órgão: 55000 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
Unidade: 55901 FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Funcional Programática: 08.244.1184.2060.0023
Ação – Serviços de Proteção Social Básica as Famílias no Estado do Ceará
GND 3; MOD 40; Fonte 100; RP 2
Valor R$ 2.000.000,00

Cancelar
Órgão: 55000 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
Unidade: 55101 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
Funcional Programática: 08.605.1049.2798.0001
Ação – Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar - Nacional
GND 3; MOD 30; Fonte 100; RP 2
Valor R$ 2.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda objetiva suplementar recursos na Lei Orçamentária destinados a ação de Serviços de Proteção Social Básica as Famílias, nos municípios de Crato, Tejussuoca, Potengi, Pacajus, Pacoti, Morrinhos, Pindoretama, Maranguape no Estado do Ceará.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Zé Gerardo		PMDB

DATA	ASSINATURA

EMENDA - 00005
PL 029/2007-CN
Mensagem 0113/2007-CN

ES

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI 029/2007	PÁGINA DE

TEXTO

Suplementar
Órgão: 55000 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
Unidade: 55901 – FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Funcional Programática: 08.244.1184.2*60.0023
Ação – Serviços de Proteção Social Básica as Famílias – no Estado do Ceará
GND 3; MOD 40; Fonte 100; RP 2
Valor R$ 2.000.000,00

Cancelar
Órgão: 55000 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
Unidade: 55101 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
Funcional Programática: 08.605.1049.2798.0001
Ação – Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar - Nacional
GND 3; MOD 30; Fonte 100; RP 2
Valor R$ 2.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda objetiva suplementar recursos na Lei Orçamentária destinados a ação de Serviços de Proteção Social Básica as Famílias, no município de Caucaia no Estado do Ceará.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Ze Gerardo		PMDB

DATA	ASSINATURA

CONGRESSO NACIONAL

ATAS E NOTAS

DA CMEsp.
"MUDANÇAS CLIMÁTICAS"

COMISSÃO MISTA ESPECIAL, CRIADA ATRAVÉS ATO CONJUNTO Nº 01, DE 2007, "DESTINADA A ACOMPANHAR, MONITORAR E FISCALIZAR AS AÇÕES REFERENTES ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO BRASIL".

SUMÁRIO

ATA DA 13ª REUNIÃO, Realizada em 12/06/2007

ATA DA 14ª REUNIÃO, Realizada em 18/06/2007

ATA DA 15ª REUNIÃO, Realizada em 20/06/2007

ATA DA 16ª REUNIÃO, Realizada em 25/06/2007

ATA DA 17ª REUNIÃO, Realizada em 03/07/2007

ATA DA 18ª REUNIÃO, Realizada em 06/07/2007

ATA DA 19ª REUNIÃO, Realizada em 10/07/2007

ATA DA 20ª REUNIÃO, Realizada em 16/08/2007

COMISSÃO MISTA ESPECIAL
"MUDANÇAS CLIMÁTICAS"

ATA DA 13ª REUNIÃO – Realizada em 12/06/2007

Ata Circunstanciada da 13ª Reunião de 2007, da Comissão Mista Especial "MUDANÇAS CLIMÁTICAS", criada pelo Ato nº. 01, de 2007, "destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil", realizada em 12 de junho de 2007, terça-feira, às 15h17, na Sala nº 15 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada à audiência pública para debater o Código Florestal, tendo como convidados, a Dra. ARIANE GUEBEL DE ALENCAR,Procuradora da República – Município Angra dos Reis/RJ e Representante da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão – Meio Ambiente e Patrimônio Cultural do Ministério Público Federal; Dr. ANDRÉ LIMA, Advogado do Instituto Socioambiental – ISA; e o Dr. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ, Diretor do CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Deputado ***Eduardo Gomes*** (PSDB-TO) **–** Presidente
Senador **Valter Pereira** (PMDB-MS)
Senador **Arthur Virgílio** (PSDB-AM)
Deputado **Dr. Adilson Soares** (PR-RJ)
Deputada **Rebecca Garcia** (PP-AM)
Deputado **Luiz Carreira** (PFL-BA)
Deputado **Rodrigo Rollemberg** (Bloco PSB-DF)
Deputado **Sebastião Bala Rocha** (PDT-AP)
Deputado **Fernando Gabeira** (PV-RJ) – Suplente
Deputado **Eduardo Gomes,** *Presidente*

COMISSÃO MISTA ESPECIAL
"MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO BRASIL"

13ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA ESPECIAL, criada pelo Ato nº 01 de 2007, "DESTINADA A ACOMPANHAR, MONITORAR E FISCALIZAR AS AÇÕES REFERENTES ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO BRASIL",

REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 2007, ÀS 15 HORAS E 17 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF): Havendo número regimental declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão Mista Especial, criada através do ato conjunto nº. 01/2007 do Congresso Nacional, destinado a acompanhar e monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil. Esclareço que a pauta desta Reunião destina-se a discutir a reforma do Código Florestal. A Ata da Reunião passada encontra-se sobre a Mesa. A coloco em votação propondo a dispensa de sua leitura. Os que aprovam permaneçam como estão. Aprovada. Antes de convidar o nosso primeiro palestrante, eu passo a palavra à Secretária *ad hoc*, Relatora **ad hoc,** Deputada Rebecca.

DEPUTADA REBECCA GARCIA (PP-AM): Senhoras e senhores, gostaria de levantar aqui a questão, na última semana, dia 05 de junho, o Dia Internacional do Meio Ambiente, e eu como representante do Estado do Amazonas tenho o prazer e o orgulho de dizer que o Estado onde estamos localizados na Amazônia, o único Estado com 98% das terras preservadas, das florestas preservadas. Temos o orgulho também de ter lançado o primeiro Estado com as leis de mudanças climáticas. Então o Estado está voltado para essa política, uma política que é uma preocupação hoje não só de quem vive nessa região, mas uma preocupação de todo o Brasil, porque não dizer de todo o mundo. Já que as mudanças climáticas hoje são inevitáveis, estamos trabalhando apenas para que esses efeitos sejam diminuídos. Então, daí, levanto a questão dessa importância, da importância de se debater esse tema, de se debater a questão florestal e de ter na próxima segunda-feira, dia 18, uma Audiência Pública no nosso Estado, onde os integrantes dessa Comissão terão a oportunidade de conhecer como está avançando o Estado em relação a esse tema, esse Projeto; de conhecer os institutos de pesquisas que lá se encontram, como o IMPA, que estão também trabalhando de maneira avançada para que a preservação da Amazônia seja não só um problema, mas sim um motivo de desenvol-

vimento para a região, um motivo de desenvolvimento para o País. Então era isso que eu gostaria de falar e agora volto a palavra ao Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF): Agradeço, Deputada Rebecca. Quero justificar como Autor deste Requerimento, desde o início dos trabalhos desta Comissão a gente sempre lembra que grande parte das emissões de gases de efeito estufa, produzidos pelo Brasil, advém da alteração de uso do solo, especialmente desmatamento e queimadas. Claro que torna necessário uma profunda reflexão sobre a legislação brasileira, especificamente sobre o Código Florestal. É claro que essa Audiência Pública não pretende encerrar esse debate, mas sem dúvida nenhuma não poderemos nos furtar de nos aprofundarmos sobre o tema de preservação das florestas, sobretudo sobre o Código Florestal. Para essa Audiência Pública foram convidados a Drª. Ariane Guebel de Alencar, Procuradora da República no Município de Angra dos Reis, Rio de Janeiro, e representante da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão da área de meio ambiente e patrimônio cultural do Ministério Público Federal. Foi também convidado o Dr. André Lima, que é Advogado do Instituto Sócio-Ambiental e o Sr. Nilo Sérgio de Melo Diniz, Diretor do Conselho Nacional de Meio Ambiente, CONAMA. Nós vamos ouvir primeiro... Pelo tempo de 15 minutos, claro que haverá tolerância se os oradores precisarem de um pouco mais. Convido para fazer a primeira exposição a Drª. Ariane Guebel de Alencar.

SRA. ARIANE GUEBEL DE ALENCAR: Senhores, antes de mais nada, boa tarde a todos. Eu já fui apresentada, eu sou Procuradora da República, atuo na tutela ambiental no Município de Angra dos Reis atualmente. Trabalhei como Procuradora da República da tutela ambiental no Amazonas durante um ano e meio, e atuo na área ambiental como Advogada há mais de cinco anos na iniciativa privada. Atualmente eu sou Coordenadora do Grupo de Trabalho Flora, da 4ª Câmara do Ministério Público Federal, e em razão dessa atuação fui convidada para estar aqui com os Senhores conversando sobre o Código Florestal. Aproveito a oportunidade também para parabenizar o trabalho da Comissão. Acho que é de extrema importância e muito oportuno se discutir mudanças climáticas e a forma como o Brasil trata a questão ambiental atualmente, no contexto internacional. E, analisando os relatórios da Comissão quando fui convidada para participar, eu percebi uma preocupação da Comissão, dos Senhores, de convidar pessoas do Ministério Público Federal, da sociedade civil, de ampliar a discussão em todas as suas formas. Então gostaria de parabenizá-los, agradecer a oportunidade. Eu pensei quando fui convidada para cá, qual seria a melhor contribuição que eu poderia dar para a discussão, e cheguei à conclusão de que seria interessante trazer para os Senhores primeiro uma abordagem prática do meu trabalho. Ou seja, como funciona a tutela ambiental no Ministério Público Federal? Como funciona a 4ª Câmara do Ministério Público Federal? Porque, afinal de contas, a gente discute alteração Legislativa e aponta a última ponta somos nós, os Procuradores da República e Promotores de Justiça que vão lidar com os ilícitos ambientais no futuro e lidar com as questões advindas da alteração da lei.

Então num primeiro momento o objetivo da apresentação em síntese é mostrar o Ministério Público Federal. Eu não vou me estender muito no tema de APP e reserva legal, até porque outros juristas falaram depois de mim, acredito com muito mais propriedade, e passar um pouco da situação prática, de como a gente lida, dos problemas que a gente tem com fiscalização, dos problemas que a gente tem no policiamento, no licenciamento ambiental, algumas alternativas e conclusões. Eu trouxe como adendo algumas reflexões sobre essa Medida Provisória, sobre o projeto de conversão de lei. Acho que não teremos tempo de discutir todos os assuntos, mas de qualquer sorte eu sinalizo as questões que estão na apresentação e que vão ficar disponibilizadas para os Senhores, são pontos que causam preocupação para o Ministério Público Federal, e que nós entendemos que devem ser melhores discutidas no futuro. Nós gostaríamos de contribuir em relação a elas. Bom, o Ministério Público Federal, ele funciona dividido por Câmaras de Coordenação e Revisão. Que o são essas câmaras? São seis câmaras e são especializadas por matéria.

A 4ª Câmara é especializada em meio ambiente e patrimônio cultural e coordena ações em todo o País, com os Procuradores da República nos Estados, de forma a uniformizar a atuação ministerial. E além de coordenar ações, ela também atua com outras instituições, com o IBAMA, Polícia Federal, com todas as instituições de alguma forma relacionadas à questão da tutela do meio ambiente. Dentro da 4ª Câmara existem diversos grupos de trabalho, que eu trago listados aqui. Eu sou Coordenadora atualmente do GT/Flora. Cada um desses temas é estudado pelos grupos de trabalho, nós temos o apoio de Analistas Técnicos e Periciais de formação multidisciplinar; então na quarta Câmara nós temos Geólogos, Antropólogos, Arqueólogos, pessoas que dão apoio técnico para a nossa atuação. Porque na área do Direito a gente não tem a pretensão de ter conhecimento técnico de todos esses assuntos. O que os grupos de trabalho pretendem é discutir temas de interesse nacional e apoiar a atuação

dos Procuradores. Um exemplo do trabalho que a gente fez no GT/Flora foi o Manual de Fiscalização do IBAMA. A gente trabalhou nesse Manual de Fiscalização, porque, como eu disse, a gente é a outra ponta do laço; quer dizer, o ilícito chega pra gente. E normalmente chega por meio dos autos de infração do IBAMA. Então a gente procurou discutir com o órgão a forma como esses autos estavam sendo elaborados, o quê poderia ser feito para otimizar o trabalho. Pessoalmente no Amazonas percebi que a gente tinha muito problema com perícia em áreas de desmatamento. A gente recebia o auto, mas não podia fazer a denúncia criminal porque faltava perícia muitas vezes. E como era questão de crime, isso ia para a Polícia Federal, muitas vezes demorava meses e se perdia o processo. Mas vamos fazer o seguinte: fiscalizou, já faz o Relatório, já faz o Relatório de vistoria, porque quando chega para o Ministério Público Federal eu já denuncio e se resolve. Então os grupos de trabalho, eles tratam de questões muito práticas e de articulação com outras instituições. Instrumentos de atuação do Ministério Público Federal. Eu trouxe algumas estatísticas para os Senhores terem uma idéia da dimensão do nosso trabalho em todo o País. Os principais instrumentos são as ações civis na área ambiental, sendo que a Ação Civil Pública é o principal instrumento de proteção ambiental. Nós temos cadastrados no País inteiro 920 ações. Só que esse número de cadastro não é exato, até porque muitas ações são propostas diariamente e nem sempre a gente tem a agilidade no cadastramento de todas as ações, e outras ações também utilizadas. Procedimento administrativo que é o que precede a ação civil pública em muitas vezes e o inquérito civil público, de uma amostragem feita em sete Estados apenas, da Federação de diversas regiões, foram encontrados cerca de 1600 procedimentos administrativos. Mas, para os Senhores terem uma idéia, em Angra dos Reis, que eu cubro Angra do Reis, Parati, Rio Claro e Mangaratiba, eu tenho sozinha – sou eu e outro Procurador – mais de 200 procedimentos administrativos só de infração ambiental. Então é um mundo de trabalho. Por essa razão essa ação coordenada com outros órgãos é tão importante, porque permite otimizar o nosso trabalho. E aí as ações criminais, termos de ajustamento e recomendações, que são instrumentos utilizados para o exercício da tutela. Um exemplo de como a 4ª Câmara atua na coordenação, todos os termos de ajustamento de conduta, promoções de arquivamento que cada Procurador faz nos Estados e Municípios é encaminhado à Câmara para que tenha a homologação. Então, um exemplo de um enunciado da Câmara relativo à matéria que a gente vai estar discutindo hoje, no caso de termos de ajustamento de conduta em áreas de preservação permanente. Parece uma coisa óbvia violar dispositivo legal, mas na prática as coisas não são tão óbvias assim. Muitas vezes para reparar um dano a gente flexibiliza alguns conceitos para, enfim, tentar resolver uma situação. Então um exemplo de como funciona a coordenação da Câmara. Eu trouxe o conceito de APP e reserva legal, mas vou falar brevemente sobre isso, é só para a gente ter uma idéia do assunto que está sendo tratado. A área de proteção permanente visa proteger um determinado ecossistema que tem uma importância ambiental por alguma razão, essa importância ela vem descrita na lei que à seguida lista aquelas áreas que são de proteção permanente, e abre a possibilidade para que o Poder Público crie outras áreas. Em relação à reserva legal que vem em seguida, é uma área localizada dentro de uma propriedade, é um percentual localizado dentro de uma propriedade, que em determinados ecossistemas do País se entendeu que era necessário que não fossem alteradas essas áreas. Aí tem os percentuais, que foram alterados pela Medida Provisória chegando-se a esses percentuais; e eu faço uma ressalva de que existem diversos dispositivos na Medida Provisória no Projeto de Lei que permitem uma diminuição drástica destes percentuais, que, inclusive, é um dos pontos que a gente destaca para maior reflexão e discussão. Porque o principal, eu acho que a principal preocupação do MPF quando a gente discute alteração do Código Florestal é que a gente não diminua a proteção que já existe. Ou seja, vamos discutir para melhorar, para ampliar a proteção; não para diminuir e abrir margem para que sejam feitas outras supressões e alterações. Então, fica o registro de que existe a possibilidade de que esses percentuais sejam radicalmente diminuídos. Bom, aí a gente entra no primeiro ponto de problema. Atualmente o que é que a lei prevê? Que a supressão em APP ela é possível – até aí tudo bem, pode ser que haja necessidade de supressão, ninguém aqui está dizendo "não vamos mexer em nada nunca mais" – só que em que situações isso pode acontecer? Ora, se a Constituição fala que meio ambiente é um bem de todos, é direito e dever a proteção do meio ambiente, então essa alteração no meio ambiente só pode ser justificada por um interesse público, um interesse social, e utilidade pública que sejam relevantes. Perfeito, isso é o que diz a lei. O problema vem quando a lei abre a possibilidade de que o CONAMA estabeleça essas situações, e posteriormente uma Resolução do CONAMA, ela redelega essa possibilidade para comissões estaduais. Qual é a preocupação nesse caso? O que é interesse social e utilidade pública? A Constituição Federal deixa muito claro no Art. 225 que cabe

à lei determinar essas possibilidades, e a lei abriu essa possibilidade para um órgão do Executivo. Então, aí eu não estou falando pelo Ministério Público Federal, eu estou falando por mim. Eu entendo que se a lei deve definir, quer dizer, eu votei nas pessoas que vão definir isso, eu não votei nas pessoas do CONAMA. Então, é uma situação que eu entendo que deva ser mais bem discutida. E interesse social e utilidade pública são realmente muito discutíveis, e aí a minha idéia de trazer situações práticas. Por exemplo, no Amazonas tem um complexo hoteleiro, HOTEL TROPICAL, não sei se algum dos Senhores já te lá, teve a oportunidade de conhecer, e quando foi construído o anexo, TROPICAL BUSINESS, na época o Projeto foi aprovado por dizer que era interesse social, geração de empregos. É uma área de preservação permanente na margem do Rio Negro, a piscina do hotel praticamente entra no rio, e aí a pergunta que fica é o seguinte: já tem alguns anos de construção, vamos fazer um estudo para descobrir se interesse social foi realmente preservado? Para ver quais os empregos que foram gerados? Afinal de contas o quê é que aconteceu? E posteriormente, em relação até existe uma justificativa, turismo, geração de empregos, não vou discutir isso. Mas eu tive um caso há pouco tempo de um condomínio de luxo que foi aprovado pelo órgão ambiental estadual, nessa área de preservação permanente federal, porque o Rio Negro é um Rio Federal, com a alegação de interesse social. E eu não consigo ver interesse social numa construção de um complexo de condomínio de luxo. Não estou dizendo que é certo ou errado, não estou fazendo apologia a meu trabalho, eu estou dizendo o seguinte: isso é muito discutível. Toda vez que a gente abre margem para que as definições sejam abertas e sejam discutidas, a possibilidade de distorção é muito grande. E quando a gente fala de dano ambiental, uma vez instalado o empreendimento, vou ter medidas mitigadoras, compensatórias, mas aquele meio ambiente, aquele ecossistema, nunca mais vai ser a mesma coisa. Então um problema prático que eu trago. Sugestões para se resolver isso: que de fato a gente tenha os tipos mais fechados em lei do que seriam esses casos de utilidade pública e interesse social; de certa forma amarrar essas situações; e que seja feito um controle posterior nos empreendimentos. Que o EIA/RIMA preveja claramente qual o interesse social e qual a utilidade pública, qual o efeito esperado, muitas vezes isso não acontece, e que haja um acompanhamento posterior. Cinco anos depois de implementar o Projeto, dez anos, quinze anos, que se verifique se aquele interesse social, aquela utilidade pública foram atendidos sob pena de responsabilidade civil, improbidade administrativa e as outras ações que a gente tem disponíveis pra controle. Seguindo, prática e desafios. Na verdade, o grande problema que a gente tem hoje não é tanto na lei, é na aplicação da lei. Por quê? A fiscalização e policiamento feito pelos órgãos ambientais e pela Polícia, o que eu percebo da minha atuação são pessoas muito comprometidas. No Amazonas eu tive a felicidade de trabalhar com verdadeiros guerreiros, pessoas que se empenhavam fortemente no trabalho, mas que não tinham meios de trabalhar; dificuldades regionais. O Amazonas é um Estado que eu costumava fazer inspeção com o IBAMA, com a Polícia Federal. O IBAMA lá dispõe de um hidroavião para uma região enorme, você demora duas horas sobre mata fechada para chegar num determinado local, muitas vezes pega um barco, eu já andei de canoinha no meio de rio que eu demorava três, quatro horas, pra chegar a outro lugar, e você vê grandes áreas de preservação com três, quatro fiscais se revezando, trabalhando loucamente para cobrir uma área de rio que não tem... É difícil explicar a imensidão do que é o Amazonas. A pessoa trabalhando como eu trabalhei lá um tempo e fazendo as inspeções consegue ter a visão da dimensão do que é aquilo de fato, e várias outras situações. Eu tive oportunidade de trabalhar na tríplice fronteira e fazer inspeção, na época não era ambiental, mas reparar na margem do rio do lado peruano toras e toras de madeira, que não posso afirmar que saíram do Brasil, mas possivelmente sim, e que a gente não tem como pegar. Então são situações muito difíceis e que demandam um aparelhamento do IBAMA, da Polícia Federal; e como é que a gente resolve isso? Não só pelo aparelhamento, mas pelo fomento a ações conjuntas. A experiência que eu tenho do Amazonas e da coordenação do Grupo de Trabalho, é que quando a gente junta forças, Ministério Público, Polícia Federal, IBAMA, [soa a campainha] INCRA... Vou tentar ser o mais breve possível.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF): Fique à vontade.

SRA. ARIANE GUEBEL DE ALENCAR: As coisas funcionam melhor, porque a gente troca informação. Mas o que acontece hoje? Essa atuação conjunta, ela depende muito de cada órgão, de cada pessoa, e não tem uma política que fomente essa atuação conjunta, na verdade. Então depende muito da iniciativa de cada um. É o Ministério Público que procura a Polícia ou a Polícia que procura o IBAMA, ou o INCRA que procura o Ministério Público, e a gente se articula dependendo muito de iniciativas pessoais, quando deveria haver mecanismos de fomento. E aí eu coloco para reflexão, não tenho uma fórmula pronta, de que esse tipo de atividade fosse mais desenvolvido e fosse institucionalizado de fato. Alternativas genéricas, a educa-

ção ambiental é fundamental. Muitas vezes uma parte muito grande do problema a gente resolve educando as pessoas, principalmente aquelas comunidades que estão em áreas de preservação que muitas vezes não tem muita consciência do que está acontecendo, do que estão fazendo. E aí modelos genéricos, inclusive mercado de créditos de carbono. Eu vi que a Comissão tem discutido, acho que é muito interessante, e não só no Brasil, mas no mundo inteiro se discute isso. Acho que é uma saída viável que o Brasil deve utilizar melhor esse mecanismo; no meu ver está sub aproveitado ainda o que a gente pode utilizar. Certificação de madeira também eu destaquei, porque acho uma idéia muito interessante e necessária. Não adianta a gente tentar combater a produção ilegal de madeira se a gente não combate o mercado. Porque a verdade é: enquanto tiver mercado consumidor, de algum lugar vai sair madeira; as pessoas vão dar um jeito e vão desmatar. Então, certificar e tentar melhorar o mercado de compra. E aí alguns casos entrando um pouco mais na Legislação, em relação ao regime jurídico de exploração. A necessidade de estudo de impacto ambiental e Audiências Públicas pela relevância das áreas. A questão da reserva legal não ser incluída na APP, e aí são alguns dispositivos que foram introduzidos na Medida Provisória e que nós entendemos que devem ser melhor discutidos. Não diminuir o percentual de reserva legal, porque eles foram estabelecidos em áreas relevantes que têm o interesse ambiental relevante, que não devem ser diminuídos. E o plantio de homogêneos também é uma disposição que merece mais reflexão. Em relação específica às resoluções do CONAMA, o que eu já falei sobre interesse social e utilidade pública, a exclusão da mineração, em seguida vou mostrar um gráfico que foi desenvolvido por um Analista Pericial do Ministério Público, mostrando o que acontece com a mineração em área de preservação, quer dizer, a supressão e a mineração, e fica bem visível a danosidade da atividade. E proteção especial à Mata Atlântica, a nascentes. Avaliação do empreendedor no meu ver é fundamental, porque se houver um dano essa pessoa tem que provar que tem capacidade financeira de recompor esse dano; isso é o mínimo para aprovação de qualquer projeto. E essa questão de redelegação, das Comissões Estaduais poderem decidir o que seria baixo impacto para intervenção na área de preservação permanente. Até porque cada Estado vai ter uma visão diferente do que vai acontecer, isso vai gerar um desencontro Legislativo pelo País afora, e aí eu falo na minha experiência não só como Procuradora da República, mas como Advogada do setor privado, trabalhei em licenciamento de atividade de petróleo muito tempo, e para a própria iniciativa privada essa incerteza é terrível. Quer dizer, é um fator que as empresas muitas vezes não investem no País pela incerteza. É melhor ter regras mais duras, mas que gerem uma certeza da responsabilidade do empreendedor, do que ter conceitos que sejam tão abertos. Aí está a mineração. Quer dizer, pra gente ter uma idéia do que acontece, no quadro de cima a gente tem uma supressão possível. O quê provavelmente vai acontecer depois? Existe a possibilidade de replantio, de que essa área seja recomposta. No caso da mineração, vou ter a retirada da vegetação, vou ter a retirada do solo e vou ter a mineração; no final não sobra nada para ser recomposto. É uma atividade que merece um estudo muito sério, uma análise muito séria, se deve ser realmente possibilitada essa atividade em área de preservação permanente. [soa a campainha] Concluindo, em relação às alterações legislativas, o principal é que não haja uma diminuição na esfera de proteção existente atualmente. Em relação à fiscalização, num tempo curto eu tentei mostrar um pouquinho das dificuldades que a gente enfrenta na fiscalização e policiamento, e que deve ser melhorado sim o mecanismo, e que a gente precisa de mais gente, de mais recurso, de mais fomento, e precisa de atividades mais conjuntas entre os órgãos, e boas práticas ambientais. Quando eu falo boas práticas, eu estou utilizando um termo muito utilizado na indústria do petróleo, melhores práticas. Ou seja, educação ambiental, conscientização, melhoria da Legislação e especialmente dos mecanismos de fiscalização. Eu estou exatamente no tempo, mas a seguida eu anotei alguns pontos da MP, que são o Projeto de Lei, e que nós entendemos que merece maior reflexão. Eu vou deixar esse material aqui com os Senhores. Acredito que não vai ter tempo para debater tema a tema, porque é muito extenso, tem bastante coisa para ser discutida; mas de qualquer maneira fica a reflexão e fica pontuado que essas questões são importantes para o Ministério Público Federal e que a gente entende que gostaria de vê-los mais bem discutidos. Bom, é isso. Espero ter contribuído de alguma forma falando um pouquinho do trabalho que a gente faz e um pouquinho da nossa visão sobre os trabalhos da Comissão e das alterações legislativas. Coloco-me à disposição dos Senhores hoje e sempre como Coordenadora do Grupo de Trabalho, para ajudar, discutir, trazer qualquer informação relevante. E, mais uma vez, parabenizo o trabalho e a oportunidade dada às instituições de se manifestarem. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF): Agradeço a Drª. Ariane Guebel de Alencar, Procuradora da República do Município de Angra dos Reis e representante da 4ª Câmara de

Coordenação e Revisão da área de meio ambiente e patrimônio cultural do Ministério Público Federal. Quero convidá-la para permanecer na Mesa com a gente e convido para a segunda explanação, Dr. André Lima, Advogado do Instituto Sócio-Ambiental, ISA.

SR. ANDRÉ LIMA: Deputado Rollemberg, prezados Deputados, Deputadas e Senadores, é com muita honra que venho aqui mais uma vez falar a respeito desse tema tão interessante, quanto polêmico e complexo; mas numa oportunidade diferente de tantas outras que eu tive de falar aqui, que foram momentos em que estávamos, Deputado Carreira acompanhou, Deputado Gabeira também, estávamos sob forte pressão eminente de perdas significativas em relação à Legislação. Acho que hoje estamos num cenário bastante diferente de cinco, seis anos atrás. Todos os setores envolvidos amadureceram bastante. Estão dizendo que amansaram os ambientalistas, esverdiaram os ruralistas... Não sei, vamos ver. Bom, eu estou querendo apresentar, sem entrar muito em detalhes, eu sou Coordenador do Instituto Sócio-Ambiental, do Programa de Política e Direito do Instituto Sócio-Ambiental. Sou Advogado, tenho atuado nessa área ambiental desde a minha era de estagiário, 15 anos atrás, e particularmente na questão florestal. Tive o privilégio, posso dizer assim, de participar no olho do furacão do debate em torno da Medida Provisória que hoje está em vigor. Então eu conheço bastante o ambiente em que esse debate se deu e os detalhes em torno da discussão de cada minúcia da redação; mas acho que não é o caso de entrar em detalhes. Eu queria apenas expor um pouco essa conexão entre a questão de mudanças climáticas e o Código Florestal, algumas imagens bonitas só pra gente relaxar um pouco, e depois colocar duas ou três questões de cunho mais estratégicos, que lá no Instituto Sócio-Ambiental e num amplo conjunto de Organizações Não-Governamentais a gente vem trabalhando, buscando uma solução para essa pendência, que a rigor é uma pendência, a Medida Provisória; que é MP, mas que acabou se tornando uma medida permanente. Os *slides* que vocês não viram são a respeito da correlação entre as emissões de gases de efeito estufa, correlacionados com o uso do solo. Essa primeira coluna mostrando no total aí: petróleo, carvão, gás natural, desflorestamento e uso do solo. Chega a ser, estimam-se, entre 20 e 25% das emissões globais são relacionadas à questão do uso do solo. Aí é distribuição em relação ao uso do solo pelos continentes. Basicamente esse é o problema principal de Países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos. O principal efeito... Perdão, principal causa de emissão de gases de efeito estufa nesses Países são as questões relacionadas ao uso do solo. Esse *slide* é bem interessante, porque o Brasil aparece ali em 16º lugar dos Países emissores de gases de efeito estufa, quando se pensa em queima de combustíveis fósseis; mas falando em desmatamento e queimadas, ele pula do 16º para entre quinto e sexto... Há controvérsias, mas não é muito menos do que quinto lugar. Então, isso coloca a questão do desmatamento e, portanto, a discussão da Legislação Florestal, num patamar de relevância alto se estamos trabalhando a lógica de buscar soluções para a questão de emissões. Esse quadro aí é só para mostrar um pouco o que a gente já conhece, mas sempre com a visão, ela dá um... Vai mostrando um pouco como está a situação em relação ao desmatamento da Amazônia. Eu vou focar mais na discussão em torno do desmatamento da Amazônia. Pode voltar um pouquinho? Então, isso aí mostra bem a expansão. Isso até 2004. 2005 e 2006 houve uma queda substancial, há controvérsias a respeito das causas da queda. Obviamente que houve, sim, um esforço maior principalmente na criação de unidades de conservação e também de fiscalização, mas também houve uma correlação com a questão do mercado mesmo de *commodities* e o mercado do agronegócio e a questão principalmente do câmbio, que diminuiu rentabilidade do produtor rural e isso têm conseqüência na disponibilidade de recursos pra abertura de novas áreas. Isso é um pouco o cenário atual, atual aspas, 2004. 2005 e 2006 ainda têm um pouquinho de vermelhinho ali. Aí mostra um pouco como é que vem sendo principalmente de 88 para cá. A linha média é basicamente 15 mil quilômetros quadrados de desmatamento anual de florestas na Amazônia, mas a partir de 2000, e curiosamente depois da edição da Medida Provisória 2.166, o desmatamento orçou um patamar médio de 20 mil quilômetros quadrados. O que mostra que de fato precisamos ter uma Legislação mais forte, e não só do ponto de vista conceitual, mas na sua implementação. Isso aí mostra um pouco a distribuição, está muito pequeno não dá para ver, mas o Mato Grosso tem sido tradicionalmente, com raras exceções como 99 e 2001 em que o Pará esteve na frente, mas o Mato Grosso tradicionalmente tem sido o Estado que mais desmata florestas, seguido do Pará e Rondônia. Estados que são responsáveis por praticamente entre 80 e 85% de todo o desmatamento na Amazônia. Isso aí mostra um pouco essa dinâmica; vamos passar para o seguinte. Eu não sei se vou ser bem sucedido mostrando esse cenário, porque está bem devagarzinho, mas mostra uma modelagem que foi feita pelo IPAN, Instituto de Pesquisa da Amazônia, em cima da região da BR-163, simulando a aplicação e a não aplicação do Código Florestal no entorno da BR-163. O cenário que eles chamaram

de *business as usual,* que é a situação atual, deixar como está, ou implementando a lei. É um reloginho, são 30 segundinhos que vai mostrando um pouco como a evolução acontece. Vai demorando um pouquinho porque o segundo aí é mais devagar. Isso é um cenário de 30 anos, partindo de 1996, como é que vai expandindo o desmatamento. Segundo modelagens feitas pelo pessoal da Universidade Federal de Minas Gerais, pelo IPAN e pelo WOODE HOLE INSTITUTE mostra que basicamente a aplicação da lei poderia reduzir no mínimo à metade as taxas de desmatamento tal qual ocorrem hoje. Agora, tem um dado que é mais impressionante. Quer dizer, esse cenário de 30 anos, da coluna da esquerda, ele quase que já foi alcançado em menos de 10 anos. Então mostra que a modelagem tem algum problema, mas o cenário real é um tanto pior do que o cenário modelado aí nesse *slide*. Segue o próximo. Um pouco a correlação de áreas protegidas com desmatamento. Esse tem sido, digamos, foi, pelo menos ao longo do primeiro mandato do Presidente Lula, a principal estratégia de criação de novas unidades de conservação. Então nós temos aqui unidades de conservação... Terras indígenas em roxo, unidades de conservação em verde. Aí são unidades de conservação estaduais e depois nós temos aí o desmatamento. Quer dizer, os dados todos mostram que de fato, mesmo com toda dificuldade de implementação das unidades de conservação, que é um dado real, pouco recurso para implementar, para fazer o manejo, fiscalização e tal, ela tem trazido resultados. No entanto, o desmatamento nos entornos dessas áreas tem sido realmente o grande fator de risco a essas unidades. O Instituto Sócio-Ambiental tem feito um trabalho muito forte, muito incisivo no entorno do Xingu, – eu vou mostrar um pouco depois algumas cenas do Xingu – e de fato isso aí mostra a relevância... O que eu quero mostrar com isso é a relevância da Legislação Florestal na medida em que ela é o único instrumento que nós temos para regular a ocupação nessas áreas desprotegidas, digamos assim, e o Código Florestal é o único instrumento que temos para tratar da proteção dessas florestas. Aí eu estou mostrando para vocês um pouco como está a Bacia do Xingu. Um pouco mais da metade para cima é o Pará, aquela risca que corta, uma risca reta, e para baixo é o Parque Indígena do Xingu. A gente tem dito aí que nós estamos trabalhando para reverter esse abraço da morte, que é a degradação das nascentes. Todas as principais nascentes do Rio Xingu estão fora do Parque, estão desprotegidas em relação... Quer dizer, não tem unidades de conservação protegendo essas áreas, e isso compromete toda a viabilidade desse corredor de biodiversidade e de sócio-diversidade, porque são várias terras indígenas, são vários povos indígenas que habitam essa região e várias comunidades tradicionais. Um outro ponto de expansão significativa do desmatamento tem sido mais para cima ali, a região de São Félix do Xingu, que é o Município que nos últimos três ou quatro anos tem sido campeão de taxa de desmatamento. Só sobra ali em cima entre a ponta do Município e a BR-163 um trecho do corredor que ainda permanece com algum grau de proteção. E sobre toda essa área vermelha recai a aplicabilidade do Código Florestal. Então, quer dizer, considerando que a redução do desmatamento é a maior contribuição que o Brasil pode dar para o enfrentamento das mudanças climáticas e que o principal desmatamento ocorre fora das unidades de conservação, o que fazer? Então a gente vem propondo, o Instituto Sócio-Ambiental vem trabalhando com um conjunto de organizações a idéia de um pacto nacional tão falado já, não é nenhuma novidade, muito se fala no desmatamento zero na Amazônia. Falamos ao longo de muito tempo na Rede Mata Atlântica de desmatamento zero na Mata Atlântica. Ficamos 14 anos para aprovar a Lei da Mata Atlântica, o Deputado Carreira ajudou muito, o Deputado Gabeira também, foram peças chave nesse processo; mas está na hora de falar em desmatamento zero na Amazônia. Obviamente que isso não significa desmatamento zero já, amanhã, mas significa um processo, um planejamento dirigido de forma a se conseguir, alcançando metas. Chegar num dado período de tempo que o Congresso Nacional deve discutir com a sociedade através de seus representantes, qual é o período de tempo que nós queremos alcançar o desmatamento zero na Amazônia? O quanto de desmatamento ainda é possível admitir considerando o chamado ponto de mutação, a partir do qual o equilíbrio do bioma como um todo passa a correr sério risco? Então, esse tipo de debate é um debate fundamental. Não é um debate fácil, não tenho visto muita gente apresentar soluções objetivas para isso, mas não é pela dificuldade do debate que a gente deve se furtar a fazê-lo. Então tem alguns pressupostos para essa idéia de um pacto nacional pelo desmatamento zero na Amazônia, que tem impacto direto também na questão da Legislação. Primeiro é uma maior restrição a novos desmatamentos, que não significa vedação total a novos desmatamentos. Significa de fato ter maior restrição, maior critério sobre a aprovação de novos desmatamentos. Apoiar, esse é um dado também que muito se fala inclusive constou da primeira versão, aliás, da versão atual, do plano nacional de combate ao desmatamento na Amazônia. Se fala como uma das medidas do Ministério da Agricultura, trabalhar a identificação e o apoio ao aumento de produtividade e pro-

dução em áreas já alteradas [soa a campainha]. Só esses dois pressupostos, há outros que eu vou falar mais adiante, só esses dois já é o suficiente pra gente considerar e concluir que, portanto, é necessário que a gente faça o aprimoramento da Legislação que está em vigor. Porque a Legislação que está aí, embora ela fale em 80%, 80% significa ainda permitir um volume expressivo de desmatamento na Amazônia; talvez muito além daquilo que seja necessário e viável do ponto de vista de utilização econômica. E por outro lado, a própria Legislação também, ela cria alguns obstáculos para a regularização de áreas que há 10, 15 anos atrás foram desmatadas ilegais, mas que as condições objetivas dadas são condições de possibilidade de produção, de maneira a você reduzir a pressão pela abertura de novas áreas. Então esse debate precisa ser feito, restringir novos desmatamentos e apoiar a produtividade em áreas já abertas, como uma maneira de criar uma sinergia para evitar nova abertura. Próximo. Sem fortalecimento da governança florestal tudo isso é conversa. Quer dizer, restrição a novos desmatamentos sem fiscalização, sem monitoramento, sem responsabilização, que é um problema fundamental hoje dos sistemas mais modernos que existem de gestão ambiental, a questão da responsabilização efetiva, e não é um problema só da questão ambiental também. A gente sabe que a impunidade graça em vários outros setores não só na questão florestal. E na questão florestal é um dos, senão o principal, vetor aliado aos processos econômicos associados. E por último que eu acho que é... Eu ia dizer que é uma novidade, mas também muito se fala a respeito de instrumentos econômicos para a questão da conservação florestal, mas praticamente nada existe de concreto. Algumas publicações, fala-se em pagamento por serviços ambientais, há estudos, mas não existe, há concretamente poucos exemplos. Há muitas opiniões e poucos exemplos, resumindo a fatura. Então acho que é importante a gente começar a trabalhar a questão de implementar instrumentos econômicos para apoiar os diferentes atores envolvidos em toda essa cadeia de produção do agronegócio e de conservação. Desde os Estados, passando pelos Municípios, aos atores sociais locais responsáveis por essa conservação. A gente vem desenvolvendo inclusive estudos econômicos para tentar fazer propostas mais concretas em cima dessa temática de instrumentos econômicos. Próximo. Então, para tanto, como eu vinha dizendo, é fundamental o aprimoramento da Legislação Florestal. Isso significa manter a reserva legal de 80% na Amazônia para áreas com floresta e aumentar, mediante compensações a se discutir, em áreas prioritárias para conservação. Ou seja, o debate em torno da redução do percentual da reserva legal, inclusive vou mostrar alguns dados a esse respeito, ele é um debate que é um retrocesso inimaginável. Nós temos que pensar na possibilidade de aumentar em algumas situações, mediante compensações reais mais... Devemos pensar em aumentar. Inclusive eu sei que tem um Projeto de Lei do Deputado Rollemberg nesse sentido, acho que é pertinente a proposta. Outro ponto também fundamental que gera certas polêmicas, mas a gente vem discutindo isso, é fundamental a adoção de metas; metas internas, metas nacionais. O Brasil se impondo metas e planejando. Por que como é que você planeja política pública se você não tem uma meta a atingir? Você não planeja, você investe aquilo que é possível, que não é possível. Mas então é preciso a discussão de metas, o debate de metas. Uma meta geral de desmatamentos para a Amazônia e depois a definição de metas estaduais, com prazos para se chegar ao desmatamento zero, cinco, 10, 15 anos. Qual é o prazo aceitável e viável para tanto? Próximo. Uma abordagem específica para os passivos florestais. Não podemos misturar as duas coisas. Uma coisa é a implementação da lei no que diz respeito aos ativos florestais, ou seja, redução ao máximo, restrição ao máximo de novos desmatamentos. Outra coisa é o que nós vamos fazer com o passivo? Porque a discussão conceitual ela é bonita e tal, quer dizer, nós temos que manter o rigor máximo; eu também sempre concordei com isso. Mas na hora que você vai e pisa o pé no chão e vê as experiências concretas, o que está acontecendo de fato e o resultado disso concreto em termos de conservação, de recuperação, você vê realmente que a discussão tem que ser feita em outro patamar. É importante trabalhar de maneira diferenciada os passivos. Encontrar uma solução para esses passivos de forma a efetivamente recuperar aquilo que é importante e poder também consolidar os usos que sejam viáveis. Próximo. E aí está conectado com essa possibilidade de aumentar as oportunidades de compensação desses passivos. Se a gente fala hoje em crédito de carbono que é um potencial mercado a viabilizar a manutenção dos ativos florestais, é possível também se pensar essas compensações entre quem tem passivos e ativos florestais. Embora a lei ambiental preveja isso, pouco há de regulamentação da lei e os instrumentos pra implementação... A lei ofereceu uma série de... Como é que posso resumir isso? Deu por um lado e tirou pelo outro. Porque era um processo de negociação, um "toma-lá-dá-cá", "toma-lá-dá-cá". No "toma-lá-dá-cá" se anulou a ferramenta que poderia ser uma ferramenta importante para trabalhar a questão das compensações. Próximo *slide*. Permitir zoneamentos estaduais, zoneamentos ecológicos econômicos em

escalas mais localizadas para o cruzamento com a legislação florestal. Por que o quê a Legislação fez, a Medida Provisória? Ela até viabilizou a hipótese do zoneamento, identificar áreas onde a reserva legal deveria ser aumentada, onde ela poderia ser reduzida, não para novos desmatamentos, mas para a regularização de imóveis, mas ela exige que seja aquele zoneamento para o Estado inteiro, criado para a abordagem de todos os problemas do Estado. Eu estudei – inclusive o meu mestrado eu fiz depois em função desse debate do Código Florestal e foi em cima da questão do zoneamento ecológico econômico – e um dos grandes problemas que se levanta em torno dos zoneamentos estaduais, esses zoneamentos ecológicos econômicos, é que eles são a história do tudo, aqui, agora; queremos resolver tudo, aqui e agora. Você tem um grande instrumento para o Estado inteiro, que quer resolver todos ou procura abarcar todos os conflitos num único instrumento. E aí, você não tem foco, você não olha a partir dos problemas específicos, você não pode trabalhar instrumentos e políticas específicas para resolver problemas específicos localizados em regiões delimitadas. Então é possível você, por exemplo, identificar dentro de um Estado como o Mato Grosso que tem um milhão de quilômetros quadrados, 250 mil, 200 mil quilômetros quadrados, em que você pode fazer uma aproximação e um zoneamento específico para tratar do problema dos passivos florestais e da manutenção da floresta. Zoneamentos que tenham por objetivo reduzir as emissões de gás de efeito estufa, pela via do controle de desmatamento. Então, eu estou colocando algumas questões que a gente vem debatendo e que vão, digamos, fundamentar essa proposta que a gente está desenvolvendo; eu acho que eu estou concluindo por aí. Próximo. Eu tenho uma série de exemplos, eu vou mostrar rapidamente para concluir, que acho que já venci meu tempo. Próximo *slide.* A gente está fazendo um trabalho específico na Bacia do Xingu e na Sub-bacia do Rio Suiá. São 2,3 milhões de hectares, pra quê? Pegar a Legislação Florestal, botar no chão e ver como é que ela se aplica efetivamente e quais são os gargalos. Próximo *slide.* Então nós pegamos lá dentro uma sub-bacia, identificamos imóvel por imóvel. Próximo *slide.* Aí passando rapidinho pra gente não ver o nome de ninguém, ali era todas as fazendas, o que tinha de floresta, o que não tinha de floresta, quando desmatou, quando não desmatou, qual era o ativo, qual era o passivo... E aí um dado importante. Porque muito está se falando, e eu sei que a maioria dos Projetos de Lei que tramitam nas duas Casas, fala na redução do percentual de reserva legal de 80 para 50%, senão coisas mais graves. Então aqui só mostrando, nós fizemos uma simulação nessa Sub-bacia do Xingu e no Município de Rio Branco. Duas regiões diferentes, com peculiaridades diferentes e vetores de desmatamento diferentes. Nessa sub-bacia, a redução do percentual de reserva legal de 80 para 50% permitiria – olhem a linha de ativo florestal – com a reserva legal de 80% o ativo florestal naquela sub-bacia é de 11 mil hectares, reduzindo para 50%, esse ativo vai para 54 mil hectares. Isso significa quintuplicar a área desmatável legalmente. Então, quer dizer, parece que reduzir de 80 para 50 não tem grandes impactos; não, tem sim. Significa quintuplicar o valor de áreas passíveis de desmatamento legal nesta sub-bacia. A gente está fazendo em outras regiões também. Fizemos no Município de Rio Branco, no Acre. A área total do Município é um milhão de hectares, praticamente 250 mil de unidades de conservação, passa o próximo *slide* que ali já revela a questão aí. É a primeira linha dos dois blocos [soa a campainha]. Ativo florestal de 80% é de 50 mil hectares, reduzindo para 50% ele vai para 156 mil. Então aqui você triplica o volume de áreas desmatáveis legalmente. Ou seja, isso olhando duas regiões de características distintas, uma mais ocupada, outra menos, mas você amplia isso para a escala amazônica e pode imaginar o quê que não significa de chancela do Congresso Nacional em torno de desmatamento de novas áreas, porque aí passaria a ser desmatamento legal. Evidentemente que isso não vai acontecer da noite para o dia, porque é a pressão econômica, mas significa uma chancela. O Estado Brasileiro permite ao reduzir de 80 para 50% triplicar ou quadruplicar o volume de desmatamento legal na Amazônia. Então esse é um dado pra mim altamente impactante, que acho que essa Comissão pode procurar estudar e eventualmente até desenvolver estudos em outras regiões, não é tão difícil de desenvolver. Então aprimorar a lei é fundamental, é preciso desenvolvimento de um programa, isso que é importante também. Só a questão da lei, lei em si não vai resolver. Estamos trabalhando com a lógica de um desenvolvimento de um programa mesmo, que tenha por objetivo a redução dos desmatamentos para se chegar num prazo a ser definido no desmatamento zero. E para isso é fundamental, não é um programa só do Governo Federal, muito menos um programa do Ministério do Meio Ambiente, é um programa que tem que ser tratado e desenvolvido no âmbito de um pacto que envolva produtores rurais, movimentos sociais, ambientalistas, Governos Estaduais, que hoje assumiram a maior parte da responsabilidade sobre a gestão florestal a partir da Lei de Gestão de Florestas Públicas, o setor acadêmico, setor empresarial. Então esse é o desafio que a gente está propondo e que vamos procurar trabalhar daqui para frente. Agradeço e

desculpa exceder o meu tempo. Estou à disposição para o debate.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF): [interrupção no áudio] Palavra Dr. André Lima, Advogado do Instituto Sócio-Ambiental, sua contribuição trazida a esta Audiência Pública e convido para permanecer na Mesa. E convido para a terceira exposição o Dr. Nilo Sérgio de Melo Diniz, Diretor do Conselho Nacional de Meio Ambiente.

SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ: Boa tarde a todos, Parlamentares, Senadores, Deputado, demais colegas que estão aqui hoje participando desse debate da Comissão. Quero iniciar parabenizando a iniciativa pela criação dessa Subcomissão. Acho que é um dos indicadores interessantes de que nós estamos vivendo uma conjuntura diferenciada. Quando o André Lima iniciou a exposição dele lembrou aqui exatamente sete anos atrás, quando enfrentávamos aqui um debate bastante acirrado sobre o Código Florestal na Comissão Mista da Medida Provisória, na época a 1.511, o Deputado Gabeira balançou a cabeça um pouco, será que é tão diferente hoje, será que melhorou tanto? Eu acho que a pergunta é boa. Acho que a pergunta é boa e a análise é fundamental, porque a meu ver nós estamos vivendo sim um momento diferenciado. Naquele período eu Assessorava a Senadora Marina Silva e nós trabalhamos intensamente com o Deputado Fernando Gabeira, o Deputado Ronaldo Vasconcelos na época do PMDB, me parece, e hoje Vice-Prefeito de Belo Horizonte, inclusive lançando um programa também na área de clima em Belo Horizonte muito importante, como Vice-Prefeito. Então, naquela ocasião eram três Parlamentares enfrentando quase que todo o Congresso Nacional, porque a bancada ruralista tinha uma capacidade naquela ocasião muito maior de imobilização do Senado e da Câmara do que tem atualmente, e quando tem atualmente hoje, acho que o debate da própria bancada ruralista melhorou muito. A qualidade da intervenção dos Parlamentares, muitos deles são os mesmos, mas com uma qualidade de intervenção sensivelmente melhor de diálogo. Basta ver a aprovação da Lei da Mata Atlântica. Acho que é um indicador muito importante, sem a bancada ruralista teria sido difícil também a aprovação dessa lei que ficou 14 anos no Congresso. Acho que um outro indicador interessante, Deputado Gabeira, é que hoje nós temos uma frente Parlamentar Verde na Câmara dos Deputados com quase 300 Parlamentares.

Ainda que muitos assinem sem necessariamente ter o envolvimento direto com a causa, mas acho que representa muito do ponto de vista da vontade do povo brasileiro hoje de que o Brasil mesmo com o sacrifício relativo do crescimento econômico dê atenção, sim, à pauta ambiental. Isso pesquisa do WWF que indicou claramente isso. Não vale crescer com sacrifício da qualidade ambiental, dos direitos sócio-ambientais dos brasileiros. Isso é muito importante e acho que marca uma diferença daquela ocasião; porque naquela ocasião esses três Parlamentares enfrentaram a ameaça de redução de reserva legal na Amazônia se juntando do lado de fora do Congresso com o movimento SOS floresta, que o André era uma das pessoas que atuavam, mas tinha um grupo muito grande da rede da Mata Atlântica e que conseguiu na Comissão Mista, mesmo minoritário, levar o debate para um nível que eu acho que, inclusive, assegurou naquela ocasião a participação do CONAMA. Tanto que a Medida Provisória, o texto da Medida Provisória que vigora até hoje, ele surgiu de uma negociação que envolveu a Comissão Mista e o próprio CONAMA que levou para todo País através de Audiências Públicas o debate sobre a Medida Provisória. Então, é por isso que eu quero até aqui debater um pouquinho, muito respeitosamente, com a Procuradora, Drª. Ariane. Se bem que concordando com ela de 99% das observações que ela faz, das propostas, mas acredito que o CONAMA já naquela ocasião era reconhecido e um Conselho que tem 25 anos de existência e que foi politicamente, legalmente e juridicamente reconhecido como instância, com legitimidade para estabelecer resolução também relacionadas com a regulamentação do Código Florestal. É claro que cabe naturalmente ao próprio Governo Federal, a sociedade, ao Ministério Público que também tem assento no CONAMA, para a nossa alegria, porque a participação do Ministério Público Federal e Estadual previne no CONAMA uma série de equívocos também jurídicos, isso tem sido muito importante, a gente tem aqui a presença inclusive do Ubiracy Araújo, que é Conselheiro Honorário do CONAMA, além dos representantes do Ministério Público Estadual e Federal. Então, eu quero lembrar também, Deputado, que naquela conjuntura para hoje mudou muito também a forma de ver o desmatamento não só na Amazônia, mas em todo o País.

Acho que hoje a própria natureza, o escopo dessa Subcomissão já indica isso. A aliança forte que hoje o combate ao desmatamento tem com a agenda do clima, das mudanças climáticas e as ameaças que representam. Então hoje, por exemplo, desmatamento evitado foi uma proposta que tem, há poucos meses atrás a Ministra Marina Silva em diálogo até com as entidades não-governamentais, lançou a proposta do desmatamento evitado como fonte de um mecanismo de compensação no âmbito da convenção de clima e hoje o G8 recebeu com interesse a proposta. O Banco Mundial já está lançando uma iniciativa piloto para

compensação de Países que evitam o desmatamento. E a razão é muito simples, o Brasil sem computar a emissão de gases de efeito estufa por queimada e por desmatamento, ele está em 20º lugar na lista dos emissores e quando a gente registra a emissão por desmatamento e queimada, ele passa para quinto ou sexto lugar. Passa a ser um dos países com maior índice de emissão. Então é muito sério, é uma decisão política da maior importância, você ter regulamentos e incentivos econômicos, instrumentos econômicos e uma série de iniciativas que procurem associar o desmatamento evitado, a redução do desmatamento, com os desafios colocados pela convenção de clima e pelos fenômenos climáticos que nós estamos vivendo. Acho também que uma outra evidência importante é o debate ambiental que hoje a gente vê na Esplanada. A Ministra Marina quando assumiu, inclusive, colocou a pedido do Presidente Lula, colocou como desafio do Governo Federal a idéia da transversalidade. A política ambiental não pode ser tratada como uma política setorial no sentido em que ela se localiza isoladamente dentro das políticas públicas. Ela tem que dialogar com todas. E a Ministra Marina com todo aquele aspecto de fragilidade – o nosso Deputado Senador Rollemberg conhece bem, o Deputado Gabeira, os Parlamentares, porque ela é daqui da Casa também, a Senadora – ela conseguiu de certa maneira na Esplanada, com o apoio do próprio Presidente Lula, colocar o debate ambiental hoje de forma muito aberta na Esplanada. É claro que em alguns momentos com derrota, mas com muitas vitórias importantes e isso tem destacado bastante, tem trazido a pauta ambiental para o debate nacional, ganhando espaço inclusive nos meios de comunicação.

A própria greve do IBAMA, eu acho interessante mencionar muito brevemente aqui, mas a própria greve do IBAMA ela revela também um momento diferenciado. Porque na verdade a greve do IBAMA o que está em debate qual é a maneira mais eficiente de fortalecer a política ambiental hoje com tantos desafios ambientais colocados. Eu entendo assim que os servidores do IBAMA, uma boa parte deles entende que a criação do Instituto Chico Mendes não é a melhor maneira hoje de fortalecer a política ambiental. A Ministra resistiu quatro anos de fazer essa iniciativa, porque tentou pelo IBAMA mesmo implementar as unidades de conservação, foram mais de 20 milhões de hectares de unidades de conservação criadas no País, mas uma baixa implementação. Então isso é um passivo que infelizmente a gente traz dos primeiros quatro anos de mandato. Então, no entendimento dela, a criação do Instituto vai favorecer e agilizar esse passivo que a agenda ambiental carrega desse período, que é da implementação das unidades de conservação. A licença também para as usinas do Rio Madeira também é um debate que é interessante estar colocado, hoje inclusive eu vi o próprio NEW YORK TIMES trouxe esse debate para uma matéria interessante onde coloca que, no fundo, o dilema da licença do Madeira coloca em pauta um dilema nacional, um dilema que o Brasil tem. Qual é o desenvolvimento que nós queremos? Essa é a pergunta que nós temos que encontrar a resposta. O Congresso é o principal espaço para se buscar a resposta para essa pergunta. E quando a gente diz que na verdade o IBAMA está agilizando a obra se ela for viável ambientalmente, o IBAMA está agilizando muitos interlocutores que pressionam o Ministério do Meio Ambiente não entendem, "como é que está agilizando se demora tanto para...?" Ora, basta ver quantas obras hoje estão judicializadas por iniciativa muito responsável inclusive em alguns casos do Ministério Público, porque estudos de impacto ambiental mal feitos foram por órgãos ambientais às vezes inclusive estaduais, não necessariamente o IBAMA em outros tempos, deixaram passar com aspectos nebulosos das licenças e aí essas obras estão paradas há anos. Então, se a gente quer, é uma prioridade do Governo, e é uma prioridade do Governo hoje, enfrentar o problema energético do País, é preciso qualidade dos estudos e é preciso qualidade nos licenciamentos também. Assim é como o IBAMA está trabalhando. Por isso que eu digo que o IBAMA está agilizando a licença da obra se ela for ambientalmente viável. Porque o estudo de impacto ambiental prevê também que pode não ser, a partir do estudo que é feito. Bom, eu fiz um pouco essa digressão inicial pela provocação do Deputado Gabeira, que eu comecei a refletir quais seriam as diferenças. E tem umas outras ainda, mas vou poupar os Senhores dessa digressão e quero entrar rapidamente no tema que eu acho que é absolutamente relacionado com tudo isso que eu estou falando, que é o Código Florestal hoje. Na minha opinião, uma Legislação que diferencia o Brasil no consórcio das nações, porque criou em 1965 uma forma de proteger o nosso patrimônio florestal que não é pouca coisa. Basta ver situações de Indonésia e de outros Países que também foram potências florestais e que hoje estão com esse *status* ameaçado, pelo tanto que vem desmatando. Acho que um outro sinal que eu ia mencionar, que o André já falou de certa forma, foi esse período de 2004/2006 com a redução de 52% do desmatamento na Amazônia. Acho que é um dado muito significativo, porque naquela época 99/2000 nós estávamos exatamente numa escala ascendente do aumento do desmatamento, que se confirmou até 2002, 2003.

Então foi um esforço muito grande, 13 Ministérios para poder reverter essa tendência e em dois anos reduzir em 52%. Eu espero, e a Ministra tem certeza e eu confio que ela vá confirmar de fato, que essa tendência de redução prosseguirá. No caso do tema do Código Florestal, eu quero apenas fazer menção aqui a algumas iniciativas importantes. Depois da Medida Provisória 2.166, o CONAMA vem trabalhando em resoluções que procuram regulamentar o instituto das áreas de preservação permanente. O objetivo do CONAMA, embora possa parecer em algumas situações até por críticas que têm sido feitas, o objetivo do CONAMA na verdade é viabilizar e manter ainda vivo o instituto das áreas de preservação permanente, esse é o objetivo. Porque o que é preciso observar é que o Código Florestal de 65, ele praticamente não previa nenhuma exceção. Então, por exemplo, um fiscal do IBAMA que chegava numa propriedade rural, a gente tem aqui representantes da Confederação Nacional da Agricultura que conhecem bem isso. Um fiscal do IBAMA que entrava em quase qualquer propriedade rural no Brasil até muito recentemente antes da Resolução e antes da Medida Provisória, ele era obrigado a multar, aplicar uma série de multas àquele produtor rural, por quê? O produtor tinha feito uma ponte passando sobre um curso d'água, tinha feito um pontilhão. Estava fazendo acesso para o gado, acesso à água para o gado também passando por APP. Ele tinha, enfim, uma série de pequenas... Irrigação. Ele tinha feito uma irrigação usando o curso daquela água. Tudo isso infringia o Código Florestal e motivava o fiscal do IBAMA a entrar ali, lavrar não é uma nem duas, uma série de multas em relação às áreas de preservação permanente. Então o que estava acontecendo, é que na verdade um fiscal do IBAMA não podia nem entrar numa propriedade rural; por que como é que ele ia fazer se era uma prática tão disseminada? Na verdade, havia necessidade de se estabelecer algumas exceções para que a própria fiscalização tivesse critérios e condições de atuar sobre os excessos, sobre aquilo que de alguma maneira realmente atentasse contra o princípio da lei. Então, por exemplo, a Resolução do CONAMA 369 estabeleceu, por exemplo, as atividades de baixo impacto. Aí a Procuradora mencionou o caso da delegação que o CONAMA [soa a campainha] também estabeleceu uma série de tipologias de baixo impacto e também delegou aos Estados, aos Conselhos Estaduais, que eventualmente algum esquecimento que o CONAMA tivesse feito sobre tipos de atuação de baixo impacto em APP que não estivesse na Resolução, pudessem ser regulamentada por Conselhos Estaduais. Mas vejam, mesmo assim a Resolução do CONAMA restringe a 5% da APP total de uma propriedade rural. Então mesmo que o Estado de São Paulo acrescente mais duas, três ou dez outras alternativas de baixo impacto, somando com aquelas que o CONAMA já definiu, um proprietário rural não poderia intervir ou suprimir vegetação em mais de 5% da APP total da sua propriedade. Isso está assegurado na Resolução CONAMA. O CONAMA não poderia fechar essa possibilidade, porque naquele momento, inclusive, reconhecia a impossibilidade de prever todas as situações. Eu já vou concluir, acho que meu tempo já se esgotou. Outra observação que eu acho importante fazer, quando a Procuradora menciona um condomínio de luxo, parece que lá no Amazonas, essas situações não estão previstas na Resolução CONAMA. O CONAMA...

Foi licenciamento estadual, claro que hoje os órgãos estaduais também estão se pautando pela Resolução para fazer licenciamento e supressão em APP, mas não há nenhuma hipótese de supressão para casos de condomínio de luxo. O único caso que tem são planos de regularização fundiária sustentável, previsto em APP urbana, principalmente para ocupações habitacionais de baixa renda, assim mesmo com uma série de condicionalidades, mantendo o que já está definido em lei, que são os 15% como faixa não edificante da APP, mesmo nesses casos de plano de regularização fundiária para baixa renda. Então, nesse aspecto e assim estabelecendo como inclusive de interesse social essa medida. A crítica, observação em relação... Aliás, a proposta relativa ao monitoramento da aplicação da Resolução, ela sem dúvida é muito boa. Acho muito interessante a gente... O CONAMA embora não tenha essa missão, estabelecer um grupo Assessor hoje para avaliar a aplicação de todas as suas resoluções, todas não, de dez resoluções, entre as quais a 369. Então nós estamos trabalhando nesse sentido de monitorar a aplicação da Resolução, porque uma vantagem comparativa que o CONAMA tem do ponto de vista, inclusive dessa legitimidade para baixar resoluções, é que ele tem uma agilidade para experimentar resoluções que estão eventualmente com uma ou outra incorreção. Na sua aplicação, rapidamente o CONAMA tem condições de rever isso em pouco tempo. Vou citar um exemplo de cemitérios. O Dr. Ubiracy deve se lembrar da Resolução sobre cemitérios, que foi aprovada em 2003 no CONAMA, quando ela encontrou em São Paulo a Lei de Mananciais que é bastante restritiva em São Paulo e que estabelece uma área muito grande de proteção da área de mananciais, a Resolução do CONAMA criava uma situação atípica em alguns Municípios da grande São Paulo. Os Municípios não tinham mais como ampliar seus cemitérios. A Resolução combinada com a Lei de Mananciais inviabilizava o enterro de pessoas que

morriam, por exemplo, eu não me lembro agora, acho que um dos Municípios era Salesópolis, mas tinham outros municípios. Então, de outubro, novembro, de 2005, a fevereiro de 2006, em quatro meses o CONAMA – inclusive em período de férias – o CONAMA se reuniu extraordinariamente, apreciou uma adaptação na Resolução e implementou essa adaptação para poder acertar essa situação irregular nesses Municípios. Esse é um diferencial importante na capacidade do CONAMA, que é legítima do ponto de vista legal, de baixar resoluções segundo a Lei 6.938. Por último, em relação à mineração, eu quero comentar que a Resolução estabeleceu sim casos de utilidade pública para atividade minerária, e esse foi o debate mais, vamos dizer assim, polêmico e mais quente na discussão da Resolução CONAMA 369. Todo o setor de mineração, o próprio Ministério de Minas e Energia, argumentava que 80% da atividade de mineração no País é praticada em área de preservação permanente. O argumento que se debateu muito no CONAMA e que colocou todos os segmentos do CONAMA num debate bastante interessante era que não se viabilizasse de alguma maneira a mineração em algumas situações – claro, prevendo muito fundamentalmente aquilo que a Procuradora disse que é a alternativa técnica e vocacional, ou seja, se houver uma alternativa de exploração do mesmo minério fora da APP é para lá que tem que ir e o licenciamento só será dado nesse caso – mas não havendo... Então essa, vamos dizer assim, esse percentual muito alto de exploração mineral em APP colocou um pouco o plenário do CONAMA num certo dilema. E ainda é somado com um outro percentual. Segundo o Ministério de Minas e Energia, o que hoje degrada a APP, do ponto de vista de mineração, representa apenas 1% das APPs no País hoje. Enquanto o CONAMA fez um levantamento em 16 estudos sobre impacto em APPs nas regiões Sul, Sudeste, Nordeste e do Centro-oeste e verificou por amostragem que hoje nós devemos ter no Brasil mais de 20% do nosso território em APP. Você citou muito o caso, não é Doutora? Do rio Amazonas, da região do Amazonas, só o rio do Amazonas, a maior parte dele é APP dos dois lados na faixa de 500 metros; é a extensão máxima de APP. Por aí já dá pra ter uma idéia do tamanho que representa APP em termos do território nacional. É mais do que um Estado do Pará inteiro em APP se reunida toda numa localidade; é muita área de APP no País. Por isso, nesse estudo o que se verificou é que toda essa área, o cálculo que se faz em projeção, é que em torno de 43% dela hoje se encontra degradado. É mineração que mais degrada? Não. Que atividade? Nos estudos que a gente verificou é atividade de agricultura e pecuária ainda que mais impacta. Silvicultura impacta bem menos e outras atividades também. Tanto que a Resolução não previu exatamente nenhuma situação a não ser em baixo impacto, para favorecer a agricultura, atividade agrícola e pecuária; apenas em caso de baixo impacto. Acredito que são aperfeiçoamentos, inclusive, com a observação do próprio Governo, do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério Público Federal e do Congresso, que eu acho que aos poucos o próprio CONAMA terá condições de [soa a campainha] ir aperfeiçoando esta e outras resoluções. Teriam outros aspectos, mas vou deixar eventualmente para o debate. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF): Agradeço a contribuição do Dr. Nilo Sérgio de Melo Diniz, Diretor do Conselho Nacional do Meio Ambiente. Vou abrir agora para as indagações dos Parlamentares. O primeiro inscrito aqui da lista é o Deputado Fernando Gabeira.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Não sei se farei apenas indagações, mas antes de tudo fazer um agradecimento à presença dos três aqui, a oportunidade que a gente tem de dialogar um pouco mais. Estamos na verdade na mesma trincheira, ou se quisermos um termo menos bélico, estamos na mesma torcida, tentando coordenar um pouco a situação. Do ponto de vista de quem pretende manter a reserva legal, existem dificuldades em termos de argumentação. A primeira dificuldade em termos de argumentação é de que o zoneamento ecológico econômico dá mais racionalidade a esse processo. Os adversários afirmam, até certo ponto com razão, que 80% é um número cabalístico. Que 35% também é um número cabalístico. Há áreas onde deveria ser 100%, há áreas onde poderia ser 50, 40. Então nós precisávamos tocar isso de uma outra maneira. Eu considero o zoneamento ecológico econômico uma dimensão de uma política que nós precisamos desenvolver no Brasil que é de trabalhar o ordenamento territorial.

Recentemente foi publicado um livro em um debate em homenagem ao Geógrafo Milton Santos. Morreu recentemente e ele falava muito nisso e nós hoje cada vez vemos como é necessário fazer uma política levando em conta o território. Normalmente nós fazemos políticas abstratas, “vamos melhorar a situação da saúde...”, mas a gente não leva em conta o território e a organização do território. Por isso que eu acho que a idéia do zoneamento ecológico econômico, ela não deve ser contraditória com a manutenção, necessariamente, com a manutenção da reserva legal; mas ela pode dar uma consistência maior à própria idéia da reserva legal. Mesmo porque, nós estamos trabalhando aqui com a idéia de que o desmatamento provoca o aquecimento, que é verdade; mas existem

outros fatores como outros gases do aquecimento que são produzidos na agricultura, você tem que controlar também. Tanto que o Protocolo de Kyoto no Art. 2 ele já dizia o seguinte: é preciso novas técnicas agrícolas. O óxido nitroso é um dos gases de efeito estufa. Então nós precisamos pensar o processo de uma forma em que o ordenamento territorial, o zoneamento ecológico econômico sejam elementos fundamentais. O que não implica que a gente não venha... Por exemplo, eu considero importante a idéia do desmatamento zero, mas pra gente fortalecer a idéia do desmatamento zero, já foi mencionado num de seus pontos a necessidade de trabalharmos as áreas degradadas. Eu considero que as áreas degradadas na Amazônia são grande um caminho para nós, inclusive um caminho para nós atrairmos ajuda internacional. Só replantar parte dessa área já seria uma contribuição em termos de seqüestro de carbono excelente; já é um ponto. Agora, falta um ponto no seu, nos motivos que vocês colocaram, que eu acho que nós devíamos acrescentar com muita ênfase, que é a exploração econômica da mata em pé, a possibilidade que nós temos de explorar a mata em pé. Quer dizer, não é um zero econômico. Não é o seguinte, você destrói a mata e te dá um determinado lucro, manter a mata em pé é uma coisa que vai te dar só prejuízo; não. Nós temos inúmeras possibilidades de trabalhar isso. E nós temos que colocar essa questão como uma questão: "Olha, na nossa proposta não é aquela proposta de não mexe em nada; mexe de uma maneira que não derruba e que simultaneamente vai nos dar algum lucro, alguma possibilidade". Então acho que para nosso trabalho em torno de desmatamento zero seria interessante a gente colocar a exploração econômica da mata em pé, para remédios, para pesquisas; uma série de coisas que nós sabemos que hoje são importantes.

Quanto à questão que eu queria mencionar também, a questão do Xingu, que foi dita da Bacia do Xingu. Acho que existe um ponto que a gente tem que acrescentar também. O processo de estresse da Bacia do Xingu, ele é provocado por uma situação planetária. Para começar, os chineses super bombearam as águas nas suas províncias do norte; hoje eles tiveram uma queda na produção de grãos violentíssima. O resultado: eles precisam de grão de outros Países, eles têm que buscar essa exportação. E o que a gente está fazendo exportando soja para a China e o que vai fazer ao exportar álcool para o mundo inteiro? Nós estamos exportando água também. Só para você ter uma idéia, cada litro de álcool nós vamos usar quatro litros de água, nós vamos exportar água. Aí eu pergunto: nós podemos exportar esse recurso gratuitamente? Não. Daí a necessidade de a gente incorporar também esse processo de ordenamento dos recursos hídricos, sobretudo a lei que obriga o pagamento da água e estimula a criação dos comitês de bacia. Se nós tivermos comitês de bacia nessas áreas, ou sub-bacias, nós teremos pelo menos um instrumento para deter o processo ou para reordená-lo; então é uma proposta que eu faço. E sobre a questão da mineração, nós vamos ter problemas no horizonte. E esse problema no horizonte é uma espécie de recuperação daquele Projeto do Romero Jucá que é de mineração em áreas indígenas. O Governo vai nos mandar isso muito rapidamente, evidentemente que nós temos... A Constituição prevê a possibilidade, desde que aja uma Lei Complementar e nós vamos discutir essa Lei Complementar. Agora, vai ser um processo difícil, porque o licenciamento vai ser difícil, vamos ter que trabalhar com coordenadas no licenciamento que talvez não existam no licenciamento aqui fora, na sociedade abrangente. Há questões religiosas, sagradas, culturais que vamos ter que trabalhar também. Temos que preparar, como se diz, a situação melhorou, mas os problemas continuam reaparecendo. E nós vamos ter hoje, por exemplo, a discussão... Fizemos uma discussão sobre a divisão do IBAMA e eu percebi que a principal preocupação dos adversários, vamos colocar adversários ou dos companheiros de debate e tal, era exatamente impedir que se criassem novas unidades de conservação. Diziam "A nova unidade de conservação tem que vir por aqui, nós que vamos decidir e tal". Por quê? Como é que nós vamos recompensar as pessoas? Quer dizer, estavam discutindo o IBAMA, mas no fundo estavam discutindo exatamente a sua política, a sua visão de continuar um processo de exploração econômica como se fazia no passado. Então a gente tem que continuar trabalhando, porque a situação não é fácil. Mas eu agradeço muito a intervenção dos três, ela me abriu muitos caminhos e quero dizer que podemos discutir em termos políticos. Hoje eu tive um debate com o PPS e ontem com o PSDB, e podemos discutir em termos políticos já a formação de uma grande frente pelo desmatamento zero. Esses dois partos mais o Partido Verde aceitam participação, muitas entidades aceitam; já podemos iniciar uma grande frente pelo desmatamento zero que seria já um grande avanço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF): Agradeço as palavras do Deputado Fernando Gabeira. Nós não temos mais inscritos, também já se iniciou a Ordem do Dia. Apenas antes de encerrar, também quero agradecer a contribuição dos nossos três expositores e fazer algumas colocações antes de encerrar. Um pouco... Acho que talvez quatro meses ainda não completos de trabalho dessa Comissão de Mudanças Climáticas, nós já tivemos

oportunidade de receber contribuições valiosas. Contribuições valiosas como dos Senhores, como de pesquisadores da EMBRAPA. Tivemos uma Audiência Pública no Estado do Pará bastante concorrida, teremos uma na próxima segunda-feira na cidade de Manaus, e algumas coisas me parecem que começam a ficar claras. A primeira delas a necessidade do zoneamento ecológico econômico, não apenas que ele seja feito do ponto de vista macro por Estado, mas que ele seja detalhado em cada região, em cada bacia hidrográfica, enfim. Acho que essa questão do zoneamento ela traz também o pressuposto do planejamento, o que eu considero super importante.

Acho que isso se torna mais premente ainda no momento em que se abre uma possibilidade grande para o Brasil na área de biocombustíveis, na área de agroenergia, mas isso sem dúvida vai levar a uma pressão econômica muito grande, que já está havendo em regiões, sobretudo, do cerrado, e se isso não for feito de forma ordenada, aquilo que poderia ser uma oportunidade pode se transformar num grande dano ambiental. Outra questão que ficou muito clara pra mim, sobretudo na Audiência Pública no Estado do Pará, Estado que hoje sofre o processo de desmatamento mais avassalador, sobretudo no sul do Estado e, sobretudo com a presença inicial da pecuária, é a necessidade da presença do Estado. Porque a gente percebe ali que o desmatamento se dá em áreas públicas, em áreas griladas e onde a gente percebe a impotência do Estado no sentido de coibir e também depois no sentido de punir os responsáveis pelo desmatamento. Então acredito que essa é uma... Acho que o Congresso junto com entidades da sociedade civil precisam aprofundar esse debate como garantir cada vez mais uma presença do Estado nessas regiões. E eu quero torcer, eu torço, e quero crer que os nossos índices de desmatamento, a redução desses índices de desmatamento no último ano computado, se deu à presença fiscalizadora do Estado; mas não tenho segurança para afirmar isso. Porque a gente percebe que é uma curva ascendente que apenas naquele ano reduziu o índice de desmatamento e que coincide também com a queda de algumas *commodities* no mercado internacional e isso pode ter contribuído também para a redução dessa pressão e conseqüentemente a redução desse desmatamento. Bom, considero hoje que uma prioridade é o investimento pesado em pesquisa, em produção de conhecimento, produção de novas tecnologias, que permitam, como disse o Deputado Fernando Gabeira, a utilização da mata em pé. Nós hoje, o Brasil vive um problema que é um dilema terrível, porque hoje nós quando computado as alterações de uso de solo, as queimadas e os desmatamentos, nós saímos da 16ª posição na emissão de gases de efeito estufa para sexta quinta, quarta, há controvérsias em torno disso. E nós estamos fazendo isso destruindo aquilo que potencialmente é a nossa maior riqueza que é a nossa biodiversidade. Então, enquanto os outros Países, para se adaptar a esse novo momento mundial, a reduzir suas emissões, tem que mudar sua matriz energética, e isso tem um ônus muito maior do que o nosso, nós poderemos reduzir drasticamente nossas emissões apenas preservando aquilo que potencialmente é uma grande riqueza; mas, que só será uma riqueza cada vez maior se for investido pesado na produção de conhecimento. Nós temos instituições como o INPA, em Manaus, como o GOELDI, como a EMBRAPA, AMAZÔNIA OCIDENTAL, AMAZÔNIA ORIENTAL, EMBRAPA RECURSOS GENÉTICOS, enfim, as UNIVERSIDADES FEDERAIS DO PARÁ, DO AMAZONAS, uma série de instituições que precisam ser valorizadas. Precisamos ter recursos significativos para a produção deste conhecimento, para identificar formas com que aquelas comunidades, aquelas populações que vivem na floresta possam viver com dignidade, sem precisar estar desmatando a floresta. Considero fundamental também, e a Comissão de Mudanças Climáticas, Subcomissão da qual eu sou Sub-Relator ofereceu essa sugestão à Comissão de Mudanças Climáticas, que nós temos que avançar na aprovação de projetos que garantam a certificação da madeira produzida em nosso País. Isso é fundamental, porque isso também contribui para reduzir o desmatamento, para dificultar as condições do desmatamento quando feito ilegal. E outros diplomas legais. Nós estamos...

A Subcomissão está indicando a aprovação do Projeto de Lei do Deputado Fernando Gabeira, que obriga o Governo Federal a fazer o inventário das emissões de gases de efeito estufa e reduções certificados por sumidouros. Isso é importante fazer regularmente para que a gente possa saber como é que está esse quadro nacional que teremos que enfrentar. Além de outros projetos para aprovação imediata, como o da inspeção veicular, que sem dúvida contribui também para, através dessa inspeção, reduzir a emissão de gases de efeito estufa. Vários outros projetos estão sendo também recomendados, mas esses dois estão sendo priorizados pela Subcomissão. Agora, eu considero que... E este é o grande esforço, talvez esta seja a maior dificuldade, o nosso maior desafio, dos Parlamentares, da Câmara, do Senado, das organizações da sociedade civil, das próprias instituições de pesquisa, de criar instrumentos econômicos que favoreçam a preservação. Eu acho que defender essa posição levantada pelo Governo Brasileiro, a partir da proposta da Ministra Marina Silva, que o Brasil seja remunera-

do pelo desmatamento evitado, é importante. É muito importante. Pode trazer, digamos assim, um momento novo do ponto de vista, um alento, a esse enfrentamento do processo de desmatamento no nosso País. Como devemos também buscar utilizar toda a criatividade, experimentar a forma de remuneração por serviços ambientais diversos. A EMBRAPA, a AMAZÔNIA ORIENTAL, tive a oportunidade de visitar na nossa Audiência Pública, já vem desenvolvendo programas pilotos em remuneração de serviços ambientais. Eu acho que nós deveríamos estimular que Prefeituras, que governos dos Estados em ambientes menores pudessem experimentar ações desse tipo, porque podem vir a ter um impacto muito interessante. E acredito, eu sou o Autor como lembrou o André Lima, de um Projeto de Lei que procura ampliar os limites de preservação de 80% para 90%. Sei que isso é muito polêmico, mas na verdade esse Projeto é também um convite ao debate. E acho que para prosperar, nós temos que criar condições de remunerar aquele proprietário que hoje, por exemplo, preserva uma área maior do que aquela prevista em lei. Acho que esse é um exercício que pode trazer dividendos positivos para o País. E acredito que isso tudo deve fazer parte de um esforço de compreensão de que a situação mudou. Da mesma forma que hoje no Congresso Nacional acredito que já exista um ambiente mais favorável de sete anos atrás quando se discutiu a Medida Provisória que alterava o Código Florestal, há uma preocupação crescente em função da própria repercussão mundial da divulgação dos relatórios do IPCC, mas também certamente haverá uma cobrança muito maior dos outros Países, dos Países da Europa, do próprio Estados Unidos também, de que o Brasil deve ter uma postura mais arrojada na redução das suas emissões. Então existe o momento propício. Quando apresentei o Requerimento dessa Audiência Pública foi com esse objetivo de reiniciar este debate. Acho que esse debate tem que ser ampliado, tem que ser aprofundado, para que a gente possa fazer esses exercícios para buscar alternativas de aperfeiçoar a Legislação, aperfeiçoar os instrumentos de fiscalização, mas ao mesmo tempo também buscar outros instrumentos, sobretudo instrumentos econômicos que possam fazer com que a preservação das florestas, a preservação do cerrado possa ser mais interessante também do ponto de vista econômico do que a sua destruição, o seu desmatamento. Mas eu quero agradecer muito a contribuição de todos vocês, considero que trouxeram contribuições significativas para esse debate; agradecer a presença dos Parlamentares e de todos vocês, declarando encerrada a Sessão. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 16h53.

COMISSÃO MISTA ESPECIAL "MUDANÇAS CLIMÁTICAS"

ATA DA 14ª REUNIÃO – Realizada em 18/06/2007

Ata Circunstanciada da 14ª Reunião de 2007, da Comissão Mista Especial "MUDANÇAS CLIMÁTICAS", criada pelo Ato nº. 01, de 2007, "destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil", realizada em 18 de junho de 2007, segunda-feira, às 14h45, na Assembléia Legislativa do Amazonas, em Manaus, destinada à debater as conseqüências do aquecimento global e as alternativas para a região.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Deputado ***Eduardo Gomes*** *(PSDB-TO)* **–** Presidente
Senador ***Renato Casagrande*** *(PSB-ES)* **–** Relator
Senador **Arthur Virgílio** (PSDB-AM)
Deputada **Rebecca Garcia** (PP-AM)
Deputado **Luiz Carreira** (PFL-BA)
Deputado **Sebastião Bala Rocha** (PDT-AP)
Deputado **Jorge Khoury** (PFL-BA) – Suplente
Deputado **Eduardo Gomes,** *Presidente*

COMISSÃO MISTA ESPECIAL DE "MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO BRASIL"

14ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA ESPECIAL, CRIADA PELO ATO Nº 01, DE 2007, "DESTINADA A ACOMPANHAR, MONITORAR E FISCALIZAR AS AÇÕES REFERENTES ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO BRASIL".

REALIZADA NO DIA 18 DE JUNHO DE 2007, ÀS 15 HORAS E 40 MINUTOS.

DEPUTADO VICENTE LOPES – PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO AMAZONAS, EM EXERCÍCIO: Esta Audiência Pública solicitada pela Comissão Mista Especial do Congresso Nacional, para debater acerca de mudanças climáticas, e o Poder Legislativo Amazonense tem a honra de receber a todos, desejando a todos uma boa estada e bom proveito para todos nós nessa Audiência Pública.

Eu convido para compor a Mesa o Exmº. Sr. Deputado Federal Eduardo Gomes, Presidente da Comissão Mista Especial que trata da questão de mudanças climáticas. [palmas] Igualmente convido o Exmº. Sr. Senador Renato Casagrande, Relator da Comissão Mista Especial. [palmas] Convido o Exmº. Sr. Senador Arthur Virgílio Neto, representa o Estado do Amazonas no Senado da República. [palmas] Convido a Exmª. Srª. Deputada Federal Rebecca Garcia, também representante do Amazonas na Câmera Federal. [palmas] Convido o Exmº. Sr. Deputado Federal Luiz Carreira. [palmas] Convido o Exmº. Sr. Deputado

Federal Sebastião Bala Rocha. [palmas] Igualmente o Exmº. Sr. Deputado Federal Jorge Cury. [palmas] Convido a Exmª. Srª. Deputada Federal também representante do Estado do Amazonas na Câmara Federal, Vanessa Grazziotin que preside a Comissão da Amazônia da Câmara dos Deputados, por fim convido o Exmº. Sr. Deputado Federal Luiz Castro, Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas. [palmas] Igualmente convido a Exmª. Srª. Deputada Conceição Sampaio que preside a Comissão dos Direitos da Mulher, Presidente Belarmino Lins, Presidente do Poder Legislativo Amazonense.

Eu quero apresentar as boas-vindas a todos os Srs. Deputados e Senadores da Comissão Mista Especial do Congresso Nacional para a discussão sobre a questão de mudanças climáticas, assunto mais do que atual, importante e necessário que as autoridades do Brasil possam debatê-las e encontrar as soluções para que possamos a nossa geração dar a nossa contribuição no que diz respeito à questão da preservação do meio ambiente, sobretudo dos seres humanos.

Eu convido para assumir a Presidência desta Audiência Pública, o Exmº. Sr. Deputado Federal Eduardo Gomes, Presidente da Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Boa tarde. Havendo número regimental declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão Mista Especial, criada através do ato conjunto nº. 001/2007 do Congresso Nacional, destinado a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil.

Quero registrar meus cumprimentos ao Presidente da Assembléia Legislativa do Amazonas, em exercício, Deputado Vicente Lopes, a Deputada Conceição Sampaio, terceira Secretária-Geral da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa, ao Deputado Luiz Castro, Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Amazonas, os meus cumprimentos aos Deputados Federais, Deputadas Federais, e uma informação importante, primeiro, o nosso agradecimento pela acolhida, pelo apoio recebido à Comissão de Mudanças Climáticas, e registrar também a presença do Deputado Jorge Cury, Deputado Sebastião Bala, Deputada Rebecca Garcia, Deputada Vanessa Grazziotin, Deputado Luiz Carreira, Senador Arthur Virgílio e Senador Renato Casagrande. A todos os Presidentes e representantes de Organizações Não-Governamentais, representantes do Governo do Amazonas, os nossos cumprimentos ao Governador Eduardo Braga, pedir a todos essas breves palavras de abertura dessa Sessão e passar de imediato a palavra ao Senador Renato Casagrande, e em seguida ao Senador Arthur Virgílio por conta de compromissos dos dois Senadores em Brasília, e já que toda a Comissão ficará para o debate, para a discussão e para os agradecimentos merecidos à nossa discussão com os Presidentes de entidade, Presidente do IPAM, eu na qualidade de Presidente da Comissão, passo nesse momento a palavra ao Senador Renato Casagrande, Relator da Comissão Especial e em seguida passarei a palavra ao Senador Arthur Virgílio. Muito obrigado a todos.

[palmas]

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Presidente, Deputado Eduardo Gomes, cumprimento também o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Vicente, a Deputada Conceição Sampaio, Deputado Luiz Castro. Em nome dos três quero cumprimentar todos os Deputados Estaduais aqui presentes, muito obrigado pela receptividade, pela atenção de vocês aqui com a Comissão.

Quero cumprimentar o Senador Arthur Virgílio, que é meu colega e amigo lá do Senado. Quero... Eu e o Senador Arthur Virgílio, nós teremos que, por uma razão não tão agradável como o debate sobre mudanças climáticas, nós teremos que ir para o Senado. Porque nós estamos discutindo essa questão no Conselho de Ética, e temos Sessão lá e não podemos deixar de estar lá amanhã bem cedo. E então nós vamos ter que daqui a pouco, eu vou ter que falar e me ausentar para ir para o aeroporto, e eu já lhe peço desculpas a todos vocês por esse contratempo. Mas vai ficar no meu lugar a Deputada Rebecca que já tem ocupado a relatoria eventual e desenvolve o trabalho com muita competência. Então ela vai estar aqui, ela conhece o Estado do Amazonas muito bem, e vai ficar na Relatoria desse trabalho dessa Sessão. Quero cumprimentá-la, cumprimentar os Deputados presentes, a Deputada Vanessa Grazziotin, também presente aqui do Estado, Deputado Luiz Carreira, Deputado Bala, Deputado Jorge Cury que estão presentes aqui junto conosco. E todos vocês, o Presidente do INPA que eu cumprimento, em nome dele todas as entidades aqui presentes, nossa presença aqui, primeiro é para que nós enquanto Comissão possamos dar oportunidade às entidades do Estado do Amazonas de se pronunciar. De falarem. O tema é um tema importantíssimo. Fundamental. Todo o planeta discute o tema mudanças climáticas. Mas, nós montamos uma Comissão em Brasília. Mas combinamos, não vamos ficar só em Brasília. Fomos ao INPE em São Paulo, fomos ao Museu Emílio Goeldi, numa audiência começa lá em Belém, e estamos aqui hoje, visitamos o museu de ciência, o INPA, conversamos com o Governador, estamos aqui.

O primeiro objetivo é esse, é dar oportunidade para as pessoas falarem, se expressarem. Segundo objetivo é que nós possamos trazer o debate para os Estados, para as regiões. E o terceiro objetivo é que nós possamos buscar, dar apoio às entidades que trabalham nessa área, as entidades instituto de pesquisa, e buscarmos sugestões. E aqui no Amazonas nós temos uma riqueza enorme, porque nós temos o INPA. Tivemos lá diversos experimentos, pesquisas, diversas ações do INPA sendo desenvolvidas já com esse objetivo. Então vamos... Temos no INPA um parceiro que vai nos ajudar muito nas propostas e na proposta do Relatório nosso final, no final desse ano. Nós vamos também ajudar. Queremos que esses institutos tenham mais dinheiro, mais orçamento, mais recursos para poder desenvolver esse trabalho. Tivemos com o Governador. E o Governo do Estado do Amazonas é pioneiro na política estadual sobre mudanças climáticas. É pioneiro. E nós queremos que [palmas] esse protagonismo do Estado do Amazonas possa ser seguido por outros Estados brasileiros.

O tema mudanças climáticas não é um tema do Governo Federal somente. É um tema do Governo Federal, que nós achamos que o Governo Federal tem que ser também mais audacioso nesse tema, é um tema dos Governos dos Estados, dos governos municipais, é um tema de cada um de nós. Não é só de Governo. É um tema de cada um de nós. Então o Governo do Estado aqui também vai nos ajudar para que a gente possa compor uma proposta de política nacional de mudanças climáticas, onde o Brasil possa aproveitar tudo de bom. A área florestal que tem de floresta nativa, possa aproveitar a tecnologia do álcool, do etanol e do biodiesel, possa aproveitar nossa matriz energética que é de fontes alternativas de energia, o Brasil não pode ficar tímido no debate internacional. Tem que ficar na posição de vanguarda no debate internacional. Tem que ficar numa posição de vanguarda no debate internacional e essa é a nossa posição. Então é por isso que estamos aqui. Então já falei muito, mas como vou me ausentar, queria deixar essa minha mensagem para vocês e pedir à nossa Deputada Rebecca pudesse a partir de agora assumir a Relatoria dessa Audiência Pública e agradecer aqui ao Presidente Eduardo Gomes pelo trabalho que tem feito nessa Comissão. Um abraço, gente.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Quero nesse momento agradecer ao Senador Renato Casagrande, registrar o nosso carinho e gratidão à presença dos Deputados Davi Almeida, Carlos Alberto, Terezinha Ruiz, Deputada Vera Castelo Branco, Adjuto Afonso, o Deputado Ricardo Nicolau, o Deputado Walzenir Falcão, Deputado Josué Neto, Deputado Arthur Bisneto, Deputado José Lobo, Deputado Edílson Gurgel, e Deputado Sinésio Campos. O interessante é que o Relator Senador Renato Casagrande sai da que vai com o Eduardo Gomes, mas é o aeroporto. Passo a palavra nesse momento ao Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, Deputado Eduardo Gomes, Sr. Presidente em exercício da Assembléia Legislativa, Deputado Vicente Lopes, Sr. Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas, Deputado Luiz Castro, Srª. Deputada Conceição Sampaio que teve a idéia felicíssima de propor esta Audiência Pública, prezados colegas de Congresso, Deputado Federal Luiz Carreira, Deputado e ex-Senador Sebastião Rocha, Deputado Jorge Cury, eu gostaria de dizer que tem quórum aqui para se fazer uma Sessão da Assembléia porque estão presentes o Deputado Carlos Alberto, Sinésio Campos, Arthur Bisneto, Vera Lúcia, Teresinha Ruiz, Walzeni Falcão, Adjuto Afonso, José Lobo, Davi Almeida, Luiz Castro, Edílson Gurgel, Josué Neto, ainda com uma representação muito expressiva da Câmara Municipal na figura da Vereadora Lúcia Antoni, Câmara Municipal de Manaus.

Gostaria de saudar de maneira muito respeitosa o Diretor Geral do INPA, no Estado do Amazonas, o Prof. Adalberto Durval, e senhoras e senhores. Antes, uma menção muito justa, muito necessária, ao trabalho competente que o Relator Renato Casagrande vem fazendo nessa Comissão a qual eu sou suplente, e a presença firme na Presidência da Comissão do Deputado Eduardo Gomes. A presença nesta Mesa, a presença da Comissão na Amazônia, na Câmara dos Deputados, a Deputada de conceito positivo consolidado na Casa, Deputada Vanessa Grazziotin, e a Relatora neste momento e Sub-Relatora na Comissão, uma das artífices nessa Comissão Deputada Rebecca Garcia que eu vejo como uma promessa política a perder de vista no Estado.

[palmas]

Mas os motivos que me fazem sair em seguida são os mesmos do Deputado Renato Casagrande. Só não sei se vou conseguir, pela primeira vez, ser mais sucinto do que ele. Não sei. Mas o fato é que eu vou abordar pelo meu ângulo quatro ou cinco pontos mais rapidamente que eu possa sobre a questão do aquecimento global.

Eu estou convencido de que o Brasil está hoje em déficit com a humanidade, na medida em que ele é apenas a 10º economia do mundo e ele é o quinto poluidor. Ou seja, o nosso crescimento econômico está custando ecologicamente muito caro. Está cobrando

um preço muito alto das futuras gerações. Se nós não tivéssemos os desmatamentos nos níveis em que eles se dão, nós teríamos certamente a mesma 10ª economia do mundo, poderia ser a 8ª, a 12ª, é mais um jogo cambial do que uma situação real, uma situação de fato. Mas nós teríamos a mesma economia, 18ª ou 11ª ou 12ª com... Deputado Sebastião Reis, com um saldo a favor. Seríamos o 18º poluidor e a 10ª economia do mundo. Então seria um saldo positivo. O Brasil está hoje com um saldo negativo muito claro.

O Brasil comete, a meu ver, um equívoco diplomático grave quando vai à reunião do G8, e praticamente monta uma solidariedade que a meu ver é artificial com China e Índia. Algo do tipo: Vocês ricos poluíram para crescer, não nos peçam para não poluirmos já que nós queremos também crescer. O desafio é mais inteligente do que isso, o desafio é crescer sem poluir. O desafio é nós crescermos sem estragarmos a vida das pessoas que vêm depois de nós. E depois a solidariedade é ruim, porque a China ela trabalha a base de uma matriz energética altamente poluente que é o carvão e não vai se livrar dela tão cedo. E a China precisa crescer de maneira acelerada sempre porque a China tem que sustentar um bilhão e quase quatrocentos milhões de seres humanos. A China daqui a pouco estará superando os Estados Unidos no conjunto da poluição. E se Deus quiser não vai superar nunca na poluição per capita porque seria o fim da humanidade, literalmente o fim da humanidade no prazo mais curto possível. O Brasil tem um dever de casa a fazer. Não tem que montar grupo com China nem com Índia coisa alguma muito tem que fazer o dever de Casa bem. É muito simples, é deter o desmatamento na região amazônica. Ao mesmo tempo, sendo capaz de dar as possibilidades de sustento aos brasileiros que vivem na região amazônica. Vivem na região norte. Brasileiros que têm que comer, tem que se vestir, tem que viver, tem que estudar, tem que ter direito ao futuro, tem que ter direito à ambição. Mas esse é o nosso dever. Eu olho o Prof. Adalberto Durval, estive outro dia no INPA, visitando o INPA, e fiquei muito impressionado com a qualidade dos técnicos que lá encontrei. Mas fiquei muito preocupado com a deficiência de recursos enfrentado pelo INPA. E muito preocupado com o fato de que nós temos muito menos doutores no INPA do que deveríamos ter, muito preocupado com o fato de que parece que nós não enxergamos ainda que ali está uma saída econômica muito clara. Teve uma época em que era moda no Amazonas as pessoas ridicularizarem o INPA. Ah, estão dando de mamar ao peixe-boi como se fosse algo desimportante dar de mamar ao peixe-boi. É muito melhor do dar de mamar a político corrupto, melhor dar de mamar a peixe-boi. É muito melhor. Então, o INPA tem que ser apoiado pela sociedade de maneira expressiva. Tem que ser apoiado pelos parlamentos, tem que ser apoiado pelos empresários, tem que ser apoiado pelos governos. O INPA tem que ser parte fundamental no descortino desse horizonte de riqueza para o nosso povo. Ou não seremos nunca ser capazes de explorar as potencialidades da nossa biodiversidade. Eu vejo que se nós não fizermos o dever de casa de maneira correta eu vou dizer algo que pode parecer catastrofista, Presidente Eduardo Gomes, minha prezada Relatora Rebecca Garcia, pode parecer catastrofista, mas enfim, fica o modo como eu vejo a questão. O Brasil em seis anos, dez anos, ele perde o direito de soberania sobre a Amazônia. O Brasil vai virar um protetorado sobre o comando de Países do G8, G7, G8, dirigido pela ONU. O Brasil não tem o direito, não tem a possibilidade nem militar de brincar com a administração justa da região amazônica. Alguém pode dizer: Mas a China. A China tem sido muito dura na forma de lidar com o meio ambiente. Mas é impossível se fazer qualquer retaliação militar à China. Estados Unidos nem vamos pensar em algo diferente do que olhar impotente e eles fazerem o que eles quiserem. Nós não. Nós somos um País indefeso. Nós temos que ter uma potência política, uma potência mediadora, uma potência econômica, a mais expressiva que possamos ser, mas jamais seremos uma potência militar. Nós temos que saber explorar as possibilidades do nosso desenvolvimento sem pensar em aventuras expansionistas. Não é da nossa vocação nem é da nossa possibilidade.

Então, o que garante a soberania sobre a Amazônia é muito mais do que a presença militar que eu não descarto e acho fundamental nas fronteiras é nós sabermos desenvolver corretamente a região amazônica. Reduzindo a emissão de CO de maneira expressiva e clara, sobre pena de nós termos percalços em relação a posse sobre uma região que representa o futuro do País. Gostaria ainda de dizer que nós vemos... Quando eu cheguei, Deputado Eduardo Gomes, Deputada Vanessa, quando eu cheguei aqui e a Vanessa foi uma das primeiras pessoas que eu conheci, quando eu cheguei em 1978, eu estudava fora, morava fora, disputei minha primeira eleição, eu achei estranho que eu fui aqui ao Paraná do cambista aqui perto, e lá um ribeirinho me disse: “Isso aqui fica muito bonito no período da seca”. E eu voltei para Manaus dizendo: “Puxa, ele não falou direito. Será que é sotaque, será que o fato de eu ter morado fora eu falo tão diferente dele”. Enfim... Depois eu compreendi que tinha ali um lance de sabedoria popular fantástico. Seca era um fenômeno nordestino. Cheia todo mundo sabe o que é, é muita água. Quando você continua com muita água, mas com menos água,

não é justo se chamar seca. É justo se chamar seca. Porque secou, mas não tudo. Nós vimos ultimamente seca, e não seca. Eu tomei aquela lição, o dicionário nossos não registra essa expressão, e é uma coisa que às vezes me dá vontade, o tempo é duro, mas dá vontade de escrever para os dicionaristas e dizer: Olha, trabalha a idéia da distinção entre seca e seca. Se a Amazônia acabar, não precisa mais o dicionarista trabalhar isso. Porque hoje é seca, não é mais seca. Nós vimos aquele sol esturricado, aquela figura nordestina do sol esturricado. Nós vimos... E aí alguém diz: Puxa vida, graças à Zona Franca de Manaus que financia bem ou não o interior do Estado, que dá uma opção econômica para o nosso Estado. Nós temos 98% da nossa cobertura florestal intactos.

Então, como é que ainda assim nós tivemos o fenômeno da seca no lugar da seca? Em volta os vizinhos continuaram sendo desmatados.

Então, não adianta resolver a questão do Amazonas em si próprio, em si mesma. Não adianta resolver só, Deputada Rebecca, o Amazonas. É preciso uma política para este País, é preciso uma política para o Amazonas como um todo, é preciso uma resposta e que seja uma resposta que no econômico preserve o direito de viver das pessoas. E no ecológico, estabeleça que a forma de se desenvolver a economia do nosso País não é destruindo a natureza. Então eu vejo do ponto de vista prático a necessidade de apoiarmos as universidades, apoiarmos quem já constitui massa crítica suficiente para descortinar esse processo de desenvolvimento. Eu quero colocar em posição de honra o INPA. É nós percebermos que nós não podemos repetir os erros dos Países ricos que fizeram a sua parte no desastre ambiental que o mundo vive. Não é desculpas e é inaceitável por nós se temos filhos e netos e aspiração a ver as futuras gerações crescerem sem terem vergonha de nós. Temos que mostrar com clareza que nós somos capazes de ter formas novas e melhores de produzir. Eu não tenho a menor vontade de ver desastre no sul da região amazônica. Eu não tenho a menor vontade. Alguém diz: Puxa vida, isso é bom para o cientista falar, não para o político falar. Se esse é o preço, eu abro mão de todo e qualquer voto que eu possa ter naquela região. Se só tem essa saída, eu não quero desastre ambiental em troca de voto. Eu não quero trocar nada por nada, aliás. Nós temos que ter sem dúvida e com sinceridade apego a espírito público e lucidez para enfrentar esse momento. Portanto essa Comissão ela vem em boa hora, ela é muito oportuna, ela certamente vai apresentar um Relatório rico, expressivo, com propostas de alterações legais. Ela vai dar... Ela vai mostrar que se fez a parte que cabia ao Congresso Nacional. E o Congresso Nacional precisa disso. Ele precisa mesmo de ter uma agenda positiva, uma agenda que o leve a discutir os grandes temas de interesse do País. E nada é mais importante no País do que discutirmos a Amazônia. A Amazônia não é um tema paroquial, não é um tema pequeno, não é um tema menor. Quando eu tive o meu primeiro mandato as pessoas diziam: Puxa vida, lá vem ele falando da Amazônia. E a Amazônia parecia para eles, na época, meus colegas de outros Estados, parecia que eu estava discutindo a ponte que ligava o Estado não sei o que, a ponte da Prefeitura da dona Maroca com a Prefeitura do seu Zezinho. Não era isso. Era uma questão importante, nacional, de interesse planetário naquela época. Hoje é importante de interesse nacional e de força planetária mais do que nunca agora. E nós temos que ter essa consciência no Brasil. Nós não podemos que os brasileiros não se conscientizem de que a Amazônia é essencial, é vista como uma chave essencial da vida do planeta. Como é que nós aqui imaginamos que uma questão planetária e não nos mobilizamos para oferecer as alternativas todas que sejam capazes de viabilizar, Deputado Sinésio, a nossa vida, a nossa saída econômica, a nossa saída social, a nossa saída política dentro do quadro da democracia e a nossa saída ecológica. Não há economia viável sem se tratar com correção a questão ecológica. Seqüestro de carbono, é uma hipótese que eu vejo com os melhores olhos, os Países ricos devem pagar sim pelo nosso esforço de não desmatar. Enquanto isso, temos saídas aqui dentro mesmo, passam todas pela sustentabilidade dos projetos. Passam pelo uso correto da água. A água que vai ser uma commodity, eu prevejo que na segunda metade do Século 21 vai ser uma commodity mais valorizada nessa época do que o petróleo será. E nós somos a Pátria da água, nós temos água em abundância, Deputado Sampaio. Portanto eu queria parabenizar V.Exª pela iniciativa muito brilhante. Lamento nós termos tantos problemas e problemas de ordem tão pouco construtiva em Brasília a ponto de impedir que o Senador Casagrande e eu próprio possamos ficar aqui para ouvir o seu discurso certamente competente e sensível, até porque competente e sensível foi o seu gesto de propor esta Audiência Pública tão relevante.

Mas eu parabenizo o Estado como um todo por nós termos aqui uma opinião pública tão mobilizada, nós termos Deputados tão generosos de outros Estados que compreendem como ninguém, Deputado Luiz Castro, a importância, a relevância do momento em que vivemos e sei que está em muito boas mãos. Está em muito boas mãos esta Comissão. Afinal de contas, os vice-presidentes delas é um ex-Presidente da República. O ex-Presidente Fernando Collor de Mello. O

Presidente é um Deputado que se destaca um dos mais competentes. O Relator é um Senador em que o Senado em pouco tempo aprendeu a respeitar e a Câmara já o conhecia sobejamente. E eu volto a dizer, a Deputada Rebecca Garcia tem dado conta do seu mandato de maneira brilhante. E, portanto, que nós todos saibamos fazer cada um a sua parte. E o Brasil espera, sobretudo nós aqui saibamos dar as idéias e fazer as propostas, formular as propostas que apontem para o futuro. E o futuro tem que ser um futuro brilhante. Não podemos ser a geração que vai desenhar um futuro opaco para este País. Uma geração vista como inimiga da humanidade. Nós temos que unir. A economia que dê certo, a preocupação ecológica justa que vai fazer deste País uma nação, ela própria mais justa e só será uma democracia consolidada mesmo se formos capazes de unir todos esses fatores positivos. Muito obrigado. Era o que eu tinha a dizer.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Nós agradecemos ao Senador Arthur Virgílio, brilhante pronunciamento. Nós vamos iniciar daqui a pouco as apresentações e vamos alternar com a participação dos Parlamentares, os Deputados Estaduais, os Deputados Federais, conseguimos autorização do Presidente Vicente Lopes aqui para ouvirmos todos e garantir que todos consigam participar da audiência.

Portanto, eu passo a palavra nesse momento à Deputada Vanessa Grazziotin, Presidente da Comissão da Amazônia na Câmara dos Deputados, que ela também terá que se ausentar. Então passo a palavra à grande Deputada Vanessa Grazziotin.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Muito obrigada, Deputado Eduardo Gomes. Através de quem eu cumprimento toda a Mesa, se me permitem para economia do tempo. E dizer, Senador Arthur, que faço das suas palavras, se V.Exª assim permite, as minhas palavras para ser econômica no tempo. Quero dizer que V.Exª fez um pronunciamento que acho que retrata a preocupação de todos nós. Eu apenas faço questão de registrar essa minha participação, mesmo porque temos várias atividades em conjunto, não só a Comissão Mista de mudanças climáticas, com a Comissão da Amazônia, mas também a Comissão de Meio Ambiente, e com esse propósito nós estaremos realizando em Brasília agora no mês de agosto um seminário internacional para tratar sobre o tema. Talvez seja um dos maiores eventos que a Câmara e o Senado deverão organizar durante esse ano. E dizer que nós estamos representados aqui por dois membros também da nossa Comissão, que participam da Comissão de Mudanças Climáticas, mas que também acompanham a Comissão da Amazônia. A Deputada Rebecca que nesse ato fará a Relatoria dos trabalho dessa Audiência Pública, e o Deputado Sebastião Bala Rocha, Deputado que vem do Estado do Amapá e que eu digo com toda sinceridade. Tem sido dos Parlamentares mais preocupados no debate desse tema e principalmente de buscarmos mecanismos para garantirmos o financiamento das áreas de preservação ambiental de todo o País. Algo que nos sensibiliza muito a todos que não só somos da região amazônica, mas porque pertencemos a Estados que tem grandes extensões de áreas protegidas ambientalmente. Então eu quero cumprimentar a todos, mas cumprimentar particularmente a Deputada Rebecca Garcia que foi uma das pioneiras para a realização desse evento. Nem todos os Estados terão esse privilégio, não é Presidente Eduardo, de ter uma Audiência Pública em torno de oito, nove Estados apenas realizarão Audiências Públicas. Eu vejo aqui tanta gente que trabalha no dia-a-dia, que estuda esse problema aqui na nossa região. Que vem do INPA, que vem da EMBRAPA, que vem das entidades não governamentais, enfim, das secretarias... Da Secretaria de Meio Ambiente, enfim, eu acho que o Amazonas tem dado o exemplo. Nós, antes de chegarmos até aqui, estávamos com o Governador do Estado. E ele expunha aos Parlamentares, principalmente aqueles que não são da região, essas novas leis, essa nova política estadual de mudanças climáticas. Ele deve, em breve, através de uma iniciativa de várias Comissões, dentre elas de mudanças climáticas da Amazônia, meio ambiente, estar nesses próximos dias em Brasília fazendo também uma exposição. Porque não há nenhum outro Estado que tenha se adiantado tanto, adotado tantas medidas relativas ao tema como o Estado do Amazonas.

Então, essa, na minha opinião, será uma das melhores e mais produtivas Audiências Públicas. No mais, quero dizer que estarão aqui, ficaremos bem representados a Comissão da Amazônia, Deputado Sebastião, Deputada Rebecca, e desejar a todos que eu penso que estão todos ansiosos para ouvir os senhores, e não nós os Parlamentares que temos uma Tribuna através da qual falamos todos os dias.

Então cumprimento a todos e desejo a todos também uma excelente, uma magnífica Audiência Pública. Um abraço a todos os Deputados. Muito obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): A partir de agora nós passaremos... Vamos passar a algumas exposições. E o nosso primeiro convidado é o Sr. Neliton Marques da Silva, Secretário-Executivo da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. A partir de agora tam-

bém a Mesa precisa registrar que cada orador terá o período de 10 minutos para a sua explanação. Com a palavra, então, o Sr. Neliton Marques da Silva, Secretário-Executivo da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

SR. NELITON MARQUES DA SILVA: Exmº. Sr. Deputado Eduardo Gomes, Presidente da Comissão Mista que nos honra com a sua presença, Exmª. Srª. Deputada Rebecca Garcia, Relatora, Deputado Francisco Lopes, demais membros da Mesa, Deputada Socorro no qual cumprimento os demais pesquisadores, secretárias, secretários, senhoras e senhores Deputados aqui presentes, público. Eu entendo que esse debate que vem aqui a esta Casa, ele se dá em desdobramento a uma decisão ousada do Estado do Amazonas. Pioneiro e vanguardista quando decidiu pela implementação. Pela aprovação de uma lei que materializou todo um debate internacional e nacional relativo à questão das mudanças climáticas. E não poderia ser diferente por ser um Estado que detêm uma cobertura florestal ainda privilegiada, e que tem pela frente um grande desafio de transformar o que é hoje uma bomba em potencial do ponto de vista de carbono estocado, em uma grande arena na perspectiva de um desenvolvimento sustentável, sólido, no qual há necessidade premente da mobilização de todos os segmentos. Da comunidade científica, local, regional, nacional, internacional, os docentes das universidades aqui presentes, na região, da Universidade Federal do Amazonas, da Universidade Estadual, das instituições privadas de ensino e d pesquisa, de todos os setores organizados da sociedade e do Parlamento. Esse não é um esforço, essa não é uma iniciativa, não é uma agenda que fique circunscrita a uma única organização. Ela é tarefa e é um desafio de todos nós e é isso que nós temos pela frente.

A política do Estado do Amazonas ela, sobretudo no campo ambiental, ela se volta com a preocupação de que nós não podemos pensar numa estratégia de conservação ambiental se nós não observarmos o conjunto das ações que vêm acontecendo nos Estados, sobretudo nos Estados vizinhos, e pensar mais do que isso, pensar na perspectiva da Pan-Amazônia. Somos um Estado, Sr. Deputado, em que todos os nossos grandes rios que drenam a nossa bacia amazônica não nascem dentro do espaço territorial do Amazonas. Nascem nos nossos Países vizinhos. Madeira, em Colômbia. Juruá-Purus em Peru, Solimões no Peru, Madeira, desculpa, na Bolívia, o Rio Negro na Colômbia, Venezuela, inclusive na Guiana. Enfim, isso significa que nós precisamos ter uma agenda que contemple uma gestão trans bacias hidrográfica de maneira que a gente tenha condições objetivas de gerenciar isso de forma clara e concisa.

Nesse quadro, você pode se imaginar que o Estado não poderia avançar numa política ambiental sem levar, por exemplo, em consideração a necessária agenda de criação de área protegidas, como uma forma de proteção. Não apenas da sua diversidade biológica, mas também da riqueza étnica e cultural que nós temos aqui no Estado do Amazonas.

Então, esse complexo de áreas protegidas, ela deve ser tratada não apenas do ponto de vista de que é fundamental proteger a diversidade, mas também garantir e assegurar que a proteção baseada em ilhas biogeográficas não é suficiente para segurar a proteção da diversidade biológica. Daí a necessidade urgente de materializarmos o conceito de corredores ecológicos que leve em consideração a proteção em si nas áreas, das diferentes categorias de unidade de conservação. Mas também das inúmeras terras indígenas e das áreas intersticiais configurando um espaço amplo e diverso de áreas legalmente protegidas. Se a gente analisar no universo de possível desmatamento no nosso Estado, fazendo um cenário de 2005 a 2050, o que a gente pode visualizar, essa imagem de alguns de vocês já é bastante comum, é um quadro mais ou menos assim no qual essa porção toda em amarelo significa áreas que sofrerão, caso nenhuma política pública consistente seja implementada dentro de uma perspectiva de uma política de Estado, e não de Governo, venha acontecer no Estado do Amazonas. Percebam, notem que é na poção sul-sudeste e na poção leste que o Estado sofrerá maiores pressões de natureza antrópica. Se nós não tomarmos medidas consistentes e daí a justeza desta Casa de ter acatado uma proposta governamental e no espaço aberto e democrático de discussão, ter avançado na aprovação de uma lei de extrema importância. Na verdade, foram duas leis. A nº. 53 é a Lei Complementar que implantou o sistema estadual de unidade de conservação e a 3.135 que é a lei referente à política de mudanças climáticas para o Estado. Duas leis fundamentais para que o Estado possa... Pudesse trazer para o quadro contemporâneo de discussão sobre dois temas que leva, que coloca o Estado num estágio de discussão, numa pauta de discussão internacional e, sobretudo, local, do quanto é importante nós pensarmos numa política que traga, não apenas a questão da proteção em si, mas fundamentalmente de proporcionar àqueles povos, os povos amazônicos que vivem ao longo das calhas dos nossos grandes rios, condições nem sempre dignas que compatíveis com a dignidade humana.

Essa é uma outra imagem que mostra, não sei se ela vai ficar animada, mas ela mostra a contribuição

que dentre outros de serviços ambientais que a floresta amazônica tem em relação à estabilidade e à dinâmica do clima local, global, internacional. Mas, sobretudo, na região e no Brasil. Ora, se nós temos uma floresta que contribui em pelo menos 50% da precipitação local e através do processo de evapotranspiração contribui para a formação de chuvas em outros lugares, significa que nós precisamos, não apenas na perspectiva da sua proteção, mas da sua valorização. E alguém precisa, quando eu falo alguém a comunidade internacional, e nacional, precisa despertar para esse importante papel dos serviços ambientais que essa floresta oferece com relação à questão da chuva, com relação ao estoque de carbono, com relação à estabilidade climática de um modo geral, isso tem um custo. E esse custo precisa ser, senão rateado, mas socializado no conjunto da sociedade para que possamos atingir níveis confortáveis de desenvolvimento compatível com o que se espera de uma sociedade contemporânea.

Não é de agora o esforço que o Estado faz no sentido de criar suas áreas protegidas, esse era o quadro de mosaicos de unidade de conservação estadual em 2002, em 2003 notem que houve um avanço já razoável também no ponto de vista de proteção desses espaços em diferentes unidades de conservação, 2005 já chegou a um estágio de conservação no qual se direcionava para aquelas áreas mais frágeis, mais vulneráveis do Estado, sobretudo a porção sul quando se criou um mosaico de unidade de conservação fronteiriço, por exemplo, ao Estado de Mato Grosso, e próximo ao Estado de Rondônia.

Chegando um a quadro de unidade de conservação, conforme esse quadro mostra e no qual nós temos aí tanto as unidades de conservação federal como estadual, já incluindo, inclusive, a mais recente que é a do Rio Gregório, próximo ali ao Estado do Acre. O que demonstra um mosaico que nós temos aí em torno de seis mosaicos, mas um quadro bastante alto, levado de proteção, o que atinge, se nós somarmos as unidades de conservação junto com as terras indígenas e federais, temos um Estado praticamente na sua metade territorial bastante conservada.

E aí vem a Lei Complementar, conforme eu já havia mencionado que tem exatamente esse objetivo que instituiu o sistema estadual de unidades de conservação com fins de proteção da biodiversidade e diversidade étnica e cultural. A ponto de nós termos nas áreas protegidas do Amazonas, apenas para trazer em termos de valores, um total de 76.4 milhões de hectares.

E aí apenas um quadro geral do desmatamento na região, de 2002 a 2005, o Estado no seu esforço através da política de conservação conseguiu redução em mais de 50% na sua unidade, e isso implicou numa redução de 600 milhões de toneladas de carbono que se evitou em termos de ser liberado para o Estado. O Senador Arthur Virgílio colocou muito bem, na verdade, nós ao evitar o desmatamento nós estamos retendo carbono. E esse serviço precisa também ser remunerado. Essas seriam as emissões evitadas em função dessa redução esforço de desmatamento, esses são os esforços, esse quadro, esse gráfico mostra a evolução do desmatamento comparativo da Amazônia legal e no Estado do Amazonas, ali em verde é do Estado, [soa a campainha] a meta de redução para o Amazonas, já estou finalizando, e aí temos um dado que acho importante apenas ressaltar, esse aqui é a redução de focos de calor. Isso dá um indicativo muito claro no período de 2002 a 2007, entre janeiro a junho, da redução de focos de calor que é um bom indicativo da redução do desmatamento. O que mostra que o Estado está cumprindo, está avançando na sua política de que a nós mantermos a floresta em pé paralelamente investir todos os esforços na melhoria da qualidade de vida das populações me parece um caminho dos mais certos. E aí está a política sobre mudanças climáticas que tem esse principal objetivo que é a criação dessas estratégias voltadas para as áreas... Voltadas para a valorização dos serviços ambientais e criação de fundo, um fundo estadual de mudanças climáticas para atender diferentes ações e uma pauta extremamente complexa. E a gente entende que não se faz... Implementa uma política como essa, com essa magnitude e com essa complexidade se nós não tivermos os necessários instrumentos. E para a implementação desses instrumentos é fundamental que a gente imobilize todos os instrumentos da sociedade, mais uma vez eu enfatizo o papel das instituições e do INPA em particular, Prof. Dalberto Walf(F), fundamental, eu acho que esse esforço tem que ser de todos nós, da Universidade Federal do Amazonas, da UEA que precisa cada vez mais ampliar a sua massa crítica, formar novos quadros, e aí o esforço da Secretaria de Ciência e Tecnologia, o esforço da Secretaria de Meio Ambiente do Estado e de todos os setores organizados, da SEMA, enfim, de todos que nós estamos envolvidos nessa grande tarefa de tornar esse Estado um espaço de referência, um espaço no qual a gente possa materializar uma política que seja consistente.

Infelizmente o nosso tempo já encerrou, mas eu deixo à disposição da Comissão, não só a apresentação, mas os textos que nós geramos ao longo dos nossos debates. Eu quero agradecer a paciência, desculpar pelo excesso do tempo. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Queremos agradecer o Sr. Neliton Marques da Silva, também informar a todos os participantes desta Audiência Pública que está presente também no Plenário a consultoria do Senado Federal, que dá amparo aos trabalhos da Comissão, e a equipe da TV Senado e TV Câmara.

Convido nesse momento a Drª. Maria José da Silva Nazaré, Promotora de Justiça, coordenadora da Promotoria Estadual do Meio Ambiente para a sua exposição. V.Sª dispõe de até 10 minutos.

SRA. MARIA JOSÉ DA SILVA NAZARÉ: Bem, boa tarde. Cumprimentar a Presidência da Mesa, na pessoa do Deputado Federal Eduardo Gomes, cumprimentar a Comissão do Congresso Nacional de Mudanças Climáticas que veio, escolheu nossa região para fazer essa audiência e também a autora da proposta, Deputada Conceição Santiago e os demais membros da Mesa. Cumprimentar todos os Deputados e demais Deputados presentes, e aos outros demais participantes na pessoa da Drª. Luciana, nossa secretária municipal de meio ambiente e muitos outros tão conhecidos que nós encontramos aqui sempre que tem uma questão, se debate a questão ambiental.

Bem, face o tempo eu vou tentar como fiscal da lei cumpri-lo integralmente. Na Promotoria do meio ambiente nós desenvolvemos trabalhos aqui em Manaus com três promotorias especializadas e de alguma forma na área ambiental não só no que se refere ao desmatamentos, como também a queimadas e delitos ambientais, como tráfico de animais e preservação de APPs, e todo tipo de delitos ambientais configurados na Lei de Crimes Ambientais e também na lei da Ação Civil Pública. Nós trabalhamos com diversos instrumentos como procedimentos administrativos, inquéritos civis, ingressamos com ações civis públicas, hoje está em moda um instrumento que já estava contido na lei, e ficou muito tempo esquecido, mas o termo de ajustamento de conduta dentro do que preleciona a Presidente da nossa Suprema Corte, a Ministra Ellen Gracie com [inaudível]. Então, nós utilizamos também muitas vezes esse instrumento, e quando não existe outra forma, ingressamos com ação penal pública e com Ação Civil Pública. Afora isso nós também temos condições em trabalhar ainda com Audiências Públicas como essa, voltada para a discussão de projetos de grande monta, como, por exemplo, o Projeto de Gasoduto que foram feitas Audiências Públicas em diversas localidades do nosso Estado, está ali o Dr. José Roque presente que participou ativamente delas, isso dando uma demonstração aqui das promotorias de meio ambiente da capital. Agora, vamos mudar o enfoque porque o tema foi desmatamento na Amazônia. Então a maioria dessas questões acontecem não... Sim, algum percentual mínimo também aqui na capital em Manaus, Município de Manaus, mas principalmente elas ocorrem nas comarcas do interior.

Ainda só uma visão rápida de Manaus, mas tem muitas pessoas para falar de Manaus, acho que não é o enfoque. No que se refere ao interior do Estado, as comarcas do interior elas têm o Promotor de Justiça e o Juiz. Mas não existe as promotorias especializadas e nem a justiça especializada em questões ambientais como existe aqui na capital. E isso nós atribuímos a isso também não somente, mas também a isso a falta de uma ação penal mais rígida, de um controle mais forte. O tema do debate fala de desmatamento medidas e sugestões, medidas de controle. Então vou dar um panorama. Por exemplo, no ano de 2005, nós encaminhamos para o interior, a coordenação das promotorias encaminhou para as promotorias de justiça as comarcas do interior 445 processos criminais ambientais. Destes, 161 diziam respeito à comarca situadas na área sul e sudeste do nosso Estado. Desses 161, eu ainda classifiquei ali, 62 referiam-se a desmatamento. E não pouco desmatamento. Nós estamos falando de desmatamento de 1 mil, 590 hectares. Nós estamos falando de desmatamentos de 890 hectares, nós estamos falando de desmatamento de 440 hectares que eu coloco a disposição, alguns eu trouxe quatro como amostra para a Comissão da Câmara, o Presidente da Mesa, Deputado Eduardo Gomes comentou que existe uma Comissão da Câmara para acompanhar se tiver à disposição, estão aí os documentos para que vejam. Então desses aí nós pinçamos algumas coisas apenas para mostrar o índice. Queimadas 38 no ano de 2005. No ano 2005 qual era o principal Município dessa área do arco do desmatamento que apresentava maior tipo desses delitos como desmatamentos, queimada, transporte ilegal, comercialização ilegal de madeira. Labrea. 2005. Mas também tem que ver esses processos que são encaminhados anualmente para nós. No ano de 2006, nós já podemos ver a quantidade de processos, 801. Duplicou. E de novo nós... Por questão de tempo até, nós priorizamos quantos desses processos criminais ambientais diziam respeito à área sul e sudeste do Estado que onde se fala, onde está o arco do desmatamento. Então 373, e deles 198 diziam respeito ao desmatamento.

No ano de 2006, qual o maior índice dentro desses processos criminais encaminhados para a coordenação do meio ambiente e daí remetidos as promotorias. Boca do Acre. E Boca do Acre é um dos exemplos que eu tenho para mostrar a quantidade de 1 mil, 590 hectares. Um único desmatamento. E será que então nós estamos reduzindo? Vou explicar, eu vi muito bem o Dr.

Neliton falando da SDS eu vou já chegar o porquê da disparidade. Porque o índice está maior e outro menor. Porque aparece que o desmatamento está se esgotando e na minha estatística ele parece aumentar. Já chego lá. No ano de 2007 até maio nós já recebemos 226 processos criminais ambientais. Desses, 87 continuam dizendo respeito à comarca do sul e sudeste do Estado e de desmatamento 72. Maior índice desses processos de desmatamento, queimada Boca do Acre e Labrea. E agora a explicação. Esses processos 97% foram encaminhados pelo IBAMA. Seja o IBAMA a superintendência aqui do Amazonas ou também a superintendência do Acre. E esses processos chegam a nós com dois anos de atraso, Deputada Rebecca. Quer dizer, agora que vai ser remetido para o Promotor de lá e então o Promotor vai ingressar com Ação Civil Pública ou penal. Muitas vezes o responsável já mudou de Estado, já foi embora.

Então, esse é uma das fragilidades do sistema que eu aponto, e eu vou seguir, vou acelerar porque meu tempo está ali correndo. Aí imagem. Imagens falam mais do que qualquer coisa. É Apuí 2000. Tem duas imagens do mesmo Município. A segunda é 2005. Essas imagens foram fornecidas pelo SIPAM, são oficiais, e estão à disposição no CD essa e outras imagens. Canotama 1992. Canotama 2005. E agora uma que eu acho a meu ver é a mais chocante. Manicoré 2002. Próximo. Manicoré 2005. E como dizia o tema falava que tinha que falar de desmatamento e propor medidas de controle, eu tomei coragem de criar, de propor alguma coisa. Uma proposta direta no que se refere ao Ministério Público, a minha instituição, primeiro são as promotorias especializadas. Uma atuação mais direta com os outros órgãos, com os órgãos atuantes e se existentes nas comarcas. Por exemplo interação com Secretarias de Educação, com os órgãos instituídos, se houver a representação do IBAMA, com o IBAMA, e uma participação mais direta junto à comunidade, com palestras, com Audiências Públicas, não só atuando como quase sempre nós fazemos, atuando de forma repressiva, e sim preventiva. Um termo de ajustamento de conduta e hoje nós já fazemos tudo isso aqui em Manaus. Promotor de Justiça do Meio Ambiente sai, dá palestras à comunidade, vai sábado e domingo, vai com a associação de donas de casa, vai para as audiências com as promotoras legais. Então no interior também nós temos que criar esse hábito. E principalmente utilizarmos os termos de ajustamento de conduta. Eu termino ainda com a proposta que o Promotor de Justiça tem que ser daí para frente cada vez mais um agente político porque só assim nós poderemos interagir com outras instituições. E como propostas finais eu coloquei diversas embora eu não tenha trazido aqui por escrito para ler, mas vou citar algumas só e fica à disposição. Os slides. Eu lembro principalmente da criação, criação de varas especializadas em meio ambiente itinerantes. Itinerantes. Sair num barco pelo interior. A delegacia especializada do meio ambiente da mesma forma, ela existe, ela é para todo o Estado. Mas a sede é Manaus. Os órgãos ambientais, estaduais, órgão IPAAM como licenciador que instale nas sedes dessas comarcas do sul e sudeste, principalmente se não puder em todas, que instale escritórios regionais, porque não adianta, o promotor fica esperando que chegue, que o processo vai para o IBAMA no Acre, de lá encaminha para cá para poder ingressar com ação civil ou com ação penal. Dois anos depois. Enquanto que se houvesse a representação do órgão estadual não só do IPAAM, acredito que todos os outros órgãos envolvidos na questão seria bem mais prático fazer um termo de ajustamento, fazer um laudo. E isso é uma realidade. O órgão, o instituto de proteção ambiental do Amazonas a quem eu rendo as minhas homenagens aqui aos colegas presentes, mas ele não tem sede. Em nenhum Estado do interior. Nenhum. O IBAMA, bem ou mal, não sei agora depois do Chico Mendes, depois da criação do Instituto Chico Mendes, é que está atuando na fronteira. Seja através da Superintendência do Amazonas, seja através da Superintendência do Acre. Mas é quem se faz presente. Pouco, mas se faz. Então com essa região, com esses Estados de dimensão continentais não é possível se pensar que vai acontecer um delito lá e que vai ser feita uma comunicação para Manaus e ainda vai ser... Tenha que se tomar providências para a compra de passagem, pagamento de diárias, para encaminhar o técnico daqui, muitas vezes com a distância nada mais nada menos de mil quilômetros quadrados. Às vezes tem comarcas aqui que você gasta de avião o tempo que gasta para o Rio. Eu trabalhei, por exemplo, Quari. Então as distâncias são muito grandes.

Seguinte. Termino. Eu termino ainda com uma mensagem de Mahatma Gandhi, dizendo que a terra pode oferecer o suficiente para satisfazer a necessidade de todos os homens, mas não a ganância de todos os homens. E ainda uma frase também do Henry Brown que diz nós não herdamos a terra de nossos pais, mas a pegamos por empréstimo dos nossos filhos. E me coloco à disposição para demais questões e questionamento da platéia. Obrigada e perdoem, consegui exceder o tempo.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Muito obrigado Drª. Maria José da Silva Nazaré, Promotora de Justiça, coordenadora da Promotoria Estadual do Meio Ambiente. Quero convi-

dar nesse momento o Dr. José Adilson Vieira de Jesus, representando o Grupo de Trabalho Amazônico, GTA. Seria bem...

Bom, acho que ele se ausentou um pouco da audiência. Eu vou chamar o Exmº. Sr. José Roque Nunes Marques, Promotor de Justiça, representando nesse ato o Ministério Público Estadual. [palmas] V.Sª tem o tempo de 10 minutos para a sua exposição.

SR. JOSÉ ROQUE NUNES MARQUES: Eu pediria à Secretaria que colocasse... Obrigado. Primeiramente, gostaria de saudar aqui o Deputado Federal, Eduardo Gomes, Presidente da Comissão Mista, todos os Deputados Federais, Deputados Estaduais, Vereadores aqui presentes, amigos de luta da área ambiental aqui do Estado. Pelo menos tem um grupo aqui que está há 20 anos discutindo questão ambiental na Amazônia. Eu vou tentar ser extremamente breve no que diz respeito à minha apresentação.

Bom, primeiramente eu acho que a gente tem que analisar o que eu chamo de pobre Amazônia rica. Ou seja, todo esse desmatamento, toda essa situação que hoje se vive no Estado, no Estado nem tanto que acho que o Estado do Amazonas vive uma situação privilegiada em relação aos demais, mas a situação que vive a Amazônia nos permite abrir um pouco os olhos para o que está acontecendo. Ou seja, apesar de tudo isso, de toda essa expansão da fronteira agrícola de tudo o que está acontecendo, nós temos hoje ainda 24% de analfabetos na região, a pior distribuição de renda, e queimamos já 550 mil quilômetros quadrados eliminação pelo corte e queima e contribuímos de 2 a 4% para a contribuição do efeito estufa. Ou seja, nós temos uma região rica, mas que ao mesmo tempo convive com uma miséria quase que absoluta.

Alguns problemas ambientais vêm se apresentando aqui na região. Principais deles eu poderia dizer que é a expansão da fronteira agrícola. Ou seja, o País vem expandindo suas fronteiras dentro de uma lógica de desmatamento que passa, primeiramente, pela exploração madeira, depois pelo crescimento, pela chegada da atividade agropecuária, depois essa expulsão da atividade pecuária, depois essa expulsão da atividade agropecuária, dando lugar a atividade agrícola e expandindo essa atividade agropecuária um pouco mais ao norte e chegando aqui ao Estado do Amazonas. Temos também a extração ilegal de madeira, apesar de todo o incentivo à atividade sustentável, através do manejo florestal sustentável, que é uma coisa importante de ser incentivado, ainda temos atividade madeireira ilegal competindo com atividade legal e isto é muito ruim, porque passa a sensação de que a atividade madeireira feita de forma sustentável ela é economicamente inviável e isto não é verdade. Nós temos ainda biopirataria, caça, pesca predatória, um processo de urbanização como que acontece aqui em Manaus que é bastante significativo, pois a cidade cresce em cima de floresta primária e além claro de todos os problemas urbanos, como de um modo geral, especialmente a questão dos resíduos sólidos.

Bom, vamos lá para o lado do desmatamento, ou seja, 16% hoje da região já praticamente foi transformado em cinzas, numa taxa média anual de 24 mil quilômetros. Dependendo do índice, dependendo da região, 24 mil quilômetros/ano. O pior é que quando esse índice cai de forma significativa como caiu no ano passado, nós comemoramos por incrível que pareça um índice absolutamente desfavorável. Comemorar um desmatamento de 16 mil quilômetros quadrados é não ter, assim, um sentimento de vitória muito ruim. Perceber que a nossa floresta está se esvaindo e conseguimos comemorar com uma redução dessa que na verdade uma vergonha. A expansão da fronteira agrícola é um fato realmente real, expansão da agropecuária, e sobretudo grilagem de terras. Por incrível que pareça, o crescimento do desmatamento se dá na Amazônia sobretudo em cima de terras públicas, dentro de um processo de grilagem. Há absoluta necessidade de um controle público em todos os aspectos. Das terras públicas dadas pelo INCRA, e dentro dos cartórios que ainda se transformaram em verdadeiras máquinas de fabricar documentos falsos e que precisam ser combatidos de forma energética. Porque tira o cidadão da região. O cidadão que está lá há 30 anos, há 300 anos, está sendo expulso por esse processo brutal, e acho que o Ministério Público, que é a instituição que eu faço parte, precisa ainda dar uma grande contribuição. E acho que o Tribunal de Justiça também pode dar essa contribuição. Apenas para ver esse processo, são alguns dados que estão disponíveis. Veja como a situação da agropecuária, e eu chamo a atenção para a agropecuária porque a agropecuária é um processo que se dá depois da atividade madeireira pelo corte. Aí chega na pecuária. Só que depois da pecuária chega a soja, chega o algodão. E a pecuária e a madeireira começa a avançar sobre o Estado do Amazonas que é um processo que se não tomarmos as medidas adequadas poderá acontecer.

Em 1964 nós tínhamos um rebanho de 1,7 milhões de cabeças. Depois em 95 eram 17 milhões e hoje alguns dados dão 60 milhões em 2004. A propriedade nós temos 25 mil acima de 500 hectares, agora nós temos uma pequena propriedade que começa a se expandir de forma bastante significativa e para cada cabeça de gado, para cada um hectare nós criamos 0,7 cabeças de gado. Ou seja, cada hectare, em cada

três hectares, duas cabeças de gado para sustentar essas duas cabeças.

Esse aí é um dado do INPE, que eu quero só chamar atenção para todos. O Brasil se transformou numa verdadeira fogueira. Isso aí não é brincadeira de São João. Estes são os dados. Os mais amarelinhos são até cinco focos de queimada a cada 28 mil quilômetros quadrados. E aí 28 quilômetros quadrados. E aí você tem esse processo onde claramente aparece o arco do desmatamento. Só para ter uma idéia, essa imagem de 2005, a próxima, 2006, e agora 2007. Vejam que são esses dados. Ali a Amazônia cai significativamente, sobretudo, porque nós não estamos ainda no período de queimada. Período de queimada aqui se dá... Aliás tem um Estado, na Amazônia, que tem o dia da queimada. Institucionalizou o dia da queimada que é um período próximo a 7 de setembro em que todo mundo resolve queimar ao mesmo tempo porque o foco é detectado só de uma vez que eu não sei até que ponto isso é salutar.

A Drª. Maria José já mostrou essas imagens que é do SIVAM, do SIPAM, a Manicoré na Transamazônica, na BR-230, 92-2006. Olha esse processo como começa a acontecer naquela região. É porque Manicoré, embora no Rio Madeira, ele vai em direção ao Estado do Mato Grosso, as suas fronteiras. Aí Labrea aquela região próximo a Porto Velho, Labrea, Canutama, Porto Velho que é também a mesma situação, os nossos Municípios não são exatamente quadradinhos, 86/96, aí o Apuí, que é uma situação realmente muito grave, que é reflexo da expansão da fronteira agrícola do Mato Grosso, 97/2005. E aí a lógica do desmatamento, abertura de estrada, e a Amazônia tem 21.500, estradas endógenas vicinais, que são abertas no "muc".

Aí após a abertura de estrada, a madeira, que é a principal atividade nesse momento. A agropecuária toma lugar. E aí a atividade agrícola, principalmente a soja e o algodão que hoje ocupa grande parte do norte do Mato Grosso. No Amazonas vivemos uma situação diferenciada pela quantidade de áreas protegidas. Eu acho que o Amazonas, Dr. Neliton, tem uma situação especial. Eu acho que talvez o grande papel da Comissão Mista pode desenvolver nesse momento é o seguinte, o Amazonas claramente fez uma opção para dizer não ao desmatamento. Eu quero saber qual é o preço que eu o País pode pagar em termos de dizer: E se nós resolvermos a moratória por dez anos de desmatamento? Nós não vamos permitir. É uma proposta que eu faço. Desmatamento de floresta primária nos próximos dez anos. Eu quero saber se o País está com vontade e disposição política de discutir isso, de que forma a região pode ter um retorno sobre esse aspecto. Porque eu acho que o Amazonas por todas as suas posições que já tomou até o momento, tem posição, tem postura e moral para fazer essa proposta. E agora abrir a discussão aberta com a sociedade, e com o País inteiro.

Bom, quais são as ameaças? Aí nós temos algumas. Eu vou tentar ser extremamente breve. Acho que tem dois minutos olhando ali. Desequilíbrio de produtividade, distribuição de bens e serviços, a distância entre os que se beneficiam do desenvolvimento econômico e tecnológico dos que não se beneficiam. É uma ameaça real a todos os ecossistemas. Por incrível que pareça, é aquilo que eu chamo de Amazônia rica e pobre. Aqueles que se beneficiam estão cada vez se beneficiando mais e aqueles que não se beneficiam estão cada vez se beneficiando menos. As ações de gestão ambiental não acompanham a velocidade desse crescimento. Eu não estou chamando de desenvolvimento. Por mais esforço que tenha tido nos últimos 10 anos, a força do desmatamento ela é muito maior do que a capacidade de proteger a floresta. O que é que causa isso, senhores? Sobretudo, e eu tive a oportunidade, eu conheço por andar de Cuiabá a Santarém, de Altamira a Medicilândia, passando por todas as estradas da Amazônia. Posso dizer, há uma completa ausência do Estado. Esse Estado que só vai lá eventualmente para combater um foco ou uma operação que às vezes exagera na pirotecnia, ele não é eficiente no controle efetivo do desmatamento. E até porque observe que a Drª. Maria José disse, o processo chega no Ministério Público para tomar uma atitude judicial, três, quatro anos depois, muito próximo da prescrição e com laudos que sequer leva em consideração as informações, por exemplo, no DETER, que é a Detecção em Tempo Real dado pelo próprio IBAMA e os laudos não vem acompanhados dessas informações. Há pouco incentivo ao desenvolvimento de tecnologia limpa, ausência de lei complementar, o Congresso está analisando agora o famoso federalismo cooperativo. E eu acho que é uma enorme contribuição de fortalecer o poder local nas políticas públicas de meio ambiente. Falta de definição dos limites de competência dos órgãos do SISNAMA, desarticulação das ações de proteção ambiental, os órgãos precisam falar a mesma língua. Precisa ter um foro permanente de discussão, e o sistema ainda é bastante centralizador.

Há uma deficiência administrativa, portanto, destacado ainda há pouco, dependência, os órgãos lamentavelmente no Brasil inteiro eu que sempre defendi a sustentabilidade econômica dos órgãos ambientais através do processo de licenciamento, eu quero dizer que isso hoje presta um desfavor à descentralização da política ambiental porque os órgãos passaram a ser dependentes economicamente do processo de

licenciamento. Aos órgãos ambientais, política ambiental é tão importante como política econômica e de saúde. E o Secretário de Fazenda deve abastecer esses órgãos com recursos suficientes para que não transforme os órgãos ambientais em órgãos arrecadadores de recursos e deixem a sua função principal de política ambiental.

Senhores, eu vou respeitar o restante do tempo. Todas as informações, inclusive tem outros slides que eu gostaria que... Já fica com a Comissão e espero de alguma forma contribuir para o processo. Deixo também um registro que embora já tenha há algum tempo, isso foi uma publicação que fiz sobre direito ambiental, exploração madeireira na Amazônia que deixo para a Comissão também. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Muito obrigado. Agradecemos ao Dr. José Roque Nunes Marques, Promotor de Justiça. Representando nesta exposição o Ministério Público Estadual. Ainda temos três expositores e nós vamos passar a alternar agora as exposições com as participações de Parlamentares. E já é um bom número de representantes de Organizações Não-Governamentais inscritos. Eu passo a palavra nesse momento ao Deputado Luiz Castro, do PPS do Amazonas, Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa.

[palmas]

DEPUTADO LUIZ CASTRO (PPS-AM): Sr. Presidente, quero agradecer em nome da Comissão de Meio Ambiente desta Casa meus colegas Deputados e Deputadas pela deferência e pela oportunidade que a Comissão nos dá de sermos ouvidos, sociedade e o Parlamento amazonense em específico. Saudando todos os membros da Mesa na pessoa da Deputada Federal Rebecca Garcia, e do Sr. Presidente Deputado Federal Eduardo Gomes, Deputado Cury da Bahia, todos aqui presentes, eu quero em primeiro lugar dizer que a visão apresentada pelo Prof. Roque, professor de direito ambiental no meu curso de direito, inclusive, é uma posição convergente com o espírito e com a experiência acredito que da maioria absoluta dos Deputados e Deputadas desta Casa. Ele apresenta um diagnóstico muito claro. E da falta da presença efetiva do Poder Público nas áreas de risco, nas áreas de agressão pela expansão da fronteira agrícola. A falta de definição de atribuições entre competências de governos estaduais e do Governo Federal em relação, não apenas à questão ambiental, mas à questão fundiária que é indissociável civil, como muito bem colocou o Prof. Roque da questão ambiental. E nós entendemos no parâmetro local, que o Governo do Estado tem um indicativo positivo, um marco jurídico que esta Casa já apóia algum tempo e que vem se aperfeiçoando, inclusive, se modernizando na adequação de políticas públicas de combate aos efeitos de aquecimento global, e as causas do aquecimento global, mas nós ainda temos uma grande lacuna. Nós não temos uma política pública para transformação do modelo de produção. Indutor da transformação do modelo de produção. Portanto, nós temos apenas um forte marco jurídico de coibição, coercitivo, de punição, que não é eficiente na prática, como muito bem observou a nobre Procuradora Drª. Maria José, e foi corroborada pelo Dr. Roque, mas nós não temos efetivamente uma política pública de sustentabilidade na Amazônia para a transformação de modelo de pecuária, de agricultura, seja em escala do agronegócio ou do pequeno agricultor para um procedimento tecnologicamente sustentável ambientalmente sustentável e economicamente viável. Boca do Acre é um dos Municípios com maior índice de desmatamento. A pecuária é um Município com maior pecuária na Amazônia. 160 mil cabeças de gado. Nós temos no Amazonas mais ou menos hoje no Amazonas um milhão e setecentos mil cabeças, o que era o plantel de toda a Amazônia em 1964. Quer dizer, a pecuária na Amazônia ela avançou muito pouco em termos quantitativos em relação aos demais Estados. Só a Amazônia e Amapá não avançaram muito na pecuária. Ora, nós temos tempo. Temos condições tecnológicas desenvolvidas inclusive pela EMBRAPA de trabalharmos em conjunto uma política pública de ordenamento ambiental, de ordenamento fundiário e de forte transferência e de tecnologia sustentáveis para que aquela pecuária, só um exemplo, ela se transforme no exemplo de sustentabilidade. Isso induzindo uma política de crédito, toda coordenada de modo integrado as esferas estaduais e federais, BASA, BANCO DO BRASIL, agências de fomento com os órgãos ambientais, com a estrutura do Ministério Público, órgãos licenciadores, IBAMA e IPAAM, e as secretarias de produção estaduais, enfim, assistência técnica. Mas o que se tem nesse País e que é dramático na Amazônia é o total paralelismo. O IPAAM vai, depois chega o IDAM, depois vem o IBAMA do Acre, há uma desconcatenação total, uma fragmentação absurda. O pequeno agricultor de Guajará é multado pelo IBAMA do Acre e não pode recorrer da multa no Acre. É vizinho do Acre. Então ele recebe a multa e é um pequeno agricultor que desmatou dois hectares. Não é um fazendeiro de desmate de dois mil hectares. Ele tem que constituir um Advogado em Manaus, um Procurador para que ingresse com recurso... Há algo errado, profundamente errado na gestão das políticas públicas. Então eu entendo que nós precisamos ter...

Agora é uma oportunidade única, essa Comissão está nos ouvindo, uma definição de um verdadeiro plano de sustentabilidade amazônica, em que sejam priorizados os pequenos produtores da Amazônia, tanto agricultores quanto extrativista e uma coisa que é errada de se dizer, que o agricultor não é extrativista e que o extrativista não é agricultor, todo pequeno agricultor amazonense é extrativista e todo extrativista é agricultor de subsistência. Não há exceções. Eu não conheci ao longo da minha vida de quase 30 anos aqui nenhuma exceção de algum extrator de borracha ou de açaí ou pescador que não tivesse um pequeno roçado de mandioca e vice-versa. Ou nós entendemos isso de forma complementar entendendo que não dá mais para trabalhar Ministério da Agricultura de um lado, Secretaria de Produção para um lado, Secretaria de Meio ambiente para outro, Ministério do Meio Ambiente para outro, IBAMA, Polícia Federal, isso é um verdadeiro caos do ponto de vista de políticas públicas integradas e ausência do Poder Público integrado. Então o primeiro pedido é esse. É que esta Comissão nos ajude a motivar forte programa que foi ensaiado pelo Ministro Ciro Gomes no âmbito do Ministério de Integração Nacional e foi ensaiado pela Ministra Marina no âmbito do Ministério do Meio Ambiente. E foi ensaiado pelos Governos Estaduais também, mas esse ensaio nunca se concretizou num verdadeiro arranjo público institucional. E em relação àquilo que se fala, a lógica da política econômica, e nisso tudo, evidentemente o fortalecimento do INPA, da UFAN(F), instituto de pesquisa, tudo isso que foi falado aqui, e que é fundamental para que haja sucesso nessa forma integrada de exercer política pública que não pode prescindir de saúde e educação nessas áreas.

Eu queria fazer uma observação do ponto de vista de Poder Público. Poder Público é muito aquele que faça o que eu digo, não faça o que eu faço. Não há ainda exemplos significativos do Poder Público do ponto de vista pedagógico. Dele se adequar à nova realidade climática do planeta ou a nova consciência climática. Nas pautas de compras governamentais, na pauta da sua política habitacional, na pauta do seu sistema viário. Fora as obras de grande impacto que são obrigatoriamente, legalmente cingidas ao licenciamento ambiental, continuamos a construir prédios públicos, conjuntos habitacionais, prédios administrativos totalmente inconformes com a necessidade. Então acho que é muito importante que a Comissão de Meio Ambiente, que a Comissão de Mudanças Climáticas leve essa pauta do dever de casa. O Poder Público pedagogicamente, instrumentalmente precisa dar o bom exemplo. Como é que nós no Amazonas não temos ainda um processo de coleta seletiva instrumentalizada em todos os órgão públicos estaduais? Essa questão transcende o desmatamento. Ela tem no foco do desmatamento talvez o seu principal segmento amazônico do ponto de vista de combate à emissão de CO . Mas não é apenas, e o Prof. Roque colocou muito, apenas o interior que provoca o desmatamento e a expansão urbana de Manaus provoca muito o desmatamento e com malária e com problema da leishmaniose, com muitas outras mazelas e o saneamento e destruição dos nossos igarapés em Manaus. Portanto, nós precisamos, sim, o Poder Público dar muito bom exemplo do ponto de vista pedagógico, do ponto de vista instrumental. E o investimento infra-estrutural no Poder Público meio e na sua capacidade de investimento, exemplo do bolsa floresta podemos ter a bolsa reflorestamento, podemos ter instrumentos de adequação tecnológica, crédito subvencionado para os produtores que aceitarem investir num modelo tecnológico sustentavelmente, ambientalmente sustentável, a pecuária pode ser coadunada com preservação meio ambiental, precisamos trabalhar melhor a adequação da Legislação dos marcos jurídicos às instituições, a capacidade institucional das três esferas, das três competências de Governo, e precisamos dar muito mais atenção, mas muito mais atenção à educação ambiental. A educação sócio-ambiental. É indissociável um grande programa de educação sócio-ambiental dentro e fora das escolas desse País. Com certeza essa posição já foi ouvida pelos senhores que têm grande experiência, e já é defendida. Mas nós não podemos deixar isso de fora. Se nós não tivermos um grande programa de educação ambiental que perpasse transversalmente os currículos escolares, mas que também faça parte das campanhas de publicidade pública, nós vamos demorar muito a despertar a consciência da juventude da população e todos os segmentos.

E finalmente o Brasil precisa ter uma posição dissociada da China. Precisamos dissociar a unidade Européia. Nós precisamos trabalhar para termos marcos de restrição ambiental no comércio exterior. Porque no momento em que um produto chinês que vier para cá baratinho, que é fruto de uma mão-de-obra explorada também de uma natureza depredada, por que é que nós temos que comprar sem colocar sobre aquele produto um imposto ecológico? O Brasil precisa fazer seu dever de casa para depois cobrar que haja um imposto ecológico mundial e só os produtos ecologicamente sustentáveis não pague esse imposto ou tenha a subtração desse imposto. Nós temos que ter uma posição de política externa mais ousada, Brasil fazendo dever de casa e conseguindo modificar as regras do comércio internacional. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Muito obrigado, Deputado Luiz Castro, Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Amazonas.

Nós passamos agora à exposição do Dr. Ricardo Godinho Dallarosa, chefe de divisão de meteorologia do Sistema de Proteção da Amazônia, SIPAM. V.Exª dispõe de 10 minutos para sua exposição.

SR. RICARDO LUIZ GODINHO DALLAROSA: Boa tarde a todos. Eu gostaria de saudar o Presidente dessa Comissão, Deputado Eduardo Gomes, a Deputada Rebecca Garcia, Relatora substituta, ao Deputado Vicente Lopes, Presidente em exercício desta Casa, e aos demais componentes da Mesa. Exmºs Deputados e Deputadas presentes, senhoras e senhores.

Quando eu recebi da instituição a missão de me fazer presente hoje aqui para representá-la e trazer para os senhores algumas informações que fossem úteis às discussões que hoje devem se seguir a essas apresentações, eu fiquei um pouco preocupado. Preocupado porque o tema era "alternativas para o desenvolvimento sustentável da região". Eu sou um técnico da área de climatologia. Mas, acima de tudo, eu sou um cidadão que aqui vive e trabalha. E isso me moveu no sentido de me fazer presente hoje aqui e trazer, como cidadão, e como técnico, o meu pensamento. Eu entendo, eu vou dispensar a apresentação porque o tempo de dez minutos realmente não vai ser possível de fazer, eu vou falar não de improviso, mas da idéia que eu tenho da seqüência que eu gostaria de dizer, das coisas que eu gostaria de dizer aqui hoje.

Quando nós falamos em desenvolvimento, antes falarmos de desenvolvimento sustentável, duas questões me parecem fundamentais de serem analisadas, aqui para nossa região e de resto para o resto da sociedade no mundo todo. Uma primeira questão diz respeito à oferta de energia. Não existe desenvolvimento sem oferta de energia. Quando nós olhamos no mundo todo, a matriz energética nós vimos que 40% da matriz energética do mundo é queima de carvão. Quando nós voltamos para o Brasil, aqui nós temos cerca de 38% da nossa matriz energética principal é queima de combustíveis fósseis. Termoelétricas. Na verdade, a energia elétrica gerada no Brasil ela é basicamente hidrelétrica ou fonte renovável. E uma pequena parte é termoelétrica, mas quando a gente fala em matriz energética nós estamos falando em uma coisa mais ampla, por isso essa diferença.

Eu gostaria de dizer que na nossa região, uma grande parte da energia que é consumida é de fonte termoelétrica. Ou seja, produzem gases de efeito estufa. Mas nós estamos na Amazônia. E a Amazônia tem um grande potencial hídrico. E nós precisamos dar um aproveitamento melhor e mais responsável a esse potencial hídrico. Por que é que eu digo dar um aproveitamento mais responsável? Porque quando nós comparamos com a usina as características da usina de Balbina com as de Tucuruí, nós vimos que ambas têm um lago de mesmas dimensões em torno de 2.400 quilômetros quadrados. Mas quando nós vamos ver o aproveitamento, nós temos aqui a usina de Balbina gerando no pico 250 megawatts. E lá em Tucuruí, terminada agora a segunda etapa, 8 mil megawatts. No mesmo lago nós temos 32 vezes mais energia sendo gerada em Tucuruí do que em Balbina. É isso que eu falo quando nós precisamos ser mais responsáveis quando nós atacarmos essa questão. Uma outra questão ligada à energia é o aproveitamento da energia solar. Nós estamos na região tropical. O Brasil é até meio ridículo dizer, mas produz 120 quilowatts de energia de células fotovoltaicas. A Alemanha, numa única usina, e agora já são várias na Alemanha, produz 120 mil megawatts.

Bom, é energia para 40 mil residências. Só que na Alemanha, nós temos durante o inverno cinco, seis horas de sol. E aqui nós temos entre 11 e 13 horas. É verdade que na estação chuvosa nós temos cobertura. Mas não é menos verdade do que essa realidade nossa precisa ser melhor aproveitada.

Então, falei com relação ao aproveitamento de energia. Nós precisamos olhar isso. É verdade que dizem também que é muito cara a energia fotovoltaica. Eu diria que houve grandes progressos nos últimos tempos nesse particular. Recentemente uma subsidiária de uma grande empresa multinacional desenvolveu uma célula fotovoltaica porque as células conhecidas até então tinham um aproveitamento de apenas 22% da energia solar, esta célula nova desenvolvida por esta empresa consegue um aproveitamento de 40.7%. E a utilização da energia solar já alcançou em Países do primeiro mundo valores equivalente ao custo de produção de energia termoelétrica. Nós precisamos pensar nessa questão.

Ainda com relação a isso, com relação à energia, eu queria dizer para concluir essa primeira parte, mas eu queria dizer principalmente o seguinte, o sol emite radiação, e a terra recebe meio milionésimo dessa radiação. No entanto, esse meio milionésimo representa 30 mil vezes a energia consumida no planeta. Será que não é a energia solar uma grande fonte alternativa que pode mudar essa matriz e mudar toda essa condição? Será que não existe recurso porque eu já não falo mais a vontade, mas o recurso suficiente para serem investidos nesse segmento de forma que a gente possa mudar a matriz energética e com ela

mudar esse quadro, pelo menos parcialmente de uma maneira efetiva?

Bom, o segundo ponto que eu ia tratar, eu vou declinar, mas vai ficar a minha apresentação para os senhores, a questão da ocupação da Amazônia e das áreas degradadas da Amazônia. Nós temos grandes áreas degradadas. E existem grandes alternativas para ocupar essas áreas degradadas. E, além disso, existem também alternativas de segmentos da economia que, com toda certeza, não trariam nenhum prejuízo à condição de concentração dos gases de efeito estufa. Eu gostaria só tratar de um único e exclusivamente que eu acho que é muito importante, até porque o Diretor do INPA está aí, e nós temos aqui o INPA, temos a EMBRAPA, temos instituições de pesquisa aqui e que é uma idéia que não é minha, mas que a primeira vez que eu escutei eu simpatizei muito com essa idéia, e eu escutei do pesquisador do INPA, o Dr. Antônio Nobre, que é o turismo. Nós temos o turismo que precisamos investir no turismo. Mas tem o turismo científico. E eu vejo que as pessoas que vêm de fora têm muito interesse de saber o que se faz pelo ambiente, o que se faz pela pesquisa na nossa região. E o INPA tem vários sítios de pesquisa. A EMBRAPA tem sítios de pesquisa. Talvez isso pudesse trazer alguns recursos a essas instituições que trabalham com tanta dificuldade de recursos.

E para encerrar, eu gostaria só de dizer que eu não vejo outra alternativa senão nos prepararmos para a capacitação da nossa massa crítica e para investimentos pesados na área de pesquisa. Muito obrigado pela atenção dos senhores.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Agradeço ao Dr. Ricardo Luiz Godinho Dallarosa, Chefe de Divisão de Meteorologia do Sistema de Proteção da Amazônia, SIPAM. A Presidência faz o registro e o agradecimento nessa Sessão ao engenheiro agrônomo, João Ferdinando Barreto, Secretário Executivo do SEPROR, a Maria Elisabeth Maciel da Silva, Vice-Presidente do CEDECA, Ilmair Faria Siqueira, Defensora Pública, Jorge Porto, da Assessoria da Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia, pesquisador do INPA, Irma Iriete Lorizzete coordenadora da CÁRITAS, representando Dom Luiz, nossos agradecimentos.

Eu passo agora a palavra ao Dr. Antônio Ocimar Manzi, Gerente-Executivo do programa LBA, experimento de grande escala da biosfera e atmosfera da Amazônia, representando o Instituto de Pesquisa da Amazônia, INPA, V.Sª dispõe de 10 minutos para a sua exposição.

SR. ANTÔNIO OCIMAR MANZI: Boa tarde a todos. Deputado Eduardo Gomes, a quem eu saúdo todos os Parlamentares presentes. Eu também tenho muita dificuldade de falar em desenvolvimento sustentável da Amazônia sendo um técnico na área de clima. Inclusive falar para Parlamentares cuja principal missão é o desenvolvimento da sociedade. Então eu preparei uma apresentação, uma fala um pouco mais técnica mas que acho que é importante. Eu vou mais ler, porque eu não consigo controlar o tempo.

Então as mudanças climáticas do desenvolvimento sustentável da Amazônia. O aquecimento global e as mudanças ambientais que são provocadas pelo consumo de combustíveis fósseis, em menor escala pelos reflorestamentos são inevitáveis. O aumento da concentração dos gases do efeito estufa na atmosfera tem como conseqüência o aumento da temperatura. Esse aumento de temperatura ele é maior sobre os continentes do que sobre os oceanos. Mas também mudanças nos regimes das chuvas e provável aumento na intensidade e freqüência de eventos meteorológicos severos, como tempestades, inundações e secas prolongadas. É certo que a Amazônia vai ficar mais quente. A temperatura já aumentou aproximadamente um grau no último século. E deve aumentar ainda por volta de 0,3 graus por década nas próximas três décadas. Depois deve se acelerar e chegar no final do século com 4 a 5 graus Celsius a mais de temperatura média se as emissões não forem contidas.

Se com respeito à temperatura não existe muita dúvida, não há consenso entre os modelos climáticos sobre as modificações no regime de chuva na região. Há modelo que prevê muito menos chuva no futuro. Levando até mesmo a essa tal de savanização da Amazônia. Mas há modelos que prevêem aumento de chuva na Amazônia. Os dois cenários devem ser considerados por nós. Porque há elementos até de evolução no comportamento dos oceanos que podem levar tanto a um cenário como ao outro. É provável ainda que eventos de secas prolongadas e grandes inundações se tornem mais freqüentes e intensos nesse século. Os impactos às mudanças climáticas nos ecossistemas e na sociedade são inevitáveis. Perda de biodiversidade, tanto dos ecossistemas terrestres como aquáticos, a gente não tem falado muito de recursos pesqueiros, mas tem implicações importantes nos recursos pesqueiros. Ameaça de saúde humana são dois exemplos desses impactos. Um pequeno aumento da temperatura já leva a um aumento por exemplo de caso de dengue e malária. E tem se comprovado em várias pesquisas. A inevitabilidade das mudanças requer que governos, comunidades, empresários, indivíduos se disponha a considerar soluções de atenuação, mas também de

adaptação às mudanças. As soluções de atenuação, nada mais são do que ações que levem a uma drástica redução das emissões de gases de efeito estufa. Estima-se que seja necessário diminuir a metade das emissões de gases de efeito estufa no planeta até 2050. Lembrando que a população mundial deve aumentar em quase 50% até lá. Atingindo por volta de nove bilhões de habitantes na metade desse século. Mas também é necessário capacitar a sociedade para se adaptar as mudanças porque elas vêm mesmo. No caso da Amazônia, a principal ação de atenuação do aquecimento global como já foi dito aqui algumas vezes, é a manutenção da floresta em pé. Isso não quer dizer que a sociedade deva abdicar do desenvolvimento. De maneira nenhuma. Muito pelo contrário. É possível desenvolver-se e explorar os recursos naturais da floresta e do subsolo com baixo impacto ambiental. Estudos recentes têm confirmado que a Floresta Amazônica seqüestra parte do excesso de gás carbônico da atmosfera que é o principal gás do efeito estufa antropogênico. Não é o principal gás do efeito estufa natural. Que é o vapor de água. O efeito estufa natural é aproximadamente 33 graus. O antropogênico é de um pouco menos de um grau em média do planeta, por volta de um grau nos 250 anos. Estima-se que o total de carbono seqüestrado pelas florestas naturais da Amazônia esteja entre 300 e 600 milhões de toneladas por ano nas últimas três décadas. Isso pode continuar por algum tempo ainda. A gente não sabe até quando. Existem certamente limitações.

Estimativas de emissões por desflorestamentos na Amazônia brasileira na década de 1990, esses números variam muito entre 110 e 400 milhões de toneladas de carbono por ano. Isso dependendo dos estudos. Ou seja, o mais provável é que o seqüestro de carbono pelas florestas naturais seja superior às emissões por desflorestamentos e queimadas.

Aqui na verdade eu coloquei o número de seqüestro para Amazônia como um todo e coloquei aqui as emissões por desflorestamentos só da Amazônia brasileira. Mas talvez o mais importante é que a Floresta Amazônica conta com estoque de carbono de aproximadamente cem bilhões de toneladas. Isso equivale a aproximadamente 14 vezes as emissões anuais globais pela utilização de combustíveis fósseis, que aí o carvão mineral, o petróleo, o gás natural. E aproximadamente 60 vezes as emissões anuais por desflorestamentos em todo o planeta.

Bom, em um esforço global de redução de gás de efeito estufa, a manutenção dos ecossistemas amazônicos representa uma importante contribuição da atenuação do aquecimento global.

Bom, além de seqüestro de carbono que deve ser considerado como um serviço ambiental altamente relevante, os ecossistemas são importantes para a manutenção da qualidade da água e interagem fortemente com a atmosfera via reciclagem da água das chuvas por evapotranspiração, e essa atmosfera que transporta umidade para a região central e sul da América do Sul. Foi a figura que o Prof. Neliton tentou mostrar e que não animou. Mas que mostrava um pouco esse transporte de umidade pela Amazônia para outras regiões. Os serviços ambientais prestados pelas florestas têm valor econômico que precisam ser remunerados. Os ecossistemas amazônicos são riquíssimos em diversidade biológica. Eles podem e devem ser explorados em benefício da humanidade. Como, por exemplo, na geração de alimentos, fármacos, cosméticos e energia. Parte das florestas pode ser explorada para a extração de madeira. Há hoje tecnologia disponível para extração seletiva de madeira com baixo impacto ambiental. Áreas degradadas ou abandonadas podem ser recuperadas e destinadas a várias atividades lucrativas, como, por exemplo, reflorestamentos para seqüestro de carbono da atmosfera e geração de serviços ambientais. Agricultura para seqüestro de carbono... Agricultura de baixas emissões de gases de efeito estufa e sem queima. Esquemas agro florestais para produção de madeira, alimentos, pastagem consorciadas com árvores, lembrando que pastagens podem bem manejadas podem acumular carbono no solo. Florestas energéticas com espécies nativas, de preferência, e agricultura para geração de biocombustíveis. É bom lembrar a vocação florestal da região com alta diversidade biológica.

Completado o zoneamento ecológico econômico é fundamental para a determinação das vocações de cada sub-região da Amazônia. Assim como deve-se investir fortemente na organização de cadeias produtivas. É necessário continuar investindo no aumento do conhecimento sobre o funcionamento dos ecossistemas amazônicos e sua interação com o sistema climático. O aperfeiçoamento dos modelos climáticos se faz necessário para diminuir as incertezas as quais nos defrontamos hoje e temos a disposição cenários mais realistas e confiáveis de impactos das mudanças climáticas na Amazônia. As mudanças climáticas afetarão todos os setores da economia e da sociedade. É necessário ampliar a capacidade das instituições de ensino e pesquisa da região para fazer frente ao desafio do seu desenvolvimento sustentável. Para isso, é imprescindível a ampliação dos investimentos e eu chuto aqui em pelo menos uma ou duas ordens de grandeza nos próximos anos.

Para concluir, gostaria de dizer que o Século 21 é o século das mudanças globais, mas também do meio ambiente. E o meio ambiente é o maior patrimônio do Brasil e da Amazônia. Os investimentos em Ciência e Tecnologia e inovação para o desenvolvimento sustentável da Amazônia trarão com muita certeza retorno garantido para a região e para o planeta como um todo. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Eu agradeço ao Dr. Ricardo Luiz Godinho, ao Dr. Ocimar Manzi, e quero nesse momento passar a palavra à Deputada Vera Lúcia Castelo Branco.

[palmas]

DEPUTADA VERA LÚCIA CASTELO BRANCO (PTB-AM): Sr. Presidente, Srª. Deputada Rebecca Garcia, Srª. Deputada Conceição Sampaio, autora da presente audiência, demais autoridades que compõem a Mesa e a platéia nossos cumprimentos.

Que bom que de repente o meio ambiente virou uma voz corrente em todos os segmentos, e graças a Deus que há um alerta, o motivo da nossa presente audiência. Mas, a surpresa mais perturbadora do final do Século 20 talvez tenha sido a descoberta da fragilidade do nosso meio ambiente. As florestas tropicais que fornecem parte do oxigênio que a humanidade respira estão desaparecendo a uma velocidade alarmante. Na África, na América do Sul e principalmente no sudeste asiático a camada de ozônio que nos protege de radiações nocivas estão sendo destruídas. O homem com seus maus hábitos de consumismo desenfreado está causando o que chamamos de efeito estufa, que gera o superaquecimento do planeta e as conseqüências são desastrosas para o nosso globo terrestre.

Sabemos que a origem dos atuais problemas ambientais está no estilo de vida das nações industrializadas. O aumento da industrialização no hemisfério norte trouxe riquezas materiais às custas de agressão ao meio ambiente, responsável pelas mudanças climáticas. As minerações a céu aberto deixaram e deixam cicatrizes na área rural. Fábricas se espalham por todo o universo liberando substâncias químicas danosas ao ar. Os carros se multiplicam em escalas assustadoras, triplicando assim a emissão de gases poluentes à atmosfera. O uso de materiais descartáveis que são energeticamente ineficientes é um desperdício dos recursos escassos.

Conclui-se que essas práticas se não forem abortadas, poderá levar o nosso planeta Terra a um holocausto ecológico. Como principais causas do que chamamos ameaças ao meio ambiente e responsáveis pelas mudanças climáticas, nós temos: Primeiro a poluição do ar. Atualmente quase toda a energia, como disse algumas autoridades aqui do assunto, atualmente quase toda a energia elétrica do mundo desenvolvido é gerada pela queima de carvão e de petróleo e pela fissão nuclear. A queima de combustíveis fósseis provoca a emissão de diversos subprodutos potencialmente prejudiciais ao meio ambiente. Entre eles o dióxido de enxofre e os óxidos de nitrogênio, principais causadores da chuva ácida, que provoca um enorme desequilíbrio ao danificar florestas, plantas e agricultura, e aumentar a acidez dos lagos e lençóis freáticos, matando peixes e contaminando as águas. Temos também a poluição das águas. Resíduos indústrias e domésticos são despejados incessantemente nos rios, oceanos e cursos d'água são destruídos e as formas aquáticas também e todas as formas de vida. E se não bastasse, de vez por outra temos derramamentos de óleos, petróleos e outras substâncias químicas e corrosivas altamente perniciosas as vidas aquáticas e a todo um ecossistema. Também temos os pesticidas, níveis cada vez mais crescentes são aplicados na agricultura. E assim cada vez mais os seres vivos estão se contaminando.

Em 1986 foram produzidos 2,3 milhões de toneladas. E o seu uso aumenta de 13 a 15% ao ano. Isso é um índice muito alarmante.

O dióxido de carbono e o efeito estufa. O dióxido de carbono que é um dos vilões mais temidos da atualidade, pois é o agente causador do efeito estufa, pois ele destrói uma camada retentora semelhante ao teto de uma estufa. Isso no topo da troposfera. Que fica a mais ou menos de 12 a 15 quilômetros de altitude, de forma que esse telhado, entre aspas, prende no âmbito da troposfera todo o calor que erradia da terra, impedindo-o de se propagar as camadas superiores. Isso está causando aquecimento global e nunca é demais lembrar que os efeitos disso serão num curto espaço de tempo catastróficos, a começar pelo derretimento das calotas polares que por sua vez liberarão mais águas para os oceanos e assim ocasionará um efeito em cadeia. Um efeito danoso em cadeia. Os CPCs, é as siglas de cloro, flúor e carbono. Nos limites da estratosfera, que é a camada superior à troposfera, está ocorrendo a destruição da camada de ozônio. Isso por conta dos chamados CPCs, que são gases artificiais usados em condicionadores de ar, geladeiras e aerossóis, e também em embalagens de isopor. Os gases liberados por esses produtos acabam formando gás clorídrico, destruidor da camada de ozônio que por sua vez forma uma camada protetora à terra quanto à passagem dos raios ultravioletas danificando toda a forma de vida em nosso planeta. Podemos citar também outras causas como a energia nuclear, a devastação das florestas, etc. Que, aliás já foi citado aqui

com muita propriedade. Uma das alternativas, além de outras também, seria a busca de novas fontes de energia, como a energia solar que já falou o mestre ali do... Acho que do INPE. A terra intercepta diariamente centenas de bilhões de megawatts de energia limpa emitida pelo sol. Urge que se encontre maneiras corretas de aproveitamento dessa energia que hoje é quase que 100% desprezada.

A biomassa, em escala global a biomassa, matéria vegetal utilizada como fonte de energia essa seria capaz de suprir uma proporção expressiva de nossas necessidades energéticas. Podemos citar como os derivados da cana-de-açúcar, do dendê, da mamona, etc. A energia dos ventos e da água que também são desprezadas. A energia geotérmica, que é aquela produzida pela terra, energia das marés, que também é uma fonte de energia que alguns Países já desenvolvem algumas tecnologias para o aproveitamento dessa energia. E todas as outras fontes de aproveitamento de uma energia limpa que não venha poluir o nosso planeta. Assim estaremos preservando a biosfera e ajudando a manter vivo o nosso planeta. Pois a biosfera é a camada que envolve a Terra, e nelas se encontram todos os organismos vivos. Ela contém todos os ecossistemas e toda a água, minerais, oxigênio, nitrogênio, fósforos e outros nutrientes de que os seres vivos precisam para viver. É um cobertor que regula a temperatura permitindo a passagem dos raios solares e devolvendo calor excedente para o espaço. Não podemos esquecer que alguns cientistas já falam sobre a Teoria de Gaia, que eu acho que muita gente aqui sabe o que é a Teoria de Gaia. Gaia seria a mãe terra. E diz essa teoria que a mãe terra para preservar a própria vida da Terra, ela sacrificaria a vida daqueles que colocam em risco a sobrevivência da Terra. Temos como exemplo o caso dos dinossauros que foram extintos e outras espécies. E o próximo poderia ser o homem. Muito obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Agradeço à Deputada Vera Lúcia Castelo Branco pelo seu pronunciamento e a sua contribuição a essa audiência, e convido para fazer uso da palavra a Srª. Artemísia Souza do Vale, Diretora Técnica do IPAAM. V.Sª tem 10 minutos para o seu pronunciamento. Cinco minutos, desculpe, corrigindo.

SRA. ARTEMÍSIA SOUZA DO VALE: Boa tarde a todos. Deputado Eduardo Gomes, e o Deputado Luiz Castro, em nome de quem cumprimento os membros da Mesa, gostaria de cumprimentar também o Prof. José Adelmir de Oliveira que se encontra na platéia, que eu aproveito para estender o cumprimento a todos.

Bem, nós vamos falar um pouco das nossas atividades e do papel do Instituto de Proteção Ambiental no Estado do Amazonas. Mas também gostaria de cumprimentar a Assembléia Legislativa pela mudança completa na forma de tratar o discurso relativo à questão ambiental nos últimos anos, visto que esse tema era um tema do qual muito pouco se discutia no âmbito do Legislativo. E quando se discutia normalmente não se dava uma ênfase e o valor que ele merecia. Então a gente percebe claramente a mudança de postura nos últimos anos e dando a esse tema dentro da Assembléia uma importância realmente muito grande. Importância essa que realmente o tema merece.

Dentro das questões que o IPAAM trabalha e tem se esforçado por dar respostas, identificamos como sendo problemas sérios do estado, que precisa de uma atenção especial, as questões relativas ao desmatamento e queimada, a exploração de madeira ilegal que tem evoluído nos últimos anos no Estado do Amazonas, a expansão da fronteira agrícola no sul do Estado, as questões de emissões de gases veiculares, a poluição de recursos hídricos e a disposição final dos resíduos sólidos. Esses temas são temas para os quais nós temos dado uma importância muito grande além de outras questões que também temos trabalhado. Mas esses são temas que temos focado como temas muito relevante em função de todas as dificuldades e problemas que tem causado.

Bem, nós temos uma evolução do processo de licenciamento do IPAAM. Essa evolução do licenciamento mostra que a busca pela legalização das atividades do Estado vem crescendo ano a ano. As atividades têm aumentado, mas também a busca por essa legalidade vem aumentando. A gente tem uma análise que vem do ano de 1995, e essa evolução cresceu bastante, o ano passado nós tivemos uma quantidade muito grande de licenças expedidas pelo órgão ambiental. Mais de 2.500 licenças que cobrem todo o Estado do Amazonas. Visto que o IPAAM ele atende a todos os Municípios. E esse ano nós já estamos em quase mil licenças expedidas. E aí não está contabilizado, computado as autorizações de desmatamento e outras atividades que nós fazemos através de autorizações. Então o IPAAM ele tem em função desses avanços e... Se reestruturado no sentido de atender no menor prazo possível, e também dar um retorno mais rápido para essas demandas.

Bem, a exploração florestal que foi uma atribuição, a questão das autorizações de desmatamento e o transporte madeireiro que passou a ser uma atribuição do Estado e em particular do IPAAM a partir do ano passado, visto que o manejo florestal o IPAAM já vinha fazendo desde 2003, e se adequou, fez uma modifi-

cação na sua estrutura organizacional para atender a questão do manejo florestal, mas a questão do desmatamento que nós recebemos a partir da lei de floresta, a partir de 2006, exigiu que o órgão se reestruturasse completamente. Visto que a partir daí nós passamos, a partir de março de 2006 a ser o órgão responsável por toda a parte de desmatamento de autorização de desmate e transporte de produtos florestais no Estado do Amazonas. Para essa atividade o órgão realmente não estava preparado. Não estava estruturado. Porque isso requer uma demanda grande de técnicos e a presença mais constante do órgão nos Municípios. Então desde março do ano passado nós estamos fazendo essa reestruturação, visto que a demanda por essa atividade ela é muito grande no Estado, nós temos visto isso e acompanhado anualmente tanto a parte do manejo florestal vem crescendo bastante, o manejo principalmente o manejo simplificado que é uma atividade executada pela população normalmente pelos pequenos produtores, aquelas pessoas que têm até 500 hectares de área, então essa é uma demanda muito grande, pequena, mas muito grande e muito importante e nós tivemos que fazer toda uma reestruturação da Casa para poder atender essa demanda e também fiscalizar efetivamente a questão da exploração ilegal, isso tem também exercido, exigido do IPAAM uma efetiva participação nessas áreas.

Bem, a fiscalização é uma outra atividade que o IPAAM teve que aumentar as suas ações nessas áreas, porque a partir desse repasse de atribuições para o IPAAM o IBAMA diminuiu as suas ações e o Estado teve que avançar e nós tivemos que trabalhar inicialmente com uma atividade que chamamos de IPAAM itinerante, tanto para atender o licenciamento como também para manter os nossos técnicos mais presentes nessas áreas. Hoje em dia nós já temos toda uma sistemática interna para isso acontecer, para que isso ocorra. Temos feito parcerias com os órgãos Municipais para que os Municípios dêem... Ajudem o Estado a fazer isso, principalmente no que diz respeito ao monitoramento dessas ilegalidades, porque a madeira ilegal ela ainda é um grande problema no Estado, ela ainda ocorre em grande proporção e isso é muito ruim, porque na medida que você tem um esforço para legalizar produtores e há uma busca muito grande por essa legalidade, ao mesmo tempo você tem ainda uma atividade ilegal grande, isso é um problema para quem está tentando se legalizar, em função de que a madeira ilegal ela é muito mais barata do que a madeira legal. Mas nós temos feito um trabalho grande nesse sentido, além de que a madeira legal ela normalmente ela leva a desmatamentos em algumas áreas e isso tem complicado.

No sul do Estado do Amazonas uma das áreas em que a gente tem trabalhado bastante para reprimir essa ação. Aqui na região de Itacoatiara, Parintins, Maués, temos também feito um trabalho intenso, além dos outros Municípios aqueles que têm maior demanda.

Bem, a fiscalização e monitoramento de denúncias. Isso tem surtido um resultado muito grande. As outras atividades elas são muito importantes, nós temos atuado, mas como eu falei a exploração madeireira que para o Estado é uma atividade nova, nós temos evoluído bastante. Se vocês olharem o gráfico, no ano de 2005 a gente teve um pico muito grande de apreensão de madeira ilegal. E se a gente olhar em 2006 isso diminuiu bastante. Isso não quer dizer que a ação do órgão diminuiu, isso quer dizer exatamente o contrário. Que a presença da instituição e a repressão à ilegalidade fez diminuir a quantidade da produção dessa madeira ilegal. Isso é um resultado muito positivo. Esse ano nós já estamos trabalhando bastante, apesar de o período de exploração de madeira começa a partir de maio, junho, e aí se agrava um pouco nos outros meses vocês, mas nós estamos desde o início do ano fazendo uma programação e estamos junto com o IBAMA, SIPAM e outros órgãos uma atividade que é conjunta que já iniciou agora no mês de maio, com foco principalmente na região do sul do Estado, no arco do desflorestamento, essa ação ela tem surtido um efeito muito grande, ela já está correndo, o ano passado foi o período que nós fizemos a maior articulação, foi mantida equipes durante mais de seis meses nessa região, dos diferentes órgãos incluindo a Polícia Militar e alguma participação da Polícia Federal, enfim, mas houve toda uma articulação institucional. Porque a gente discute muito internamente, a gente tem muita clareza de que sozinho nem o IPAAM, nem o IBAMA e nem nenhum outro órgão vai conseguir reprimir a ilegalidade no que diz respeito à questão ambiental no Estado. Isso é claro, precisamos de articulações e precisamos dos parceiros para que a gente possa avançar realmente e conseguir ter a atividade legalizada de modo geral.

Bem, isso aí é os dados de foco de calor, o Neliton já fez e outros já fizeram uma exposição grande a respeito disso, eu não vou me deter. Os dados que o Neliton apresentou inicialmente.

Bem, ações de educação ambiental, um dos palestrantes falou bastante, deu foco, isso realmente é uma atividade importante que a gente tem que dar a ela, fazer um planejamento adequado, reforçar todas as ações de educação ambiental em parceria com outros órgãos. Isso tem sido feito com bastante... Inicialmente com uma equipe muito pequena, esse ano nós estamos ampliando todas as ações com foco na-

queles Municípios mais problemáticos, fazendo uma articulação com os Municípios, já temos isso com alguns Municípios do Estado, temos já atividades realizadas como eu falei com o IPAAM itinerante e vários Municípios que tem dado um resultado muito grande porque tanto durante o período que nós permanecemos no Município como depois o resultado é bastante promissor porque as pessoas, é feito todo um trabalho de esclarecimento sobre como buscar a regularização das atividades porque os Municípios são distantes e muitas vezes as pessoas não têm realmente o esclarecimento que precisa para buscar regularizar a sua atividade e uma das atividades que nós temos nos esforçado, inclusive numa parceria com o INCRA é para atingir o pequeno produtor, aquele que trabalha até três hectares que anualmente faz o seu pedido de desmatamento para fazer a sua agricultura, nós estamos fazendo um trabalho em parceria com o INCRA, principalmente nos assentamentos que é onde essa atividade pode ser regularizada de forma mais rápida porque as pessoas têm o documento que possibilita que isso seja feito de forma sem grandes problemas. Então nós temos essa parceria e temos o planejamento esse ano para atingir todos os assentamentos do INCRA e aquelas áreas também de assentamentos do Estado, do Governo do Estado, além de outras áreas de regularização fundiária. Então esse ano o esforço vai ser... A gente já está fazendo isso desde março, e aumentando esse trabalho a partir agora do mês de junho que é quando as pessoas fazem essas solicitações. E uma questão que é muito clara pra gente é que a maioria desses pequenos empreendedores, eles não sabem como vir até o órgão estadual. Então nós estamos indo a esses Municípios, fazendo todo um trabalho de articulação com as associações e as Prefeituras para que eles possam fazer suas demandas e a gente possa regularizar essa atividade. Porque a questão do desmatamento tem a ver com a questão madeira que para essas pessoas é extremamente complicada porque mudou completamente a forma da transporte florestal no Brasil. Isso hoje em dia tem um sistema que agrega todos os Estados, que é o sistema do Governo Federal, mesmo aqueles Estados que têm seu sistema independente ele tem que ter uma interligação com o sistema federal que é o sistema DOF e é todo feito de forma eletrônica. Então as pessoas muitas vezes elas não sabem como acessar e como ter acesso a isso. Então esse trabalho de educação ambiental e de esclarecimento ele é fundamental para que a gente tenha sucesso na redução das ilegalidades e do desmatamento de outras ações.

Uma das ações que eu vejo com bastante satisfação que eu trabalhei nisso durante toda a minha vida profissional na área ambiental é a questão das unidades de conservação. Que passou por um avanço que eu diria foi fundamental nos últimos três anos. O Estado deu a essa atividade, deu a essas unidades uma importância muito grande para a redução e realmente para a proteção ambiental. A Secretaria de Meio Ambiente e o IPAAM que também trabalhou e foi o órgão gestor até muito pouco tempo, agora nós estamos apenas com a questão da fiscalização e licenciamento ambiental, mas eu diria que isso foi uma inovação no Estado do Amazonas. O Estado do Amazonas ele modificou, sugeriu e modificou uma série de visões com relação às unidades de conservação. Ele inovou em muitas questões. Na própria sistemática de criação, na própria forma de gestão, na implementação dessas unidades. Então isso foi realmente, foi o Estado que mais inovou nesse tema, eu diria. Então isso a gente serviu como modelo, como exemplo para a própria Política Nacional de áreas protegidas. Então eu diria que nós estamos à frente no que diz respeito a essa questão.

Bem, ações que nós precisamos fortalecer dentro do órgão ambiental estadual. Órgão executor da política estadual no Amazonas. É um contínuo processo mais intenso de educação ambiental direcionado a toda a população do Estado. Isso é uma questão que precisamos nos articular com outros órgãos, com Secretaria de Educação Estadual e Municipal e trabalhar num intenso processo para que a gente realmente tenha um trabalho de educação ambiental que surta um resultado bastante favorável.

Ampliar e fortalecer a fiscalização ambiental isso nós estamos terminando de elaborar um programa de fiscalização continuada mudando completamente a forma do IPAAM fazer a fiscalização no Estado, até pela tradição inicial que era foco muito na indústria e focando mais na questão rural. Implantar o PCPV que é a questão dos veículos, do programa de veículos de poluição veicular e a implantação do sistema de tecnologia da informação. Que é exatamente para dinamizar a questão da informação na questão ambiental no Estado do Amazonas e possibilitar que muitas licenças sejam inclusive facilitadas através desse sistema.

Bem, era isso. Eu agradeço a todos pela oportunidade do IPAAM poder se pronunciar nessa discussão. Pra gente isso é extremamente importante e relevante.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Muito obrigado à Drª. Artemisa Souza do Vale, Diretora técnica do IPAAM. Convido agora para fazer uso da palavra, Dr. José Adelmir de Oliveira,

Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia. V.Exª tem 10 minutos para seu pronunciamento.

SR. JOSÉ ADELMIR DE OLIVEIRA: Srs. Deputados Federais que nos visitam, Sr. Deputados Estaduais, pesquisadores, minhas senhoras e meus senhores. Eu quero usar da palavra para enfatizar que nós não desenvolveremos nenhuma política conseqüente se não investirmos maciçamente em Ciência e Tecnologia.

Nesse sentido o Governo do Estado do Amazonas já tem um caminho percorrido. Em 2003, o Governador Eduardo Braga criou o sistema [inaudível] e implantou a FAPEAM. Nos quatro primeiros anos, a política de C&T do Estado atendeu as demandas das instituições de ensino e pesquisa, em especial aquelas que estivesse articuladas ao plano de Governo, visando vencer os desafios das desigualdades sociais, apontando para um novo caminho do desenvolvimento do Estado do Amazonas. Esses próximos, nesse segundo governo, o foco será desenvolver ações e criar condições para que as instituições de ensino e pesquisa aqui instaladas possam contribuir com o conhecimento científico que a sociedade lhe permitiu acumular, visando participar desse grande esforço de melhoria das condições de vida da população da Amazônia. O esforço primeiro é entender que a política de Governo, consubstanciada na Lei 3.135 recentemente aprovada por essa Casa, tem como ponto de partida a conservação das florestas e como ponto de chegada promover o desenvolvimento equilibrado. Os fundamentos dessa ação estão baseados na política de C&T pelo incentivo de intercâmbio e tecnologias limpas, implementação de projetos de pesquisa para a criação de sistemas de metodologias de projetos e inventários.

Para tanto serão necessários ações que possibilitem a consolidação das instituições de pesquisa e ensino e do aumento de pesquisadores no Estado do Amazonas. Nesse sentido é fundamental o esforço na formação de pessoas, fortalecendo e ampliando os cursos de pós-graduação. Junto com isso é preciso melhorar e a expandir a infra-estrutura de laboratórios de pesquisa, de acervos em ambientes, de acervos bibliográficos, e ambientes de negócio com inovação tecnológica, em especial relacionado à biodiversidade. Nesses últimos quatro anos, o Governo do Estado por meio da FAPEAM, Srs. Deputados, financiou 650 bolsas de mestrado e doutorado e tem em curso um programa de melhoria de infra-estrutura com recurso da ordem de 22 milhões de reais. Em segundo lugar, esses últimos quatro anos foram investidos e estão comprometidos até 2008 pelo Governo do Estado por meio de suas ações de C&T nas instituições de ensino e pesquisas federais aqui localizadas 72 milhões de reais. Só nas duas principais instituições, Srs. Deputados Federais, o INPA e a Universidade Federal estão comprometidos 65 milhões de reais.

Por fim, todas essas ações devem estar calcadas no intercâmbio de saberes entre pesquisadores e os povos amazônicos, possibilitando o desenvolvimento da ciência e do conhecimento minerário de nosso povo. Porém, esse esforço do Governo do Estado, Srs. Deputados Federais, eles têm que ser acompanhados por igual investimento às instituições de fomento à pesquisa federal. Não é mais possível que os fundos setoriais, por exemplo, tomem como base os 30% como investimento máximo para a Amazônia, para o nordeste, centro-oeste e a Amazônia. Os 30% é investimento mínimo, que se tornou máximo.

Por fim, Srªs. e Srs. Deputados, o mais importante do que a natureza é a cultura. E por isso uma política de Governo que se quer transformar numa política de Estado têm que ser integrada e tem como fim melhorar a vida de homens e mulheres que vivem no Amazonas e buscam a sua vivência do rio, da terra e da floresta. A natureza é importante, mas o mais importante que a natureza é a cultura. E por isso é para o homem que as nossas ações devem estar voltadas. Tendo bem claro que muitas vezes as agendas que nós discutimos não são necessariamente as agenda das populações do interior da Amazônia. É preciso que os Srs. Parlamentares tenham a sensibilidade de compreender que o homem amazônico necessita de condições de vida e de vida decente. Não de sobrevivência, mas de vivência plena. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Agradeço ao Dr. José Adelmir de Oliveira, Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia, Deputado Luiz Carreira me parece que... Propôs um acordo à plenária para que passemos agora ao bloco de três minutos para os registros, as informações, e àqueles que têm alguma pergunta direcionada já aproveitem esse tempo. Portanto o primeiro orador dessa lista é o Exmº. Sr. Marcílio de Freitas, Secretário-Executivo da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas.

[palmas]

SR. MARCÍLIO DE FREITAS: Boa tarde. Uma saudação especial Exmº. Deputado, Presidente dessa Audiência Pública, em nome de quem eu saúdo a todos os painelistas.

A discussão é recorrente. Há 20 anos a Amazônia já discute a questão não ambiental, a questão ecológica. A ecologia como processo de produção e reprodução da vida. E eu ilustro, se nós retirássemos todos os franceses da França será que a França continuaria existindo? Se nós retirarmos todos os americanos dos

Estados Unidos da América será que os Estados Unidos continuaria existindo? Se nós tirássemos todos os ingleses da Inglaterra será que a Inglaterra continuaria existindo? A Amazônia, meu caro Deputado, é uma construção histórica dos povos amazônicos. Porque durante 500 anos esses povos lutaram de certa forma resistiram a todos os processos de desenvolvimento econômico que tinham como foco, como muito bem ilustrou o nosso queridíssimo Secretário de Ciência e Tecnologia, a exploração intensiva e a expropriação dos recursos da natureza da região.

Portanto, enfatizamos e isso não ficou muito claro nas exposições aqui postas que a maior riqueza que nós temos na Amazônia, o Deputado também ressaltou, o Exmº. Deputado Luis Carlos, são os povos amazônidas. Particularmente no Estado do Amazonas os 67 povos que compõem o saber, mais do que saber, nas cosmogenes, as concepções de mundo diferente que aqui estão. Nesse sentido, nós reafirmamos a necessidade de qualquer que seja a proposta de desenvolvimento para a Amazônia, querido Luis Carlos, o mundo não sabe ainda como lidar com a questão de desenvolvimento sustentável. Se soubesse, os Estados Unidos não continuariam contribuindo com 27% do efeito estufa. Os cinco Países mais avançados da federação russa não estariam contribuindo com os 14%. O Japão, em torno de 6 a 7%. A Alemanha, em torno de 5 a 4%. E assim consecutivamente. E com um detalhe, caros Deputados, esse não é um problema só da Amazônia, esse é um problema do mundo que de certa forma está diretamente associado com a internacionalização da Amazônia que é o primeiro encaminhamento que eu faço. A questão das variações climáticas passam necessariamente pela internacionalização da Amazônia uma vez que a pauta científica ainda não é brasileira. A pauta científica é da hegemonia da pauta científica no que se refere às questões climáticas, as questões atmosféricas, as questões da bioindústria ainda é uma pauta hegemonicamente internacionalista. E com um agravante, tendo como ponta de lança inúmeras ONGs que aqui estão instaladas em nome desses Países que é a segunda questão que eu coloco para ser discutido como desdobramento, como fundamento dessa questão que nós chamamos de uma forma muito difusa de variações climáticas.

Um terceiro encaminhamento que eu gostaria de fazer é que a ciência não tem solução para a questão do desmatamento das variações climáticas. A questão das variações climáticas vai ser resolvida localmente, regionalmente, nacionalmente, mundialmente através da política e da economia. Uma nova concepção de modelo de desenvolvimento centrado no homem fundamentalmente no homem, nas ações coletivas, e fundamentalmente na vida, não no ambiente somente quando representa a ação material, mas fundamentalmente como representação simbólica. São questões fundamentais para que nós tenhamos êxito nesse amplo debate, buscando caminhos, soluções, enfim, que venham de encontro ao interesse do Estado Brasileiro. Então nessa discussão tem que ter a religião, a política, a arte, o cientista, os educadores. E finalmente, eu queria colocar que a própria presença da Amazônia, a grandeza da Amazônia impõe a sua presença nessa discussão, meu caro Deputado. A Amazônia são cinco milhões de hectares, 1/20 avos da superfície sólida do planeta, 16 a 20% dos recursos hídricos do planeta. 11.280 quilômetros de fronteira. Em torno junto com a África Central e com o sudeste da Ásia, em torno de 60% das florestas tropicais do planeta. Só o Estado do Amazonas são 13% das florestas tropicais brasileiras. Em torno de 50% do potencial hidrelétrico do Brasil, 3/5 do Brasil, 2/5 da América do Sul, 250 povos da Amazônia brasileira se incluirmos a Amazônia Pan-Americana, como o colega Neliton colocou, nós chegamos a 350 povos indígenas. 16 a 20% dos recursos hídricos superficiais do planeta. Os números dizem por si só. Se o Brasil não tiver uma saída para a Amazônia, os Países do primeiro mundo já o tem, meu caro Luis Carlos. E finalmente eu queria colocar por uma questão de justiça, uma vez que enquanto especialista na área, 20 anos, eu tenho ouvido discursos, apresentações, mas uma me chamou muita atenção do nosso caro amigo Prof. Roque. Na discussão, no encaminhamento dos parlamentos, o Estado do Amazonas se insere de uma forma diferenciada. E eu vou dar os dados, meus caros Deputados.

O Brasil emitiu de carbono no que se refere a carbono, as emissões de carbono, em 2004, 293 milhões de toneladas. A emissão devido ao uso de combustível fóssil foi 64 milhões de toneladas, representando 22%. As queimadas representaram 229 milhões de toneladas correspondendo a 78%. O problema, meu caro Deputado, é que o Estado do Amazonas não tem queimada, ou não tem uma proporção significativa. O Estado do Amazonas, ao contrário, ao invés de emitir, ele seqüestra carbono. Ele seqüestra em torno de 130 milhões de toneladas de carbono por ano. O que o coloca numa situação diferenciada em relação aos demais Estados da Amazônia. O que requer necessariamente um tratamento diferenciado por parte do Estado Brasileiro. Até mesmo porque a mata em pé, as florestas em pé têm um custo muito alto, principalmente para o pequeno agricultor, principalmente para o caboclo, principalmente para aqueles que moram na Amazônia profunda. E finalmente, agora finalmente mesmo, [risos] porque eu já estou sendo desele-

gante com todos vocês no que diz com respeito ao tempo, as medidas que nós aos Parlamentares é que por baixo das lindas paisagens que são projetadas, representando os biomas, nós temos Municípios. Nós temos as municipalidades. Então a nossa sugestão é que qualquer que seja o desdobramento sábio, e nós temos certeza que o Parlamento o será, como sempre foi, que seja reforçada a cidadania, que sejam reforçadas as comunidades, que sejam reforçadas a municipalidade, que seja reforçado, enfim, a condição de cidadã do homem que de certa forma tem construído a Amazônia. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Agradeço ao Sr. Marcílio de Freitas, Secretário-Executivo da Secretaria de Ciência e Tecnologia, e convido para fazer uso da palavra o Sr. Adalberto Luís Val, Diretor do INPA.

SR. ADALBERTO LUÍS VAL: Boa noite a todos, já. Caro Deputado Eduardo Gomes, cara Deputada Rebecca Garcia, em nome de quem cumprimento a todos e a todas. Prometo ser extremamente breve porque já tive uma oportunidade imensa de durante um bom tempo recebê-los no instituto, mas eu acho que fica bem claro nessas várias exposições que tivemos aqui, que temos muitos diagnósticos, vários deles sobre o meio ambiente, vários sobre a sociedade, mas gostaria de ressaltar duas ou três questões que julgo extremamente relevantes.

A questão das mudanças climáticas não pode ser reduzida a um efeito simples do ponto de vista ambiental. Ela tem dimensões múltiplas. E essas dimensões múltiplas precisam ser consideradas. Não pode-se reduzir a uma questão pura de ciência, não se trata de uma fé cega na ciência, mas não pode se reduzir só a isso. É necessário que todas as dimensões humanas, sociais, religiosas, científicas, sejam consideradas nesse contexto porque o efeito disso acontecerá em todos esses níveis.

Eu vivi recentemente no Estado do Amazonas um novo paradigma. E dizia isso agora pouco. Um novo paradigma diz respeito fundamentalmente à relação de aproximação da ciência com o processo de tomada de decisões e com o embasamento que a ciência dá ao estabelecimento das políticas públicas. Ciência sempre se postou à frente do seu tempo. E por isso hoje e nesse momento consegue já face a situação implantada dar respostas claras que embasam uma intervenção. Nós precisamos continuar fazendo ciência, evidentemente. Mas há informações que permitem hoje uma adaptação para essa situação que vem sendo colocada. O INPA pode e vai contribuir. Em todas as dimensões em que for requisitado. O principal legado que o INPA já produziu e que se propõe a acelerar nesse processo é a capacitação de recursos humanos em nível de mestrado, em nível de doutorado, porque nós vamos precisar mais e mais pessoas qualificadas para isso. Com essa disposição do Governo do Estado do Amazonas, por meio da SECT, por meio da FAPEAM como enfatizei hoje de manhã, nós temos hoje uma nova janela que se abre para esse... Para essa questão. Portanto, gente qualificada eu diria que é o desafio número um para que nós continuamos produzindo informações de alto nível para que se possa viabilizar tomadas de decisões e embasamento político para as políticas públicas na Amazônia.

Segundo ponto que eu diria que é fundamental dentro desse seqüestro é o tratamento Pan-Amazônico. Nós precisamos discutir a integração do norte da América do Sul, uma vez que a Amazônia não é uma entidade brasileira isolada, fora de um contexto internacional. 70% da produção científica, 70%, senhores, dos trabalhos científicos veiculados nas revistas científicas internacionais que tenham como palavra chave a Amazônia, não tem nenhum autor com endereço no território brasileiro. Portanto, se soberania significar domínio do conteúdo, da informação sobre uma determinada região, nós só possuímos 30% dela. Só 30%. E é preciso reverter esse quadro. E reverte esse quadro por meio da pesquisa científica. Portanto são necessárias ações em todos os níveis. Do direito ambiental à química da água, da logística à educação. E para isso terceiro ponto fundamental é que de fato os nossos anseios, desde o tratado de Tordesilhas depois tratado de Madri se torpe uma realidade que a Amazônia possa de fato integrar a agenda nacional. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Nossos agradecimentos ao Sr. Adalberto Luís Val, Diretor do INPA, e passo a palavra nesse momento ao Sr. Flávio Luizão, pesquisador do INPA/LBA.

SR. FLÁVIO LUIZÃO: Boa noite a todos. Sr. Presidente, todos os Parlamentares presentes. Será uma intervenção realmente breve. Eu só queria acrescentar alguns pontos no que nossos colegas, os expositores anteriores e principalmente meu Diretor acabaram de expor.

Algumas ações, alguns conhecimentos que são necessários para se ter uma agenda de desenvolvimento alternativo que permita manter a floresta em pé e ao mesmo tempo permitir um nível de vida satisfatório para a população, embora talvez não sejam plenamente testados, mesmo porque às vezes não houve tempo para isso, mas os princípios já são bem

conhecidos e algumas dessas ações eu diria que a ciência já conhece o suficiente para serem testados, colocados em prática. Por exemplo, se fala muito em usar áreas degradadas ou usar áreas abandonadas que são imensas na Amazônia. Estimativas talvez de 200 milhões de hectares ou um número maior que esse, que poderiam ser reincorporadas ao processo produtivo. E mesmo dentro da nossa instituição, dentro do Projeto LBA nos últimos anos, algumas dessas formas de se utilizar essas áreas foram testadas, eu diria com bom sucesso. A EMBRAPA, junto com o INPA, tem experimentos de recuperação de áreas degradadas com sistemas agroflorestais, há experimentos com agricultura sem queima que foi feita primeiro no Pará, agora está sendo replicado em diferentes Estados da Amazônia, inclusive aqui em Manaus mesmo, e nós teremos o imenso prazer de ver essas políticas incentivadas, porque eu diria que são necessárias ações integradas para que realmente a coisa funcione. Por um lado precisa educação ambiental. Mas só isso não basta.

Por outro lado, você precisa também incentivos para os agricultores, para que as técnicas sejam adotadas. É novo, às vezes é um pouco difícil, precisa incentivos. E precisa o lado também da fiscalização séria. As três coisas juntas podem fazer com que essas práticas funcionem em benefício de todos, em benefício do ambiente, da floresta e das pessoas. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Nós agradecemos ao Sr. Flávio Luizão. Gostaríamos de registrar a presença do Sr. Celso Paulo de Azevedo, Chefe Geral da EMBRAPA em exercício, EMBRAPA da Amazônia Ocidental, ao Sr. Adroaldo Cauduro, pró-Diretor Comunitário da Unilasalle da Amazonas, Jaci Maria, Assessora da SIPAM, Antonio Cantelli, Diretor da Unilasalle, Rafael Gonçalves Madrugo, Procurador Chefe do IPAAM, e Lúcia Tiosaito(F) Assessora de comunicação. E a Solange Meire Brotas, assistente social.

Passamos a palavra agora ao Sr. Alexandre Simões de Souza Presidente da Associação de Moradores do Riacho Doce 2.

Bom, pode ter saído um pouco. Com a palavra agora o Sr. Ismael Oliveira. Gostaria de fazer uma participação.

SR. ISMAEL OLIVEIRA: Sr. Presidente, sou Ismael Oliveira, coordenador estadual do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Estado do Amazonas, movimento cujo qual nós temos uma ligação direta com o movimento nacional, mantemos uma relação correlata não só com o movimento nacional, com outras entidades centrais. Temos tido, Sr. Presidente, e senhores, desculpa não ter cumprimentado os senhores, mas uma participação grande nessa luta na questão fundiária, a questão da terra, nesses Estados. Nos últimos anos historicamente nós tivemos uma participação enorme, não só nas questões urbanas, como nas questões rurais, assentamos, não posso precisar exatamente o número, mas são 25 ocupações bairro hoje na cidade de Manaus. São 18 assentamentos no interior do Estado do Amazonas, temos sido de certa forma responsáveis realmente por grandes desmatamentos que foi mostrado aqui. Aqui quem vos fala realmente eu tenho essa responsabilidade, e que nos últimos dois anos assumimos um compromisso de público de conter as ocupações na cidade de Manaus. O Dr. Roque aqui já tivemos inúmeros embates aqui. Mas sou testemunha de uma coisa, companheiro, realmente estou convencido de que esse realmente não é o melhor caminho. Entretanto, senhores e senhoras, lamentavelmente por conta deste acordo que nós comprometemos com o governo municipal de que iríamos conter as ações de ocupações e que contrapartida iria sinalizar claramente uma política de habitação nessa cidade até o presente momento o prefeito municipal não construiu sequer uma choupana nessa cidade. E o Governo do Estado tem implementado algumas ações de remoção de famílias das áreas tradicionais da cidade, mas não se construiu novas casas para absolver a grande demanda hoje na cidade de Manaus que passa de cem mil pessoas sem-teto nessa cidade. E as ocupações estão começando a pipocar na cidade de Manaus, Sr. Presidente. Estão começando novamente as ocupações. E tem agido as autoridades do Estado com rigor, com porrada, com tiro e expulsão desses companheiros lá sem nenhum momento sinalizar uma forma de resolver esse grave problema nessa cidade que é a questão da moradia.

Mas nós temos também um problema seriíssimo hoje, Sr. Presidente, demais companheiros aqui presentes, que é a situação do sul do Amazonas. No sul do Amazonas nós temos um conflito realmente de grandes proporções conforme foi mencionado aqui. Nesse momento há poucas horas atrás eu falava com a companheira dentro do assentamento e que ela me informava que nos últimos três dias, na quinta-feira passada houve uma ação de reintegração de posse lá por uma ordem emitida pela Drª. Claudete, Juíza de Labrea, na qual com o apoio da polícia de Rondônia e do Acre, expulsando os companheiros de uma gleba, do [inaudível]. Quer dizer, utilizando-se do aparato policial de dois outros Estados para se utilizar ali para retirar famílias tradicionais que moram nessa região lá. E é muito grave, companheiro, nesse momento no sul do Amazonas. É grande o número de empresários

que estão chegando naquela região por conta inclusive do advento do etanol, a terra no sul está muito cara, claro, e estão correndo para o norte e para [inaudível] tem muita facilidade por conta do que já foi mencionado aqui da questão da facilidade da aquisição da terra. Lamentavelmente nós não temos lá naquela região até o presente momento a presença do Estado Brasileiro. Através do INCRA, do IBAMA, através da própria Polícia Federal para desarmar os pistoleiros lá existentes, e uma ação enérgica inclusive por parte da própria Polícia Militar no sentido realmente de desarmar os pistoleiros resistentes na região. E isso sem essas ações é impossível o INCRA implementar as ações de acomodação daquelas famílias que inclusive grande parte delas são egressos, inclusive, do País vizinho. São brasileiros que foram expulsos da Bolívia e que hoje foram acomodados lá, são 1.500 famílias que foram assentadas e todas elas praticamente foram expulsas dos seus assentamentos por conta exatamente dessa ação dos grileiros.

Sr. Presidente, é muito grave, o tempo é pouco para a gente relatar aqui a situação que está acontecendo lá. Mas terei oportunidade em outro momento, para dizer, vou enviar inclusive um Relatório a V.Exª, aos demais companheiros da situação porque passa aquela região lá e outros conflitos no sul do Estado, aliás, no exterior do Estado do Amazonas. Não é só lá, outras partes do Estado já começa a surgir novos conflitos, e os homens estão chegando. "Os ômi" como se diz, como se diz que os olhos azuis e os rostos louros estão chegando no norte e isso realmente nos preocupa porque eles vêm com essa visão voraz, com a vontade realmente de tomar e de, sei lá, meter a mão com grande facilidade. Nós aqui às vezes sem condições de reagir e temos que às vezes não temos conseguido apoio suficiente para tentar se contrapor a tudo isso. Meu muito obrigado e agradeço aqui pela oportunidade. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Muito obrigado Sr. Ismael Oliveira. Nós passamos a palavra agora à Srª. Marfele Farias Freitas, Presidente Comunitária do Parque Riachuelo 2. Não está.

Passamos então a palavra à Srª. Iderli Castro de Sá, coordenadora da Associação dos Caboclos de Ribeirinhos da Amazônia. Também saiu. Ao Sr. Lucivânio Ramires, representante da Comunidade da Associação do Desenvolvimento Comunitário Parque dos Buritis. Daniel Guedes. Secretário de Meio Ambiente e Turismo de Manacapuru, aqui representando o Prefeito daquela cidade. Luiz Alberto Dantas de Vasconcelos.

[palmas]

SR. DANIEL GUEDES: Só uma correção, Sr. Presidente, nosso Prefeito é Washington Reges.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Perdão. Está registrado. Obrigado.

SR. DANIEL GUEDES: Sr. Presidente, tempo muito curto, mas eu também já estou quase por contemplado diante das exposições que assisti. Mas como o homem lá do interior da nossa Amazônia, não poderia deixar de registrar a nossa presença e trazer na nossa visão algum tipo de contribuição.

Gostaria de desde já parabenizar a nossa Deputada Conceição Sampaio pela iniciativa e em nome também da Deputada Rebecca Garcia saudar todos os demais.

Nós, como agentes de defesa do meio ambiente, já com uma grande jornada de vida na nossa região, me sinto muito honrado de ver nesse momento, e que se começa a trazer um fortalecimento para as nossas políticas ambientais, Sr. Presidente. Nós que assistimos ao longo da história do nosso Estado algumas das maiores agressões e de maiores aberrações como a situação em que nós vivemos na Amazônia, quando da implantação das usinas de Balbina e Tucuruí, quando nós assistimos ali só a madeira das áreas alagadas de Balbina e Tucuruí dariam para que a gente construísse uma casa para cada família brasileira, e com a sobra não deixarmos nenhuma família carente no nosso País. Só para se ter uma idéia do tamanho da agressão pela falta de políticas ambientais. Infelizmente a gente sabe que a nossa região ribeirinha, os nossos Municípios, a grande maioria, Sr. Presidente, sofre pela falta de saneamento básico, pela falta de infra-estrutura. Ainda há pouco eu assistia a Deputada Vera falando de matriz energética, e a nossa situação energética na nossa região é uma situação ainda agressiva. O nosso Município de Manacapuru com uma população de 83 mil habitantes, ela queima ainda hoje de petróleo 50 mil litros de óleo diesel/dia. Isso ainda é um péssimo exemplo. Imagine essa situação toda em todos os nossos Municípios, quando nós temos um domínio da geração hídrica e nós temos inúmeras adaptadas, a Vera ainda citou há pouco, fontes de geração de energia e que poderiam ser muito melhor aproveitadas.

Então eu gostaria de ressaltar a importância de ações desse quilate para a nossa região, e trazer um grito de alerta. Nós precisamos de ações concretas. Ações com relação à questão agrária, Sr. Deputado, nosso Secretário de Produção sabe das situações, viveu e conhece a nossa realidade no interior, da questão agrária. Nós precisamos de políticas voltadas para essa questão. Nós temos situações, Sr. Presidente, de Municípios nossos que não têm Plano Diretor, que não tem programa nenhum com relação ainda às questões

ambientais. Nós temos a maioria dos nossos Municípios que não tem sequer coleta de lixo. Imagine se... O nível de problemas que está se causando pela falta de mais ações nesse sentido. Era essa a contribuição que eu gostaria de trazer, até pela questão de tempo e agradecer. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Muito obrigado ao Sr. Daniel Guedes. Passo a palavra como a última participação da plenária, em seguida os Parlamentares vão também registrar as suas contribuições para essa Audiência Pública, passamos a palavra ao Luiz Alberto Dantas de Vasconcelos, mestrando da UEA.

SR. LUIZ ALBERTO DANTAS DE VASCONCELOS: Boa noite a todos. Saúdo a todos da Mesa, não há muito tempo. Boa noite... Eu queria fazer na verdade, são duas colocações. Um registro e uma proposição. O registro ele na verdade ele começou quando fui inquirido, ainda sou um pesquisador, quando o Prof. Osório que foi inclusive Diretor do INPA, inquiriu que eu faria com a minha dissertação de mestrado, colocaria num pedestal, faria uma boa publicação, o que isso mudaria a realidade social dos bairros mais distantes da cidade de Manaus, São José, que eu nem sei o número mais, dez, eu não sei, Cidade Nova, o que isso mudaria a realidade social? Isso me preocupou. Consegui responder lá na hora porque o meu Projeto ele é de conscientização, e agora eu estou aqui desde o início, olhando para a plenária nesse momento vazia, e não estava muito diferente no início da Sessão, a preocupação continua. Então seria esse registro seria em relação... Seria procedimental com relação à Audiência Pública em si. Não no mérito dela. Mas o procedimento de realização da Audiência Pública. Porque autoridades estão presentes, pesquisadores, as pessoas envolvidas, mas aonde está a sociedade, aonde está a população, as pessoas, aí vamos desdobrar essa questão. Será que esse horário de realização da audiência é o melhor horário mesmo? Será que o trabalhador tem como estar presente aqui? Eu acredito que não.

Então, a minha proposição e isso eu espero que ninguém registre antes de mim porque eu vou publicar esse artigo ainda, seria na mudança, e isso vai aos parlamentares diretamente, na mudança no horário de realização da Audiência Pública. Será que esse horário é o melhor horário mesmo? Será que o trabalhador por mais que a questão... É tão paradoxo porque a questão ambiental é um valor fundamental. É a vida. Será que as pessoas teriam condições de estar presentes? Será que foi divulgado satisfatoriamente para que as pessoas pudessem, sei lá, pegar o afastamento do trabalho e comparecer. Então a proposição vai no seguinte sentido, e não só para a questão ambiental, seria para Audiência Pública, procedimento de toda ela. Seja a matéria que estiver em discussão. Seria a realização da Audiência Pública nos finais de semana. Se os trabalhadores trabalham 44 horas que é o normal, que se desse pela parte da tarde no sábado e no domingo o dia inteiro. Essa proposição não é a panacéia para resolver o problema da participação ambiental, e eu tenho consciência disso, mas eu tenho certeza que isso fomenta. Fica uma porta aberta para fomentar a participação popular. Isso está no artigo que eu vou publicar, mas desde já gostaria de antecipar que isso fosse pensado, uma maneira de fomentar a participação popular tão importante em nome da cidadania, em nome da soberania popular em nome de tantos outros princípios que foram colocados aqui. Ou seja, a discussão técnica é importante, mas a discussão humana também é importante. Obrigado. Boa noite.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Eu quero agradecer ao Luiz Alberto Vasconcelos, fazer um registro em nome da Comissão na acolhida da sua sugestão, mas informar que as Audiências Públicas da Comissão elas têm funcionado como Câmara de repercussão. Porque são retransmitidas pela TV Câmara, pela TV Senado, pela TV da Assembléia, e há realmente uma certa dificuldade de selecionar a plenária com ampla participação popular. Eu sei que essa é a necessidade e essa Comissão ela foi instalada justamente para quebrar esse paradigma e resolver, tentar resolver, ter a pretensão de resolver os campos isolados de debate sobre a questão ambiental, desenvolvimento sustentável, e a vida. É isso mesmo. A gente não vai conseguir. Eu vim para esse debate, a minha área de atuação sempre foi o setor elétrico, tive uma atuação muito grande na Comissão de Minas e Energia no meu primeiro mandato, temos aqui Deputados que foram Secretários de Meio Ambiente, todos que vieram para esse debate da área de desenvolvimento social, então é justamente essa a intenção, que as próximas audiências que a repercussão dessa audiência na Câmara de Vereadores e Municípios, e posso dizer com muita satisfação que a Assembléia Legislativa do Amazonas teve uma presença marcante no início no funcionamento dessa Audiência Pública, mas que a gente entende que é um trabalho que vai crescendo aos poucos. É um tema novo e a gente quer ampliar isso. Então vou ler atentamente o seu artigo que você nos ajude nessa colaboração de uma melhor forma de realizar as audiências, mas que leve em consideração que no mínimo milhões de pessoas estarão vendo e ouvindo as sugestões trazidas aqui pelos técnicos, pelos cientistas e por pessoas da co-

munidade, os seus representantes acerca da temática de mudanças climáticas.

Eu vou passar a palavra agora para as considerações, o início das considerações finais ao Deputado Federal Luiz Carreira, que foi Secretário de Meio ambiente do Estado da Bahia, foi Presidente da Comissão, e ele tem uma observação atenta sobre isso, ele foi Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, e um Parlamentar muito atuante nessa área. Com a palavra o Deputado Luiz Carreira.

DEPUTADO LUIZ CARREIRA (PFL-BA): Caro Eduardo Gomes, Presidente da Comissão de Mudanças Climáticas, queria inicialmente agradecer à Assembléia Legislativa por essa oportunidade do Estado do Amazonas por essa oportunidade de nos permitir realizar aqui essa audiência que foi convocada pela Deputada Conceição Sampaio, e fez essa gentileza de solicitar essa audiência que faz parte das atividades da Comissão. Acompanharam essa comitiva nossa lá de Brasília, podemos dizer assim já estavam aqui evidentemente a Deputada Rebecca Garcia e também a Vanessa Grazziotin, e o Senador Arthur Virgílio que já nos deixaram aqui a mais tempo porque tiveram compromissos em Brasília. E também acompanhava ainda essa comitiva os Deputados, o Deputado Jorge Cury e também o nosso companheiro Sebastião Bala, que também trabalha conosco lá na Comissão de Mudanças Climáticas. O importante é que essa Comissão, a realização dessas audiências ela visa sobretudo gerar subsídios, informações sobre as diversas regiões, evidente que não dá para fazer essas audiências em todo o País, já que temos um País de grande dimensão, mas selecionamos alguns Estados que tinham evidentemente biomas importantes, não somente por isso, mas que tinham questões importantes a tratar relativo a questão de mudanças climáticas. Nós já realizamos duas audiências anteriores, não é Eduardo, uma em Belém e agora... Aonde? São visitas ao INPE. Mas apenas uma em Belém, outra em Manaus, e vamos realizar ainda em Palmas na próxima segunda-feira, depois Campo Grande, Cuiabá, São Paulo, Fortaleza e Florianópolis. Evidente que não dá para realizar grandes encontros com uma grande mobilização. Até porque a intenção é exatamente de ouvir tanto as entidades não-governamentais como as entidades públicas e privadas que trabalham nos diversos agentes que são envolvidos com essa questão. Foi muito bem colocado aqui pelo Diretor do INPE, e foi até foi oportuna a sua colocação porque fez uma correção já que a gente estava concentrando esse debate muito nas questões ambientais de que a questão evidentemente da mudança climática não se resume apenas à área ambiental. Evidente que o apelo maior inclusive por esse tema voltar à agenda de discussão, já que é um tema renitente que já se discutiu muito isso alguns anos atrás, depois passou por um certo esquecimento que isso é natural, mais ou menos, na nossa sociedade. A gente pega um determinado tema durante um período e concentra as ações nele e depois acaba esquecendo um pouco e volta de novo a discutir no momento que surge um fato novo relevante. E nesse caso específico foram dois relatórios. O Relatório do IPCC, o quarto Relatório, e o Relatório externo que trouxe na verdade aí o interesse econômico. Porque as pessoas reagiram, os diversos agentes, sobretudo, privados, reagiram e os agentes públicos em função exatamente da divulgação desse Relatório que mostrou as conseqüências que poderia ter evidentemente se nada fosse feito com relação a esse enfrentamento dessa questão. E não é por acaso que uma empresa com um grupo como a ALCAN resolve destinar 500 milhões de dólares para pesquisa exatamente para mudar todo o seu processo produtivo em 10 anos. Se não houvesse efetivamente o alerta que foi dado. Antes visto como coisa de ambientalista, enfim, a gente já sabe como essas questões eram tratadas, mas hoje seriamente encarada por toda a humanidade, já que todas as pessoas hoje estão envolvidas. A gente começa com nossos filhos em casa, com todo mundo questionando perguntando o que é, o que significa, enfim, há realmente uma grande mobilização. E o Congresso Nacional como não poderia deixar de ser que é a casa do povo, apesar de todas essas dificuldades que a gente vê por aí, sempre os temas desabonadores que acabam tendo relevância em relação a questões importantes que lá são discutidas, retomou também essa questão.

Eu dizia, comentava com o Eduardo e com o Jorge Cury que também foi Secretário de Meio ambiente na Bahia, eu ano passado foi Presidente da Comissão de Meio Ambiente. É difícil ter quorum para reunir a Comissão. Esse ano a quantidade de Deputados que se inscreveram na Comissão de Meio Ambiente é inacreditável. Até os suplentes comparecem às reuniões. Já que o tema realmente é um tema apaixonante, é um tema que está na ordem do dia.

Por isso mesmo a gente só tem a agradecer a presença de todos vocês, eu tive a oportunidade de ouvir atentamente todas as colocações, fiz anotações, gastaria um tempo aqui em comum discutindo cada uma das questões que foram aqui colocadas, mas elas certamente comporão o nosso Relatório, comporão, digamos, o rol de sugestões e de iniciativas que estão sendo colocadas durante essas audiências, e servirão para que o Relator, o Senador Renato Casagrande que também teve compromisso em Brasília possa sim concluir o seu Relatório previsto para dezembro desse ano,

indicando as principais medidas que vão ser tomadas pelo Congresso Nacional. Nós vamos concentrar em duas áreas, duas ou três áreas específicas. Primeiro o ponto de vista da legislação o que pode ser mudado. Estamos fazendo agora nesse momento um empenhado de todas as iniciativas de lei, Projetos de Lei que estão em tramitação no Congresso Nacional, selecionando aqueles de maior relevância e importância, para que se possa agilizar a sua tramitação, já que na Câmara o que ocorre normalmente é que pode levar dez anos, quinze anos para aprovar um Projeto. Como foi o Projeto da Lei da Mata Atlântica. Eu tive oportunidade inclusive de trabalhar diretamente na coordenação do meu partido juntamente com diversos companheiros, para tirar, na verdade, da inércia do esquecimento da Lei da Mata Atlântica que estava lá 14 anos na Câmara dos Deputados. Eu espero que essas iniciativas que nós estamos tomando da Comissão, Eduardo, possa efetivamente serem agilizadas e assim a gente poder apresentar algumas coisas fundamentais para o País, algumas ações fundamentais para o País que possam ajudar inclusive na própria tomada de decisão por parte do Poder Executivo também da União. Nós temos acompanhado esse debate, de um lado, do outro lado revisado a legislação, e também atentado a todos esses questionamentos, e aqui para concluir e queria apenas fazer uma breve consideração sobre as questões operacionais.

Hoje tivemos no INPA como estivemos no INPE. As questões são as mesmas. Orçamentárias, questão de pessoal, falta de investimento em pesquisa, falta de investimento no quadro de pessoal, remuneração adequada do quadro, e essa questão precisa ser enfrentada. Porque é muito fácil, e eu fui Secretário de Planejamento também na Bahia, e a gente tem uma facilidade muito grande de discutir projetos. Projetos sempre a gente tem facilidade de discutir porque é novo, é o que vai fazer para frente. Mas na hora que senta para discutir custeio, é uma má vontade expressa. E às vezes o que ocorre é que você não consegue tocar os Projeto porque não tem as condições operacionais para fazer. Eu tenho discutido isso na União e tenho dito que a questão não é o que o Presidente, por exemplo, colocou talvez até porque tenha sido informado equivocadamente de que a questão era da legislação ambiental que atrapalhava o desenvolvimento do País. Eu não vejo assim. Em nenhum lugar desse País a legislação ambiental proibiu alguém de se implantar. Mas sobretudo o que há é um desinteresse quase total da maioria da União como da maioria dos Estados de aparelhar os órgãos ambientais e as instâncias ambientais capazes de poder acompanhar a evolução do que hoje vem acontecendo no País. O País vem crescendo, se desenvolvendo, é outro modelo de desenvolvimento que não foi o modelo calcado na legislação ambiental passada, muito pautado na industrialização e que precisa portanto de um lado a revisão, mas sobretudo do outro lado olhar para o aparelhamento, quer dizer, não aparelhamento no sentido que se faz da administração, mas no sentido operacional. De dar as condições para que os órgãos do sistema de meio ambiente do País possam trabalhar adequadamente. Assim como dos institutos de pesquisa. Mas essa tarefa também é nossa. E nós estamos atentos. Eu vi aqui com muito interesse inclusive que o Estado fez aqui o que o Deputado Jorge Cury sugeriu ao Governador da Bahia governo passado de fazer a separação das unidades de conservação dos órgãos de fiscalização, monitoramento e controle do meio ambiente. Já que essas atividades acabam uma dificultando a outra já que acaba desviando a função do órgão ambiental propriamente. O Governo Federal fez agora com o instituto Chico Mendes. Não sei se a criação de mais uma estrutura é o melhor resultado. Mas, sobretudo, eu acho do ponto de vista da separação da atividade eu estou totalmente de acordo. Tanto que votei contrariamente ao meu partido que votou pela inadmissibilidade, votou contra o mérito, mas eu votei no mérito a favor porque acho que as unidades de conservação devem ter um tratamento especial. Eu estou inclusive nesse momento debruçado sobre dois projetos na Câmara, um sobre a criação do IR ecológico, imposto de renda ecológico, utilizando parcialmente a inércia da Lei Rouanet. E do outro lado relatando um Projeto de compensação ambiental que espero que possa não só definir o percentual adequado, mas, sobretudo, uma escala de distribuição disso. Transferindo inclusive a repartição também para os Estados e Municípios. Porque não é justo que a União cria as unidades de conservação dos Estados, como vem criando, e esse recurso fica concentrado em Brasília para ser gasto da maneira que quiser pelo Ministério do Meio Ambiente. Conversava com o Governador sobre isso, e ele deu uma sugestão até muito interessante no sentido de não fazer isso pela divisão territorial, mas fazer pela área de influência evidentemente da atividade econômica que vai ser implantada.

Era isso. Não quero me estender muito, já passei do tempo, e agradecer a vocês todos pela presença e pelas contribuições que deram que certamente vão engrandecer muito o Relatório do Senador Casagrande. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Muito obrigado Deputado Luiz Carreira. Passo a palavra nesse momento para o ex-Senador

e Deputado Federal pelo Amapá, Deputado Sebastião Bala Rocha.

DEPUTADO SEBASTIÃO BALA ROCHA (PDT-AP): Muito obrigado Presidente Eduardo. Eu quero também cumprimentar a Deputada Conceição Sampaio, que preside nesse momento a Assembléia Legislativa em substituição ao Presidente titular, cumprimentar o Deputado Vicente Lopes que esteve aqui também como Presidente, cumprimentar o Deputado Luiz Castro, em nome da Deputada Perpétua quero cumprimentar toda a comunidade que está aqui presente, comunidade científica, também as pessoas da comunidade popular.

Presidente Eduardo Gomes, para nós é uma grande satisfação estarmos aqui em Manaus, essa bela cidade, e debatendo um tema tão importante para a humanidade. E eu tenho a convicção de que a Deputada Perpétua, Rebecca... Desculpa Deputada Rebecca, ela foi tão gentil conosco nesta viagem, nos deu toda atenção, muito obrigado. Isso é próprio do povo amazonense com certeza. Então a Deputada Rebecca ela sai daqui com uma responsabilidade muito grande de relatar tudo que ouviu e foi uma gama de sugestões e contribuições que certamente vão aprimorar e muito o trabalho da Comissão. Eu também não quero me alongar, mas eu quero centrar minha fala aproveitando um pouco das contribuições que aqui foram dadas pelos expositores, pelos palestrantes, aqueles que usaram da palavra depois, para dizer o seguinte. Nós estamos no olho do furacão. Eu costumo dizer que o Brasil está no olho do furacão e a Amazônia principalmente. A Amazônia brasileira principalmente. Porque quando se fala em Amazônia lá do ponto de vista internacional, eles estão de olho mesmo é na Amazônia brasileira.

Então, nós estamos no olho do furacão. E nós temos grandes preciosidades dentro da nossa Amazônia. Uma delas é o ser humano. E a outra a floresta com toda a sua biodiversidade. Com relação à floresta e sua biodiversidade, a impressão que eu tenho é que nós já temos alguns consensos formados. Resumidamente, é um sim à proteção, e um não à devastação. Como fazer isso? De que maneira? O Promotor aqui disse que não se pode comemorar uma redução, porque nós temos que ter tolerância zero. Não é isso? Nós temos que ter tolerância zero com qualquer forma de desmatamento. Isso é verdade. Nós estamos reduzindo. Quer dizer, nós já sabemos como fazer, o que fazer, o mundo todo está debruçado sobre isso. Fontes de financiamento, de investimentos, de liberação de recursos estão sendo estudadas e examinadas. Tanto aqui no nosso País quanto no exterior. Ainda precisa de muitos recursos. Mas, o mundo está de olho nisso. Está buscando soluções. Agora, quando se trata do ser humano estar ali no meio da floresta, principalmente as populações tradicionais, não estou falando aqui de grandes empresas que visam lucro que estão mais interessadas na riqueza da Amazônia. Não, eu estou falando, e não é de sobrevivência, como disse o Secretário de Ciência e Tecnologia. Que a gente costuma usar muito a palavra sobrevivência. É a vida digna decente dessas pessoas que precisam inclusive, não digo enriquecer, mas melhorar de vida. Não empobrecer como nós temos visto ao longo dos anos.

Então, para o homem, e quando eu falo o homem estou falando na mulher também em homenagem a todas as mulheres principalmente aqui presentes, é para o morador da floresta nós precisamos resolver como é que fica essa questão. Porque hoje foi dito, principalmente me parece no INPA, com o Governador, conversa com o Governador Eduardo Braga. O BNDES não financia projetos de desenvolvimento sustentável. O BASA não tem recursos, a SUDAM, que aí está querendo ressurgir, também dificilmente faz liberação de recursos para esses projetos de desenvolvimento sustentável. Então como é que nós vamos manter o homem lá e melhorar a qualidade de vida sem que ele faça qualquer tipo de devastação? Acho que esse é o grande desafio, é o ponto de equilíbrio que a humanidade precisa chegar. Nós aqui da Amazônia que temos que construir isso. Acho que foi o Secretário-Executivo da Ciência e Tecnologia que colocou isso. São as comunidades locais, somo nós de cada região que temos que construir isso. E o Governador Eduardo Braga está dando um grande exemplo disso. É um ensaio, é um começo, mas ele está sendo aí, saindo da vanguarda da busca de soluções, o Zona Franca Verde, é uma proposta que precisa ser considerada pela União, a Comissão precisa sem dúvida nenhuma se debruçar e examinar com carinho e ver como é que nós podemos transformar isso num grande Programa Nacional. Então essa questão da melhoria da qualidade de vida de quem mora na floresta, as populações ribeirinhas, as populações tradicionais, isso precisa ser resolvido. Porque ninguém está se preocupando em buscar recursos para isso. Todo mundo está debatendo e aqui foi dito e é verdade, porque a preocupação na verdade é econômica. Não se fala muito no verde, não fala aqui dos que são mesmo convictos. Tem muita gente convicta mesmo de que é preciso proteger, conservar. Mas lá fora o mundo econômico, o mundo desenvolvido ele está de olho mesmo são nas nossas riquezas. E quando a gente fala internacionalização, hoje já se aprendeu que não é ocupação, não são soldados descendo aqui ou bombas sendo jogadas aqui. Não é essa a ocupação. A ocupação é o domínio do nosso conhecimento, da nossa biodiversidade, da nossa

riqueza. Isso está em disputa mesmo. E se nós brasileiros não tomarmos a... Ter a posse, mas nós temos que ser proprietários. Temos que ter o domínio do conhecimento. Então isso que precisa ser feito já foi dito aqui. Investimento em conhecimento, investimento em conhecimento e financiamento de programas, projetos produtivos na linha do desenvolvimento sustentável. Acho que aí nós chegamos no ponto de equilíbrio. É importante que o Brasil discuta isso. Acredito ainda para concluir, Presidente Eduardo Gomes, que a Amazônia tem o papel relevante, sem claro aqui deixar de lado a importância que tem os outros Estados, aqueles que detêm maior conhecimento que nós, não é por culpa nossa, é que não está retornando, Adalberto, o PIB, como é que se diz, o PIB daqui contribui mais ou menos com 8% e só retorna em termos de Ciência e Tecnologia 2%. Investimento para cá 2%. Então é preciso reverter essa situação. Mas então a Amazônia tem um papel fundamental nessa discussão e nós precisamos encontrar os mecanismos que possam garantir esse investimento em conhecimento, porque só com o conhecimento aí o Adalberto colocou uma coisa muito bem hoje de manhã também que o conhecimento ele é diretamente proporcional ao PIB ou o PIB é diretamente proporcional ao conhecimento. Quanto maior o conhecimento mais elevado é o PIB. Então nós precisamos investir em conhecimento e precisamos encontrar forma de financiar os caboclos, meus irmãos caboclos. Eu também nasci na beira do rio. Então nós temos que encontrar formas para financiar projetos que garantam a essas pessoas melhoria de qualidade de vida. Investimento em conhecimento e financiamento de programas, sociais importantes e econômicos, nós vamos dominar a Amazônia que é nossa e vamos, portanto, garantir a proteção que o mundo inteiro quer e nós da Amazônia somos os primeiros que queremos como quer também o Congresso Nacional e o Governo Brasileiro que acho que tem um papel relevante também em nível mundial. Eu vou ter que falar deste assunto sempre, porque é um assunto novo, mas eu estou com uma proposta e já está incluído acredito no Relatório parcial dessa Comissão de que o Brasil coordene um debate internacional mundial no sentido de que nós tenhamos uma organização mundial de meio ambiente com um Conselho de Segurança Global Ambiental para que o Brasil posso ser titular lá, possa ser membro permanente de igual para igual discutir com os Países desenvolvidos. Hoje nós não temos assento no Conselho Permanente da ONU. Nós estamos em desvantagem na hora de discutir esses assuntos. Então nós precisamos estar presentes e liderando esse debate a nível internacional, a nível mundial. E para isso nós estamos propondo essa organização que acredito que o Brasil tem que lutar por ela, e aos poucos ela vai certamente ganhando corpo, não sou só eu que defendo, já vi outras lideranças importantes do País defendendo também essa tese. E assim nós vamos caminhando. Muito obrigado e que Deus possa abençoar e proteger a todos nós. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Muito obrigado Deputado Sebastião Bala Rocha, passo a palavra nesse momento ao nosso amigo Deputado que também foi Secretário de Meio Ambiente da Bahia e membro atuante dessa Comissão, Deputado Federal Jorge Cury.

DEPUTADO JORGE CURY (PFL-BA): Caro companheiro Presidente dessa Comissão, Eduardo Gomes, que tem com muita tenacidade e determinação conduzido os nossos trabalhos, e por isso mesmo não tenho dúvidas de que com o apoiamento do Relator, o Senador Casagrande, nós vamos ter até o final desse ano um importante Relatório acerca desse assunto que vai ser de grande valia para toda a sociedade brasileira, principalmente nos biomas que estão sendo mais fragilizados do nosso País.

Quero saudar rapidamente os meus colegas, a Deputada Rebecca, o Deputado Sebastião e o Deputado Luiz Carreira, e os Parlamentares da Casa, a Deputada Conceição Sampaio que não apenas propiciou essa oportunidade, mas também deu todo o apoio ao Congresso, aos nossos colegas e nossos consultores e Assessores para que essa reunião pudesse ocorrer. Quero fazer saudação especial ao Deputado Luiz Castro que tem com muita disposição, mas, sobretudo, com muito equilíbrio conduzido a Comissão de Meio Ambiente desta Casa e talvez eu não tenho dúvida de afirmar, talvez uma das mais importantes Comissões de meio ambiente do País. Que sem sombra de dúvidas não podemos falar em meio ambiente no Brasil sem começar por aqui.

E é por isso que eu queria resumir a minha fala em dois aspectos. O primeiro é com relação a Dia Mundial do Meio Ambiente. Na oportunidade eu fiz pronunciamento na Câmara onde eu dizia que nós podíamos talvez não estar tendo hoje a discussão prioritária do mundo e do País em cima da mudança climática de outras mazelas ambientais do mundo. Se se desse atenção que deveria dar desde tanto tempo atrás, mas de 1972, pelo menos, com a conferência do ambiente humano lá de Estocolmo onde começou a falar de maneira bem mais enfática o problema da preservação ambiental da conservação do meio ambiente e dos elementos e das riquezas naturais do mundo como um todo. Se foram 35 anos e muito pouco se acrescentou àquelas falas e aqueles relatórios

de então. Evidente que se naquela oportunidade se ao longo desse período a atenção do mundo fosse prioritariamente voltada para esse tema evidente que todas essas previsões do que poderemos ter nos próximos 20, 50, 100 anos, seriam bem menores do que estão falando aqui hoje.

No entanto, se por um lado isso não ocorreu, por outro lado isso serve de alerta para que nós todos comecemos a dar a atenção devida para que todos esses aspectos nefastos que estão previstos nós tenhamos capacidade de evitá-los. E o segundo ponto é dizer para vocês da satisfação de estar aqui em Manaus. Eu tenho certeza que a satisfação é de toda a Comissão, porque na verdade nós sentimos aqui um terreno fértil onde há uma consciência muito clara da importância desse tema. Isso na palavra do Poder Judiciário, do Ministério Público, isso na palavra das ONGs aqui presentes, das instituições diversas estaduais ou federais, aqui que foram representadas, como do Executivo e do Parlamento.

Então, sem dúvida nenhuma, que essa unidade com relação a esse entendimento é que faz com que nós ouçamos cada vez mais e de maneira bastante oportuna e feliz de ouvir dizer que no Estado do Amazonas a mata, a Floresta Amazônica ela tem só destruída cerca de 2, 2,5%. Então realmente isso é um número que qualquer cidadão do planeta gostaria de expor da sua terra, do seu País, o seu Estado. Coisa que eu e meu amigo carreira, na verdade, não podemos dizer de jeito nenhum. Quer dizer, o nosso Estado que teve lá três grandes biomas que é a Mata Atlântica, o cerrado e a caatinga, eu não sei se nós temos dois de alguma coisa primitiva. No entanto ele me insiste em me informar que na Mata Atlântica nós temos ainda 4%. Então vocês têm 2% destruído da Floresta Amazônica, e nós temos, talvez ainda, se nesses dias entre o número que ele tinha e hoje, não aconteceu alguma coisa lá, tínhamos 4%. Então realmente é triste isso. Nós trabalhamos lá como foi dito aqui pelo companheiro Eduardo Gomes, no Estado, tanto ele como eu, tendo um esforço tremendo para tentar diminuir. Mas se por um lado nós falamos com alguma satisfação de termos sido os primeiros a receber os descobridores ou os exploradores, evidentemente que também somos os primeiros a receber todo esse elemento nefasto da destruição sem maior conseqüência.

Então por isso é que eu digo e insisto aqui que na verdade nunca é tarde. Eu acho que tudo que foi feito aqui, até o companheiro pesquisador com relação ao horário, Presidente, até isso tudo foi rico, tudo foi... Para nos botar para pensar, para nos colocar para avaliar melhor as próximas reuniões. No entanto, eu tenho certeza que mesmo a visita que faremos ainda aos outros Estados, as outras cidades, mas vamos torcer para que nós tenhamos a mesma receptividade e a mesma riqueza de informação que tivemos aqui para tentar construir um Relatório dessa Comissão que sem dúvida vai ser um novo marco da questão ambiental em nosso País. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Agradeço ao Deputado Jorge Cury. Nesse momento passo a palavra à Relatora dessa Audiência Pública, a Deputada Federal Rebecca Garcia.

DEPUTADA REBECCA GARCIA (PP-AM): Caro Presidente Eduardo Gomes, caros colegas, Deputados Federais, Deputados Estaduais, Deputadas Estaduais, como hoje nessa função de Relatora substituta, tenho plena convicção que foi de grande importância essa visita ao Estado do Amazonas. Tenho certeza que todos os números, todas as informações e todo o conhecimento adquirido no dia de hoje na visita ao Museu de Ciências Naturais, na visita ao INPA, e dessa grande Audiência Pública que nos foi proporcionada pela Assembléia Legislativa hoje nós vamos ter munição, vamos ter conhecimento e embasamento para enriquecemos de forma única esse Relatório que será apresentado no final deste ano. Tenho certeza de que o tema é vibrante, de certo, devo reconhecer que nós estamos vivendo a idade da conservação ambiental. E espero que como na idade da pedra, que terminou restando as pedras, restem também nossas árvores quando se passar essa idade.

Então, é extremamente importante isso, esse ato que nós estamos fazendo hoje. É um ato que vem engrandecer essa Comissão, Comissão de Mudanças Climáticas, é um ato que vem engrandecer todos os institutos, todas as fundações, todos os civis, todos os representantes de entidades que hoje se encontraram aqui, de maneira a ajudar e a contribuir para a sociedade.

Eu entendo que o Estado do Amazonas tem contribuído de maneira única neste tema. Nessa pauta. E está de certo como já foi diversas vezes mencionado aqui na vanguarda da discussão. E como Deputada representante do Estado do Amazonas, tenho o orgulho de falar que estamos sim, que queremos sim participar dessa discussão, mas queremos participar com qualidade. Com dignidade. E por isso que um dos temas centrais dessa discussão é a questão dos financiamentos, é a questão dos repasses, dos salários, e isso, posso dizer como membro da Comissão, isso é uma proposta da Comissão desde o início.

Entendemos que quando o Senador Arthur citou aqui da questão da soberania da Amazônia, entendemos que soberania vai muito além de fronteiras hoje.

Soberania está nas nossas águas, está na nossa biodiversidade. E essa soberania pode ser simplesmente furtada sem que a gente perca um pedaço de terra. Agora, para que a gente possa combater e trabalhar de igual e ter condições de competir com esses que estão levando aos poucos nossa soberania, precisamos investir em conhecimento. É esse conhecimento que vai nos dar a base para brigarmos e trazermos de volta essa Amazônia que está se perdendo aos poucos. Mas que tenho certeza que não é um compromisso só do Estado do Amazonas, é um compromisso do Brasil preservá-la.

Então por isso eu gostaria de maneira muito especial agradecer a presença dos meus amigos, colegas de Comissão, nosso Presidente, nosso Relator, os outros Deputados, é muito importante que a gente venda, que a gente mostre essa visão de Amazônia. De como a Amazônia está hoje, do que tem preservado, do que ainda tem para se preservar. Isso tudo é importante que nossos irmãos brasileiros vejam como a gente está tratando a Amazônia e que a partir de agora a Amazônia não seja mais um grande problema para o mundo, e sim uma solução. Queremos uma solução produtiva. Uma solução que nos dê renda, uma solução que alimente a nossa população. Porque entendemos que se 98% das nossas matas estão preservadas hoje, é em função de um modelo econômico que favoreceu a isso. Queremos um modelo econômico também para toda a região amazônica, para que a gente possa combater de maneira inteligente essa questão.

Então gostaria de finalizar agradecendo a participação de toda a sociedade civil, dos institutos, das fundações, dos nossos amigos Deputados que vieram de longe com muito a fazer, ocupados, porque entendem da importância dessa discussão. Gostaria de agradecer a Assembléia que nos proporcionou esse encontro, e agradecer às mídias que estiveram aqui presentes porque como foi dito pelo nosso Presidente que apesar de não ter muita gente presente a população está assistindo em casa. E isso que é importante. Porque entendemos que política se faz em Parlamento, mas se começa dentro de casa. E é dessa maneira que queremos levar essa mensagem para dentro dos lares para que se possa de maneira inteligente e íntegra levarmos as nossas mensagens e que a gente possa conseguir algum retorno no final desse nosso trabalho na frente dessa Comissão. Obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Agradeço a Deputada Rebecca Garcia, passo a palavra à Deputada Estadual Conceição Sampaio para que faça as suas considerações, ela que é a terceira Secretária da Mesa Diretora, autora do Requerimento da audiência no âmbito da Assembléia Legislativa do Amazonas e que recebe nesse momento os nossos agradecimentos. V.Exª tem a palavra.

DEPUTADA CONCEIÇÃO SAMPAIO (PP-AM): Sr. Presidente, Deputado Eduardo Gomes, Srª. Deputada Federal Rebecca Garcia, nas pessoas das quais saúdo toda a Mesa, em especial cumprimento aqui às pessoas que até esta hora estão acompanhando este momento tão importante. Quero, não só como Parlamentar, mas também como membro da Comissão de Meio Ambiente, presidida pelo meu querido amigo Deputado Luiz Castro, agradecer a presença que para nós com certeza é um momento de muita honra poder estar recebendo no Poder Legislativo Estadual a Comissão do Congresso Nacional que trata deste tão importante tema.

Sr. Presidente, eu peço permissão de V.Exª para poder ler um pequeno discurso que eu preparei lembrando que a mudança do clima é um tema a qual devemos dar a máxima atenção. Sob pena de comprometer as gerações futuras. É importante que cada brasileiro, que cada brasileira, tenha consciência do problema. Os cientistas têm alertado a humanidade para o chamado efeito estufa. A tendência de aquecimento da terra nas próximas décadas por causa do gás carbônico e outros gases que foram se acumulando na atmosfera nos últimos 200 anos. O nosso planeta já mostra sinais de febre, tornando o aquecimento global, Sr. Presidente, o maior desafio ambiental do Século 21. Ainda não se sabe exatamente que impacto o efeito estufa poderá ter em cada região do planeta. Mas é certo que os transtornos para as gerações futuras serão bem menores se nós formos capazes hoje de diminuir a emissão desses gases. Por isso não poderia neste momento como Parlamentar do Estado do Amazonas de registrar o meu agradecimento e o meu reconhecimento, não somente à comunidade científica, as secretarias, mas também de lembrar das pessoas mais humildes que podem contribuir sim neste momento de luta contra o aquecimento global.

Faço reconhecimento público ao Governador do Estado do Amazonas Eduardo Braga, que fez o nosso Estado, Srs. Deputados Federais, sair na frente na luta contra as mudanças climáticas, ao lançar a primeira política estadual de mudanças climáticas do Brasil. Uma das inovações da lei amazonense é a instituição do Bolsa Floresta, incentivo destinado à família de Ribeirinhos e comunidades tradicionais que vivem no entorno ou dentro de unidades de conservações estaduais. Mensalmente essas famílias deverão receber dinheiro por estar evitando o desmatamento e protegendo a floresta de forma coletiva. Quero sublinhar que a intenção do Governo do Estado do Amazonas é zerar

o desmatamento em unidades de conservação. Destaco ainda o fato de que o Amazonas mantém preservada 98% de sua cobertura florestal. Sua vegetação desempenha papel fundamental no equilíbrio climático e no ciclo hidrológico de todo o hemisfério. A importância dos serviços ambientais que a região presta e dos produtos que ela oferece é também reconhecida na lei estadual.

O Amazonas, com certeza, senhoras e senhores se tornará um dos pilares mais importantes nesta luta contra o aquecimento global. Quero também lembrar que o pólo industrial de Manaus é um dos principais responsáveis pela preservação de nossa floresta porque gera mais de cem mil empregos diretos a homens e mulheres de nossa terra. E portanto, Srs. Deputados, é preciso que se respeite a Zona Franca de Manaus como modelo de desenvolvimento sustentável que há 40 anos está dando certo. E garantindo dignidade para a nossa gente sem desmatamento. Defendo a idéia de que o mundo precisa de uma globalização solidária que não seja a mera globalização dos mercados, mas dos bens que todos nós almejamos como a paz, a justiça, o desenvolvimento sustentável e principalmente a diminuição da pobreza.

Confio, portanto, que o Congresso Nacional nesse mesmo espírito dará acolhida favorável à luta do povo do Amazonas. Muito obrigada e foi uma honra tê-los nesta Casa.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Os nossos agradecimentos à Deputada Estadual Conceição Sampaio, gostaria de fazer alguns registros para as considerações finais. Primeiro registrar que no início desta Audiência Pública, na entrada aqui no Plenário, todas as fichas foram preenchidas com solicitação de participação de várias pessoas e que todos que permaneceram na audiência tiveram direito a palavra e que solicitaram a palavra fizeram uso da palavra. Quero registrar também o nosso agradecimento à Cláudia de Oliveira; o Fernando Meneghine, Consultor do Senado; a Cláudia, Secretária da Comissão; o Carlos Henrique, Consultor também do Senado, Paulo Artur, que transmite aí o áudio para a Rádio Senado, TV Senado, o César e o Diogo da TV Senado, a Beth, Assessora da Deputada Rebecca que nós demos muito trabalho para ela, a Isaura, a Chefe de Cerimonial da Assembléia Legislativa, a Lourdes, Chefe de Cerimonial do Governo do Estado, ao Governado Eduardo Braga, ao Tenente Alisson Lima e aos demais integrantes da Casa Militar que deram apoio à Comissão, quero fazer apenas algumas considerações.

Primeiro, o nosso grande orgulho e satisfação de participar dessa Audiência Pública depois de aproximadamente três meses de funcionamento da Comissão Mista de Mudanças Climáticas. Num ato importante do Presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, do Presidente do Senado, Renan Calheiros, da criação da Comissão conjunta, Comissão Mista Especial, nós iniciamos os nossos trabalhos com algumas providências importantes que precisam ser citadas aqui para o nosso entendimento.

Primeiro a Comissão acompanhou a divulgação dos relatórios do IPCC, do Relatório dos três grupos do IPCC. Solicitou então da Câmara e do Senado a tradução e deve ser publicado ainda esse mês a primeira publicação e tradução dos relatórios do IPCC para a sociedade brasileira. Afinal de contas, o acesso era complicado, você tinha muitas informações pela imprensa distorcidas ou tendenciosas, e então a Comissão como providência conseguiu junto à Câmara e o Senado a publicação na íntegra da tradução dos relatórios do grupo executivo. É lógico, agradecimento principal vai ser à Verônica, que é a coordenadora aqui dos trabalhos, a supra secretária da Comissão, não deixarei ela falar por último.

Outra coisa que ficou certa e a gente está encarando isso na Comissão como posição unânime, falei isso com o Deputado Carreira, o Deputado Jorge Cury, a Deputada Rebecca, Deputado Sebastião Bala, todos... O Vice-Presidente, o Senador Fernando Collor, o Relator, Renato Casagrande, a situação e isso vai ser cobrado muito rápido da Comissão que é a produção objetiva de ações que melhorem o orçamento das instituições de pesquisa. Pensar e imaginar esse... A gente tem uma boa memória, 25 milhões de reais para três institutos na Amazônia como orçamento anual e pensar que para custeio e pensar que a PETROBRÁS faz um gasto de 130 milhões de reais para comemorar a auto-suficiência de petróleo, quer dizer, há um paradoxo complicado. E se você imaginar que no setor elétrico onde nós temos uma atuação junto às agências reguladoras, a ANEEL arrecada cerca de 400 milhões de reais de taxa de fiscalização que toda população brasileira paga na sua tarifa de energia elétrica. Esse recurso é para pesquisa, desenvolvimento, fiscalização e melhoria do sistema de distribuição de energia no País.

Historicamente, esse recurso tem sido contingenciado pela receita. Então aproximadamente 120 milhões são liberados para o custeio da agência e os outros 280 ficam contingenciados para cumprir superávit. Quer dizer, além da população pagar imposto ainda paga taxa de fiscalização de melhoria do sistema. Então no Governo e na máquina do Estado, exis-

tem os escaninhos de recursos públicos específicos com fonte direcionados, fundos de universalização que escondem de certa forma a possibilidade de dar esse recurso para desenvolvimento de pesquisa, de ciência e de tecnologia. Então nós pretendemos, não podemos mais adiar esse debate. A Comissão de orçamento está em funcionamento, eu lidero o meu partido na Comissão, sou Líder do PSDB na Comissão, mas têm outros membros aqui da Comissão de orçamento, o Deputado Luiz Carreira tem um excelente conhecimento do orçamento nacional, e nós precisamos já neste orçamento demonstrar esse interesse da Comissão. O outro registro que eu gostaria de fazer é que a Comissão também já conseguiu junto ao Parlamento do Mercosul, uma iniciativa do Deputado, do Senador Inácio Arruda, a criação da Comissão de mudanças climáticas no Parlamento do Mercosul. E eu quero falar um pouco disso porque o Parlamento europeu já tem a sua Comissão Permanente de Mudanças Climáticas. O destino dessa Comissão que não será no final do ano mais presidida por mim ou até composta por esses membros aqui é justificar a importância e a necessidade que o Brasil tem, uma Comissão Mista permanente a exemplo do Mercosul e do orçamento de mudanças climáticas tentando buscar essa sintonia entre as ações do Estado, do Município e da União com relação à política de mudanças climáticas.

Foi possível nesses meses de funcionamento perceber, primeiro, a necessidade de um ambiente amplo que reúna o setor econômico, social, ambiental, para um debate sem preconceito de que ambiente que nós vamos precisar ter e de que forma nós vamos agir em conjunto trazendo para esse debate aqueles que ficaram até então distantes ou então reunidos numa outra plenária. Somos nós aqui discutindo mudanças climáticas e o Sindicato Rural discutindo a forma de desmatar, e a indústria discutindo como é que vai se implementar. Então acho que isso que o Carreira falou sobre uma visão econômica e social desse problema também vai ajudar bastante.

E eu queria registrar também aos membros da Comissão que nós temos amanhã uma visita à EMBRAPA, e eu tenho certeza que na pauta também virá a questão de necessidade de aplicação de recursos e de garantia de recursos, no dia 20 nós teremos, e a Comissão tem essa característica, ela vai abrir espaço para todo mundo e para todas as visões e quanto mais divergentes mais importante para a convergência que a gente busca no final do Relatório.

Então nós temos uma audiência pública com o geógrafo e professor emérito da USP Aziz Ab'Saber no dia 20 de junho lá no Senado, na quarta-feira, às 13h, na sala 15 da Ala Alexandre Costa do Senado Federal.

As contribuições evidentemente de idéia e de projetos a essa Comissão e as dúvidas, elas podem... E as críticas também, elas podem ser enviadas para o e-mail MCLIMATICAS@SENADO.GOV.BR. Eu quero muito agradecer e quero dizer que nesses três meses algumas coisas curiosas, nós tivemos a oportunidade de ouvir uma série de palestras, audiências... Engraçado, uma das que contribuiu menos para a Comissão foi do Al Gore. Mas tivemos boas palestras de brasileiros, de pessoas que são interessadas no tema, sobretudo uma que me marcou muito que foi do Besserman do IBGE que ele diz o seguinte, que o que a gente precisa para debater mudanças climáticas, aquecimento global, meio ambiente, é perder um pouco da arrogância que todo mundo tem de achar que no contexto desse debate a nossa força vai além de fazer o possível, porque a nossa arrogância com relação à natureza é desproporcional. A natureza de vez em quando faz os seus balanços. No último, alguns milhões de anos acabou com tudo. Dinossauro, terra e tudo. É pretensão nossa achar que discutir com o inevitável.

E outra coisa que ele diz também de uma outra forma é que a humanidade está doente. E o problema é que a humanidade e precisa saber resolver isso. A Terra convive com vulcão, com maremoto, com terremoto, e continua sendo a Terra. Tem um monte de Países que não tem ninguém.

Então, eu acho que com bastante humildade, presença, abrir a forma de desenvolvermos os nossos mandatos para sugestões e com a determinação e a humildade necessária, eu acho que a Comissão vem cumprindo eu tenho certeza que cumprirá o fim do seu trabalho, o seu papel e a sua função. Tenho certeza que essa Comissão ela vai ainda fazer parte dos quadros de Comissão Permanente porque acho que é uma necessidade que o Brasil terá.

Quero parabenizar o Estado do Amazonas por ter dado essa contribuição para essa Comissão, nós temos outras audiências, mas eu acho que em nenhuma vai ser possível colher como foi feito aqui no Estado do Amazonas.

Então agradeço muito a todos vocês, não havendo mais nada a tratar nesse momento, eu declaro encerrada a primeira... Essa Audiência Pública e convocando Sessão para quarta-feira, dia 20. Muito obrigado Amazonas, obrigado Assembléia. Muito obrigado. [soa a campainha].

[palmas]

Sessão encerrada às 19h22.

COMISSÃO MISTA ESPECIAL "MUDANÇAS CLIMÁTICAS"
ATA DA 15ª REUNIÃO – Realizada em 20/06/2007

Ata Circunstanciada da 15ª Reunião de 2007, da Comissão Mista Especial "MUDANÇAS CLIMÁTICAS", criada pelo Ato nº. 01, de 2007, "destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil", realizada em 20 de junho de 2007, quarta-feira, às 13h40, na Sala nº 19 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada à Audiência Pública com o Profº Dr. AZIZ AB'SABER.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Deputado ***Eduardo Gomes*** *(PSDB-TO)* **–** Presidente
Senador ***Renato Casagrande*** *(PSB-ES)* **–** Relator
Senador **Inácio Arruda** (PCdoB-CE)
Deputado **Dr. Adilson Soares** (PR-RJ)
Deputado **Iran Barbosa** (Bloco PT-SE)
Deputada **Rebecca Garcia** (PP-AM)
Deputado **Luiz Carreira** (PFL-BA)
Deputado **Ricardo Barros** (Bloco PP-PR) – Suplente
Deputado **Fernando Gabeira** (PV-RJ) – Suplente

Esteve ainda presente o Sr. Senador Eduardo Suplicy não membro da Comissão.
Deputado **Eduardo Gomes**, Presidente

COMISSÃO MISTA ESPECIAL DE "MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO BRASIL"

15ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA ESPECIAL, criada pelo Ato nº 01 de 2007, "DESTINADA A ACOMPANHAR, MONITORAR E FISCALIZAR AS AÇÕES REFERENTES ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO BRASIL",

REALIZADA EM 20 DE JUNHO DE 2007, ÀS 13 HORAS E 25 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Havendo número regimental declaro aberta a 15ª reunião da Comissão Mista Especial criada através do ato conjunto número 001 de 2007, do Congresso Nacional destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil. Nesse momento solicito ao Senador Inácio Arruda que secretarie os trabalhos como... o Deputado Ricardo Barros que compõe a Mesa como Relator ad hoc, nós, com muita honra abrimos essa Audiência Pública, agradecendo a presença dos representantes de organizações não-governamentais, estudiosos, cientistas, a consultoria da Comissão e esclareço, ainda, que a secretaria da Casa e da Comissão já informa a vinda de diversos parlamentares que estão nesse momento também em outras comissões, mas que participarão desta audiência. É com muito prazer que a esta Comissão aprovou o requerimento do Senador Inácio Arruda convidando-o para proferir aqui as suas idéias sobre mudanças climáticas e vai contribuir muito para o trabalho desta Comissão o professor Aziz Ab'Saber.

O professor Aziz Nassib Ab'Saber nasceu em São Luiz de Paraitinga em 24 de outubro de 1924, é um geógrafo e professor universitário brasileiro. É um dos mais respeitados geomorfologistas do Brasil, sendo o primeiro a classificar o território brasileiro em domínios morfoclimáticos e a desenvolver a teoria dos redutos seguindo a linha do pensamento da teoria da evolução das espécies do biólogo inglês Charles Darwin. Professor emérito da faculdade da filosofia, letras e ciências humanas da Universidade de São Paulo, professor honorário do instituto de estudos avançados da mesma universidade, prêmio almirante Álvaro Alberto para a ciência e tecnologia no ano de 1999, concedido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, na categoria de ciências da terra, prêmio Jabuti de ciências humanas no ano de 2005 e Presidente de honra da sociedade brasileira para o progresso da ciência. É um intelectual engajado nas discussões sobre as questões ambientais no Brasil. É com prazer que convido para compor à Mesa o professor, doutor Aziz Ab'Saber.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Gostaria de fazer um comunicado da nossa Audiência Pública realizada na cidade de Manaus na segunda-feira passada com a presença de todos os parlamentares do Estado do Amazonas, representantes do governo do Amazonas, o encontro da Comissão de Mudanças Climáticas com o Governador Eduardo Braga, a visita ao IPHAM de todos os membros da Comissão que compareceram aquela Audiência Pública e o Senador Renato Casagrande, que deve chegar daqui a pouco aqui à nossa reunião também, ele vai fazer o seu relato sobre essa Audiência Pública da Comissão. Portanto, professor Aziz Ab'Saber, a palavra com V.Sa. para honra desta Comissão e informar a todos os presentes que esta sessão está sendo gravada pela TV Senado e estará também disponível no site da Comissão mista de mudanças climáticas. Muito obrigado.

SR. AZIZ AB'SABER: Em primeiro lugar eu quero dizer da minha satisfação de estar mais uma vez aqui no Congresso Nacional e dessa vez aqui numa das comissões do Senado. Na realidade eu sou um homem muito simples e eu me sinto bastante constrangido. Só que eu queria dizer a vocês o que meu nome é um nome de Sheik árabe Aziz Nassib Ab'Saber, minha mãe era da roça de São Luiz do Paraitinga e de primeira

letras e meu pai veio com 15 anos para cá porque tinha que buscar o meu avô para minha avó que tinha medo que o pai do Nassibinho ficasse, casasse com alguma brasileira bonita.

Então a minha vida é uma vida muito especial, eu fico entre o meu pai que ele não escrevia e não lia em português e a minha mãe que também era uma pessoa de primeiras letras. E eu tenho a obrigação de equilibrar tudo isso a custa da universidade. E antes de falar da questão do aquecimento global eu devo dizer a vocês que o meu pensamento sobre universidade é muito sério.

Eu acho que em nível de alguns políticos do Brasil, não estou pensando no Congresso apenas, mas em áreas estaduais, municipais a universidade está colocada de lado, está marginalizada e com isso ela própria não se incentiva, ela própria fica no plano da fogueira das vaidades, cada qual o físico, o químico, o geógrafo, o geólogo e o cientista social etc. Cada um muito alinhado na sua disciplina. E eu então queria dizer a vocês que a universidade tem o papel de recuperação do conhecimento acumulado em todas as épocas, em todas as áreas do mundo e vai até a pré-história retirando dados sobre os homens que viveram antes da evolução cultural que nos foi legada pelas primeiras civilizações. E também queria dizer que a recuperação do conhecimento acumulado tem a outra, a outra banda que é a produção de novos conhecimentos para incorporar os que já foram recuperados e nesse sentido a universidade tem um papel muito grande. E depois disso vem a questão do planejamento, não basta recuperar e nem produzir mais coisas e não ter capacidade de dizer duas palavras a respeito de fatos essenciais que dizem respeito ao nosso entorno, a nossa região, aos domínio morfoclimáticos e fitogeográficos, aos domínios de natureza, mas também a projeção das sociedades sobre o espaço total nacional. E tenho também uma consideração ética, atualmente devido a colegas que cuidam da bioética eu me vejo na condição pensar a ética como o futuro. E é nesse plano que nós vamos discutir alguns fatos relacionados com o aquecimento global.

Em primeiro lugar uma explicação: Eu não sou climatologista dinâmico, conheci alguns dos melhores climatologistas brasileiros que não estão sendo convidados a dizer alguma coisa de essencial e, na realidade, eu sou um geomorfologista que cuida um pouco de tudo: desde as formas do terreno, a compartimentação da topografia, a estrutura superficial da paisagem, a fisiologia climática, hidrológica da paisagem e, por último, cuida das coberturas ecosistêmicas que se estende por grandes espaços, Amazônia, Brasil tropical atlântico, Brasil central, nordeste seco, planalto das araucárias, pradarias mistas do Rio Grande do Sul, entre outras. E nesse sentido a questão dos ecossistemas, me interesso profundamente. Escrevi um livro recentemente chamado: Ecossistemas Brasileiros que trabalha com a problemática conceitual de ecossistema, um ecossistema é um sistema, é um sistema ecológico de um lugar e precisa ser estudado por equipes, porque tem o suporte ecológico do ecossistema, tem a biota que ali existe animal, vegetal e micro orgânica e depois tem o que eu tenho salientado muito, a dinâmica climática regional que é mantenedora do ecossistema naquele lugar.

Então vejam os caríssimos colegas aqui presentes, que os fatos são diferentes, muita gente quando eu fui escrever um livro sobre ecossistema disse: Não, mas você vai escrever sobre a Amazônia, vai escrever sobre o nordeste seco, só que não existem bons estudos, nem na Amazônia, nem do nordeste seco em nível de ecossistemas, porque para trabalhar sob o suporte ecológico, a biota e a climatologia dinâmica regional e micro regional, eu preciso de uma equipe. Se nenhuma universidade forma uma pessoa só recuperando todos esses tipos de conhecimento, não é? Então, hoje eu estou aqui com muita satisfação para conversarmos sobre aquecimento global. A primeira razão pela qual eu me preocupei com o assunto foi uma frase que algumas pessoas importantes disseram sobre a questão. Alguns disseram que a Amazônia iria perder a sua floresta, teria uma derruição da sua biodiversidade generalizadamente e que no seu lugar iria invadir o cerrado. Posteriormente, por causa de crítica que a gente conseguiu fazer chegar a mídia, passou-se a falar que iria haver derruição e savanização. Bom, eu me irritei bastante com essa declaração perigosa que, inclusive a Larman(F), as pessoas e os viventes de certas áreas do mundo equatorial brasileiro e passei a fazer as minhas considerações. Devo dizer aos senhores que a savanização ocorrida na Amazônia, nos últimos 25 anos foi feita pelos homens, os madeireiros, os agropecuaristas, os fazendeiros, os madeireiros, mais recente os sojicultores e, sobretudo, os loteadores que fizeram grandes quarteirões do meio da floresta de vários quilômetros e foram vendendo pedacinhos e nunca puderam chegar lá, comprar as pessoas, os encalços compraram pedaços desses quarteirões gigantes só com trilhas em forma de uma treliça, mas não puderam ir lá e soltaram para os madeireiros. Então alguns desses lugares que o povo de lá chama de espinhela de peixe, esses loteamentos, isso foram completamente arrasados, sobretudo entre Marabá e Carajás existe este fato de derruição generalizada da estrutura dos ecossistemas regionais. Bom, aqui chegados a gente vai ter que falar um pouco de ciência. Vejam os senhores,

entre 22 mil anos atrás até 12 mil aproximadamente, houve o último período glacial na história do planeta terra. E esse período glacial fez com que certas áreas perdessem calor, outras ficassem muito frias e em relação a um território como o brasileiro a situação foi muito complexa, a Amazônia ficou subquente, o Brasil central entre subquente e pró-tropical e assim por diante. Mas esse período frio teve uma conseqüência sobre um outro assunto que não é tratado pelos que estão tentando falar sobre aquecimento global que são as correntes marítimas. Quando houve esse período muito frio a corrente que está lá perto das Malvinas foi subindo, o mar descia e a corrente subia e chegou até o norte da Bahia. E corrente fria em zona entre tópicos, ela não deixa passar umidade para dentro do continente. O resultado: As caatingas se estenderam e lá na Amazônia o cerrado se estendeu, mas no período "film 4 Visconce superior(F)".

Então é exatamente o contrário do que estão pensando as pessoas que estão falando na derruição da floresta por causa de um aquecimento global. Outra coisa, essa fase criou problemas muito sérios, porque os diferentes tipos de vegetação, ou seja, ecossistemas primários já existiam antes disso e foi por isso que em certas áreas existia um mosaico parecido com o de hoje e na medida que o mar descia e a corrente subia fria a caatinga se estendeu por todos os setores entre blocos elevados do tipo das dorsais, Espinhaço, Chapada Diamantina e chapadas de interiores etc., até chegar em São Paulo.

Eu tenho a felicidade de ter começado um estudo sobre isso na região de salto de Itu, onde um conjunto de matacões que, infelizmente, estão sendo quebrado por causa de cantarias econômicas, mas ali existem mandacarus e chique-chiques tremeando os matacões e, por isso mesmo, a gente sabe que aquilo ali é um reduto de caatinga espinhenta que veio junto com outras caatingas arbóreas, arbustivas, durante a expansão desse período em que não havia muita entrada de umidade para dentro do continente.

Bom, um outro fato também fundamental é que esse contra fluxo, primeiro subida da corrente fria, mais recentemente descida da corrente fria e acompanhamento progressivo para o sul da corrente quente. Então esse assunto do contra fluxo existente nos dois períodos passa a ser fundamental para a discussão da questão do aquecimento global. Mesmo porque entre 10 mil anos até os nossos dias, os americanos chamam "bee for present", nós dizemos AP, antes do presente, mais simplificadamente. Entre 10 mil e os nossos dias houve um período intermediário entre 6 mil e 5 mil anos atrás em que o nível do mar subiu bastante devido a um excesso de calor regional. E nesse período todo a gente conhece, reconhece que o mar deixou suas marcas na frente de qualquer pontão rochoso de uma costa bem recortada como o litoral norte de São Paulo ou certos trechos do litoral bastante recortado de Santa Catarina, existem Costões, desde Torres, por exemplo, na fronteira do Rio Grande do Sul com Santa Catarina. Costões são falésias muito altas, muito bem entalhadas, mas o entalhe não foi feito ao nível do mar atual, foi feito quando o mar esteve entre 2 metros e 90 e 3 metros.

E os Costões sobraram lá e abaixo deles têm um conjunto de grandes pedras, ou então de rocha bem cortada que o povo chama de costeiras. Eu queria dizer aqui dessa Casa que eu respeito profundamente certos termos, títulos dados pelo povo brasileiro. E nesse sentido eu perguntava agora para os caiçaras lá de Ubatuba e arredores, por que costeiras? Eles dizem: Porque a gente pode "costear" o Costão. Então o Costão, o costeiro está 3 metros ou mais, porque tem as vagas que auxiliaram muito o recorte e a feitura da falésia. Depois o mar recuou e teve pequenos avanços e recuos que deram origem às restingas, pelo menos 3 grandes faixas de restingas. Bom, esse período do ótimo climático tem que ser analisado em termos paleoclimáticos, o que é que aconteceu no ótimo climático? Houve derruição da Amazônia? Derruição da Mata Atlântica? Nada disso, pelo contrário, o mar que estava a menos 95, quando sobe até mais 3, ele tem águas quentes porque a corrente quente desceu muito. E tendo águas quentes tinha mais evaporação, mais umidade e a umidade entrou continente adentro, as caatingas tiveram que recuar, sobraram apenas em lajedos ocasionais como os bulders(F), os matacões de Salto, a Serra do Jardim lá em Vinhedo e Valinhos sobraram alguns remanescentes de caatingas que eu chamo de redutos biodiversos.

E essa fase então é de uma importância essencial para mostrar aqueles que estão dizendo que a Amazônia vai ser derruída quando durante um calor enorme de um tempo o que aconteceu foi a umidade entrando. Mas aí entra a universidade, alguns de nós viajamos pelo Brasil inteiro e quando eu estive numa reunião da associação dos jogos brasileiros em Campina Grande, eu fui até um trecho da Borborema ao norte de Campina Grande, depois das Colinas Faves(F), com caatingas arbustivas, arbóreos e subindo, veja bem o acaso da vida. Quando eu estava subindo com os dois colegas eu encontrei o Zé Américo de Almeida. O que é que vocês estão fazendo? Nós estamos estudando em campo algumas situações. Pois é e aí ele falou um pouco sobre os rios fenômenos, rios que são intermitentes e nós sabemos que são intermitentes, sazonários, exorreicos(F), guardem essa palavra:

exorreico(F). Pois bem, subindo lá ao norte de Campina Grande eu encontrei uma linha de pedras encimada, uma linha de pedras sobre rochas alteradas, encimadas por solos tropicais, solos tropicais que chegaram ali durante o ótimo climático. E, portanto, a floresta esteve ali e o povo chama aquilo de brejo, alto do brejo ou coisa que o valha para documentar que ali existe ubatas. É uma ilha de umidade. Então eu passei a estudar em todas as áreas no leste e no sul do país como é que entrou a umidade durante o ótimo climático. E uma coisa extraordinária que a gente conseguiu saber é que a entrada dessa umidade maior, quando o nível do mar esteve mais alto e desceu mais para o sul a corrente quente, foi a entrada para das florestas separando os trechos de araucárias do Paraná dos trechos de Araucária que estão nas cimeiras da Serra da Mantiqueira lá em Campos do Jordão. Então isso é de uma importância fundamental por que prova que a ascensão dos níveis do mar, por causa do calor maior é, fez com que a evaporação fosse bem maior e entrasse no território.

E evidentemente, para a região do alto sertão nós não temos muitas informações porque o alto sertão é um semi-árido ora rústico, ora moderado, mas com faixas muito complexas. Existe um mapa só publicado por um autor americano em que ele estudou todos os dados climáticos de todas as localidades, de todos os sertões e fez um mapa sobre a anastomose das regiões áridas, semi-áridas moderadas e sub úmidas. Então não podemos saber muito o que aconteceu nesse período de calor máximo, mas podemos saber que nas partes altas entrou umidade e as florestas foram preservadas desde a região ao norte de Campina Grande, até a região de Garanhuns. Uma ocasião, eu sou bastante provocador, vocês vão me perdoar. Uma ocasião, tendo ido a uma reunião de políticos na casa de um industrial chamado Bertran, cuja senhora era uma aluna da universidade e promoveu a reunião eu disse ao Lula o seguinte: Lula, porque é que você não vai visitar a sua família lá em Garanhuns e eu não sabia que a família dele não era de Garanhuns mais, porque o lugarzinho se chama Caetés, lá embaixo no começo do sertão. E ele disse que eu não vou porque eu não quero parecer eleitoreiro. Aí eu brincando disso: Mas um dia você vai ser mais eleitoreiro do que essa aparência, não é para provocar nada, mas hoje é ele é super eleitoreiro e cuida de muitos projetos para ter mais expressão em termos do futuro político em nosso país. Desculpe essa pequena história, mas eu vou falar também outras historinhas mais graves do que essa. Eu tenho escrito nessa revista científica American Brasil, que é uma revista internacional e resolveu ter uma filial no Brasil e é feita a tradução de 60 a 70% do que sai no exterior. E 30, 20% é nosso e eu escrevo todo o mês a última página da revista e por acaso aqui está a última do mês de junho, os vários litorais e pantanais, desculpe, isso é comentário de um livro meu. Assentamento de sucesso. Eu trabalhei a pedido do professor, do Senador Suplicy, pensando um pouco no que é que os homens que estão recebendo terras por assentamento, para assentamento, o que é que eles deveriam de fazer para realmente ter economicidade, inclusão social, subida no interior das sociedades regionais, sub regionais etc.

Aí então eu fiz uma porção de sugestões, porque eu tinha estado em vários lugares na costa da Síria, norte, noroeste da Síria, um pequeno setor costeiro que a Síria possui ao norte do Líbano e eu vi, em terrenos bem pequenos uma super utilização, uma utilização em termos de plantações de alimentos e em termos de frutas, em termos disso e daquilo. Então eu estou fazendo algumas observações dizendo que os pequenos trechos que alguém consiga um dia, através dos mais diferentes processos que eu não vou discutir, que eles trabalhem bem para ganhar mais e dar, ter uma ascensão social em relação a sua família. Outra historinha, aqui na revista científica América Brasil, que eu vou mandar para vocês a coleção 64 em seguida, não faltei nenhum mês, eu vou mandar, porque tem 2 artigos, um deles chama-se Amazônia brasileira 1 e outro é a Amazônia brasileira 2. Sabe o que é que é isso? É uma carta que eu mandei para o Lula quando ele assumiu. Evidentemente, alguém do lado dele jogou fora a carta e eu resolvi dividir em dois artigos e publiquei aqui, certo? É a única maneira que um cientista pode fazer em relação a coisas que estão erradas como não ter respostas. Então a Amazônia brasileira um e Amazônia brasileira dois é a carta que eu mandei escrito para o nosso muito estimado Lula. E o que é que eu dizia lá? Eu dizia lá que na Amazônia, era necessário reconhecer áreas e subáreas no conjunto, porque a minha interpretação sobre planejamento é que há planejamento pontual que não valeu muito no Fome-Zero, lá para uma pequena cidade lá de Guariba, se não me engano, e depois tem planejamentos lineares ao longo de um rio, de um vale ou de uma estrada de rodagem, uma estrada de ferro e depois tem planejamentos areolares que ocupam áreas enormes que é o caso da Amazônia.

A Amazônia é um setor da tropicalidade zonal, enquanto que as florestas tropicais Atlânticas são azonais, por isso que elas refletiram demais essa questão da evolução palioclimática entre o último período glacial e o período holocênico e o ótimo climático. Então dizia: É preciso, logo, que um governo queira realmente servir a Amazônia, que ele mande fazer um estudo

metodológico em Brasília com pessoas conhecedoras da Amazônia, com cientistas da área de agronomia, de silvicultura, de geologia, de geografia, física, de ciências sociais, de ciências do solo para em Brasília organizar uma metodologia para depois ir até o Alto Ualpés ou então ao alto Rio Negro, depois a Roraima, depois ao Acre sul oriental e ao Acre norte ocidental e assim por diante. E depois de organizada a metodologia aqui em Brasília, seriam organizados para alunos de universidade, os alunos que mais se destacam, alguns mestrandos e doutorandos e formar-se-ia 6 equipes e cada equipe tinha a responsabilidade de ir a algumas áreas que delimitei, delimitei apenas no papel. Para, dentro da metodologia estabelecida em Brasília, entender como é que estava a situação das cidadezinhas de beira rio, como é que estavam as populações dos riozinhos e dos Igarapés, como é que estavam as explorações de gente de fora dentro da floresta, a exploração mineral ocasional e o transporte fluvial e o começo em certas áreas o começo do transporte rodoviário. E quem fosse ao Ualpés, alto Rio Negro, depois teria que ir até o sul de Marabá, até isso que se chama terra do meio, hoje, por causa da devastação fantástica que está ocorrendo lá. E daí essa mesma equipe teria que ir ao Amapá, e outras fariam outros tipos de atingimento espacial.

Pois bem, e depois voltaria todo mundo, mas aí não viria em Brasília, Brasília iria até uma cidade através de seus representantes e as diferentes equipes e mais os que forem lá em Santarém ou Carauari ou qualquer outra cidade média pequena do Amazônia, Monte Alegre, por exemplo, para discutir o que fazer com cada uma das regiões e, ao mesmo tempo, o que fazer com poucos recursos e muito atendimento da população. Ouvindo as queixas da população sobre os fatos da sua região, o que é que eles precisavam em saúde pública, nisso ou naquilo. Bom, a idéia das regiões da Amazônia, sub áridas, grandes, é muito difícil porque não existem limites naturais perfeitos entre essas áreas, então eu escrevi um trabalho publicado no Instituto de Estudos Avançados da USP sobre o zoneamento da Amazônia para fins de pesquisa e de depois de apresentação de soluções integradas. A nível, dentro dos recursos brasileiros que não são muitos. Pois bem, essa classificação foi muito simples de fazer, eu peguei o Amazonas, desde a sua fronteiras com outros países vizinhos, Peru etc., e fui indo até Marajó. Então encontrei o alto Solimões, médio Solimões, o ponto de encontro das águas do Rio Negro com o Solimões é um ponto nodal onde está Manaus.

Depois eu prossegui, médio Amazonas, baixo Amazonas e Golfão Marajoara. Só aí já distingui 5 sessões diferenciadas. Então as equipes teriam que passar por essas sessões, lá por Tefer, lá por Marajó e pelo estreito de Bresle(F), etc., mas tudo que estava ao norte eu fui dividindo também e fui encontrando Alto Ualpés, alto Rio Negro, Roraima, Roraima do Lavrado, o povo tem nomes fantásticos, porque em Roraima tem um lugar, um campestre que ele chamam o lavrado? Por que dá a idéia que foi derruído por alguma ocupação no passado, na realidade são areias de uma formação geológica especial que tem lá que é a formação Boa Vista sobre a qual eu fiz algum trabalho. Aliás, sobre os mesmos trabalhos, como eu sei que provavelmente eu nunca mais venha até essa casa por dificuldades físicas e psicológicas, sobre os meus trabalhos eu queria mandar depois um K7 com todos os trabalhos, 300 artigos, as 64 publicações, para deixar na biblioteca do Senado em seu nome. Mas vejam bem, essas idéias depois poderiam servir para uma coisa importante em termos dos novos políticos brasileiros.

Eu acredito hoje num Brasil através da mocidade universitária, dos promotores jovens e dos jovens políticos que não estão tentados a fazer mensalinhos, mensalões e outras coisas mais que vocês sabem muito melhor do que eu e estão tendo grandes problemas por causa disso. Mas então, temos 3 agrupamentos fundamentais: Os jovens universitários, os promotores jovens e os jovens políticos que não tem relacionamentos com derruições da sua condição dentro da democracia. Eu queria dizer que eu tenho esperanças, se todos esses grupos trabalharem dentro de um nível, de um eixo especial e eu escrevi um trabalho outro na Científica América, não estou fazendo propaganda nem de mim nem da Científica América, por que eu recebo 400 reais por cada trabalho por mês e os 400 um eu dou para a minha irmãzinha que é viúva e pobre e os outros 200 eu dou para ela e os outros 200 eu dou para a minha filha que tem problemas, porque a filhinha dela é formada em psicologia, dificilmente vai arranjar emprego. Então, certas ciências fundamentais que são as ciências da mente são as mais prejudicadas no mercado de trabalho, podem tomar nota disso, porque nas universidades entram muitos grupos tentando estudar psicologia e depois não encontra trabalho. Entende? Então pessoal, agora vamos falar das outras coisas que faltaram no tratamento do aquecimento global. Primeiro lugar é um fato que está aquecendo. Não só por causa das emissões de gás carbônico e nem outras, outras emissões de queimadas, de gases e particulados, existe um problema muito sério que é a divisão de certos países entre os dois grupos de emissões.

O Brasil tem emissões industriais muito sérias no Brasil do sudeste, Cubatão, Votorantim, Volta Redonda, etc. e depois a região industrial do sudeste e

tem emissões lá na Amazônia por queimadas e pela cinza que vai para o espaço. Vocês não podem imaginar o que seja uma queimada gigante numa época seca na Roraima. Eu estive em Roraima, com o Lula, visitando no momento da maior, do maior incêndio que a região recebeu. E lá então, os jornalistas que estavam no aeroporto esperando o Lula e esperando as pessoas que o acompanhavam chegaram para mim: Professor, vai virar um deserto isso aqui, não? Eu digo: Não. Pelo que eu estou sabendo da cronologia, da climatologia regional, dentro de 15 dias vai chover e vai acabar com a queimada, mas tudo isso já foi para o ar, tudo isso já participa do efeito-estufa. Bom, queria dizer a vocês que o que falta ainda discutir com vocês é: Periodicidade climática, correntes marítimas já discuti, jogo das massas de ar, hoje devido a televisão e as declarações dos que cuidam de climatologia dinâmica, até os mais humildes pessoas de São Paulo chegam a dizer: A frente fria vem vindo, vem um frio do sul que é a massa de ar polar atlântico, eles não sabem o nome, mas sabem que vem e sabem o que a atritação pode ocasionar em termos de precipitações. Então periodicidade climática, jogo das correntes, das massas de ar, massa de ar equatorial, continental na Amazônia, massa de ar tropical, continental no Brasil central, massa de ar tropical atlântica com variedades e massa de ar polar Atlântica que vem lá do pólo, vai se aquecendo um pouco e quando chega na Argentina ocasiona frio muito forte, seja no Uruguai ainda com frio no Rio Grande do Sul já começa com perturbações, mas com, com frio ainda e assim por diante. E quando chega em São Paulo e está nublado ou então chuvas fortes e trovões, etc. Então não considerar a questão das mudanças que poderão ocorrer no jogo das massas de ar durante o aquecimento é muito sério eu não sei o que vai acontecer. Primeira coisa, a Argentina vai ficar um pouquinho mais saudável, porque o clima vai ser mais quente, já que a corrente quente vai chegar até o Rio Grande do Sul e proximidade do Uruguai e Argentina, mas e daí? Onde é que ocorrerão essas atritações maiores? Quais são os problemas que nós vamos ter no Brasil? Isso não foi considerado e precisa ser considerado.

O outro assunto diz respeito ao desconhecimento das questões, das sérias questões relacionadas com os climas zonais e os climas azonais. A climatologia do Equador brasileiro, representado pela Amazônia, com uma área de 4 milhões e 200 mil quilômetros quadrados, ela transiciona, a partir do Maranhão para o nordeste seco, a partir do norte de Mato Grosso para o cerrado, a partir do centro do Amazonas para o lavrado na Roraima e se estende bem mais para os países vizinhos que detém partes pequenas da Amazônia, mas de qualquer maneira as condições ecossistêmicas chegam até lá, Então eu fico pensando o seguinte: Como é que alguém, em sã consciência, pode dizer: Vai haver a derruição da floresta amazônica como se a floresta fosse um pedacinho. E vai haver a penetração do cerrado. Certamente durante o clima mais frio de 22 mil a 10 mil anos houve diminuição, fragmentação das florestas anteriores e muita extensão do cerrado, mas durante o calor eu posso quase que adiantar aos os senhores que não vai haver isso.

Talvez a diagonal, a rica, a diagonal de diminuição de temperatura, de estiagem, que vai da Roraima do cerrado, do lavrado até o, até o Araguaia, talvez ali possa ficar tão quente que aconteçam derruições parciais, bem no centro da Amazônia, como já aconteceu um pouco esse ano com a questão de um rio que secou muito e os barcos ficaram suspensos na beira antiga do rio, mas com exceção dessa área, todas as outras áreas, a área do baixo Amazonas e a Amazônia oriental tem uma precipitação hoje de 3 mil a 3500 milímetros por ano em área. Portanto, é um ponto, aqui em São Paulo, lá em São Paulo nós temos um ponto que é um ponto mais chuvoso do Brasil no vale do Itapanhaú, ao norte de Bertioga, ao sul de Bertioga e chove 4526, o segundo lugar mais chuvoso da América. Mas na Amazônia são áreas enormes recebendo 3500 milímetros. Aqui no Brasil central, cujas temperaturas são subquentes, existem precipitações da ordem de 1600 a 1800 milímetros. A seqüência é a mesma do nordeste seco, durante o inverno astronômico aqui é muito seco, chove muito pouco. Lá no Nordeste seco a coisa é muito igual, no período do inverno astronômico é o período que a região está mais quente com rios transformados em rios intermitentes, sazonários, exorreicos. Por isso mesmo que o povo inverte, ele diz lá que o sertão, no período quente, está no verão quando astronomicamente é o mesmo do inverno de vocês aqui do Brasil central. E dizem que o inverno é a parte chuvosa no período que corresponde ao calor do verão de outras partes do Brasil e por isso mesmo um dia desses eu falei isso e aí que eu fico indignado com as pessoas. Um idiota declarou que o professor Aziz errou ao dizer que a região do Nordeste, além Araripe, vai precisar mais águas durante o período do inverno astronômico, que lá se chama verão e que nesse período também as usinas hidrelétricas de Paulo Afonso, Itaparica e Xingó vão precisar mais de água. No momento que precisa levar mais água para o norte do Araripe, com aqueles dois açudes, aqueles tubulões, depois um outro açude no topo, depois escorrendo por gravidade, naquele momento é que o nordeste, o Rio São Francisco está mais baixo.

Então disse: O professor Aziz disse exatamente ao contrário, ele levou em conta que o povo inteligentemente coloca para o uso dele que o inverno dos outros setores do país eles chamam de verão. Não é um fato isolado, no norte da África também eles chamam o inverno de verão por causa do calor etc. Então essa questão é fundamental. Mas a periodicidade climática é que me irrita mais. Esse ano, quando começaram as grandes discussões sobre o aquecimento global, estávamos em pleno verão aqui no Centro-sul e muito quente de dia e até a noite. Então eles deram a impressão de que o aquecimento global já estava acontecendo. Mas não conhecem periodicidade climática, não tem cultura para entender a periodicidade climática. Euclides da Cunha, nos Sertões, ele conseguiu saber lá dentro das áreas sertanejas quais os anos mais secos e que de 12 em 12, ou 13 em 13 tinha um período muito seco com repiquetes de secas. Então, vejam bem, desde Euclides da Cunha em Os sertões é que se fala da periodicidade climática. E agora se falou em apenas o fato de que estava havendo o aquecimento visível e isso tem conseqüências muito graves do ponto de vista da nossa população. Eu vou dar duas ou três conseqüências dessas: Se é que a floresta vai ser derruída por causa do aquecimento global, os fazendeiros, agropecuaristas e madeireiros e outros vão dizer: Então que fique para nós a floresta, vamos derruir antes que a natureza aderrua. É gravíssimo isso. Outro dia encontrei num jornalzinho muito bom da Folha de São Paulo, uma indicação que um plantador de milho disse: Por causa do aquecimento global esse ano a minha safra de milho foi muito pequena. Eu fiquei desesperado, se começar com esse alarmismo imediato? Bom, agora passemos as terminações. Periodicidade climática é seriíssima.

Quando eu estive em Roraima junto com o Lula, eu fui até os mais velhos habitantes da região e perguntei: Quais eram os anos que eles consideravam tão secos quanto aquele que estava havendo em 1999? E eles me disseram os anos e eu fiz o cálculo, dava 13 em 13 anos. Então há periodicidade climática. E aqui eu queria dizer aos os senhores que a pessoa que mais estudou periodicidade climática em termos de anos mais chuvosos, menos chuvosos, etc. foi uma pessoa que já trabalhou aqui na UNB que é o Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro. É uma pessoa meio difícil, meio exótica, mas ele é um especialista fantástico. E ele fez um laboratório de climatologia dinâmica lá em Rio Claro e conseguiu fazer medidas que alguém do Rio de Janeiro já me chamou atenção. Aquilo que o Carlos Augusto fez em Rio Claro é um trabalho chinês, dia-a-dia ao longo do ano mais chuvoso e dia-a-dia ao longo do ano menos chuvoso a temperatura e a precipitação. E ele não conseguiu ninguém para editar o Atlas dele. Vivia com o Atlas a tiracolo, forrado com madeirinha fina e um dia eu vim aqui à UNB e ele era muito exótico, ele brigou com os alunos e foi embora. Ele marcou com os alunos para fazer uma excursão até Santa Catarina, mas disse: Nenhum aluna vai pegar o ônibus da sua casa até o hotel, todos terão que ter condução diversificada, porque o ônibus tem que sair com todo mundo daqui e um deles foi de ônibus. Ah, ele brigou com o rapaz e desmarcou a excursão, ele é bastante difícil. E foi embora. E aí nós acolhemos ele em São Paulo e eu vi o Atlas dele e digo: Meu Deus perder essa maravilha. Então o que é que eu fiz como diretor do instituto de geografia naquela época? Eu fiz os fotolitos de todas as ilustrações fantásticas que ele tinha e no outro ano, com verba do segundo ano, primeiro do ponto de vista estratégico para não brigarem comigo, eu disse que era para fazer fotolitos especiais de climatologia e no outro ano nós fizemos o texto e incluímos tudo junto e fizemos o Atlas da Dinâmica Climática do Estado de São Paulo que ele trabalha com todos esses problemas de jogos de massa de ar etc., etc. Mas o que eu queria dizer aos os senhores que a periodicidade climática tem que ser melhor conhecida para não se cometer o erro de num ano mais seco ou mais quente se dizer que está havendo processo de aquecimento global. Certamente tem processos que estão progredindo, se acumulando.

Eu, por exemplo, vejo na cidade de São Paulo, eu nasci numa pequena cidade do vale do Paraíba, mas cheguei em São Paulo com 17 anos para fazer o serviço militar e tentar entrar numa universidade. E eu vejo que o clima de São Paulo mudou bastante. No começo do século XX, havia um laboratório de climatologia de uma pessoa especial que se antecedeu a tudo, que era o Belfort de Matos e deu um total de médio de temperatura para São Paulo de 18,8 ou 18,6 na área principal da cidade daquela época que corresponde hoje ao centro expandido de São Paulo. Pois bem, hoje está em 21,9 e vai para 22 certamente, então, aquecimentos dentro de certas áreas urbanas que tem grande estoque de humanidade pode acontecer, está acontecendo. Quando a cidade é costeira, como o Rio de Janeiro ou como Salvador não tem o mesmo problema de um aquecimento tão forte, mas cidades, mas interiores têm que ter cuidado sobre isso. Bom, aí vem um conceito que é preciso que os senhores se fixem um pouco nele, é o conceito de metabolismo urbano. Na década de 60, lá nos Estados Unidos, um grupo de pessoas resolveu estudar a dinâmica climática ideológica, etc. das cidades com vistas a questão da poluição. E fizeram um método, que o americano é muito simplório, ele disse o “in up”, o “soul up” e o “alt

up". O que entra na cidade e está despejando coisas para a atmosfera, o que transita pela cidade, os fluxos internos e também a forma de emissão desses produtos, sobretudo dos particulados, etc., para os rios, os lagos e o mar e eles, americanos, nunca estudaram. O método foi muito bem feito, muito bem representado e ninguém estudou nenhuma cidade americana sobre o ponto de vista do metabolismo urbano. Acontece que no mundo a gente lê as coisas de outras partes do mundo nas revistas científicas, etc. e lá em Hong-Kong que está situado em uma ilha, o problema é muito sério de metabolismo urbano por que ilha tem espaços bastante exíguos e por isso mesmo precisa pensar no seu futuro. E alguns cientistas da universidade em Hong-Kong fizeram um estudo sobre metabolismo urbano de Hong-Kong. Isso pode ser encontrado na internet, provavelmente. E eu queria dizer aos os senhores que convém lembrar que no caso, por exemplo, de São Paulo, em que a cidade sofreu quase 2 graus a mais em um século é importante também lembrar a bacia urbana de São Paulo.

Tem todo um conjunto de cidades, umas redes urbanas que a gente chama de bacia urbana centrada na capital que é o centro político, econômico, social e cultural da grande metrópole. Pois bem, se a gente somasse tudo que está acontecendo nas zonas rurais e nas cidades do tipo Campinas, Sorocaba, Ribeirão Preto, etc., também deve ter havido um aquecimento, portanto o fato de ter havido o aquecimento é uma realidade. Agora nesse período todo, saber quanto o mar deve ter subido, eu duvido. Porque veja bem, alguns autores puseram a seguinte tabelinha: Um milímetro por ano. Então vejam bem, comigo, eu gosto de fazer isso didaticamente com os alunos. 1 milímetro por ano em 10 anos são 10 milímetros, 10 milímetros significa um centímetro, em 50 anos são 5 centímetros, em 100 anos 10 centímetros. 10 centímetros só as marés de Sisija(F) [53:56] erguem um 1 metro e 20 em Ubatuba. 1 metro e 20 nas regiões costeiras do famoso e notável litoral norte de São Paulo, que tem algumas pessoas que adoram e que estão aqui presentes. Mas vejam bem, aí o outro autor disse: Não, vai ser 34 milímetros por ano, então 34 milímetros vai dar 3,4cm, depois vai dar 15 centímetros não sei o quê, mas aí já começa com 100 anos, 200 anos vai piorar. E finalmente depois de um ter dito que era 84 milímetros, invetado. Inventado. Outro disse que era 1 centímetro por ano, 1 centímetro por ano significa que em 10 anos é 10 centímetros, em 50 anos, 50 centímetros, em 100 anos um metro. Aí, meu Deus, em 200 anos 2 metros e por isso Ubatuba, por exemplo, o mar invadiria a barra do rio Ubatuba e invadiria o rio Tavares e invadiria o Pereque Açu etc., etc. É só assim que a gente pode imaginar as coisas. Bom, para não cansar os senhores

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Assim vai chegar na sua terra São Luiz do Paraiti.

SR. AZIZ AB'SABER: Para não cansar os senhores eu vou dizer o que é que a gente deve fazer. Vocês que planejaram essa reunião, vocês que tem vontade de ouvir, também, pessoas da universidade, pesquisadores, cientistas. Eu devo dizer a vocês que é muito claro que todos os países do mundo que puderem e que fazem emissões muito fortes para a atmosfera e que podem estar colaborando para o efeito-estufa, ainda que moderadamente, todos esses países tem que mitigar as suas emissões. E essa mitigação é uma coisa fundamental, porque alguns países muito industrializados não querem fazer isso. Eu não sei se vocês sabem, porque é que o Bush veio ao Brasil e vindo ao Brasil não veio à Brasília que é essa maravilha urbana, ele foi para São Paulo. Por quê? Porque as imagens de satélite sobre o Brasil estão disponíveis, os técnicos e pesquisadores descobriram que em São Paulo tem enormes áreas de plantações de cana-de-açúcar e como eles estão interessados no etanol, "vamos à São Paulo". Foi por isso, pessoal, não é? Aí fez uma prévia, etc., etc. e o nosso amigo Lula virou e disse: Os canavieiros são uns Heróis.

Eu não acho que os canavieiros são heróis. Quem são heróis são os cortadores de cana que, inclusive, inclusive se o dia em que houver mudança no sistema de corte mecanizado eles vão perder os seus pouquíssimos empregos. Uma tonelada de cana cortada, eles recebem 2 reais e 50 centavos. Então eles vão para os canaviais com roupas pesadas, com medo de ser cortados pelas folhas da cana e trabalham ali da manhã à noite tentando fazer mais toneladas para poder dar 7,50, 10 reais e durante uma época só do ano com uma certa periodicidade para usar o mesmo termo. Mas queria dizer aos senhores que eu reparo muito na pobreza do meu país. Lá em Embú eu comecei a observar o problema da catação de latinhas de refrigerante, a pessoa precisa catar 1 quilo de latinhas para ganhar 2,50, a mesma coisa que o cortador de cana. Então os heróis são esses. Então mitigação é necessário. Agora o Banco Mundial falou claramente, eu já tinha falado isso em vários lugares que é preciso forçar a diminuição das emissões, mas falou e que depois tem as adaptações. Mas não soube explicar o que é que significa adaptação. E eu vou contar para vocês o que significa.

Dos próximos 30 a 60 anos as autoridades federais, municipais, estaduais e municipais tem que reparar o que é que está acontecendo com o aumento do nível do mar. É esse aumento do nível do mar que vai

dizer quanto que está havendo de aumento de calor. Então entre 30 e 60 anos olhos no que está acontecendo nas cidades costeiras, nas suas praias, na Foz dos seus rios, porque senão nós não vamos poder, em tempo, fazer algumas adaptações. As adaptações são bem conhecidas no mundo. A Holanda fez muretas fortes para que o mar não entre muito dentro das cidades. As muretas, no caso do Brasil são mais sérias, porque tem que ser na frente da praia e nos lados do baixo vale dos rios que vão ser inundados certamente. Então, tem algumas, nós não queremos multi Venezas no futuro desse país, seria uma catástrofe, uma falta de ética deixar que acontecesse. Então entre 30 e 60 anos é o período ideal para fazer o acompanhamento para poder fazer as adaptações progressivas para que as cidades não desapareçam, essas cidades tão extraordinárias. Eu vou contar uma coisa, porque o Senador Suplicy está aqui. Meu pai, às vezes fico com medo de estar contando histórias, o meu pai nasceu no Líbano numa aldeia, aldeia chamada Kafa Omay(F) e ele, quando completou 15 anos, era o único que conhecia um pouco os arredores da aldeia, a cidade de Hizahally(F) e a cidade de Beirute.

Em Beirute ele ficava na porta do mercado indo auxiliar as pessoas que queriam comprar guilhos(F) e outros, ou comprar ouro nos mercadões do oriente médio, tanto no Cairo como em Allepo(F), etc., as pessoas pegam punhado de jóias de ouro, jogam na balancinha e fazem um cálculo e a pessoa leva aquilo para depois revender. Então, meu pai era um boy de mercadão. E os beduínos inteligentes que ficavam na porta ensinaram tudo a ele, a escrever, a ler e ensinaram a ele ética e outras coisas mais. Se eu fosse contar os problemas que ele me contava quando era pequeno sobre a ética do beduíno da frente do mercado nós ficaríamos horas aqui. Mas resultado, quando ele completou 15 anos minha avó pegou e disse: Você vai para o Brasil, vai lá, porque tem que trazer o meu marido. Ele está ficando tempo demais lá em São Luiz do Paraiti que eu não sei nem onde fica, eles não tinha mapas, eles vinham para América às vezes do sul pensando que o Brasil se chamava América, tem o caso de uma família de um conhecido meu lá de São Paulo, muito conhecido que a senhora trouxe os filhos para encontrar o marido e veio, chegava em Recife, aqui é América? O cidadão muito burrinho dizia aqui não é América. Prosseguia em Vitória aqui é América? Não, não é América. Chegou no Rio de Janeiro: Aqui é América? O sujeito disse: Não, aqui não é a América.

Quando chegou em Rio Grande do Sul perguntou: Aqui é América, perguntou para o piloto, ele virou e disse: Aqui não é América, mas a senhora vai ter que descer, porque é o último ponto do nosso roteiro marítimo e deixaram a mulher dentro da alfândega com os 4 filhos, a envolveram nos fardos etc., e só depois que em Pelotas alguém soube do caso e conhecia a região da senhora, ajeitou e levou para São Paulo e fez assim, mas o meu pai veio para o Brasil para buscar o meu avô, atravessou o mediterrâneo e o atlântico, naquela época a França era tudo para o Líbano, então eles queriam, o meu pai queria conhecer um pedacinho da França, que fosse, na parada do navio, Marselha sobretudo, mas o navio parou em Gênova, por que era um navio italiano e o meu pai não era muito conhecedor de história do mundo não gostou muito não, porque o problema dele era pisar na França onde os primos dele já tinham estudado e ele gostava muito disso. Chegou no Rio de Janeiro, chegou no Rio de Janeiro, me diga uma coisa: Tenho tempo para completar uma historinha ou já está acabando?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Tem, professor, tem. Tem tempo a vontade e depois o senhor vai interagir com os parlamentares.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Está no Rio de janeiro, quando chegar no Rio Grande do Sul a gente diz que a viagem acabou.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Mas a viagem vai até o Ceará.

SR. AZIZ AB'SABER: E o grande Adib Jatene, os pais chegaram até Rio Branco no Acre e hoje eu perguntei um dia para o Dr. Adib que eu tenho uma certa intimidade com ele, doutor Adib, porque o senhor não vai visitar sua terra no Acre? Ele virou pra mim e disse: Eu não gosto de andar de avião. Bom, mas o certo é que o Nassibinho, no navio ele fazia tudo que podia, imagina o que é que era a geografia humana da imigração, tudo que podia para ganhar um pouquinho de dinheiro.

A mãe dele trocou um pouco de dinheiro em libras e ainda deu uma corrente de ouro para, se você tiver necessidade venda a corrente que você pode sobreviver algum tempo, mas chegando no Rio, depois de toda aquela trajetória fantástica marítima em que o pessoal que parou no Cairo pegou os barquinhos para irem até, parou no Egito para ir até a Alexandria, o pessoal foi todo roubado, voltaram para o navio a zero, então o Nassibinho, não foi nem um pouquinho que ele tinha foi desgastado. Mas chegando no Rio de Janeiro, desceu do navio muito contente por conhecer uma cidade do Brasil e quando desce todo mundo se espalhou cada qual para um canto e ele ficou sozinho na praça da alfândega. Eu que tenho uma sentimentalidade muito grande para com essas coisas imagino como é que foi o susto dele de sair de um lugar que quase uma

família ocasional e parar na alfândega do Rio. E aí ele então começou a fazer rodeios nas praças e voltando sempre ao mesmo lugar com medo de se perder e de repente procurando alguém que tivesse os olhos de árabe. Não é qualquer pessoa que tivesse os olhos de árabe, mas as mulheres tem e encontrou uma árabe e falou em árabe com ela e ela disse: Ah! O que é que você está fazendo? Aí ele explicou que precisava ir até São Luiz do Paraitinga via Taubaté. A moça disse: Não tem problema. Você tem algum dinheirinho troca aqui as libras, porque vai precisar. Você segue essa rua reta, quando chegar uma rua transversal a essa e não dá para seguir você quebra para a esquerda vai dar na estação central do Brasil. Chega lá você tira um dinheirinho médio e uma nota e põe no bilheteiro e diz: Taubaté. Não fale muito que bilheteiro não quer falar muito. E ele tinha um pouco de razão.

E assim o Nassibinho, sem comer desde a manhã até a tarde saiu do Rio de Janeiro para vir para Taubaté. Morto de fome. Quando chegou perto de Guaratinguetá, não agüentava mais, chegou para o dono, para o chefe do trem e disse assim. E deu um dinheiro, o chefe do trem: Muito obrigado e ele passou fome de novo, não é? Mas depois ele agarrou o chefe do trem e disse, aí o chefe entendeu deu uma risadinha arranjou uma parada lá do trem arranjou um sanduíche. E aí chegando em Taubaté a mesma coisa, Taubaté naquele tempo tinha o centro histórico da cidade, uma igreja da matriz, uma praça bonitinha, uma descida para a praça do mercado e uma saída para o, a estação da central. E ele parou na estação da central e ficou, não, sabia que como é que iria encontrar o lugar para ir para São Luís do Paraitinga, não é? Eu considero isso uma história do imigrante e eu tenho provocado muita gente para escrever a história de seus pais, quando eles vieram de muito longe da Alemanha, ou da Suíça, ou da Polônia, ou da França, mas aí ele começou a girar em torno dos quarteirões próximos das estações, porque tinha uma rua um tanto reta que saía da estação e ia até a matriz e a pracinha e chamava-se Rua das Palmeiras. Eu tenho ido lá, hoje é uma rua portentosa, mas era apenas o começo das ruas das Palmeiras. E chegando lá nos quarteirões, ele fez verdadeiros passeios procurando alguém que tivesse olhos de árabe e encontrou de novo uma árabe, por isso que eu costumo dizer que as mulheres têm que ter muito cuidado comigo, porque o meu pai encontrava árabes com facilidade, quem sabe se eu herdei isso, não é? Bom, mas a realidade, na realidade o Nassibinho seguiu o que a árabe disse para ele: Vai por essa rua, que é a rua das Palmeiras quando chegar na frente da matriz você passa em frente vai reto ainda como se fosse essa mesma reta, aí tem uma ruazinha cheia de pequenos comércio, depois tem a praça do mercado. E ao lado tem uma porção de parentes de patrícios seus e você lá vai falar em árabe com eles e eles vão resolver o problema de como você vai chegar em São Luís do Paraitinga.

E naquele tempo ainda existiam tropas para levar o café do vale do Paraíba médio para Ubatuba. E ele chegando em, lá nos patrícios, eles disseram: Não tem problema, toda a madrugada sai uma tropa levando café e eles levam algumas pessoas a cavalo, então você vai lá e contrata com eles para ir para lá, provavelmente eles não vão te cobrar, porque você é muito moço e tal. Mas você vai ter um problema, vai ter que dormir na calçada, porque as casinhas dos tropeiros são muito pequenas, minúsculas como eram as casinhas lá na praça da, na rua 25 de março onde paravam os que vinham de Santo André e de outros lugares do sul, lá do litoral, não é? Aí ele dormiu lá na calçada, quando chegou as 3 horas da madrugada acordaram ele e disse: Vamos. E então a tropa seguiu para São Luís e ele conseguiu chegar lá e em lá chegando ele foi falar com um irmão dele que já estava aqui e que não lembrou dele, porque ele era pequeno quando o irmão veio com o avô para cá. Aí ele chegou e disse: Me diga uma coisa: Você está aqui na porta do mercado e eu estou chegando do Líbano e eu queria fazer uma lojinha um pouco como a sua, não tão grande. O que é que você me recomenda? O irmão dele, o Najib deu um murro na Mesa, você quer vim competir comigo aqui não tem nem condições para mim próprio ainda vem você lá do Líbano fazendo essa mesma coisa? E assim ele acabou no outro dia, ele se identificou foi uma festa no outro dia ele foi encontrar o meu avô que morava lá na roça numa vendinha de beira de estrada secundária e tinha cavalos, tinha arreios, e tinha armazém de secos e molhados, naquele tempo secos e molhados era porque tinha alguma coisa de alimento, mas tinha outras coisas, uma chinela, ou uma outra coisa, pois bem, e aí foi aquela festa, voltaram para o Rio, aí o meu avô já falava razoavelmente o português ficou numa pensão, depois tomaram o navio e voltaram para o Líbano. Mas note bem, a volta para o Líbano teve conseqüências impensadas, porque como ele tinha vindo da Síria com 15 anos, do Líbano com 15 anos até o Rio ele quando voltou ele era o pequeno herói da família e ele ia para Beirute para fazer as compras com a mãe dele, com a minha avó, ia para as compras e ele então, ajudava a localizar os lugares mais baratos, etc., e um dia chegando no mercadão um grupo de idosos entrou ostensivamente e botou um revólver na cabeça do Nassibinho que agora estava com 16 anos e meio e perguntou assim: É um Cristão que morre? E aí o outro disse: Não tenho certeza.

E por isso ele foi salvo e a família ficou desesperada e a minha avó disse: Nassibinho isso não é terra para você, vai embora para esse país de que o seu avô fala tão bem, onde não há guerra religiosa, não há guerra e a gente é bem recebido. Eu falo isso com emoção, porque esse é o elogio maior que se fez ao nosso país lá fora num outro tempo, não é? E queria também dizer que assim ele veio, mascateou um pouco, depois ele, aliás, ele chegou em São Paulo por Santos e não pelo Rio, chegou ao Brasil por Santos, e aí o irmão dele que tinha a lojinha de lá estava trabalhando sabe onde? Na barragem que tem no Rio São Francisco, Sorocaba que hoje pertence ao Antônio Ermírio de Morais por isso que eu não gosto deles. Mas veja bem, o irmão estava trabalhando em carregar pedras e montar a barragem e perdeu um rim, ficou com um problema no rim, naquele tempo não tinha antibiótico e não tinha nada, arrancaram o rim do pobre Najib e o Nassib ficou trabalhando na rua do gasômetro com marcenaria que ele tinha aprendido lá na porta do mercado. Mas tudo isso para dizer a vocês que eu tenho para com o mar uma atitude extraordinariamente simpática e alegre. Esse mar que vem do mediterrâneo até o atlântico, esse mar que eu já vi lá das costas altas de Portugal, no Cabo das Rocas e que aqui tem um Cabo Frio, porque tem uma emergência de águas frias na região entre Macaé e Cabo Frio, mas então todo o lugar que eu estou eu fico testando o que pode acontecer se o calor for muito grande durante o aquecimento global e o mar crescer de novo e inundar a cidade, quer pela barra dos rios, quer pelas planícies e talvez, se for maior, inundar a cidade por cima das planícies de restinga. Então o meu conselho é que se deva fazer tudo para mitigar as emissões de gases particulados e tudo para conhecer os locais e saber, dentro dos próximos 30 a 50 anos, o que fazer, se é que o que aquecimento global venha a ser uma réplica do acontecimento natural, que foi o ótimo climático. Muito obrigado.

[Palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Professor Aziz, nós agradecemos o nosso Relator da Comissão, Senador Renato Casagrande chega para cumprimentar o professor Aziz e nós temos parlamentares, senadores, Deputados, Deputadas, Deputada Rebecca Garcia que está aqui, que vão lhe cumprimentar e fazer as referências todas sobre as provocações que é objetivo da Comissão, mas também agradecer a essa histórica participação do senhor aqui nessa Comissão, com toda a sua experiência de vida, mas também, e principalmente levantando aqui alguns pontos de divergência e a polêmica necessária para o bom trabalho dessa Comissão, mas nós temos a honra também de receber hoje, é o primeiro inscrito da lista o Senador Eduardo Suplicy que vai fazer sua saudação e é o primeiro, nós comunicamos a Comissão que essa Sessão está sendo transmitida ao vivo pela TV Senado, fomos informados agora pela assessoria. Com a palavra Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Senhor Presidente, Deputado Eduardo Gomes, vice-presidente Senador Renato Casagrande, querido professor Aziz Ab'Saber, foi uma boa nova, uma excelente surpresa saber que a Comissão que está estudando as mudanças climáticas o tivesse convidado para esta Audiência Pública. E na hora que soube eu fiquei tão preocupado, porque iria se iniciar, quase que concomitantemente, o Conselho de Ética da qual sou membro titular para analisar o episódio relativo ao Presidente da Casa e eis que foi adiado.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): O qual contamos muito com a sua participação. É bom dizer. É o Gabeira que falou.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): E eis que o Conselho de Ética foi adiado para as 17 horas, o que está me permitindo desfrutar deste maravilhoso depoimento, porque, professor Aziz Ab'Saber, a sua palavra é de uma pessoa que nos transmite um conhecimento sobre a história do Brasil, sobre a geografia, sobre a história dos migrantes, sobre tantas coisas e, ademais, o senhor tem uma especial particularidade, porque por causa do seu conhecimento, da sua respeitabilidade, de tudo que tem contribuído para a ciência e a geografia e o conhecimento, aliado a sua disposição, vontade de também estar resolvendo os problemas sociais brasileiros, a erradicação da pobreza, e, Presidente Eduardo Gomes, eu sou testemunho de algo que eu quero registrar.

O professor Aziz Ab'Saber tornou-se, nos anos 80, 90,disso eu sou testemunho, um dos principais amigos, amigos do peito, de coração, do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Que tem tido, nestas décadas no professor Aziz Ab'Saber, uma pessoa que ele convidou inúmeras vezes para transmitir-lhe conhecimento. O Presidente Lula tem, como nós sabemos, uma capacidade de assimilar conhecimentos assim, muito significativa e ele, se de alguma maneira não pôde como ele muitas vezes diz: Completar o ensino, o estudo universitário dele, mas ele teve a disposição de convidar cientistas, professores, economistas, geógrafos e dentre os quais o professor Aziz Ab'Saber, para ensiná-lo. E disso eu sou testemunha, dentre outras ocasiões, porque estive participando de algumas das chamadas Caravanas da Cidadania, inclusive, por exemplo, na região amazônica, na região do Acre, de Rondônia, na região de Roraima e, numa das mais

emocionantes trajetórias das Caravanas da Cidadania que o Presidente Lula fez desde lá Garanhuns Caetés até chegar a sua terra, ao local de onde ele, para onde ele se dirigiu, na época, há cerca de 50 anos, Vicente de Carvalho. Então eu sou testemunha dos diálogos que o professor Aziz Ab'Saber teve com o Presidente Lula e aqueles que participavam da Caravana. Então também sou testemunho da amizade que o professor Aziz Ab'Saber tem, e isso não é algo que por uma divergência termina com uma das pessoas que eu também aprendi muito a admirar, e ele sabe disso, a ministra do meio ambiente que é tão relacionada ao tema aqui das mudanças climáticas, a ministra Marina Silva.

Em algumas ocasiões o professor Aziz mostrou preocupação com certas diretrizes e, inclusive, mostrou que queria muito dialogar com a ministra, pelo menos dizer a ele das coisas que ele estava pensando. E eu então o acompanhei ao gabinete da Ministra e ele teve a oportunidade de dizer muitas coisas, mas seja para o Presidente Lula, seja para a Ministra Marina Silva e todos nós até, porque ele aqui está fazendo recomendações a nós, membros do Congresso Nacional, para irmos a alguns lugares e, inclusive ele exemplificou tão bem como a recomendação que fez para estarmos, inclusive, estimulando os estudantes para irem aos locais e conhecerem as transformações e os problemas do povo e tudo como ele o faz ao longo da sua vida de professor. Mas eu, então, gostaria de formular algumas perguntas.

Primeiro: No que diz respeito à preocupação com a questão climática, com o aquecimento do mundo, e tendo em conta, inclusive a repercussão que houve do filme do ex-vice-presidente Al Gore que muitos de nós assistimos, se porventura possa o professor Aziz Ab'Saber traçar um, ele fazer uma reflexão relativamente a se ele teve a oportunidade de assistir aquele filme que faz alertas sobre cuidados que deveremos ter todos com respeito as mudanças climáticas e se ele avalia que ali houve algo interessante? Eu assisti ao filme, achei que houve para despertar consciências e, mas que quais seriam essas recomendações para nós brasileiros? No que diz respeito a uma das suas principais preocupações e relacionada ao Ministério do Meio Ambiente, se tendo em conta as medidas que foram tomadas no que diz respeito à preservação das florestas para que elas sejam melhor preservadas e tudo, se as diretrizes estão sendo num bom caminho ou se preferem, ou se recomenda um caminho alternativo? No que diz respeito à mudança que inclusive será objeto de votação do Senado Federal na próxima semana, apreciada e votada pela Câmara na semana passada, uma medida do Presidente Lula e da ministra Marina Silva sobre a divisão do IBAMA e do instituto Chico mentes por Medida Provisória, se o professor Aziz Ab'Saber teria alguma recomendação neste ponto?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Para concluir, porque a gente vai estipular um tempo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com esse tema que também eu sei que é caro ao meu amigo Deputado Fernando Gabeira que eu passei a muito me interessar ainda na semana passada, fiz um pronunciamento a respeito até em decorrência dos Rodas da Paz, o grupo fã das bicicletas que fez um passeio aqui no domingo, porque eu inclusive visitei a Europa na semana passada, no caso a Alemanha, e tenho observado como é que um número crescente de municipalidades na Europa estão dando grande atenção a questão da bicicleta.

No dia 15 de julho, por exemplo, a cidade de Paris vai colocar cerca de 25 mil bicicletas à disposição do povo para em mais de 1200 lugares, distantes 1250 jardas um do outro, onde as pessoas poderão, digamos, pagando que seja 13 a 15 Euros por ano e andar de bicicleta a vontade, pegando num lugar e colocando no outro, especialmente nas estações de metrô e outros lugares, mas eu verifiquei agora em Berlim há um sistema onde você pega a bicicleta em qualquer lugar, telefona, dá o seu número de cartão de crédito e daí passa a andar tantos minutos por dia e deixa a bicicleta onde quiser.

A cidade de Bruxelas tem um sistema pelo qual você pega a bicicleta no estacionamento público, deposita um Euro, anda o quanto quiser e daí coloca a bicicleta em outro lugar que você quiser e a hora que colocar você tem o direito de retirar o Euro que colocou, então aí é inteiramente gratuito e uma variedade imensa, então nós podemos e o Deputado Fernando Gabeira que muito tempo andou aqui de bicicleta, acho que talvez ainda o faça para estimular o uso, mas eu, essa tem sido uma das medidas que pessoas que estão preocupadas não apenas com diminuir o efeito-estufa, de diminuir a poluição, melhorar a saúde das pessoas e fazer com que, e como o professor Aziz, olha, na sua idade está em ótima forma física, então tem um corpo Atlético, que tem, tem professor, é de tirar o chapéu. Talvez, porque goste muito de andar a pé. Então, mas se ele considera que o estímulo ao uso de bicicleta pode ser dentre outras, uma medida muito interessante e sobre a qual todo o Poder Público brasileiro deveria estar atento? Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Senador Eduardo Suplicy agradeço a sua participação, Senador Inácio Arruda como autor do requerimento, vamos estipular o tempo de 3 minu-

tos, está liberado o tempo só para o professor Aziz por deliberação unânime do Plenário.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas se ele é autor do requerimento ele tem direito.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): O meu tempo é liberado, mas eu vou ficar dentro dos 3 minutos. Eu quero, eu quero primeiro agradecer, Eduardo, essa oportunidade que a Comissão Mista dirigida por V.Exa. e relatada pelo Senador Casagrande está tendo com a presença do professor Aziz Ab'Saber. Trata-se de um estudioso, uma pessoa que se preocupa em examinar com o máximo de cuidado os fenômenos da natureza para que a gente não caia numa posição nem aquela de dizer, bom isso não existe, ou uma posição alarmista que atemoriza a todos não só no nosso país, como no mundo.

Eu queria ao agradecê-lo, já fazendo um convite para visitar a cidade de fortaleza mais uma vez, aproveitando essa dica do Eduardo que o senhor está numa excelente forma física, então não há porque não fazer essa visita. Quero colocar aqui um tema que eu acho que está muito entrelaçado com o debate do aquecimento global, que é a decisão de Kyoto, relativa ao, às cotas, aos limites que cada país desenvolvido teria que responder e atender já na contenção das emissões e muitos não vão cumprir essas metas, alguns sequer aderiram a meta como é o caso dos Estados Unidos que não aderiu à meta. Criou-se um mercado de carbono, eu queria que o senhor pudesse nos falar a respeito dessa situação entre o tratado de Kyoto, as imposições para que os países cumprissem as cotas de contenção de emissões e o mercado de carbono. Porque o mercado é aquela bolsa de negócios que também entra no processo de pressão em relação a esse alarme de aquecimento, se isso é verdade, se existe mesmo isso?

O segundo aspecto é que, reconhecendo o problema e tendo que mitigá-lo, trabalhar para diminuir o máximo os efeitos e limitar o máximo as emissões, nós temos uma situação de quem vem examinando e o senhor já falou sobre esse tema, é a questão de que a as cidades costeiras, aquelas que aterraram muitas vezes, parte do mar ou de regiões próximas ao mar, em rios, elas começam a gerar um contingente, digamos assim, de quase que refugiados ambientais, sejam nas regiões costeiras ou em regiões degradadas e que se transformam em desertos como é o caso do Brasil, que tem ampliado a sua área desértica. Se essa ampliação da área desértica do Brasil, em processo de desertificação, se ela está diretamente relacionada com o problema do aquecimento, porque há um debate intenso fazendo com que todos passem a crer que o processo de desertificação no Brasil e no mundo, eu tenho tido a oportunidade de participar desse debate, inclusive, porque acompanhei essa convenção quadro das Nações Unidas nos vários debates que ela realizou em torno da questão da desertificação, mas há um sentido que a desertificação está ligada diretamente também ao processo de aquecimento. Então nós temos, digamos assim, já refugiados ambientais das áreas em processo de desertificação, temos a situação costeira que vai gerando também um processo de novos refugiados em questão ao processo e tudo relacionado com o efeito de aquecimento do planeta. Acho que foi muito interessante, então eu acho que essas duas questões se o senhor puder falar sobre ela, nos explicar melhor com toda a experiência que o senhor tem acumulada e o ponto que eu encerro, Eduardo Gomes, está ligado ao problema da necessidade levantada pelo professor Aziz Ab'Saber, acho que está ligada a questão de como vamos trabalhar o processo de mitigação que é estarmos aparelhados, quer dizer, as nossas universidades, os nossos institutos, os Estados da Federação e a União para a apresentar não um relatório para uma situação momentânea, mas esse acompanhamento sistemático que começou lá em São Paulo com Belfort, num trabalho particular, mas que é uma responsabilidade do Estado, quer dizer, ele que tem que tem que acompanhar todos os efeitos para ir medindo num período de 10, 20, 30, 40, 50, 60 anos como propõe o professor Aziz Ab'Saber, mas todas essas instituições tem que estar bem equipadas para que possamos fazer esse monitoramento e apresentar propostas que estejam ligadas ao processo de exame dessa realidade, porque senão nós saímos fazendo um alarme mais pressionado por uma situação, digamos assim, particular, por isso que eu fiz uma pergunta em relação ao mercado de carbono, se não há também uma pressão muito forte desse mercado de carbono em relação ao tema do aquecimento global? Essas questões assim que eu gostaria de colocar e agradecer mais uma vez a presença do professor Aziz Ab'Saber entre nós.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Agradeço ao Senador Inácio Arruda, autor do requerimento dessa audiência e passo a palavra ao Deputado Fernando Gabeira.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Eu queria, em primeiro lugar, agradecer a presença do professor, a oportunidade de ouvi-lo e vê-lo mais uma vez e dizer que a provocação dele sobre escrever história das famílias é boa, porque minha família tem uma história semelhante à dele. Também viemos do mesmo jeito, fomos parar na terra do Relator aí em vitória, do Líbano até Vitória também fugindo de uma guerra religiosa e temos também em comum o

fato de nós estarmos aí preocupados com o mar. Essa semana eu estive em Recife e havia lá uma discussão em Recife que me pediram para ajudar em torno de um parque, um parque a Beira-Mar, chama-se Parque Dona Lindú. Eu não sabia, é a mãe do Presidente da República. Eu não sabia e achei que era dona do lugar, dona do terreno que se chamava Dona Lindú e fui lá para discutir o que fazer com o parque. A população queria um parque tipo Burle Max, bem ecológico e o Prefeito contratou uma obra do Niemeyer, de cimento para controlar.

Quando eu fui participar da discussão eu falei: Vamos ao lugar, vamos discutir no lugar. Eu quando olhei o mar, professor, eu falei o seguinte: Olha, tanto vocês como o Prefeito deveriam tomar cuidado por que qualquer das obras aqui vai ficar submersa. A gente sente que o mar está avançando em Recife muito e a cerca de 3 semanas participei de um seminário com os holandeses e percebi que os holandeses estão muito avançados nessa preparação. Eles mostraram o que estão fazendo, construindo edificações, mas tem projetos até de bairros flutuantes, eles já tem alguns bairros flutuantes, cidades, casas flutuantes, bairros flutuantes para essa oportunidade. Então eu achava que desde o princípio achei que aqui nós deveríamos concentrar na preparação costeira do Brasil, nós estamos sem gerenciamento costeiro no Brasil, o senhor sabe disso, precisamos avançar muito nisso e infelizmente nós tivemos juntos em Santo André quando nós lançamos o programa ambiental do PT, o programa ambiental em 2002. Infelizmente as coisas não avançaram tanto quanto o programa propunha e agora surgiu essa outra, essa outra emergência que é, eu também concordo com o senhor, eu não sou apocalíptico, eu acho que o apocalipse nos atrapalha, ele inibe, paralisa e dá uma chance aos oportunistas de dizer: Olha, já que vai acabar mesmo vamos aproveitar. Mas eu acho que nós já deveríamos ter aqui no Brasil um sistema, ou pelo menos um núcleo se preparando, não é? Porque como o senhor disse, nós temos que preparar na região costeira, mas também pode ser que a malária ou dengue cresça um pouco com o nível de aquecimento, nós vamos ter que preparar também, pode ser que a agricultura a gente tenha que sair de algumas áreas ir para outras áreas.

Temos que... então essa preparação é muito boa e a sua contribuição é muito importante para nós tentarmos estimular o governo a se colocar em cena, ter um processo de preparação no gerenciamento costeiro e tudo que possa acontecer nesse campo. Eu acho que... agora quanto ao aquecimento, evidentemente que muita gente usa o aquecimento como se ele já estivesse acontecendo o que os cientistas prevêem no trabalho do IPCC. Olha, o aquecimento que existe e foi constatado é de 0,7 graus ao longo desses anos. É um aquecimento pequeno. Agora o aquecimento previsto pode ser entre 2 e 6%, mas nós não podemos fazer um cálculo se acontecer assim vai ser, que o aquecimento não pode ser calculado a partir só dos cálculos dos cientistas, depende do nosso trabalho, depende da intervenção humana também num certo nível. Eu acho que foi muito importante a sua passagem e reforça aquela tese que nós lançamos aqui, vamos fazer um debate específico sobre aquecimento costeiro e depois que a Comissão se instalar eu aconselharia a Comissão ir à cada importante cidade costeira do Brasil e instalar lá na cidade costeira um núcleo de preocupação. Essa semana eu já tentei com a embaixada da Holanda e vamos ver se restabelecemos esse diálogo da Holanda com Pernambuco, foi rompido no momento aí da nossa história colonial, mas se nós restabelecemos esse contato para que pelo menos a gente faça em Pernambuco um grande seminário mostrando o que a Holanda está fazendo. E aí a partir daí a gente leva o debate para outras cidades costeiras.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Vou passar a palavra a Deputada Rebecca Garcia, mas também registro aqui a presença de funcionários, amigos, pessoas ligadas ao IBAMA que estão aqui registrando também o seu posicionamento com relação a Medida Provisória 366 de 2007, esse assunto está também no Senado já foi votado na Câmara a semana passada e está registrada a presença de vocês e o protesto civilizado e importante daquilo que vocês pensam sobre essa medida provisória. Passo a palavra a Deputada Rebecca Garcia.

DEPUTADA REBECCA GARCIA (PP-AM): Senhor Presidente, professor Aziz Ab'Saber, gostaria de começar parabenizando a iniciativa do nosso amigo, Senador Inácio. Eu entendo que é fundamental a participação de pessoas como o senhor, com o seu conteúdo para vir nos trazer informação para que nós possamos dentro da Comissão de mudanças climáticas trabalharmos com dados verdadeiros, com noções verdadeiras que nos falta em função da distância do mundo acadêmico. Então trazer o senhor aqui para dentro é trazer a academia aqui para dentro, é nos dar subsídios para trabalharmos de forma orientada, de forma adequada.

Eu sou a Deputada Rebecca Garcia, eu venho do Amazonas e lá, talvez, o problema no mar não nos afete de maneira tão preocupante quanto a da costa brasileira, dos Estados que são banhados pelo mar. Mas a questão da mudança climática muito nos preocupa em função da Amazônia, do nosso Estado, da nossa preservação de continuar lá e de não sabemos

muito bem como nos orientarmos em relação a isso. Então eu tenho certeza que a sua passagem por aqui foi de grande contribuição, quando me perguntam se eu estou gostando da experiência no parlamento eu sempre falo: Eu estou tirando como se fosse um mestrado ou um doutorado por que eu tenho aprendido bastante e trazer pessoas da sua qualidade, da sua qualificação me faz sentir ainda muito mais próxima desse mundo acadêmico que talvez, se eu não fosse política, talvez muito provavelmente me dedicaria ao mundo acadêmico por sentir assim grande admiração e grande respeito por todo esse colegiado que vocês compõem.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Muito obrigado, Deputada Rebecca Garcia, passo a palavra ao Deputado Iran Barbosa, Rebecca Garcia.

DEPUTADO IRAN BARBOSA (PT-SE): Inicialmente cumprimentar a todos e ao professor Aziz, também é uma satisfação poder dialogar nesse momento com o senhor e eu queria colocar uma questão: Eu sou de um Estado, sou do Estado de Sergipe, um Estado que é costeiro, de uma cidade que avançou muito sobre áreas que com certeza serão retomadas nesse processo que está em andamento, que é Aracaju, a nossa capital, é uma cidade que na está no nível do mar e já sofre uma série de problemas em função disso e que com certeza estarão se agravando, mas enfim, professor, o que eu gostaria se possível poder ouvi-lo é a respeito de uma questão que no meu ponto de vista, está no fundo desse debate sobre a questão das mudanças climáticas. Que é a questão do próprio modelo socioeconômico que nós temos. Veja: Eu sou educador, eu sou professor também, sou professor da área de história e, na minha, no meu fazer profissional eu aprendi a compreender e tento também traduzir um pouco isso nas minhas aulas com os meus alunos que a convivência do ser humano com a natureza tem muito a ver com o modelo que a gente vai construindo nessa relação. Por exemplo, nós sabemos que durante algum tempo as comunidades primitivas, as tribos indígenas eram considerada como primitivas e atrasadas em função de alguns mecanismos que adotavam como é o caso da característica seminômade ou nômade numa perspectiva de que utilizavam o ambiente, mas não utilizavam à exaustão.

Quando percebiam que já havia sinais ali de alguma deturpação, alguma decadência, davam um jeito de modificar a área em que exploravam para dar oportunidade do ambiente se recuperar. Pois bem, era um modelo de relação com a natureza que tinha uma inteligência que talvez nós, nesse modelo atual de economia, tenhamos perdido. Claro que aqui não se está fazendo a defesa do retorno aquele modelo, mas para dizer que nós temos alternativas e vejo que o debate sobre a questão ambiental e o debate sobre a questão das mudanças climáticas ele tem, no âmago, esse tema a ser aprofundado que é o modelo de economia e que talvez a grande dificuldade para que nós possamos encontrar alternativas para estes problemas relativos as mudanças climáticas está, na verdade, na falta de exercício de alternativas para mudanças do modelo socioeconômico. Eu queria ouvir um pouquinho, se fosse possível, a respeito dessa relação, o que é que o senhor pensa sobre isso e para que a gente possa também aprofundar a compreensão sobre essas coisas. Uma satisfação poder estar aqui junto ao senhor, muito obrigado, obrigado, Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Agora para os seus cumprimentos o nosso Relator Senador Renato Casagrande e em seguida o professor Aziz vai responder as perguntas e formular as considerações finais

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado Senhor Presidente, professor Aziz, prazer em tê-lo aqui junto conosco eu não tive a oportunidade de estar aqui na sua apresentação, na sua palestra, porque nós estamos vivendo um dia muito tumultuado aqui na Casa, o Conselho de Ética se reunindo para poder decidir o que faz na reunião das 5 horas da tarde, mas eu já obtive aí do Presidente a sua, a sua impressão com relação a palestra do senhor, o senhor deu uma boa contribuição para nós, a nossa Comissão tem o objetivo de manter esse debate vivo aqui dentro do Congresso e pela importância do tema e o senhor traz algumas observações e algumas contestações e algumas, algumas argumentações que se chocam com outras e que nos dá condição de buscar a melhor posição de equilíbrio na hora da apresentação das nossas propostas. Então eu queria lhe agradecer e dizer como Relator da Comissão, nós iremos buscar o seu apoio e a sua, o seu conhecimento assim que nós acharmos que pudermos e gostaríamos de estar aí sempre com as portas abertas para que a gente possa estar aproveitando e sugando parte da sabedoria que o senhor tem na experiência. Muito obrigado, professor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Passo agora a palavra ao professor Aziz Ab'Saber para os comentários, as respostas dos parlamentares e as suas considerações finais.

SR. AZIZ AB'SABER: Bom, foram tantas as questões básicas solicitadas que eu devo dizer que para cada uma a gente tinha que fazer uma palestra nova. Então eu vou me ater só a alguns fatos que devem ser considerados. Em primeiro lugar falando ao senhor que praticamente tocou num assunto fundamental: O que

fazer em termos do modelo? Eu sou um estudioso de pré-história como hobby e os grupos humanos que estiveram na pré-história ou na nossa tropicalidade e em outros lugares não tropicais do Brasil, eles faziam coleta, caça e pesca.

Então eram grupos pequenos com muita possibilidade de sobrevivência fazendo diretamente o relacionamento com a natureza sem prejuízo evidente para com o espaço ecológico. E isso é uma coisa muito séria, inclusive lá em São Paulo no momento tem dois grupos indígenas do passado morando nas portas das cidades, desesperados, as crianças estão crescendo e não tem nenhuma ajuda de ninguém. Os órgãos públicos que deveriam cuidar deles não tem muito tempo para dedicar a eles. Então, acontecem coisas incríveis com os pobres indígenas que estão perto de uma área metropolitana complexa como uma ecologia urbana desesperadamente desigual e as criancinhas é que me deixam tristes, porque elas gostam do mundo ocidentalizado, não é? E as mocinhas ainda com mais problemas etc. Então o problema seu prossegue pela natalidade.

É uma das coisas mais difíceis no mundo discutir uma certa compreensão de natalidade dentro de um nível exclusivamente de pensar o futuro das próprias pessoas que vão nascer. Eu tenho uma certa dificuldade para tratar desse tema, porque ele se tornou uma réplica religiosa e Cristo disse cresceis e multiplicai-vos, mas não disse isso assim para todo mundo, não. Ele disse para os ministros apenas que eram os que deveriam de ficar com mais grupos, etc., mais pastores e mais, e não em relação ao crescimento da população geral. Quando eu estive no Líbano por um acaso, um presente de Deus, uma viagem a Síria e ao Líbano de um grupo lá do Clube Holmes(F) eu pude ver algumas áreas entre a Síria e o Líbano com pastores, casinholas cobertas de plástico iguais as dos nossos assentados e uma pobreza imensa. E eram grupos pequenos, sobreviviam porque eram grupos pequenos e tinham um sistema de subsistência que é parecido com o das senhoras do Nordeste que os maridos vão para a cidade e os filhos maiores vão para a cidade e elas ficam sozinhas no meio do Ceará com os filhos e uma criaçãozinha de bodes. Então nós estamos num tempo que temos que pensar em tudo.

O estoque de humanidade existente na cidade de São Paulo impede um desenvolvimento mais igual e uma inclusão social mais progressiva. Infelizmente. Então a sua pergunta é muito importante, mas tem que ser considerada em termos também da natalidade, apenas vocês não vão dar risada. Semana retrasada alguém chegou para mim e disse: Olha, professor, a situação lá no meu bairro periférico a gente tem as empregadas domésticas que convivem mais diretamente com a periferia, então uma delas disse o seguinte: Professor, tem um cidadão que está casado e ele tem 10 filhos com uma mulher e agora ele separou-se da mulher e tem mais 10 filhos com a outra mulher. Onde é que vão parar esses 20 seres humanos? Então eu respeito muito a sua pergunta e devo dizer que eu tenho uma filosofia ao longo de anos e anos e anos de pensar eu cheguei a conclusão que a pobreza do nosso país é difícil de ser resolvida, mas tem que ser minorada, é um pouco parecido com as mitigações que nós estamos falando.

Porque veja bem, na minha filosofia, ninguém escolhe o ventre, ninguém escolhe o lugar para nascer, o ventre para ser gerado, nem a condição socioeconômica para ser integrado, nem a condição sócio cultural e ética. Então, nasce onde o acaso determinar e quanto maior a pobreza e a visão do pobre em face dos médios, das classes médias, pequenas burguesas e ricas, pior em termos de certas emergências contra a segurança, social. Então eu não acredito que Deus tenha sido tão desastroso de fazer uma pessoa nascer na rusticidade do sertão nordestino ou na beira do Igarapé isolado do mundo lá na Amazônia ou na periferia mais dramática do Jardim Rosana ou do Capão Redondo. Eu acho que Deus teve outros princípios mais gerais que cabe a nós, como filhos de Deus, melhorar. Senão não adianta nada.

Bom, tem uma, tem um dizer da senhora que eu antes de falar para o Senador Suplicy que eu queria dizer que eu tenho uma direção cultural muito direta para o sertão do nordeste e para a Amazônia no seu todo. E tenho andado por lá desde o Acre, até Roraima, até o Amapá, até Marabá, sul do Pará e Serra dos Carajás e eu devo dizer que eu fiz tudo que pude para evitar a privatização da Vale do Rio Doce. Muita gente fica triste comigo quando eu falo, mas eu sabia que era um absurdo total, porque olha, foi vendido por alguns bilhões de reais ou dólares, eu não sei e hoje em um ano tem rentabilidade de 100 bilhões. Então o Brasil perdeu muita coisa em economicamente, mas perdeu muito mais em relação ao seu futuro. As pessoas lá da França me pediram: Professor Aziz fala lá para os jovens, os jovens que estão aqui do IBAMA, falem lá para os jovens que o ferro de Carajás está servindo para transpor o túnel no canal da Mancha, e vocês não estão usando tão bem os recursos obtidos pelo ferro, etc. Mas eu vou mais longe, daqui a uns tempos, 200 anos, 300 anos que se esgotarem as reservas de Carajás eu não sei o que vai acontecer com o Brasil, porque não tem outra província mineral mais diversificada e importante do que Carajás nesse segundo período do século 20 e no começo do Século XXI.

Então nós temos problemas. Agora eu, dentro da Amazônia, tenho uma satisfação imensa. Eu procurei conhecer além do gaúcho, além do sertanejo, além do caipira, além do homem das pescas, os caiçaras, conhecer o amazônida que é uma pessoa, são pessoas briosas que estão relacionados com toda uma história populacional quando a gente chega no Acre e encontra 50% de gente que ainda tem raízes nordestinas, sertanejas a gente sabe que a história regional funcionou de um modo especial. Eu tinha um colega que dizia que os nordestinos, que depois das grandes secas de 79 a 82, foram para o Acre, através daquelas grandes casas comerciais que vendiam materiais para os seringueiros, ou para outros produtos de intercâmbio com a área dos seringueiros, eles foram até Manaus e lá entraram em contato com outras pessoas, receberam de novo uma vantagem pequena para ir para os altos rios e eles esperavam que depois dos altos rios encontrassem de novo o setor do Nordeste. Olha a importância que tem a terra de vivência.

Chegar até o Acre pensando que agora eu vou encontrar qualquer coisa parecida com o meu sertão do Ceará. Então a senhora tem bastante razão nisso que a senhora fala e quando eu estive no Acre e viajei pela, pelos rios e rodovias com alunos da escola federal lá de Rio Branco, eu me lembro que eu aprendi muitas coisas, aprendi, inclusive que os, o povo, tem um ideário de espaço muito especial, na Amazônia eles chamam de Igarapé, riozinho, rio e mar. Os cientistas mais acanhadamente dizem drenagem de primeira ordem, segunda ordem, terceira ordem, quarta ordem, quinta ordem, sexta ordem, sétima ordem, não dá para se entender tão bem quanto aquele que diz Igarapé, riozinho, rio e Pará, rio mar. Então eu tenho uma satisfação muito grande de ouvir a senhora falando coisas da sua terra e dos seus assuntos prediletos. Agora, o filme do Al Gore, tem um problema, até hoje o Suplicy, apesar da sua insistência, precisa ver o filme do Al Gore eu não conheço. Quero ser bem sincero, certo? Mas nas outras coisas que vocês falaram, sobretudo Kyoto e mercado de carbono, etc., que eu posso dizer alguma coisinha. Kyoto para mim foi um desastre por que todos se reuniram para discutir a mitigação das emissões de gás e particular, etc. e na realidade ninguém estava interessado em realmente efetivar isso e sim em que os países mais emissores pudessem pagar um pouquinho de contas dos menos emissores. E como eu conheço as gentes, 83 anos conhecendo pessoas eu sei de que algumas pessoas queriam dinheiro para seus pequenos trabalhos e coisas... então, não resolvia nada. Então agora que está se pensando com mais seriedade nos assuntos e quando eu vi o Bush vir ao Brasil fazer a propaganda do etanol para que nós ampliássemos as nossas produções e isso foi bem aceito pelo governo, mas o governo fez isso porque está pensando na economia do país, mas e os elementos? Vamos invadir o Brasil com cana-de-açúcar? E os alimentos? E outros tipos de culturas que também são importantes? Então nós estamos numa situação bastante ruim relacionada com Kyoto e agora vem essa história do mercado do carbono que também dá na mesma coisa eu não vou nem discutir. Agora como nós temos esse tempinho final eu devo dizer que faltou uma discussão aqui: É que há a questão dos processos fisiográficos, hidro geomorfológicos que estão acontecendo nessa extensa costa brasileira. O Brasil tem a mais... guardem isso... a mais longa e diversificada costa tropical do mundo.

E por isso mesmo tem gente que está de olho em comprar terra, comprar beleza, comprar coisas ornamentais da nossa costa, não tenham dúvida sobre isso, por que não é em qualquer lugar que tem praias como as do Ceará, que tem regiões como a região do litoral norte de São Paulo, ou Santa Catarina, Garopaba, etc. Então é preciso muito cuidado. E a senhora falou sobre a Amazônia em termos do aquecimento global. Eu devo dizer, para a senhora que é o que estou mais estudando. Porque se o nível do mar subir igual ao ótimo climático, o que é que vai acontecer? Ele entra pela boca sul e pela boca norte do Amazonas e entra por aquela área que é do estreito de Breves e aquela área é que me deu a certeza de que havia uma falha muito grande na interpretação de algumas pessoas que são especializadas em física, nisso ou naquilo, mas não tem interdisciplinaridade.

Então lá o que é e que aconteceu? Quando houve o ótimo climático, o mar subiu, invadiu a boca sul, entrou naquilo que é a parte sul do atual eixo do estreito de Breves e invadiu a boca norte e também entrou por lá. Então sobrou um canal na área que está o estreito de breves e tem um tabuleiro, além do estreito de breves, com duas rias. Rias significam rios costeiros mais usados para o mar lá na, no noroeste da Península Ibérica, regiões costeiras que quando o nível do mar baixou o rio seccionou um pouco e criou um vale em V, aqui, ali e acolá. Pois bem, o professor Francisco Eloi(F) que era muito inteligente, passando pela região ele percebeu que as rias da Amazônia são rias de água doce. Quando o mar subiu, ela invadiu a baixo vale do Tapajós, do Xingu e do Tocantins e até onde encontrou pedras e barreiras rochosas. Mas em alguns lugares os rios pequenos também foram inundados e deram origem a essas rias. Pois bem.

Quando o mar subiu até mais 3 metros ele embocou na boca sul e na boca norte e também em duas, em dois valezinhos que são rias: Portel e Cachiuanã(F),

dois nomes que eu nunca esqueci mais. E o palho canal de 22 quilômetros de largura aos poucos foi sendo transformado num delta interior. Esse delta que eu analisei com muito cuidado, por que no meu tempo de aluno os professores eram tão pouco conhecedores de Brasil que eles diziam: Uns dizem que a boca da Amazonas é um estuário e outros dizem que é um delta. E como a gente não sabe bem o que é que é, então vamos chamar de delta estuário. O delta do Amazonas é uma delta de fundo de estuário na traseira das colinas florestadas de Marajó e logo à esquerda tem 2 laguinhos que o Paul Lecont(F) chamava de lagos de terra firme. Porque a sedimentação que fez entre as colinas de Marajó ocidental e o tabuleiro oriental do outro lado do palho canal, esses sedimentos, durante o alteamento do nível do mar e a chegada do Amazonas com energia trouxeram areias e outras coisas misturadas que são a felicidade da planície deltaica do Estreito de Breves com açaizais fantásticos e com muito trabalho em relação a Amazônia e algumas dificuldades, tem grandes firmas produzindo, desenrolando troncos gigantescos. Eu fui lá para os troncos para ver os canais de crescimento, um deles que eu consegui somar deu 700 anos de vida e aí começaram as idiotices que vocês vão ter que resolver, não basta plantar uma plantinha para quem colhe uma árvore que teve 700 anos para crescer.

São as misérias de certos fatos que foram colocados em estatutos dentro do Brasil, temos que modificar isso, não é possível continuar e para crescer uma plantinha, planta e eu sei se ela vai vencer todo o docel das árvores, ao longo de que tempo? Então nós estamos num momento muito sério, um dia eu mandei para essa Casa indiretamente por um amigo, um documento pedindo que ao invés de proteção florestal, projeto esse projeto que está vingando aqui que se fizesse aqui na Casa em projeto de proteção de biodiversidade, que não se trata só da floresta amazônica nem só da floresta atlântica quê já praticamente está reduzida a 8,8%. A minha dúvida às vezes em relação as ONG's que me perdoem, sei sempre que tem pessoas das ONG's, é essa. Vamos preservar Mata Atlântica! Sem dizer que já saiu 92% da mata Atlântica e eu tenho moral para dizer isso porque ajudei a fazer o tombamento das florestas da Serra do Mar em, na região que fica entre o Rio de Janeiro e o Paraná. Fui eu que fiz o projeto inicial que impediu que houvesse devastações. Lá não tem sítios urbanos, lugar para sítios urbanos, não tem mineração importante, não tem possibilidade de cultivos das encostas íngremes, então eu fiz 13 considerações junto com outros colegas e conseguimos o tombamento provisório da Serra do Mar.

Quando Montoro assumiu a, o Estado de São Paulo, ele me botou para fora, porque eu estava com 4 meses apenas e tinha 2 anos para ficar e eu não disse nada, ele e o Serra ajudando a ele. Então olha, acontecem coisas nesse país que a gente também precisa comunicar para as outras pessoas. Não é por ódio pessoal não, é por erros fantásticos em relação a colaboração da gente. Nunca houve no CONDEFAT, eu não estou fazendo elogio para mim não, mas nunca houve um CONDEFAT mais ativo do que aquele da transição entre o fim do governo ditatorial e o começo da democracia. E o trabalho que eu desenvolvi lá foi um, eu fiz o tombamento provisório da Serra do Mar, o tombamento da Serra do Japi, basta dizer que quando estava para ser legalizado o tombamento da Serra do Japi para preservação total, porque é uma massa de quartzito, a rocha mais dura da crosta terrestre e tinha solos e tinha florestas, então vamos proteger, porque se tirar aquilo, expõe-se a rocha quartzitica que é a rocha mais dura da crosta terrestre. Então pessoal, nós temos que trabalhar juntos e aprender com o povo. Quando eu atravessei com o Lula o Estreito de Breves, parei lá naquelas grandes madeireiras e indústrias de transformação dos rolos de grandes árvores em placas para vender para Europa, etc., chegamos no fim do delta e um caboclo chegou para mim e disse: Professor o senhor vai ver, vamos chegar na baía das bocas.

Eu disse como? Baía das bocas, é, lá vai ter uma largura desmesurada, 22 quilômetros de largura e o navio vai tremer o senhor não fique muito triste com isso. Aí eu descobri que o delta da região na traseira da ilha de Marajó era um delta de várias bocas e por isso se chamava baía das bocas. Notem bem como uma observação de uma pessoa da terra a gente descobriu onde estava o delta e que tipo de delta existe. Só para contar para vocês brincando tem deltas de tipo Nilo, deltas muito comuns no Brasil, no baixo São Francisco e outros e temos Fingeldeltas(F) que são deltas em forma de bocas diferenciadas. A boca vai seguindo e a sedimentação vai indo junto com a boca e depois nós temos deltas estuarinos. Então lá na traseira da ilha de Marajó tem um delta de fundo de estuário e de ao mesmo tempo de canal de, da retroterra de uma ilha e ao mesmo tempo Fingeldeltas(F). 3 tipos de coisas diferentes num lugar só.

Os processos fisiográficos da zona costeira deveriam ser tratadas por mim, porque muita gente pega qualquer pedaço da costa e diz: Eu vou descobrir aqui nessa restinga que está havendo aquecimento global e está modificando, e existem mudanças climáticas. Acontece que um dia desses eu estava numa reunião lá em Ubatuba, ou São Sebastião, não me lembro bem, e a gente falando em mudanças climáticas,

etc., e uma mocinha disse: Eu peço a palavra: Vocês ficam falando sempre que está subindo o nível do mar, mas eu lá no Perequê é um tombo, larga, largo avanço transversal de areias e só que tem uma anomalia que o rio Ubatuba saia de um lado e nesse Perequê de um lado tem a praia de Peruíbe e do outro lado o Perequê. E ela diz: Olha, quando nós fomos lá para o Perequê, meu pai, tive a maior dificuldade por que fizemos a nossa casa e o mar invadiu o nosso quintal. Pois bem, agora, professor, está há mais de 500 metros do nosso quintal.

É claro que são processos fisiográficos da zona costeira e que tem que ser considerado não servir de base para o pessoal dizer que isso é prova do aquecimento global e da suspeição do nível do mar. O nome que se dá a essa questão de ascensão do nível do mar é processo glacioeustáticos. Aqueles uns que diminuíram o nível do mar e esses os outros que no ótimo climático suspenderam, glacioeustáticos, quer dizer: Estocagem de gelo no pólo norte e no pólo sul na alta montanha, o mar desce. Aquecimento perseguido, etc., o mar sobe. Esses são os processos glacioeustáticos. Mas também faltou falar para vocês, porque é que certos termos científicos precisam ser conhecidos? Os rios nordestinos caminham 6 meses, 5 meses pelas caatingas, pelas colinas com caatingas e são intermitentes sazonais, mas eles tinham um papel especial: É que eles eram exorreicos. Todos os sais minerais dissolvidos das rochas das colinas sertanejas eram jogados para o mar e por isso o solo do nordeste não foi tão ruim. E aí entra uma coisa que eu precisava falar aqui para o nosso colega Inácio que é o seguinte: Eu fiz uma excursão em 56 com geógrafos do mundo inteiro que vieram para o sertão do Nordeste dirigidos pelo colega, excelente colega lá de Recife, Mário Lacerda de Melo e depois do terceiro dia que estavam viajando pelo sertão o professor Jandresh(F) se aproximou do mar e disse: Mário, faz 3 dias que eu caminho por essa região que vocês chamam de sertões, sertões secos. Pois bem, eu sou um especialista em Saara, onde tem grandes massas de areias e tem solos líticos e rochosos e chão de pedras, uns pequenos oásis, etc. Pois bem, nos três dias que eu estou viajando nesse sertão eu posso dizer a vocês que aqui nunca foi deserto.

Isso aqui é uma região semi-árida excepcionalmente quente, mas tem gente por toda a parte enquanto que no Saara só tem gente que caminha pelas caravanas de oásis em oásis em distâncias fantásticas. Nunca esqueci dessa admoestação do professor Jandresh(F) e num certo momento lá na revista do instituto de estudos avançados num artigo que eu escrevi com muito cuidado chamado: Sertões e Sertanejos, uma geografia humana sofrida, eu fiz uma série de lembretes e falei desse fato que eu rendido para o grande geógrafo francês dos meados do século passado, Jeandresh(F). Pessoal, eu termino aqui por que não dá para responder todas as perguntas que vocês me fizeram.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Professor quero agradecer a sua presença na Comissão, a Comissão não vai abrir mão da sua contribuição, dos seus ensinamentos, das suas boas provocações. Eu quero, não havendo mais nada a tratar, encerrar a presente sessão.

SR. AZIZ AB'SABER: Olha. Eu não tenho muita cerimônia, na revista Científica América, número especial de junho vai sair um a partir um pouco mais longo sobre aquecimento central**.**

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Muito obrigado, muito obrigado professor, vamos aguardar ansiosos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Permite, apenas, Senhor Presidente?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Os servidores do IBAMA que vieram aqui, acho que inclusive numa homenagem ao senhor Aziz Ab'Saber que tanto --.

SR. AZIZ AB'SABER: Eu já disse que eu não tenho cerimônia, sou totalmente contra a divisão do IBAMA do jeito que está sendo feito. Admiro profundamente Chico Mendes, talvez mais do que muita gente, mas, atenção: Isso está sendo feito do ponto de vista político para evitar a previsão de impactos e a previsão de impactos em projeto desenvolvimentistas é uma exigência da ciência, da cultura e da ética.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Bom. Com esse depoimento do professor Ab'Saber e com a autoridade de quem já votou contra a admissibilidade e ao mérito do projeto da Câmara dos Deputados eu encerro a presente sessão convocando Audiência Pública na Assembléia Legislativa de Palmas, Estado do Tocantins, no dia 25 próximo. Está encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 15h44.

COMISSÃO MISTA ESPECIAL "MUDANÇAS CLIMÁTICAS"

ATA DA 16ª REUNIÃO – Realizada em 25/06/2007

Ata Circunstanciada da 16ª Reunião de 2007, da Comissão Mista Especial "MUDANÇAS CLIMÁTICAS", criada pelo Ato nº. 01, de 2007, "destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil", realizada em 25 de junho de 2007, segunda-feira, às 14h40h, na Assem-

bléia Legislativa do Estado do Tocantins destinada à debater as conseqüências do aquecimento global e as alternativas para a região.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Deputado ***Eduardo Gomes*** *(PSDB-TO)* **–** Presidente
Senador **Cícero Lucena** (PCdoB-CE)
Deputada **Rebecca Garcia** (PP-AM)
Deputado **Sebastião Bala Rocha** (PDT-AP)

Estiveram ainda presentes os Srs. Deputados Federais não membros da Comissão, Rocha Loures e Nilmar Ruiz.
Deputado **EDUARDO GOMES**, Presidente

COMISSÃO MISTA ESPECIAL DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO MISTA ESPECIAL MUDANÇAS CLIMÁTICAS NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE PALMAS-TO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA.

REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2007, ÀS 14 HORAS e 35 MINUTOS.

DEPUTADO CARLOS GAGUIM (PMDB-TO): Boa tarde a todos. Daremos início à Audiência Pública, em Palmas, para debater o tema Aquecimento Global – Diagnóstico e Perspectivas para o Brasil. Convido para compor a Mesa o Sr. Deputado Federal Rocha Loures *[palmas].* A Sra. Deputada Federal Rebecca Garcia *[palmas]*, ela está chegando, o vôo está atrasado. O Sr. Deputado Federal Sebastião Bala Rocha; o Sr. Senador da República Cícero Lucena *[palmas]*; o Sr. Deputado Estadual Marcelo Lélis, Presidente do Partido Verde *[palmas];* o Sr. Presidente da Comissão Mista de Mudanças Climáticas do Congresso, Deputado Federal Eduardo Gomes *[palmas]*; convido para compor essa Mesa o ex-Presidente dessa Casa, Deputado Vicentinho, nosso Vicentinho Alves *[palmas]*; o nosso Prefeito Municipal, Raul Filho *[palmas]*; quebrando o protocolo, a nossa Vereadora Warner para abrilhantar a Mesa, representando as mulheres *[palmas]*; o nosso Deputado Federal Rômulo Gouveia, da Paraíba *[palmas]*; o nosso Presidente da Câmara Municipal, Carlos Braga *[palmas]*; o nosso Vice-Governador, nesse ato representando o Governador, Dr. Paulo Sidnei *[palmas]*; o nosso Deputado Federal, Lázaro, para compor esta Mesa também, quebrando o protocolo *[palmas]*; e o nosso convidado especial, Presidente da Câmara Federal, Arlindo Chignalia *[palmas].* É uma grande honra tê-lo aqui. Convido a todos os presentes para de pé ouvirmos o Hino Nacional Brasileiro

(NESSE MOMENTO PASSA-SE À EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL)

[palmas].

Neste momento faremos uma homenagem, em nome da Assembléia Legislativa, ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chignalia, pela sua passagem no nosso Estado do Tocantins e convido o Deputado José Geraldo e o Deputado Amélio Carlos para que possam vir aqui fazer a entrega dessa homenagem ao nosso Presidente. Essa presidência agradece a presença de todos nossos Deputados, o nosso Presidente, o nosso Vice-Governador aqui representando o Governador Marcelo Miranda, aos Vereadores, aos Prefeitos, às lideranças, à imprensa, é uma grande honra tê-los aqui nesta Casa de Leis, e encerrando a minha participação, passo a palavra ao Presidente da Comissão, o Deputado Federal Eduardo Gomes *[palmas]*.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Boa tarde. Eu gostaria de cumprimentar a todos e a todas, o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Arlindo Chignalia, Vice-Governador Paulo Sidnei, neste ato representando o Governador do Estado do Tocantins, os Deputados Estaduais Amélio Caires, José Geraldo, Marcelo Lélis e em nome deles cumprimentar a todos os Deputados Estaduais, o Presidente da Câmara de Vereadores, Carlos Braga, e em seu nome cumprimentar todos os Vereadores da Capital e também vereadores de diversos Municípios que comparecem a essa Audiência Pública, Deputado Sebastião Rocha Bala, Deputado Vicentinho, Deputado Lázaro, Deputado Rômulo Gouveia, Deputado Rocha Loures, Senador Cícero Lucena, Prefeito Raul Filho, Vereadora Warner Pires. Sr. Presidente Arlindo Chignalia, é impossível abrir esta Sessão e não sentir um orgulho Tocantinense de conseguirmos, com o esforço de todos, com o apoio decisivo da Assembléia Legislativa, da imprensa, das lideranças, promover na Assembléia Legislativa do Tocantins a Audiência Pública da Comissão Mista de Mudanças Climáticas. Eu só queria fazer uma observação, e me valendo da amizade e o respeito ao Presidente da Câmara, para apontar uma curiosidade da história e um registro que eu considero muito importante. Aqui nesta Casa, na Assembléia Legislativa, iniciei também a minha carreira política como funcionário, portanto, ainda consigo ouvir aí nos corredores, Rômulo, o assovio e a maneira bem-humorada que serviu a esta Casa durante a toda sua vida o meu pai, o poeta José Gomes Sobrinho, funcionário desta Casa *[palmas].* Portanto, ter sido aqui colega, funcionário da Assembléia Legislativa de V. Exª, Deputado Gaguim, faz desta audiência sob a sua presidência

um momento histórico para os primeiros momentos de Palmas e para os momentos de Tocantins.

Esse meu registro é de coração e permitiu Deus e a nossa luta que nós tivéssemos hoje o testemunho do Presidente da Câmara dos Deputados. Gostaria de agradecer aos palestrantes que participarão aqui desta Audiência Pública, contribuindo para a Comissão Mista de Mudanças Climáticas, o Dr. Paulo Moutinho, do IPAM, o Divaldo Rezende que também, a exemplo de alguns parlamentares, está preso no vôo, mas deve estar chegando agora, o representante do Greenpeace, os nossos colaboradores, funcionários da Câmara dos Deputados e do Senado, aos funcionários da Assembléia Legislativa a minha profunda gratidão. Esse não é o momento ainda de um discurso sobre o mérito do trabalho da Comissão, porque o perfil da Audiência Pública, Presidente, é ouvir as lideranças locais, conhecer experiências desenvolvidas nos Estados, a exemplo do que foi feito em Belém, em Manaus e que será feito em Campo Grande, em Fortaleza, no Rio de Janeiro e em São Paulo, e conhecer as experiências de desenvolvimento sustentável, as iniciativas nos Estados e a sua sintonia com o que a Comissão de Mudanças Climáticas pretende realizar. Sobre o seu apoio e a formação da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, decisão de V. Exª e do Presidente do Senado, a Comissão, no seu relatório parcial, e nesse momento para a audiência nomeio o Senador Cícero Lucena como relator *ad-hoc*, a Comissão adotou algumas providências e, dentre elas, a divulgação, que V. Exª autorizou, dos três relatórios do IPCC com as conseqüências, a discussão e tudo que se discute no mundo hoje sobre mudanças climáticas. A Comissão também elencou onze Projetos de Lei da Câmara e do Senado que devem ser apresentados em agosto como pauta prioritária para tramitação na Câmara e no Senado.

Eu quero registrar também a profunda gratidão aos Prefeitos presentes, Vereadores, ex-Vereadores, e dizer, Presidente, que a responsabilidade com que se discute hoje no Congresso a questão ambiental, desenvolvimento sustentável e as conseqüências das mudanças climáticas, tem a ver com aquilo que a população brasileira passou a viver no seu dia-a-dia, de um assunto que era tido como curiosidade científica e restrito à discussão dos ambientalistas melhor informados, com melhor condição de conhecimento, o assunto mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável passou a fazer a parte do dia-a-dia do povo brasileiro, das medidas mais simples como Projeto de Lei que dá incentivo à utilização de energia solar para o uso do chuveiro doméstico, à inspeção veicular, ao financiamento e a necessidade, Vice-Governador Paulo Sidnei, de que os Estados, a Federação e os Municípios exijam certificação ambiental de todo o material utilizado numa obra pública, por exemplo, até a capacidade de apoiar e desenvolver projetos de fontes de energia limpa. Todas essas atitudes, medidas, a interação com os Estados na sua Lei Estadual, como o exemplo de Tocantins, de desenvolvimento sustentável, tudo isso tem uma Câmara de repercussão e de providência legislativa chamada Comissão Mista de Mudanças Climáticas. Portanto, Presidente, a nossa gratidão. Cumpro a formalidade de abrir a reunião para que possa passar a palavra a V. Exª. Então havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão Mista Especial, criada através do Ato Conjunto 001/2007, do Congresso Nacional, destinado a acompanhar, monitorar, fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas do Brasil.

Esclareço que essa Audiência Pública destina-se a discutir o tema Aquecimento Global e analisar o que pode ser feito no Brasil verificando as alternativas para o desenvolvimento econômico e sustentável da região. Aproveito para agradecer ao Exmo. Senhor Vice-Governador Paulo Sidnei que representa o Poder Executivo nesta solenidade e a todos os colaboradores do Poder Executivo, ao Exmo. Deputado Carlos Henrique Gaguim, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Tocantins, agradecimento também especial ao Deputado Marcelo Lélis que tem dado sustentação a esta pauta e também nos auxiliou na realização dessa Comissão, e nesse instante, agradecendo a presença de todos, é que com muita honra passo a palavra ao Exmo. Sr. Deputado Arlindo Chignalia, Presidente da Câmara dos Deputados. Muito obrigado *[palmas]*.

DEPUTADO ARLINDO CHIGNALIA JÚNIOR (PT-SP): Boa tarde, Senhoras e Senhores. Quero cumprimentar, inicialmente, o prezado Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Tocantins, Deputado Carlos Henrique Gaguim, cumprimentar o Exmo. Senhor Vice-Governador Paulo Sidnei, que aqui representa o digníssimo Governador Marcelo Miranda, cumprimentar o prezado Deputado Federal Eduardo Gomes, Presidente da Comissão Mista Especial, e aqui que eu quero fazer um registro. A decisão de fazê-lo Presidente foi porque ele foi o primeiro a levantar esse tema quando eu ainda disputava a presidência da Câmara. Outros parlamentares se interessaram, de alguma maneira pretendiam serem indicados, tanto Deputados quanto Senadores, para esse desafiante cargo, mas nós avaliamos que o justo era colocar alguém que além de ter tido a iniciativa reúne a competência e o ânimo para trabalhar esse tema *[palmas]*. Cumprimentar o Senador da República Cícero Lucena, ex-Governador do Paraíba, cumprimentar o prezado Deputado Federal

Rocha Loures, prezado Deputado Federal Sebastião Bala Rocha, cumprimentar o prezado Deputado Rômulo Gouveia, cumprimentar o prezado Deputado Vicentinho Alves, e aqui quero fazer o registro, dado que também presidiu esta Casa e não sei exatamente a quem atribuir, mas quero registrar que é uma Assembléia Legislativa com espaço arquitetônico extremamente agradável e eu diria compatível com essa bela cidade e esse belo Estado *[palmas]*, cumprimentar o Deputado Marcelo Lélis, Presidente do Partido Verde no Estado, cumprimentar em nome de ambos, do Deputado Estadual José Geraldo, segundo Secretário, e do Deputado Estadual Amélio Caires, todos os Deputados Estaduais. Agradeço o ato do Presidente, o ato da Assembléia por esta gentil oferenda. Cumprimentar o prezado Prefeito Raul Filho, cumprimentar o Presidente da Câmara Municipal de Palmas, o Vereador Carlos Braga, e em nome dele cumprimentar a todos os Vereadores, tanto de Palmas quanto de outras cidades, cumprimentar a vereadora Warner Pires, e, fora da ordem, cumprimentar o meu prezado amigo, o Deputado Federal Lázaro Botelho, cumprimentar a todos os presentes, os que estão nas galerias, os palestrantes, debatedores. Primeiro o tema Mudanças Climáticas hoje, ele ganhou dimensão universal. Hoje, de maneira difusa, a humanidade sabe que se nós não cuidarmos do planeta, nós estamos deixando de cuidar da própria vida humana, da sua viabilidade. É claro que colocado nesses termos nós estamos dando um corte muito mais agudo e profundo daquilo que usualmente nós abordarmos, que diz respeito ao desenvolvimento sustentável. Eu diria que forçando o raciocínio, colocando no limite, se nós confrontássemos então a ameaça à vida e o próprio desenvolvimento, nós teríamos que optar primeiro pela vida, pelo óbvio.

Então quando nós falamos em desenvolvimento sustentável, na minha opinião, nós estamos complementando a própria defesa da vida, porque é inexorável que nós temos que cuidar do meio-ambiente, temos que cuidar do planeta a partir do ser humano. E aqui eu quero também fazer foco num outro ponto. Usualmente e com razão chama-se a atenção para a responsabilidade individual, para aquela consciência de que quem vai jogar um plástico num córrego não poderia fazê-lo. Isso é real, principalmente nas grandes metrópoles, mas é bom registrar que a degradação do meio-ambiente, ela é provocada, principalmente, do ponto de vista histórico, da atividade econômica, que no nosso sistema capitalista, não raras vezes, busca a qualquer custo o lucro, abrindo-se mão das condições de vida decente para os trabalhadores, e por conseqüência, ainda, do próprio meio-ambiente. Portanto, nós temos o dever, a responsabilidade de a partir da ciência, que já detectou há décadas aquilo que são as mudanças climáticas. Mas por que é então que a sociedade não reúne forças para fazer o que é necessário, para fazer o que é justo? Exatamente porque a organização da sociedade sempre anda muito atrás daquilo que é justo, daquilo que é correto, inclusive daquilo que é previsível. Se não fosse assim nós não teríamos um País com uma igualdade de renda tão grande, nós no teríamos um País que tem uma das piores concentrações de renda do planeta, nós não teríamos quase metade da população economicamente ativa sem vínculo formal de trabalho, nós não teríamos, enfim, esse desequilíbrio que se expressa de maneira dramática em algo que eu já comentei hoje lá na Câmara de Vereadores: a sociedade brasileira demonstra a sua doença por vários indicadores, e na minha opinião o mais grave, o mais eloqüente, é que no Brasil quem mais mata e quem mais morre são os jovens brasileiros.

Portanto, esse é o nosso desafio, e é por isso que eu quero saudar a iniciativa da Comissão Mista do Congresso Nacional, quero cumprimentar pelo trabalho que já vem sendo feito em alguns Estados e vai continuar sendo feito, exatamente porque reuniões como esta que ocorre neste momento aqui na Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, isso mobiliza a sociedade, isso mobiliza a imprensa, isso mobiliza os professores, os orientadores, mobiliza os cidadãos e cidadãs. É claro que isso é não suficiente. Nós não podemos sair de uma Audiência Pública, entrar em outra Audiência Pública e a vida continuar como ela é. Não. As Audiências Públicas, como já disse o Deputado Eduardo Gomes, é para aprender as experiências regionais que existem no País, combiná-las com a experiência internacional e produzir uma síntese e até para produzir alterações legislativas. Não foi por acaso que eu disse até. É porque esta, em que pese ser uma questão importante, não é a mais importante. Se houvesse de fato aquela disposição permanente, dado que a informação chega em todos aqueles que conscientemente acabam atingindo o meio-ambiente, já seria suficiente. Nenhum empresário precisa ser orientado mais que ele não pode ofender o meio-ambiente. Nenhuma atividade econômica daqueles que a dirigem, não é necessário mais alertas. Todo mundo sabe que é necessário. Daí, quando isso não ocorre, tem que vir a mão do Estado, nos três níveis, e aí sim nós temos que fazer um esforço para definir, de maneira apropriada, qual é a função da União, dos Estados e dos Municípios. Talvez aí esteja o nosso maior desafio do ponto de vista das leis. Portanto, eu quero cumprimentar a todos os Deputados, tanto Federais quanto Estaduais, cumprimentar o nosso Senador.

Acabou de chegar a Deputada Rebecca Garcia, a quem convido para vir para a Mesa *[palmas]*. Ela fez um esforço grande, porque o avião atrasou. Portanto, ao cumprimentar o Congresso, cumprimentar a Assembléia Legislativa, cumprimento todos aqueles que militam no tema, todos aqueles que dedicaram o seu estudo, a sua preocupação e a sua militância para alertar a sociedade. Eu vejo então este evento não apenas como mais um, mas um evento sabidamente importante, porque ele traduz de um lado mobilização da sociedade e de outro ele mobiliza os poderes públicos, os poderes constituídos, e isso resulta num mecanismo de cobrança permanente, numa dinâmica de aperfeiçoamento permanente. Portanto, eu quero agradecer, em nome dos Deputados Federais, finalmente, as palavras, os gestos, a partir do Presidente da Assembléia Legislativa de Tocantins, e dizer que recebo, Deputado Carlos Gaguim, as homenagens, as referências como um reconhecimento ao Poder Legislativo que aqui represento. Eu sei que o cargo que eu ocupo neste momento, ele representa a Câmara, portanto, eu não levarei como uma questão pessoal, levarei como uma questão institucional, o que valoriza ainda mais as palavras e os gestos da Assembléia Legislativa. Um abraço, desejo e acredito no sucesso deste evento. Parabéns a todos *[palmas]*.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Nesse momento nós vamos desfazer a Mesa de abertura da solenidade, mas convocar de imediato o Dr. Paulo Roberto Moutinho, do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM *[palmas]*. O Senador Cícero Lucena vai fazer a relatoria desta Audiência Pública. O Dr. Paulo Moutinho tem o tempo para a sua apresentação, porque eu sei que está todo mundo aqui com problema de avião, então eu peço atenção aos senhores, é um dos representantes da área ambiental do País com a melhor qualificação e nos brinda agora com a sua apresentação que será muito útil para a nossa audiência. Com a palavra, Dr. Paulo Moutinho.

SR. PAULO ROBERTO DE SOUZA MOUTINHO: Obrigado, Deputado Eduardo Gomes, obrigado pelo convite e no seu nome eu gostaria de agradecer a presença de todos, Deputadas, Deputados, Senadores e Senadoras e os demais presentes. O Deputado Eduardo Gomes me pediu para fazer uma pequena apresentação um pouco mais geral sobre uma questão fundamental que nós estamos vivendo, que é relativo à mudança do clima, e tentar fazer uma ponte também um pouco com a Amazônia, de onde, no Instituto em que eu trabalho, nós temos a sede em Belém, é uma ONG de pesquisa, e fazer também uma ponte com a parte de recursos hídricos. Antes de mais nada eu gostaria de deixar registrado a minha felicidade de estar aqui em mais uma audiência. O Congresso vem vivendo um momento bastante interessante. Para nós, da sociedade organizada, existem hoje uma série de meios para que a sociedade trave com o Congresso uma discussão, desde a frente ambientalista, cujo existe um grupo de trabalho de mudanças climáticas a qual o Deputado Rocha Loures que está presente na Mesa faz parte, com o qual eu tenho o prazer de dividir os debates, a própria Comissão, é um trabalho fantástico que a Comissão vem fazendo, a Comissão Mista de Mudanças Climáticas, presidida pelo Deputado Eduardo Gomes, portanto, nós estamos vivendo um novo momento, e eu acho que nós da sociedade organizada e pesquisadores poderemos contribuir, porque mudança climática depende muito da contribuição da ciência como eu espero mostrar para os Senhores. Ontem eu estava reclamando com o pessoal que foi me pegar no aeroporto, eu falei: "vamos falar de aquecimento global e Palmas estava frio". Então eu espero que os senhores acreditem que isso é uma mudança global, regional e não apenas local. Uma outra coisa que eu acho, a primeira mensagem que eu gostaria de passar a todos é que falar de água, como nós estamos vivendo aqui o Fórum, o Quinto Fórum que está sendo realizado, o Fórum do Lago, eu queria passar essa mensagem: floresta é igual a água nessa região amazônica, incluindo o cerrado, e, portanto, eu vou me concentrar um pouco nessas questões voltadas para o aumento da ocupação na região amazônica, especificamente, e como que isso está atingindo o que nós chamamos "o regador da região". Falar de Amazônia seca era quase que impossível.

Em 2005 nós vivemos uma seca tremenda, foi uma das maiores dos últimos cem anos, aonde não se tinha água potável para beber em grande parte da Amazônia. Foram duzentos e cinqüenta mil famílias prejudicadas por secas, e secas essas que estão sendo previstas para a região inteira, incluindo o Tocantins. Portanto, puxando o gancho do Fórum, falar em mudança climática significa falar também o futuro do próprio Lago do Lajeado, o futuro dos rios da região. Precisamos definitivamente não só fazer as decisões agora, mas colocar nesse contexto de mudança do clima, contexto novo esse que vai precisar de uma capacidade dos governantes, tomadores de decisão e sociedade, em prever como que nós vamos fazer as decisões levando em conta o que está acontecendo ou o que está por vir. Portanto, seca na Amazônia é uma previsão bastante concreta dos cientistas e você pode ter situações bastante complicadas no sentido tanto da geração de energia à produção de água potável, enfim, navegabilidade e assim por diante. Portanto,

não estamos seguros. Temos evidências muito fortes também dos eventos extremos, quando tivemos a seca em 2005 tivemos um grande furacão, todos acompanharam o Furacão Katrina, que foi um dos maiores furacões americanos, e nós temos o primeiro furacão brasileiro que atingiu a costa de Santa Catarina. Se vocês olharem essa área aqui em vermelho, é aonde os modelos dos cientistas estão prevendo que vão surgir novos furacões no Hemisfério Sul, aonde está vermelho ou amarelo é aonde existe mais probabilidade de surgir furacões, e essa linha que parece uma linha de trem aqui é aonde o Katrina passou, exatamente onde os cientistas estavam prevendo a ocorrência desses eventos. Temos também, e isso implica muito para os rios da região, degelo nos Andes. A primeira foto lá foi em 1982, depois em 1987 e depois em 1997, fotos tiradas dos Andes na mesma época, da mesma área, e isso tudo vem de uma questão fundamental que é o agravamento do efeito estufa. As pessoas acham que efeito estufa é uma coisa ruim, mas na verdade é uma coisa muito boa. Se não fosse o efeito estufa estaríamos vivendo a quarenta graus abaixo de zero. O que está acontecendo é que nós estamos exagerando o efeito estufa, aumentando as concentrações de gases de efeito estufa, gases poluentes, especialmente o gás carbônico, queimando combustível fóssil. 80% do problema da mudança climática hoje, do aquecimento global, provêem da queima de combustível fóssil, gás natural, carvão mineral e petróleo. Uma outra parte, 20%, vem do desmatamento das florestas tropicais, e aí o Brasil tem uma contribuição muito grande. Nos colocam geralmente como vilões. Temos uma contribuição relativamente significativa derrubando florestas, mas eu acho que mais do que vilões nós somos vítimas, e nesse novo contexto, como eu espero demonstrar para vocês, nós temos uma nova oportunidade de crescimento. Se falou muito em conservação e desenvolvimento sustentável, mas conservação e tratar o meio-ambiente só vai ser viável se nós conseguirmos ter crescimento econômico associado.

É impossível você conseguir continuar mantendo grandes áreas de florestas sem que a floresta tenha o mínimo de valor, mantendo-a em pé. Um crescimento enorme de concentração de gases, hoje nós estamos em trezentos e setenta, trezentos e setenta e cinco, segundo o último relatório do IPCC que reúne três mil cientistas, e muita gente vem falando que isso é um processo cíclico da terra: aumenta de temperatura, abaixa. E realmente é assim, se você olhar aqui, em cento e sessenta mil anos para trás, isso foi análise de ar pré-histórico preso em bolhas no gelo antártico, você tem um aumento do CO2 com um aumento da temperatura e assim vai, essas oscilações, é verdade realmente. O que acontece é que depois da revolução industrial há uma explosão muito grande de gases de efeito estufa na atmosfera, o que faz com que a gente não tenha nenhum paralelo nos últimos cento e cinqüenta mil anos. Isso foi a conclusão cabal de que o homem está afetando a atmosfera com as suas atividades. A grande parte dos Países que emitem CO2 estão na América do Norte, queimando combustível, mas também grande parte desses Países da América do Sul contribuem para o problema, embora bem menos, derrubando florestas. O aumento de temperatura. Esse é o novo gráfico do IPCC, ele é geral no mundo inteiro, é fácil de entender. Aqui você tem em azul, para todos os gráficos, o que seria sem termos essas forçantes ou o aumento de concentração de poluentes, o vermelho é o que os modelos prevêem, os modelos científicos, e a linha preta é o observado, aquilo que está acontecendo. E isso é geral no mundo inteiro, não há uma divergência quanto a isso. No nosso caso aqui temos previsões de secas em cenários que o IPCC faz, chamando-o de otimista, na verdade é menos pessimista e mais pessimista. Aqui o que está em laranja são as áreas de seca. Notem que o Tocantins inteiro tem uma previsão de seca bastante grande no cenário mais pessimista e também no cenário pessimista o aumento de temperatura. Isso equivale mais ou menos a quatro, cinco graus de aumento na temperatura, e quem vive em Palmas pode imaginar o que vai ser, e na média de quatro a cinco graus. Aqui o aumento é um pouco menor, dois graus, mas mesmo assim é grande. Lembra que parece que isso é pouco em termos de temperatura, mas a terra funciona como o ser humano.

Quando você tem febre, um grau ou dois de aumento já causa um problema sério no organismo, você tem alteração do metabolismo. Portanto, a terra funciona mais ou menos assim. Nas últimas glaciações, por exemplo, a variação de temperatura foi de apenas cinco graus e nós tivemos mudanças muito grandes no funcionamento do planeta. Eu queria entrar um pouco no desmatamento, fogo e água e mudanças climáticas, lembrando aí que Tocantins faz parte da Amazônia também, e, portanto, eu posso falar melhor sobre isso. Nós temos grandes emissões de gases de efeito estufa oriundos da queima – desculpe que está em inglês -, mas isso são as emissões por Países, os Estados Unidos são os grandes vilões nesse processo, mais vilões ainda porque não aceitam o Protocolo de Kyoto, mas as emissões de uso da terra são bastante significativas e, portanto, embora pequenas, devem fazer parte da solução. E o Brasil tem um papel fundamental nisso. Aqui por fonte: petróleo, carvão, gás e novamente a emissão de gases de efeito estufa por

desmatamento.Nós sabemos que a Amazônia vem num processo de avanço, as taxas ainda são altas de desmatamento, temos por volta de setenta milhões de hectares já desmatados, uma área maior do que a França, cinqüenta vezes a Costa Rica, duas vezes o Estado de São Paulo, mas temos, como os senhores sabem, uma riqueza tremenda de recursos naturais. Tudo ocorre ao longo desse arco de desmatamento e essa é mais ou menos a situação do Brasil. Muita gente nos coloca como vilões do processo de desmatamento, de emissões, mas eu vejo como uma oportunidade muito grande, porque o Brasil é o único País em desenvolvimento, diferente de China e Índia, que pode reduzir as suas emissões de modo relativamente rápido e relativamente sob o controle do Governo. Isso significa uma oportunidade de crescimento econômico, ou seja, esse novo contexto, por mais paradoxal que seja, ele dá um contexto de crescimento econômico. Usar aquilo que dá sustentabilidade ao desenvolvimento também dá sustentabilidade ao crescimento do País.

Portanto, nós temos que falar em PAC e crescimento do PIB através da conservação do nosso meio-ambiente, porque alguém precisa compensar pelo esforço que o Brasil vem fazendo em manter grandes áreas de florestas, especialmente na Amazônia e no cerrado. Sabemos os vetores de desmatamento. 70% do desmatamento na Amazônia, hoje, ainda acontece como a vinte anos atrás: gado de produção extensiva. Temos novas coisas acontecendo, como o avanço da soja. O Brasil, hoje, é o quinto maior emissor de gases de efeito estufa, são vários gases contabilizados, a China e Estados Unidos e a União Européia são os grandes emissores. O que novamente eu gostaria de trazer: nem por isso somente os vilões, mas temos na mão uma oportunidade muito grande. Problema grande, e aí uma discussão hoje no Fórum que foi interessante, se teremos hidrovias, eclusas e tudo mais e ferrovias. 70% a 75% do desmatamento na Amazônia ou no cerrado provêem de estradas, 70% do desmatamento estão a cinqüenta quilômetros para cada lado, concentrados, nessa faixa de cinqüenta quilômetros para cada lado das estradas. Isso é Rondônia em 1976, o que está em amarelo é desmatamento, isso em 1992, isso em 1996, vocês podem imaginar em 2006, eu não tenho, e isso acontece nos vários Estados e nos vários biomas. Precisamos de estradas sócio-ambientalmente amigáveis, mas precisávamos também pensar em alternativas como ferrovias e hidrovias. Portanto, eu acho que o Estado de Tocantins tem um papel fundamental em demonstrar como isso deve ser feito de forma sustentável. É preciso que nesse caso de estrada se haja bom senso e parece que o bom senso não existe. Temos um outro processo acontecendo na Amazônia e esse é relacionado com o fogo amazônico. Portanto, a Amazônia, e aí incluindo também partes grandes do cerrado, estão se tornando mais secos, e isso faz com que esses regadores naturais percam a sua eficiência. Isso está ligado ao aquecimento global e ao *El Niño* que todo mundo sabe que traz muita seca para a região amazônica, muita chuva para São Paulo, aquecimento das superfícies do pacífico, na altura da Costa do Peru, e que faz com que você tenha grandes quantidades de fumaça, isso combinado fogo florestal e queimadas. O povo da região, incluindo Tocantins, respira na época de queimadas um ar pior, chega a ser seis a cinco vezes pior do que o pior ar medido no pior dia no centro de São Paulo. Portanto, tem um custo muito grande, nós medimos isso numa colaboração com o IPEA, em 1998 os prejuízos com o fogo chegaram a 10% do PIB amazônico. Isso é por volta de cinco bilhões de dólares, não é pouca coisa. Tudo por falta, em grande parte, de controle. O que está aqui em vermelho é o acumulado no ano de focos de incêndio. Portanto, temos um problema cada vez mais sério porque com o avanço do desmatamento, combinado com o avanço de mudança climática, nós temos uma situação de inflamabilidade que está demonstrado aí nesse mapa, aonde você tem as áreas brancas ou laranjas, que são as áreas que as florestas estão prontas para pegar fogo. E eu gostaria de falar um pouco aí, ligando com a água, do oceano verde.

Estudo recente de pesquisadores brasileiros mostram que a formação de chuva ou de nuvem sobre grandes extensões de floresta acontecem da mesma forma do que acontece sobre o oceano, e isso tem a ver muito com seca novamente amazônica. A Amazônia é água e floresta e isso está completamente ligado. Especialmente para falar da sustentabilidade de lagos, como o Lago do Lajeado ou como o Rio Tocantins, é preciso levar em conta essas diminuições futuras de chuva e também desmatamento e assessoramento nas cabeceiras dos rios. Não vale a pena falar só do lago aqui sem integrar com as cabeceiras. Isso porque você tem um ciclo interessante de água na Amazônia, o vapor entra pelo oceano, ele é reabastecido pela chuva e pela transpiração da floresta e retorna pelos rios. O que nós estamos fazendo é eliminando esse processo e, portanto, você pode ter grandes eventos de inundação com grandes eventos de seca no futuro comprometendo desde a geração de energia até a potabilidade de água. E isso está envolvido com a região inteira da América do Sul, os ventos aqui entram carregando umidade do oceano, é reciclado e reabastecido pela transpiração da floresta e esses ventos fazem uma curva nos Andes e vai precipitar no Sudeste e no Sul na Bacia do Prata. 80% da água de chuva que cai em

São Paulo e na Bacia do Prata passou pela Amazônia. Portanto, temos um novo estudo, isso é bem recente, que mostra o efeito desses ventos e do possível desmatamento. Isso pode ser demonstrado aqui, aonde você tem grandes massas de vapor, isso é uma simulação da NASA, e esse vapor faz a curva nos Andes e vai chover lá embaixo, ainda abastecendo um pouco a Flórida com vapor de água. Em grande parte esse processo acontece pela presença de grandes extensões de floresta na Amazônia. Portanto, se nós quisermos manter a água para os argentinos, temos que cuidar bem da Amazônia. Uma outra coisa também, que nós estamos trabalhando com a Universidade Federal de Minas Gerias e outros colaboradores, é o desmatamento futuro. O que está em amarelo é o que vai ser desmatado nesse ano aqui. 2006, 2008. Essas são simulações que mostram como que, se continuarmos com o mesmo processo de desenvolvimento, qual seria o desmatamento na região no futuro. Em 2050 seria por volta de 40% a 45% da floresta da bacia amazônica, isso é para a bacia toda, seria derrubada. Esse é o cenário, que a gente chama "mais do mesmo", é um cenário convencional, caso não façamos nada, e isso representa uma emissão muito grande. Até 2050, se nós continuarmos com o desmatamento, são aproximadamente de oito a dez kyotos de emissão de desmatamento. Portanto, desmatar menos é importante. Não há como, e o IPCC foi muito claro nesse último relatório, evitar o que nós chamamos de mudanças perigosas no sistema climático se nós não reduzirmos não só a queima de combustível fóssil, mas também o desmatamento tropical, não vamos evitar essa situação aonde há problemas sérios, e não adianta preservar florestas dentro de reservas. Nós simulamos um projeto com a EMBRAPA de Belém, secamos uma floresta da mesma forma, excluindo água da mesma forma que o *El Niño* reduz a chuva na região. Cobrimos com painéis plásticos um hectare de floresta intacta, sem nunca ter tido fogo ou exploração, e verificamos o que acontece com a floresta. Isso seriam florestas dentro de unidade de conservação, por exemplo. Há um colapso, depois de três anos, de seca simulada. Os painéis não ficam o ano todo, são removidos, só ficam no pico da chuva, mas há um colapso da reprodução das grandes árvores. As primeiras árvores a morrerem são as grandes árvores, aonde tem mais carbono concentrado e são aquelas que também retém bastante umidade. Uma coisa nesse meio tempo que surgiu são os biocombustíveis, que são extremamente importantes para a mudança climática, mas é preciso que a gente tenha um processo bastante criterioso de avanço e análise dessa situação.

Temos também um avanço da soja junto com o gado, isso é Mato Grosso em 1996, quanto mais escura a cor amarela ou marrom maior a quantidade de plantio, e o que está em rosa são desmatamentos. Esse é em 2001, vermelho são os novos desmatamentos e o aumento da expansão, jogando o gado para a área de floresta. Vamos deixar de comer carne ou deixar de fazer plantio de soja ou desse tipo de coisa? Não, mas precisamos levar em consideração essas novas realidades. As terras cultivadas nos Países do Norte já estão escassas, portanto há um potencial muito grande de expansão de áreas de plantio na Amazônia especialmente. É preciso que a gente faça uma escolha como sociedade se queremos continuar com esse modelo ou se nós vamos reivindicar o valor pela conservação através de compensações. E aí eu acho que essa é a principal pergunta que nós devemos nos fazer: quanto vale as nossas florestas? O Brasil, ao fazer a opção por manter grandes áreas de floresta como na Amazônia intactas, e isso não quer dizer sem gente dentro, na verdade sendo usadas, tem um custo, um custo de oportunidade muito grande, e, portanto, o mundo tem que compensar esse esforço da sociedade brasileira em fazer conservação ou redução das suas taxas de desmatamento. É exatamente isso que está em discussão na convenção de clima da ONU, um mecanismo para compensar os Países em desenvolvimento pela redução das suas taxas de desmatamento e conservação das suas florestas, e isso tem que ser encarado da seguinte forma: manter floresta em pé ou o cerrado em pé é caro, é muito caro, e, portanto, nós precisamos ser compensados. Talvez o custo de manter essas florestas seja tão grande quanto o custo de Países desenvolvidos trocarem a sua matriz de suja para limpa. Portanto, nós precisamos ter isso em mente. Isso não tem nada a ver com internacionalização da Amazônia ou venda da Amazônia, mas sim com a venda de um serviço ambiental prestado pela sociedade brasileira, que precisa crescer, que precisa ter crescimento econômico e nós temos uma chance grande de fazer isso através da conservação ambiental.

Eu queria trazer para vocês também, mencionar rapidinho, já estou terminando, o que nós estamos discutindo no âmbito da ONU junto também com a Comissão Mista, esse mecanismo que nós chamamos Redução Compensada do Desmatamento, que nada mais é do que reconhecer o esforço dos Países por redução das suas taxas ou conservação de florestas, e isso traria divisas através de um novo ou um redimensionamento do mercado do carbono, e isso vai acontecer, gente, há uma tendência na Convenção de Clima de que mecanismos como esses vão acontecer, e nós, brasileiros, precisamos estar prontos para receber e

nos adiantarmos propondo como fazer isso, o Brasil inclusive tem uma proposta nesse sentido no âmbito da convenção. Para vocês terem uma idéia, reduzindo taxas de desmatamento, se você pega uma redução de 10% abaixo da média histórica do desmatamento e vê quanto de carbono que você deixou de emitir ao evitar desmatamento, você teria, pegando aqui um preço médio da tonelada de carbono ou a tonelada de CO2 que está por volta de cinco dólares ou vinte dólares de carbono, nós teríamos por ano uma injeção de quinhentos milhões de dólares fazendo essa redução, ou em cinco anos, que é o período aí do Protocolo de Kyoto de compromisso, quase a 2,5 bilhões de dólares. Isso é realidade, eu acho que nós precisamos pensar nessa dimensão da economia, e nós temos tudo para isso, temos fóruns de discussão, eu fiquei bastante feliz ao escutar o Presidente do Fórum Estadual de Biodiversidade e Mudança Climática de Tocantins, a sociedade brasileira é uma das mais conscientizadas, embora a gente precisa fazer muito, o próprio Congresso Nacional e essa Assembléia está demonstrando isso pela presença de todos aqui, e, portanto, nós temos condições, muito mais às vezes do que Países desenvolvidos, em fazer grandes discussões e grandes decisões no País para enfrentar essa questão de mudança climática. O Brasil, se não agir por ser um País ainda em desenvolvimento, tem muito mais a perder do que os Países ricos. Era isso, obrigado pela atenção, obrigado novamente Deputado Eduardo Gomes pelo convite que me honrou bastante e obrigado ao povo do Estado por essa acolhida *[palmas]*.

DEPUTADO CARLOS GAGUIM (PMDB-TO): Muito obrigado ao Dr. Paulo Roberto Moutinho, que palestrou representando o IPAM, e nós vamos dar continuidade. O Deputado Eduardo Gomes está concedendo uma entrevista na área externa do Plenário, e nós vamos dar continuidade convidando o Dr. Divaldo Rezende *[palmas]*, que representa a CO2 Brasil. Seja bem-vindo ao nosso Fórum. Enquanto o Dr. Divaldo Rezende prepara aí o equipamento, eu quero dizer da nossa satisfação de estarmos aqui na Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, Senadores e Deputados Federais, membros da Comissão que faz todo um trabalho de estudo dessa questão climática, mudanças climática, aquecimento global. Eu sou do Estado do Amapá, um Estado irmão de Tocantins, nascemos juntos, temos a mesma idade, é a segunda vez que eu visito aqui Tocantins e para nós têm sido uma grata satisfação ver que esse Estado está se desenvolvendo e levando em conta também muito de perto os debates populares com a sociedade organizada, com as comunidades científicas e com a população em geral. Participamos pela manhã do Fórum do Lago lá na universidade de Tocantins e foi possível perceber ali, naquele ambiente, todo o entusiasmo e o empenho das autoridades e da população em geral no sentido de conviver de maneira harmônica com o meio-ambiente e vendo o lago como um patrimônio, que o é, do Estado de Tocantins e, portanto, de toda a população, e por isso a sua preservação, o cuidado, a convivência harmônica é de fundamental importância, e para mim foi uma grata satisfação ver também que eu, quando estive aqui no ano de 2000, não havia ainda o lago e hoje o Estado se preparou, houve todo um trabalho de planejamento e de organização, e nós estamos vendo aí Tocantins, assim como o meu Amapá, está se desenvolvendo cada vez mais, e sempre agora com essa preocupação a mais, de que nós temos realmente que levar em conta esse setor importante da nossa vida, da nossa existência, que é o ambiente, o meio-ambiente que nós vivemos, e nós da Amazônia, o Senador Cícero Lucena que é da Paraíba, o Deputado Loures Rocha que é do Paraná, a Deputada Rebecca Garcia que é do Amazonas, então esse é um assunto que diz respeito ao Brasil inteiro, essa preocupação, eu digo que nós estamos no olho do furacão, principalmente nós que somos da Amazônia, porque o mundo todo está voltado para nós, achando que nós temos uma grande responsabilidade nessa questão do aquecimento global de atenuar, de tomar as medidas preventivas. A Deputada Nilmar Ruiz também, que é Deputada Federal daqui de Tocantins que encontra-se aqui na Mesa, foi prefeita da capital. Já está pronto, Doutor?

SR. DIVALDO REZENDE: Prontinho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Já estamos encerrando. Então só concluindo o meu pensamento, é de que nós sabemos da nossa responsabilidade, mas infelizmente lá fora eles ainda não percebem que têm que compensar o Brasil também por aquilo que o Brasil preserva, porque nós somos punidos por aquilo que desmatamos, mas não somos compensados por aquilo que preservamos. É esse o enfoque que foi aí na conclusão do Dr. Paulo Roberto, que é importante para haver essa compensação: para cada hectare preservado o mundo desenvolvido deveria compensar, e essa é uma reivindicação forte do Brasil e do povo brasileiro com certeza. Então agora eu concedo a palavra ao Divaldo Rezende, que representa a CO2 Brasil. Muito obrigado.

SR. DIVALDO REZENDE: Boa tarde a todos, meus sinceros agradecimentos pelo convite de estar participando dessa Comissão aqui em Palmas, eu acho que essa Comissão, acontecendo em Palmas, é um resgate justo e uma valorização de todo o trabalho pioneiro que o Tocantins contribuiu para essa questão de mudanças climáticas, então eu me sinto

muito honrado de estar aqui hoje com muitos amigos, muitas pessoas que acompanharam todo um trabalho de desenvolvimento, de criação e de ação na área de mudanças climáticas. Naquele tempo nos chamavam de malucos, agora nós viramos especialistas *[palmas]*. Bem, eu vou estar falando um pouquinho sobre o mercado de carbono. Hoje eu sou o Presidente no Brasil da Cantor CO2, que é uma empresa global, é uma líder nessa área do ponto de vista do mercado de carbono a nível mundial, é uma empresa que está hoje presente em vários continentes e a dona dessa empresa são dois grandes grupos financeiros, que é a Cantor Fitzgerald e a Mitsui Japonesa, e estamos trabalhando juntos numa Jon's Adventure no Brasil(F), com a Ecológica Assessoria, que é uma empresa 100% brasileira, 100% Tocantinense, uma das líderes dessa área hoje também no Brasil. E essa parceria mostra o conhecimento local ampliado dentro de uma visão estratégica mundial para valorização e maximização dos créditos de carbono. Bem, a nossa empresa atua em três grandes áreas: o meio-ambiente, energia e inovação. Estamos formatando fundos de investimentos de mais de quatrocentos milhões de reais e trabalhamos nas diversas faces, áreas, referentes a essa questão de redução de emissões. Desde 2003 a nossa empresa tem sido eleita como a melhor do mundo pela Invarialment Fainers(F) nessa área, e o que a gente vai estar falando com vocês, dando algumas pinceladas, é o mercado de carbono, o ponto focal de hoje, as oportunidades de projetos nessa área e as contribuições e inovações do Tocantins para mudanças climáticas. Bem, a origem do crédito de carbono, ela começa desde a Convenção Marco de Mudanças Climáticas, em 1992, a partir daí o Protocolo de Kyoto, em 1997, onde se definiram que as Nações desenvolvidas deveriam ter reduções de emissões, a níveis de 1990, de 5,2%. E para que isso acontecesse foram criados três mecanismos, um mecanismo de comércio de emissões, o *Joint Implementation* – "Implementação Conjunta", e no caso que beneficia o Brasil, o CDM, que é o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.

O Protocolo de Kyoto entrou em vigência em 16 de fevereiro de 2005 e o primeiro mercado regulado é o mercado europeu, que começou em janeiro de 2005 e a primeira fase termina em dezembro de 2005. O mercado de Kyoto, ele entra em vigor oficialmente em janeiro de 2008 e a primeira fase termina em dezembro de 2012. Então nós temos três grandes mercados: o mercado europeu, o mercado de Kyoto, que é o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, e o mercado que está muito nascente, mas bastante pujante, que é o mercado voluntário para redução de emissões. O dinheiro desse mercado é "tonelada de CO2 equivalente". Então uma tonelada de CO2 equivalente, e nós temos três diferentes moedas: o *European Allowances* para o mercado europeu, o SEARS(F), que é Redução de Emissões Certificadas para o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, e o VEARS(F), que é Redução de Emissões Verificadas. Tudo isso é uma tonelada de CO2 que é igual a um crédito de carbono. Então quando vocês houverem um crédito de carbono, é uma tonelada de CO2 que pode ser um EUA, um SEARS ou um VEARS. Nós temos três grandes mercados, isso eu já coloquei, vou passar rapidamente. Eu gostaria aqui de mostrar um pouco o que esse mercado movimentou nos últimos dois anos, então nós passamos de um mercado de onze bilhões de dólares, em 2005, para um mercado de vinte e um bilhões de dólares em 2006, até o terceiro trimestre. Então é um mercado mundial onde a gente tem, no caso do MDL, do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, algo da ordem de 2,5 bilhões de dólares sendo movimentado nesse mercado. Basicamente para que um projeto se transforme em MDL, ele tem que seguir uma série de passos. Quem define esses passos são as Nações Unidas, é o Conselho Executivo das Nações Unidas, e isso, se tudo corre muito bem, ele demora cinqüenta e três semanas, e no contexto brasileiro, o que é uma grande vantagem, nós temos uma rigidez extremamente positiva, porque todos os projetos que passaram por aprovação nacional, não teve nenhum projeto rejeitado nas Nações Unidas, o que não é o caso de China e nem Índia. Bem, vamos falar um pouco dos projetos do MDL. Dentro dos projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo nós temos 2088 projetos em alguma fase do Ciclo de Projeto, a última atualização de junho, e desses, seiscentos e trinta e seis projetos já foram registrados e o Brasil possui duzentos e vinte e seis projetos em andamento, ocupando o terceiro lugar por número de projetos. Então o Brasil com duzentos e vinte e seis, China com quinhentos e trinta e dois, Índia com seiscentos e sessenta e cinco projetos. México, Brasil, China e Índia possuem 75% do mercado de MDL a nível mundial. Se a gente coloca isso em termos de redução de emissões ou em termos de quantidade de créditos de carbono por País, nós temos China, Índia e Brasil. Uma das questões claras porque que China e Índia têm um potencial de redução maior que o Brasil, é em função da matriz enérgica deles, que é muito mais suja do que a nossa. Um outro aspecto importante é que China e Índia, eles possuem projetos com grande redução.

No caso do Brasil nós só temos um grande projeto em termos de redução de emissões na área de N2O. Se a gente observa os projetos brasileiros no total de duzentos e vinte e seis projetos e a sua redução anu-

al de emissões, a gente percebe que esse mercado, no Brasil, já movimentou em termos de investimento de projetos três bilhões e quarenta e cinco milhões de dólares em projetos que possam gerar crédito de carbono. Então é um mercado que já está acontecendo de fato, não são projeções, e se a gente observa a redução anual de emissões desses projetos no [ininteligível] do Brasil, a gente está falando, se considerarmos uma média conservadora de dez dólares a tonelada, a gente está falando na entrada de duzentos e sessenta milhões de dólares no Brasil por ano, e isso coloca o crédito de carbono como um dos trinta maiores produtos na pauta de exportação do Brasil, na frente de plástico, de vestuário e de laticínios. Bem, muita gente fica bastante curiosa com o preço do crédito de carbono. Então o preço, ele varia muito em função dos riscos. Um projeto de crédito de carbono, ele tem um período bastante longo, normalmente um período de quase dois anos até todo o completo desenvolvimento, isso recentemente. Há alguns anos atrás, quando começamos aqui, nós não tínhamos ainda metodologias aprovadas em diversas áreas, então os riscos e valores da venda do crédito de carbono varia muito em função dos riscos assumidos pelo comprador e pelo vendedor. Onde é que a gente encontra risco nesse processo? Primeiro: tem o risco de registro. O projeto, depois de um ano, se tudo caminha bem, ele é registrado. Você tem risco na implantação: você preparou o projeto, mas o projeto não foi implantado. Eu vou dar um exemplo aqui, alguns projetos do PROINFA, por exemplo, são projetos em que o crédito de carbono está voltado para a conta PROINFA, mas muitos deles não foram implantados. Risco de entrega. Então depende para quem você vende e para quem você compra. Risco de mercado.

A gente está falando de um investimento de mais de três bilhões de dólares, mais de seis bilhões de reais, e só existe definido de forma clara um mercado entre 2008 e 2012. Depois de 2012 nós não sabemos o que vai acontecer. Se o Brasil passa a ter meta de redução de emissões, o Brasil provavelmente não vai fazer mais parte do MDL, então nós vamos perder esse mercado, nós vamos ser incorporados no novo mercado? Não sabemos o que vai acontecer ainda. Então isso deixa muito claro que quanto menor o risco maior o preço, quanto maior o risco menor o preço. Esses são preços do dia 21, vocês podem ver que o mercado a vista hoje, se você for comprar hoje na Bolsa de Londres um European Allowances, vai custar onze centavos de Euros. Se a gente for comprar um European Allowances para 2008, vai comprar vinte e um Euros e quarenta. Como o mercado do MDL, do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, ele só passa a ser regulado a partir de janeiro, esse mercado hoje é vinculado aos preços do European Allowances, e os preços dos nossos projetos do Brasil, quando temos um crédito emitido, ele está da ordem de 58% do valor do European Allowances até 70%. Então isso coloca o preço do crédito de carbono emitido entre treze Euros, quinze Euros, preço de hoje. Mas o que é que vai acontecer? No próximo ano esse mercado pode mudar significativamente. Primeiro: a gente vai ter um período mais rígido no mercado europeu, então os preços podem melhorar, mas de certa forma os Países europeus estão definindo um limite de projetos de MDL dos Países em desenvolvimento e esse limite está hoje na ordem de 10%, o que, se a gente observa um mercado de vinte e dois bilhões de dólares, 10% é o que já está sendo feito, são dois bilhões e alguma coisa, então é muito importante que esse CAP(F), que esse limite, aumente. Um outro aspecto importante é o surgimento de novas fontes de oferta, que pode abaixar o preço. Então são volumes de crédito que estão entrando no mercado das antigas repúblicas socialistas soviéticas e principalmente o que eles chamam de ar quente da Rússia e da Ucrânia. E a gente está na expectativa de que o Japão comece a comprar mais, o Canadá comece a comprar mais e que o próprio Estados Unidos também comece a comprar mais. Hoje grandes empresas americanas, apesar dos Estados Unidos não ratificar o Protocolo, tem comprado e tem investido nesse mercado. Bem, vamos entrar agora na oportunidade de projetos e mostrar a vocês quais são o escopo de projeto onde nós podemos ter projeto de redução de emissões. O primeiro deles é o setor enérgico.

Então vai desde pequenas centrais hidrelétricas, eficiência energética, energia eólica, solar e assim por diante. Então esse tipo de projeto, ele é um projeto passível de gerar redução de emissões. O segundo projeto é troca de combustível para geração de energia térmica, e aqui eu queria fazer uma pausa para dizer que daqueles duzentos e vinte e seis projetos do Brasil nós temos apenas um do Tocantins, e esse um do Tocantins está na pauta de aprovação nacional, hoje está sendo assinado o primeiro contrato de venda de crédito de carbono no mercado voluntário e é um projeto que usa essa metodologia e que foi um trabalho feito desde 2003 com o apoio da FIETO, SEBRAE, Instituto Ecológica, Naturatins e o Sindser(F) num trabalho de sustentabilidade do setor cerâmico. Então é um processo que já vem de muito tempo e que continua hoje, através da Coordenação do Presidente do Sindser(F), o Roni Abrahão que está aqui com a gente, é de buscar uma sustentabilidade e não de ver o projeto como um projeto de curto tempo, de curto prazo. Então a gente precisa ter essa visão de que projetos de redução de

emissões, ele tem longo prazo, são visões de médio e longo prazo. Na seqüência eu queria também aqui agradecer a todo o apoio que a Naturatins tem dado, através do Marcelo Falcão e a sua equipe na aprovação desse projeto, nós temos mais dois projetos do mesmo escopo setorial que vai entrar em processo de aprovação, que é a Cerâmica Reunidas e a Cerâmica Milênio, então isso coloca o Tocantins dentro desse mercado de forma definitiva. Um outro aspecto importante é projetos onde você está fazendo manejo de dejetos, pode ser desde suínos até bovinos, onde a gente tem a liberação do metano e nós podemos criar um biodigestor e a queima do metano. Um outro projeto muito clássico é o aterro sanitário, também com geração de energia elétrica e queima do metano. Estação de tratamento de esgoto também pode gerar crédito de carbono, através de energia novamente e a queima do metano. Co-geração, quando a gente pega bagaço de cana em decomposição como linha de base. Energia térmica, energia elétrica, siderúrgica, então a Gerdau, MMX, várias siderúrgicas brasileiras têm uma tem um potencial de redução muito grande. O pólo cruzeiro de Marabá e Carajás. Toda a parte de mineração pode ter projetos que possam ser elegíveis eu viáveis do ponto de vista de crédito de carbono. Na área de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas, então a gente tem reflorestamento e florestas energéticas. E essa terceira parte é uma parte que foi muito gostoso de fazer porque a gente começa a rever tudo aquilo que foi feito aqui no Estado e tudo aquilo que foi feito muito pioneiro e que hoje começa a ter uma repercussão nacional e internacional. Então o nosso Deputado Eduardo está hoje como Presidente da Comissão, isso muito honra o Tocantins e honra a todos aqueles profissionais que iniciaram todo esse trabalho e que acreditaram, no momento em que o Tocantins era novo, estava sendo construído, tinha uma visão diferente, e várias pessoas, várias instituições criaram coisas que são hoje copiadas, utilizadas no mundo todo.

Então a gente teve aqui projetos pioneiros em diferentes áreas. Nós tivemos a primeira Lei Municipal de Mudança Climática, aqui sob a gestão da Nilmar, na Assembléia Legislativa do Município de Palmas. Nós tivemos o Centro de Pesquisa Canguçu, o primeiro Centro voltado a essa questão de mudanças climáticas e floresta. O conceito do carbono social nasceu aqui no Tocantins e é um quieto que está sendo usado hoje no Peru, na Bolívia, no México, no Chile, em Portugal e África. Nós temos hoje profissionais do Tocantins numa grande estratégia e num grande *network*, numa rede muito grande nesse setor hoje no Brasil. Um exemplo desses é o Luiz, que esteve trabalhando com a gente, hoje está coordenando o trabalho do Greenpeace em termos de políticas. Temos a Marli na TNC, então o Tocantins conseguiu gerar profissionais que estão hoje trabalhando nessa questão com todo vigor, apoio que merece. Então só para passar muito rapidamente, o primeiro projeto de seqüestro de carbono foi feito no Tocantins, começou em 1997, foi um projeto pioneiro que envolveu diversas instituições e que trabalhou três grandes componentes: a componente social, pesquisa e manejo florestal. A concepção do projeto de seqüestro de carbono urbano de Palmas, também um projeto pioneiro na tentativa de preservar toda as áreas de preservação permanente, as áreas verdes da capital. Todo um plano de ação climática. A primeira Lei Municipal de Mudanças Climáticas que autoriza projetos MDL e projetos florestais em energia, um inventário de emissões, Palmas foi a terceira capital no Brasil, Rio, São Paulo e Palmas. Foram feitos estudos de transportes sustentáveis e tudo isso incorporou o Município de Palmas num programa de apoio mundial de cidades, que é o ICLEI, e isso também deu a Palmas o prêmio do Instituto Brasileiro de Administração Municipal Cidades pela Proteção do Clima. Então esse é um exemplo de muita coisa que foi feita no âmbito do Tocantins e em especial foram feitos por pessoas que acreditaram, pioneiras, e eu quero aqui citar muitos pessoas que contribuíram para isso tudo.

Temos também um experimento de grande escala da biosfera e atmosfera na Amazônia, o LBA, também começou no Tocantins em 2001 com o Instituto, com o Centro Canguçu. O Centro de Pesquisa Canguçu, que é um centro de referência hoje, sendo gerenciado pela Universidade Federal do Tocantins, numa área ecotonal envolvendo cerrado, floresta e Amazônia. Toda a história do Canguçu, a visita do Príncipe Charles ao nosso Estado para conhecer de perto todas as inovações tecnológicas feitas aqui, e o Centro hoje tem toda uma estrutura pioneira de apoio à pesquisa, e o Centro mais uma vez, com a liderança da Universidade Federal de Tocantins está inovando: nós estamos implantando o primeiro centro de pesquisa movido a hidrogênio desse País. Então vamos *[palmas]* estará sendo inaugurado nos próximos meses, é um sistema híbrido solar-hidrogênio. Aqui um resumo de tudo que está sendo feito, são dezesseis programas de pesquisas e projetos, são trinta e seis artigos publicados e apresentados, dez teses de mestrado, três teses de doutorado, suporte a jovens cientistas, então é um trabalho muito inovador que foi feito por muitas instituições, muitas pessoas, todo um trabalho do Marcelo à frente da AMATUR, sob a gestão da Nilmar. Então foram momentos muito importantes e interessantes, e eu acho que um aspecto importante é que o Tocantins teve uma contribuição não só do ponto de vista público, mas do ponto de

vista das Organizações Não Governamentais. Então teve a GAIA, teve o Instituto Ecológica, que continua atuando, o suporte dos órgãos ambientais, o papel da imprensa, a imprensa aqui no Tocantins foi extremamente inteligente, parceira, sagaz, nós colocamos o Abraço da Ilha, eu não sei se vocês lembram, no Bom Dia Brasil, então é uma coisa bastante inovadora, um Estado novo, naquela época uma coisa bastante interessante e nós conseguimos isso. E um outro aspecto também importante da contribuição do Tocantins é o conceito do carbono social. O carbono social é uma metodologia e um conceito que nasceu no Tocantins, que foi criado no Tocantins e está sendo usado hoje em diversas partes do mundo. É uma coisa simples e que dá uma característica muito importante. Muitos desses projetos de MDL foram criados para gerar desenvolvimento sustentável e as grandes metodologias que se têm é para monitorar a redução de emissões e não monitorar o desenvolvimento sustentável ou o que aconteceu, se a comunidade se beneficiou, qual o tipo de desenvolvimento que ela teve. E o conceito de carbono social veio nesse sentido, veio para tentar monitorar todo esse processo de desenvolvimento. E todo esse trabalho teve todo um reconhecimento pela Carbon Fainers(F), que é uma das maiores revistas nessa área a nível mundial, onde reforçou e colocou o conceito do carbono social, trazendo de volta o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo para o desenvolvimento sustentável.

Então eu acho que essa é uma das grandes contribuições. Aqui um pouco dos resultados dessa ação do carbono social coordenado pelo Instituto Ecológica e seus pesquisadores. Hoje a gente tem produtos certificados com o selo do carbono social, hoje está sendo montado um fundo de investimento de quatrocentos milhões de reais com o carbono social, com a metodologia chave, então eu acho que todas essas ações, todos esses resultados são importantes para realmente fazer jus a essa Audiência Pública aqui hoje. Então os meus sinceros agradecimentos ao Eduardo, eu disse que eu não ia falar isso, mas eu não posso deixar de citar um grande incentivador que foi o José Gomes, que sempre esteve junto com a gente, principalmente nas questões da educação ambiental *[palmas]*, e que junto com todo o pessoal da cultura apoiou, sonhou, chorou e também foi chamado de maluco, mas os malucos, hoje, são especialistas. Meu muito obrigado *[palmas]*.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): A Comissão agradece ao Divaldo Rezende, e ao fazer a comunicação importante para essa audiência, o embaixador da sua majestade britânica, o embaixador do Reino Unido no Brasil, Dr. Peter Coletti(F), nesse momento recebe para uma mesa redonda o Deputado Fernando Gabeira, que é membro desta Comissão e representa a Comissão nessa mesa redonda, e o Senador Renato Casagrande participa nesse momento também de uma Audiência Pública na Câmara Municipal de Vitória, no Espírito Santo, debatendo Mudanças Climáticas e Efeitos das Mudanças Climáticas em Cidades Costeiras. O representante especial para mudanças climáticas do Ministério das Relações Exteriores do Reino Unido, o Sr. John Aston, é quem coordena essa mesa redonda que está acontecendo agora na Embaixada da Inglaterra, e para um registro de gratidão ao Divaldo e pelo reconhecimento que deve se fazer um público, na audiência que teve com a Comissão de Mudanças Climáticas, Senador Cícero Lucena, a primeira pessoa que o Embaixador se referiu com relação ao mercado de carbono e a importância do Brasil nesse mercado foi a do Divaldo Rezende. Então tanto ele quanto *[palmas]* a Secretaria da Embaixada, eu como não tinha o que dizer, falei: "são os comedores de pequi que estão trabalhando". Eu quero agradecer muito o Divaldo pelo apoio dele. Quero cumprimentar também a Deputada Ângela Guadagnin, o Deputado Júnior Coimbra, a Deputada Solange Dualibi e o Deputado Fabion Gomes que estão também prestigiando essa Audiência Pública. Quero passar nesse momento a palavra ao Luís Piva, representante do Greenpeace.

O Greenpeace tem feito um trabalho de parceria não só com a frente ambientalista, que tem como um dos coordenadores o Deputado Rocha Loures, mas também tem dado e prestado um apoio decisivo e importante aos trabalhos da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, e mais uma vez registrar, porque é o que eu posso fazer agora, a chegada da nossa querida Deputada Rebecca Garcia, Deputada do Amazonas, Deputada Federal, que fez um esforço muito grande, já que alguns parlamentares não tiveram como embarcar tamanho o atraso das aeronaves, um problema que todo mundo conhece, mas mesmo assim ela insistiu e a nossa profunda gratidão por ter aqui essa Deputada competente, que representa muito bem o Estado do Amazonas e a Amazônia brasileira. Passo então *[palmas]* a palavra a Luís Piva, para sua apresentação, e em seguida teremos as manifestações para o debate e a palavra dos parlamentares.

SR. LUÍS PIVA: Boa tarde a todos. É uma imensa honra estar aqui hoje, eu gostaria de agradecer ao Deputado Eduardo e cumprimentar a todas as autoridades aqui na pessoa dele, parabenizando o trabalho da Comissão Especial Mista de Mudanças Climáticas que sem dúvida nenhuma é um Fórum essencial de discussão para esse tema praticamente inesgotável,

e dizer também da responsabilidade que é estar aqui, depois do Dr. Paulo Moutinho e depois do Dr. Divaldo Rezende. Eu estou especialmente emocionado hoje por ter iniciado a minha vida profissional aqui e estar militando há aproximadamente cinco ou seis anos com mudanças climáticas, mas vamos lá, a gente tem que contribuir também aqui com a audiência. Então eu sou o Luís Henrique Piva, eu sou coordenador da campanha de clima do Greenpeace do Brasil, eu sou mestrando na Universidade de São Paulo em ciência ambientais e a minha pesquisa é justamente em política nacional de mudança climática. Então nós, coordenadores de campanha, somos a face pública da organização e estamos aqui para mostrar como que o Greenpeace trabalha com relação a esse tema. Bom, eu gostaria de iniciar apresentando um pouco a organização, dizendo que o Greenpeace iniciou as suas atividades na década de 70, em 1971 mais precisamente, contra testes nucleares no Alasca. Então a atividade marco zero do Greenpeace foi no Alasca e no Brasil estamos há quinze anos. Essa é uma imagem dos fundadores da organização que em 1971 promoveu essa manifestação pública e aqui no Brasil desde 1992 nós estamos trabalhando. Então esse ano nós completamos quinze anos e também a primeira atividade foi contra a implantação da Usina Angra II. O posicionamento da organização é de que a energia nuclear é extremamente obsoleta e na verdade com a tecnologia e o acesso tecnológico que nós temos hoje e a possibilidade de implementarmos energias renováveis, definitivamente devemos descartar isso do nosso planejamento enérgico. Então o Greenpeace é uma organização independente que trabalha através de campanhas utilizando confrontos não violentos para expor os problemas ambientais globais no sentido de alcançar soluções que são essenciais a um futuro verde e pacífico. É importante ressaltar também que a organização não aceita recursos de empresas, de Governos, de partidos políticos, e nós acreditamos que isso garante a nossa independência. Eu acho que todo mundo aqui sabe que existem determinadas ações que só o Greenpeace faz em função dessa isenção e em função dessa dinâmica de trabalho. Então nós hoje, no Brasil, temos trinta e um mil colaboradores, sendo esses colaboradores pessoas físicas, são mais de três milhões no mundo, temos escritórios em mais de trinta Países, e aqui no Brasil também nós temos cento e sessenta mil cyber-ativistas, são pessoas que colaboram com a organização via Internet, que é uma ferramenta muito interessante para estarmos trabalhando.

Com relação à campanha, nós temos quatro campanhas aqui no Brasil: a campanha da Amazônia, que é a campanha mais emblemática, a campanha de clima e energia, a qual eu faço parte, a campanha de agricultura sustentável, de transgênicos, e a mais nova campanha que é a campanha de oceanos e que acabou de ser incorporada na organização. Dito isso, Deputado, eu gostaria de passar um pequeno vídeo de cinco minutos para mostrar para os convidados como a campanha tem tentado contribuir com o diálogo com relação ao aquecimento global e também para mostrar que é mais uma ferramenta de discussão para a sociedade. Então é um vídeo de cinco minutos para ilustrar isso tudo que o Dr. Paulo e o Dr. Divaldo disseram até agora, e a partir disso eu vou somente complementar as informações com relação ao relatório do IPCC. Eu gostaria de explicar que esse material que nós produzimos no ano passado, no ano de 2006, é o primeiro relatório de impacto das mudanças climáticas no País. Então até então nós tínhamos produção de relatórios e de materiais em nível global e o Greenpeace então tomou a iniciativa de produzir algo regional, e é com muito orgulho que nós contamos com a participação de diversos cientistas do IPCC e também esse relatório serviu de base para um próprio relatório do Ministério do Meio-Ambiente publicado posteriormente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Vamos passar para a exibição, só informando também que esta Audiência Pública está sendo filmada pela TV Câmara, da Câmara dos Deputados, e há também a equipe de imprensa do Instituto Legislativo Brasileiro e da Rádio Senado e acompanhada também pela TV Senado. Eu vou fazer o registro aqui de amigos que prestigiam essa Audiência Pública: o Gilberto Fernandes, o Fábio Ramos, o Elifas Levi – vamos ter agora finalmente o nosso vídeo -, o José Luiz Cabral da Silva Júnior, pesquisador da UNITINS, Tânia Maria Cavalcante, representante do Movimento pela Vida, Júlio Batista do Nascimento, Professor, Antônio Jonas Perros Barros, Advogado, Jaqueline Pereira dos Santos, Vereadora, Sylvia Sala Setúbal, Professora e Coordenadora de Meio-Ambiente, Major Rildo Virajone Aquino Parrião, Comandante da CIPAMA, Antônio dos Santos Silveira, Conselheiro do COEMA, Ricardo da Silva Carreira, Diretor da Naturatins, José Marcelino Viana, Médico, Alexandre Jeipel (F), Geógrafo, Darius Czaikoski(F), Pesquisador, Eurípedes Marcelino de Souza, Raimundo Maciel de Figueiredo. OK? Vamos lá.

SR. LUÍS PIVA: OK, desculpem aí o atraso.

[NESSE MOMENTO É REPRODUZIDO O VÍDEO, CUJO CONTEÚDO ENCONTRA-SE TRANSCRITO ABAIXO]

[A terra está mudando. Na verdade, o planeta está mais quente. Os sinais de resposta aparecem nos quatro cantos do mundo]

[Mudanças climáticas decorrentes do aquecimento global, elas são globais. Não há um metro quadrado da superfície do planeta que está fora]

[A queima de combustíveis fósseis como o petróleo e carvão liberam na atmosfera gás carbônico. O CO2 é o principal responsável pela retenção do calor na atmosfera. A conseqüência é que o nosso planeta está 0,7 graus Celsius mais quente]

[A maioria das projeções mostram com clareza que o planeta está mais quente. Alguns fenômenos extremos do clima se tornarão mais freqüentes ou mais intensos]

[Por exemplo, num planeta mais quente, nós devemos esperar em regiões durante um certo período de tempo de chuvas muito intensas, abundantes, inundações, ao mesmo tempo que outras regiões vão experimentar secas mais severas. Então a freqüência de ocorrência de inundações e secas deve aumentar]

[A parte aqui, tinha uma porta sanfonada ali naquela porta, então arrancou de lá, veio parar aqui nesse corredor. Essa porta aqui era para o lado de lá, aqui também essas portas tudo arrancou, caiu essa parede para lá, caiu essa madeirama tudo em cima de uma cama que tinha aqui]

[Assim a gente já viu algumas ventanias, assim ventos bastantes fortes, de derrubar árvores, essas coisas, agora desse tipo aqui é um fato único, inédito para nós]

[Gente chorando, tinha perdido tudo, tudo, pessoas que não tinham como refazer. Foi uma catástrofe horrível, a gente não esperava, a gente não esperava, foi uma coisa inesperada]

[A nossa grande preocupação é que venha a ocorrer novamente algum furacão de um nível um pouco maior, um F-3, um F-4, um F-5, nós temos uma grande preocupação com relação ao nosso potencial de resposta para um ocorrência desse tipo]

[Está sendo muito duro, a gente tem dificuldade até de falar disso assim, sabe, porque a gente conhece comunidades em que as pessoas vão ter dificuldades de se alimentar]

[Perdeu tudo, perdeu tudo]

[Perdi tudo, perdi tudo que plantei, o investimento que eu fiz só tive prejuízo, que na época que eu precisava de água, não veio]

[Isso é alarmante, porque nós temos de fato um potencial muito grande em mudar a superfície do planeta, já mudamos e estamos mudando e iremos mudar a superfície do planeta]

[Os sinais de mudanças climáticas são óbvios. O principal elemento químico responsável é o carbono, mas a quem culpar por despejá-lo em nossa atmosfera? Os Estados Unidos são os maiores emissores de gás do efeito estufa na atmosfera, mas o Brasil também tem grande parcela de culpa, é o quatro maior emissor de gás carbônico no mundo, não só poucas das indústrias e dos veículos, mas muito mais pela grande destruição das florestas. O desmatamento da Amazônia é a maior contribuição do Brasil para o aquecimento global]

[O Brasil não pode ser eximido internacionalmente de uma responsabilidade sobre o controle do seu desmatamento, já que ele tem uma contribuição global. As emissões de CO2, em particular do desmatamento, são as maiores que o Brasil tem percentualmente]

[O Brasil tem que assumir sua responsabilidade de grande emissor, mas só isso não basta. É preciso fazer muito mais, é preciso buscar soluções]

[O Brasil tem um potencial fantástico em sol e vento, nos seus rios, na biomassa, a gente tem um potencial para a geração de energia eólica, energia solar, energia de pequenas centrais hidrelétricas e de aproveitamento dos biocombustíveis que é maravilhoso, é suficiente para atender a necessidade de energia do País]

[A tecnologia já existe, o que falta são investimentos e vontade política. É necessário um forte investimento em pesquisas sobre como as mudanças climáticas irão continuar afetando o Brasil e como podemos reduzir nossa contribuição para o problema]

[O Governo precisa ter um plano para reduzir as nossas emissões, para atacar o desmatamento, para identificar as nossas fraquezas, as nossas vulnerabilidades, para evitar problemas maiores e para mostrar como que a gente vai se adaptar ao que a gente não pode evitar. A gente precisa, a gente exige essas respostas urgentemente]

[palmas].

SR. LUÍS PIVA: Bom, só para avisar também que todo o material que o Greenpeace produz está disponível na Internet, todos os downloads podem ser feitos gratuitamente e na verdade a nossa intenção é justamente essa: propagar e disseminar a informação para o maior número de pessoas, para o público mais diversificado possível, daí a importância e o prazer de estar aqui hoje. Então, a partir disso, eu vou complementar essas informações com a questão dos relatórios do IPCC, até porque esse material foi produzido no ano passado e a gente tem novos dados, novos números em função do quarto relatório de avaliação, mas eu acho que é muito importante, a primeira coisa que a gente tem que falar é que o IPCC não produz ciência,

então o painel intergovernamental das Nações Unidas sobre mudança climática, constituído em 1988, foi estabelecido uma vez que se reconheceu a necessidade e urgência de se fazer algo com relação ao problema do clima e também porque era muito importante que houvesse um Fórum, um conselho científico imparcial para orientar os tomadores de decisão. Então a partir disso, com a constituição do painel, foram realizados relatórios de avaliação, sendo que o primeiro foi em 1990, o segundo em 1995, o terceiro em 2001 e o quarto agora em 2007. Por que a mídia e a comunidade científica deu tanta atenção e ouvidos para os resultados desse relatório? Simplesmente porque agora, com a tecnologia disponível, nós sabemos com mais de 90% de certeza de que a ação antrópica, a ação do homem, a ação humana, é responsável pela intensificação e pelo agravamento dos efeitos das mudanças climáticas.

Então o primeiro relatório que saiu em fevereiro, o primeiro sumário chama-se Bases Científicas Físicas, o segundo Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade, e o terceiro Mitigação das Mudanças Climáticas. E a conclusão do relatório, da primeira parte, é que o aquecimento do sistema climático é inequívoco, assim como é atualmente evidente a partir do aumento das temperaturas médias globais atmosféricas e oceânicas, do extenso derretimento da neve e do gelo e da elevação do nível médio global do mar. Eu acho que o Divaldo pode até falar melhor do que eu, mas nessas negociações uma palavra, uma expressão pode determinar ou mudar o rumo de todo o resto. Então quando eles colocam aqui que o aquecimento é inequívoco, eles dão um grau de certeza capaz de atribuir esses efeitos à ação humana. O terceiro relatório, para vocês terem uma idéia, atribui a questão humana como provável. Então com 66% de certeza a ação antrópica é provável com relação à mudança do clima. Hoje ela é inequívoca. Alguns dados, para complementar aqui que o Dr. Paulo Moutinho falou, num cenário mais otimista prevê-se a elevação de 1,8 graus até o ano de 2100. Num cenário mais pessimista, até quatro graus. É importante lembrar: por que é que a gente tem que se adaptar às mudanças climáticas? Porque desde a revolução industrial, nos últimos duzentos anos, a temperatura já se leve elevou em 0,8 graus, ou seja, os impactos estão acontecendo em função dessa elevação e então a gente tem que pensar, a gente tem que articular nossas ações em função do que está acontecendo hoje e em função do que pode acontecer no futuro. Com relação à elevação do nível do mar, também se elevou dezessete centímetros e com a previsão de dezoito a cinqüenta e nove centímetros até 2100. Os uns doze anos foram os mais quentes jamais registrados provavelmente nos últimos vinte mil anos ou talvez nos últimos seiscentos e cinqüenta mil anos, e as emissões de gases de efeito estufa cresceram aproximadamente 70% desde a década de 70 até o ano de 2004, sendo que 25% desse crescimento ocorreu entre 1990 e 2004. Também um outro dado bastante alarmante é que em 2200, no ano de 2200 caso a concentração de CO2 continue com esse crescimento exponencial, a queima de combustíveis fósseis aconteça de maneira irresponsável como vem acontecendo e o investimento em tecnologias renováveis não cresça, podemos atingir mil partes por milhão de concentração de CO2 na atmosfera. Para a gente ter uma idéia, na época da extinção dos dinossauros, era exatamente essa a concentração de CO2. Então assim ninguém aqui quer ser alarmista, catastrófico, a gente está trabalhando com dados, o problema existe, mas a nossa função aqui é dizer que ainda há tempo de se fazer alguma coisa, desde que seja feito hoje e que haja a soma de esforços de toda a comunidade, seja ela científica, sejam as pessoas, sejam os políticos, seja o mercado, e vocês acabaram de ver alguns exemplos aqui de como as forças de mercado podem contribuir com isso. Um outro dado interessante também aqui nesse gráfico é que a parte debaixo dele fala dos sumidouros, de como se absorver as emissões, e a parte de cima são as fontes.

Atualmente são lançados na atmosfera nove bilhões de toneladas de carbono, sendo que os oceanos podem absorver dois bilhões, a floresta mais dois, então a gente tem aí um saldo de cinco bilhões que vão para a atmosfera, e a parte de cima são as fontes, então você tem ali uma imensa quantidade, um imenso percentual de combustíveis fósseis e um percentual menor, porém significativo, de emissões decorrentes de mudança no uso da terra. Aqui também é com relação aos cenários que já foram ditos, a curva de emissões do cenário mais otimista, a curva do cenário menos otimista, aqui também só para ilustrar as mudanças da temperatura média, a elevação da temperatura média, a elevação média do nível do mar e a redução da cobertura de neve também. Os impactos decorrentes dessa elevação da temperatura são os mais diversos, mas a gente pode citar aqui impacto nos ecossistemas, agricultura e ameaça da segurança alimentar, o aumento do nível do mar e das zonas costeiras, da disponibilidade hídrica nas grandes cidades, nos grandes centros urbanos, saúde pública, redução de precipitação em algumas regiões e aumento em outras e também a intensificação de eventos climáticos extremos. Aqui, também só para ilustrar, é o que poderia acontecer em cada região no Brasil com esse aumento médio e também com relação aos cenários

mais e menos otimistas, e chamando a atenção aqui para uma possível elevação de até oito graus na região amazônica, com a queda de 15% a 20% das chuvas. Também aqui só passando rapidamente, o Paulo já colocou, da importância das chuvas na Amazônia para regular todo o sistema climático do restante do País. E também ainda um pouquinho com relação à adaptação, a adaptação é muito importante, porque nós já estamos sofrendo o impacto das mudanças climáticas, temos que nos adaptar e na verdade a gente não sabe ainda exatamente como fazer isso. Então sabe-se que eventualmente não há a necessidade de grandes investimentos, outrora existe essa necessidade, mas existe a necessidade primária de se saber o que devemos fazer para nos adaptarmos. Alguns Países têm tentado realizar ações de adaptação, mas eu queria chegar aqui na questão do terceiro relatório do IPCC, da terceira parte do quarto relatório do IPCC que fala sobre Mitigação das Mudanças Climáticas.

Então entre as diversas conclusões, adiar a redução das emissões pode acarretar números riscos ao planeta, sendo que as próximas duas ou três décadas são decisivas para se estabilizar esse quadro. O cenário mais otimista recomenda um aumento médio da elevação da temperatura de até dois graus e o que isso quer dizer? Quer dizer que a partir disso nós passaremos a não ter níveis confortáveis de adaptação. Passando dos dois graus a terra passa a entrar num possível colapso, e nós vimos a pouco que um 1,8 graus é a previsão mais otimista, somando-se a isto o 0,8 graus já existentes, já elevados da temperatura, nós aproveitamento poderemos exceder esse número. Então, quer dizer, são necessárias ações extremamente apresentadas rápidas, que aconteçam agora, para que as emissões sejam reduzidas minimamente em 50% até o ano de 2050 – minimamente eu estou dizendo. E também para estabilizar a concentração de CO2 entre quatrocentos e cinqüenta e quatrocentos e noventa PPMs. O auge das emissões devem acontecer até 2015 e a partir disso eles devem decrescer, essa curva ascendente atualmente deve decrescer senão também vai começar a ficar complicado. É necessário, como o Paulo Moutinho colocou, a questão de um debate mais amplo e da necessidade e urgência de se implementar ações para manter a floresta em pé.

Hoje o IPCC reconhece a importância do desmatamento evitado e da conservação, antigamente não, eles tinham sérias restrições, e eu acho que para sensibilizar os governantes nada melhor do que argumentos econômicos e dentro desse estudo do IPCC foi colocado que o custo da mitigação das mudanças climáticas pode ser, pode representar até 3% do PIB em 2030, ou seja, a soma das riquezas em 2030 vai estar 3% menor com a possibilidade concreta de se estabilizar esse cenário. Por outro lado, o custo da inação, o custo de não se fazer nada, vai representar 20% do PIB. O estímulo das energias renováveis pode passar de 18% a 35% até 2030, então isso é uma opção de mitigação muito importante, e o da opção nuclear de 16% a 18%, ou seja, somente 2%, o que a gente considera absolutamente desnecessário. Aqui as emissões de 1990 a 2004, e também fazer uma observação com relação a essa última reunião do G-8, mais o G-5, que foi uma grande decepção para a sociedade, uma vez que no documento final do G-8, dos sete Países mais ricos e mais Rússia, a recomendação mais expressa do documento é considerar seriamente o problema do aquecimento global, quando na verdade se esperava uma definição concreta de metas de redução, pois os últimos quinze anos já estão mais do que claros que metas voluntárias não funcionam. Então se a gente quer alcançar esse objetivo de reduzir em 50%, existe uma necessidade absoluta de metas obrigatórias, metas mandatórias, lembrando ainda que o G-8 é responsável por 80% das emissões dos gases de efeito estufa. Então rapidamente, Deputados, para pincelar a nossa campanha de clima e energia, a campanha está focada em três pilares estratégicos, que é a questão da mudança climática, da produção da informação, da disseminação do conhecimento, do engajamento público, do estudo e do incentivo às fontes alternativas de energia e também à questão nuclear. Hoje, em Brasília, está acontecendo a reunião do CNPE, onde provavelmente a Usina de Angra III entra em pauta, e nós esperamos, sinceramente, que isso não aconteça, por acreditarmos que existem outras opções limpas, mais eficientes. Sabemos também que o PROINFA não é a opção ideal, por isso a gente estimula um debate mais amplo de incentivo e fomento a fontes alternativas de energia. E a partir disso, então, são produzidos relatórios, estudos, ações, campanhas de engajamento público para sensibilizar a população com relação a isso. Então a nossa prioridade número um, dentro da campanha de clima, é pressionar o Governo Brasileiro para que se adote uma política nacional de mudanças climáticas com dois focos prioritários. O primeiro é a questão do combate ao desmatamento, o desmatamento zero, e o estímulo da conservação e da viabilidade econômica de uma floresta em pé, de se valorizar os serviços ambientais, e a outra, a outra prioridade então é a questão da discussão de uma matriz enérgica sustentável e o não à energia nuclear.

Como o Paulo tinha colocado nós estamos acompanhando basicamente todos os fóruns de discussão com relação à mudança climática. Então o Fórum brasileiro, o GT Clima do Fórum Brasileiro de Organizações

Sociais, a própria Comissão Mista Especial, os Fóruns paulista das cidades de São Paulo, mineiro, capixaba, o tocantinense, baiano, e etc. Eu coloquei esse *slide* aqui para mostrar que a sociedade está se manifestando, a sociedade tem uma pró-atividade com relação a isso e nós achamos que o Governo também precisa se apropriar desse tema com maior velocidade, com maior pró-atividade. Também citar aqui a iniciativa do Governo do Amazonas que acabou de editar uma política estadual de mudanças climáticas, a Prefeitura Municipal de São Paulo também está trabalhando e brevemente vai lançar uma legislação, e também porque não dizer da política municipal de Palmas que é pioneira e foi a primeira. Então assim como o meu tempo está um pouco curto, resumindo, eu gostaria de agradecer muito, de dizer da importância desse evento, da promoção de Fóruns de discussão dessa natureza, dizer que o Greenpeace está tentando colaborar com essa discussão de várias formas, dizer que nós estamos à disposição com relação à produção de materiais, com relação à disseminação de informação, então como eu sou um cara público, o cara que tem que levar a informação, a gente faz um trabalho de formiguinha, então para a gente interessa falar num amplo Fórum como esse, mas falar de pessoa para pessoa, ou seja, é essencial que todo mundo se aproprie desse tema, é essencial que o brasileiro utilize a sua criatividade para ajudar e colaborar nesse processo. Quero agradecer mais uma vez. Muito obrigado, um abraço *[palmas]*.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Nós queremos agradecer ao Luís Piva, do Greenpeace do Brasil, pela sua exposição. Nesse instante nós passamos a fazer a manifestação alternada entre as perguntas e os parlamentares que vão fazer a sua saudação e as suas informações para esta Audiência Pública. Então nesse momento eu passo a palavra ao Senador Cícero Lucena, do PSDB da Paraíba, e membro titular da Comissão de Mudanças Climáticas e nessa reunião, em especial, Relator da Comissão.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente da Comissão de Mudança Climática, Deputado Eduardo Gomes, demais companheiros Deputados, Deputadas, Deputada Rebecca, Deputada Nilmar, Loures Rocha e Sebastião Bala Rocha também, demais companheiros e expositores, Deputados Estaduais, Vereadores, representantes aqui de ONGs, a imprensa de um modo geral. Eu falarei bastante breve, até porque eu estou tendo o prazer de participar da minha primeira reunião nesta Comissão como membro desta Comissão, já que anteriormente eu já faço parte da Comissão do Meio-Ambiente do Senado e sou Presidente também da Subcomissão de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, algo que com certeza é importante nesse tema que nós estamos discutindo, mas não posso deixar de fazer o registro de que também há poucos dias atrás, na companhia de outros parlamentares, nós tivemos a oportunidade de participar do debate do G-8 mais cinco, que aconteceu em Berlin, na condição de membro legislador desse tema, e obviamente de outros temas, que começa a discutir, a exemplo do que nós estamos fazendo aqui na Comissão de Aquecimento Global, toda a participação e a discussão da legislação internacional que venha colaborar com essa preocupação, que como aqui foi dito anteriormente pelos palestrantes, começa a tomar corpo – bem como pelo Presidente da Câmara -, começa a tomar corpo na consciência de cada um no sentido de que nós temos um papel a cumprir.

E isso, Deputado Eduardo Gomes, eu aprendi de uma forma muito simples e muito objetiva: eu ainda era não era político, em 1989 eu estive na Suíça na companhia de um companheiro nosso, empresário, e ele estava fumando. Um pequeno gesto, um gesto bastante simples, mas simboliza o quanto cada um pode fazer a sua parte. Esse companheiro tinha terminado de fumar o último cigarro numa carteira, um cigarro daqueles que vem embalado no box, ou seja, na caixinha de papel, de papelão, e ele procurou uma lixeira nas ruas de Zurique, a gente caminhando pelo centro daquela cidade, e ele terminou não achando onde depositar essa carteira, ele jogou a carteira no chão. Aí um cidadão suíço, obviamente que eu estou já introduzindo, disse a esse meu amigo após pegar a carteira no chão, ele disse: "companheiro, o senhor jogou sua carteira de cigarro fora". Aí ele então disse: "mas eu não quero mais não". Aí ele então respondeu o suíço: "mas nós também não queremos". Numa demonstração que cada um tem que fazer a sua parte, cada um tem que tomar a consciência, aquilo que foi lembrado aqui com muita propriedade pelos que me antecederam, e é com essa visão que eu posso afirmar que o debate que nós tivemos em Berlin, a poucos mais de quinze, vinte dias atrás, eu posso perceber que o mundo, principalmente os mais ricos, começam, sem aqui querer estabelecer responsabilidade de quem fez mais, quem fez menos, quem tem mais obrigação, quem tem menos obrigação, não é esse Fórum aqui que seja apropriado, até porque não é o tema que está programado, mas sem dúvida os Países mais ricos começam a tomar a consciência de uma frase que foi dita há muitos anos atrás pelo índio americano, um determinado líder indígena disse que *"somente quando acabar as nossas florestas, quando acabar os nossos peixes, quando os nossos rios e lagos secarem é que o povo branco vai tomar a consciência de que não se*

come dinheiro". E os ricos começam, os Países ricos começam a dimensionar da importância da preservação, da preocupação e da ação principalmente, porque aqui foi dito pelos palestrantes que antecederam, sem dúvida com muito brilhantismo, todos os três, tanto o Dr. Paulo Moutinho, como o Divaldo, bem como o Luís Piva, cada um na sua especialização, na sua experiência, de que é essa a consciência que nós precisamos tomar e, principalmente, cada um fazer o seu papel, e aí aqueles que lidam com o meio-ambiente sabem muito bem da história da beija-flor que isoladamente, sozinha, combatendo um incêndio, ia lá, voltava com um pouco d'água no seu bico, despejava no incêndio e perguntaram: "você acha que com esse volume de água você vai conseguir combater esse incêndio?", e ela respondeu que pelo menos tinha a consciência de que estava fazendo a sua parte. Então é com essa visão, com o belo exemplo que Tocantins está dando no sentido de estimular a sua juventude, de estimular o seu debate, a discussão, de ser criativa, a exemplo da participação da Prefeitura de Tocantins, como aqui foi registrado e aí eu quero parabenizar a ex-prefeita pela iniciativa e todos aqueles que colaboraram com ela, para que a gente possa multiplicar os exemplos vividos, hesitosos, bem como denunciar os exemplos que contribuem para o nosso prejuízo ambiental que nós temos e que temos a obrigação de reagir, não só para que ele não se agrave, mas essa nossa geração tem um compromisso maior do que a conscientização que estamos procurando levar através dos debates, através da discussão, e essa Comissão tão bem presidida pelo Deputado Eduardo Gomes com certeza dará uma bela contribuição, porque aqui nós não estamos só querendo diagnosticar, ver os problemas, nós não estamos querendo apenas ver os belos exemplos hesitosos, mas mais do que isso, nós queremos ser instrumentos no Congresso Nacional para estabelecer legislações que foram frutos de debates, de discussões, de amadurecimento, de aprimoramento, e mais do que isso, que possam ser aplicadas. Aplicadas com a consciência e com os exemplos simples que nós temos no nosso Brasil. O Divaldo, entre tanta coisa que ele disse, ele disse que nós podemos tratar isso como um fator econômico, de desenvolvimento sustentável, de viabilidade de crescimento e de justiça social.

E, por incrível que pareça, eu sou muito afeito porque também já tive a felicidade de ter sido Prefeito da capital do meu Estado, da Paraíba, de João Pessoa por duas vezes, de ter participado da solução de um problema, de uma chaga social que era um lixão com mais tempo do que tem essa cidade, cinqüenta anos, onde moravam cento e oitenta famílias e lá nós não fizemos apenas um projeto de engenharia ambiental, mas sim de engenharia social, porque passamos pela civil, pela ambiental e pela solução daqueles que lá sobrevivam de forma desumana, é que nós podemos e temos financiamentos para isso e devemos buscar de forma responsável, com legislação dura, mas legislação amadurecida, legislação bem vivida vamos assim dizer, e eu costumo dizer que nessa questão de resíduo sólido nós temos sempre que ter em mente a importância do vetor econômico, que hoje o que é mais reciclado no Brasil, acima inclusive da média internacional, são as latas de alumínio. Por quê? Porque tem um apêndice econômico que faz com que muitas vezes as pessoas tenham essa reciclagem como meios de vida. Então é com essa experiência, com a realidade que nós vivemos, é com a preocupação social do momento que nós temos que ter, mas principalmente dizer que temos que priorizar a qualidade de vida do meio-ambiente, e só haverá o desenvolvimento sustentável se nós cuidarmos do homem de hoje, mas principalmente garantirmos um futuro mais justo, mais humano e mais solidário. Então, Presidente, eu quero lhe parabenizar, mais uma vez, por essa iniciativa do debate, das Audiências Públicas, e não só sendo feita em Brasília, mas também se deslocando as reuniões às regiões para que a gente possa ouvir e aprender com a sabedoria exemplificada aqui por Tocantins. Muito obrigado *[palmas]*.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Obrigado ao Senador Cícero Lucena. Eu, nesse momento, passo a palavra ao Deputado Marcelo Lélis, Deputado Estadual, Presidente Regional do PV. Tem uma solicitação do Deputado Rocha Loures que quer ouvir o Deputado Marcelo vai falar da tribuna.

DEPUTADO MARCELO LÉLIS (PV-TO): Deputado Federal Eduardo Gomes, a quem eu tenho a honra de cumprimentar, dizer da nossa satisfação imensa de tê-lo representando Tocantins e de tê-lo na presidência dessa importantíssima Comissão. Quero saldar o Senador Cícero Lucena, Deputado Federal Rocha Loures, a minha amiga Deputada Federal Nilmar Ruiz, o Deputado Federal Sebastião Bala, o meu colega Deputado Estadual Júnior Coimbra, o Vereador Evandro Gomes, de Palmas, saldar o Prefeito de Cristalândia, o Dr. Diniz que está aqui, todos os meus amigos e amigas que se fazem presente nessa Sessão, a imprensa. Eu não poderia deixar de usar a palavra porque durante as apresentações desse que foi considerado, em algum tempo, junto conosco, maluco e que hoje é um especialista a nível mundial, e escutando o Divaldo, o meu amigo Divaldo Rezende falar, escutando o meu amigo Luís Henrique Piva falar, e lembrando lá de 2002, quando da administração da

ex-prefeita nós lançamos um projeto que pouca gente entendia, que foi o primeiro projeto de seqüestro de carbono urbano de uma cidade, e vendo o Luís aqui com os seus problemas técnicos, me lembrei de todas as apresentações que fizemos pelo Brasil afora, pelo mundo afora apresentando o nosso projetado.

Me lembrei, Deputado Eduardo Gomes, me lembrei Deputada Nilmar Ruiz, o quanto essa cidade poderia estar à frente, o quanto Palmas está perdendo e perdeu de oportunidade por arquivar, por abandonar um projeto da envergadura que é o projeto de seqüestro de carbono urbano de Palmas. Eu queria aproveitar, Deputado Eduardo Gomes, para propor nessa belíssima Audiência Pública, mais uma vez pedir à Prefeitura de Palmas que retome o projeto de seqüestro de carbono, que implante este projeto, estão aqui as maiores autoridades hoje, em nível mundial, Divaldo Rezende, Luís Henrique, que hoje está lá no Greenpeace, que começou sua carreira profissional na AMATUR, iniciou toda essa trajetória belíssima com o projeto de seqüestro de carbono de Palmas, então fazer esse pedido à Prefeitura de Palmas. Cumprimentar também a Deputada Rebecca Garcia, que chegou agora, e levantar um outro assunto também que é a questão da saída de Tocantins da Amazônia legal. Hoje de manhã eu conversava no Fórum do Lago com o representante da TNC, eu me esqueci o nome dele agora, mas eu tive uma conversa com ele, ele contando da experiência de Mato Grosso. Mato Grosso também estava com essa intenção ou está com essa intenção e a TNC está fazendo um projeto em Mato Grosso para que, o que foi dito aqui por todos, para que a floresta em pé seja conservada através de pagamento, que os Países do primeiro mundo, os Países desenvolvidos, possam pagar para nós, em desenvolvimento, para que a gente mantenha a floresta em pé. Muito melhor do que sair da Amazônia legal e liberar mais desmatamento é nós, os proprietários de terra do Estado de Tocantins, que eles possam receber para manter a floresta em pé, para manter a biodiversidade. Esse patrimônio é imensamente mais importante do que se diminuir as áreas de preservação para o desmatamento, para o aumento da soja e para a criação de gado. No futuro isso vai valer e já vale muito mais do que essa outra medida. Então eu vou colocar também essa preocupação e pedir a todos que estão envolvidos diretamente que o mais rápido possível esse novo mecanismo dos mecanismos de desenvolvimento limpo, ou seja, a manutenção das florestas em pé possam ser implementadas para que a gente possa efetivamente barrar o desmatamento. Parabéns a todos, parabéns ao Senador Lucena, aos Deputados Federais e a todos que estão aqui nessa bela Audiência Pública. Muito obrigado *[palmas]*.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Obrigado Deputado Marcelo Lélis pelo apoio à realização desta audiência. Quero também para registro e divulgação informar a todos os presentes desta audiência que as audiências, as leis, os relatórios parciais e toda a dinâmica da Comissão está disponível no e-mail mclimáticas@senado.gov.br, e o site é do Senado, www.senado.gov.br. Eu passo nesse momento, com muito prazer, a palavra à Deputada Nilmar Ruiz, Deputada Federal, ex-prefeita de Palmas.

DEPUTADA NILMAR RUIZ (PFL-TO): Boa tarde a todos. Eu quero cumprimentar o nosso Presidente da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, o nosso Deputado Eduardo Gomes, a quem a gente tem o prazer de dizer que ter um tocantinense, um Deputado tocantinense à frente dessa Comissão é motivo de muita alegria porque o Estado do Tocantins nasceu com essa égide de desenvolver mantendo o meio-ambiente, da mesma forma que a nossa capital Palmas, Palmas foi criada como a capital ecológica, e todos nós que participamos naquele momento de criação dessa cidade assumimos um compromisso de fazer com que Palmas fosse criada, com que se desenvolvesse, mas mantendo a questão da preservação do meio-ambiente. Eu quero cumprimentar os companheiros de Casa, de Câmara dos Deputados, a minha companheira Rebecca, que está comigo também na nossa bancada feminina da Câmara dos Deputados, quero cumprimentar o meu companheiro Sebastião Bala, Rocha Loures, ele não está aqui, mas eu queria deixar aqui o meu abraço especial, o meu cumprimento, ao nosso Senador Cícero Lucena, que está aqui conosco nesse dia e eu tive o prazer de ser companheira do nosso Senador quando prefeita de Palmas e ele Prefeito de João Pessoa na Frente Nacional de Prefeitos, quero cumprimentar aos nossos Deputados Agno Lins(F), Junior Coimbra, o Marcelo Lélis que hoje me fez passar um filme do nosso trabalho à frente da Prefeitura de Palmas, quero cumprimentar o meu querido Vereador Evandro Gomes, quero cumprimentar Divaldo Rezende, grande companheiro, nós iniciamos juntos, quando eu nem imaginava ser prefeita, nem imaginava ser política, quando eu era Secretária da Educação e você na área ecológica me fez ver a necessidade de nós termos um programa intensivo de educação ambiental, e depois, quando eu fui prefeita, você foi o nosso consultor, o nosso companheiro, o nosso amigo que fez com que juntamente com o Marcelo Lélis, naquela época o nosso Presidente da nossa Agência de Meio-Ambiente e Turismo, fizesse com que Palmas se destaca-se nacionalmente como a primeira cidade a se preocupar com

a questão de seqüestro de carbono e também com as questões ambientais.

Eu quero também saldar ao Luís Henrique, que também eu tive a honra de tê-lo na nossa AMATUR. Eu quero dizer da importância de hoje nós recebermos aqui essa Comissão, e eu acredito que todos os nossos companheiros aqui presentes e a imprensa, que são pessoas interessadas na questão ambiental, eu quero dizer que para nós é fundamental voltarmos a discutir esse tema no nosso Estado com tanta propriedade. Nós estamos vivendo um momento em que ou as pessoas acordam para os danos que estão sendo cometidos, para os crimes ambientais que estão sendo cometidos no nosso planeta ou daqui a pouco nós não vamos ter mais qualidade de vida para os nossos filhos, para os nossos netos, para as gerações que estão por vir. Nós, lá na Câmara, temos essa missão, de estar levando o conhecimento às pessoas do compromisso que se precisa ter, das Entidades Não Governamentais, das instâncias de Governo e dos Legislativos de uma forma geral para que nós possamos cada vez mais avançar na questão da conscientização de que os bens não renováveis, que hoje estão sendo consumidos sem nenhuma preocupação, eles são fundamentais para que nós possamos ter saúde, e a saúde do planeta reflete na saúde dos seus habitantes. Então eu vi um filme passar, eu vi um filme quando os nossos companheiros estavam falando do nosso esforço que foi em poder estar colocando Palmas como a capital ecológica, de estar fazendo com que a comunidade pudesse ter orgulho de ser a Capital, uma das mais verdes, e a Capital que mais estava colaborando para a questão de seqüestro de carbono. Eu vi um filme passar, Marcelo, quando você colocou o seu trabalho à frente da Agência, de quantas vezes nós sentamos para poder estar planejando as viagens, e você fez todas as viagens, que nós recebemos o convite, a primeira cidade a entrar para o CLEI(F) e você lá representando e contando as nossas experiências aqui em Palmas. Então eu quero dizer aos nossos companheiros aqui presentes, quero dizer para os meus companheiros que comigo estão lá naquela Casa discutindo questões que são fundamentais para o nosso Brasil, que para nós é uma alegria muito grande, mas muito grande poder estar recebendo esse presente de hoje na nossa cidade, hoje no nosso Estado, estarmos tendo a oportunidade de escutar tanta coisa e aprender tanta coisa e quero agradecer ao meu amigo, ao nosso Deputado Federal Eduardo Gomes, por nos dar esse presente. O nosso Senador chegou, eu quero repetir na sua presença o que eu falei, mas é uma honra tê-lo aqui na nossa cidade, no nosso Estado, eu que tenho um carinho muito especial pela Paraíba e tenho motivo, o meu marido é Paraibano, eu digo que nós somos quase irmãos, mas é uma honra muito grande tê-lo aqui num momento tão especial para todos nós. Muito obrigada *[palmas]*.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Obrigada Deputada Nilmar pelo apoio também à realização dessa Audiência Pública. Nós passamos a palavra para uma breve intervenção, nós temos alguns oradores inscritos, que fizeram a dinâmica de perguntas por escrito e pretendem ter essa interação com a Comissão, conversaram com a assessoria técnica do Senado e da Câmara, estão trocando idéias, não é uma pergunta, eles querem obter informações da Comissão. Agora faz uma participação breve, que são as perguntas aos palestrantes, está aqui ainda presente o Piva e o Divaldo e a própria Comissão, o Gabriel Necelo(F). Ele está aqui? Eu acho que já saiu. Maria Antônia Valadares de Souza, da assessoria da ADTUR(F). Pode vir para fazer a pergunta. Maria Antonia Valadares de Souza é chefe da assessoria técnica da ADTUR.

SRA. MARIA ANTÔNIA VALADARES DE SOUZA: Bom, o meu nome já foi falado, eu sou Geógrafa, tenho mestrado em meio-ambiente, tenho orgulho de dizer que sou formada aqui no Tocantins, não conheço o mundo, mas conheço o meu Estado, conheço alguns Países, mas estou a caminho de conhecer alguns outros. Eu gostaria de manifestar, eu estava lendo aqui os motivos dos quais as outras Audiências Públicas foram um pouco temáticas e Tocantins foi escolhido água. Bem oportuno porque a gente está paralelamente com o Fórum do Lago, como vocês estiveram participando hoje cedo, e deixar registrado que o plano de desenvolvimento, o plano de água do Estado de Tocantins está em discussão, a elaboração desse plano de recursos hídricos, e a gente não pode esquecer que as grandes hidrelétricas que já foram construídas e que ainda vão ser construídas no nosso Estado, que contribuem com o desenvolvimento do País, que são extremamente importantes, mas que mudam muito a dinâmica, a paisagem do nosso Estado, e que também vão emitir carbono, porque a vegetação será desmatada, a vegetação que ficar submersa, ao ser degrada, ela emite gases do efeito estufa também. Então não pode ficar sem esse registro. E aqui também, fugindo um pouco do assunto, porque foi comentado pelo nobre Deputado Marcelo Lélis e pela Deputada Federal o projeto de seqüestro de carbono de Palmas. Eu tenho uma contribuição nessa paralisação do processo e não poderia deixar aqui de assumir essa contribuição.

No entanto, eu então era Diretora de Meio-Ambiente quando assumi o município, em 2005, e peguei o processo como um especial para olhar, o primeiro

projeto de Palmas quando eu assumi foi esse. Por que é que eu dei uma parada no processo, inclusive incentivei o município a parar o processo? Não a idéia em si, porque realmente Palmas tem o título de capital ecológica, mas o processo, a construção desse projeto não estava dentro daquilo que eu acreditava que deveria ser, que era a participação social, envolvimento da sociedade, comecei a discuti-lo, e foi nesse sentido, não no sentido de dizer que era um projeto de um Governo anterior e que não deveria ser continuado. E que é louvável ter sido pioneiro aqui em Palmas, é muito louvável, acompanhei isso como técnica da área ambiental, estou há mais de quinze anos na área e as pessoas me conhecem, eu sou figurinha carimbada. Eu não estou pedindo desculpas, não vou pedir desculpas por essa paralisação porque eu acredito na maneira como eu pedi para parar no sentido de revisar as condições em que estavam sendo construídas, até porque o Protocolo de Kyoto, você não tem que elaborar projeto só para conseguir recursos em função do Protocolo de Kyoto, tem que ter projeto de desenvolvimento, e conseguir dinheiro com as reduções das emissões é uma cereja no bolo, tem que ter o projeto de fazer o bolo, e para conseguir que tenha essa cereja, você tem que planejar muito bem esse bolo, de repente esse bolo tem que ter uma cobertura branca, se não a cereja na vai aparecer. Foi nesse sentido como técnica, e hoje como geógrafa, como mestre em meio-ambiente, eu gostaria de deixar esse registro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Eu quero agradecer a Maria Antônia Valadares de Souza registrar que a Comissão fica muito feliz de saber que há uma divergência importante e fundamental quando há a informação de que o projeto foi paralisado, mas por um motivo que não seja o descarte do projeto, e isso significa que ele pode ser retomado, então de qualquer maneira essa audiência registra como um avanço e que independente da forma que venha a ser discutido, que ele volte a ser discutido e volte a ser implementado, que é o objetivo final. Então eu agradeço a sua participação nesta Audiência Pública. Eu passo nesse momento a palavra ao Deputado Federal Rocha Loures. Já que estamos alternando, como o Deputado Marcelo Lélis pediu que ele falasse na tribuna, com a palavra o grande Deputado, o grande amigo, o Deputado Rocha Loures do PMDB do Paraná.

DEPUTADO ROCHA LOURES (PMDB-PR): Olha, em primeiro lugar saudar essa terra linda que eu visito pela primeira vez, sou neto de Palmas, mas Palmas do Paraná, porque foi lá que o meu avô nasceu, e agora eu venho a Palmas, a Palmas do Tocantins, que de resto, na sua bandeira maravilhosa, ao lado do nosso pavilhão nacional, dá um exemplo para o Brasil e foi uma grande satisfação. Hoje lá no nosso Estado tinha um grande evento, o Prefeito da Capital pedindo pelo apoio, eu disse: "não, ou eu tenho um compromisso com essa nossa causa climática ou isso vai pela metade". E não vai pela metade, acertei, vim a Palmas, Eduardo você está de parabéns, um grande momento, um grande dia, e eu, para não repetir aquilo que já foi dito, inclusive com mais qualidade, melhor conteúdo e mais competência, eu estou aqui na condição de coordenador do grupo de trabalho de mudança climática da maior frente parlamentar do Congresso Nacional nesta legislatura. São duzentos e oitenta e cinco Deputados Federais que voluntariamente participam destas discussões e sob a liderança do Eduardo. Nós estamos construindo um caminho, a partir da realidade brasileira, com competência científica, na linha de dar a divulgação necessária para que estas ações se transformem por ser esta uma reunião de trabalho, em conseqüência e conseqüentes para principalmente as crianças que não estão aqui presentes. Eu tenho dois filhos, um deles faz aniversário essa semana, e olhando este prédio, esta Casa bonita, eu vi hoje ali um menino, enquanto a Sessão corria, eu vi um garotinho com uma blusa alaranjada chegando, e ele, para mim, sintetiza o esforço do nosso grupo, do nosso trabalho, até porque vocês que ficaram até esta hora são aqueles que deveriam ficar, porque ficaram em busca do conhecimento, da motivação e do entendimento para poder conduzir os nossos trabalhos. Já saudando o Presidente Arlindo Chignalia, que com a sua presença trouxe um prestigiamento para o tema e atenção para o Estado, saudando o nosso Senador Cícero Lucena, o nosso Governador que representa aqui o Senado Federal, saldando as nossas duas e competentes Deputadas, Rebecca Garcia e a Nilmar, minha companheira, eu quero dizer da minha satisfação de estar na condição aqui, na ausência do Deputado Sarney Filho, Presidente da Frente Parlamentar Ambiental, com vocês, e deixo duas singelas sugestões, na realidade talvez três: a primeira, eu não sei se já existe aqui em Tocantins uma Comissão nesta Casa, na Assembléia dos Deputados, já formada, constituída, que ela reproduza esse trabalho que nós estamos fazendo a título federal, nacional, mista do Senado, com a Câmara Federal, e eu gostaria de propor muito humildemente que se é que ela já não exista, que ela seja formada e colabore conosco. Em segundo lugar que nós atuemos nas escolas municipais, estaduais, até porque a questão climática não é partidária, ela é da maior relevância e ela é feita para as crianças e os jovens. Nós temos que a partir dele entrar em cada casa, em cada cidade, em cada comunidade, eu proponho

que façamos ações nas escolas, inclusive com os diversos materiais disponíveis já nesse momento e que cada Estado, cada iniciativa, pode editar o seu numa linguagem lúdica, claro, simples, motivando e organizando essa nossa jornada. Eu queria também, naturalmente, agradecer ao Divaldo Rezende, aos nossos palestrantes, agradecer ao Luís Piva do Greenpeace, a quem estive reunido com o grupo do Greenpeace a poucas semanas atrás, e ao meu amigo Paulo Moutinho que parece que já foi para uma outra palestra que acontece aqui na Quinta Conferência sobre o Lago, que de resto é uma maravilha, e eu tenho que voltar para o Tocantins para conhecer direito esse lago e as outras cidades ali reunidas. Quero também, por final, o meu quase ... não é meu parente, mas o Sebastião Rocha, eu sou Rocha Loures, somos irmãos nessa encaminhada. Muito obrigado, parabéns, que Deus os abençoe e vamos reduzir as emissões de gás carbônico e dos demais gases de efeito estufa. Muito obrigado, parabéns *[palmas]*.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Eu quero agradecer de coração ao Deputado Rocha Loures, nós teve breve comunicações e participações. Eu gostaria apenas de salientar a questão do tempo porque o cerimonial do Presidente Arlindo já comunica que nos próximos minutos a Comissão encerra essa audiência e passa a acompanhar os eventos também do Fórum do Lago, como o lançamento do Barco Nego D'água, também a visita do Presidente à Casa do Estudante. Eu quero passar a palavra com muita honra aqui ao Prefeito de Cristalândia, Dr. Diniz, que pode falar aqui também, a dinâmica aqui dos prefeitos que assistiram à audiência. Eu pediria para levar o microfone sem fio ali na platéia, na tribuna, por favor.

SR. CLARISMINDO MODESTO DINIZ: Boa tarde a todos. Eu gostaria inicialmente de cumprimentar esse grande amigo, o Deputado Eduardo Gomes, o qual nos honra muito em estar aqui em Tocantins com esta Audiência Pública de Aquecimento Global. Também cumprimentar a todos os colegas de bancadas federais, aos Senadores que se fazem presentes, aos Deputados Estaduais, aos Prefeitos e também às pessoas e a imprensa que aqui se faz presente. A gente sabe da importância que é a questão do aquecimento global. A gente houve muito se falar em questão de seqüestro de carbono, de lançamento de CO2 e se fala muito em questão de despoluir, em questão de não desmatar. Eu só queria deixar aqui uma sugestão, porque, além disso, tudo eu acho que existe um tópico muito interessante que às vezes precisava também de ser tratado, daquilo que pratica todos esses atos, que é a questão do controle de natalidade mundial, porque a longo prazo nós vamos ter um problema sério que é o problema da população mundial. Só fala em não desmatar, só fala em não poluir, só fala em seqüestrar, e precisava também, e diveras, cada País com a sua peculiaridade, porque quem tem muita gente deveria fazer o controle, porque não adianta só tomar medidas para evitar, mas também eu acho que precisaríamos também, porque a gente não vê essa discussão em nenhuma audiência, não se tem o controle de natalidade mundial, porque se não vamos fazer todas essas medidas, mas a população vai crescendo, e como é que a gente vai fazer para tomar medidas para que isso seja evitado. Então eu gostaria assim que fosse lembrado, que fosse pensado também nesse outro aspecto, que seja o controle de natalidade mundial porque ela também faz parte desse grande desafio que é barrar o aquecimento global. Fica aqui o meu muito obrigado a todos vocês.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Muito obrigado ao Dr. Diniz pela sua participação. Dr. Diniz é Médico, Prefeito de Cristalândia já pela segunda vez, e o que ele diz tem muito a ver com o que o Governo também já se movimenta para fazer através do Plano Nacional de Planejamento Familiar, e eu até vou pedir para o Divaldo depois que colabore com informação a essa Comissão, porque não é de maneira curiosa e nem coincidência que a China e a Índia e as superpopulações têm, como característica, a poluição desenfreada. Então realmente é uma observação que vai ser levada em conta pela Comissão, Dr. Diniz, porque é justamente nesses gestos de colaboração que a Comissão vai compondo o seu funcionamento. Eu quero passar a palavra aqui para o último inscrito, o Edílson Esteves, Analista de Controle de Zoonozes, que ele faça a sua participação, por favor.

SR. EDÍLSON ESTEVES: Boa tarde. Bom, talvez o que eu fale aqui as pessoas não gostem, mas como a gente está num Fórum, numa Audiência Pública onde o objetivo é discutir, alguma coisa que eu vou falar vai destoar ou vai ser discordante do que foi dito, mas eu acho que o objetivo é esse. Primeiramente falar em mudança climática, a gente tem que falar em alteração ambiental. Eu anotei, eu fui escrevendo conforme as coisas foram sendo faladas, portanto, isso vai nos levar diretamente para a questão de licenciamento ambiental, que é uma ferramenta, é um mecanismo importante da Política Nacional do Meio-Ambiente e eu acho que tem grande possibilidade de impedir muita coisa que está acontecendo, mas infelizmente não é o que a gente está vendo. Com isso a gente tem gestores, representantes públicos que também precisam mudar o seu modo de pensar. Aqui no Tocantins, como a gente

está contemplado aí com uma série de usinas hidrelétricas que a colega já teve a oportunidade de falar, dar a sua contribuição em relação ao metano com relação ao efeito estufa, infelizmente eu tive a oportunidade de ouvir de alguns parlamentares que hidrelétrica só traz impacto positivo. Eu não vou falar mais nada sobre isso, mas isso eu ouvi dizer, enfim, eu ouvi, não foi que me disseram, quer dizer, então os gestores e os políticos vão ter que mudar um pouquinho o seu modo de pensar, não ficar pensando simplesmente que vai vir geração de emprego, que vai vir recurso. O que a gente estamos falando aqui de impacto negativo e as usinas trazem isso como a colega já falou.

Outro detalhe é o seguinte: essa questão das usinas já foi inclusive fruto de trabalho do Ministério de Ciências e Tecnologias, eles têm um trabalho que versa justamente sobre essa contribuição dos reservatórios na questão do efeito estufa, só que esse trabalho simplesmente foi arquivado, quer dizer, não foi utilizado pelo licenciamento e as empresas responsáveis pelos estudos ambientais também não utilizam, quer dizer, a própria União faz um trabalho, mas não divulga porque aquilo vai dar mais gasto para os empreendedores. Então a gente tem ficar atento na questão de licenciamento ambiental e é nisso que eu vou bater na maior parte das coisas que eu vou falar aqui. Em relação ao Tocantins, infelizmente a gente não caminha para o desenvolvimento sustentável. Eu estou aqui desde 2000, adoro esse Estado, adotei como a minha casa, apesar de ser de São Paulo, mas eu não estou vendo desenvolvimento insustentável aqui. Todos os empreendimentos, todos os empreendimentos estão tendo algum problema e estão sendo tocados à frente. Peixe Angical teve uma quantidade de material lenhoso que foi retirado e foi queimado, pôxa, tirou, queimou e não se aproveitou, Lago do Lajeado não foi desmatado, Usina de São Salvador está com problema. Falaram com relação à necessidade de termos meios de transportes mais adequados como hidrovia e como ferrovia. Também concordo, só que tem um problema de como que isso é implantado. A ferrovia norte-sul foi inaugurada recentemente, cheia de problemas ambientais, inclusive com destruição de nascentes. Eu presenciei a destruição de uma, fui informado que foram destruídas mais quatro, mas foram inauguradas, quer dizer, a gente está tendo alternativa de transporte, mas não está tendo preocupação com o meio-ambiente. Isso eu faço questão de falar questão porque o Tocantins está absorvendo tudo isso. Rodovias. As rodovias que estão sendo instaladas e infelizmente não estão tendo cuidado com os cursos d'água, que secando o curso d'água vai morrer vegetação, efeito estufa aí.

Então tudo está interligado e tudo isso que eu estou falando é submetido a processo de licenciamento ambiental. Então tanto o processo de licenciamento ambiental federal como o estadual, tá, está devendo. Mas está devendo por quê? Porque sofre pressão. Então enquanto o licenciamento ambiental não puder trabalhar da maneira como quer, porque os técnicos têm vontade de trabalhar e identificam os problemas, só que muitas vezes é solicitado que eles não tomem as devidas atitudes, e que isso fique registrado também. Bom, em relação a Tocantins contribuir para obter uma mudança climática, realmente contribui, mas é no sentido de desmatar, de queimar e de preservar muito pouco. Isso está claro, eu tenho fotos para mostrar isso, a gente não está indo para o desenvolvimento sustentável. Em relação aos profissionais que foi colocado que a gente tem aqui bastante profissional envolvido com o tema, realmente temos bastantes profissionais que estão se virando para conseguir fazer alguma coisa, só que atrás, infelizmente atrás de toda a boa ação desses profissionais, infelizmente aparece um projeto, um grande projeto licenciado que aqui é muito mal acompanhado e que acaba contribuindo com essa questão das mudanças climáticas. Então seria essa a minha contribuição. Obrigado *[palmas].*

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Edílson, muito obrigado, você contribuiu muito, até porque a Comissão não tem a mínima condição de fazer afirmativas de um Estado em pleno desenvolvimento sustentável. É uma construção e eu acho que esse debate sobre as usinas e o debate sobre geração de energia alternativa me levou muito para essa questão do debate das mudanças climáticas e o que é preciso é reforçar os Institutos de Ciência, dar um reforço profissional às áreas de licenciamento, mas é preciso também entender as conseqüências de fazer e não fazer. Por exemplo: a incompetência com relação ao entendimento de licenciamento de empreendimentos hidrelétricos, ou seja, o que pode e o que não pode fazer, está levando o Brasil a inverter totalmente a sua matriz enérgica. País que tem 80% da geração hidrelétrica limpa e que tem isso como um diferencial no plano mundial, na questão de geração de energia, para os leilões de energia de 2010, de 2012 e de 2014, vão colocar no mercado quase que meio a meio geração hidrelétrica e geração térmica a diesel. Além da conseqüência ambiental, o que nós vamos ter é a conseqüência no bolso do consumidor de uma energia suja e mais cara. Então eu concordo plenamente com o que você está falando, só que eu acho que trazer para esse tema de mudanças climáticas a discussão dos técnicos e esse é um dos pontos até que eu quero deixar registrado aqui, porque eu acho

que nós não podíamos deixar de registrar, Deputada Rebecca, que a primeira providência desta Comissão foi reunir-se com cientistas, com os institutos de pesquisa e garantir para que no orçamento da União do próximo ano o Brasil tenha um aumento substancial no investimento e pesquisa e desenvolvimento do corpo técnico e daqueles que podem apresentar alternativas. Então a gente está realmente num ambiente que não só o Tocantins, mas a gente ouviu isso em Manaus, observado tem uma política estatal muito mais forte, uma consciência de um Estado que é 98% preservado, mas também o debate também é esse, é uma discussão interna do planejamento econômico social daquele Estado, ouvimos isso também em Belém e eu acho que no Tocantins a gente tem que aproveitar o voluntarismo, o trabalho, até a boa vontade, porque é um tema tão difícil que até a boa vontade é capital muito forte nisso. Então é isso que a gente está fazendo, é pegar a sua sugestão, o seu trabalho, e eu queria que você mantivesse contato com a Comissão para ajudar mais ainda também. Muito obrigado pela sua participação. Eu quero também registrar a presença do Prefeito de Caseara, o Valtinho, que está aqui também assistindo a essa audiência. Quero passar nesse momento a palavra à Deputada Rebecca Garcia, que é o Deputada pelo PP do Amazonas e que foi a anfitriã da Audiência Pública que nós tivemos lá no dia 18, na Assembléia Legislativa de Manaus.

DEPUTADA REBECCA MARTINS GARCIA (PP-AM): Eu gostaria de cumprimentar o Presidente Eduardo Gomes, no nome de quem gostaria de cumprimentar a toda a Mesa e demais parlamentares, senhores e senhoras, procurar ser breve em função do nosso horário, que já está atrasado. Eu gostaria de registrar quanto me surpreendeu a produção de informação do Estado de Tocantins quando se fala em mudança climáticas. Fiquei positivamente impressionada com as palestras que eu ouvi aqui do Dr. Paulo Moutinho, do Dr. Divaldo, do Luís Henrique, e me impressionou muito esse tipo de produção de informação aqui. Eu, que venho do Estado do Amazonas, quando se pensa em mudanças climáticas pensa-se muito em Amazônia, e quando se pensa em Amazônia pensa-se no Estado do Amazonas, e entendo hoje que é diferente. Eu gostaria de parabenizar ao nosso Presidente Eduardo Gomes pela iniciativa dessas Audiências Públicas, dessas reuniões, a Comissão entende que ninguém é dono de verdade absoluta, por isso sim a necessidade de Audiências Públicas para se ouvirem doutores, para se ouvirem parlamentares e para se ouvirem cidadãos também, e cada um ajudando e contribuindo de sua forma. Entendo que leis são fáceis de serem mudadas, nós juntamos uma meia dúzia de Deputados e conseguimos mudar uma lei, agora costumes e hábitos, esses sim são diferentes e são difíceis de serem mudados, e o que nós estamos vivendo hoje é uma grande mudança de hábito, mudança de costumes, mudança de como vamos gerir a partir de então, como é que vai ser essa nova sociedade, essa nova sociedade que vai ter que começar a entender e aprender como se preservar, então é para isso que estamos nos reunindo em vários Estados para ouvirmos diferentes estudos, diferentes entendimentos da situação que estamos vivendo hoje. Eu gostaria de parabenizar o Estado do Tocantins por todo esse trabalho desenvolvido muito antes de se chegar, se é que estamos vivendo um modismo da preservação ambiental, então muito antes disso vimos aqui que o Estado já estava se preocupando com essa condição. Então eu gostaria de deixar aqui os meus parabéns ao Estado do Tocantins e de entender que vocês têm feito a parte de vocês, nós dos outros Estados vamos ter que fazer a nossa e dessa maneira contribuir para que o Brasil contribua para o mundo na preservação ambiental. Obrigada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Muito obrigado, Deputada Rebecca Garcia. Eu passo a palavra para um breve complemento, ele começou a falar e eu voltei, começou a palestra, Deputado Sebastião Bala Rocha, que é do Amapá, então aqui nós temos parlamentares do Brasil inteiro e ele vai deixar aqui também a sua mensagem. V. Exª tem a palavra e em seguida vamos para um ato aqui interessante para anunciar essa Comissão e encerrar a Sessão. Por favor.

DEPUTADO SEBASTIÃO BALA ROCHA (PDT-AP): Obrigado Deputado Eduardo, já tive a oportunidade de conversar um pouco aqui com a plenária e quero, nesta fala rápida, apenas homenagear o povo de Tocantins e o faço especialmente na pessoa de V. Exª, Deputado Eduardo, e na pessoa da Deputada Nilmar Ruiz, fazendo referência e justiça à atuação dos parlamentares de Tocantins no Congresso Nacional. O Deputado Eduardo Gomes ocupa uma posição de destaque no Congresso e em todas as conversas que eu tive oportunidade de ter com ele, tanto no Amazonas quanto aqui em Tocantins, sempre senti de perto a devoção que ele tem pelo Estado de Tocantins e o compromisso. Claro que ele está comprometido com toda essa questão climática, haja visto que preside uma Comissão importante do Congresso, mas sobretudo se destaca na atuação do Deputado Eduardo essa preocupação e o compromisso dentro da Comissão de Orçamento e dentro da Casa pela importância que ele tem, pelo prestígio que ele tem na Casa, em transformar esse prestígio em benefício do povo de Tocantins,

da mesma maneira a Deputada Nilmar e os demais parlamentares no Congresso Nacional, meus colegas. Quero saudar também a bancada de Deputados Estaduais aqui presentes, os Prefeitos e todas as demais pessoas que estão aqui, cumprimentar a minha colega Rebecca, o Rocha Loures, o companheiro Rocha, e também o Senador Cícero Lucena e homenagear também o Deputado Carlos Gaguim, Presidente desta Casa que nós temos aqui o prazer de visitar e conversar aqui na tribuna. Apenas para, como eu disse, em rápidas palavras dizer o que o que nós vivemos hoje no mundo é uma mudança cultural, é uma mudança de comportamento. O Divaldo colocou muito bem que os loucos de ontem são os especialistas e cientistas de hoje. Eu sou caboclo da região ribeirinha do Amazonas, nasci numa ilha, e o que eu quero é que os caboclos da região amazônica, também como os pioneiros daqui, também como os pioneiros daqui, as pessoas de mais idade, também os mais jovens possam no futuro ser também especialistas na floresta, saber cuidar do meio ambientado, e para isso o Governo tem uma responsabilidade muito grande e nós parlamentares também, nós que tivemos essa oportunidade de vir aqui, de falar da tribuna da Câmara ou daqui ou no Senado, seja onde for, nós estamos fazendo o que? Essa transformação de comportamento da sociedade, essa mudança cultural, não é? Só não sei se o Presidente Bush vai ser capaz de se converter em ambientalista, eu coloquei isso lá na Câmara quando ele veio ao Brasil, porque os Estados Unidos insistem em resistir ao Protocolo de Kyoto. Então essa mudança cultural, ela hoje abrange todos os segmentos da sociedade, do mais humilde ao mais graduado, dos estadistas aos cientistas, e, como eu disse, deve atingir também aos caboclos da região Amazônia e os pioneiros dos outros Estados. Então nós fazemos partes desse processo. Lá no Amazonas teve umas das falas que colocou pontualmente que a conservação, a proteção do meio-ambiente, por isso o controle desse aquecimento global está nas mãos de cada um de nós, também por iniciativas individuais, pessoais, mas é claro que o setor público é que tem a maior responsabilidade de dar essas garantias, de dar essa proteção para as pessoas terem um meio-ambiente adequado. Então muito obrigado aqui pela receptividade, o povo de Tocantins é um povo muito hospitaleiro e para nós foi um grande prazer estarmos aqui, tem sido um grande prazer estarmos aqui em Palmas, nessa bela cidade aqui de Tocantins. Muito obrigado *[palmas]*.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Nesse momento eu vou passar a palavra ao Divaldo Rezende que vai passar uma informação preciosa à Comissão, e para dar uma informação também ao Deputado Rocha Loures que o requerimento para a criação da Comissão de Mudanças Climáticas no âmbito da Assembléia Legislativa será apresentado amanhã, na Sessão de amanhã pelo Deputado Marcelo Lélis *[palmas]* e pelo Presidente Gaguim. Eu tenho certeza que o Deputado Júnior Coimbra vai subscrever porque ele também é um grande parlamentar e um grande amigo. Com o Deputado Junior Coimbra a palavra, o meu amigo.

DEPUTADO JÚNIOR COIMBRA (PMDB-TO): Meu amigo Eduardo Gomes, ex-colega de Câmara Municipal de Palmas, nós que demos sustentação à administração [interrupção no áudio] (2:59:45).

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Eu estou ligando todos para ver se eu acerto um aqui. Está gastando energia.

DEPUTADO JÚNIOR COIMBRA (PMDB-TO): Para mim é um prazer muito grande, Eduardo, em poder estar participando desta Audiência Pública presidida pelo amigo Eduardo Gomes que tão bem representa o Tocantins na Câmara dos Deputados e hoje presidindo a Comissão Mista de Mudanças Climáticas. Com relação ao tema abordado pelo Deputado Rocha Loures, do Paraná, eu vou assinar conjuntamente com o Deputado *[palmas]* Marcelo Lélis, eu que sou Presidente da Comissão do Meio-Ambiente aqui da Assembléia Legislativa, sou interessado no tema, e com certeza procurarei dar a minha contribuição juntamente com o Deputado Marcelo Lélis, que é um ambientalista convicto desde as épocas aí da AMATUR, Agência de Meio-Ambiente, quando ele era Secretário da Agência Municipal desta área aqui na Capital. Nós estaremos juntos nesse processo e eu gostaria de cumprimentar aos demais Deputados, a Deputada Nilmar, minha querida minha, a Deputada Rebecca lá do Estado do Amazonas, eu já tive o prazer de conhecê-lo, o Deputado Rocha, ali também, amazonense e Deputado do Amapá, então para mim é um prazer de estar participando com V. Exªs desta Audiência Pública e desejar a você, Eduardo, muito sucesso aí na sua trajetória de proteção do nosso clima.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Obrigado. Divaldo.

SR. DIVALDO REZENDE: Bem, primeiro eu quero dizer da grande alegria e satisfação da realização dessa Comissão aqui, vocês estão de parabéns, e continuando com o pioneirismo e a inovação de Tocantins, nós não podemos perder essa oportunidade da presença da Comissão e nós gostaríamos de assinar aqui durante a Sessão da Comissão o primeiro contrato de carbono do mercado voluntário a ser assinado no Brasil dentro dos padrões *[palmas]* internacionais de reconhecimento do sistema voluntário de carbono.

Então eu gostaria, nessa homenagem, de convidar o Roni Abrahão para que a gente assine o contrato, e eu gostaria de convidar o Deputado Eduardo Gomes, Deputada Nilmar para que a gente pudesse assinar esse contrato como testemunha. Eu gostaria também de estender essa satisfação com os nossos Deputados Júnior Coimbra e Marcelo Lélis também *[palmas]*.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): A Comissão reforça o convite para a solenidade de inauguração do Barco Nego D'água, que ocorrerá às dezenove horas, e a Casa do Estudante, seria às dezessete horas, mas não conseguimos chegar um pouquinho antes da fala do Arlindo. A Deputada Nilmar vai assinar agora como testemunha e nós vamos proceder ao encerramento da Sessão.

[palmas].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Eu queria, nesse momento, agradecer de maneira muito destacada a dedicação, o apoio dos funcionários da Assembléia Legislativa ao cerimonial, a todos os servidores desta Casa, em nome do seu Presidente, Deputado Carlos Henrique Gaguim, agradecer a imprensa Tocantinense que tem uma pauta verde nesses últimos dias, mas não é uma novidade porque o Estado sempre teve esse viés e a imprensa sempre correspondeu a essa necessidade de divulgação dos eventos ligados ao desenvolvimento sustentável. Quero agradecer muito ao Paulo Moutinho, que acaba de fazer a sua apresentação no Fórum do Lago, relâmpago, quero agradecer ao Piva, quero agradecer ao Divaldo, quero agradecer aos Prefeitos, Vereadores, aos funcionários do Senado Federal, através da Verônica, Secretária da Comissão, a toda a assessoria, aos funcionários e assessores da presidência da Câmara dos Deputados, à TV Câmara, a todos os profissionais que mobilizaram esforços para a realização dessa que eu considero uma audiência histórica, que dará muitos frutos ao Tocantins por conta da sua repercussão continuada nos sites, no relatório parcial e final da Comissão, na repetição na Rádio Senado, na TV Câmara. Portanto, foi um dia muito feliz e uma audiência muito boa. Reforçar o meu agradecimento ao Sebastião Rocha Bala, agradecer a capacidade de síntese de conhecimento da Deputada Rebecca, porque ela fez um esforço muito grande para chegar aqui, eu já havia até ligado preocupado com o atraso do avião, mas ela veio, o meu reconhecimento, a minha gratidão, à Deputada Nilmar, minha amiga, ex-prefeita de Palmas, ao Senador Cícero Lucena, a todos vocês e a Deus por ter deixado tudo isso acontecer de maneira tranqüila. Muito obrigado. Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo e convocando para a próxima reunião, no dia 06 de julho, na cidade de Campo Grande, no Estado do Mato Grosso do Sul, na Assembléia Legislativa. Está encerrada a reunião. Obrigado Rocha Loures, obrigado a vocês, muito obrigado *[palmas]*.

COMISSÃO MISTA ESPECIAL "MUDANÇAS CLIMÁTICAS"

ATA DA 17ª REUNIÃO – Realizada em 03/07/2007

Ata Circunstanciada da 17ª Reunião de 2007, da Comissão Mista Especial "MUDANÇAS CLIMÁTICAS", criada pelo Ato nº. 01, de 2007, "destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil", realizada em 03 de junho de 2007, terça-feira, às 14h30, na Sala nº 15 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada à apreciação de requerimentos. Nesta reunião foram aprovados, por unanimidade, os requerimentos de nº 26 a 31.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Deputado **Eduardo Gomes** *(PSDB-TO)* **–** Presidente
Senador **Fernando Collor** *(PTB-AL)* **–** Vice-Presidente
Senador **Renato Casagrande** *(PSB-ES)* **–** Relator
Senador **Valter Pereira** (PMDB-MS)
Senador **Delcídio Amaral** (PT-AC)
Senador **João Ribeiro** (PR-TO)
Deputado **Fernando Ferro** (Bloco PT-PE)
Deputado **Augusto Carvalho** (PPS-DF)
Deputado **Luiz Carreira** (PFL-BA)
Deputado **Rodrigo Rollemberg** (Bloco PSB-DF)
Deputado **Sarney Filho** (PV-MA)
Deputado **Rocha Loures** (PMDB-PR) – Suplente
Deputado **Ricardo Barros** (Bloco PP-PR) – Suplente
Deputado **Antonio Carlos Mendes Thame** (PSDB-SP) – Suplente
Deputado **Jorge Khoury** (PFL-BA) – Suplente
Deputado **Eduardo Gomes,** Presidente

COMISSÃO MISTA ESPECIAL MUDANÇAS CLIMÁTICAS

17ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA ESPECIAL, criada pelo Ato Nº. 001, de 2007, "DESTINADA A ACOMPANHAR, MONITORAR E FISCALIZAR AS AÇÕES REFERENTES ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO BRASIL".

REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2007, TERÇA-FEIRA, ÀS 14 HORAS E 47 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Havendo número regimental decla-

ro aberta a 17ª Reunião da Comissão Mista Especial, criada através do ato conjunto nº001 de 2007, do Congresso Nacional, destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil.

Esclareço que a pauta desta reunião administrativa destina-se a apreciação dos Requerimentos de nº26 a nº32.

Antes, porém, submeto a Comissão a dispensa da leitura das Atas das sessões anteriores, se for de consenso, Deputado Rocha Loures.

DEPUTADO RODRIGO SANTOS DA ROCHA LOURES (PMDB-PR): Apoiado, Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Bom, então, está em votação a dispensa da Ata das seções anteriores. Em discussão. Em votação.

Os senhores parlamentares que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Aprovado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Gostaria de fazer duas observações. Sei que há parlamentares que passaram pela Comissão, estão retornando a esta reunião e temos uma reunião da frente parlamentar, parlamentarista, que está acontecendo aqui ao lado, e também outros parlamentares, também, se dirigirão a esta Comissão, mas passo a fazer também a leitura de alguns informes importantes para a Comissão.

Primeiro, para agradecer a assessoria e a presença dos parlamentares que participaram da Audiência Pública da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, na cidade de Palmas, que contou com a presença do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Arlindo Chinaglia, e que fez parte de uma extensa programação, dando destaque para realização do 5º Fórum do Lago, em defesa do Lago, da Usina Luis Eduardo Magalhães, o lançamento do Barco Ecológico Nego D'água e a inauguração do auditório da Universidade Federal do Estado de Tocantins, com a presença de diversas autoridades.

Passo também a registrar para esta Comissão que o Relator da Comissão, o Senador Renato Casagrande, na semana passada, em Audiência com o professor Pinguelli Rosa, que preside e coordena o Fórum de Mudanças Climáticas no Brasil, solicitou Audiência para o próximo dia 10, e este Requerimento também estará em pauta, mas na discussão com o professor Pinguelli, ficou decidido que é um momento em que esta Comissão, que já tomou algumas providências, com relação ao conhecimento da necessidade e investimento nos institutos de pesquisa, avaliação sobre a proposta e das políticas estaduais de mudanças climáticas e a publicação dos relatórios do IPCC, que também, neste momento, a Comissão Mista de Mudanças Climáticas, reforce a necessidade de um trabalho mais sintonizado com as ações do Fórum de Mudanças Climáticas, e o seu fortalecimento junto ao governo, e entramos, então, portanto, num momento decisivo do funcionamento desta Comissão.

Passo também a fazer a leitura, que é breve, de um convite que foi formulado à presidência desta Comissão e extensivo aos membros da Comissão, formulado pela embaixada britânica, em Brasília, e passo a fazer a leitura deste convite, que está assinado pelo Sr. Peter S. Collett, e o assunto é visita ao Reino Unido.

"Sr. Deputado, escrevo para convidar Vossa Excelência e outros membros da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas a participar de uma visita ao Reino Unido, em julho de 2007. Espero que a oportunidade seja útil para Comissão no desenvolvimento do seu programa de trabalho e no aumento da colaboração entre nossos países no campo das mudanças climáticas. O objetivo da visita é viabilizar encontros com parlamentares e outros indivíduos, no Reino Unido, que compartilhem do interesse, no combate as mudanças climáticas, bem como troca de experiências e idéias, com tais interlocutores.

Sugiro que seja cumprido um programa de três dias, entre os dias 16 e 18 de julho, do corrente, que poderia concluir os seguintes itens, entre outros.

Comissões parlamentares britânicas, relacionadas às mudanças climáticas; Audiência com essas Comissões, parlamentares específicos, inclusive, aqueles com interesse no Brasil; indivíduos ligados a divisão de programa de mudanças climáticas, representantes graduados do governo britânicos, lidando com mudanças climáticas; instituições financeiras e líderes empresariais interessados na temática de mudanças climáticas; gabinete do Lord Mayor, no contexto de sua visita programada ao Brasil em agosto de 2007; representantes da CO2 e Cantor, firma prestadora de serviços para os mercados ambiental e energético, da qual há também a participação do ambientalista Edvaldo Resende, que recentemente, participou de Audiência Pública, dessa Comissão, proferiu uma bela palestra na cidade de Palmas, uma visita a CBI– Conferation of British Industry– para explorar como empresas e legisladores podem cooperar, no âmbito das mudanças climáticas. A embaixada britânica terá muito prazer em receber a comitiva, os membros da Comissão.

Além disso, a embaixada oferece elaborar um programa de visita e colocar a disposição um funcionário britânico para acompanhar a comitiva. No meu entendimento é que a Comissão providenciará os recursos para os demais elementos da visita, tais como

transporte, tal, tal, tal... refeições, e o necessário para contratação de intérprete.

Dado o pouco tempo que temos para planejar a visita ficaria grato se informado tão rápido, quanto possível, dos nomes dos membros da Comissão e auxiliares que participarão da visita, bem como, qualquer sugestão a respeito do programa.

Espero, sinceramente, que lhe seja possível aceitar o convite e que possamos intensificar a nossa colaboração com a Comissão.

Além desta programação, há uma solicitação de Audiência com o economista Nicholas Stern, que fez a avaliação sobre os Relatórios do IPCC, e que já é de conhecimento de todos a sua idéia e a discussão e a colaboração que ele pretende dar principalmente, no foco do impacto econômico de mudanças climáticas ".

Assina Peter Collecott, Embaixador de Sua Majestade Britânica. É essa a comunicação.

Nós temos, temos também o informe sobre a visita, Audiência Pública, que será realizada na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, nessa sexta-feira, dia 6, há uma programação e a definição dos parlamentares que irão participar, que desejem participar dessa Audiência Pública, no mesmo perfil das Audiências Públicas, que foram realizadas em Belém, na Assembléia Legislativa, no estado do Amazonas, em Manaus e a Audiência de Palmas.

Nós temos um Requerimento, aqui, na pauta, de nº 26, da Deputada Perpétua Almeida, do PCdoB.

DEPUTADO RODRIGO SANTOS DA ROCHA LOURES (PMDB-PR): Presidente, só para fazer um registro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Pois não, Deputado.

DEPUTADO RODRIGO SANTOS DA ROCHA LOURES (PMDB-PR): Só para fazer um registro, até antes de entrarmos na questão dos Requerimentos, eu queria fazer um registro do encantamento que tive quando visitei o estado do Tocantins, que eu não conhecia, Presidente, que é o estado de V.Exa., eu tinha uma outra expressão imaginária ainda, da cidade de Palmas, por desconhecimento, fiquei extremamente bem impressionado com a cidade e, em particular, da preocupação que percebi, não só da Assembléia Legislativa, como também nos encontros que tivemos com o prefeito, com o governador que representava lá, o governador Marcelo Miranda, com a disposição do estado em fazer um trabalho, inteligente, conseqüente, importante, na questão do meio ambiente.

Estão lá protegidas, ao meu ver, não só do lago e por ocasião do evento do lago, também acho importante registrar para que fique aqui, na história do nosso Congresso Nacional, que ali, naquele estado brasileiro, estado de V.Exa., está sendo construído com muito carinho, com muito cuidado, não só o estado, que é jovem, se não me engano tem 18 anos, mas um projeto civilizatório, que pode, eu acho, no caso da questão nossas das mudanças climáticas, ser uma oportunidade e um exemplo para a gente poder desenvolver, em outros estados brasileiros, uma política, ainda que regional, que será naturalmente alinhada com um marco regulatório nacional, da legislação, que sem dúvida, vai prevalecer nesta Casa, e a partir do trabalho desta Comissão, portanto, parabéns pela estado, parabéns pelo pela cidade e parabéns pela visita em que, inclusive, não só a mim, mas encantou também ao nosso Presidente Arlindo Chinaglia, como encantou também, o, Senadores presentes e de resto, toda a nossa Comissão. Parabéns, Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Obrigado, Senador Deputado Rocha Loures.

Essa Comissão comemora sua vinda, agora, em definitiva, para os seus trabalhos, e eu passo também, com muito prazer também, a palavra ao Deputado Fernando Ferro.

DEPUTADO FERNANDO DANTAS FERRO (PT-PE): Sr. Presidente, eu, primeiro, eu queria justificar a minha ausência dessas reuniões. Eu estive, por motivo de saúde, afastado quase um mês, e, portanto, fiquei privado de comparecer as Audiências, aqui, dessa Comissão, então, estou retomando e quero, por isso, justificar, já encaminhei, inclusive, a justificativa médica para o afastamento, mas gostaria também de registrar isso aí, oralmente, além disso, eu gostaria de agregar uma informação. É que nós estamos relatando, na Câmara dos Deputados um Projeto de Lei, um projeto de Decreto Legislativo, sobre mudanças de procedimentos da Câmara dos Deputados em relação a compatibilizar os trabalhos da Câmara, com relação a política de mudanças climáticas, eu acho que isso, de uma maneira, terá que ser incorporado pelas duas Casas, pelo Congresso como um todo, nós temos uma série de práticas, que aqui na nossa Casa, não são sustentáveis e, evidentemente, todo o debate sobre mudanças climáticas, ele incorpora muito a questão local e a questão global, se cada um de nós não fizermos, nos nossos gestos mais elementares da vida, não tivermos atitudes preservativas e sustentáveis, de preservação de sustentabilidade, nós evidentemente, não estaríamos contribuindo no discurso e na prática, eu quero crer que, em breve, nós teremos que fazer, eu não sei se nessa Comissão, que ela não é uma Comissão temática e especifica, mas também deva ser preocupação sobre como incorporar essas atitudes das mudanças

de padrões de consumo e de procedimentos cotidianos, que temos em relação a combater a emissão de gases do efeito estufa e a conseqüente incorporação nessa luta em defesa, contrária as alterações promovidas para que tenha tanto acarretado o clima no mundo, então, nós estamos relatando e iremos encaminhar, inclusive, trazendo algumas sugestões que gostaria depois de discutir como parte dessa resolução, dessa Comissão, e por fim, dizer que gostaríamos, inclusive, de ver, a partir desta Comissão, ser criada, do Congresso Nacional, um prêmio, ou alguma comenda, ou alguma ação de incentivo a pesquisa, a divulgação e a políticas de combate a mudança climática, que poderia ser resultante, inclusive, do Relatório, do que se irá propor nesta Comissão.

Sr. Presidente lhe agradeço pelo tempo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Deputado Fernando Ferro, a Comissão se alegra muito, primeiro, com a sua recuperação, mas principalmente com a colaboração de grande valia de V.Exa. como um dos maiores especialistas na área de energia do Congresso Nacional e tendo ainda essa Comissão, na sua segunda fase, no segundo semestre, justamente o período para o um grande debate, há um debate configurado, já no Relatório parcial, do Senador Renato Casagrande, que contempla o debate extenso por esta Comissão, com relação a fontes renováveis de energia e tenho certeza que V.Exa. irá colaborar muito com esse debate, com o seu conhecimento, com a sua participação, bem como a coincidência também, de que essa Comissão aprovou para o segundo semestre, uma das Audiência Pública já que realizamos em Belém, em Manaus, Palmas e na sexta-feira nós teremos o prazer de sermos recepcionados lá, pelo Senador Delcidio de Amaral, nós realizaremos em Campo Grande, no segundo semestre, há uma Audiência Pública marcada já, especifica discussão sobre a caatinga, na cidade de Fortaleza e V.Exa. como um nordestino presente, competente, tenho certeza que vai colaborar muito, então a Comissão se alegra muito com sua recuperação em primeiro lugar, mas também a partir de agora, sabendo que pode cobrar dobrado de V. Exa. a participação nessa Comissão.

Nesse momento, eu nomeio o Relator *ad hoc* para esta reunião e deliberação dos Requerimentos o Deputado Augusto de Carvalho, fazendo e chamando a atenção, de maneira positiva de censo comum das Audiências Públicas, desta Comissão, em todas as assembléias, em todos os institutos de pesquisa, é a necessidade da colaboração que esta Comissão pode dar ao aumento e ampliação dos recursos para os institutos de pesquisa desse país. Foi possível encontrar, nessa primeira fase de debate, tanto no museu Emílio Goeldi, como no IPAN, como na EMBRAPA ocidental, em todos os organismos, uma boa vontade e a capacidade dos funcionários e dos cientistas muito grande para colaborar com o desenvolvimento sustentável, mas é necessário, e por isso que faço essa observação, porque sei que o Deputado Augusto de Carvalho vai se debruçar sobre o assunto, que essa Comissão apresente o levantamento histórico de consolidação de recursos dessas instituições e que haja realmente o que já está previsto, uma Audiência com Relator setorial, com os Relator setoriais, uma Audiência com o Presidente da Comissão de Orçamento para que o Brasil tenha condições de investir, mais ainda, na área de pesquisa e desenvolvimento e ciência, nesse momento, em que é crucial sabermos aplicar melhor os recursos e dar alternativas a sociedade brasileira para combater o efeito das mudanças climáticas.

Passo então, para discussão do Requerimento nº26, da Deputada Perpétua Almeida. A solicitação requer a realização de Audiência Pública, nesta Comissão, com representantes da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a ONG Instituto do Homem e do Meio Ambiente, para discutir ações de reflorestamento na Amazônia brasileira.

Em discussão. Em votação. Sr. Senadores e Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

Requerimento nº 27, de autoria do Deputado Eduardo Gomes.

Convite.

Solicita que sejam convidados os Srs. Fábio Feldman, Advogado, Ambientalista e ex-Deputado e Alexandre Luis de Almeida Davinhon(F), professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), para palestra de Audiência Pública, que será realizada na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, no dia 6/ 7/ 2007.

Em discussão. Em votação. Srs. Senadores e Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

Requerimento nº 28, de autoria do Deputado Eduardo Gomes. Solicitação.

Requer a esta Comissão providenciar uma Audiência Pública, na cidade do Rio de Janeiro, com finalidade de debater o tema– Aquecimento Global com o setor elétrico, essa foi uma sugestão do professor Pinguelli e de alguns outros cientistas, entendendo a necessidade que esta Comissão, já que tem no segundo semestre, algumas audiências marcadas, mas não especificamente com esse tema, que possam participar e justamente agora, que já se discute a retomada da construção de Angra três, os leilões futuros sofrem a pressão da dificuldade do licenciamento ambiental e

proporcionam, por esta reanálise ambiental, acabam proporcionando uma discussão quase que inevitável de mudança de matriz, nós vamos ter muito mais energia térmica a diesel no futuro, se a gente não se debruçar sobre esse tema então, basicamente, foi uma solicitação do professor Pinguelli Rosa, esta Audiência.

Está em discussão. Srs. Senadores e Srs. Deputados que concordarem permaneçam como estão. Aprovado.

Solicitação de nº30, de autoria do Deputado Eduardo Gomes.

Requer que a Comissão forme delegação de Deputados, eu fiz a leitura na íntegra, o Senador Delcidio não havia chegado ainda, mas peço a assessoria que passe uma cópia, do contato que foi feita pela embaixada britânica com esta Comissão, numa pauta especifica, para uma reunião de trabalho, com membros do governo britânico.

Então, a solicitação é a seguinte: Requer que a Comissão forme delegação de Deputados e Senadores para tomar parte oficial a Londres, na Inglaterra, a programação a ser discutida pelos integrantes em Sessão da Comissão Mista, em especial, da de Mudanças Climáticas, incluirá reuniões para conhecer programas e projetos governamentais e não-governamentais e reunião da Comissão, conforme convite da embaixada daquele país. O convite oficial foi feito, está a disposição dos parlamentares, formulado durante a visita de delegação do Parlamento britânico ao Congresso Nacional, em maio, de 2007. Portanto, além da Audiência que está sendo marcada com o economista Nicholas Stern, há um encontro com o prefeito de Londres e uma série de instituições e entidades que estão relatadas no ofício de convite da embaixada britânica.

Em discussão. Srs. parlamentares que estejam de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

Eu vou pedir desculpas, eu pulei o nº29, que é a solicitação do professor Pinguelli, aqui.

Então, Requerimento nº29, de autoria do Deputado Eduardo Gomes, fruto da reunião do Senador Renato Casagrande com o professor Luis Pinguelli Rosa. Solicita que sejam providenciadas Audiência Pública com Sr. Luiz Pingueli e Rosa, Secretário Executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, para debater a proposta do plano de ação nacional de enfrentamento das mudanças climáticas, a data proposta é dia 10 de julho, na próxima terça-feira, que essa reunião realize esta Audiência Pública e já houve a solicitação da participação da Comissão de Meio Ambiente da Câmara, Comissão da Amazônia, que querem participar, também, conjuntamente, desta Audiência Pública com o professor Luiz Pinguelli Rosa.

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Senador Delcidio Amaral.

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Só para compreensão.

V.Exa. citou a questão do debate sobre o setor elétrico que seria uma sugestão do Dr. Pinguelli Rosa, quer dizer, seriam duas Audiências, uma especificamente sobre o setor elétrico e outra.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Isso. É, nós aprovamos uma, uma...

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Tem uma que nós aprovamos sobre o setor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Requerimento de Audiência no Rio de Janeiro, na cidade do Rio de Janeiro, para discutir com o EPE, com a Eletrobrás. São duas mesmo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Uma lá outra aqui.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Uma lá outra aqui. E esta, é a vinda dele.

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Só que a de lá é uma especifica.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Sobre setor elétrico.

Compreendido, então. Está em discussão. Srs. parlamentares que concordarem queiram permanecer como estão. Aprovado.

Deputado, a proposta de Requerimento de nº31, do Deputado Rocha Loures.

Solicitação.

Solicito a realização de seminário sobre o tema – Consumo e Produção Sustentável de Eletricidade sobre o Brasil – para discutir a eficiência energética e energias renováveis, não-convencionais, no quadro de consumo a produção da eletricidade do Brasil.

Com palavra o autor do Requerimento.

DEPUTADO RODRIGO SANTOS DA ROCHA LOURES (PMDB-PR): A WWF, Presidente, produziu um documento em que se preocupa com a matriz energética brasileira e, nesse cenário, apresenta uma preocupação com relação a mudança da matriz atual, que é considerada uma matriz limpa, no caso brasileiro, e que em função do desenvolvimento do país e das escolhas que fizermos, no presente, pode alterar o perfil da oportunidade do Brasil colaborar ou não com o questão climática, portanto, a motivação e justificativa do Requerimento para que nós conheçamos com maior profundidade, este estudo, para que ele alimente as informações que temos, até porque, aqueles que

já tiveram a oportunidade de examinar o documento, percebem que as escolhas do presente, certamente, vão ter, até como o próprio Presidente falava, a questão de Angra três por exemplo, já é um tema polêmico, então, eu gostaria que a Comissão avaliasse a oportunidade de debater com esta entidade e os membros desta Comissão os espaços possíveis para o futuro, dentro desse estudo que foi produzido.

Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Eu só faço a V.Exa. um questionamento. Se V.Exa. está pedindo seminário ou Audiência Pública?

DEPUTADO RODRIGO SANTOS DA ROCHA LOURES (PMDB-PR): Não, um seminário.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Eu queria sugerir a V.Exa. e a assessoria se há a possibilidade de incluirmos, na pauta, nós vamos realizar um seminário internacional no final de agosto.

DEPUTADO RODRIGO SANTOS DA ROCHA LOURES (PMDB-PR): Eu acho que como a programação, eu não conheço a programação, Presidente, do seminário internacional.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Eu queria submeter a V.Exa.. Nós vamos aprovar o Requerimento da forma que está.

DEPUTADO RODRIGO SANTOS DA ROCHA LOURES (PMDB-PR): Combinado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): E aí a agente analisa.

Em discussão. Srs. parlamentares que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

E o último Requerimento, nº32, que requer a participação no curso de introdução de mitigação das mudanças climáticas e carbono social, de dois assessores dessa Comissão, sendo um da Câmara e outro do Senado. Este evento será realizado do dia 10 ao dia 13 de julho, de 2007, na cidade de São Paulo, e é uma solicitação que está sendo feita para aprovação desta Comissão.

DEPUTADO FERNANDO DANTAS FERRO (PT-PE): Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Com palavra o Deputado Fernando Ferro.

DEPUTADO FERNANDO DANTAS FERRO (PT-PE): Não, pode encerrar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Em discussão. Srs. Parlamentares que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

DEPUTADO FERNANDO DANTAS FERRO (PT-PE): Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Com palavra, o Deputado Fernando Ferro.

DEPUTADO FERNANDO DANTAS FERRO (PT-PE): Sr. Presidente. Se não já foi atendida a preocupação, quando na minha ausência, não sei se o tema foi tocado, mas todos nós sabemos que os principais responsáveis pela contribuição do Brasil, que é pequena, mas é uma contribuição sobre mudanças climáticas, é exatamente o desmatamento e as ações de empresas de expansão de fronteiras agropecuárias na região Norte. Eu gostaria de saber se já teve algum Requerimento convidando representantes de setor para participar de um debate nesta Comissão, porque se não teve, eu gostaria de saber por que nesse caso, eu iria buscar informações para solicitar uma convocação, para esse seguimento, que tem sido um dos principais responsável pelo o problema de mudanças climáticas no Brasil, que nós sabemos que não é grande, mas para o Brasil, é o principal responsável e nós temos que tratar desse assunto com esse seguimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Eu informo a V.Exa., Deputado Fernando Ferro, que há uma, esta Comissão realizou uma Audiência Pública, no debate do código florestal, mas nós podemos aperfeiçoar e a pedido de V.Exa. realizarmos uma outra Audiência Pública para debater o tema também, bem como, tem sido recorrente esse tema nas Audiências das Assembléias Legislativas, esse tema surgiu em todas as Audiência feitas até agora, eu tenho certeza que isso correrá também na cidade de Campo Grande, mas V.Exa. tem como, a assessoria pode discutir também, com V.Exa., uma outra providência.

DEPUTADO FERNANDO DANTAS FERRO (PT-PE): O problema é achar um desses desmatadores para vir falar aqui.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): É, isso nós vamos ter dificuldade.

DEPUTADO FERNANDO DANTAS FERRO (PT-PE): Mas nós poderíamos tentar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Vamos fazer um diagnóstico. [risos] Quem planta já está aqui, já tem um bocado de gente que planta já está aqui.

Eu quero, nesse momento, então, reforçar o convite a todos para a Audiência Pública, que será realizada na cidade de Campo Grande, quero dizer também, que a informação que nós temos da assessoria do Senador e vou pedir ao Senador Delcidio Amaral que interceda junto à secretaria geral da Casa, porque

as informações que nós temos é que toda a parte de apresentação dos três sumários, dos três relatórios, que esta Comissão aprovou, por unanimidade, para sua publicação, já estão prontos os relatórios, a diagramação, nós precisamos da autorização para que isso seja rodado, porque é uma medida que eu tenho certeza que vai aproximar muito esta Comissão da população brasileira.

Com palavra o Senador Delcidio Amaral.

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente. Tomaremos as providências devidas, até pela importância do tema, e tendo em vista que o material já está pronto, nós vamos tomar as providências, hoje mesmo. Gostaria também, Sr. Presidente, de primeiro, me desculpar com V.Exa., porque havia assumido o compromisso de estar presente na Audiência Pública de Palmas, mas o Senador Garibaldi Alves, que é Relator da Comissão de Marcos Regulatórios, ele teve que permanecer, naquele dia, naquela segunda-feira, em Natal em função da cirurgia do seu pai, e eu tive que ficar dirigindo a Sessão, dirigindo a Comissão, em função de ele não, foi imprevisto, portanto, eu quero me justificar porque não estive lá, na Audiência Pública, que já tive conhecimento, exitosa, lá na capital do estado de V.Exa., nosso querido estado de Tocantins.

Eu gostaria também, também pedir desculpas por ter chegado um pouco atrasado, porque nós estávamos em reunião de bancada e discutindo, inclusive, com a Ministra Marina Silva, a Medida Provisória que trata do IBAMA, da reforma administrativa que o Ministério do Meio Ambiente apresentou, através de Medida Provisória, do Presidente, que já tramitou na Câmara, pelas informações que eu tenho e que virá ao Senado, nós próximos dias, portanto, é por esta razão que eu não estava aqui a tempo.

Mas eu gostaria também, Sr. Presidente, de encaminhar a mesa, só para título de esclarecimento, assim, mais do que nunca, para ratificar o que V.Exa. disse, a agenda, a Audiência Pública da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, ela vai ocorrer agora, na sexta-feira, em Campo Grande, nós pedimos e convidamos a todos, vai ser uma honra muito grande, a presença dos Deputados e Senadores, Senadoras, Deputadas Federais, lá no nosso estado, ela esta sendo feita, inclusive, com a Comissão de Meio Ambiente, com o Deputado Paulo Corrêa da Assembléia Legislativa, ela terá três painéis, um sobre mudanças climáticas, visão global e nacional, esse painel vai ser apresentado pelo Dr. Alexandre Louis Davignon de Almeida(F), da UFRJ, motivo de um Requerimento, aprovado nessa Sessão, o Dr. Miguel Milano, da Fundação Avina, representante da Fundação Avina – mudanças climáticas potenciais, impacto sobre a biodiversidade e a sociedade -, Dr. Miguel Milano tem uma larga experiência em atuação, principalmente na região do Pantanal, o Ministério Público Estadual também, através do Dr. Alexandre Raslan(F) – mudanças climáticas, os desmatamentos no estado no Mato Grosso do Sul – aspectos legais associados. Essa Audiência Pública, ela vai se realizar, pela manhã, em Campo Grande.

Eu quero também, encaminhar a mesa diretora, uma série de orientações para os parlamentares que tiverem interesse em conhecer melhor os nossos estados, e estão convidados para isso, mas também informações sobre Bonito, informações sobre Corumbá e também alternativas de vôos, não só para chegada em Campo Grande, como também para retorno aos seus respectivos estados, então, eu vou deixar também, encaminhado isso, exatamente para que todos tenham essas informações e vai ser uma honra muito grande recebê-los no nosso estado.

Sr. Presidente, era isso que eu gostaria de destacar, e agradecer mais uma vez o empenho, a atenção e a determinação de V.Exa. no comando de uma Comissão tão importante como a Comissão Mista e que avalia as mudanças climáticas, não só no país, mas até pelos Requerimento que nós temos feito, é uma Comissão absolutamente integrada com o que está acontecendo aí pelo mundo, e isso é louvável e importante.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Muito obrigado, Senador Delcidio.

Eu passo a palavra ao Deputado Sarney Filho.

DEPUTADO JOSÉ SARNEY FILHO (PV-MA): Presidente, quero cumprimentar V.Exa. pelo trabalho que vem realizando, assim como Senador Delcidio também, pedir as minhas desculpas, por não estar podendo participar das reuniões externas, a cada reunião me acontece um imprevisto, mas o maior deles foi a sucessão, dentro do nosso partido, o Partido Verde, que realmente me tomou alguns fins de semana e agora, graças a Deus está superado, mas de agora em diante, Presidente, pretendo não faltar as nossas reuniões externas, de Audiência externa, porque acho que são muito importantes, importantes para nós, que aprendemos, e importante também para região, que se insere dentro de uma discussão moderna, contemporânea e altamente necessária que é a discussão no fundo, no fundo, sobre a qualidade de vida, se é que vai haver vida, ainda, no planeta terra.

Pois bem, Sr. Presidente, também gostaria de registrar que hoje, nós tivemos um encontro com a delegação de parlamentares da Austrália, essa delegação, ela foi recebida pela Comissão de Meio Ambiente das Câmara dos Deputados, alguns membros da frente parlamentar ambientalistas, também estiveram lá,

também representamos a Comissão mista, e foi muito importante, interessante, a Austrália é um grande país territorial, e tem problemas, hoje, muito sérios, na questão da água e na questão também do seu coral, que é o maior do mundo, que está se acabando, sofre também, com a camada de ozônio, que lá afeta diretamente 30% do país, então, tivemos a oportunidade de discutir algumas idéias e certamente, a Comissão de Meio Ambiente vai, depois, repassar esse encontro que foi feito oficialmente lá.

Por outro lado, Presidente, gostaria também, de aproveitar essa nossa reunião para reiterar o convite que já foi feito, para amanhã às 8 horas da manhã, nós vamos ter um café da manhã, lá no 10º andar, da Câmara do Deputados, cuja pauta é o lançamento do informativo da frente ambientalista, primeiro, depois o grupo de trabalho da fauna, com presença das duas maiores organizações de fauna do Brasil, a WSPA e a Renquitas(F), logo após, também, o programa para Costa Atlântica, com a presença do Roberto Klabin, que é uma referência, na área ambiental, e um empresário que inteiramente engajado no desenvolvimento sustentável, logo depois, também, Presidente, vamos discutir o programa nuclear brasileiro, Angra três, com a presença Ministro Interino das Minas e Energia e com o diretor de políticas pública do Greenpeace, então, na realidade, é uma continuação desse trabalho que está sendo feito aqui, essa Comissão está integrada as outras Comissões da Casa e a frente e tenho certeza que esse é um ano que nós estamos trabalhando muito nessa questão, Presidente, o Congresso brasileiro e essa nossa Comissão mista aqui, do Congresso Nacional tem tido um importante papel na condução e no balizamento, dessa discussão.

Era isso Sr. Presidente, o registro que gostaria de fazer.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Quero agradecer o convite extensivo a toda Comissão e também, quero ressaltar aqui, o trabalho que feito a frente parlamentar ambientalista, a partir da própria criatividade dos horários, tem permitido a todos nós, que arrumamos sempre um tempo na agenda, eu tenho certeza que todos estarão lá, amanhã, e eu quero dizer também, que a Comissão tem buscado, desde o primeiro momento, integrar as suas ações permanentes, das Comissões permanentes, e da frente, que eu acho que compõe aí, o desejo de todos nós, que é muito bem coordenada por V.Exa., então, tenho certeza que esse encontro será prestigiado aí, o êxito será de todos nós.

Eu quero que, nesse momento, colocar em votação a Ata desta reunião, propondo a dispensa da sua leitura. Está em discussão. Apoiado.

Os Deputados e Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, convocando os senhores parlamentares para a próxima Audiência Pública, que será realizada na cidade de Campo Grande, nesta sexta-feira, dia 6 de julho, na Assembléia Legislativa do estado do Mato Grosso do Sul. Está encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 15h25.

COMISSÃO MISTA ESPECIAL "MUDANÇAS CLIMÁTICAS"

ATA DA 18ª REUNIÃO – Realizada em 06/07/2007

Ata Circunstanciada da 18ª Reunião de 2007, da Comissão Mista Especial "MUDANÇAS CLIMÁTICAS", criada pelo Ato nº. 01, de 2007, "destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil", realizada em 06 de julho de 2007, sexta-feira, às 9h40, no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul, destinada à debater o tema Mudanças Climáticas: Reflexos do Aquecimento para o Pantanal.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Deputado **Eduardo Gomes** (PSDB-TO) – Presidente
Senador ***Renato Casagrande*** (PSB-ES) – Relator
Senador **Valter Pereira** (PMDB-MS)
Senador **Delcídio Amaral** (PT-AC)
Deputado **Augusto Carvalho** (PPS-DF)
Deputado **Rodrigo Rollemberg** (Bloco PSB-DF)
Deputado **Eduardo Gomes,** Presidente

COMISSÃO MISTA ESPECIAL MUDANÇAS CLIMÁTICAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA EM CAMPO GRANDE DA COMISSÃO MISTA ESPECIAL, CRIADA PELO ATO Nº 01, DE 2007, "DESTINADA A ACOMPANHAR, MONITORAR E FISCALIZAR AS AÇÕES REFERENTES ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO BRASIL".

REALIZADA NO DIA 06 DE JULHO DE 2007, ÀS 09 HORAS E 40 MINUTOS.

MESTRE DE CERIMÔNIA SRA. SEVERINA SILVA: Bom dia. Sejam todos bem-vindos a esta Casa de leis. Em nome do Exmº. Sr. Deputado Jerson Domingos, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul e do Deputado Estadual Paulo Corrêa, Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável desta Casa de leis, recebemos todos para o 1º Encontro da Comissão Mista

de Mudanças Climáticas por solicitação da Comissão Mista Especial do Congresso Nacional, para debater os impactos do aquecimento global sobre: Biodiversidade, a sociedade, o Brasil e o mundo.

Para compor a Mesa dos trabalhos desta Audiência Pública, convidamos o Exmº. Sr. Deputado Jerson Domingos, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. [palmas] Exmº. Sr. Dr. André Puccinelli, Governador do Estado do Mato Grosso do Sul. [palmas] Exmº. Sr. Deputado Estadual Paulo Corrêa, Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável nessa Casa de leis. [palmas] Exmº. Sr. Deputado Federal Eduardo Gomes, Presidente da Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional. [palmas] Exmº. Sr. Senador da República, Renato Casagrande, Relator da Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas. [palmas] Exmº. Sr. Senador da República por Mato Grosso do Sul, Delcídio do Amaral, membro da Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas. [palmas] Exmº. Sr. Deputado Federal Rodrigo Rollemberg, membro da Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas. [palmas] Exmº. Sr. Deputado Federal Augusto Carvalho, membro da Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas.

DEPUTADO JERSON DOMINGOS (PTB-MS): --Eduardo Gomes, Presidente da Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional, Exmº. Sr. Senador Renato Casagrande, Relator da Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas, Exmº. Sr. Senador Delcídio Amaral, membro da Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas, Exmº. Sr. Deputado Federal Rodrigo Rollemberg, membro da Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas, Exmº. Sr. Deputado Federal Augusto Carvalho, membro da Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas.

Nosso companheiro Deputado Federal, Deputado Moka, Deputado Biffi, Deputado Geraldo Resende, Senador Valter Pereira, Srs. Deputados, Deputado Waldir Neves, Deputado Federal, já habituado Deputado a vê-lo aqui como membro desta Casa, e é o hábito em vê-lo ainda aqui a sua sombra de tantos serviços prestados ao Estado de Mato Grosso do Sul. Senhores representantes de entidades, senhoras e senhores, a Assembléia Legislativa se sente honrada na data de hoje, aonde o Quinto Estado recebe a visita de uma Comissão tão importante de um assunto que está sendo debatido diuturnamente em todo o Brasil. A Comissão Mista de mudanças climáticas. E nós nos sentimos orgulhosos tendo à frente ou como membro desta Comissão o Senador Delcídio do Amaral, Senador do nosso Estado, na representatividade do nosso Pantanal. Seria eu pretensioso se neste momento voltasse o meu pronunciamento em discutir e debater os problemas em relação às mudanças climáticas. Os palestrantes que aqui temos hoje, credenciados que são e conhecedores profundos dessa questão, e a presença dos senhores aqui, que se deslocaram na certeza de ouvirmos e podermos então contribuir para que esta luta seja possível de se vencer. Mas aproveitando a oportunidade, aonde recebemos uma Comissão Mista e de que se trata das questões ambientais, e aonde, Srs. Senadores e Deputados Federais, em lendo o convite e algumas palavras do Senador Delcídio do Amaral, do qual se refere à questão do nosso Pantanal e do nosso meio ambiente, Senador, lembrá-lo da necessidade de uma medida urgente na preservação do nosso Pantanal em relação à questão da pesca predatória, à participação, intervenção do Congresso Nacional com os países vizinhos, Paraguai e Bolívia para que exista uma só Legislação. V.Exª sabe perfeitamente dos momentos... [palmas] estipulados pela nossa Secretaria de Meio ambiente e do IBAMA, quando da proibição da pesca, tanto amadora quanto a profissional que é o nosso período da piracema, a prática diuturna dos países vizinhos praticando a pesca predatória sem que o Brasil, sem que o nosso Estado nada possa se fazer porque essas embarcações são de bandeiras de países estrangeiros. Portanto, é importante, é necessário uma intervenção urgente do nosso Congresso no entendimento com os países vizinhos para que a gente possa ter uma Legislação só que é uma parte da preocupação que temos em relação às questões ambientais do Estado do Mato Grosso do Sul.

Eu passo a palavra ao Deputado Federal Eduardo Gomes, Presidente da Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Bom dia a todos e a todas. Eu quero nesse momento agradecer ao Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul, Deputado Jerson Domingos, pela receptividade, ao pleito da Comissão de mudanças climáticas do Congresso Nacional, na solicitação dos membros da Comissão, e em especial a solicitação do Senador Delcídio Amaral, que no convencimento aos membros da Comissão em especial ao Senador Renato Casagrande, Relator desta Comissão, aprovou o Requerimento para a realização desta Audiência Pública. Quero cumprimentar o Governador André Puccinelli, também agradecer pelo carinho e a forma como recebeu a Comissão, é importante no desenvolvimento dos trabalhos desta Comissão o apoio fundamental do Governador, das autoridades do Estado, dos Deputados Estaduais, dos Deputados Federais, cumprimento o meu amigo

Waldir Neves, do PSDB, Deputado Biffi, Deputado Moka, terceiro Secretário da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional, Deputado Rodrigo Rollemberg, Deputado Augusto Carvalho, Senadora Marisa Serrano, nossa Senadora, nossa Senadora, Senador Valter Pereira, membro também titular desta Comissão, cumprimento a todos os Deputados Estaduais, Deputado Geraldo Resende, meu colega também de Mesa Diretora na gestão passada, aos funcionários e Assessores da Câmara e do Senado, que acompanham os trabalhos dessa Comissão nas Audiências Públicas, senhoras e senhores.

Eu, como função, e na Presidência da Comissão de Mudanças Climáticas, tenho por obrigação, Governador, ser econômico nas palavras de abertura dos trabalhos da Comissão. A função dessas Audiências Públicas tem sido especialmente interagir e tentar buscar sintonia dos trabalhos que o Congresso Nacional desenvolve com relação a esse tema e as Assembléias Legislativas e as experiências nos Estados.

Portanto, será grande a nossa colaboração se ao tempo e na discussão das palestras que teremos hoje. Eu quero agradecer também a presença do Dr. Alexandre Luiz de Almeida Davion, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da COP, que fará sua exposição sobre mudanças climáticas, o Dr. Miguel Serediuk Milano, representante da Fundação Avina, e o Promotor Dr. Alexandre Lima Raslan que também fará a sua exposição. Portanto a nossa função neste momento, tanto minha quanto dos Deputados e do Senador Renato Casagrande, é colher as experiências locais, discutir a possibilidade e a necessidade de enfrentar uma realidade inevitável, que é o enfrentamento da necessidade de desenvolvimento sustentável, e ao mesmo tempo principalmente se falando de pantanal discutir alternativas que garantam sustentabilidade estabilidade econômica, uma base de desenvolvimento social importante, mas a preservação como medida necessária. E as conseqüências do que se faz no Congresso Nacional, do que se pretende fazer e a sintonia com a vida e o dia-a-dia dos Estados Brasileiros. Nenhuma providência do Congresso Nacional, nenhuma adoção de lei e as suas repercussões terão sentido se a Comissão não tiver de perto analisando e ouvindo os brasileiros dos diversos biomas, das diversas regiões e a conseqüência disso é um Brasil que terá um desenvolvimento aliado às suas realidades regionais e suas necessidades.

No trabalho que a Comissão de Mudanças Climáticas vem realizando e nessas audiências, Sr. Governador, a primeira medida e o sentimento comum entre todas as audiências realizadas é a necessidade premente de investimentos decisivos e investimentos e recursos ampliados nas nossas instituições de pesquisa. Os institutos de pesquisa, a primeira Audiência Pública dessa Comissão foi no INPE, em São José dos Campos, depois a Comissão visitou o Museu Emílio Goeldi no Pará, o IPAM, a EMBRAPA ocidental no Amazonas, e a necessidade é uma só. A necessidade de colocar recursos à disposição dos nossos cientistas, dos nossos pesquisadores, e eu tenho certeza que essa necessidade de financiamento às atividades que possam trazer desenvolvimento sustentável, é um dos eixos principais, e isso constará do Relatório com certeza com uma necessidade premente de investimento do Governo e que a questão mudanças climáticas, possibilidade de desenvolvimento seja uma questão de Estado interpretada e entendida por todos os brasileiros.

Portanto, nesse momento eu em que agradeço a receptividade e vou dar início aos trabalhos como Sessão externa da Comissão, eu declaro aberta a 18ª reunião da Comissão Especial Mista criada através do ato conjunto nº. 001/2007 do Congresso Nacional destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas do Brasil.

Esclareço que esta Audiência Pública destina-se a discutir o tema aquecimento global e analisar o que pode ser feito no Brasil, verificando as alternativas para o desenvolvimento econômico e sustentável da região, e aproveito mais uma vez para agradecer ao Exmº. Governador André Puccinelli, Exmº. Deputado Jerson Domingos, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul e Exmº. Deputado Paulo Corrêa, Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento sustentável da Assembléia Legislativa do Mato Grosso do Sul, pelo apoio oferecido a essa Comissão sem o qual não seria possível realizarmos essa audiência. E é com muito prazer que nesse momento passo a palavra na abertura oficial da Comissão, da Audiência Pública da Comissão, ao Exmº. Sr. Governador André Puccinelli. Muito obrigado.

[palmas]

SR. ANDRÉ PUCCINELLI: Caro Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul, Deputado Jerson Domingos, em seu nome cumprimento a todos os Deputados Estaduais do nosso Estado aqui presentes. Caros Senadores, começamos como bons anfitriões que somos pelos visitantes. Caro Senador Renato Casagrande aqui presente, é uma satisfação tê-lo conosco, e como Relator desta Comissão Mista. Caros Senadores Delcídio Amaral, Valter Pereira e Marisa Serrano. Caro Deputado Federal, Presidente dessa Comissão, Eduardo Gomes, é uma satisfação revê-lo e estar consigo, com o senhor, em nosso Estado. Caros Deputados Federais Rodrigo Rollemberg e

Augusto Carvalho, caros palestrantes Alexandre Luiz Davion e Miguel Milano e o nosso autóctone, Dr. Alexandre Raslan, senhores e senhoras.

Antes tarde do que nunca preocuparmo-nos com nosso habitat, com o nosso meio ambiente, nós detentores de dois terços do Pantanal em nosso Estado. E esta Comissão em boa hora vem Comissão Mista de mudanças climáticas para que possamos saber dos impactos que poderão as mudanças ocasionar nesse nosso ecossistema *sui generis* e único no mundo. Seja bem-vindo a esta Comissão e que dessas Audiências Públicas possamos trazer à luz as necessidades para que preservemos o nosso Estado, para que tenhamos desenvolvimento sustentável, mas sem passivo ambiental, e que aqui num patrimônio da nossa humanidade, na nossa biosfera, no nosso pantanal, nós tenhamos os olhos da Comissão voltados para a peculiaridade do Estado do Mato Grosso do Sul. Sejam bem-vindos e bom trabalho.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Eu gostaria de chamar o Senador Valter Pereira, membro da Comissão, para compor a Mesa. Senadora Marisa Serrano, e esclarecer a dinâmica dos trabalhos da Comissão nesta manhã. Como há uma necessidade muito grande e séria de aproveitarmos ao máximo as exposições com as sessões de debate, todos os Parlamentares presentes terão esse momento de saudação e de interação com os membros da Comissão e com os palestrantes. Numa segunda fase o Senador Renato Casagrande irá coordenar os trabalhos das exposições. Então neste momento é com muito prazer que eu passo para fazer a saudação em nome dos membros da Comissão, a palavra ao Exmº. Sr. Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Eu queria cumprimentar o meu caro Presidente, Deputado Jerson Domingos, em nome de V. Exª cumprimentar a todos os Deputados Estaduais, toda a Assembléia Legislativa do nosso Estado do Mato Grosso do Sul, quero cumprimentar o Deputado Paulo Corrêa que trabalhou ao longo desse tempo nos ajudou muito na construção dessa Audiência Pública que hoje realizamos como Presidente com a Comissão de Meio Ambiente, cumprimentar especialmente o meu Presidente Eduardo Gomes, e os demais Parlamentares que fazem parte da Comissão de Mudanças Climáticas. Quero também saudar o Governador André Puccinelli pela presença que ilustra essa Audiência Pública e cumprimentar a todos os representantes aqui de ONGs, de instituto de pesquisa, de universidades, e mais do que nunca saudar os meus companheiros de Congresso Nacional.

Eu quero ser muito rápido aqui nas minhas palavras, Presidente Eduardo Gomes, mas primeiro relatar que essa Comissão de Mudanças Climáticas ela começou seus trabalhos nessa Legislatura, nós temos feito muitas Audiências Públicas não só em Brasília, mas essa Comissão é uma Comissão que tem andado, tem discutido com especialistas em todo mundo, já teve nos Estados Unidos, já esteve na Rússia, está indo à Inglaterra, está indo ao Reino Unido na outra semana, aqui pelo Brasil já esteve no INPE em São José dos Campos, já esteve em Belém, já esteve em Manaus discutindo a questão da Amazônia, já esteve em Palmas capital do Estado do Tocantins, onde o Deputado Eduardo Gomes, Estado que o Deputado Eduardo Gomes representa e representa muito bem. E o objetivo não é só apresentar uma série de sugestões, discutindo inclusive e acima de tudo envolvendo a sociedade dos especialistas, mas também apresentando projetos legislativos que vão ser importantes para que nós mais do que nunca tenhamos sustentabilidade e venhamos a tratar essa questão ambiental como mais do que nunca o nosso futuro exige. Eu quero deixar bem claro que na minha visão o maior debate no Congresso e da sociedade vai ser o debate ambiental. Por isso eu quero mais uma vez agradecer ao Deputado Eduardo Gomes pela sensibilidade, o Senador Casagrande e os demais membros da Comissão de Mudanças Climáticas pela sensibilidade em fazer uma das Audiências Públicas aqui em Campo Grande. Eu quero também saudar os expositores, o Dr. Raslan, o Miguel Milano, quero saudar também o Profº Alexandre, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da COP, e as demais autoridades. Prefeitos, enfim, lideranças aqui presentes.

Eu gostaria, se V. Exª me permitir, Sr. Presidente, nós preparamos um vídeo muito curtinho de cinco minutos fazendo um pouco um resumo dessas questões ambientais no Brasil e a preocupação que temos especialmente com relação ao Mato Grosso do Sul e mais do que nunca com a biodiversidade do nosso Pantanal, a nossa região de Bonito. Então se V. Exª assim o permitir e a paciência de todos também, eu gostaria de tomar a liberdade e apresentar um pequeno vídeo muito rápido, Deputado Paulo Corrêa, e depois aí eu devolveria a palavra ao meu Presidente Deputado Eduardo Gomes. Se tiver pronto aí a apresentação, por favor.

[apresentação em vídeo]

...195 municípios devido à estiagem. Mais de um milhão e duzentas mil pessoas foram afetadas. Produtores rurais pelo terceiro ano consecutivo foram os mais atingidos.

>> Não tenho palavras. A minha vida que está aí, parada, por falta de água. Os animais ficaram sem água, tudo. A pastagem não desenvolve. É crítico o negócio. Não sei porque motivo que o meio ambiente está nos oferecendo isso.

>> No outro interior, o extremo do País, a Amazônia assustou o mundo com mais um evento climático chocante.

>> Essa seca prejudica todo mundo.

>> ... deu ruim para gente. Os peixes morreu tudo.

>> Isso não é brincadeira, né?

>> Em março de 2004 o sul do Brasil foi atingido pela tempestade mais violenta de sua história. Ao se aproximar da costa, essa tempestade se transformou no primeiro furacão registrado no Atlântico Sul, que foi batizado como Catarina.

>> Isso realmente foi um pacto muito grande na comunidade científica internacional. Porque a gente tinha a costa sul brasileira ou o Atlântico Sul como um paraíso tranqüilo em relação a fenômenos de intensidade como o Catarina ou eventos típicos de furacão.

>> A velocidade com que o Catarina entrou na costa foi tanta que danificou mais de 32 mil casas, causando prejuízo de mais de um bilhão de reais. Mais de 13 mil desabrigados. 150 feridos e 11 mortos.

>> Isso é alarmante. Porque nós temos de fato um potencial muito grande em mudar a superfície do planeta, já mudamos e estamos mudando e iremos mudar a superfície do planeta.

>> Se continuarmos a aumentar as emissões, pode sim chegar ao momento que as ameaças a nós, aos humanos, aos ecossistemas naturais se tornem insuportáveis.

>> O aquecimento global é uma realidade que está mudando o clima e mudando vidas.

>> Mato Grosso do Sul. Um Estado ligado à terra, seja por sua grande vocação para o campo ou por suas incomparáveis belezas naturais. Seus rios, sua fauna e sua flora fazem do Estado um verdadeiro espetáculo da natureza. E com os olhos do mundo voltados ainda mais para a preservação do meio ambiente, o Mato Grosso do Sul se destaca com santuários ecológicos como o Pantanal. E Bonito, que certamente atrairão ainda mais turistas e pesquisadores. Essas riquezas devem ser preservadas pelo Estado e pela população. Pois somos todos responsáveis pelas mudanças climáticas que ocorrerão. Pantanal, maior planície inundável do mundo, patrimônio natural da humanidade. Reserva da biosfera mundial. Precisamos proteger este rico ecossistema tão importante para o planeta, orgulho do nosso País e do nosso Estado, Mato Grosso do Sul. Nossas serras, Bonito, incrustada na serra da Bodoquena, recebe a visita de aproximadamente 70 mil pessoas por ano, sendo o turismo responsável por aproximadamente 56% dos empregos gerados. A importância do setor turístico deve estar sempre ligada à questão da proteção das águas, que além de possuírem uma beleza reconhecida, serão tão valiosas quanto o petróleo no futuro. Investir na educação ambiental, na fiscalização da utilização dos recursos naturais, e na estrutura para um turismo sustentável são os verdadeiros desafios para o nosso Estado. E vencer esses desafios pode ser uma oportunidade para o Mato Grosso do Sul se destacar ainda mais no Brasil e no mundo.

[final da apresentação em vídeo]

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Agradeço ao Senador Delcídio Amaral. Nesse momento eu passo a palavra ao Deputado Paulo Corrêa, Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembléia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul, e em seguida já a palavra ao Senador Renato Casagrande, que irá convocar os palestrantes. Com a palavra o Deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PR-MS): Agradeço ao nobre Presidente da Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional, Deputado Federal Eduardo Gomes, seja bem-vindo à nossa terra. Queria agradecer em especial ao Presidente da Assembléia, Deputado Jerson Domingos, e aos 23 Srs. Deputados dessa Casa que aprovaram o Requerimento, Senador Delcídio, a seu pedido para que a gente pudesse estar fazendo essa reunião aqui hoje. Então os 24 Srs. Deputados é unanimidade. Deputado Eduardo Gomes que é que fosse realizado hoje essa Audiência Pública e para nós é motivo de orgulho e honra a pedido do Senador Delcídio Amaral. Quero também agradecer a presença do Deputado Federal Augusto Carvalho, quero agradecer a presença do Deputado Federal Rodrigo Rollemberg, e queria agradecer a presença do Senador Renato Casagrande, Relator da Comissão Mista. Queria agradecer a presença do Senador Valter Pereira, da Senadora Marisa Serrano, dos Deputados Federais aqui presentes Deputado Moka, Deputado Biffi, Deputado Waldir Neves, Deputado Geraldo Resende que e gostaria de agradecer também a presença dos palestrantes que estão vindo, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Alexandre D'Avignon, e o Miguel Milano que já é conhecido aqui na nossa terra. E agradecer também o Alexandre Raslan nosso promotor do Estado do Mato Grosso do Sul que também fará aqui um painel.

Eu gostaria de dizer, deixar aqui a nossa saudação, nobre Presidente, mas eu queria dizer que aqui nós temos dois problemas que eu gostaria se pudesse ser pautados pela Comissão para a gente objetivar. O primeiro problema é que o Ministério de Ciência e Tecnologia, Departamento de Mudança Climática, não considera a partir de 1999, como data base lá para que a gente possa acessar os recursos do seqüestro de carbono, não considera reflorestamento como projeto viável. E o Governador André Puccinelli tem pregado. Nós temos uma área daqui para Três Lagoas, que é a área que historicamente foi reflorestamento e nós não entendemos por que é que a gente não pode fazer um Relatório só para que fosse mais prático o Governo do Estado gastando uma vez só e viabilizando 500 a 600 mil hectares de implantação de florestas na região, entre a MS-040, Santa Rita do Pardo, e a BR-262, para que a gente pudesse ter o nosso maciço florestal assegurado e recebendo créditos de carbono porque nós vamos estar seqüestrando carbono. E a outra coisa que eu gostaria de deixar pautado também, se o senhor me permite, tem um projeto que foi aprovado aqui, um projeto de Decreto-Legislativo que o Governador André Puccinelli está também em conjunto conosco estudando da possibilidade de que na nossa faixa de fronteira com o Paraguai que a gente possa também criar uma zona de reflorestamento, que a gente chama de uma barreira verde. Então que a gente também queria se credenciar com essa zona de reflorestamento para que a gente pudesse conceder incentivos fiscais para que o produtor rural daquela área não sofresse. Nós tivemos um caso de febre aftosa praticamente dois anos atrás, em Mato Grosso do Sul sabidamente tem o maior rebanho bovino do Brasil.

Então gostaria que ficasse pautado isso. Queria agradecer esse momento, é histórico para a nossa Casa, graças a solicitação do Senador Delcídio Amaral, ao empenho do nosso Presidente da Assembléia dos Deputados e do Governador André Puccinelli a gente está realizando isso aqui. Mas não posso também me calar aqui nesse momento e pedir já que a bancada federal em peso, os oito Deputados Federais, os três Senadores do meu Estado estão imbuídos na possibilidade de nos ajudar no que mais nos aflige no nosso Estado hoje que é a conta alta de energia elétrica. Como Presidente da CPI da ENERSUL eu gostaria de pedir ao senhor e vou entregar ao senhor esse ofício, ao senhor e os demais membros, já conversei um pouco com o Senador Renato Casagrande, no sentido de que a gente possa estar fazendo, de repente até sonhando um pouco alto, mas eu gostaria de solicitar que fosse aberta uma CPI da ANEEL. E nós não podemos fazer isso aqui. Então cabe aí ao Senado Federal, à Câmara Federal que a gente pudesse estar verificando, porque nós temos, só pro senhor saber, para os demais também, a tarifa de energia elétrica mais cara do Brasil, mas aí ficava até mais ou menos fácil de entender, Senador Renato Casagrande. Mas nós temos a sexta tarifa mais cara do mundo.

Então, a gente frisa isso, estamos aqui trabalhando numa CPI com o apoio de todos os poderes constituídos, inclusive com o apoio do Tribunal de Justiça do nosso Estado que a gente ficou muito feliz de continuar a CPI defendendo o nosso consumidor e aí gostaria de pedir auxílio e colaboração. Quero entregar pessoalmente ao senhor, sejam bem-vindos, que seja produtivo o nosso trabalho vamos continuar com os senhores e gostaria de agradecer a presença de todos, dos Deputados Estaduais aqui presentes, dos Secretários de Estado, dos Secretários Municipais, dos Prefeitos, da Prefeita Yulka(F) que está presente aqui, e da Prefeita Maria Odete de Caracol que está também presente aqui. Gostaria de agradecer a presença de todos e gostaria de lhe passar isso oficialmente.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Muito obrigado, Deputado Paulo Corrêa. Quero nesse momento anunciar e convidar para compor a Mesa de trabalho a presença honrosa do amigo que conheço bastante tempo, tenho a honra de ser amigo desde que fui Vereador na cidade de Palmas, e ele era Vereador aqui, o Prefeito de Campo Grande, Nelson Trad Filho. [palmas]

Bom, passamos agora ao momento mais esperado da nossa Audiência Pública, para a convocação dos palestrantes e a sua saudação, com a palavra o Senador Renato Casagrande, Relator da Comissão Mista de Mudanças Climáticas.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Deputado Eduardo Gomes, Presidente da nossa Comissão, do Congresso Nacional, quero cumprimentar todas as pessoas presentes aqui na Assembléia Legislativa do Mato Grosso do Sul, quero cumprimentar o Presidente da Assembléia, Deputado Jerson Domingos, em nome do Deputado cumprimentar os Deputados Estaduais presentes, e agradecer pela receptividade que nós estamos tendo aqui nesta Casa. Cumprimentar o Governador André Puccinelli, parabenizá-lo pelo trabalho e nos colocarmos à disposição dele para que nós possamos colaborar naquilo que for possível para o trabalho que é desenvolvido aqui no Estado. Cumprimentar o Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Deputado Paulo Corrêa, quero cumprimentar os Senadores presentes, Senador Delcídio Amaral, que é o proponente desta Audiência Pública, parabenizá-lo pelo vídeo que expôs para nós, e Sena-

dor Delcídio junto com o Senador Valter Pereira que está aqui também compõem a Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas, estão envolvidos nesse debate lá no Congresso Nacional, quero cumprimentar a minha amiga Senadora Marisa Serrano.

Eu sou o Relator dessa Comissão sobre Mudanças Climáticas no mundo, e eu e Marisa Serrano somos Relatores do aquecimento do Senado. Nós estamos numa tarefa que é uma tarefa de muita responsabilidade, estou começando uma convivência com a Senadora Marisa Serrano, ontem tivemos um produtivo dia de trabalho, e estamos verificando que o Senado começa a responder a sua crise interna, o Senado ficou mais de um mês sem responder a crises no caso que envolve o Presidente Senador Renan Calheiros, depois o Senador Joaquim Roriz, e o Senado começa a dar resposta. E só assim que o Senado pode recuperar parte da sua credibilidade. Pelo que eu pude trabalhar com a Senadora nesses últimos dias eu tenho certeza que ela vai contribuir e muito para que nós tenhamos um Relatório que possa buscar a justiça e a buscar a verdade. Estou muito orgulhoso de trabalhar junto com a Senadora Marisa Serrano nessa tarefa. [palmas]

Senador Valter Pereira está aqui dizendo que nós possamos fazer um Relatório que possa esfriar o clima lá no Senado. Quero cumprimentar os Deputados da Comissão, Deputado Rodrigo Rollemberg, companheiro nosso do partido, Deputado Augusto Carvalho, quero cumprimentar o Prefeito, Nelson Trad, Prefeito da capital, cumprimentar meus amigos Deputados que se tivemos uma Legislatura juntos, a Legislatura passada, Deputado Moka está aqui presente, um grande líder da Câmara dos Deputados, Deputado Geraldo Resende que estava aqui presente, o Deputado Biffi, também trabalhamos juntos na Legislatura passada, cumprimentar o Deputado Waldir Neves, e agradecer pela presença; cumprimentar todos os dirigentes partidários aqui na pessoa do Marcelo, que é um companheiro do meu partido, do PSB aqui de Mato Grosso do Sul, e chegou a hora de a gente ouvir os pronunciamentos e as palestras que nós organizamos aqui nessa audiência proposta pelo Senador Delcídio Amaral. Mas, antes de chamar o primeiro palestrante, eu quero dizer que esse tema é um tema que suscita muita preocupação no mundo todo. O povo brasileiro tem uma preocupação. As pesquisas demonstram que há uma preocupação muito grande da população brasileira com relação às mudanças climáticas, o vídeo apresentado aqui nos trouxe alguns exemplos já dos eventos que nós estamos vivenciando com relação às alterações que o homem está provocando no planeta. Esse é um tema que a Comissão está debatendo muito. Comissão de Mudanças Climáticas. Nossa tarefa é manter o tema sendo debatido, estabelecermos um arcabouço legal para o Brasil, termos um orçamento que represente a prioridade do Governo nessa área, especialmente com relação às instituições de pesquisa como disse o Deputado Eduardo Gomes, e termos uma Política Nacional sobre mudanças climáticas.

Acho que é fundamental Presidente, nós termos uma Política Nacional sobre mudança climática. O Brasil tem muitas coisas positivas. O Brasil não pode ficar na defensiva com relação a esse tema. Esse tema deve levar o Brasil para o debate internacional, fortalecendo os órgãos, os organismos de governança global, como é o caso da Organização das Nações Unidas, deve levar o Brasil a cobrar dos países que têm uma grande contribuição nas emissões para que o Brasil, para que esses países possam ajudar países como o Brasil que estão no processo de desenvolvimento, com transferência de tecnologia, com financiamento para se evitar o desmatamento. Então o Brasil tem que ser protagonista com relação a esse tema porque nós temos uma área florestal grande, nós temos a Floresta Amazônica, nós temos o Pantanal, nós temos uma política de biocombustível, nós temos uma matriz energética que ainda é uma matriz energética limpa. Nós temos temas que são temas importantes e atuações importantes que devem levar o Brasil a uma ação mais audaciosa nesse debate internacional. Então essa tarefa não é uma tarefa só do Governo Brasileiro. É uma tarefa das instituições. É uma tarefa do Governo do Estado, dos Governos dos Estados, nós temos alguns Estados tomando iniciativa, ou um Estado tomou iniciativa, o Estado do Amazonas, que definiu a política estadual sobre mudanças climáticas. Acho que a Assembléia Legislativa daqui deve debater esse tema, ações que possam colaborar com o Governo do Estado no estabelecimento de uma política local sobre mudanças climáticas. Assim como cada Município pode dar a sua contribuição.

Então, as instituições, os órgãos constituídos podem se envolver independente do nível em que ele esteja locado. E é uma ação de cada um de nós para que nós possamos fazer com que haja uma redução das emissões, e mais ainda, para que nós tenhamos políticas de adaptação. Nós já estamos aí com as questões que interferem na sociedade mundial já causando problemas. Seja de falta de água, seja de eventos clicados extremos como é o caso do Catarina, no Atlântico Sul, seja no Atlântico Norte diversos furacões, tufões já causado por essa alteração climática. Então não é mais um problema do futuro, é um problema do presente e nós temos que dar conta porque nós temos que responder aos prejuízos que nós mesmos estamos causando ao ambiente global.

Então, eu vou chamar o primeiro palestrante. Mas, antes de chamar o primeiro palestrante, que vai ser o Dr. Alexandre Luiz de Almeida, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que vai falar sobre mudanças climáticas e visão global e nacional, eu vou passar a palavra para o nosso Prefeito, nosso anfitrião da capital, Prefeito Nelson Trad Filho.

[palmas]

SR. NELSON TRAD FILHO: Bom dia senhoras e senhores. Com muito prazer gostaria de cumprimentar o Deputado Estadual, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, Deputado Jerson Domingos, que cede esse espaço para essa produtiva reunião de trabalho. Cumprimentar aqui o nosso Governador Dr. André Puccinelli, cumprimentar também com muito prazer o Presidente da Comissão, Deputado Federal Eduardo Gomes, na pessoa de quem gostaria de saudar a todos os Deputados Estaduais que aqui se encontram. Cumprimentar também o Senador Renato Casagrande, o Senador Delcídio Amaral, Valter Pereira, Marisa Serrano, cumprimentar também o Deputado Federal Rodrigo Rollemberg, Deputado Federal Augusto Carvalho, saudar os visitantes que hoje abrilhantam a nossa cidade, o nosso Estado com vossas presenças, dizer que nosso mandato tem avançado muito nessa questão do meio ambiente, a fim de que a gente possa ser notadamente reconhecido como já estamos sendo, como a capital ecológica, em função das ações desenvolvidas na nossa administração. E eu confesso a vocês aqui que esse foi um dos temas que me intrigou muito no início no nosso mandato para os nossos visitantes que aqui se encontram, eu sucedi o então Prefeito e hoje Governador André Puccinelli. Que saiu da Prefeitura com o índice de aprovação de ótima e bom de 92%.

Então, qualquer coisa que a gente fazia e isso já diminui um pouco, mas ainda acontece, havia uma comparação em função das ações da administração do nosso Governador. E eu me lembro muito bem que no início do mandato nós tivemos um período de muita chuva na cidade. Natálio Abrão que é a pessoa que cuida das previsões climáticas, era uma pessoa que todos os dias a gente ligava para saber o que estava acontecendo. Aí um munícipe no meio da rua chegou para mim e disse: "não vou votar no senhor". "Mas o que houve?" "Na época do André não chovia tanto como está chovendo na sua". Aí eu comecei a falar, não é possível. Alguma coisa está havendo em função dessas alterações que o mundo está passando. E quando o Senador Delcídio me disse lá atrás que estavam trabalhando numa Comissão dessa natureza, eu solicitei para que trouxesse os trabalhos para Campo Grande, para o nosso Estado, a fim de que a gente pudesse se inteirar dos avanços que o Congresso de uma forma muito importante está documentando para que a gente possa se prevenir cada vez mais em função das transformações climáticas que a humanidade está sujeita.

Nós plantamos esse ano em 2007, 50 mil mudas de árvores. E pretendemos no ano que vem ultrapassar esse limite. Temos aqui um programa de saneamento muito interessante com investimento da ordem de 250 milhões de reais, que é o Programa Sanear Morena. Implantamos o Projeto da Coleta Seletiva, e vou passar agora à Presidência dessa Comissão um projeto de monitoramento do tempo, clima e qualidade do ar em Campo Grande que foi elaborado com o auxílio do Prof. Natálio Abraão, junto com a Secretaria de Meio Ambiente que onde nós pretendemos construir o observatório cerrado do Pantanal. Com a finalidade de ser um sistema municipal de monitoramento do tempo, do clima, da qualidade de ar, por meio da instalação de sete plataformas de coletas de dados e quatro sensores de material particulado. Então eu gostaria de passar. [palmas] A fim de que a gente possa buscar parceiros e implantar esse grande avanço no nosso Município que com certeza vai ajudar também o nosso Estado.

No dia 21 de junho de 2007, nós aprovamos uma lei na Câmara Municipal que institui a compensação da emissão... Das emissões de gases de efeito estufa, e o manejo adequado dos resíduos gerados pelos eventos realizados em áreas pública do Município de Campo Grande. Ou seja, a partir do momento em que se concentra um número de pessoas que foi regulamentada nessa lei, só se consegue o Alvará para a realização do evento se tiver a compensação e a preocupação ambiental dessa natureza. Essa lei eu vou passar ao Senador Renato Casagrande, como sendo uma contribuição dos avanços que a nossa cidade tem apresentado na questão do meio ambiente.

No mais, agradecer a presença de todos e parabenizar mais uma vez a Comissão por esse trabalho que tem enriquecido muito o Congresso Nacional. Muito obrigado e um bom trabalho a todos.

[palmas]

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Bem, quero também fazer o registro do meu amigo Deputado João Grandão pela vista já cansada não estava identificando o João. Foi Deputado conosco. É primeiro suplente Deputado Federal.

E vamos então ao primeiro palestrante, convidando o Dr. Alexandre, para se dirigir à Tribuna. Se a assim o desejar da Tribuna, para fazer a exposição se possível tendo uma referência de tempo de 20 minutos para fazer essa explanação. Com a palavra. Antes acho

que o nosso cerimonial vai fazer uma leitura resumida do currículo do Dr. Alexandre.

MESTRE DE CERIMÔNIA SRA. SEVERINA SILVA: O palestrante desta manhã, Dr. Alexandre Louis de Almeida D'Avignon é professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, doutor em planejamento energético em meio ambiente pela Universidade do Rio de Janeiro, e atualmente é membro do Centro de Estudos Integrados sobre o Meio Ambiente e Mudanças Climáticas da COP, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Aproveitando a oportunidade, agradecemos também neste Plenário especial a presença do Deputado Estadual Márcio Fernandes, do Prefeito José Francisco Mendes Sampaio do Município de Ladário, Prefeito Obadias de Lana, de Bandeirantes, Prefeita Maria Odete de Caracol, do Prefeito Humberto Machado de Bodoquena, Elizabeth Miranda, Prefeita do Município de Miranda, Jesuíno Alves de Sousa, Vice-Prefeito de Bandeirantes, Tenente-Coronel Almeida, representando neste ato o CMO, dos Vereadores de Campo Grande, Thais Helena e do Dr. Vereador Djalma Blans, Vereador Portela de Maracaju, Vereador Florêncio Escobar de Aquidauana, do professor Dr. Felipe Augusto Dias, representando o Padre José Marinoni, magnífico Reitor da UCDB, Roberto Machado Gonçalves, Superintendente de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Mato Grosso do Sul, do Secretário Frederico Luis de Freitas Júnior, Secretário de Meio Ambiente do Município de Campo Grande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado. Só pode... Fique à vontade. Acho que o Governador tem compromisso... Não sei se o Prefeito tem compromisso. Nós vamos deixar as autoridades que compõem a Mesa à vontade. Vamos desfazer a Mesa para quem tiver algum outro compromisso e quiser se ausentar por algum tempo, fiquem a vontade. Então vamos... Eduardo também vai continuar na Mesa como Presidente, mas vamos desfazer formalmente a Mesa para que a gente possa dar seqüência às palestras. Dr. Alexandre que fique à vontade. Pode começar.

SR. ALEXANDRE LOUIS DE ALMEIDA D'AVIGNON: Boa tarde a todos. Agradecendo o convite na pessoa do Presidente da Comissão Mista, Eduardo Gomes, e o Senador Renato Casagrande, em especial o Delcídio que fez o contato conosco, e a acolhida aqui da Casa e todos os presentes para a nossa palestra.

Bom, sem delongas vamos aos fatos. Eu inicio... Acho que uma palavra sobre o Centro Clima que é um centro da UFRJ que foi criado em 2000, vale a pena, é um centro que hoje dá assistência ao Ministério do Meio Ambiente e é coordenado no ponto de vista Executivo pelo Prof. Emílio La Rovere e coordenado academicamente pelo Prof. Luiz Pinguelli Rosa. Então é um centro que integra vários grupos dentro da COP e a gente tem feito vários trabalhos, dentre eles trabalho de MDL, trabalhos de assessoramento ao Ministério e assim por diante.

Mas o que eu mostro no primeiro slide é o nosso planeta que tem particularidades muito especiais. Nós estamos fazendo a história de futuro. A história e futuro não são vocábulos que poderia estar associados. Mas a gente inicia essa discussão dizendo o seguinte, nossas decisões do momento vão alterar o futuro das futuras gerações. Isso que está ali posto. A gente tem um planeta com características bastante especiais onde a gente tem 0,03% de dióxido de carbono. Essa camada que não é muito intensa e também não é muito fraca, ela mantém a temperatura do planeta a 15 graus. A gente está falando aqui sim de um planeta que tem uma camada que protege e que tem efeitos estufa, gera efeito estufa. O nosso problema é intensificação de efeito estufa para a mudança climática. Então para onde queremos ir? Será que vamos nos tornar um Vênus, onde a quantidade de CO2 chega a 96% e a gente tem uma temperatura média de mais 420 graus Celsius? Esse é o problema. Então estamos diante de um dilema. Qual é o dilema? Um sistema produtivo baseado em combustíveis fósseis que está em conflito com o sistema climático. Esse sistema climático é caótico, ou seja, nas condições iniciais que ele é determinado ele pode ter resultados futuros bastante diferentes.

Então, dependendo das ações hoje, no presente, nós vamos ter resultados futuros muito imprevisíveis.

Então, o que a gente pode fazer nesse momento? As ações políticas são essenciais para que se mude o rumo dessa trajetória.

Então, se aqui nós temos um planeta muito frágil onde a gente tem uma camada aonde a biosfera de fato se dá de 10 quilômetros de atmosfera e você tem uma hidrosfera também com trinta e poucos quilômetros no máximo e uma geoesfera, litosfera também com uma camada muito pequena em cima do magma, a gente imagina que a população deste planeta está vivendo numa região bastante frágil. E se houver uma continuidade das ações nesse sentido de aumento e de intensificação do estufa antrópico nós podemos perder essas características do nosso clima. Então a gente está discutindo isso hoje. Quais as ações no momento para que no futuro nós tenhamos uma mudança nessa rota que se estabelece. Aumento da concentração dos gases de efeito estufa que antes da Revolução Industrial era de 280 PPM e hoje chegamos a 380. Ou seja, de 70 a 2004 a gente tem o aumento global de gás de efeito estufa ponderadamente equilibrado com

CO2 equivalente de 70%. Em termos de combustíveis fósseis a gente tem um aumento de 145%. Isso quer dizer que em 30 anos nós aumentamos e duplicamos uma vez e meia quase a quantidade de gases que estão aumentando essa capacidade de atmosfera de fazer o efeito estufa.

Bom, a gente tem que ter uma visão de temporalidade. Na realidade, a gente tem um planeta que foi formado a 4.5 bilhões de anos. A terra, de acordo com as interações entre a vida e a geoesfera, acabou gerando uma interação onde no período Cambriano você teve um aumento do oxigênio, absorção de CO2 e acabou gerando a vida como a conhecemos hoje.

Então, se ela foi formada a 4,5 bilhões de anos, a vida mais complexa se formou em 600 milhões de anos, o homem a gente pode ter de alguma forma uma referência em 10 mil anos, 15 mil anos, e em 30 anos, 100 anos, a gente está mudando as relações entre essa terra e a sua atmosfera. Ou seja, se no passado recente nós tivemos de fato uma interação entre toda uma formação geofísica do planeta e a vida que contribuiu para essa caracterização da atmosfera que temos hoje, a gente está conseguindo em pouco tempo a transformação dessa atmosfera. E intensificando o efeito estufa e aumentando a temperatura, que pelo Relatório do IPCC chegou a 0,6 graus. Para vocês terem uma idéia, em 12 mil anos que é o período glacial, a gente tem o aumento de seis graus. Em 100 anos a gente aumentou 0,6 graus, é porque alguma coisa muito rápida está acontecendo. Ou nós tomamos providências para deter esse processo, ou nós descaracterizamos de alguma forma essa atmosfera que nós teríamos para vida como nós a conhecemos hoje. A gente está falando de um curto espaço de tempo de transformações que nós não temos como prevê-las. Esse é o grande problema do aquecimento global.

O aquecimento global pra gente ter uma articulação do que seria em termos rápidos, é um fenômeno natural que ajuda, como eu disse anteriormente o planeta se nós não tivéssemos o fenômeno natural não antrópico nós teríamos problemas porque a temperatura do planeta seria bem mais baixa que 15 graus Celsius positivos. Sem ele o planeta estaria coberto de gelo e estaria sujeito a variações bruscas de temperatura da noite para o dia como acontece na lua, por exemplo. Então a gente está falando especificamente da emissão de gases da produção da atividade humana. O conflito existe entre o sistema produtivo baseado em combustíveis fósseis e um sistema climático extremamente frágil e particular que o nosso planeta tem.

Então, a intensificação vem sendo denominada efeito estufa antrópico, como a gente vinha. E nos últimos 100 anos, de 6%. A década de 90, ela foi a registrada a mais quente. E o último Relatório do IPCC o AR4 que nós chamamos ele já identifica entre os últimos 12 anos os anos mais quentes que nós tivemos nos últimos 100 anos. Então, a vitalidade e a rapidez com que as mudanças estão correndo é muito grande.

Então, se você tivesse um cenário otimista nas concentrações que estão aumentando paulatinamente a partir de agora, ou a partir da Revolução Industrial, a referência pode ser a época pré Revolução Industrial, nós teríamos um aumento dos mais otimistas de dois graus Celsius. E nos mais pessimistas, 4,5, chegando até a seis ponto alguma coisa.

Então, o que quer dizer isso? Dependendo da ação política do homem hoje, na intervenção das ações em termos de atividade produtivas você pode ter resultados muito ruins ou muito bons. Isso depende unicamente da ação política e das opções de Governo.

Então, você como eu disse anteriormente teria uma variação de seis graus em dois mil anos e nós estamos assistindo uma variação de 0,6 graus em apenas cem. Algumas conseqüências do efeito estufa que todos nós conhecemos mas estão listadas aí, aumento da temperatura, elevação do nível dos oceanos, derretimento das geleiras, perda de biodiversidade, aumento da incidência de doenças transmissíveis, a gente viu que aconteceu recentemente detectamos malária no Paraná, mudanças de regime de chuvas e intensificação de fenômenos extremos, desertificação, acirramento, problemas relacionados ao abastecimento de água, aumento de fluxos migratórios. Quando eu vim ao seminário eu olhei para aquela imagem lá eu levei um susto. Eu acho que é uma montagem. Espero que seja uma montagem. Porque se for possível, a gente tem que reverter um processo de fato. Nós temos aqui no Mato Grosso do Sul uma situação bastante particular que tem biomas bastante frágeis. Tanto o bioma do Pantanal como o bioma do cerrado. Esses biomas têm que ser preservados a qualquer custo, porque você vai ter repercussões de não reversibilidade de alterações que possa ter no futuro. Os impactos danosos, eles vão sempre ser mais intensos nos países pobres em desenvolvimento. E nós somos um deles. Isso é a adaptação e a vulnerabilidade que nós temos que trabalhar, é o outro lado da moeda. Porque nós pensamos normalmente que grandes eventos climáticos como o furacão Catarina, ou o Katrina no norte, eles são os grandes problemas das mudanças climáticas. Para nós da academia, essas ligações elas não estão podendo ser feitas porque você não tem dados suficientes para ligar os eventos ao aquecimento global. O que você pode dizer é que a intensificação desses eventos pode estar aumentando. Mas nada mais do que isso, porque o ciclo desses eventos é muito maior

porque é uma escala climática geológica. Então o que acontece? A gente tem aquilo que sai na Spring, a primavera silenciosa que logo no início do movimento ambientalista nós conhecemos em relação ao DDT, onde aos poucos os pássaros sumiram dos campos americanos pelo uso intenso de DDT. Então você tinha passo a passo uma mudança ocorrendo que foi notada a partir do momento que um silêncio se dava naquele campo que não era assim. E o que acontece no aquecimento global é exatamente esse elemento. O aumento de temperatura de 0,6% ele acaba gerando modificações paulatinas e incrementais que estão sendo notadas, por exemplo, eu não posso fazer essa ligação, mas hoje a gente tem um clima extremamente seco aqui no Mato Grosso do Sul, em Campo Grande especialmente, um excesso dessa situação de ar menos úmido, mais seco, e isso começa a mostrar que mudanças estão correndo passo a passo. E essas são as mudanças perigosas porque elas são irreversíveis. E essas são as mudanças de fato que nós temos que revertê-las.

Então no ponto de vista dos países em desenvolvimento, aqueles que vão ter que se adaptar e vão ter muito mais custo na adaptação certamente serão os países do hemisfério sul. Por isso que a gente fala a menos da Austrália que existe um conflito norte sul nesse momento. Onde alguns países do hemisfério norte terão até alguns benefícios. Você pode ter áreas agricultáveis em regiões que no hemisfério norte você não tinha, como o Canadá, a própria Rússia e assim por diante. Você ter áreas que possam vir a ser agriculturáveis, então os países pobres sofrerão muito mais com as mudanças climáticas do que os países já desenvolvidos e industrializados. E aí a gente lembra do legado que ele nos deixou porque nós somos um País de industrialização tardia. Os Estados Unidos têm uma responsabilidade e os países que nós falamos hoje no anexo 1 e anexo B do protocolo muito maior porque a industrialização ela foi muito antiga, e pelo período de 250 anos que a gente tem um marco de 1850 do início de período de industrialização você ter acumulação desses gases de efeito estufa, especialmente o CO2 que fica mais ou menos 120 anos na atmosfera. Então as repercussões hoje de CO2 de emissão no passado estão acontecendo hoje. Por isso mais uma vez eu digo, nós estamos construindo a história de futuro. Dependendo das ações de presente o futuro terá uma cara.

É importante a gente sempre situar o IPCC nessa história. O IPCC lançou os três relatórios do grupo esse ano, é o que chamamos de AR4, depois de três relatórios, em 1988 ele foi formado pela união entre a organização meteorológica mundial e o Programa Nações Unidas para o Meio Ambiente e foi de lá que surgiu a negociação desse marco regulatório internacional que nós chamamos Convenção do Clima. A Convenção do Clima nada mais é do que um documento jurídico internacional para dirimir esse conflito entre sistema produtivo e sistema climático. E ela é lei hoje no Brasil aprovada pela Câmara e pelo Senado. Então nós temos hoje essa situação de marco regulatório, onde há uma tentativa numa velocidade que nós não sabemos se é a melhor que de reverter esse processo. Mais uma vez, eu questiono a celeridade de todo o processo do novo arranjo das situações jurídicas e dos grupos nos países que assinaram e depois ratificaram a convenção se isso vai ser possível em termos de tempo. A convenção foi feita no momento adequado, ela está de fato mudando a cara das partes dos países membros onde você tem uma transformação ou ela é um documento ainda muito pouco robusto no sentido de impor mudanças qualitativas e quantitativas. O Protocolo de Kyoto foi um documento apensado à convenção que de fato tentou quantificar a mitigação de emissões. Mas ele de fato não está sendo cumprido pela não ratificação dos Estados Unidos. Isso nos deixa numa situação mais delicada porque a participação dos Estados Unidos nesse caso é muito importante dado o volume de emissões que ele, como parte da convenção, tem. A China pelas notícias que nós tivemos ultrapassou agora recentemente as emissões dos Estados Unidos, mas o perfil de emissões é parecido entre os dois países. O que diferencia muito é a emissão per capita. Mas a gente vai ver isso adiante.

Então, o IPCC vai ser fundamental porque ela vai construir na convenção que é esse documento jurídico duas partes. Uma da ciência e tecnologia que nós chamamos o grupo subsidiário, o SBSTA e o SBI que é a parte de implementação. O que a convenção de fato resultou positivamente? Resultou que se conheceu o problema. A partir do momento que a convenção obrigou e diga-se de passagem os Estados Unidos ratificou a convenção que os países do anexo 1 fizessem a sua comunicação nacional anualmente, você começou a conhecer anualmente as emissões desses países. E as tendências de crescimento ou rebaixamento dessas emissões. Então por um lado a convenção, de fato, como regime jurídico internacional gerou uma melhoria do conhecimento do problema. Ou seja, das emissões antrópicas que existiam nesses países. Ela tem um mérito fantástico nesse sentido. O que não acontece é a transferência de tecnologia que deveria ser feita de um lado o norte nesse caso para o sul. E o que está acontecendo para nossa surpresa é que a tecnologia que está sendo transferida é do sul para o norte. A tecnologia de biomassa, de biocombustíveis

que acaba sendo transferida do Brasil para os Estados Unidos não da mesma forma para uso intenso mistura combustível para motores Otto. Então nós temos um fluxo invertido nesse caso. Os princípios da convenção acabam sendo colocados de lado, as responsabilidades comuns, porém diferenciadas, mas o que haveria de fluxo de tecnologia que poderia ser vista como tecnologia eólica, tecnologia solar e carros híbridos e assim por diante, não está fluindo para os países do sul. E isso gera uma lentidão nessas ações para a mudança desse futuro que nós estamos construindo. Então o IPCC é muito importante porque ele é a base científica para a construção do documento jurídico internacional. E ele foi um grupo, o painel intergovernamental de mudanças climáticas que simplesmente faz a análise das pesquisas nessa área. O IPCC não faz uma pesquisa propriamente dita. Ele compila todas as pesquisas que existem nessa área para mostrar quais são as faixas possíveis de agravamento do problema ou situações mais otimistas onde não haveria agravamento do problema.

Esses são os grupos do IPCC, foram esses que nós acompanhamos nesse ano, o primeiro grupo fez o relatório logo no início do ano onde você faz a ciência do clima, discute a ciência do clima, vê quais são as certezas no ponto de vista da tecnologia que captura o bloco de gelo para saber a quantidade de concentração de CO2 que existiria a 250 anos, e assim por diante ou em outros períodos na terra para conseguir fazer o acompanhamento dessas margens.

Então, esse é o primeiro grupo fundamental para que você conheça o problema. O segundo grupo é aquele grupo que nós cada vez mais estamos envolvidos, que é o de impacto, vulnerabilidade e adaptação. Já que as mudanças climáticas estão em curso, é o momento de ter ações de fato para que haja uma mudança no desenvolvimento, nas linhas de desenvolvimento de um País em desenvolvimento como o Brasil. A adaptação vai ser um equilíbrio entre mitigação, ou seja, ações que você pode ter para diminuir as emissões de CO2, e aquelas ações onde você vai envolver a sociedade, dar emprego e renda, e gerar condições dela se adaptar à mudança que está vindo, que está acontecendo. E o grupo 3 fala especificamente das ações de mitigação. Como eu tenho muito pouco tempo, a gente vai avançar mais rápido. Aí a gente discute os quatro relatórios do IPCC, e aí é bastante interessante como a gente começa a perceber no conhecimento do problema no ponto de vista científico você no início tinha a probabilidade, a melhor suposição. No segundo relatório improvável aumento de temperatura que não seja devido a condições naturais que seriam antrópicas. E aí você já tem um terceiro, que saiu em 95, onde você tem de fato uma certeza maior das modificações. E agora essas modificações são ratificadas pelo AR4. Aí mostrando para vocês claramente o que seria a intensificação do efeito estufa antrópica, aquela primeira ali a natural, quando você superpõe as duas, você acaba percebendo que o aumento de temperatura se deu em razão do somatório tanto do efeito estufa natural como do efeito estufa antrópico.

Bom, vou mudar mais um pouquinho porque hoje acho que o AR4 todos têm tido oportunidade de ver na imprensa, porque tem vindo uma série de comentários sobre ele. Eu gostaria de chegar numa tabela... Isso aqui para mostrar para vocês o que de fato nós estamos falando. É importante a gente saber que isso aqui a gente está falando de carbono, mas nós temos aqui uma emissão por parte dos oceanos de 90 bilhões de CO2 por ano, e ele funciona como sumidores de 92 bilhões. Ou seja, nós temos a nosso favor 2 bilhões. Aqui as florestas também contribuem com um bilhão a nosso favor. E aí a atividade da terra, 1,5 e 5 você tem como emissão, e também participa sumidor de CO2. E os combustíveis fósseis contribuem com 5.5. Se você soma esse 1 com 1,5 você vai ter 6,5 bilhões por ano de emissões de atividades antrópicas. Menos os três, nós estamos falando de emissões na atmosfera de 3,5 bilhões por ano. Aí é uma idéia de como as coisas funcionam no mundo, mostrando a nossa responsabilidade extremamente diferenciada em relação ao que os Estados Unidos, a Rússia e a Europa contribuíram para a acumulação dos gases de efeito estufa. Tem uma tabela aí que eu... Essa tabela que é importante. O que a gente quer afinal? Se a gente pensar que a gente quer uma concentração de 445 a 490 PPMs de CO2 equivalente, em 2050, a gente vai ter que ter uma série de ações. E aí os custos de mitigação passam a ser 5.5 do PIB mundial. Um pouco menores do que isso. E a redução média da taxa de crescimento da economia mundial nesse período ficaria em 0,12%.

Então, a gente retardaria o ano pico das emissões com essas medidas, onde 2015 seria certamente o ano mais complicado dessas concentrações, aqui o diferencial entre concentração equivalente somando todos os gases, óxidos nitrosos, metano, os aerossóis e assim por diante e aqui a concentração de CO2. Então se a gente sabe que um aumento de temperatura de 2º Celsius a 2.4º Celsius já vão gerar impactos significativos, e essa é a margem tolerável do impacto do clima, a gente tem essa escala de intervenção no clima mundial. Se você começa aí por um lado de Nação não tomar medidas para mitigação de fato, você começa a tolerar uma temperatura crescendo de 2.8 a 3.2º Celsius. E essa concentração seria uma concentração

equivalente de 535 e 590 PPMs de CO2 equivalente. E nós teríamos aqui um custo de mitigação em relação ao PIB de próximo a 0 a 4%. Então vocês vêem que é uma faixa bastante tolerável aqui. Mas há uma diminuição pequena do que a gente precisaria fazer no sentido de tomar ações mais rápidas para que a reversão do processo se dê em 2015.

A taxa de crescimento ela seria negativa, ou seja, você não teria uma perda da taxa de crescimento anual, teria um crescimento do PIB, e aqui nos menos ambiciosos, a emissão quase da inação de você não fazer absolutamente nada sobre isso, você passa a tolerar um aumento de temperatura de 3.2 a 4.0. Não entrando no mérito se isso vai mudar completamente, se o bioma Pantanal pode sumir, se o bioma cerrado pode se tornar completamente diferente. O que se tolera talvez no ponto de vista científico seja essa mudança de temperatura num período de 50 anos. Mas essa a mudança vai ser muito radical. E aí aqui você tem um custo de mitigação de PIB que passa a ser em algum momento ele passa a ser positivo. Ou seja, você não tem gastos de PIB. E o crescimento anual passa a ser positivo. Eu não fiz uma faixa aqui porque eu não consigo integrar esses grupos de cenários ambiciosos com a adaptação. Mas todos vocês já devem ter lido o relatório externo do ex-chefe do BANCO MUNDIAL. O que acontece? Se você tiver isso aqui de custo mitigação, você já vai ter no ponto de vista da adaptação, um valor maior que esse. Aqui nessa faixa, nesses anos posteriores a 2015, você vai ter um custo de mitigação que chega a 20% do PIB mundial. Um custo de adaptação. Então o que nós escolhemos hoje? Ou ações preventivas do que nós chamamos de custos de precaução onde você tem uma diminuição pequena do PIB, uma diminuição pequena do crescimento para que não haja um grande custo de adaptação no futuro ou nós ficamos sem fazer praticamente nada e temos no futuro que deslocar 20% do PIB para adaptação das populações. Essa é a pergunta que fica. Eu termino aí e agradeço a vocês pela atenção.

[palmas]

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Dr. Alexandre, pela sua contribuição. Depois o Dr. Alexandre vai estar a disposição para qualquer pergunta. Nós vamos primeiro fazer, realizar as exposições e depois a gente faz o debate.

Então vou passar a palavra rapidamente ao Dr. Miguel Milano, representante da Fundação AVINA, que vai falar sobre mudanças climáticas, potenciais impactos sobre a biodiversidade e a sociedade. Enquanto prepara, a nossa Chefe de Cerimonial vai dar algumas informações.

MESTRE DE CERIMÔNIA SRA. SEVERINA SILVA: Faremos a leitura neste momento do currículo do palestrante Miguel Serediuk Milano. É Engenheiro Florestal, mestre e doutor em ciências florestais. Representante da Fundação Avina para a região sul do Brasil e Pantanal. Vice-Presidente do Conselho de Administração da Fundação o Boticário de Proteção à Natureza.

Registramos a presença nesse Plenário de José Luis Ribeiro de Leon, Vice-Prefeito do Município de São Gabriel do Oeste, do Vereador Adilson Ferreira do Lago, Presidente da Câmara Municipal de Coxim e dos Vereadores Nivaldo Ferreira Lopes e Samuel Miguel da Silva também de Coxim. Do Vereador Vanderlei Lourenço Correia do Município de Bodoquena, Sr. Anísio Pereira Tiago, Diretor Presidente da Gepan, Ramon Jardim, Presidente da Associação Campo-Grandense dos Engenheiros Agrônomos. Aldo Arcanjo Evangelista, assessor técnico da Diretoria Regional dos Correios de Mato Grosso do Sul, Júlio César Gonçalves, chefe da coordenadoria de estudos do Pantanal neste ato está representando o Reitor, Dr. Catarino Pais Peró, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Drª. Odete Fior, Presidente do PV Mulher do Mato Grosso do Sul e Maria Helena Brancher, Vice-Presidente da FUCONAMS. Informamos que essa Audiência Pública está sendo transmitida ao vivo pela TV Assembléia de Mato Grosso do Sul, TV a cabo 9 da NET. E o portal da Assembléia Legislativa na internet está fazendo a cobertura jornalística do evento e também transmite esta Audiência Pública sobre mudanças climáticas em tempo real. O endereço do portal é www.al.ms.gov.br. Está sendo transmitido também pela rádio e TV Senado.

SR. MIGUEL SEREDIUK MILANO: Bom dia a todos os senhores e senhoras. Eu primeiramente agradeço aos Parlamentares o fato de termos esse encontro aqui no Mato Grosso do Sul, e especialmente ao Senador Delcídio pelo convite que me foi formulado para esta apresentação.

Vou fazer o possível para com a brevidade necessária conseguir passar pela minha apresentação que informo de antemão ter buscado em prepará-la ser o mais didático possível, entendendo que isso ajudaria mais a compreensão de alguns fatores.

O primeiro aspecto dessa questão é não esquecermos que esse é um planeta que tem cerca de 4,5 bilhões de anos. Uma conta que a gente não consegue fazer normalmente porque como seres humanos e com o tipo de entendimento que temos normalmente conseguimos entender 100 anos, 80, 90, que é a idade biológica dos avós ou coisas assim. Esse é um tempo bastante longo. A vida neste planeta surgiu a

3,5 bilhões de anos. Portanto levou um bilhão de anos que é esse tempo que a gente não consegue contar e entender facilmente para começar a existir vida aqui. As primeiras moléculas auto-replicantes. Processos de mutação nessas primeiras formas de vida associados à seleção por adaptação no tipo de ambiente que existe levou à constituição das mais diferentes formas de vida num processo que nós chamamos de evolução. Decorre desse processo a existência da espécie humana. Para ser politicamente correto é preciso falar dos homens e das mulheres, e não simplesmente do surgimento do homem. Os primeiros registros de vida humana têm cerca de 3 a 4 milhões. Podia até estender um pouquinho para quem sabe 4,5 com alguma boa vontade. E falando em 4,5 apenas para facilitar a parte de entendimento. Essa espécie que habita esse planeta, portanto, nos últimos 4 milhões de anos, um planeta que tem 4,5 bilhões de anos. Como esse processo acontece? Há aqui algo pra gente pensar sobre a cronologia dessa situação. O planeta, a vida espécie humana e o desenvolvimento. O planeta tem 4,5 bilhões. A vida tem 3,5, repetindo, e a espécie semana tem 3,5 a 4 milhões de anos. Se eu arredondasse para 4,5 eu podia fazer uma conta entre a existência do planeta e a existência da espécie humana ia dar o quê? Menos de 1% do tempo. O detalhe é que a gente vê assim, mil vezes. Mil vezes é fácil de entender. Mil vezes o tempo. Mil vezes um real são mil reais. Mil vezes mil reais são um milhão de reais. Essa conta é fácil. Mas aqui a gente tem que fazer uma conta de subtração. A terra existiu sem a presença humana quatro bilhões, quatrocentos e noventa e quatro... Noventa e seis, arredondando, milhões de anos. Ou seja, todo tempo praticamente sem a existência da nossa espécie. Pelo menos da nossa espécie como é a gente vê. Assim interpretando esse processo dá para dizer também que se a terra tivesse começado no zero minuto do ano novo de um ano qualquer, ela teria passado o ano inteiro sem ter espécie humana e só às seis da tarde do dia 31 de dezembro o homem começou a caminhar sobre ela. Pelo menos em duas patas. E daí já é ano novo agora. E nós estamos discutindo se o planeta vai existir para frente. Para nós seres humanos. Porque o planeta sim vai sobreviver. Talvez nós não. Onde entra a civilização nesse processo?

A primeira grande conquista da humanidade é o fogo e que continua até hoje. Tudo que nós estamos discutindo tem a ver com o fogo. A emissão de carbono é essencialmente o processo de combustão que está aí.

Segunda grande conquista: Todos os processos relacionados à domesticação de plantas e animais. E aqui vale um destaque fundamental. Nós ainda dependemos em possivelmente mais do que 90% de toda a produção de alimentos, fibras, para nossa sobrevivência e nós continuamos comendo biodiversidade. Esse é o detalhe. Tudo que se refere à agricultura e à pecuária diz respeito à biodiversidade. Nós continuamos comendo biodiversidade, nós continuamos dependendo dessas questões, e a base, 80% de tudo que nós dependemos foi descoberto, foi domesticado, até coisa de dois mil anos atrás. Praticamente. Quase tudo. O gado doméstico, os animais de tração, cavalo, as ovelhas, as cabras. Por sinal, quase tudo isso veio do oriente médio, do chamado crescente fértil. O trigo, a oliva, a uva, e assim por diante. A América contribuiu com algumas coisas com o milho, com a batata, mais recentemente, com a mandioca, no caso brasileiro, o amendoim, o pato. Mas como *commodity* de expressão mundial é muito pouco. De qualquer maneira nós temos uma outra biodiversidade fundamental que diz respeito a fármacos e outras coisas.

O que eu queria dizer é que nós ficamos estacionados no tempo com relação ao uso da biodiversidade por milênios, praticamente, e nos últimos 20 a 40 anos nós conseguimos dar um pulo de ter praticamente cem novas domesticações que normalmente não passa pela cabeça das trutas que são criadas em cativeiro, aos salmões que são nos tanques redes, são todos domésticos já, aos fungos todos que encontramos no supermercado, como champion, chitaque, não sei o que, aos Camarões que são criados da mesma maneira, e assim por diante. As algas que são criadas em fazendas marinhas que já estão controladas geneticamente e domesticada. Esse é um passo da ciência dos últimos 20 anos. Mas que está trabalhando sob uma base que está se exaurindo radicalmente.

O terceiro passo fundamental do desenvolvimento da humanidade foi a escrita. Porque com ela tudo mudou. Fala-se, por exemplo, quando se estuda antropologia, sociologia, em cultura oral, aquela cultura em que a tradição oral, onde as culturas mais primitivas, entre aspas, as indígenas, transfere-se seus conhecimentos oralmente. Mas aí eu gostaria de fazer uma provocação para lembrar como as crianças brincam com uma coisa chamada telefone sem fio, nas festas de criança, e uma conta uma coisa no ouvido do outro e quando chega no fim da fila a história é completamente diferente. E isso é desenvolvimento por tradição oral. Porque quando passa a ter escrita e quando você segue uma receita para fazer alguma coisa que está escrito e que se sabe, a conquista tecnológica é violenta e é rápida e ela se propaga. Se a gente olhar em volta da situação tudo quase que a gente tem aqui tem 20, 30 anos de tecnologia associada. Os celulares que de vez em quando incomodam [risos] nas Audiên-

cias Públicas e nas sessões, é um exemplo disso. Há 15 anos não existia, a 10 nós já somos dependentes desse processo. Com a escrita e com a imprensa, particularmente, com o sistema de imprensa, avançamos nas conquistas até a Revolução Industrial. Quando foi a Revolução Industrial? Foi ontem. Nós estamos falando de dias atrás. E nós seguimos conquistando espaço, conquistando espaço, conquistando território, em todos os cantos do planeta, destruindo várias coisas, chegando a situações como essas... E aí? É importante talvez nesse momento falar da civilização humana e seu desenvolvimento em cima de quatro potenciais etapas pelos quais o homem tenha passado. A primeira, o homem e os seus mitos. Quando o homem sem deter conhecimento da tecnologia em geral trabalhava junto, agrupado, associado, tinha o coletivismo como fator de força e sobrevivência até porque não conseguia prever e controlar nada das forças da natureza. Num segundo momento o homem e o conhecimento, com o fogo, com a agricultura, começou a domesticar, adaptar a situação ambiental para as suas necessidades. Mas com o tamanho de população significativamente pequeno, com uma dispersão que com falta de concentração demográfica, e falta de tecnologia de impacto fez isso adaptando o meio às suas necessidades de uma maneira relativamente tranqüila.

A questão começa quando o homem avança nos conhecimentos com todas as conquistas que nós falamos. E aí o homem começa um sistema contínuo de expansão, de conquistas e de agressão que eu, na minha talvez ignorância histórica, pudesse pontuar que tem origem com o Renascimento. Ou seja, com o fim da idade média e o início do Renascimento. Porque a partir daí, com uma incorporação muito mais coletiva da pólvora, da bússola, da vela latina se começa a conquistar o mundo numa rapidez enorme e diferentes continentes são ocupados e são devastados sob os diferentes aspectos.

Uma quarta fase é necessária. Uma fase que vem sendo pontuada nos últimos 30, 50, talvez 100 anos as primeiras iniciativas, mas que hoje está numa situação radical. Ou nós conquistamos essa quarta fase do relacionamento do homem com a natureza ou a natureza vai sobreviver sem as espécies humanas. Ou nós temos uma conciliação e harmonia, ou não será possível avançar.

Para isso nós temos utilizado diferentes nomes, diferentes termos, desenvolvimento sustentável, em inglês, *evironmental friendly development*(F), eco desenvolvimento, queria falar disso em termos de utopia, realidade e de necessidade. Desenvolvimento e meio ambiente, Conferência de Estocolmo. Pela primeira vez foi tratado em 72. Por sinal o Brasil teve um papel maravilhoso lá. Quando todo mundo discutia a necessidade de controlar a poluição por bem do desenvolvimento, o Brasil disse: Se os ricos não querem a poluição, que mandem para nós desde que seja junto com as fábricas. Vamos industrializar o nosso País. Foi vexaminoso, mas trouxe alguma coisa. Porque como decorrência disso nasceu também a Secretaria de Meio Ambiente da Presidência da República nos anos 70 que foi dirigida pelo Prof. Paulo Nogueira.

Em 92, 20 anos depois, nós temos uma segunda conferência do mesmo gênero, e já era tão crítica a situação, embora a poluição propriamente como tal tivesse razoavelmente controlada nos países desenvolvidos, as duas grandes duas questões fundamentais lá discutidas foram: Mudanças climáticas e biodiversidade, que resultaram em duas convenções das quais o Brasil é signatário, e onde nós estamos hoje? É importante lembrar que este efeito estufa que existe apresentado pelo Prof. Alexandre antes e que é benéfico para nós até um dado limite foi isso que permitiu a estabilidade climática do nosso planeta, e que permitiu toda a evolução das espécies a biodiversidade disponível e tudo mais. É também essa estabilidade do planeta associado com a alta biodiversidade que nós conseguimos utilizar que nos permitiu junto com a engenhosidade humana chegar onde nós chegamos. É fundamental que usemos a mesma engenhosidade para ver o que a gente vai fazer.

Vou voltar um pouco no tempo. De novo numa cronologia. Quanto agendo fala da nossa espécie, porque quando eu falo de 3,5, 4, 4,5 milhões de anos, nós estamos falando dos primeiros primatas humanóides. Não é a nossa espécie. O *homo sapiens* tem cerca de 140 mil anos. Essa aqui. Do qual nós somos representantes. Tivemos o *neanderthalensis*, tivemos o *homo* [ininteligível], tivemos outras espécies antes. Essa é uma situação. Seis a quatro mil anos é o tempo em que a agricultura aconteceu com domesticações locais, no crescente fértil, na América do Norte, na América do Sul, nos Andes, na Região Amazônica e assim por diante. Também vai a quatro mil anos, aproximadamente, os primeiros dados concretos de escrita na Grécia. Que também surgiu independentemente em diferentes locais com diferentes esquemas escritos. Silábicos, ou de letras ou de palavras e de conceitos e assim por diante. Cerca de 200 anos a Revolução Industrial. Aí começa a questão do carbono na atmosfera. E 60 anos são os últimos que nós vivemos na grande ocupação inclusive de nosso País. Criamos o dito antropocêntrico. O mundo humano nesse planeta. Que pode ser visto pelos pontos de foco de calor associado à utilização intensiva de energia. Que vai se complicando a cada dia. As concentrações de carbono são assustadora-

mente crescentes como foi mostrado na palestra anterior por isso não vou insistir. A temperatura global vem assumindo uma elevação e uma tendência sem retorno por todos os dados científicos que se tem. Esse gráfico ele é particularmente radical ao permitir, ver o que são as tendências a partir de 2000. Não há nada com perspectiva de redução. O gelo das áreas, das geleiras, dos pólos e das áreas altas das montanhas estão derretendo numa velocidade impressionante. O pólo sul, a Antártida joga um papel particularmente crítico nessa situação porque é gelo sobre um continente, não é gelo flutuante cujo resultado já seria de 2/3 já dentro da água e não afetaria o nível de mar. Mas os gelos continentais são radicais. Estima-se que a cidade de Lima vá perder essas fontes de água permanente porque as geleiras que são mais ou menos permanentes, os glaciares as que abastecem Lima de água em oito a 10 anos não serão mais permanentes. Acumulará neve durante o inverno e durante o verão derretará tudo. Resultado: Abastecimento não se sabe como. Peru, um País vizinho, irmão, não tem o recurso que os países desenvolvidos têm para dessalinizar a água do mar para desabastecimento humano. Algo pra gente pensar. As mudanças climáticas estão acontecendo e sua expressão é evidente nas mais diferentes situações. Aqui uma foto do Lago Chades, na África, muita gente fala de Darfur como uma catástrofe planetária de origem étnica, na verdade é de origem de mudança climática. As pessoas estão atrás de água, etnias se conflitam por disputa de recurso vital para sobreviver. As outras são fotos da nossa Amazônia na grande seca. As tendências para temperatura continuam críticas de aumento. Como nós vimos 2,4%, vai ser catastrófico em algum nível para a economia, para a sociedade, para tudo. Três ou mais pode ser tanto pior.

Alguns dados do nosso desenvolvimento. Desde 1960, a população humana mais que duplicou. A atividade econômica sextuplicou. A produção de alimentos cresceu 2,5 vezes. Portanto, a gente não deveria ter fome no planeta. Afinal de contas que cresceu mais comida do que população. O preço médio dos alimentos declinou. Outro motivo para não ter fome. O uso da água duplicou. A água tem uma quantidade única no planeta. Ela circula, evapora, mas é a mesma. Não tem como importar. O uso de madeira triplicou para poupa e papel triplicou. A produção de hidroenergia duplicou e os níveis absolutos de pobreza. Essa é uma pergunta. Eu não estou falando relativos. Estou falando de absolutos, e eles são maiores. Mais algumas questões fundamentais não tenha sido devidamente consideradas. Primeiro as necessidades humanas que são crescentes. O sistema particularmente impõe, mas é intrínseco da nossa espécie querer conforto, condições, facilidade e tudo mais. Não fosse isso, não teríamos desenvolvido tudo que nós desenvolvemos, e estaríamos aqui como estamos hoje do ponto de vista tecnológico. Todavia, o planeta continua do mesmo tamanho. Ele é finito, e vai continuar assim.

Essa é uma foto da Sibéria, Rússia, com uma pequena vista do Lago Baikal. 20% de água doce do planeta. Essa é uma matéria de capa do Washington Post falando dos sistemas de corrupção associados a comércio de madeira entre China e Rússia, e particularmente uma crítica ao sistema chinês que suga como um grande aspirador de recursos naturais do mundo inteiro produtos para manter o seu grau de crescimento. Claro que cabe aos outros países ver se concordam ou não em fazer isso acontecer. Mas acontece. Estima-se que a Sibéria, as florestas siberianas que são maiores que as florestas da Amazônia inteira estejam radicalmente eliminadas como florestas adultas, exceto pelas áreas protegidas em menos de 50 anos. 100% praticamente transportadas nestes trens para a China, que reexporta em outros produtos para o resto do mundo. Mas nós estamos falando de recurso, estamos falando de outras coisas, tem um outro fator nessa história. E a população humana sempre crescente? Que tamanho tinha essa população antes de ontem, ontem, hoje, e que tamanho vai ter amanhã? As tendências de crescimento também são críticas. Não é possível falar de crescimento do planeta, ou melhor, de estabilidade do planeta se a gente não falar de economia, de ecologia e de população humana. Não é uma proposta de controle demográfico, mas é necessário que se faça políticas demográficas consistentes. Existe um artigo de um pesquisador brasileiro do IBGE que fala da bomba demográfica brasileira. Ele pontua o número de filhos, a fertilidade das mulheres brasileiras em função do nível de escolaridade, mulheres com nível de doutorado têm 0,5 ou 0,8 filhos e mulheres com mestrado cerca de 1, melhores com especialização 1.2, 1.3, mulheres com nível de graduação 2 filhos, e assim a situação vai em sistema inverso até que as analfabetas que representam 17% da população feminina fértil desse País tem uma média de sete filhos. Analfabetismo com pobreza gera uma bomba demográfica que é um problema. E aí continuamos com números absolutos cada vez maiores de pobreza que nós não conseguimos controlar e pressão de todos os tipos sobre os recursos naturais que não conseguimos também controlar.

Não é possível discutir tudo isso sem discutir população humana. Sem discutir condições de saúde, de acesso à justiça, direito e a várias coisas. A biodiversidade é e continuará sendo um valor e uma necessidade humana fundamentais. Nos alimentos, como eu disse, tudo. Nos medicamentos, cerca de 60, 70% de

todos os princípios ativos hoje utilizados no planeta continuam com origem em plantas e animais silvestres. Origem. Não necessariamente produzidos por dar aspirina com ácido acetilsalisílico que vem dos sales aos últimos medicamentos para controle de pressão arterial que eu já uso, que vem de cobras brasileiras e que foram processadas e patenteadas pelo instituto Oswaldo Cruz. Passa por fibras, vestuário, higiênicos, cosméticos, serviços ambientais. Estamos falando aqui da necessidade de manter serviços ambientais, recriação e outras coisas. Há indicativos de efeitos danosos às populações humanas que vão além das restrições climáticas. Esta é uma questão essencial e central do que nós estamos falando. Como, por exemplo, a expansão da área de ocorrência de doenças que já foi falado. De malária em Curitiba. Mas, malária também vai entrar nos Estados Unidos e talvez em algumas regiões da Europa e talvez aí a gente que não foi capaz até hoje de resolver parte desse problema, ou seja, porque a hora que essas doenças críticas afetarem os países ricos talvez comece. Pode ser um benefício das mudanças climáticas, os Estados Unidos e a Europa investir mais em coisas assim. Ou seja, se a desgraça se ampliar, alguma coisa pode se resolver. É horroroso pensar nesses termos.

Há indicativos de deslocamentos futuros de alguns sistemas de produção agropecuária. Também foram dados aqui. Possivelmente o centro-sul do Brasil vá perder grande parte do seu potencial agrícola, vai ter que passar para outros sistemas talvez mais com reflorestamento, com culturas permanentes, e assim por diante, enquanto que pode deslocar o eixo para outros lugares. Mas há junto com esses processos possíveis deslocamentos humanos importantes. Paralelamente não há indicativos de tendências de melhoria das condições humanas do ponto de vista de redução de pobreza. As mudanças na matriz energética, tudo que nós estamos discutindo trarão de imediato mais pressão sobre biodiversidade e recursos naturais. Mais pressão. A conquista de território, seja por hidrelétrica, perdendo biodiversidade, seja por produção de biocombustível, neste caso potencialmente pior pode trazer conseqüências muito mais graves que as soluções de curto prazo. Ou seja, é possível sim e é necessário trabalhar com biocombustíveis. Mas é absolutamente necessário apertar as restrições legais e as fiscalizações e garantir que elas aconteçam para que o tiro não seja não no pé, mas na cabeça.

Além do que, cabem aí outros comentários. Mas a premência da questão climática tornará ainda mais difícil o entendimento público sobre a proteção da biodiversidade, da qual nós dependemos, nós estamos muito mais preocupados agora com as mudanças climáticas talvez não sejamos capazes de atender as outras questões.

Vou entrar na fase de encerramento que são três slides, porque eu preciso receber mais um recado para acabar, que quais são os nossos desafios a enfrentar? Principais. Primeiro, romper o falso paradigma de que países em desenvolvimento podem seguir o velho modelo de destruir para se desenvolver. Não é possível mais continuar assim. Isso é suicídio total de todo mundo. Sim, devemos cobrar que os que fizeram diferente e acumular um passivo, ajude a pagar essa conta. A Amazônia brasileira, Pantanal brasileiro, o que resta do cerrado que já é pouco, precisa ser protegido, e essa conta tem que ser paga também por quem degradou. Mas nós não podemos achar assim, que porque eles já fizeram, nós vamos fazer a mesma coisa. Isso mata todo mundo. Isso não tem sentido. Segundo ponto, é necessário romper o paradigma de que é necessário ter crescimento econômico para se desenvolver e ter qualidade de vida. Tem que entender o que é desenvolvimento. Diferentemente de crescimento econômico. Há provas concretas, trabalhos no nosso País como, por exemplo, do Prof. Kadu Yang da universidade do Rio de Janeiro mostrando absolutamente de forma incontestável que o IDH tem piorado na zona de Mata Atlântica com aumento de desmatamento. Municípios com mais cobertura florestal na zona de Mata Atlântica no Brasil, mais de cem estudados, tem IDH melhor do que aqueles que desmataram mais. Estabelecer a tempo as políticas necessárias. Caros Parlamentares, estabelecer a tempo as políticas necessárias para que os efeitos possam ser minimizados antes que eles sejam impossíveis. É necessário romper a inércia. Operar uma mudança cultural drástica no que concerne as relações homem-natureza, iniciando pelo sistema de ensino. Outros desafios. Abrir um diálogo efetivo entre o sistema produtivo e o de proteção ambiental. O sistema produtivo vai perder junto. A visão de curto prazo que é bom fazer isso hoje, plantar hoje ou poluir hoje porque dá para ganhar dinheiro, amanhã pode ser radical. É necessário um processo de abrir diálogo franco e verdadeiro. É necessário concentrar esforços técnicos científicos e políticos no que tange a políticas de conservação da biodiversidade. Enquanto tem o que proteger. Porque nós vamos continuar dependendo dela. Especialmente para fármacos não há como não avançar. É necessário ter mais áreas protegidas, porque além da biodiversidade, nós controlamos aí mudanças climáticas. É necessário viabilizar técnica política e economicamente mosaicos de áreas protegidas.

Por fim eu diria estabelecer políticas sociais conseqüentes em termos demográficos. Para os que têm

dúvidas dessas questões, destruir a natureza em benefício do modelo vigente e aqui não é uma questão de modelo capitalista, socialista, nada. É do desperdício, é do que está aí, criando problemas no planeta. Tem impedido o aumento da miséria, da fome, dos contrastes sociais e das mudanças climáticas? Se alguém tem dúvida da resposta dessa pergunta, eu não tenho. É não. Ou seja, precisamos mudar alguns paradigmas. E o detalhe é que tudo que nós fizermos pela natureza vai resolver problemas humanos. Nem tudo que nós fazemos pelo homem, de imediato, por interesse de crescimento do PIB ou de qualquer outra coisa, resolvem benefício de longo prazo para o homem. E a gente só tem um planeta para viver. Não tem outro, conforme o Alexandre apresentou.

Com isso, eu agradeço a atenção de vocês, e espero poder ter contribuído para essa discussão no Congresso Brasileiro. Muito obrigado.

[palmas]

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Miguel Milano, representante da Fundação Avina, e fez uma bela apresentação. E vamos passar agora para a nossa última apresentação, depois passaremos a um debate. Vamos chamar o professor, o Promotor Alexandre Lima Raslan. Ele é do Ministério Público Estadual do Mato Grosso do Sul. Vai falar sobre o tema mudanças climáticas, os desmatamentos no Estado do Mato Grosso do Sul e aspectos legais associados. Alguma informação antes do doutor fazer sua fala?

MESTRE DE CERIMÔNIA SRA. SEVERINA SILVA: Faremos a leitura do currículo do Dr. Alexandre Lima Raslan, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, titular da 34ª Promotoria de justiça de Campo Grande, Diretor-Geral dos núcleos das Promotorias de Justiça do Pantanal e da bacia do Paraná. Mestrando em direitos difusos da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Aproveitamos para registrar a presença do Vereador Ernesto do Município de Maracaju, do Vereador Ângelo Mendes de São Gabriel do Oeste, do Vereador João Francisco dos Santos do Município de Nioaque. Para a sua palestra, Dr. Raslan.

SR. ALEXANDRE LIMA RASLAN: Bom dia a todos. Eu gostaria de em nome do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul agradecer o convite formulado pelo Relator e pelo Presidente dessa Comissão Mista, gostaria de agradecer a lembrança do meu nome e da minha instituição ao Senador Delcídio Amaral, agradecer a atenção com que os Senadores aqui presentes e os Deputados Federais, Estaduais que e a própria comunidade tem despertado para uma questão que não é mais ambiental. Não se trata de plantas, árvores e águas. Se trata de vida. E a nossa Constituição Federal ela é rica, exuberante quando ela diz que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo essencial a sadia a qualidade de vida. Sendo obrigação da sociedade e do poder público preservar esse meio ambiente ecologicamente equilibrado para essa geração e para as gerações futuras. E aí nós temos não o compromisso quase ardiloso das palavras, mas nós temos um compromisso de modificar e de enriquecer a ética intergeracional. Nós temos um compromisso com as gerações futuras. E este meio ambiente não nos pertence. Até porque, e reforçando esse não pertencer, todos os danos ambientais são imprescritíveis justamente por conta de que não seria razoável eu permitir que algo que é de todos, inclusive das futuras gerações que ainda não estão presentes, pudesse ser desapossado pelo decurso do tempo. E como o Miguel Milano acabou de dizer aqui, é preciso ser expedito, é preciso ser rápido para enfrentar essas questões que nos assolam hoje em dia.

Esses dados são interessantes. Eu fiz aqui um quadro, esses dados são dados aproximados, eu não tenho a pretensão de ser tão preciso quanto os técnicos, mas nós temos aqui a bacia hidrográfica do Paraguai e do Paraná, que são as duas que nos integram aqui, e nós temos 52% dessa área no Brasil. 188 mil quilômetros quadrados estão no Mato Grosso do Sul, essa bacia hidrográfica do Paraguai. Aproximadamente 65% no Mato Grosso do Sul. A bacia do Paraná nós temos aí quase 20% aqui no Estado e os outros 80% divididos em outros cinco Estados. E é interessante ver o próximo slide. Isso aqui é emblemático. Eu queria chamar a atenção dos senhores para o seguinte. Tudo que vou dizer aqui agora não tem nenhuma pessoalidade. Vou dizer de instituições. Eu acho que é importante deixar isso claro, porque já não é hora mais de procurarmos um culpado para punir. Nós precisamos arranjar gente com responsabilidade para tentar administrar uma herança vermelha, com balanço negativo que está afetando todos nós já. Esses dados aqui foram coletados pela minha promotoria e com base nas autorizações de desmatamento, supressão vegetal, aproveitamento de material lenhoso expedidas pelo órgão ambiental nesses anos de 2003, 2004 e 2005. Os dados de 2006 estão sendo agregados a essa tabela, mas não estão prontos ainda, então resolvi trazê-los aqui. E fiz uma observação ali que toda essa tabela de temporalidade ali nós consideramos só dias úteis. Nós não consideramos... Cada mês 20 dias nesses três anos. Então nós temos ali para bacia do Paraguai, foram expedidas nesses três anos 1.784 autorizações. 2,47 autorizações por dia útil e nesses três anos 330 mil hectares

aproximadamente foram desmatados. Isso o que foi autorizado a desmatar. É o controle escritural disso. Eu lamento muito informar que não é só na China e na Rússia que nós temos problemas que infelizmente nós não conseguimos controlar e detectar. Que é a corrupção e as atitudes clandestinas do desmatamento. Então nós temos por dia útil, foram desmatados 457,1 hectares nesses três anos. Na bacia do Paraná, foram 1.650 autorizações, esse número menor não me alenta em hipótese nenhuma. 1,51 autorizações por dia útil, 230 mil hectares, aproximadamente 100 mil hectares a menos. E 316,79 hectares por dia. Números sempre admitem controvérsia. Nós temos esses números aqui. Quem tiver um número que puder contrapor a isso eu convido a apresentar. Eu aqui eu digo o seguinte, o Estado nesses 30 anos ou 28 anos não tem a mínima noção do que tinha, do que foi desmatado, e do que ele tem hoje de cobertura florestal nativa. Não tem. Foi usado uma expressão uma vez aqui do apagão florestal. Logo depois do apagão da energia, agora estamos no apagão aéreo, nós estamos prestes aqui no Estado a ter um apagão florestal. E eu gostaria de passar o próximo slide para dizer o seguinte. Tem uma pequena falha aqui, uma omissão que é minha eu preciso me responsabilizar por isso, mas a perspectiva é o seguinte, se se mantiver esse ritmo em 45 anos o Pantanal não terá cobertura florestal nativa mais. Eu morei em Corumbá dois anos. Tenho um carinho muito grande por aquela cidade pelo caminho que a gente faz para chegar lá. Vai ser muito triste. Chegar em Corumbá e não ver mais aquela cobertura florestal nativa. A Bacia do Paraná, o tempo é de 25 anos. É a omissão que falta aqui. E é justamente na Bacia do Paraná que hoje estão se instalando as usinas de açúcar e álcool. Ideologicamente eu não tenho lado em meio ambiente, eu procuro ser o mais técnico possível. Eu sou o mais técnico possível, e na minha área. Na área jurídica. Mas é um dever de quem trabalha com meio ambiente, ainda que seja nessa matéria arenosa que é o direito, começar a pensar um pouco mais além dos códigos, das leis e dos diários oficiais, etc.

Olha, que venham se instalar, que dêem emprego, que forneçam impostos, divisas, mas que também se responsabilizem por aquilo que estão ocupando. Eu acredito que nós não podemos acreditar agora no Século 21 diante de tanta inteligência do ser humano que uma atividade vai salvar um Estado. Uma época atrás o Mato Grosso do Sul tinha uma predileção, os olhos brilhavam a respeito do gasoduto. O Estado não avançou por causa do gasoduto. Aí depois vamos colocar o gás dentro do gasoduto. O gás veio. O Estado não correspondeu ou não obteve os benefícios que imaginava ter. Certa feita me disseram que o gás seria a melhor alternativa para o Estado. É uma das alternativas. Só que se o gás fosse a salvação, a Bolívia era o melhor País do mundo. O gás está todo lá. Os homens é que fazem a diferença.

Eu brinquei hoje de manhã e é uma brincadeira mesmo, dizendo o seguinte, se a cana fosse uma coisa tão boa, os portugueses não tinham padarias. Eles tinham usinas de álcool. Nós precisamos ver o seguinte, nós temos um déficit florestal aqui no Estado. Precisa ser administrado, precisa ser regularizado. E aí o que nós vemos? O Poder Público, as instituições financeiras financiaram a devastação da cobertura florestal desse Estado ao longo desses últimos 30, 40 anos. Tinha programa do Banco do Brasil que era o Pró-Várzea. O Banco do Brasil financiava a construção de drenos para você acabar com áreas de preservação permanente, áreas alagadas para aumentar a área de pastagem e área de lavoura. Então a responsabilidade não é de um, ou de outro, mas a responsabilidade é de um sistema que administra uma coisa que não é do sistema, que é de todos nós.

Então vou pontuar três questões aqui. A questão da reserva legal, a questão das áreas de preservação permanente e a questão do carvão. Que eu acho que é importante, porque onde há desmatamento, eu preciso obrigatoriamente dar um destino para essa madeira.

Bom, que o a lei exige é isso. Cada propriedade tem que ter no mínimo 20% de reserva legal em cada matrícula que a compõe. Essa reserva legal segundo o Supremo Tribunal Federal não é uma abstração matemática, não é uma fração ideal. Ela precisa estar delimitada e perimetrada. Ou seja, ela precisa estar constatada na realidade. Sob pena até de afetar os níveis de produtividade exigidos para aferição em caso de desapropriação. Os critérios usados para a definição do local dessas áreas de reserva legal, eles precisam passar pela existência do plano de bacia hidrográfica que nós não temos. Pelo Plano Diretor municipal. Alguns Municípios têm e outros não têm. Pelo zoneamento ecológico econômico que está acredito sendo feito pela administração estadual. Que espero também que esse zoneamento não venha homologar uma situação. Ou melhor, ele não venha coincidir com a realidade, mas sim incidir a realidade para modificar, para ordenar algumas atividades produtivas e atividades conservacionistas também. Precisamos também respeitar outras categorias de zoneamento ambiental, as proximidades com outras reservas legais. Porque não adianta eu criar manchas florestais. Eu preciso criar o mais próximo possível de uma coisa parecida com corredor. Às vezes não é possível, mas a proximidade já auxilia muito isso. E infelizmente nós temos uma dificuldade muito grande aqui de encontrar áre-

as para conectar. Porque nós temos Municípios, por exemplo, Terenos, por exemplo, Terenos tem quase 80% da sua área já desmatada. Alguns Municípios do Estado já não têm mais 20%. Isso fazendo uma relação com a área total.

Bom, para resolver essa situação, nós temos algumas alternativas. A ideal é que cada propriedade tenha a sua reserva legal. Mas se isso não for possível, porque às vezes o uso intensivo do solo foi tão grande que ali não cresce mais nada. A não ser aquela cultura extrativista. O grão, a própria cana. Aí nós temos a possibilidade da compensação da reserva legal. Que o é essa compensação? Eu não tenho essa possibilidade na minha propriedade de fazer isso. Porque é impossível fazer. Eu procuro uma área na mesma bacia hidrográfica, ou no mesmo Estado, não sendo possível naquela mesma bacia hidrográfica para adquirir e relacionar com a minha matrícula. O Estado, acredito, não tenho dados a contrariar essa minha afirmação, se todo mundo quiser compensar, não tem área para compensar dentro do Estado. E eu acho que compensar com plantar eucalipto é uma coisa também que deve ser bem-vista e não deve ser bem aceita até porque os critérios são esses daqui. Área equivalente, importância ecológica e extensão. Desde que no mesmo ecossistema, o Pantanal, cerrado, e na mesma bacia hidrográfica. Excepcionalmente eu posso fazer em bacia diversa.

Bom, o Superior Tribunal de Justiça, que é o Tribunal que uniformiza o entendimento da Legislação Ordinária aqui no País, disse o seguinte: Quem adquirir terra sem reserva legal, tem a obrigação de recuperar e regularizar essa área ambientalmente. Por quê? Primeiro, não há direito adquirido em poluir. Por conta justamente daquilo que eu disse anteriormente. Como nós temos o compromisso com as futuras gerações, é um bem que não é dessa geração, não é só daquela geração, é de todos nós, e essa relação intergeracional gera imprescritibilidade. E gera na verdade a obrigação não só do adquirente, mas daquele que utiliza o recurso natural de pagar por sua utilização econômica, que é o caso das áreas de plantio de cana-de-açúcar em que as usinas se recusam a recuperar essas áreas nas áreas que elas arrendam. Na verdade, seria muito fácil burlar a lei dizendo o seguinte, eu compro uma área pequena, monto o parque industrial, e arrendo, ou na verdade, faço uma parceria com os proprietários para eles plantarem e eles me fornecem a cana. Ou seja, eles não respeitam essa área de reserva legal, é difícil fazê-los respeitar porque há uma difusão muito grande, você tem que atuar de forma num varejo, e eles aproveitam o descumprimento da legislação ambiental, auferem lucro com isso e não devolvem nada para sociedade. É a famosa privatização dos lucros e socialização das perdas. É o que temos que pensar bem durante toda essa implantação dessas usinas aqui.

Bom, a questão da área de preservação permanente. Ao longo dos rios, topo de morro, ao redor das nascentes, inclusive dos reservatórios artificiais das usinas. De 30 a 300 metros essas áreas têm que estar... áreas têm que estar preservadas. Essas áreas podem ou não estar cobertas por floresta nativa. Eu posso ter uma área sem uma árvore, ela continua sendo de preservação permanente. Não preciso ter uma árvore lá. Eu tenho que desmistificar isso também. Outra coisa, é impossível compensar essas áreas. Elas têm que estar dentro da mesma propriedade. O Superior Tribunal de Justiça decidiu recentemente de forma bastante positiva o seguinte, essas áreas não podem ser utilizadas em hipótese alguma. Só por duas exceções. Utilidade pública e interesse social. A construção de uma ponte ou uma obra qualquer que possa inclusive preservar aquele ambiente ali.

Bom, a questão do... E por que é que eu disse da reserva legal e das áreas de preservação permanente? O desenvolvimento e o desmatamento avançou por sobre aquelas áreas, elas são utilizadas hoje indevidamente, eu estou generalizando aqui porque senão eu passaria alguns dias aqui especificando, mas nós vemos em alguns lugares do Estado as plantações de soja e algumas de plantações de cana antiga que eu pude ter a infelicidade de ver ainda quando era garoto, plantadas até a beira do rio e dos córregos. Uma coisa que eu acho importantíssimo dizer também é que falta e falta muito para que o setor produtivo não se convença que ele já está convencido que precisa, mas que ele na verdade transforme esse convencimento em ação para que não invada essas áreas. Ou seja, não as utilize e as recupere.

Bom, essa questão é uma questão importante porque aquele desmatamento gera material lenhoso e obrigatoriamente eu tenho que dar uma destinação para esse material e isso vira carvão. As indústrias, no geral, indústria moveleira, indústria de papel, elas precisam, elas são obrigadas a assegurar o plantio de novas áreas próprias ou em áreas de terceiros, sob a sua responsabilidade, para que essa matéria-prima seja extraída não da floresta nativa, mas sim daquele tanque de combustível do empreendimento, por exemplo, numa fábrica de papel e celulose ou de uma fábrica moveleira. Existe aí em caso de descumprimento uma multa de 10%, mas acho que o pior de tudo não é a multa que ele pode receber, mas a frustração que a sociedade tem de falta de uma política, não política pública, não porque isso precisa ser concretizado, mas de uma política executiva de fazer com que essas

empresas cumpram isso aqui. Não somente no papel, mas cumpram isso de forma concreta e efetiva. E nós não vejamos mais essas indústrias avançando sobre a cobertura nativa.

Bom, aqui vem uma questão muito interessante que está bastante em voga atualmente aqui no Estado, a questão da atividade siderurgia. As siderúrgicas também são responsáveis por manter floresta própria, ou formar essas florestas por intermédio de outras pessoas, ainda que agrupadas, da matéria-prima para utilização no processo produtivo. O prazo que está no art. 21 do Código Florestal, diz o seguinte: A autoridade competente vai fixar para cada siderúrgica dessa um prazo mínimo de 5 e prazo máximo de 10 anos para se tornar independente e auto-suficiente na produção de carvão vegetal. Por que não se faz isso? O Estado licencia atividade e não pede nada em troca? A União faz isso e também não pede nada em troca? Pedir justamente o que o próprio Congresso Nacional, através de uma Legislação que é extremamente avançada, impingiu aos empreendedores, e isso é perfeitamente possível. Nós fizemos um TCC o ano passado com o Governo do Estado a respeito da questão do carvão aqui no Estado. E ficou previsto isso. 10 anos para que isso se extinguisse, essa prática da utilização da cobertura florestal nativa. A gente vai aguardar e estamos acompanhando para poder concretizar isso positivamente.

Então, toda siderúrgica que tem mais de 10 anos de existência não pode usar carvão nativo. Simples. No prazo de 10 anos no máximo. Ela não pode usar. E nós vemos aqui no Estado o avanço do desmatamento e a proliferação de carvoarias ilegais, clandestinas, e algumas licenciadas, mas irregulares por estarem funcionando de forma desconforme com a licença que foi expedida.

Bom, a conclusão a respeito das reservas legais é que essas áreas não existem ou não estão regularizadas conforme a lei determina. A causa do desmatamento indiscriminado de forma a proporcionar a expansão da agricultura e da pecuária. Isso ao longo dos anos. Os responsáveis, os proprietários, as instituições financeiras e a política de administração estadual. Isso desde que o Estado foi dividido. Eu digo da instituição financeira porque o BANCO DO BRASIL concede financiamento para tudo. Ele vai ver se a soja foi plantada, se a soja cresceu, mas ele não quer saber, ou pelo menos não queria se aqueles mil hectares que ele financiou, aqueles 500 hectares que ele financiou tinham sua reserva legal ou tinham as áreas de preservação permanente intactas. O fiscal do Banco ia na propriedade. Ele visitava a propriedade. Ele colhe o material. E aí? Ele é agrônomo. Mas ele via que não tínhamos o Banco, e acho que não valorizava isso. E eu espero que passe a valorizar. Porque o art. 12 da lei da Política Nacional do Meio Ambiente responsabiliza as instituições de crédito e as concedentes de financiamento aí entra o BNDES e a própria CAIXA ECONÔMICA na responsabilidade ambiental por esses danos. A perspectiva a respeito disso é a seguinte, dificuldade de adesão voluntária dos proprietários à regularização. O Ministério Público e a Secretaria de Meio Ambiente, o Instituto de Meio Ambiente aqui do Estado vêm, e sou testemunha disso, tentando vencer alguns obstáculos internos, técnicos e políticos, e vencer os obstáculos do empreendedor também para fazer com que essa regularização aconteça de forma paulatina, gradativa e sustentável. As áreas de preservação permanente a situação não é muito diferente. Essas áreas são ocupadas e são utilizadas irregularmente, inclusive por pesqueiros. O Rio Taquari é um exemplo da péssima utilização do solo numa região em que não é propícia para agricultura e pecuária da forma como foi implantada lá com financiamento público, os responsáveis mais uma vez são os mesmos. E essa dificuldade de adesão voluntária também é extraordinária e especialmente porque não há fiscalização adequada. Falta. Falta gente na Secretaria do Meio ambiente, falta estrutura para a Polícia Militar ambiental, que é quem trabalha na ponta do problema.

Então, o Ministério Público se condói, se compadece muito dessas dificuldades porque em meio ambiente você não pode trabalhar sozinho. Você precisa de parcerias, você precisa de estar presente com esse espírito de renovação e de regularização do maior espaço possível.

Bom, as indústrias siderúrgicas infelizmente eu preciso generalizar, mas grande parte delas ainda utiliza floresta nativa. Não há controle da reposição florestal ou a existência de floresta plantada para cada uma das indústrias. Tem algumas associações de reflorestamento aqui no Estado que eu gostaria muito que elas apresentassem aonde estão plantadas as árvores relativas aos recursos que elas receberam da reposição florestal. Podem estar plantadas em algum prédio em Campo Grande, ou algum condomínio de luxo ou em alguma garagem com alguns carros importados de extremo valor. Mas árvore eu acredito que não tenham sido plantadas. Nós estamos acompanhando e investigando isso junto com o Ministério Público Federal e eu espero que a gente não precise tomar alguma providência, mas se precisar mais uma vez nós vamos ser taxados aí de quem sabe de chatos. Mas se quem nos taxar for quem não cumpre a lei pra mim é um elogio.

A perspectiva é complicada também que a adesão das indústrias é difícil, e há um empenho insuficiente do poder estatal nessa tarefa. Falta de fiscalização, e de instrumentos de controle inclusive escritural disso. Eu fiquei muito feliz no retorno das minhas férias agora dia 2, nós fizemos um taqui(F) o ano passado com uma siderúrgica que está se instalando, e eu recebi e alguns colegas do interior receberam também dessa siderúrgica a comprovação da onde ela está comprando o carvão. E nesse TCC ficou estabelecido o seguinte com o Governo do Estado. Que os Municípios de Bonito, Jardim Gelopes(F), não deveriam ser pressionados para fornecer carvão para as siderúrgicas do Estado do Mato Grosso do Sul. Ou seja, as siderúrgicas aí precisam da atuação do Estado, não deveriam utilizar o carvão vegetal proveniente dessas localidades.

Bom, e aqui quase finalizando já eu quero dizer o seguinte. Nós temos uma primeira geração de problemas ecológicos. Que a árvore que é a água, que é o solo, que é o ar. São os elementos constitutivos disso. Depois nós temos uma segunda geração que são os problemas advindos da inter-relação da existência ou da falta ou da corrupção de alguns desses elementos constituídos pela degradação. E aí nós temos na primeira geração os indivíduos ou grupos que são afetados em determinada localidade, isso já é uma realidade. Não há água, foi mostrado aqui em alguns locais, as epidemias, por exemplo, está chegando malária no Paraná. Então é um grupo sempre concentrado. E nós temos agora também essa segunda geração que por conta desse inter-relacionamento pervertido por conta da degradação humana nós temos aí problemas que afetam gerações. Que isso também já é uma realidade tanto que estamos aqui discutindo mudanças climáticas que ocorrem no mundo todo e podem até comprometer a existência da futura geração e eu espero que não, mas eu acredito que se não fizermos algo, as coisas realmente vão se complicar. E a terceira geração de problemas que não enfrentamos ainda, mas ela vai durar um minuto. Vai ser uma geração que não vai ter problemas ambientais, vai ter problemas vitais. Ou se vive ou não se vive. Em algumas áreas já é insuportável viver. Por problemas sociais, como violência, ou por problemas ambientais. Hoje de manhã, eu ouvi uma frase de um funcionário do Poder Executivo Federal, não me recordo o nome dele, não me recordo o cargo, mas ele estava em Campo Grande hoje de manhã, Ministério do Trabalho, alguma coisa, que ele disse o seguinte, me doeu profundamente isso. Eu queria ter gravado isso. Que o Brasil tem a possibilidade de ser a Arábia Saudita do etanol. Olha, eu acho que quando você ocupa um cargo público você precisa ter responsabilidade até para pensar. Os pecados capitais para a igreja, não precisa ser concretizados, eu peco em pensamento. É lamentável ouvir isso. Eu sou descendente de libaneses. Mas eu não quero viver num deserto. E não é num deserto de areia, é num deserto onde só existe um tipo de paisagem. Que é a cana. Eu já disse aqui na Assembléia uma vez que é muito gostoso ir a Recife, ir a Porto de Galinhas, mas é muito triste chegar lá em Porto de Galinhas. Você só vê cana. A paisagem não muda.

Então tudo isso que nós estamos vendo aqui, redunda em duas coisas. Qualidade de vida, saúde e ocupação ordem nada da paisagem. Se você não tiver essas duas coisas, nós com certeza teremos um grande prejuízo para vida, para relação do homem com o ambiente em que ele vive. E a proposta de solução que eu digo é o seguinte, eu não tenho soluções mágicas e a minha proposta é bem ampla, mas é o que está sendo feito. Pelo menos a primeira parte, e isso aqui é uma prova disso. O meio ambiente não é um oponente do desenvolvimento, mas um componente do desenvolvimento. Alguns empreendedores ainda não se tocaram dessa questão. Nós precisamos também planejar com eficácia, por quê? Porque o empreendedor vem e diz: "Olha, o órgão licenciador não trabalha. O órgão licenciador está atrasando o meu investimento". Mas ele faz o contrato primeiro para vender o produto antes de ter a licença para construir. Lamentavelmente isso não é culpa do órgão ambiental. Isso é falta de planejamento. E aí por fim e isso serve para todos, cumprir as leis. Não as leis jurídicas, mas as leis da ética, as leis da biologia, e as leis da química. Porque o homem não pode mais querer como um tempo atrás parece que quis, revogar as leis da natureza. Nós estamos sendo penalizados por não obedecer mais essas leis que nós não fizemos, mas na verdade nós fazemos parte dessa legislação que é a lei que protege a vida.

Eu queria deixar uma palavra final aqui de esperança e de agradecimento. A esperança em que providências como essas aqui se repliquem, que o Ministério Público seja sempre lembrado como um órgão que não tem ideologia na questão ambiental, mas procura na verdade ter um sossego e uma esperança para que quanto mais a sociedade e o Poder Público atuarem positivamente na questão ambiental, de menos promotores nós precisaremos porque nós teremos menos serviços. E eu acho que é válido dizer o seguinte: O Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul está extremamente empenhado em conduzir e produzir um diálogo com os empreendedores. Cana, siderurgia e qualquer outro empreendimento que se instale aqui. Para que eles venham, eles se instalem, mas que eles respeitem aquilo que é de todos nós. E eu vou encerrar isso que eu estou dizendo aqui com uma frase da

sabedoria popular que eu gosto muito de utilizar e que resume o meu pensamento que é uma frase que tem num samba, um pagode do Dicró que diz o seguinte: "Pode encher a sua piscina, mas não esvazia a minha bacia". Ou seja, venha para cá, se instalem, produzem, mas não encostem naquilo que é de todos nós, que é o nosso meio ambiente. Muito obrigado.

[palmas]

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Bem, muito obrigado, Dr. Alexandre Lima Raslan. E vamos iniciar nossa lista de inscritos. Nós vamos ter o microfone sem fio para as pessoas se pronunciarem. Vamos pedir que nós estamos já passando de meio-dia e nosso estômago já está roncando de todos nós, vamos pedir que a gente possa ter um limite de três minutos, mas antes vou passar a palavra de saudação do Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Deputados. Deputados Estaduais, expositores, meus amigos e minhas amigas. Em primeiro lugar eu quero aqui fazer a minha saudação e dizer da alegria de receber um grupo de Parlamentares que em momento de crise como nós estamos passando no Congresso, se enveredam por todos os cantos levando uma proposta daquilo que realmente o Brasil precisa discutir. Está aqui presente hoje o Deputado Eduardo Gomes, político que se notabiliza no Congresso Nacional como patrono de grandes causas em favor da humanidade. Senador Casagrande, hoje cuidando da questão ambiental como todo e particularmente do ambiente do Congresso que realmente precisa de uma despoluição e ele está cuidando disso com bastante zelo ao lado de outros Parlamentares como a Senadora Marisa Serrano, de Mato Grosso do Sul. Senador Delcídio Amaral, que no Senado tem enfrentado grandes desafios e produzindo um certo orgulho a todos os mato-grossenses do sul pelo zelo com que tem se dedicado à causa pública. Meu amigo Augusto Carvalho que foi meu colega na constituinte quando era barbudo, aí a barba dele começou a ficar branca e ele foi tratando de tirar. Daqui uns dias vou tirar a minha também, viu Augusto. [risos] O Rollemberg que já é um Parlamentar que conhece o Mato Grosso do Sul, já esteve aqui, está brilhando também nessa Comissão. E o Presidente da Comissão de Meio Ambiente aqui da Assembléia Legislativa, Deputado Paulo, que está resistindo heroicamente a esta Audiência Pública, onde ele conseguiu incluir um ingrediente que... [interrupção no áudio]... de energia elétrica. E isso ele fez aqui com maestria através de um *lobby* que ele começou a fazer no ouvido de cada um dos Parlamentares.

Então é muito gratificante a presença de todos esses Parlamentares que vem discutir aqui uma das questões mais relevantes para a humanidade, para o nosso País, e especialmente para o Mato Grosso do Sul. Tenho desenvolvido um grande trabalho no interior do Estado, e levando essas questões palpitantes como a questão ambiental, a questão econômica, o processo de industrialização pelo qual o Mato Grosso do Sul está passando, e o enfrentamento desse grande flagelo que se chama desemprego. E há poucos meses atrás, quando estava no Município de Jardim fazendo uma palestra dessa, no debate em dado momento isso estava lembrando ontem ao nosso Presidente Eduardo Gomes, levantou-se um jovem muito inquieto, e fez um solene protesto. Ele dizia o seguinte: "Olha, Senador, enquanto os senhores estão lá discutindo todos esses temas que permeiam o Congresso Nacional, a vida do Brasil, e tal, nós estamos aqui em Jardim vivendo uma crise das mais graves, que é a crise do desemprego. E a agravar a nossa situação, assistimos descortinar por todos os cantos uma perspectiva de grande industrialização com a implantação de usinas de álcool, biodiesel, e aqui nós não podemos nem sonhar com isso, por quê? Porque existe uma famigerada Lei de Proteção Ambiental que impede a construção de usinas em toda a orla pantaneira, incluindo o nosso Município".

E eu respondi a ele o seguinte: Olha meu amigo, em primeiro lugar, essa Lei de Proteção Ambiental que existe aí não é famigerada. Senão por tantos outros motivos por um que vou lhe apontar. Ela nasceu de uma luta que levou às ruas milhares e milhares de pessoas em Mato Grosso do Sul que foi a maior manifestação em defesa do meio ambiente que teve aqui em nosso Estado, no sentido de impedir com o objetivo de impedir a instalação de usinas alcooleiras dentro da bacia pantaneira. E um dos motivos é que cometendo começar no Comitê de Defesa do Pantanal, eu na condição de Consultor Jurídico daquela entidade, é quem foi o autor do anteprojeto que coibia a instalação das usinas alcooleiras na região de Pantanal. Portanto você está falando com o pai da criança. Certo. Efetivamente aquele foi o maior movimento. Movimento em defesa da questão ambiental que já teve na história de Mato Grosso do Sul. E o anteprojeto que elaboramos no comitê de defesa do Pantanal e oferecemos de subsídio a Assembléia e que depois foi encampado pelo mesmo Governo que queria abrir as portas do Pantanal para a instalação dessas usinas, hoje é a Legislação que protege o Pantanal contra a instalação de usinas alcooleiras.

O grande desafio que nós temos é exatamente esse. Conciliar a questão ambiental, a proteção ambiental com a expectativa da sociedade num proces-

so de desenvolvimento econômico. O Governador de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli, com quem eu tenho discutido amplamente esse desafio, tem mostrado uma grande sensibilidade, e uma preocupação que se transforma num plano de desenvolvimento econômico. Ele está, pela primeira vez, implantando aqui um projeto para o zoneamento do Estado a fim de que os impactos desta grande iniciativa que é tomada em todo o território nacional para transformar o Brasil no maior produtor de etanol e de biodiesel do planeta, para que o nosso Estado se prepare para este impacto. E para isso realmente a primeira iniciativa que tem que ser tomada é o zoneamento ambiental.

Nós assistimos aqui a palestra do Dr. Raslan. Aliás, eu quero aqui antes de concluir esta minha saudação, de realçar o brilho que teve cada uma das palestras ministradas nesta manhã. Acredito que todos os painelistas agiram com extraordinária didática e mostrando claramente os pontos mais dramáticos que precisam ser entendidos e administrados. Mas ele falou das preocupações que realmente existem hoje. E em cima disso, Sr. Relator e Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma proposta. Aqui nós temos em nosso Estado um dos... Uma das áreas mais importantes de preservação que é o Pantanal de Mato Grosso do Sul. E esse... Quando eu apontei aqui a falta de consciência ecológica do jovem que reclamou da instalação da usina, e a quem o confortei com esse discurso de que é possível sim promover o desenvolvimento conciliando-se com as exigências ambientais de proteção ambiental. Eu gostaria de dizer que hoje essa discussão que se trava aqui na assembléia precisa chegar às ruas. Precisa chegar à escola, precisa tomar conta da universidade, mas precisa chegar, sobretudo, nas ruas, nos sindicatos, nas associações, nas escolas. E precisa chegar essa discussão, sobretudo, naquelas áreas que estão enfrentando os problemas mais graves de desemprego. E nesse sentido eu gostaria de fazer uma proposta, Senador Casagrande e Deputado Eduardo Gomes. É de se realizar esta mesma audiência no coração do Pantanal, numa cidade chamada Corumbá. A compreensão para a questão ambiental tem que chegar lá. E tem que chegar na população. A população precisa conhecer. Porque Corumbá existe uma demanda de emprego muito grande, mas existe também um patrimônio ambiental de extraordinária importância e beleza que precisa ser conhecida e preservada.

De sorte que essa discussão, chegando lá, vai ser possível entender às vezes o papel importante que o Ministério Público tem cumprido nesta questão ambiental, até porque ao mesmo tempo que existe em Corumbá esse grande potencial ambiental, existe também grandes jazidas de ferro e manganês cuja exploração tem gerado uma série de atritos que precisam ser conhecidos e entendidos. A implantação de siderúrgicas naquele Município, a exploração do ferro e do manganês, tem efetivamente inspirado preocupações que são fundadas de ambientalistas que precisam efetivamente ser observados e ser discutidos com bastante seriedade por todos aqueles que têm responsabilidades com a questão ambiental. De sorte que ao fazer esta saudação e esta proposta, gostaria de que fosse considerado essa nossa preocupação a fim de ampliar essa discussão.

Meus cumprimentos a todos que participaram deste evento, meus agradecimentos aos componentes da Comissão do clima que vem em boa hora em Mato Grosso do Sul e em Campo Grande, e um abraço a todos vocês que estão até essa hora sem almoço, participando ativamente desse debate. Muito obrigado.

[palmas]

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Bem, vamos então passar a palavra ao Sr. Walfrido Chaves, que tem, se possível, até três minutos para fazer a sua participação. Está aí o microfone sem fio. E depois do Walfrido Chaves vai ser o Deputado Rodrigo Rollemberg, depois o Renato Nascimento de OLIVEIRA e depois o Deputado Augusto Carvalho. E temos além desses mais...

SR. WALFRIDO CHAVES: SODEPAN, Sociedade de Defesa do Pantanal. O Pantanal é uma área úmida de clima semi-úmido. Ou seja, evapora mais água do que cai. É uma região úmida porque o escoamento é muito lento. Se existe alguma área que vai virar deserto com o aumento da temperatura, e, portanto, com o aumento da vaporação, é o Pantanal. Então nós temos uma preocupação muito grande com isso. O que nós podemos oferecer? Nós não podemos oferecer produção de combustível limpo para diminuir a produção de gás carbônico. Não podemos. A região não é favorável a isso. Antes da proibição, a natureza proibiu. Não é adaptável a cana na região. Muito bem. O que é que nós podemos fazer para aumentar a nossa fixação de carbono e formação de estoque de carbono? O Pantanal tem 30 a 40% de cerrado. O que pode ser feito nessa região de cerrado para que através do manejo florestal a gente possa aumentar a fixação de carbono e com promoação concreta do que se chama desenvolvimento sustentável.

Na região de Campo Limpo que nós temos, o que é que nós já temos feito para diminuir o incêndio, para diminuir o fogo, e aumentando a fixação de carbono tanto acima do solo quanto no subsolo, através do melhoramento de pastagens. É um trabalho objetivo

que é reconhecido pela EMBRAPA e reconhecido por quem quer que conheça o Pantanal.

Então, o que nós esperamos é que não caia como aconteceu há pouco tempo, daqueles poderosos que têm a possibilidade de legislar, que não caia sobre nós legislações exóticas, alienadas, e cercadas de discursos politicamente corretos, mas superficiais, exóticos. Então o que a cultura pantaneira pede, exige, é respeito. Porque se o mundo contempla hoje o Pantanal, respeita o Pantanal, vem passear o Pantanal, nós não devemos isso a instituição nenhuma. A ninguém. Mas sim à cultura pantaneira. Muito obrigado.

[palmas]

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Walfrido, por ter feito uma boa exposição e ter ficado dentro do tempo. Vou pedir aos nossos expositores que caso queiram comentar algumas das colocações façam o registro e ao final fazer seus comentários. Deputado Rodrigo Rollemberg.

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF): Bom dia a todos. Quero cumprimentar o Presidente Eduardo Gomes, o Relator Renato Casagrande, Senador Valter Pereira, Senador Delcídio Amaral, Deputado Augusto Carvalho, Deputados Federais aqui presentes, Deputados Estaduais, pesquisadores, enfim, a população dizer da minha alegria estar novamente no Estado do Mato Grosso do Sul.

O Estado do Mato Grosso do Sul é um Estado muito especial, porque ele contém dois biomas estratégicos para o País. Um bioma extremamente sensível, como o Pantanal, e o bioma cerrado, que serve como um grande instrumento de interação entre os diversos biomas brasileiros. Até pela sua localização, ele faz essa intermediação entre a Floresta Amazônica, o própria cerrado, caatinga, Mata Atlântica, Pantanal, tem uma interface com todos os biomas brasileiros. E nós estamos precisando, é importante que esta Audiência Pública esteja acontecendo aqui em Campo Grande, eu defendo a tese do Senador Valter de que a gente faça também uma Audiência Pública em Corumbá, porque a gente precisa se articular politicamente as forças políticas do centro-oeste, onde estão a maior parte do cerrado e conquistar também o apoio de Deputados e Senadores de outros Estados do País, porque muitas vezes a gente percebe que hoje se fala muito no desmatamento da Amazônia que nós temos que combater, e se fala muito pouco no desmatamento do cerrado, que no ano passado, foi muito superior ao desmatamento da Amazônia. Nós só temos 17% de áreas totalmente preservadas de cerrado no Brasil, 52% já foram totalmente antropisadas, apenas 6% dessas áreas estão... Das áreas de conservação brasileiras estão no cerrado, e quase todas elas, e grande parte delas em propriedades privadas.

Então é muito importante que haja uma articulação política das assembléias estaduais, das bancadas federais, das bancadas no Senado Federal, é importante aprovar uma PEC que tramita no Senado no sentido de que o bioma cerrado também seja transferido à condição de patrimônio nacional. Porque o bioma de extremo interesse. Ao mesmo tempo, o Pantanal. Primeiro pela sua diversidade, pela sua beleza, pelo seu potencial turístico e econômico. Eu diria que já passado alguns meses do trabalho desta Comissão, e a cada apresentação eu quero aqui parabenizar de forma muito efusiva todos os expositores, a gente vai acumulando conhecimento, percepções, e algumas coisas vão ficando claras pra gente. E agora eu acho que o nosso grande desafio é ter a capacidade de implementá-las.

Em primeiro lugar eu gostaria de me referir à necessidade de termos um processo permanente de educação ambiental com este novo foco na questão das mudanças climáticas. Porque nós temos que transformar este assunto num assunto popular, num assunto que as pessoas no bar, no campo de futebol, enfim, no trabalho, na sua comunidade, eles estejam conscientes da gravidade desse problema e da necessidade de construirmos uma nova postura, para que as pessoas que estejam falando disso possam ter representatividade, possam ganhar espaço para que a sociedade possa se preparar e se mobilizar para essas mudanças que precisam ser feitas.

A segunda questão é a necessidade de investir em conhecimento. De investir na produção de conhecimento tanto do ponto de vista para entender as mudanças climáticas, para atender as vulnerabilidades, mas também se preparar para os seus impactos. E aqui eu gostaria de me referir rapidamente na questão de produção de conhecimento a três questões que foram levantadas aqui aleatoriamente.

A primeira questão da produção. Esse é um Estado sabidamente grande produtor de pecuária, maior produtor brasileiro de gado bovino, salvo engano é o Estado do Mato Grosso do Sul, e tem também uma agricultora forte. Nós temos que desenvolver conhecimento de forma mais acentuada e mais acelerada para que isso não seja feito em detrimento ao meio ambiente. Ou seja, a própria EMBRAPA gado de corte aqui já desenvolve tecnologias de integração lavoura e pecuária que são extremamente importantes no sentido de otimizar a utilização da terra e com isso evitar uma pressão cada vez maior sobre novos biomas, especialmente aqui me refiro ao bioma cerrado. Nós temos que aprofundar cada vez mais esses conhecimentos para

ver como podemos aumentar a produtividade, diminuir os impactos ambientais na área de produção para que não haja essa dicotomia entre produção e meio ambiente. A outra questão é a questão de energia. Nós temos um País que tem um potencial fabuloso. Nós temos uma diversidade de fontes energéticas enormes. Nós temos uma vantagem comparativa em relação outros países que a nossa matriz, grande parte de nossa matriz energética é de origem limpa. A gente tem que fazer um esforço muito menor do que outros países para reduzir as nossas emissões de gases de efeito estufa em função da nossa matriz energética. Que no meu entendimento não pode também se dar apenas em torno de uma matriz. Ah, vamos transformar o Brasil num grande canavial para produzir biocombustíveis. Concordo, essa não é uma alternativa correta.

Eu acho que nós temos que aproveitar nosso potencial na produção de agroenergia, sim, identificando em cada região qual é a melhor matéria-prima para fazer isso, se é o álcool em determinadas regiões, se é o biodiesel em outra, utilizando que tipo de oleaginosa, fazer isso através de zoneamentos ecológicos econômicos fundamentados no conhecimento científico, onde é melhor usar energética, fazer uma discussão ampla, se vale a pena nesse momento o Brasil retomar o seu programa nuclear porque também hoje grande parte dos cientistas que tinham restrições à energia nuclear hoje já defendem porque é uma energia baixíssima ou sem produção de dióxido de carbono, então é muito importante e como é que a gente pode fazer isso com segurança? Através do aprofundamento, do conhecimento sobre esses temas. E enfim, utilizar também ainda em relação à questão do conhecimento, todo o conhecimento e criatividade do brasileiro no sentido de inventar novas formas de geração de renda. Que se o Senador Valter se referiu ao jovem que buscou legitimamente, levantou uma angústia, que é uma angústia da população brasileira hoje em relação ao emprego, mas hoje não tenho dúvida, se a gente transformar o Estado maravilhoso como o Estado do Mato Grosso do Sul num grande canavial, pode até num primeiro momento gerar emprego, mas depois isso aqui vai ser transformado na tragédia. Um Estado que tem um imenso potencial para o turismo, se souber desenvolver isso de forma inteligente, de forma sustentável, a indústria cultural vinculada ao turismo, enfim, alternativas que a própria produção do conhecimento também pode identificar de forma mais segura.

A terceira questão e que cabe a nós essa grande responsabilidade ao Congresso, é modernizar o marco regulatório. Com toda essa nova conformação desse problema mundial o que é o Congresso Nacional pode e deve fazer no sentido de aperfeiçoar o marco legal para garantir o melhor enfrentamento dessa questão? E junto a isso, terceira questão, que é a efetivação do papel do Estado. Como disse o representante do Ministério Público, também não adianta aqui a gente ter uma legislação extremamente avançada e ela não ser efetivada na prática. Então é muito importante que a sociedade esteja consciente disso, ela participe disso, ela cobre isso. E a impunidade acabe nesse País. Ou seja, as operações ilegais de exploração do meio ambiente sejam absolutamente punidas e contidas em nosso País.

Enfim, são essas as questões que eu gostaria deixar como contribuição a esse debate, parabenizando os expositores, todos muito didáticos, e dizendo que eu quero cumprimentar o Relator e o Presidente da Comissão, porque acho que este papel que a Comissão vem desempenhando essas Audiências Públicas nos Estados têm sido muito importante como processo, não apenas de difusão desse conhecimento, mas também de imobilização da sociedade para um tema tão importante para todo o País e que pode se transformar numa oportunidade para o Brasil, como disse o Senador Renato Casagrande, nós temos que participar desse debate mundial de forma soberana e como vanguarda, e não como vilão.

[palmas]

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito bem, Deputado Rodrigo Rollemberg. Com a palavra o Sr. Renato Nascimento Oliveira. Está presente? Estando ausente, com a palavra o Deputado Augusto Carvalho.

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO (PPS-DF): Sr. Presidente, Sr. Relator, demais colegas membros do Congresso Nacional, Presidente da Comissão do Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Mato Grosso do Sul. Srªs. e Srs. Deputados, senhoras e senhores que estão aqui presentes nessa audiência.

Gostaria de cumprimentar calorosamente os expositores pelos temas que foram trazidos aqui. Acho que todos nós aprendemos com as suas exposições. Nós que... Eu por exemplo tomo conhecimento hoje sobre atividade siderúrgica aqui na área do Pantanal. Então a cada dia são novas informações e acho que esse tipo de Audiência Pública, Deputado Eduardo Gomes, é muito importante para que o conhecimento desses problemas possa realmente chegar às ruas como muito bem foi colocado aqui. Eu acho que as aflições que nós temos visto pelos Estados que já vimos percorrendo e que nós vimos agora na expressão do representante da comunidade que falou aqui agora mesmo, é o grande dilema que se coloca no plano internacional. O direito que nós temos ao desenvolvimento e ao mesmo tempo a importância que temos de

dar a proteção do meio ambiente. Não tenha dúvida, Deputado Eduardo Gomes, que um dos grandes... Se hoje o grande motivo das disputas internacionais que ocorrem é o acesso dos países em desenvolvimento aos mercados dos países desenvolvidos, nós podemos ter certeza que também o grande tema de confronto dos países em desenvolvimento com os países desenvolvidos é exatamente a cota de cada um para a preservação do meio ambiente. Nós tivemos agora um encontro internacional do grupo dos oito mais desenvolvidos, mais cinco, em Heiligendamm, na Alemanha, e nós vimos que foi um encontro frustrante que pouco resultou dali em termos de propostas concretas para reduzir as emissões para cada um assumir a sua responsabilidade em percentuais a serem reduzidos nos próximos 20 anos.

Então os países desenvolvidos, à frente os Estados Unidos, não querem se comprometer com percentuais, com propostas concretas. Ao mesmo tempo, os países desenvolvidos, e aí o Presidente Lula lá representando o Brasil, insistia numa posição também de não querer participar com a nossa contribuição. E eu acho que nós temos de exigir dos países desenvolvidos a sua responsabilidade pelo que já provocaram de passivo ambiental, mas os países em desenvolvimento têm também a sua responsabilidade já para não repetir os erros que já foram cometidos pelos outros. Então eu acho que o grande dilema que se coloca no plano internacional e em cada Estado, em cada Estado soberano, em cada País que isso se colocando no plano local como no Estado do Mato Grosso do Sul, os problemas que temos hoje no Pantanal, os problemas em Corumbá que foi levantado pelo Senador, eu acho que é a grande questão. O acesso que nós temos de ter ao desenvolvimento e ao mesmo tempo como conciliar com a proteção do meio ambiente, com a compensação de políticas que eventualmente já tenham sido praticadas até como financiamento público como vimos aqui por parte de instituições financeiras que ajudaram a agredir a natureza em décadas passadas.

Então eu acho que tem sido muito importante essa experiência. Eu quero agradecer a todos por esse convite de estarmos aqui, aprendendo com os expositores, e querendo ouvir da comunidade. Por isso eu encerro aqui minhas palavras, Presidente, para que nós possamos ouvir outros representantes da comunidade. Muito obrigado.

[palmas]

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Deputado Augusto Carvalho. Com a palavra o Ruy Schardong, e depois o Deputado Amarildo Cruz. O senhor quer se inscrever? Qual seu nome? Então já está inscrito. Com a palavra Ruy Schardong, e depois Deputado Amarildo Cruz.

SR. RUY SCHARDONG: Bom dia a todos. Eu vou ser rápido. Não vou devagar. O assunto é muito interessante. Mas a minha preocupação há 50 anos é com a clorofila de onde sai o oxigênio que é queimado quando se acende uma vela, quando se queima os campos, quando se queima os lixos das cidades. Quando os aviões a jato de quatro a oito mil cavalos consomem quanto de oxigênio? Acho que na pauta nesse sentido que estão desenvolvendo tem que se preocupar fundamentalmente com o oxigênio com o qual que estamos respirando agora e que está sendo destruído. Por isso eu sugiro que seja estudado medidas de proibição de tudo e qualquer fogo. Proibição de queima de tabaco. Proibição de queima de velas, e proibição dessa monstruosidade de toneladas de fogos de artifício que se queima todos os anos. Cria-se uma taxa de pedágio e que todo esse dinheiro arrecadado venha em retribuição a financiamento de florestas. Nós precisamos plantar clorofila. Muito obrigado.

[palmas]

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado o senhor, Sr. Ruy. Deputado Amarildo Cruz. Com a palavra. Fique à vontade. O Deputado tem que usar a Tribuna.

DEPUTADO AMARILDO CRUZ (PT-MS): Muito obrigado. Eu rapidamente vou fazer uma saudação a todas as autoridades aqui presentes, todas as autoridades, Prefeitos, Vereadores que participam dessa audiência, e parabenizar o Senado e toda a Comissão por essa iniciativa, e de trazer essa discussão até aqui em Campo Grande, até o Mato Grosso do Sul. E eu quero rapidamente aqui quando a gente fala de meio ambiente, parece que existe uma unanimidade entre todos nós, na preocupação que nós temos que ter com a questão da preservação do meio ambiente, e o desafio de desenvolver principalmente o Estado como o nosso, que está aí na busca do desenvolvimento, e chegar ao tão propalado desenvolvimento sustentável. Isso é um grande desafio para todos nós. Entendo que não é fácil para nenhum governante, para nenhum político, para nenhum cidadão, porque o cidadão quer o emprego também, necessita da renda, então nós estamos discutindo exatamente isso. Mas entendo que nós, cada um, seja político, cidadão, o mais comum que seja, nós temos que fazer o nosso papel dentro das nossas possibilidades. E eu tenho como Parlamentar buscado fazer isso aqui nessa Casa.

Eu ouvia o depoimento agora do Deputado, hoje Senador, ex-Deputado Federal e Estadual Valter Pereira, que falou aqui da importância de uma lei que nós temos que proteger o Pantanal da implantação de usi-

na sucroalcooleiras na bacia pantaneira, e infelizmente essa discussão voltou ano passado, ano retrasado aqui a essa Casa numa tentativa de se instalar usinas no Pantanal quando nós temos um Estado que tem uma imensidão de áreas degradadas outras que não necessariamente precisa se ocupar a bacia do Pantanal, mas infelizmente algumas pessoas ainda insistem com essa idéia e nós temos que ser vigilantes nesse sentido aqui no nosso Estado.

Acredito, Senador Valter Pereira, na questão da mobilização popular fundamental. Foi a mobilização popular que deu a oportunidade de nós termos hoje uma legislação que protege o Pantanal das usinas sucroalcooleiras e acredito que a população popular também que nós estamos buscando fazer na discussão principalmente hoje da instalação de usinas de cana-de-açúcar como um todo no nosso Estado. Nós temos a previsão de que no máximo em quatro, cinco anos, nós passemos de 11 para 71 usinas de cana se instalando no Mato Grosso do Sul. Capital francesa, americano, aí tem sociedade, o Emerson Fittipaldi, por exemplo, que é um ícone do automobilismo hoje, tem empreendimentos sendo desenvolvidos no nosso Estado, o GRUPO ODEBRECHT, a BRASILINVEST todo mundo investindo no álcool no Mato Grosso do Sul. E eu tenho insistido, e por isso tenho aqui, apresentei um Projeto de Lei que tramita nessa Casa para que a gente possa produzir uma legislação adequada para receber bem o desenvolvimento, mas receber de uma forma saudável. Nós não precisamos trazer para cá, por exemplo, coisas que acontecem em São Paulo, que é o maior produtor de cana-de-açúcar e de álcool do nosso País, mas que tem, por exemplo, lá a questão da mão-de-obra escrava ainda muito evidente na colheita da cana. A morte por trabalho em exaustão, e sem contar a falta de cuidado que aquele Estado teve na questão ambiental e que nós não precisamos trazer isso para cá até porque somos um Estado que tem uma sensibilidade muito maior que o Estado de São Paulo em função da biodiversidade. Porque aqui o Pantanal, a bacia do Rio Paraguai, a bacia do Rio Paraná, nós temos que ter esse cuidado. E o Governo do Estado, e aqui eu quero pedir o apoio de todos os Parlamentares, Senadores e Deputados Federais, Deputados Estaduais, vejo aqui o Secretário Márcio aqui da Secretaria de Meio ambiente do Estado, o Governo do Estado apresentou um outro projeto para disciplinar essa questão do cultivo da cana. Que também está tramitando nessa Casa, e que num ponto central que eu acho que é o mais relevante desse projeto, que está em conflito com o projeto que eu apresentei na Casa com relação à questão da eliminação da queimada da palha de cana para colheita manual. Esse ponto é fundamental, é crucial, e os expositores que aqui fizeram a exposição nos painéis que iniciou essa Audiência Pública, sabem que nós estamos falando da queima da palha, nós estamos falando de emissão de CO2 e de questionamento global. E o Brasil é o quarto maior emissor de CO2 muito em função das queimadas praticadas no País. O quarto País que mais emite CO2 no mundo. E nós estamos trazendo para cá hoje uma discussão que parece ultrapassada, mas insiste-se na minha opinião em cometer o retrocesso no que tange a legislação no que vamos produzir para disciplinar o cultivo da cana aqui no nosso Estado. Um prazo para eliminar a queimada que no projeto do Governo do Estado está tramitando nessa Casa prevê 12 anos a partir de 2010. Ou seja, pode se queimar a palha da cana até 2022. Daqui a 15 anos. E com o argumento de que essas usinas todas não vão ter maquinário disponível num curto espaço de tempo para poder fazer a colheita mecanizada. Eu tenho documentos aqui da Case(F), da Jondir(F) distribuí para os demais Parlamentar na Sessão de anteontem, que essas empresas dizem claramente lá, está assinado em oito... De oito a dez meses eles distribuem maquinário para se for necessário para 60 usinas que estão em processo de instalação no nosso Estado. De oito a dez meses. Então por que um prazo de 15 anos? Isso é uma questão concreta que nós todos como políticos podemos ser aliados para poder fazer efetivamente uma ação concreta em defesa do meio ambiente. Eliminar a queimada. Nós vamos... Nós estamos numa tendência de fazer com que uma grande parte do território do Mato Grosso do Sul seja ocupada por cana. E vamos tocar fogo no território inteiro para fazer a colheita manual porque é mais barata? Então eu aproveito essa Audiência Pública aqui para pedir apoio nesse sentido. Apoio do Senador Valter Pereira, que é do mesmo partido do Governador André Puccinelli, do Secretário Márcio mais uma vez com que nós tivemos conversando, dos Senadores, Deputados Federais, aqui eu vejo dirigentes de ONGs, de universidades, da população de uma forma geral. E nós vamos fazer uma mobilização. Porque acho que isso é uma medida concreta em que nós efetivamente podemos demonstrar a nossa verdadeira preocupação com o meio ambiente. Muito obrigado.

[palmas]

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Deputado Amarildo Cruz. Veja bem, gente, nós vamos encerrar as inscrições, temos Fábio Júnior inscrito, Lourival da Silva, Natalino Filho, Clévio Rogel, Prof. Moacir Lacerda, Aquino, alguém que levantou a mão e não está nessa lista? Tem mais quatro que estão aqui... Então estão encerradas as inscrições. Pois não, Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Só uma questão de ordem. Eu acho o seguinte, o Deputado Amarildo suscitou uma questão concreta e que diz respeito à política ambiental do Estado, e depois eu gostaria que fosse feita a inscrição compulsória do Secretário de Meio Ambiente que está presente que foi citado para ele se manifestar sobre o assunto.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Se é compulsório não posso nem perguntar se aceita. Ordem do Senador. Então está inscrito. Então nós vamos pedir pressa, porque pela primeira vez eu sou Senador tem seis meses, nós vamos ter a oportunidade do Valter Pereira e do Delcídio pagar um almoço para nós que viemos visitar. Então não podemos perder essa chance.

Então Fábio Júnior, com a palavra. Fábio Júnior está ausente? Lourival da Silva. Ausente. Natalino Filho. Pode pegar a palavra.

SR. NATALINO FILHO: Bom dia senhores da Mesa e a todos que estão presentes. Essa questão é mais ligada ao Prof. Alexandre Luiz, para que ele tenha conhecimento porque o assunto é mais ou menos técnico.

Nós temos estudos, eu sou professor da UNIVERT, sou meteorologista, trabalho nessa área há 36 anos, conheço todas as variáveis climáticas do Estado. E nós temos estudos que nos últimos 40 anos as temperaturas máximas e as mínimas subiram em média em torno de 1,2 graus aqui em Mato Grosso do Sul. Nós estamos com um caso totalmente atípico que a região ela tem uma característica no inverno de período de estiagem. E para esse ano analisando os componentes que estão atuando no Estado, nós já estamos hoje com 39 dias sem chuva em todo o Estado. E aí o termo técnico que vem é a influência do ante ciclone que está atuando praticamente em todo o Brasil. Os professores sabem do que estou falando. E essa questão relacionado com as temperaturas que subiram, hoje nós não temos, desde 1975, foi a temperatura mais baixa ocorrida no Estado, foi 1.2 graus negativos, nunca mais tivemos isso. E a nossa preocupação, esses dias de intensa estiagem, nós estamos aí com uma mudança prevista de tempo para o início da semana que vem, tem uma frente fria, uma massa polar se aproximando e vai haver uma queda acentuada na temperatura e depois vai haver mais um período de estiagem com a umidade relativa atingindo os valores de emergência, em torno de 12 a 15% em função do que o professor sabe, nós estamos com o evento La Niña atuando no Oceano Pacífico e na região onde está atuando com mais intensidade é justamente onde interfere nas variáveis meteorológicas aqui da nossa região. E aí uma preocupação. Se o evento La Niña estiver presente com essa intensidade até meados de setembro, nós provavelmente teremos um atraso no início das chuvas regulares aqui no Estado. Assim como tivemos em 2004, 2005, o Estado teve um prejuízo com estiagem fora de época que pleno janeiro e fevereiro que demandou um prejuízo de 400 milhões de reais aqui no Estado. E é uma preocupação que se isso realmente acontecer, nós poderemos ter uma repetição de eventos como esse. Aí vem a pergunta ao professor. Se os estudos feitos aqui em Mato Grosso do Sul podem ser implementados na sua área, lá na COP da UFRJ.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Depois o professor ao final faz a sua resposta. Obrigado, Prof. Natalino. Com a palavra Clévio Rogel, que é radialista. Clévio está aí? Não está. Prof. Moacir Lacerda.

SR. MOACIR LACERDA: Antes de mais nada, eu queria agradecer as autoridades presentes em nome do Dr. Júlio César Gonçalves, representante do Reitor da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Manoel Catarino Pais Peró, instituição a qual pertenço.

Como físico de atmosfera, eu gostaria de enfatizar um dado fornecido pelo meteorologista Natálio Abrão, nós estamos uma massa de dados meteorológicos que cobre a décadas de 60 até o ano 2000. E nesses 40 anos o que temos observado nessa massa de dados aqui para Campo Grande, ele falou o valor de 1.2, mas é exatamente 1.8. Esse número ele dá uma média anual de 0,045 por ano. Isso vai de encontro, corrobora o levantamento do IPCC, as previsões do IPCC para essa região que daria em torno de 0,05 por ano. Ou seja, essas mudanças climáticas estão em curso de fato e a temperatura média da região de Campo Grande está crescendo conforme as previsões do IPCC. Essa massa de dados está sendo analisada, só vou apresentar esse dado, mas nós dispomos de dados de umidade, temperatura, velocidade do vento dessas últimas quatro décadas. Então para chamar atenção sobre um outro aspecto, a umidade aqui na cidade de Campo Grande é um parâmetro crítico e atinge valores abaixo de 30% com muita freqüência nos períodos secos. O ano passado nós chegamos a ter uma semana com umidade abaixo de 10%. Isso é deserto. Essas mudanças climáticas são assustadoras.

Eu gostaria de parabenizar os palestrantes pela brilhante exposição, e que eles não estão falando de coisas que não estão acontecendo. Elas estão de fato acontecendo. Era esse o meu acréscimo, essa apresentação.

E finalmente gostaria de agradecer pessoalmente ao Senador Delcídio Amaral, ao convite feito à universidade para participar dessa audiência, e as demais

autoridades da Mesa, dos três poderes, muito obrigado. É isso.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Prof. Moacir pela sua contribuição e também leve nosso abraço ao Reitor da universidade. E o Sr. Aquino agora com a palavra.

[palmas]

SR. AQUINO: Bom dia a todos. Eu gostaria primeiro de me desculpar da Mesa, mas eu vim lá da humildade, em 98, acreditava na questão ambiental. Então quando fui fazer o curso de qual sou formado, engenheiro sanitarista e ambiental, na então faculdade do UCDB tivemos dificuldades até para que esse curso se insurgisse no nosso Estado, na tamanha necessidade, graças aqui que leve o meu abraço ao então Reitor daquela universidade, Padre Marinoni, e lá já dizia aos meus colegas que questão ambiental, antes de tudo, não era ganhar dinheiro, angariar recursos, mas sim era ali o social da humanidade. Quando em 2002, no término do meu curso, foi lá que eu tive outra barreira. Quando iniciou o curso tive outra barreira quando fui finalizar. Porque busquei uma questão na minha monografia junto com uma outra colega, monitoramento da qualidade do ar na região metropolitana de São Paulo. Lá quando nós deparamos com a Mesa julgadora, fomos criticados, mas com tantos temas, com tantas noções e aí estou hoje nessa Audiência Pública mesmo sem ser convidado, mas agradeço por ter ouvido e vindo participar. Aí foi quando me desesperei. Pôxa, aguardando cinco anos para formar, cinco anos fui barrado no meu tempo de monografia, agora aqui não vou poder falar? Então está aí minhas desculpas. Mas o que eu queria dizer é que cinco anos atrás então eu terminei em 2002. Então eu já estava prevendo a necessidade do nosso Município Campo Grande e do nosso Estado. Só que não fui contemplado nem foi agraciado com nada. Só assim concluí meu curso e com esse tema. Está lá escrita? Está lá a disposição na Universidade Católica Dom Bosco.

Agora, a minha preocupação hoje quando o Alexandre Raslan, nosso representante do Ministério Público, também estarei indo amanhã, Promotor, lá para o Município de Figueirão. Vou andar 120 km de uma estrada de chão, doutor, para uma solução que graciosamente o Ministério Público com a polícia ambiental, com os outros órgãos, levaram àqueles proprietários rurais a necessidade da preservação da mata ciliar. Então estarei lá. Amanhã é sábado. Vou andar 120 km só de estrada de chão. Mas daqui lá dá 300 km.

Então, gente, eu penso que o meio ambiente é como o Alexandre Raslan disse, não é meu. Estive lá sim no Município de Figueirão atribuindo com minha função específica enquanto estive presente no Departamento de Meio Ambiente. Dr. Raslan, tive sim dificuldade para desenvolver política porque não temos estrutura nem no Município e nem... Agora não sei porque trocou a iniciativa do Governador, de repente troca-se a linha de postura diante dos órgãos ambientais.

Eu quero dizer ao senhor, Dr. Raslan, que eu penso que se todos agissem com o meio ambiente como se ele fosse não nosso, mas de nossas futuras gerações, e cada um faz um pouquinho, e um pouquinho de cada um seria muito para que nossas atitudes, para que nossas relações com as questões climáticas não é só a questão da queima da palha da cana, não é só a questão... A maior questão pra mim é a questão social. E fica aqui o meu muito obrigado, desculpa pelas delongas. Obrigado.

[palmas]

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito bem. Obrigado Aquino pela sua participação. E não teve nem que esperar cinco anos. Foi mais rápido hoje. Ângelo, WWF.

SR. ÂNGELO: Bom dia a todos. WWF-Brasil. De fato queria ressaltar alguns aspectos. Um deles, o que o Miguel falou sobre o estudo do Prof. Carlos Yang que realmente demonstra que a questão do desenvolvimento muitas vezes colocado em relação à questão ambiental mostra na Mata Atlântica um estudo de fato que não é a produção do desmatamento que faz com que a gente tenha um desenvolvimento igual para toda a sociedade, esse estudo vale a pena ser ressaltado, porque a gente precisa na realidade encontrar, e aí que está o grande cerne da questão que eu acho que se a gente ficar falando somente dos aspectos momentâneos de alguma cultura essa ou aquela, de fato tem que ser feita de forma planejada, tem que ter o zoneamento econômico ecológico feito de forma realmente efetiva com a participação da sociedade, e inclusive realmente olhando para todos os... Para toda a região de um País. E aí o Miguel falou numa questão que eu acho que é fundamental e gostaria que ele pudesse... Que é a questão do diálogo efetivo do setor produtivo com o setor ambiental.

Que caminhos que a gente poderia ter para esse diálogo ser efetivo. Porque me parece que a gente que é ambientalista, que trabalha numa ONG ambientalista, e que muitas vezes é colocado como oponente ao desenvolvimento, é colocado, mas não é oponente. Porque sem sombra de dúvida a gente tem que trabalhar a questão social também, a questão econômica, resolver os problemas da desigualdade de renda nesse País e do mundo, mas se a gente não conseguir construir esse diálogo, esse diálogo de setores produtivos com o setor ambiental, nós não vamos conseguir enfrentar o problema da mudança climática.

E por onde que passaria, que caminhos que a gente pode ter para efetivamente ter esse diálogo? Essa é a minha pergunta.

[palmas]

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado. Ângelo. Com a palavra Rodrigo Burguesan, de recursos de biologia.

SR. RODRIGO BURGUESAN: Bom dia a todos. Eu botei três assuntos no papel, no caso carvão, cana-de-açúcar e turismo. Há pouco tempo atrás nós na faculdade tivemos um Congresso, uma semana de biologia que lá foi... Tratamos de legislação ambiental e onde foi imposto a nós um pedido de ajuda, socorro da classe estudantil quanto ao Pantanal devido principalmente à queima da cana e as carvoarias. Andei conversando com o pessoal do IBAMA e não faz dois meses, um pessoal do IBAMA fez uma fiscalização no Pantanal onde tinham 57 carvoarias ilegais. Essas carvoarias elas alimentam as siderúrgicas de norte de Minas Gerais. De Minas Gerais no caso. Então quer dizer que esse carvão ele está saindo de lá, ele passando pelo Estado inteiro e indo para lá. Quanto à fiscalização, por que é que isso não é visto, está sendo tirado do Pantanal. Pantanal e Alto Taquari. Então está sendo tirado do cerrado do que vocês pelo menos dizem Pantanal, como se fosse uma riqueza, e não estão dando valor. A cana-de-açúcar, o senhor que não me lembro o nome falou bem da cana-de-açúcar, que ela está sendo queimada e no Município de Sonora o prejuízo, vamos dizer assim, da saúde se não me engano é Sonora, o prejuízo da saúde acho que é muito maior quanto a ser mais barato queimar num longo prazo, talvez seria bem mais prejudicial ao Estado o investimento na saúde dessas pessoas.

Então, queria perguntar aos senhores. Primeiro, ao Secretário de Meio Ambiente, por que é que essa fiscalização não ocorre, essa fiscalização. E qual o Estado da MMX. A MMX está tirando o carvão para manter... para manter, não... De onde ela irá tirar esse carvão. A MMX, e no caso da cana-de-açúcar por que é que não é viável, e se é viável, uma siderúrgica quando ela quiser entrar no Estado, primeiro fazer uma licitação, e ela quando for entrar no Estado, cinco anos antes, em vez de ela... Ao invés dela entrar e ficar tirando mata nativa de carvão durante dez anos no máximo, por que ela não comprar uma terra antes, cinco anos antes e já plantar, para assim depois ela ser implantada já utilizando daquele carvão. Em vez de dez, se utilizar três anos, vamos dizer assim, de cerrado nativo. Se forem investidas 20 siderúrgicas no Estado, são 20 siderúrgicas durante 10 anos. Eu não sei se é por minha ignorância, talvez eu não tenha, não sou muito familiarizado com legislação, mas pelo que eu entendi, durante 10 anos essas siderúrgicas vão poder tirar carvão. Então se 20 vão poder 10 anos ficar tirando? Não é mais fácil, eu acho... Quer vir? Cinco anos antes você compra uma terra, você planta o eucalipto que vai necessitar. Acho que diminuiria um pouco. No caso da cana, uma usina que queira vir no Estado, se quer ser implantado uma usina que ela antes tenha o dinheiro para mecanizar a colheita dela. Acho que o Governo ele tem obrigação no mínimo de dar um emprego decente para as pessoas. E não emprego de tirador de cana.

E quanto ao turismo, questão de Jardim Bonito, Bodoquena, aqueles lugares onde até foi botado um assentamento dentro da Serra da Bodoquena. Não me lembro o nome do assentamento agora que foi imposto dentro da serra, mas é um sinceramente, um absurdo. E o Governo botou lá dentro da Serra da Bodoquena. Onde o Estado deveria, na minha opinião, pelo menos, investir muito mais em turismo nessas áreas que realmente trariam um grande lucro e o caso daquele jovem que fez um apelo, talvez aí o emprego dele acho que estaria garantido.

Então, seria isso. A postura quanto a viabilidade das usinas de álcool, antes dela vir, ela já ser obrigada sempre a fazer uma colheita mecanizada, as siderúrgicas antes delas virem comprar uma terra antes plantarem já o eucalipto, e ao turismo, quanto ao investimento no turismo se é viável ou não esses três assuntos. E ao Secretário de Meio ambiente, por que não da fiscalização desse carvão saído do Pantanal e qual a situação da MMX se ela está falando de onde ela vai tirar esse carvão. Obrigado.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado você, Rodrigo. Com a palavra Alessandro Meneses.

[palmas]

SR. ALESSANDRO MENESES: Bom dia a todos e a todas. Eu faço aqui da minha palavra de alguns que já falaram que a responsabilidade sobre o meio ambiente é de todos. Mas, eu acredito que o Governo ele é o maior responsável. No Brasil, ora seja para regulamentar as atividades econômicas, ora seja para induzi-las ou executá-las. Porque é inconcebível no Brasil a gente estar discutindo aqui numa Comissão Mista Parlamentar que envolve Congresso Nacional, uma coisa importante como essa questão do câmbio climático, onde a gente tem do orçamento menos de 1% dedicado para a questão ambiental. Onde nós temos situações como o Pantanal que é pauta dessa reunião hoje, um programa que estava alçado em mais de 800 milhões de dólares que teria um impacto positivo para a questão ambiental na nossa região que desaparece de uma hora para outra através de

uma assinatura cancelando um programa como esse. Seja por incompetência do Estado Brasileiro, ou seja por incompetência dos Estados envolvidos. Então é muito importante que a gente faça realmente as coisas acontecerem. Tire elas da vontade e transformem em ação. Porque o maior agente degradador do Brasil é o seu próprio Governo. Se a gente pegar o PAC, o Programa de Aceleração do Crescimento, e pegar as políticas governamentais para a preservação do meio ambiente, eles são incompatíveis.

Então, não dá pra gente jogar a responsabilidade para a sociedade como um todo, sendo que o agente que é transformador disso, o agente que regula isso e muitas vezes executa, não está fazendo a sua ação, não está fazendo o seu papel.

Então, meus caros Parlamentares, Deputados e Senadores, é muito importante que nós tomemos uma ação imediata para que isso realmente tenha um retrocesso.

Aqui na nossa região, Senador Delcídio, a questão do Programa Pantanal é vergonhoso. É vergonhoso para os municípios, é vergonhoso para os Parlamentares o que aconteceu. Porque muitos municípios, inclusive o que o senhor nasceu, a sua cidade natal, foram muito prejudicados. Principalmente na questão do saneamento básico que é um dos problemas hoje de poluição no Pantanal. Essa questão da cana, eu acho que o maior fomentador para incentivar essas usinas virem para nosso Estado é o próprio mercado. O mercado demanda.

Então, a gente tem um incentivo de mais de 60% de incentivos fiscais. Agora vamos transferir a proibição da queima da palha cana para 2022. Sendo que o Estado de São Paulo delimitou até 2017. E no ano passado a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo proibiu a queima da palha da cana nessa época do inverno por causa dos problemas respiratórios que estavam causando à população do Estado de São Paulo e sobrecarregando os postos municipais de saúde criando um ônus para o Estado, que era de responsabilidade dos empresários.

Então, é quase um desabafo. Eu sou Presidente de uma organização que tem uma atuação há 18 anos aqui, já fiz parte do Conselho Nacional de Meio Ambiente e de diversos outros espaços públicos para discutir políticas importantes para esse País. Mas mais do que discutir essas políticas, nós precisamos colocá-las em ação. É impossível a gente esperar 14 anos para aprovar uma lei na Mata Atlântica no Congresso Nacional. E se a gente continuar desse jeito, vamos estar discutindo daqui a 20 anos o aquecimento global. E vamos ter um ônus muito grande não só para o Estado do Mato Grosso do Sul, mas para o País como um todo e o planeta. Grato, senhores.

[palmas]

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Alessandro. Com a palavra Elieser Davi.

SR. ELIESER DAVI: Eu quero cumprimentar todos os membros da Mesa e dizer que eu sou um humilde jornalista pantaneiro. E que conheço os nove pantanais do Mato Grosso do Sul porque lá nasci. Eu sou da época que o meu avô plantava no chamado Janeirinho Pantaneiro na Ilha de Porto Esperança, por onde ta a ponte Barão do Rio Branco. Eu vejo inúmeras pessoas discutindo o Pantanal sem sequer nunca lá ter ido. E isso me dói. Eu assessorava a diretora de turismo em 1986, Marilene Coimbra, e no Congresso da Bave um grande executivo de uma japonesa, perguntou a ela como é que ele faria para colocar quatro jumbos 747 em Corumbá naquela época porque eles tinham a necessidade de colocarem para fora do Japão 29 milhões de pessoas por ano. A Marilene não teve como responder.

Então, eu vejo alguns ambientalistas aqui que eu acho que nunca chegaram na barranca do Rio Paraguai. Acho que o meio ambiente está virando uma discussão, Senador Casagrande, desculpe o Valter Pereira, o Delcídio, o Paulo Corrêa, está virando a discussão aquela política da SUDENE. Virou moda. Eu acho que tem que ser pragmático. Nós não podemos deixar que o Mato Grosso do Sul se transforme um canavial. Me dói isso. Tem que impedir. Vocês ficam discutindo devastação da Amazônia ponha o Exército para arrancar toda a serralheria de lá. Nenhum plantador de soja planta lá e desmata lá. Nenhum criador de boi cria gado na Amazônia. Quem está lá dentro derrubando a Amazônia é o cara com a motosserra. Proíbe. Não pode entrar daqui pra frente. Vocês vão ter que ter outra atividade daqui pra frente. Virou discurso. Virou moda, pôxa.

Então, aí vão se alimentar ONGs do mundo todo com esse discurso. Porque está todo mundo financiado. Só quem conhece com uma certa proximidade o que existe em volta de um canavial sabe o que é o resultado de uma usina de álcool. É prostituição, é filho virando mula para comprar droga. Mas a intelectualidade não quer discutir isso aí. Virou discurso. Então eu acho que tem ilustres cabeças pensantes aí, muitas delas hoje no País voltadas até para o senhor hoje, Casagrande, que é que vai dar naquele caso lá que está a mídia toda voltada para o senhor, que sacrificou o nosso ilustre Valter Pereira, bela atitude teve o senhor, Senador Valter Pereira. Agora, voltando à questão do meio ambiente. Pôxa, o soro está aí ele não vai vir aqui empregar meu filho. Ele vai arrancar o que tiver

da região do planalto, do Estado, depois que exauriu, não dá mais para plantar cana, vai embora. Então eu acho que o Governo Brasileiro tem que ser pragmático. É proibir. Não pode. Aqui não pode. Não é? Então, era essa humilde colaboração que eu queria dar, Senador Delcídio, que é pantaneiro de Quatro Costado e que a mãe sabe muito bem o que era o janeirinho. Quando todo mundo plantava os primeiros... Tinha... Aliás, deixa eu explicar. Janeirinho era o seguinte, eram os primeiros 12 dias do ano. Então ali o pantaneiro para plantar durante o ano ficava observando o tempo. Se chovesse no primeiro dia de janeiro, ia ter muita chuva em janeiro. E assim todos os dias subseqüentes. E aí naqueles dias ele sabia quando ia ser o inverno, o outono, o verão e a primavera no Pantanal. To errado, Senador? Obrigado.

[palmas]

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado Elieser pela sua contribuição. Nós agora vamos partir para a conclusão. Vamos ouvir o Alexandre, tem uma pergunta para responder, também peço que seja sucinto. Vamos ouvir o Miguel, e vamos ouvir o Secretário de Meio ambiente. E se o Dr. Raslan quiser pronunciar alguma coisa também está aberta a palavra. Alexandre.

SR. ALEXANDRE LOUIS DE ALMEIDA D'AVIGNON: Respondendo a pergunta, é interessantíssimo esse banco de dados com as informações aqui do Pantanal e do Mato Grosso como um todo. Porque nós temos uma falha em termos de... Mato Grosso do Sul, desculpe. A região como um todo, porque nós temos uma falha de sinalização do Brasil para o futuro. Quanto mais informação for agregada, vai ser mais pertinente para termos uma idéia do que vai acontecer com o País, quais são as vulnerabilidades e os impactos. Isso é essencial. Os países do norte estão fazendo isso há muito tempo. Eles sabem o que vai acontecer. Nós não ainda. Então acho que a iniciativa é fantástica e a gente tem que unir esforços.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Alexandre. Com a palavra Miguel Milano.

SR. MIGUEL SEREDIUK MILANO: Caro, Senador, eu fiz um pedido para me inscrever como cidadão e não como palestrante. Não sei chegou a Mesa. De todas essas discussões eu acho que fiz a minha contribuição como um convidado fazendo a minha palestra. Mas eu queria falar como cidadão, fazendo uma pequena provocação ao Senador Delcídio que falou do Raslan como uma pessoa da Casa, do Estado, eu queria dizer que tendo sido de determinada maneira auto exilado do Paraná para cá por ter visto os mais de oito milhões de hectares de florestas com araucária serem dizimados para menos de 50 mil hectares em poções de menores do que 100 ou 200, auto exilei ecologicamente em Bonito aonde eu vivo há cinco anos e eu tenho o título de eleitor, portanto sou um cidadão de dupla cidadania, paranaense e sul-mato-grossensse. Tenho minha carteirinha do balneário de Bonito que reforça minha identidade local. E é nesse contexto que eu queria dizer como cidadão uma primeira coisa que eu considero fundamental para os Srs. Parlamentares. A questão das mudanças climáticas na minha opinião elas incorporam desafios de ordem muito mais política e diplomática do que tecnológicas. A tecnologia que nos trouxe até aqui elas não vão solucionar esse problema. Elas requerem soluções políticas e diplomáticas. Em primeiro lugar e essa é a minha opinião. A ciência sim vai ajudar, mas vai ajudar como assessora. Por sinal mostrando o tamanho dos problemas que nós já construímos e é a política que vai nos ajudar a desmontar essa bomba.

Uma segunda questão que eu considero importante que eu queria dizer é que como tudo na lei e os senhores são os responsáveis pela lei, elas existem, a lei existe como processo de condução humana para trazer limites. E nós aceitamos que os limites da natureza vem sendo rompidos e pondo limites nos seres humanos para segurar esses outros limites ou nós não teremos futuro. Portanto é necessário ser duro enquanto é tempo.

Terceiro ponto que eu queria dizer diz respeito à polêmica, não sei até que ponto pode ser visto assim, da cana, e que vários já se manifestaram. Vale lembrar que a cana-de-açúcar foi o segundo ciclo da economia brasileira. O primeiro foi o pau-brasil. Extrativismo. Cana, idem. E assim nós seguimos até hoje praticamente. Somos um grande exportador de *commodities*. Carne de frango, de porco, carne de gado, soja, cana, e assim por diante. Vamos... Eu me pergunto se vamos seguir exportando *commodities* e importando tecnologia e valor agregado. Não podemos fazer, na minha opinião, do que pode ser sim uma contribuição importante nesse momento das mudanças climáticas que são os biocombustíveis, uma contribuição importante e não uma solução de médio e longo prazo. Um problema maior do que nós já temos. O que eu quero dizer com isso é que se os biocombustíveis são importantes, sim, são inegáveis. Nós não podemos fazer deles um problema maior como o PROÁLCOOL já mostrou que foi capaz no passado de acabar com o restante que tinha de Mata Atlântica e nós acabarmos agora com o cerrado, Pantanal e parte da Amazônia. Justifica parte desta minha opinião o fato físico irrefutável de que dois corpo não ocupam o mesmo espaço no mesmo momento no tempo. Eu quero dizer que

o que sair de plantio de cana em cima de pasto, vai expulsar pasto para outro lugar e conseqüentemente soja e essas coisas vão se propagar numa corrente contínua que precisa ser analisada da maneira mais consistente possível pelos senhores como autoridade. E nesse sentido é fundamental que novamente não fique para amanhã. Que a gente não invente um paradigma mentiroso de que o álcool vai salvar tudo porque não vai. Vai trazer empregos de sub qualidade para não falar subempregos, com trabalhadores que hoje são retirados do trabalho aos 15 anos quando não morrem de exaustão, como já foi dito, segundo o levantamento do Ministério Público do Trabalho, aos 15 anos, e depois a sociedade como um todo paga a conta da Previdência que eles não contribuíram porque se aposentam no sistema de aposentadoria rural. Então é tremendamente importante ter isso em conta e a gente não ser enganado nesse processo numa solução de curto prazo.

E para encerrar eu queria dizer que eu tenho profundas preocupações com o alinhamento sino-brasileiro nas mudanças climáticas. O Brasil faz uma aliança na minha opinião cega e pouco inteligente com a China, ao defender um sistema de continuar emitindo carbono sem sentido quando isto beneficia a China que tem uma legislação ambiental pior, que tem excesso de contingente demográfico e que portanto trabalha com qualidade trabalhistas muito piores, que produzem uma situação ruim, e nós que temos outras condições sociais, políticas, tecnológicas, econômicos e consciência, perdemos num processo ao servir de escudo para a China continuar e a gente não se alinhar com que precisa ser feito, que é desenvolvimento com prudência ambiental necessariamente. Muito obrigado.

[palmas]

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Dr. Milano. Nós da Comissão concordamos plenamente com essa posição internacional do Brasil. Vamos passar a palavra ao Sr. Márcio Monteiro, Secretário Adjunto da Secretaria de Meio Ambiente.

SR. MÁRCIO MONTEIRO: Sr. Presidente, Deputado Eduardo Gomes, Sr. Relator, Senador Casagrande, Senador Valter Pereira, Delcídio Amaral, Deputado Paulo Corrêa, e a presença do Deputado Federal que me foge o nome agora. É uma satisfação tê-los aqui conosco. Deputado Amarildo e Prof. Reinaldo, os Deputados que estão presentes aqui é uma satisfação imensa, cumprimento a todos os presentes.

Bom, é importantíssimo esse momento para o Estado do Mato Grosso do Sul, quero parabenizar a todos pela iniciativa e tenho certeza que o Estado cresceu ambientalmente com esse momento de hoje. Pela participação de todos, pelos palestrantes que brilhantemente nos ilustraram e nos deram realmente uma aula sobre diversas situações, e que pôde com certeza contribuir para o esclarecimento de todos aqueles que estavam aqui presentes.

Quero me ater aqui às questões levantadas com relação à legislação que está se discutindo e está se tramitando, e que se propõe limitações de áreas para implantação de empreendimentos de usina, período de coleta mecanizada ou a extensão desse período e queria dizer que isso ainda está em discussão nessa Casa de leis e que com certeza nós vamos encontrar um bom termo para que a gente consiga um projeto de lei ou uma lei que seja... Que contribui da melhor maneira possível para o meio ambiente.

Então, essa é a nossa preocupação. Então nós precisamos realmente estar conciliando isso e tenho certeza que a essa Casa vai encontrar um bom termo para que isso seja uma realidade no Mato Grosso do Sul, e que nós possamos estar aí atendendo a necessidade dos empreendimentos e acima de tudo, estar cuidando ou preservando o nosso meio ambiente, contribuindo para que esses efeitos das mudanças climáticas elas não se acelerarem como amplamente já foi divulgado aqui.

Com relação à fiscalização que também foi-me perguntado, eu quero dizer que realmente existe uma fiscalização, nem sempre se consegue cercar tudo, nós temos aqui a presença da polícia ambiental, que tem feito esse trabalho de uma forma muito intensa, mas reconhecemos que em determinados momentos isso foge do nosso controle. E lembrando também que com relação ao carvão no Pantanal, nós temos aí duas situações. Uma na planície pantaneira onde já está proibido o desmatamento com a legislação estadual e que realmente é proibido, e nós temos no planalto, na Bacia do Pantanal que não existe essa restrição, então é verdade que nessas áreas ainda existem licenciamento para desmatamento e a obrigatoriedade do aproveitamento desse material lenhoso e conseqüentemente na produção de carvão. Então, nós estamos sim procurando cada vez mais mecanismos que sejam eficientes para que a gente coíba essa, vamos dizer, produção em áreas que são proibidas, aonde com certeza são produções clandestinas, mas também temos que aqui reconhecer que em determinados momentos nós não temos o domínio de tudo por limitações que não só ao nosso Estado, mas também diversos outros Estados brasileiros até mesmo no mais desenvolvido como São Paulo, que na terça-feira quando eu estava presente na reunião do CONAMA que sou membro, conversava com o Secretário adjunto do Estado de São Paulo preocupado realmente com a comercialização clandestina proveniente por incrível que pareça

de diversos Estados, mas também do próprio Estado de São Paulo.

Então é uma luta constante de todos nós com relação a isso. Espero ter atendido a sua indagação e parabenizar mais uma vez os trabalhos da Comissão.

[palmas]

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Secretário. Então eu quero passar a palavra ao nosso Presidente, Deputado Eduardo Gomes, mas agradecer também, já me despedindo de vocês, agradecer pela oportunidade que vocês nos deram, a audiência foi excepcional, a contribuição dos nossos palestrantes foi excelente, nossos três palestrantes, a participação da comunidade aqui local, essa é a função da Audiência Pública, trazer a oportunidade das pessoas participarem diretamente e levantarmos o tema, mantermos, como diz Elieser, na moda sempre, não só neste momento, mas um tema que seja debatido pela comunidade em geral. Muito obrigado. Com a palavra o Deputado Eduardo Gomes.

[soa a campainha]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Vou passar rapidamente a palavra ao Senador Delcídio, que vai fazer os agradecimentos breves aos nossos palestrantes e em seguida a gente encerra a Sessão fazendo também algumas considerações rápidas que eu sei que a gente passou um pouquinho do tempo.

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Bom, eu primeiro queria agradecer aos membros da Comissão aqui presentes, Deputado Eduardo Gomes, o nosso querido Senador Casagrande, o nosso Senador Valter Pereira, Deputado Augusto Carvalho, Deputado Rollemberg que esteve aqui conosco também. Quero agradecer a Senadora Marisa, aos Deputados Federais do Mato Grosso do Sul que estiveram todos eles presentes, mostrando a importância desse tema para a classe política. Os Deputados Estaduais também, o nosso querido Paulo Corrêa, Presidente da Comissão do Meio Ambiente, homem que vem presidindo com muita competência a CPI da Enersul, os Deputados Estaduais que aqui estiveram presentes, meu amigo Amarildo, como diz a tua faixa, um mandato ambientalmente responsável e que nos brindou aqui com um material excelente, não só ilustrativo, popular, mas também os projetos apresentados com relação à cana-de-açúcar, com relação à utilização da água, e projetos também sempre voltados para essa questão ambiental.

Eu fico muito feliz de ter participado e ter feito convite para que a Comissão de Mudanças Climáticas viesse aqui a Mato Grosso do Sul, e especialmente a Campo Grande. Esse é um grande tema. Na minha visão, é o tema dos próximos anos. E como foi muito bem dito aqui pelos expositores, eu faço questão também de registrar a palestra do Prof. D'Avignon da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da COP, um centro de excelência no nosso País, o nosso querido Miguel Milano, companheiro de grandes batalhas também, um homem que tem uma larga experiência na gestão ambiental, e tem sido o nosso grande interlocutor na plataforma de diálogo que foi estabelecido lá na região do Pantanal, onde nós trouxemos para uma mesma Mesa empreendedores, ambientalistas, técnicos, consultores, ONGs, e que eu entendo como um exemplo. Eu ouvi com muita atenção a exposição do Dr. Raslan, e mais do que nunca, necessidade é o diálogo claro, transparente, lúcido, sincero. E acho que essa experiência é uma experiência muito importante para todos nós.

Quero também, Dr. Raslan, mais uma vez registrar aqui a habitual competência, a determinação, a precisão nas informações. A forma competente como o Ministério Público de Mato Grosso do Sul tem tratado essa questão ambiental e especialmente V.Exª. E eu queria, eu ouvi algumas considerações aqui, não vou me estender muito porque nós já avançamos bastante no horário, mas aqui foi citado a questão do Pantanal. Do Programa Pantanal. Lamentavelmente perdido por causa de diossincrasias entre o Governo do Estado e o Governo Federal. E eu sou um Senador do PT, um Senador do Governo, mas infelizmente nós tivemos muitas dificuldades no Ministério do Meio Ambiente para implementar esse programa que é de fundamental importância para o nosso Estado. Perdemos. Esse dinheiro existe, é um dinheiro que está no BANCO MUNDIAL, nós inclusive pagando encargos, e diossincrasias. E nunca é tarde para se retomar essa questão. Foi muito bem abordado... Esse era um programa amplo. Ele não atendia só Corumbá, ele atendia todos os Municípios da região pantaneira. Tratando especificamente da questão de saneamento. Nós estamos agora fazendo um trabalho em cima do PAC para liberar para Corumbá 54 milhões de reais. Mas Corumbá é uma cidade. Existe toda uma série de Municípios que infelizmente jogam esgoto no Rio Paraguai ou na bacia do Rio Paraguai. Inclusive no nosso vizinho Mato Grosso. Então nós precisamos retomar, a classe política precisa retomar esse assunto.

E mais do que nunca, meu caro Eduardo, quero agradecer a oportunidade, a alegria de tê-los por aqui, espero que vocês curtam o nosso Estado, que vocês, aqueles que partem hoje levem a mensagem de carinho e de atenção desse povo hospitaleiro que é o povo sul-mato-grossense, e contém conosco nessa grande caminhada, na minha visão sobre o assunto

mais importante das próximas décadas. O meio ambiente. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Muito obrigado, Senador Delcídio. Como todos os palestrantes e Deputados e autoridades que foram cumprimentados repetidas vezes, eu quero apenas ressaltar o bom trabalho que vem realizando o Senador Renato Casagrande na Relatoria desta Comissão, pela sua dedicação e especial a forma como tem auxiliado os trabalhos da Comissão, mesmo sabendo da sua agenda, da sua dificuldade, mas principalmente respeitando a sua prioridade e a forma como conduz a necessidade que nós temos de fazer com que o assunto mudanças climáticas chegue ao conhecimento público na versão brasileira, na versão real de todos os agentes envolvidos no tema, a academia, o Congresso, o Poder Executivo, porque não é fácil. A Comissão tem o seu funcionamento desde o mês de março, e nós tomamos algumas providências para tentar difundir o tema, trabalhamos com assessoria, essa Comissão aprovou a publicação da tradução dos quatro relatórios do IPCC, e que deve estar sendo lançado nos próximos dias para distribuir, para discutir, e a Comissão tem sido cenário também, Deputado Augusto Carvalho, das divergências, das discussões, até porque como o assunto é científico, nem sempre a certeza e a conseqüência dos estudos científicos historicamente estão do lado da ampla maioria ou da esmagadora maioria como é o assunto mudanças climáticas. Por isso a Comissão se pôs a ouvir diversas correntes. Acho que quem acompanhou o trabalho da Comissão pôde ouvir na semana passada o depoimento do Prof. Prof. Aziz Ab'Saber que tem uma visão pouco divergente, a Comissão ouvirá nos próximos dias o Prof. Mulion que também tem uma visão um pouco divergente. Então o que pretende esta Comissão, primeiro é chamar atenção ao assunto, vencer as barreiras, Senador Valter Pereira, as barreiras de um processo legislativo que vem se afunilando na percepção e no trabalho de determinada corrente do Congresso, da Câmara e do Senado que sofre de uma doença moderna, mas muito perigosa, que é a "midialite". Então há Parlamentares que entendem ainda que o assunto mudanças climáticas para esse trabalho operoso que estamos fazendo das Audiências Públicas e de formar um consistente trabalho na melhoria dos recursos das instituições de pesquisa, de abrir o debate com a sociedade, ainda entende que isso não dá mídia suficiente para que dê resposta ao seu mandato Parlamentar. É um trabalho que vai ganhando corpo aos poucos, nós devemos ressaltar sempre a participação, o apoio do Presidente da Assembléia, a presença do Governador André Puccinelli, do Prefeito Nelsinho Trad, dos Prefeitos, das Prefeitas, dos Vereadores, das lideranças, dos Deputados Estaduais, precisam ser encarados como a possibilidade de debate, sim, mas o reconhecimento de que há uma agenda política disponível pra gente aproveitar esse tempo de debate e é com esse trabalho que a Comissão vai vencendo essas resistências. Nós passamos agora pela semana do meio ambiente, pelo mês do meio ambiente e qualquer "sentimetria" feita na imprensa nacional vai entender como repercussão do mês do meio ambiente cinco reportagens internacionais e a esmagadora parte da imprensa dando único foco à prisão da Paris Hilton, a descoberta das três listas de votação da Reforma Política... Então é uma barreira difícil de quebrar e eu queria também, comentando algumas coisas que foram ditas durante a exposição e a discussão com os nossos colaboradores, as pessoas das Organizações Não-Governamentais que usaram da palavra, os jornalistas, os interessados no tema, de que realmente a Comissão de Mudanças Climáticas reúne nos seus quadros Parlamentares ligados historicamente à causa ambientalista, mas reúne também Parlamentares que vieram de outros setores. Eu tive uma atuação muito forte no setor elétrico, assim como o Senador Delcídio, mas outros Parlamentares ligados à Ciência e Tecnologia, ligados à área de movimentos sociais ligados à área da saúde estão participando da Comissão. E eu entendo que debater mudanças climáticas e procurar formar conceito no Congresso Nacional que tenha repercussão imediata na sociedade é trazer para esse debate aquelas pessoas que não estavam até então ligadas a esse tema. Então a visão em certos momentos preconceituosa ou a visão de ineditismo ou de campos restrito de discussão na minha opinião prejudica a solução do problema. É respeitar quem está na área há muito tempo, que trabalha há muito tempo, mas saber que a conciliação dos interesses, as convergências entre a capacidade de produzir e a necessidade de produzir e a necessidade de preservar, é o ponto ideal para que o Brasil tenha um melhor desempenho nesta área. Também mesmo sendo um Parlamentar da oposição, o Governo Federal, eu sou filiado já há muitos anos e todos os meus mandatos foram pelo PSDB, mas nós entendemos que há um consenso na Comissão de convencimento e de discussão com a diplomacia brasileira, com o Itamaraty, com o próprio Presidente Lula para que o Governo Brasileiro, para que o Estado Brasileiro tenha uma postura mais decisiva sobre o tema mudanças climáticas e aquecimento global. E isso será conquistado pelo diálogo buscando convergências e é isso que a Comissão pretende.

Eu queria também deixar claro a nossa gratidão, porque essas Audiências Públicas têm funcionado como câmera de repercussão. Então todos que estão aqui, cada um no seu segmento, eu tenho certeza que irão retratar a importância dessa audiência, a Comissão de Mudanças Climáticas tem recebido as críticas e as sugestões e os apoiamentos através do nosso site MCLIMATICAS@SENADO.GOV.BR. A Comissão tem uma programação extensa disponível nesse site para acompanhamento de todos os senhores e senhoras, a Comissão tem agora no dia 10 de julho Audiência Pública no Senado Federal com a presença do Prof. Luiz Pinguelle Rosa, Secretário-Executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas que também é da COP, estará na terça-feira, tem uma extensa programação com o seminário e as Audiências Públicas para o segundo semestre e será bem-vinda toda e qualquer sugestão nesse sentido.

Eu quero agradecer ao Presidente Deputado Jerson Domingos, Presidente da Assembléia Legislativa, agradecer ao Deputado Amarildo, agradecer o nosso Deputado Presidente da Comissão de Meio Ambiente Paulo Corrêa, todos os Parlamentares, e dizer da nossa gratidão por esse momento e a intenção de permanecermos atentos a esse desafio que é transformar mudanças climáticas, a Política Nacional de Mudanças Climáticas numa realidade. Quero também informar que a Comissão num primeiro momento no relatório parcial do Senador Renato Casagrande contemplou uma agenda Legislativa com 11 projetos. Todos estão disponíveis no site da Comissão para análise e sugestão. Deve ter uma agenda objetiva com relação à tramitação de Câmara e Senado no segundo semestre e eu gostaria muito que as sugestões e todas as contribuições pudessem ser levadas à Comissão.

Quero agradecer a Assessoria da Câmara e do Senado através da Secretária da Comissão, a Verônica e todos os membros da Comissão, a TV Câmara, TV Senado, a Rádio Câmara, a TV Assembléia Legislativa, aos funcionários da Assembléia Legislativa, portanto, nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada essa presente reunião, convocando os Parlamentares membros desta Comissão para a Audiência Pública com o Dr. Luiz Pinguelli Rosa no dia 10 de julho, terça-feira, às 14h30, na sala 13 da Ala Alexandre Costa do Senado Federal. Agradeço a presença de todos e a participação de todos. Muito obrigado.

COMISSÃO MISTA ESPECIAL "MUDANÇAS CLIMÁTICAS"

ATA DA 19ª REUNIÃO – Realizada em 10/07/2007

Ata Circunstanciada da 19ª Reunião de 2007, da Comissão Mista Especial "MUDANÇAS CLIMÁTICAS", criada pelo Ato nº. 01, de 2007, "destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil", realizada em 10 de julho de 2007, terça-feira, às 15h03, na Sala nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada à Audiência Pública com o Profº Dr. Luiz Pinguelli Rosa, para apresentação de proposta do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Deputado **Eduardo Gomes** (PSDB-TO) – Presidente
Senador **Renato Casagrande** (PSB-ES) **–** Relator
Senador **Valter Pereira** (PMDB-MS)
Senador **Cícero Lucena** (PSDB/PB)
Senador **Inácio Arruda** (PCdoB-CE)
Deputado **Dr. Adilson Soares** (PR-RJ)
Deputado **Fernando Ferro** (Bloco PT-PE)
Deputado **Iran Barbosa** (Bloco PT-SE)
Deputado **Augusto Carvalho** (PPS-DF)
Deputado **Luiz Carreira** (PFL-BA)
Deputado **Rocha Loures** (Bloco PMDB-PR) – Suplente
Deputado **Jorge Khoury** (PFL-BA) – Suplente
Deputado **Eduardo Gomes,** Presidente

COMISSÃO MISTA ESPECIAL DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

19ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA ESPECIAL, CRIADA PELO ATO Nº 01, DE 2007, "DESTINADA A ACOMPANHAR, MONITORAR E FISCALIZAR AS AÇÕES REFERENTES ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO BRASIL".

REALIZADA NO DIA 10 DE JULHO DE 2007, ÀS 15 HORAS E 03 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Havendo número regimental declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão Mista Especial, criada através do Ato Conjunto nº. 001/2007 do Congresso Nacional destinado a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às ações climáticas no Brasil.

Esclareço que a pauta desta reunião destina-se à Audiência Pública com o Dr. Luiz Pinguelli Rosa para a apresentação da proposta do Plano de Ação Nacional de Enfrentamento das Mudanças Climáticas do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas.

Informo ainda que alguns Srs. e Srªs. Parlamentares dessa Comissão nesse momento representam a Comissão Especial de Mudanças Climáticas na reunião da SBPC em Belém do Pará. Em especial a Deputada

Perpétua Almeida, o Deputado Rodrigo Rollemberg, o Deputado Sebastião Bala Rocha. Também quero fazer o registro da Audiência Pública realizada na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Audiência que contou com a presença do Governador do Mato Grosso do Sul, Governador Puccinelli, do Prefeito de Campo Grande, de todos os Senadores daquele Estado, da bancada federal, dos Deputados Estaduais, em que tivemos três exposições importantes sobre o efeito das mudanças climáticas no Pantanal, e com a participação efetiva de Organizações Não-Governamentais, líderes, uma audiência, portanto, que cumpriu o objetivo dessa Comissão de comparecer a diversas regiões do País, discutindo o tema, aprendendo com as experiências locais e tentando buscar o mínimo de sintonia necessária para o enfrentamento dessa questão.

Nesse momento eu convido o Senador Cícero Lucena para compor a Mesa como Relator nesta audiência, estamos aguardando alguns Parlamentares que estão na votação da LDO. O Senador Renato Casagrande também está numa reunião da Relatoria do Conselho de Ética, mas está vindo para esta Comissão. E quero esclarecer também que esta audiência está sendo filmada pela TV Senado, e a consultoria da Comissão também tem a delegação de preparar a nota técnica para todos os membros da Comissão, e que deve ser repassada também para os membros e Presidentes da Comissão da Amazônia da Câmara dos Deputados, Comissão do Meio Ambiente, Comissão de Relações Exteriores, Comissão de Minas e Energia, e também acredito que esse deve ser também essa providência com relação às Comissões no Senado.

A Ata da reunião passada encontra-se sobre a Mesa. Coloco-a em votação propondo a dispensa de sua leitura. Os que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Nesse instante, eu convido para compor a Mesa o Dr. Luiz Pinguelli Rosa, para iniciar a sua exposição. Sei que nós teremos aqui um ritmo ainda de chegada de alguns Parlamentares, mas a intenção é dar o tempo necessário para que o senhor possa fazer a sua exposição.

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: Bem, eu vou diretamente às nossas imagens, porque ajudam a orientar o que se pode dizer. Por favor, quer colocar a primeira...

Bem, a segunda, por favor. Houve uma reunião com o Presidente da República, a Ministra Marina Silva, e estava também eu e lá a Ministra insistiu muito e o Presidente concordou em que se fizesse uma elaboração de um Plano Nacional sobre as Mudanças Climáticas. E ficou o fórum de fazer sugestões. O fórum é bom que explique o que é. Porque na realidade o fórum é uma iniciativa ainda do Presidente Fernando Henrique Cardoso de designar uma pessoa que seja Secretário desse fórum sendo o Presidente da República o Presidente. E então se convida membros da comunidade científica, representantes de empresas e associações de Organizações Não-Governamentais, de membros do próprio Governo, de diferentes áreas, e que têm reuniões plenas com o próprio Presidente da República e reuniões de trabalho em geral enfocando algum tema, formando então um consenso ou procurando transmitir o Governo uma preocupação sobre o assunto. Aí no caso, mais do que uma preocupação a idéia foi um plano de ação. Um plano de ação interno. Aqui não está se tratando de acordo com a conversa com o Presidente da República, e a Ministra Marina Silva, não se tratou de questões externas. Porque a questão da mudança climática tem uma forte componente externa.

Aqui no Brasil, ela é tratada pelo Ministério das Relações Exteriores, obviamente no que trata as relações externas, a Convenção do clima da ONU dentro da qual se fez o Protocolo de Kyoto, o Ministério de Ciência e Tecnologia que desde o primeiro momento dá suporte técnico e científico para o Ministério das Relações Exteriores, e também o Ministério de Meio Ambiente. E mais alguns outros Ministérios como de Ministério de Minas e Energia eventualmente. Mas na realidade são três Ministérios envolvidos no âmbito do Governo. E a ênfase grande ao longo dos últimos anos tem sido a questão externa. Há uma convenção do clima, ela data de 1992, quando houve a conferência do Rio de Janeiro, de meio ambiente e desenvolvimento, e a posição do Brasil foi importante naquela convenção. Saiu a decisão de medidas para tratar do problema do clima, dentro do princípio defendido pelo Brasil, não só pelo Brasil, mas muito importante essa tese pelo Brasil que houvesse uma responsabilidade diferenciada entre países que tinham alto consumo de energia, todos países desenvolvidos, e mais os países ex-socialistas, que estávamos em 92, um consumo muito grande de energia. E os demais países em desenvolvimento que inclui o Brasil, é claro, China, que não tem um consumo de energia per capita muito elevado, e naquele tempo menos ainda. Daí então saí, depois mais tarde em 97 o Protocolo de Kyoto onde o Brasil também teve um papel importante através da chamada proposta brasileira que continha a idéia de criar um fundo que fosse formado com penalidades aplicadas aos países desenvolvidos que não cumprissem suas metas na convenção do clima. Em vez de um fundo, entretanto em Kyoto foi aprovado o chamado mecanismo de desenvolvimento limpo. Que hoje tem no Brasil, na China e Índia os três países com maior número de

projetos envolvidos. Mas, de qualquer modo, o Brasil não tem metas de redução dentro do Protocolo de Kyoto que estabeleceu essas metas para os países desenvolvidos e ex-socialistas a serem cumpridas no intervalo que vai de 2008, próximo ano, até 2012. O quadro é preocupante porque os países desenvolvidos nenhum deles está, digamos, chegando à meta que começa o período de aplicação, o ano que vem. Com exceção do Reino Unido e da Alemanha. Já os países ex-socialistas estão folgadamente na meta por causa do colapso de suas economias com a mudança do sistema socialista. Mas, os Estados Unidos fora do Protocolo de Kyoto tem um excedente muito acima da sua meta. De maneira que a situação do mundo não é confortável. Mas esse plano interno, chamo atenção que eu estou dando as informações do quadro internacional, mas não é aqui colocado nenhuma posição internacional do Brasil, e sim política de Governo interno. Por favor, a próxima transparência.

Bem, essa proposta foi dividida em três grandes direções. A primeira é de ações coordenadas. No âmbito do Governo, envolvendo os diferentes Ministérios e também estabelecendo relações com Estados e Municípios sob uma supervisão do Ministério do Meio Ambiente. Várias ações coordenadas em muitos campos diferentes. Não é assunto restrito à área ambiental de cada Governo estadual, municipal ou federal ou municipal. Envolve vários Ministérios. Essa é a idéia. Outra direção, dois, é a criação de uma rede brasileira de pesquisas e mudanças globais. Mudanças climáticas globais pelo Ministério de Ciência e Tecnologia. E o terceiro é a criação de uma entidade nacional não puramente científica. Essa já existe, o INPE e outras. A própria unidade, a COPPE onde eu trabalho se dedica muito à parte de mitigação, formas de energias alternativas, planejamento... Temos três colegas nossos no painel intergovernamental de mudança climática. E eu próprio fui membro desse painel no relatório anterior. Não no que foi divulgado nesse ano, mas sim do que foi divulgado há três anos atrás. Essa entidade visa mais estabilizar o pequeno grupo de mudança climática do MCT que dá apoio técnico ao Itamaraty. E não tem uma situação institucional bem estabelecida. Um veio da PETROBRAS cedido outro da ELETROBRAS, outro é contratado por tempo determinado, dois em dois anos acaba o contrato tem que fazer a renovação. É uma confusão patética. Eu acho que tinha que ter uma estabilização que isso se tornasse algo estável. Uma entidade nacional ligada ao próprio Ministério ou talvez envolvendo o meio ambiente também. Isso são itens de uma proposta. Não é um plano. Nós somos professores de universidades, professor Marcos Freitas meu colega da COPPE está aqui comigo, e os representantes de empresas, de órgão de Governo que participam do fórum participam das reuniões e enviam as suas sugestões, mas não tem condições de fazer uma redação de um plano que tem que ter pelo menos uma assessoria jurídica para ganhar um formato viável, aplicável. Então, por favor, a próxima transparência.

Então, começamos pelo eixo nº. 01 que são ações coordenadas de Governo. Dentro dele nós temos três grandes itens, começando pela ações de mitigação. O nº. 01. Dentro delas, no item meio ambiente genérico, nós colocamos como mais importante, achamos até que se isso for feito vale o esforço de ter elaborado essa proposta que foi empregue ao Presidente da República e à Ministra Marina Silva e está hoje dentro do Ministério do Meio Ambiente em exame na nova Secretaria de Mudanças Climáticas que foi criada muito recentemente onde está a nossa colega Telma Krug lá do INPE. Então esse primeiro ponto é definição de metas de redução de taxa de desmatamentos e queimadas. Isso é muito polêmico. Não é consensual dentro do Governo. Mas nós achamos fundamental. É possível? É. Nos três últimos anos nós sabemos que tem havido redução da taxa de desmatamento. Por que não estabelecer metas? Essas metas internas não significam compromisso internacional. Poderá significar. É uma outra etapa. Nós estamos falando de metas internas que o Governo se proponha. Por exemplo, nos próximos três anos, reduzir de tantos por cento a taxa de desmatamento. Não precisa ser *ad infinitum*, essas metas podem ser definidas por períodos plurianuais bem estabelecidos. Por exemplo, três anos. Depois se revê para próximos três ou quatro. Conforme o Governo houver por bem. Outro ponto são políticas e ações de conservação de ecossistemas. Visando uma estratégia de resiliência. Aí já vem um problema muito ligado à vulnerabilidade que nós vamos tratar diante do território brasileiro a possíveis mudanças climáticas.

O item B transporte. Um grande emissor de gás do efeito estufa é o setor de transporte. Então, nós sugerimos aferição obrigatória de emissões veiculares no licenciamento anual de veículos. É possível? Sim. Alguns Estados fazem. O Rio de Janeiro, por exemplo. Agora, dar emissão de CO2 que depende da eficiência energética, é claro. Então vem o item seguinte que é estabelecer índices mínimos de eficiência energética para veículos e também taxas diferenciadas segundo o consumo. Na nossa opinião, deve-se coibir veículos muito pesados de uso individual e familiar que estão sendo muito incentivados pela propaganda das grandes fábricas. Verdadeiros tratores em que uma família de duas ou três pessoas entra e carrega duas toneladas de aço e borracha e plástico para ficar engarrafa-

do. E é capaz de subir ladeiras de 30 graus e não tem nenhum sentido. Não serve pra nada. A não ser por uma questão de status, porque o vizinho comprou, o tio também, então a família compra aquela geringonça, paga caro, gasta muito combustível, a maioria é a gasolina, porque são quase sempre importados. Não são veículos nacionais, quase nunca.

Outra é fomentar a expansão do transporte coletivo. Inclusive, outros modais que não o rodoviário. Então, mesmo o transporte coletivo rodoviário, por exemplo, os ônibus, serem eficientes, darem uma alternativa à classe média no seu transporte. As cidades brasileiras, principalmente São Paulo e Rio são completamente engarrafadas. O sujeito sai da casa, anda dois quilômetros, depois engarrafa e vai velocidades baixíssimas, consumindo muita energia, perdendo muito tempo, poluindo também a cidade, não só o efeito estufa aí no caso.

E outros modais. Claro, ferroviário, não só suburbano, mas também o transporte metroviário. E aquaviário. Cidades como o Rio de Janeiro podiam ter um transporte aquaviário mais amplo do que apenas Rio e Niterói e Paquetá. Poderia se usar a Ilha do Governador. Mas precisa de iniciativa pública isso não vem pela iniciativa privada espontaneamente, porque exige cais, exige, enfim, um sistema até regulatório para que se dê a atividade. E muitas outras cidades brasileiras são localizadas em pontos que têm condição de transporte aquaviário. Isso a gente acha que é uma política pública de transporte.

Outra transparência, por favor. Energia. Consolidar a política de biocombustível, é óbvio, isso o Governo está fazendo, estamos aqui chovendo no molhado. Mas é preciso colocar isso no contexto da mudança climática. O não é feito. O Governo fala muitas vezes dessa política de forma correta até procurando que o mundo imite e siga esse bom exemplo brasileiro. Particularmente do álcool. Mas não leva em conta que isso também está diminuindo as emissões brasileiras. Na medida que você substitui gasolina por álcool ou diesel por biodiesel.

Agora eu chamo atenção que isso é um paliativo. Particularmente o álcool. Por quê? É fundamental substituir gasolina por álcool. Mas é fundamental, e isso não é um problema que está aí colocado, que é um problema mais de longo prazo, pensar na substituição do automóvel com essa tecnologia. O motor de automóvel é absolutamente ineficiente. A eficiência de 20%. Se pegar o sistema automóvel, não só o motor, levando em conta transmissão, rolamento, é 15% de eficiência. É um desperdício monstruoso. E se levar em conta o uso social, você fica parado com o carro. Aí o desperdício é gigantesco. Você está com o motor ligado e parado. Aí é infinito o desperdício. O coeficiente de aproveitamento é zero. Você não anda... É um absurdo. E mais ainda você carrega um carro compacto, econômico, é de uma tonelada, 900 quilos. E a taxa de ocupação é 1,5 pessoa. 1,5 pessoa é em geral 100 quilos. Então você carrega uma tonelada de aço, borracha, etc, para botar 100 kg de gente dentro. Não é racional. É claro que o carro vai ter sempre o seu lugar, uma viagem interurbana, o lazer, eu acho que é inevitável. Mas o entupimento de vias urbanas de carro é irracional. E terá que ter política também para tratar disso. Não basta o álcool. O álcool é um bom combustível para um péssimo meio de transporte, que é o carro privado usado da maneira que é usado.

Outro item de energia expansão do uso de fontes renováveis de energia, consolidação de programas nacionais de eficiência energética. Renováveis de energia inclui a hidrelétrica. Em que pese depois nós vamos falar um pouco mais sobre isso. Então nós achamos que a hidrelétrica ainda é uma opção brasileira com todos seus problemas. E outras fontes renováveis que não só hidrelétrica. Por exemplo, eólica o PROINFA já contemplou, o bagaço de cana para gerar energia elétrica, o próprio biodiesel para gerar ele energia elétrica na Amazônia, por exemplo, onde há muitos geradores diesel que recebe subsídio de dois bilhões de dólares em 2006. Indústria. Criação de um programa de incentivo a descarbonização das unidades de produção estabelecendo metas de redução de emissões por unidade produzida. Ora, o Brasil tende crescer. Nós não vamos poder diminuir a indústria brasileira. Eu não nutro a ilusão de que o Brasil vai passar da indústria que tem para a indústria de software, de produtos de alto valor agregado e baixo conteúdo material. Isso leva tempo. É a nossa meta. Infelizmente estamos longe disso. Nós somos um País que exporta minério de ferro, soja, tudo em grandes quantidades. Mas, mesmo aumentando a nossa produção industrial, também para o mercado interno que a população brasileira é carente de casa, de alimentos, de roupas, quer dizer, nós temos tudo que fazer nesse País. A indústria tem que crescer. Mas por unidade, pode reduzir a emissão. Não sei se estou sendo claro. A emissão total, o seu aumento a produção, o número de unidades produzidas, ela aumenta. Mas se eu dividir as emissões de uma indústria pela sua produção, nós podemos estabelecer aí um índice com metas de redução das emissões de cada empresa. Pelo menos as mais relevantes. Também é uma política de Governo que a gente propõe. E quantificar as emissões evitadas. Nós não temos essa contabilidade. Nós temos o que fazemos para o Relatório para a convenção do clima, fizemos 94, estamos fazendo 2004, muito bem feito, dos melhores

do mundo, aliás incluiu a emissão de hidrelétricas com um anexo sem ser obrigado. Isso é notável, apesar de algumas pessoas falarem besteira sem falar sobre isso, porque virou uma bobagem completa uns erros que alguns colegas cometem em multiplicação e divisão para chegar a número atordoantes de emissão de hidrelétricas, elas não são tão atordoantes, mas existem. E devem ser levadas em conta. É um problema que o Brasil não pode esquecer. Mas são menores tipicamente do que as termelétricas. Então o Brasil não faz a quantificação das emissões evitadas. Isso devia ser feito, além dos relatórios para a convenção do clima. Vamos adiante, por favor.

Adaptação. Aceleração do reflorestamento, onde se puder, matas ciliares, eu acho que é preciso, tivemos agora o fórum, uma reunião em Belo Horizonte sobre o problema do carvão vegetal, que é uma ótima solução para substituir o coque. Agora, não desmatando para fazer o carvão vegetal, e sim plantando. Mas aí vem o problema, plantar o que e aonde? Claro que não é conveniente inundar todo o território minério de eucalipto. Mas em terras degradadas que não tem mais uso, é possível utilizá-las plantando também eucalipto. Na realidade, é preciso o Brasil procurar caminhos possíveis, porque senão acaba-se com uma discussão interminável que nunca se chega a lugar nenhum. Enquanto isso se importa coque e queima-se coque no Brasil que é o pior emissor possível de gás de efeito estufa. O coque de carvão mineral.

Impacto em regiões costeiras. Nós sabemos que há um problema de elevação do nível do mar. O fórum também fez um seminário sobre o problema do nível do mar dedicado em particular na cidade do Rio de Janeiro, que é uma cidade costeira.

Energia. Possíveis impactos sobre a geração hidrelétrica devido a possível mudança do padrão de chuvas no País. Que é um efeito possível da mudança climática.

Agricultura. Avaliação dos aspectos econômicos em diferentes cenários de mudanças climáticas que vão afetar a agricultura brasileira. A EMBRAPA já faz um trabalho nesse sentido, mas tem dificuldade. Há pouco tempo fiquei sabendo de um colega da EMBRAPA que ele tem falta de verba para fazer simulação de ambiente com temperaturas diferenciadas para verificar como se adapta os diversos produtos agrícolas brasileiros para buscar até estudando com a engenharia genética novas sementes para novas situações que poderão ocorrer no futuro. Então, acho que é preciso dar prioridade a isso. Vamos para próxima, por favor.

Adaptação ainda. Uma coisa totalmente original que apareceu no fórum, a proposta da CUT, o nosso colega Temisto, que representa a CUT no fórum trouxe essa sugestão. Avaliar os impactos da mudança climática no emprego. No trabalho. Isso é importante. E tem a ver com economia, mas particularmente no emprego. E mais alguns pontos embaixo fala da integração da questão climática na cooperação internacional, e programas de abastecimento para população em áreas críticas. Por exemplo, se houver desertificação do cerrado, nós teremos um problema adicional na área já às vezes sofrida o nordeste por causa de seca, etc. Então é preciso ter essa visão estratégia de garantir a segurança alimentar dessa população. Isso não são coisas imediatas, não. São ações às vezes de planejamento. Tenho até a convite do Ministro Mangabeira Unger uma reunião agendada com ele para tratar dessa questão estratégica que a mudança climática precisa também contemplar. E a cooperação internacional. Por exemplo, a Amazônia não é só brasileira. Então, tudo que disser respeito à Amazônia, devia incluir os países amazônicos. E, além disso, tem boas relações internacionais que o Brasil procura ampliar do Mercosul e é preciso uma do Mercosul. Por que não?

Vulnerabilidade e ações transversais. Aí vem alguns dados muito específicos. É preciso digitalizar séries históricas de dados meteorológicos que estão arquivados sob forma de papel. E você tem grande dificuldade de manejo. Então o Instituto Nacional de Meteorologia precisa de um apoio específico para esse fim.

Instalação do sistema de coletas de dados sobre o nível do mar. Nós não medimos da maneira necessária a variação do nível do mar que é uma coisa razoavelmente trivial. Instalação de bóias e que a própria Marinha de Guerra pode participar, exigindo políticas nessa direção.

Estruturar o monitoramento de dados hidrometeorológicos nacionalmente. Aí não é só na costa, é no todo sistema. O nosso especialista aqui é o Marcos Freitas, depois ele poderá complementar, se for o caso.

Cooperação com países vizinhos para monitoramento de eventos meteorológicos. A mesma coisa. Nós temos vários rios que correm em mais de um País ou em fronteira de Brasil e outros países. Então é preciso também nessas questões essa cooperação ligada aí no caso desse item meteorologia.

Planejamento. Geração de cenários climáticos regionalizados. Isso começou a ser feito, mas ainda usando o programa do Hadley Center inglês num período de tempo muito remoto que é de 2075 a 2100. Acho que é muito remoto e a gente precisava antecipar esses cenários.

Planos e estudos detalhados sobre a vulnerabilidade do sistema energético brasileiro. Tanto a hidroeletricidade como já falei antes, como a produção de

açúcar, produção dos óleos vegetais que serve para biodiesel. Isso tudo pode ser afetado pela mudança climática.

Promoção de estudo de complementaridade hídrico-eólica. Ou seja, é possível fazer uma complementaridade hídrico-eólica, se houver complementaridade de regime de ventos e de hídricos. Porque ambas têm um fator variável de utilização conforme a vazão da água ou a velocidade do vento. Elas não são constantes. Elas têm uma espécie de um fator de capacidade muito acentuado. Sendo eólica é pior que a hidrelétrica. Mas as hidrelétricas do norte se forem feitas também têm um fator muito forte de variação. Vamos adiante, por favor.

Uma questão muito interessante, havia um representante do Ministério da Educação na nossa reunião que incentivar a introdução de temas mudanças climáticas nos diversos níveis de ensino. Não significa encher o Brasil de bacharéis de mudança climática. Nem de disciplina: Mudança climática 1, mudança climática 2, isso é uma burocratização. Mas sim introduzir no ensino a questão. No ensino de geografia, no ensino de física, de química, de biologia. Esse item ser contemplado. Nós trabalhamos até no fórum em um livro para professores de nível médio. E fundamental sobre mudança climática. Está sendo elaborado. Definição de um órgão gestor da Política Nacional de educação ambiental incluindo a mudança do clima e alocação de recurso para capacitação de pessoal e fomentar o conhecimento sobre mudança do clima. Vamos adiante, por favor.

Ainda ações transversais. Alguns exemplos de contabilidade de contribuição de emissões evitadas, a redução de desmatamento, queimadas, o projeto de MDL no Brasil, substituição de gasolina por álcool, diesel mineral por biodiesel ou HBio, uso no sistema elétrico de energias renovável, fontes alternativas incluindo o PROINFA todo. Aumento de eficiência incluindo o PROCEL e o CONPET. Antecipação no Brasil da substituição de gases do Protocolo de Montreal que diz respeito à camada de ozônio, mas que tem alto potencial de aquecimento global. Isso são ações que estão em realização. Nós estamos propondo que seja feito uma contabilidade nacional de quanto cada ação dessa evita emissões para que o Brasil possa também se apresentar com sua grande culpa no cartório que não pode esconder, a nossa maior culpa no cartório é o desmatamento na Amazônia. 75% das nossas emissões. Em 94. Por isso botamos no primeiro lugar. Mas também há muitas coisas positivas que deveriam ser contabilizadas.

Agora passando para o segundo eixo. Eu vou passar mais rapidamente porque uma certa repetição. Na realidade que aí são temas para estudo. Pesquisa. O item 01 é a ciência do clima. O IPCC, o penal intergovernamental de mudança do clima, é dividido em três grupos. O primeiro trata da atmosfera é mais científico *stricto sensu*. Trata do comportamento da atmosfera. Que o acontece na atmosfera. Aumento da temperatura, repercussão no nível do mar, como é que a massa de ar, de água, de vapor se comporta na atmosfera devido a emissões desses gases. E talvez seja o grupo mais importante.

O segundo grupo trata da vulnerabilidade e adaptação. O que vai acontecer com a produção agrícola com as doenças e etc.

E o terceiro da mitigação, ou seja, como evitar. Melhorar o uso de energia, ser mais eficiente, mudar a fonte de energia, consumir menos do que consumimos.

Então aí é o item 01, corresponde ao grupo 01. Vários modelos, medições experimentais, estudo de ciclo do carbono hidrológico. Aquele *Global Warming Potential* é uma coisa tenebrosa. É um coeficiente errado que foi oficializado pelo IPCC, perdão, pela Convenção do Clima. Então é como se uma lei dissesse que a lei de Newton agora é uma lei aqui do Congresso Brasileiro suponha, se a lei de Newton agora não é mais força igual a massa vezes aceleração. É igual a força igual a massa vezes aceleração ao cubo. Aí todo mundo tivesse que fazer cálculos de engenharia usando isso. Iam cair todos os edifícios. E o *Global Warming Potential* é um número errado oficiado. O Brasil sempre se colocou contra isso, mas está sendo errado o tempo todo. Porque foi aprovado na Convenção do Clima errado. E que é do interesse dos países ricos deixar errado. Porque diminui a culpa deles. Porque é tudo em relação ao CO2. Eles são grandes emissores de CO2. Se o GWP, *Global Warming Potential* for alto, as emissões dos outros gases pesam um pouco mais. Alivia a culpa dos ricos. Dos países mais ricos.

Aí vulnerabilidade, já botei alguns pontos, que agora seria na área de pesquisa esses pontos todos que estão aí colocados. Não vou ler isso tudo porque algumas coisas aí... Por exemplo, tem que olhar a parte social na vulnerabilidade. Áreas de favelas, palafitas... Serão eventualmente mais afetadas. Curioso, no estudo que fizemos sobre o Rio, lá na COPPE, estimulado pelo fórum, a gente notou que nas praias, segundo nossos colegas de hidráulica, e de estudos oceânicos, é mais fácil conter a elevação do nível do mar na previsão do IPCC, que é de 30 centímetros, até 60 no máximo que do século, não do Al Gore, que é de quatro metros, talvez no próximo filme dele ele vá botar quatro quilômetros. Mas isso não. O IPCC fala em 30 e 60 centímetros. Pegando esse valor é possível você usar

a técnica já tradicional na engenharia brasileira, nas praias de alargar as praias. E o próprio mar acumula areia que forma um obstáculo a ele. Nesse nível de 30 a 60 centímetros. Mas na baixada Fluminense não que é desnivelado em relação ao nível do mar, e é uma área imensa que vai ter dificuldade de escoamento de águas em chuva, e vai provocar inundações. O que vai talvez obrigar ou a remoção de famílias ou usarmos diques à moda holandesa. Aliás, já há diques que a COPPE, inclusive, participou o Prof. Canedo, nosso colega desse projeto. Já há diques no Rio. São diques modestos. Ou você vai ter que fazer diques altos como na Holanda ou remover as populações daquelas áreas. Mais uma vez a gente nota que os pobres sofrem mais. Porque o pessoal de Ipanema e eu mesmo que moro no Leblon tem mais defesa do que as pessoas pobres da baixada.

Bem, vamos passar adiante porque é muito item para... A saúde pública ali também é importante. Já tinha dito isso antes. Outros itens de pesquisa, incluindo as fontes alternativas, nós mesmos na COPPE trabalhamos em várias áreas de fonte alternativa, incluindo uso das ondas do mar para geração de energia elétrica, que é uma coisa avançada, ainda no mundo não é usado em larga escala, mas já tem projetos, nós já temos um projeto próprio em muitos outros, e muitas universidades e mesmo empresas. Achamos que é preciso. A tecnologia de seqüestro de carbono, a PETROBRAS está se esforçando nisso, a idéia de pegar o CO2 e fazer a chaminé ao contrário. Em vez de para cima, para baixo. Enfiar dentro de um poço de petróleo, por exemplo. Que já fazem isso para recuperação de petróleo, aumentar a pressão do poço se injeta CO2. Só que pegar o CO2 das usinas que usem petróleo, carvão, gás natural. Teria que ter um CO2 duto ou muitos co2 dutos espalhados no Brasil para chegar nos pontos. E isso é um problema caro. Não é uma tecnologia ainda aplicável. Vamos adiante. Por favor, a próxima.

Estudos de planejamento, economia e ciências sociais. Esses assuntos não se reduzem a física, engenharia, biologia, química, há um lado de ciências humanas e sociais, política para ser trato, incluindo a questão internacional. O Brasil tem que aprender a pensar em si mesmo. Eu acho que isso falta. Nós viramos o País do amanhã, do depois do amanhã, mas não do ano que vem. Então é preciso pensar longe. É preciso estudar. Vamos reconhecer que ao tempo dos militares a Escola Superior de Guerra bem ou mão fazia isso. No âmbito do Governo. As Forças Armadas pertencem ao Governo. E eu sinto falta disso. É até um dos objetos da conversa com o Ministro Mangabeira Unger que está encarregado nessa direção. Padrões de produção e consumo de energia. Eu já falei do automóvel. Essa sociedade perdulária, ocidental que vivemos, ela é inviável se todos alçarem um melhor nível de vida. A China hoje mostra isso. Se todo chinês for na direção que está indo, não há como manter nem a estabilidade da atmosfera e nem os recursos materiais dos povos. Então é preciso discutir muito a questão dos padrões de produção e consumo de energia. Vamos adiante, por favor. Acho que eu estou terminando.

A criação do organismo nacional. Aí é uma proposta, nós defendemos que haja essa criação voltada em particular à estabilização do grupo MCT que tem se dedicado muito a esse suporte ao Itamaraty articuladamente ao Ministério do Meio Ambiente. A última, por favor. É a próxima.

A questão da energia nuclear que está em voga, por causa da decisão de Angra 3 foi muito discutida na reunião. Esse documento foi feito da seguinte maneira. Uma vez que da reunião com o Presidente e a Ministra do Meio Ambiente foi solicitado e incentivado a elaboração dessas sugestões foi feita uma comunicação via e-mail para todos os que participam do Fórum no Brasil todo, em todas as áreas, e recebemos as sugestões. Fizemos um documento de consolidação organizado, de modo a colocar de uma forma racional as sugestões para análise, e fizemos uma reunião. Dessa reunião, saiu essa proposta que foi então redigida e entregue ao Governo. E temos cobrado agora uma resposta do Governo.

Então, nessa reunião final a energia nuclear foi colocada. Era uma das sugestões. Porque ela não emite gases de efeito estufa. Tem outros problemas, mas não esse. Mas não houve consenso. Nós estamos colocando essa observação de que foi discutida, mas não... A maioria dos presentes não recomendou ao Governo. E também houve uma proposta interessante de uma empresa mista para se dedicar à questão da mudança climática, mas também não obteve consenso. Então é apenas o registro das propostas de certo porte que foram discutidas, mas no foram incluídas na proposta elas estão aí em adendo. E aqui eu termino minha intervenção. Me desculpe se eu excedi meu tempo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Sr. Pinguelli, nós também queremos registrar a presença do Prof. Marcos Freitas, e antes de passar a palavra aos colegas, Deputados e Senadores que vão fazer uso da palavra, dizer do reconhecimento da importância desta audiência. Além de transmitir e já há um número muito bom de Parlamentares nesta reunião, mas é consenso na Comissão desde o seu funcionamento no mês de março, da sua instalação, a necessidade de garantir recursos às instituições de pesquisa e desenvolvimento no País. Isso que o Prof.

Pinguelli disse, com relação à EMBRAPA, a Comissão pôde constatar in loco na EMBRAPA ocidental e no Amazonas, e no INPE, no Museu Emílio Goeldi, e nas outras instituições que a Comissão teve a oportunidade de acompanhar. E há um trabalho decidido de influenciar e o trabalho com as Comissões Permanentes da Câmara e do Senado para que o orçamento de 2008 contemple um aumento significativo de recursos a essa instância. E faço a observação também, Prof. Pinguelli, que desde o início do funcionamento dessa Comissão, aqui nós temos o Deputado Iran Barbosa que está como Relator ad hoc, mas o Senador Renato Casagrande e todos os outros Parlamentares tem tido a capacidade de discutir essa questão sem nenhum tipo de direcionamento partidário. Até porque na composição, acaba de chegar o nosso Relator que assume...

Como eu dizia, particularmente com relação aos recursos, mas também na discussão do que é necessário para que o Brasil tenha o ambiente adequado para a discussão do tema mudanças climáticas, fica claro e isso não é uma crítica, até porque o fórum foi criado ainda no Governo do Presidente Fernando Henrique. Que devia ter dado a estrutura necessária para o funcionamento da Secretaria Executiva do Fórum. E isso não deixa, isso nos dá a obrigação de solicitar, também de defender e ainda muito mais nesse momento o Governo Federal já que tem 37 entre Ministérios e Secretarias com status de Ministérios, veja uma forma a exemplo de outros países que já têm uma instância para a discussão desse tema e que estruture a Secretaria do Fórum e eu entendo que esta Comissão terá necessidade se assim o professor Luiz Pinguelli achar por bem de no segundo semestre ainda no decorrer das atividades dessa confissão, voltarmos a discutir o assunto com as ações que o fórum tem proposto a esta Comissão que eu sei que o Relator vai passar isso tecnicamente aos outros membros da Comissão, mas nós devemos voltar a discutir com o fórum e eu tenho certeza que essa Comissão fará sua parte de contribuir que afinal de contas é uma instância importante para interpretação daquilo que o Presidente diz, daquilo que o Congresso faz e daquilo que precisa ser feito.

Eu passo nesse momento, até porque sei que o Relator vai se inteirar da exposição, a palavra ao Deputado Fernando Ferro para suas considerações.

DEPUTADO FERNANDO FERRO (PT-PE): Bom, Sr. Presidente, demais membros da Comissão, que conosco participam dessa audiência, Prof. Pinguelli, eu acho que nós vivemos um período de uma certa angústia para os rumos da humanidade quando trata dessa temática. Os cenários não são fáceis. E é visível uma inquietação com a questão climática e com a estrutura de poder global. Primeira preocupação que me vem, quem hoje mais polui é quem tem mais arma atômica, por exemplo. Então qualquer política que for fazer nessa área está vinculado à questão de geopolítica, poder militar, poder político. Eminentemente é um debate que a sociedade tem que se apropriar e reconhecer que não é discussão só dos ambientalistas e dos ecologistas, dos cientistas, e dos políticos. É uma questão de caráter global no sentido mais amplo e profundo da palavra. Nesse sentido, a minha preocupação. Quem manda no mundo vai querer criar todos os elementos para que sejam menos penalizados nesse processo. Ou seja, a conta virá para os pobres, pobres no sentido social da palavra, e pobre no conjunto dos países ricos e pobres irão evidentemente distribuir de forma desigual essa questão. Mas nós temos a crença na força das idéias, das palavras, a humanidade e esse é um debate que tem que engajar a sociedade planetária sobre isso.

Então a primeira preocupação, o que é que nós podemos garantir dos dados que hoje dispomos sobre avaliação da questão de mudança climática? Primeiro. As modelagens que nós dispomos hoje, inclusive no plano do Brasil nos permite fazer uma abordagem científica adequada? Nós estamos lidando com campo de probabilidade, modelos estocásticos, estamos fazendo simulações, tudo no campo das probabilidades. E as probabilidades indicam hoje que não era só terrorismo ecológico. As evidências estão aumentando. Se nós não temos... Ou seja, a incerteza científica estará diminuindo. Ela existe, mas está diminuindo por conta disso. Então a primeira preocupação: O Brasil dispõe de dados confiáveis para fazer isso, se dispõe ou se não dispõe, o que é que deveremos trabalhar com isso. Aqui numa palestra passada eu ouvi de um expositor que nós éramos se não me engano o quinto emissor de gases de efeito estufa e se o Brasil fizer completamente a lição de casa no tratamento das medidas de mitigação ele iria contribuir com a redução de 2% dos problemas de aquecimento global. Ou seja, se o Brasil fizer tudo que tem que fazer, segundo essa fala, e eu fiquei assim, mas o Brasil é quinto em que nível de grandeza comparado aos outros, né? Se é quinto com o primeiro, segundo e terceiro com um milhão, dois milhões, três milhões, e o quinto com 20, é quinto. Mas... Eu não sei e é isso. Porque a informação que nos foi dada aqui nessa palestra é que o Brasil se fizer tudo do dever de casa dos países alteraria muito pouco nas mudanças. Ou seja, nós teríamos mais um papel simbólico nesse processo e pedagógico para a humanidade com a nossa interferência, mas temos que fazer isso. Se não fizermos, iremos pagar caro por isso. Até uma ironia. O fim do... Uma fala que você falou. O fim do socialismo real foi bom para o meio

ambiente como o capitalismo, como o crescimento do capitalismo é ruim para o meio ambiente. Quer dizer, os dois sistemas estão definitivamente condenados a não oferecer alternativas futuras para a humanidade. Os capitalistas evidentemente vão reagir a isso.

Essa idéia de criar um ente nacional de políticas do clima, eu gostaria que fosse melhor precisado. Seria um instituto do clima ou alguma coisa assim do tipo que nós iríamos dedicar ou concentrar todas as ações nessa área para que o País tenha efetivamente uma inteligência dedicada integralmente e dirigida para essa questão que é um assunto transversal. Não vai dar para... é como a questão do meio ambiente. Tem que ser vista como uma ação transversal. A redução... Uma coisa que me veio, reduzir taxa de desmatamento e instituir taxa de reflorestamento. Acho que nós temos que pensar. O Japão fez isso ao longo de sua história e foi um dos países que reflorestou e hoje tem 70% ou mais de sua área coberta de floresta. E foi um processo de gerações, de 300, 400, 500 anos. É uma coisa impressionante. Mas foi feito. A gente tem que pensar no Brasil talvez de taxas de desmatamento e taxas de reflorestamento. Tem que instituir alguma coisa nesse sentido. Não sei como você vê essa idéia. A nossa... O tratamento dessa questão além do mais tem... Há gravidades regionais, tem sistemas que já estão degradados. O semi-árido, por exemplo, ele hoje o... Se fala do desmatamento da Amazônia, mas de certa maneira até esquecido do desmatamento do semi-árido. As catingas estão sendo devastadas lá no meu Estado para se produzir [ininteligível] gesso, e não se criou alternativa. Então o grosso das caatingas de Pernambuco já foram queimadas. Então e se não fizer uma política para recuperar isso, o mesmo aconteceu aqui no cerrado para a instalação da soja e coisa do tipo. Então o desmatamento é um problema nacional. Evidentemente que a Amazônia chama mais atenção por conta do seu valor geográfico e do papel e da sua imagem internacional. Eu acho que eram essa...

Por último, a população nós temos que discutir. Acho os padrões de urbanismo que foram instituídos e foi citado aqui o caso do ensino. A nossa engenharia, por exemplo, ela é grosso modo completamente alheia a esse assunto. Quer dizer, a climatização, a tropicalização da nossa engenharia ela é hoje alguns setores, a nossa arquitetura, também, trata disso... Se não houver uma profunda mudança, claro que nós temos que falar aqui sempre do globo. Mas no Brasil cada qual tem que fazer sua parte. Se nossas escolas, nossas universidades, nossos institutos de pesquisa não pensarem nisso também, mudança do comportamento e da mentalidade nós iremos interferir pouco nisso. Acho que esse é um processo gradativo, continuado, para tentar conviver com essas possibilidades de recuperação de padrões de qualidade de vida do mundo. Então eram essas considerações que eu gostaria de deixar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Obrigado, Deputado Fernando Ferro. Vou passar a palavra ao Deputado Luiz Carreira para que possamos fazer uma rodada e o professor responde tudo de uma vez só.

DEPUTADO LUIZ CARREIRA (PFL-BA): Quero cumprimentar o Dr. Luiz Pinguelli, brilhante apresentação, sobretudo muito didática, onde estão ali contidas as propostas que realmente advém do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. Até bem detalhadas em termos de proposições dividido por área ambiental, tecnológica, e eu queria apenas abordar alguns pontos.

Acho que o País, e eu discuti há pouco inclusive até aqui ao lado, nós estamos perdendo grande oportunidade. Porque nós temos sempre do ponto de vista até, eu diria até cultural, uma certa tendência a empurrar as coisas sempre adiante e não tomar as medidas que seriam cabíveis naquele momento oportuno de tomar. Achando que é sempre um dever e responsabilidade dos outros. O fato de não sermos talvez um dos mais significativos emissores, não quer dizer que não tenhamos que fazer a nossa parte de forma efetiva. Até porque talvez o Brasil tenha uma situação bem melhor do que os demais países. A exemplo da China e da Índia que tem uma matriz extremamente suja e que vai continuar tendo por muito tempo porque não tem muita alternativa a fazer. Até porque o desenvolvimento deles está calcado na verdade em combustíveis fósseis, sobretudo o carvão, a China, por exemplo, e que a sua substituição não é tão fácil assim como aparentemente seria possível fazer.

O nosso País diferentemente tem uma matriz mais limpa, uma matriz, 43% da nossa matriz é praticamente de energia limpa, portanto tem plenas condições de liderar esse processo de uma economia emergente de baixo carbono. Talvez seja essa grande oportunidade que nós temos hoje nesse debate global de nos fazer presente com propostas que venham realmente a viabilizar uma certa liderança dentro dos países emergentes de descarbonização. E o fato de haver um certo vacilo, uma certa hesitação ainda, uma certa indefinição a nível da nossa política externa, quer dizer, desse ponto de vista, com relação a questão basicamente do clima, composições às vezes divergentes ante o Ministério de Ciência e Tecnologia, Ministério do Meio Ambiente, Ministério das Relações Exteriores, que nem sempre vão alinhados na mesma direção, talvez estejamos aí perdendo o momento importante para isso. Independente de tudo aquilo que nós viemos a fazer como dever

de casa. Outro segundo ponto importante que eu acho dentre diversos que foram aí apresentados, todos eles são importantes, no conjunto, evidentemente uns mais significativos e outros menos, mas todos eles bastante importantes no conjunto das medidas que devem ser tomadas. É buscar, na verdade, o esforço e acho que essa Comissão tem o papel importante, o Congresso tem um papel fundamental, e toda a sociedade brasileira tem hoje de tentar buscar realmente o pacto pelo desmatamento zero. Eu acho que essa uma questão que temos que discutir com toda coragem e enfrentamento porque esse é o ponto principal de partida. Nós somos o quarto País na verdade em emissões por desmatamento e queimadas. Não temos... Não somos um País de significativa emissão de dióxido de carbono. Na verdade aí não é... Reside a questão fundamental. Mas evidentemente temos muita coisa a fazer por aí. Inclusive tem algumas proposições extremamente importantes e interessantes que eu vi aí inclusive por unidades produtivas, etc, que já está se fazendo alguma coisa, diversas iniciativas já estão sendo tomadas. A gente não sabe ainda se efetivamente elas têm uma grande validade ou não, mas algumas até eu tive recentemente com o Deputado Jorge Khoury participando do Porcão de uma... [risos] Exatamente de uma dessas iniciativas de neutralização de carbono do próprio Restaurante Porcão. Estiveram conosco.

Então são coisas que... Evidentemente que cada medida que for tomada, associada, é muito importante. Esse é um ponto também que eu acho... Esse... Quando me referi à questão do desmatamento zero é porque esse é um ponto fundamental talvez para a mudança de postura, mudança de patamar nesse debate sobre o clima com relação ao Brasil, com relação aos países emergentes em relação ao resto do mundo. Não adianta mais olhar para o primeiro mundo e dizer: vocês foram os responsáveis por tudo isso. Nós temos uma grande responsabilidade pela frente também, nós temos que fazer pelo menos a nossa parte, não só por eles, mas, sobretudo, por nós todos e pelo resto dos países do mundo todo.

Agora, outra coisa importante que eu acho que também está indicado aí, e que são medidas que o Congresso pode tomar, também para agilizar que é a questão de inserir essa variável ambiental, eu diria aí com uma vertente do clima, mas diria mais o meio ambiente propriamente dito no currículo mesmo escolar. De forma que as pessoas começam a ter consciência desde cedo, do que é que precisam fazer adiante, o que é que tem que cobrar adiante, o que é que tem que cobrar dos agentes públicos, dos agentes privados, das indústrias, quando tiverem evidentemente no seu estágio de maturação, no seu estágio de desenvolvimento da atividade profissional. Então é importante que isso seja feito desde o início.

São diversas questões, mas vou me resumir a algumas apenas porque eu fiquei bastante satisfeito de ver um detalhamento tão significativo, tão bem feito de diversas medidas que podem ser tomadas, mas também aqui dizer que é preciso sacudir um pouco essa inércia que normalmente toma conta da gente, seja quando surge um grande problema a gente discute, discute, discute, mas depois acaba empurrando para frente. Mas esse momento é crucial para que o País possa realmente passar a liderar essa discussão em todo mundo. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Obrigado, Deputado Luiz Carreira, eu passar a palavra ao Deputado Jorge Khoury.

DEPUTADO JORGE KHOURY (PFL-BA): Caro Presidente Eduardo Gomes, Senador Casagrande Relator dessa Comissão e que tem realmente sido um operário permanente na busca da apresentação no relatório final de propostas conclusivas, e que eu não tenho dúvida nenhuma Senador que o Prof. Pinguelli traz aqui muitas sugestões que podem ser perfeitamente incorporadas tal qual que chegaram, mas eu queria aproveitar, professor, da satisfação de revê-lo, quando tive oportunidade de lhe encontrar como Secretário de Meio Ambiente da Bahia, na oportunidade que fundávamos o Fórum Baiano de Mudanças Climáticas Globais e Biodiversidade. V.Sª esteve lá exatamente como Secretário-Executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas e na oportunidade alguns Estados que já estavam se incorporando a essa temática. Tiveram lá companheiros de Minas Gerais, de São Paulo, e nós da Bahia.

A minha pergunta então é um pouco... Bem simples e bem direcionada para a questão do nosso País e dos nossos Estados. A pergunta é se o fórum brasileiro continua fazendo aquele trabalho de agregação dos fóruns estaduais. Segundo, de que forma nós podemos, eu não tenho dúvida do trabalho que nós aqui no Congresso estamos realizando que, mas é importante também que nós consigamos contaminar as instâncias estaduais e cada um também fazer da sua parte lá. Evidente, dentro de uma sinergia com a questão nacional, mas sem sombra de dúvida o estímulo que se puder dar para que os Estados também dêem a sua contribuição e comece a divulgar esse trabalho, eu acho também que é de grande valia. Essa era a minha participação. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Deputado Rocha Loures.

DEPUTADO ROCHA LOURES (PMDB-PR): Presidente Eduardo Gomes, a quem parabenizo pela con-

dução dos trabalhos, os nossos colegas membros da Comissão, saudando a você, professor e eu até ontem assistia, acho que foi no Jornal da Globo, uma matéria que foi feita sobre essa questão da energia, acho que teve uma passagem sua, se não me engano também no Fantástico no domingo eu sei que a sua palavra tem sido disseminada e fico feliz por isso. Eu venho lá do Paraná, sou do PMDB, eu sei da credibilidade que V.Exª tem junto ao nosso Presidente Lula e a minha primeira colocação seria se tem havido possibilidade, se tem havido uma conversa, se vocês têm conversado, você e o Presidente Lula, me permita chamá-lo de essa intimidade, professor, sabendo que V.Exª além de físico, engenheiro nuclear está voltado, como nós todos aqui para esta luta que é uma luta global. O segundo comentário era se é mesmo um problema global, talvez seja o caso, e eu venho acalentando essa idéia de nós termos um Parlamento global de mudanças climáticas. Isso passa não só pela interação das nossas redes locais a nível estadual, da comunidade científica, da comunidade política, das representações afetas ao tema, mas talvez porque não termos um fórum ou um parlamento ambiental global, o nome que se queira dar, desde que essa rede, essa conexão se estabeleça. Em terceiro lugar, V.Exª sabe que estamos procurando aqui sob a liderança do nosso Presidente Eduardo Gomes, construir ou dar condição para que o marco legal que seja... Não sei se também o relatório até o relatório prévio das atividades da Comissão já chegou ao conhecimento do nosso Prof. Pinguelli Rosa, mas estamos tentando construir, colaborando, o Deputado Mendes Thame, Deputado Sarney Filho, o Deputado Eduardo Gomes e vários Deputados estão colaborando com a sua sabedoria.

E num terceiro ponto, eu gostaria de um pouquinho mais do seu comentário com relação que é uma questão que é um pouco nova além de tudo que foi dita, essa questão do impacto da mudança climática no emprego. Eu não sei se... Talvez esse seja um tema aglutinador, a partir dele a gente possa avançar por uma questão prática da vida de todos, a questão do emprego e também gostaria de um pouquinho mais de comentário seu com relação a esta questão da educação, de trabalhar nas escolas e de que maneira nós poderíamos entrar, principalmente com relação às crianças e fazer um trabalho mais profundo nessa área. Parabenizá-lo mais uma vez, perdi eu porque não cheguei à tempo da sua palestra, mas a cópia está colocada e sem dúvida está aqui a memória da sua fala. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Com a palavra o Deputado Iran Barbosa.

DEPUTADO IRAN BARBOSA (PT-SE): Bom, inicialmente boa tarde a todos e a todas, cumprimentar os companheiros da Mesa, e especialmente o Dr. Luiz Pinguelli Rosa. E serei muito rápido, apenas eu gostaria de manifestar um entendimento que tenho para se possível ouvi-lo e se for o caso ser corrigido nesse entendimento, e depois ouvi-lo, em sendo correta essa afirmativa, como é que o senhor pensa essa questão.

É o seguinte, eu vejo que na questão específica relativa às mudanças climáticas, mas não só a ela, acho que do ponto de vista do debate sobre a questão ambiental como um todo. Há, parece-me, uma inversão, a preocupação com essas questões parece que do ponto de vista federativo ela vem mais forte do ente federativo mais central, a União, e vai diminuindo a medida que você vai chegando nos Estados e nos Municípios, a ponto de nós identificarmos Municípios, que sequer tem, uma boa parte deles, têm órgãos destinados a tratar da questão ambiental. E ao contrário disso, as ações que implicam na melhoria ou até na piora das questões ambientais, ela se efetiva regularmente a partir da unidade menor. O Município, Estado, por aí vai. Essa identificação ela é correta, professor? Se é, como é que a gente pode tratar? Porque veja, o debate sobre mudanças climáticas eu vejo que ele toma muito corpo do ponto de vista global, ele toma corpo mais do ponto de vista nacional, mas não sinto ainda uma efervescência sobre essa temática nas células menores da nossa federação. Isso é uma preocupação porque lá nessas células a gente tem que efetivar as políticas que podem ou não ajudar a mitigar e a resolver esses problemas. O que é que o senhor pensa sobre isso? Era isso que eu gostaria de ouvir. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Com a palavra o Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Boa tarde a todos. Meu caro Presidente Eduardo Gomes, nosso Relator Renato Casagrande, Dr. Luiz Pinguelli Rosa, eu estava numa reunião da Frente Parlamentar Brasil-Síria, e vim correndo pra gente poder ter essa oportunidade. Então não ouvi a apresentação inicial do senhor. Mas queria colocar três questões que considero que são problemas centrais nessa questão do aquecimento global que é o problema da produção de energia. Quer dizer, nós não temos possibilidade de tocar o desenvolvimento nem dos países desenvolvidos muito menos dos países em desenvolvimento sem energia.

Então, aqui é uma questão crucial para nós. Nós somos atropelados pelo combustível fóssil de cima para baixo. Não foi o inverso. E tem sido assim na hu-

manidade. Nós temos possibilidades que eu gostaria que... Se eu já não estiver vencido no debate pela apresentação de V.Sª, que a gente pudesse tocar em algumas energias que são ditas muito caras para nós. Uma, que eu tenho me batido com ela que é a energia eólica. Porque nós temos na nossa região, Ceará e Rio Grande do Norte, grandes jazidas. Mas elas são consideradas ainda muito caras. A segunda, solar. Que o Brasil então é fenomenalmente rico nessa fonte. E a terceira, que é uma exigência ainda de pesquisa, de estudo, mas está em curso no mundo, que é o problema do hidrogênio.

Então, se nós queremos energia limpa, essas fontes podem nos ajudar mesmo com o preço elástico que apresenta nos dias de hoje? Às vezes dizem para nós o seguinte, que é mais caro não ter energia. E pode-se tornar mais caro não ter energia limpa. Então nós podemos aportar nessas fontes? Elas são viáveis? Elas permitem a gente sustentar um desenvolvimento futuro do nosso País e ajudar também o mundo com a nossa alternativa, além da biomassa que já está em curso, já está em curso, e às vezes nós dissemos que é limpa, mas não é tão limpo assim também não. Tem muito bagaço por aí. Então a gente precisaria de uma opinião do senhor a respeito dessas alternativas energéticas que eu considero que não há como a gente dizer assim, vamos segurar aqui, vamos parar de crescer, vamos parar de desenvolver. A humanidade não vai fazer isso. Se ela não vai fazer isso, precisa de energia. Essas fontes nos ajudam ou não?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Com a palavra o Relator, Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Sr. Presidente, Deputado Eduardo Gomes, Deputado Iran, que colaborou conosco aqui na Relatoria. Prof. Pinguelli, obrigado por estar presente junto conosco aqui na Comissão, junto com o Marcos, cumprimentar todos os Parlamentares aqui presentes, e primeiro fazer um registro que eu recebi uma comissão de pesquisadores e gestores do programa Antártico brasileiro. Está aqui a Tânia. Ministério do Meio Ambiente que coordena o trabalho e eles trouxeram uma carta para nós, Presidente, estiveram reunidos em Pirenópolis, acabaram a reunião hoje e vieram trazer uma carta à Comissão de Mudanças Climáticas para que possam se inserir no debate. Então acho que a maneira mais adequada para nós fazermos é um requerimento para que venha aqui a Tânia e quem mais ela designar e nós fazemos uma Audiência Pública para que os pesquisadores e os gestores do programa possam apresentar aqui o belo trabalho que esse grupo de pesquisadores brasileiros têm feito lá na Antártica. Então formalizaremos depois, mas já deixamos aqui com a concordância do Presidente um Requerimento para que eles possam estar aqui numa oportunidade que a Comissão tiver agenda para que a gente possa ouvir esse trabalho que é desenvolvido lá no programa brasileiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Só para colaborar, Relator, a Assessoria vai preparar o requerimento nós vamos votar hoje.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Ok. Muito obrigado.

DEPUTADO ROCHA LOURES (PMDB-PR): E um voto favorável viu, Relator. Totalmente favorável.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado. Paraná tem que estar junto. Mas Dr. Pinguelli, primeiro pedir desculpas, tarefas não tão agradáveis como essa me impediram de estar aqui no início da sua apresentação, e tive o prazer de recebê-lo no meu gabinete junto com o Presidente Eduardo Gomes, e rapidamente vocês apresentaram o Plano Nacional. Eu acho que hoje aqui se lança efetivamente uma proposta, para o debate de um Plano Nacional que trate desse assunto, que deva ser incorporado pelo Governo, que deva ser incorporado pela sociedade brasileira, pelo Parlamento, acho que a semente do plano nessa Audiência Pública de hoje ela... A semente está lançada, e precisamos fazer com que ela germine. E acho que a melhor maneira que a Comissão... Melhor maneira de contribuir através da Comissão é que nós possamos no nosso site deixar essa proposta com a permissão do Dr. Pinguelli deixar em consulta pública para receber sugestões de pesquisadores e de estudiosos na área, e pessoas interessadas para que no decorrer desses próximos dias e meses nós tenhamos de fato diversas contribuições que poderão ajudar a compor um Plano Nacional onde o Brasil seja protagonista. Eu ouvi aqui a fala dos Parlamentares, e acho que é nesse caminho nós temos ainda uma pequena contribuição maléfica para o processo de mudança climática, de aquecimento global, mas o Brasil pode ser pioneiro, ser mais audacioso enquanto País nesse debate internacional. E ter uma ação interna que faça com que nós tenhamos condições de desenvolver as nossas tarefas do dia-a-dia, dando exemplos e tendo condições de viabilizar cobranças dos países que de fato são os maiores responsáveis pelas emissões dos gases do efeito estufa, acho que isso vai ser bom para o nosso País. Nós não queremos aquele discurso de que... Assimilar o discurso de que essa é uma ação dos países desenvolvidos para impedir que os países em desenvolvimento possam continuar crescendo. Acho que nós temos condições de continuarmos o nosso crescimento,

o nosso desenvolvimento, mas também perguntar que crescimento que nós queremos, que desenvolvimento que nós queremos. Porque o discurso pura e simples de que vai crescer 5% do PIB, sem saber qual é a qualidade desse crescimento, acho que essa Comissão tem que dar a sua contribuição neste debate. Qual é o crescimento, para quem que nós estamos crescendo. E por quê? E para quais regiões, e de que maneira. Então tem um debate que precisa qualificar o debate do desenvolvimento, do crescimento, do aumento do Produto Interno Bruto. Acho que a sociedade precisa começar a debater a qualidade do crescimento nosso, para que nós tenhamos condições efetivas de ter qualidade de vida com o nosso crescimento.

Então, acho que nós temos condições de contribuir com o debate internacional. Temos muitas condições de dar essa contribuição. Para que nós possamos contribuir mesmo que nós ainda não possamos assumir metas globais, mas que nós possamos, compromissos globais nós possamos ter nossas metas internas. Acho que aqui já foi dita a questão do desmatamento. É uma ação fundamental e importante mesmo que os... Nós estávamos comentando sobre a entrevista do Prof. Molina, né, Mulião... Molina é o mexicano...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): É. O do ozônio. Do Prof. Mulião eu mesmo por descrentes cuidar do meio ambiente vale para qualquer outra coisa se você não quiser que acredite, que valha para a alteração do clima no nosso planeta. Então nós temos... Tudo que a gente fizer nessa área ela será benéfica para a sociedade. Para a população que habita este planeta. Então o Brasil pode ter uma posição muito mais adequada do que tem hoje no debate internacional. Pode se alinhar mesmo que não tenha com que se alinhar, mas pode ter uma posição que possa trazer aliados para a sua posição. Então nós não vamos ser os salvadores do mundo, não vamos ser os mocinhos do planeta, mas nós temos que ter uma posição coerente, responsável com aquilo que a gente julgue ser o mais correto da nossa ação.

Então tenho certeza que a contribuição do Prof. Pinguelli foi excepcional. Porque já conheço em parte, não pude assistir a performance na apresentação, mas por conhecer parte da proposta e tenho certeza que foi excelente e é um marco para que nós possamos caminhar, para que essa bandeira de uma política nacional seja uma bandeira não só de um Governo. Nós fomos no Amazonas, o Estado do Amazonas tem a sua política estadual. Cada Município pode ter a sua política municipal, cada Estado pode ter a sua política estadual. Agora, o Governo Brasileiro e o Congresso faz parte disso, a União tem que dar um próximo adiante até para poder dar o exemplo. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Agradeço, Senador Casagrande, e como o Senador falou há pouco, nós tivemos no Amazonas foi possível observar a Lei Estadual de Mudanças Climáticas e agora nessa sexta-feira em Campo Grande também outras iniciativas do Estado.

Então, nas Audiências Públicas aquilo que disse o Deputado Jorge Khoury, a Comissão realiza e vem realizando encontros nas Assembléias Legislativas com a participação da sociedade, das Organizações Não-Governamentais, está aqui o Paulo Mottin que nos ajudou na audiência de Palmas, na audiência de Palmas, outras instituições colaboraram em outras audiências. Então agora eu passo a palavra para o Sr. Luiz Pinguelli para as suas considerações com relação aos questionamentos dos Parlamentares.

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: Eu agradeço muito a presença dos Srs. Parlamentares e as questões que provocam aí a nossa reflexão.

Bem, o Deputado Ferro tem razão de que há incerteza. Eu sempre digo que a ciência não é o domínio da certeza. Isso é um equívoco absoluto. Acuso estudo científico tem que estar declaradamente ciente do erro. Quer dizer, não há possibilidade da certeza absoluta. Até mesmo na matemática isso já é um problema, imagine na ciência da natureza. Então há uma incerteza. E de fato foi bem colocado pelo Deputado Ferro que tem havido redução. Esse último Relatório do IPCC ele praticamente não acrescentou muito ao terceiro Relatório do qual eu fui um dos participantes. Mas sim, na redução da incerteza. Foram mais afirmativos que realmente há uma coincidência. A grande dificuldade de dar uma avaliação de o quanto está certo, o quanto está errado em tudo isso. Há coisas muito claras, aumento da concentração de CO2 na atmosfera, há também indício forte que correlaciona isto com o aumento da temperatura progressiva. Mas são modelos, o que há é uma convergência dos modelos nessa parte. Nós temos inclusive um modelo. Nós chamamos o modelo de “Vig” porque nós temos o instituto virtual na COPPE, e nós contribuímos num esforço internacional e nós somos um dos que tiveram resultados corroborados por essa comparação de modelos de resultado de modelos.

O Brasil contribui muito por causa do desmatamento. E a segunda contribuição do Brasil é a criação de gado. A terceira é a energia. Então o Brasil é um País *sui generis*. Os Estados Unidos contribuem muito mais. A China também.

Então, agora essa contabilidade é um pouco vulnerável pelo GWP, *Global Warming Potential* que multiplica por um número muito alto o metano. Então a emissão de metano que é o caso da criação

de gado fica ampliada. E acho isso malicioso. Porque uma coisa é você emitir para criar gado, o gado é que emite, mas o gado é para alimento. É para leite, é para carne. Não é toda emissão que tem essa finalidade. É preciso diferenciar um pouco as atividades humanas. Mas o Brasil contribui muito. Seja longe dele ou não contribui muito. Esses números estão no site do Ministério de Ciência e Tecnologia que tem um ótimo site de mudança climática. Muito bem organizado. E sempre atualizado. Essa instituição para cuidar do clima, eu sou muito objetivo. Eu escrevi ali. É pegar aquele grupo do MCT, que está um pouco ao vento, e um torno dele dar estabilidade e crescer na medida do necessário. Para a parte científica já existe o INPE que está recebendo um grande computador agora. É preciso fortalecer o INPE, criar essa rede de pesquisa de universidade, mas existe um grupo que trabalha no MCT em condições de instabilidade institucional, até no nível de emprego. E que faz um trabalho gigantesco que é o assessoramento direto ao Itamaraty, e a gestão do MDL, a questão da interministerial de mudança climática. Houve uma iniciativa muito positiva do MMA que foi criar a Secretaria de Mudança climática no seu âmbito. É preciso fazer algo do tipo no MCT. Porque não se pode perder essa contribuição que se arraigou nesse grupo, esse conhecimento e essa presença sem nenhuma âncora institucional. A minha preocupação maior é essa. E daí da dimensão não penso numa coisa gigantesca, cheia de burocratas. Não. É uma coisa pequena. Mas que dê estabilidade institucional a um grupo que não tem nenhuma vinculação clara. Não sei se eu respondi a pergunta.

Eu achei ótima a sua idéia da taxa de reflorestamento. Vou até registrar aqui uma coisa curiosa. Antes da Rio 92, portanto, antes de ser colocado com a ênfase que foi na Rio 92 o problema do clima, o Brasil já tinha uma proposta interessantíssima de um grande geógrafo brasileiro, Prof. Aziz Ab'Saber que era o Projeto Floram, que era um projeto de reflorestamento maciço no Brasil. E o Brasil tem muita terra degradada. Eu já disse até há pouco, em Minas Gerais nós promovemos uma reunião há pouquíssimos dias e há desmatamento para a produção do carvão vegetal. Então nós temos a capacidade do Brasil de fazer uma ótima coisa virar ruim. Porque o carvão vegetal é ótimo para substituir coque. Porque o coque é a desgraça da humanidade. Primeiro que a gente importa do meio dos infernos. Ele vem atravessando todos os oceanos para chegar no Brasil. Depois ele é carvão mineral. Ele é queimado, polui o ambiente local e contribui para o efeito estufa. E o carvão vegetal de floresta plantada, não. Mas de floresta devastada, aí é um problema. É um problema de Minas Gerais. Metade do carvão vegetal vem de floresta de devastação. Agora, a idéia de plantar eu acho ótima. Perfeita. Nós devemos fazer até um incentivo educacional de plantar. Agora, vou alertar os senhores. A questão da neutralização do carbono, inclusive eu estou apoiando lá no Rio de Janeiro para o Pan que se faça isso, Estado e Município, não é fácil juntar Estado com município, mas foi juntado, está num programa de fazer isso com apoio da PETROBRAS a COPPE na retaguarda, a minha instituição. Mas é preciso ficar claro, ali é um projeto de recuperação de uma parte junto a duas reservas florestais do Rio. Da Tijuca e da Pedra Branca. E que está se deteriorando numa faixa. Portanto, replantar ali não é só replantar. É também manter a reserva, etc. Agora, quando a gente planta uma árvore e eu já plantei árvore lá em Itaipu, o Samec grande figura lá o Presidente da empresa, plantei árvore, a Dilma plantou, o Lula plantou, todos nós já plantamos. E lá, entretanto está sendo cuidada. Porque está ali bem no meio da empresa. Mas quando a gente planta árvore para compensar emissão, precisa tomar cuidado para saber se a árvore vai existir. Se eu sair de perto dela... Então eu acho que... Eu estou vendo uma porção de iniciativa desse tipo sem... Plantar uma árvore é muito fácil. Agora, fazer uma árvore crescer, todos nós que temos alguma experiência nisso sabe que o difícil não é plantar, é ela crescer e virar árvore. Aquela fase intermediária de arbusto para árvore é crítica. Até uma criança às vezes "paf", quebra tudo. Aí imagina a sociedade como um todo. Eu acho boa a sua observação sobre o problema dos padrões e da engenharia. Nós temos uma engenharia interessante no Brasil que foi um pouco posta de lado nessa fase de pouco crescimento da produção, pouca obra pública que eu acho que está sendo superada no momento, tudo indica, e a engenharia foi menos envolvida. Há um grande número de engenheiros desempregados. A produção de engenheiro foi aviltada. E eu acho que há um enorme espaço para a engenharia. Eu até batizei lá na COPPE uma palavra chamada engenharia climática, e nós estamos empenhados a alguns problemas. Há intervenções de engenharia fundamentais para... Ou prever efeitos desfavoráveis, portanto a adaptação, ou então na fase de mitigação todas as energias renováveis dependem de engenharia, de tecnologia.

A descarbonização que o Deputado Carreira coloca, eu acho realmente muito oportuno que se dê ênfase nisso, aquela idéia de reduzir emissões por unidade de produção. Algumas empresas já têm essa iniciativa. A própria PETROBRAS tem feito um esforço demonstrar medidas para reduzir de uma refinaria ou da empresa como um todo as suas emissões. Mas é preciso se tornar um padrão nacional. Que a produção industrial brasileira, ou outra produção, agrícola também, tenha

a preocupação na redução de emissões. Emissões relativas não há nenhum problema. Não estou contra o crescimento da produção. Porque eu também tenho o cuidado num País como o Brasil de miseráveis nós admitimos que podemos todos ficar como estamos. Só numa solução albanesa em que se tire de nós que estamos melhor de vida para dar para os outros. Mas se a gente não fizer isso, é preciso crescer a produção. Não é só uma questão de exportação. É também roupa, casa, tudo. A crise que o Rio de Janeiro atravessa com um problema da violência urbana. É falta de ocupação. É desesperança, é o jovem que não vê o futuro dele. E acaba tendo futuro entregue ao banditismo. Por falta de opção.

Eu acho interessante também o Deputado coloca que há diferentes posições de Ministérios O Itamaraty é muito cioso. Porque claro ele, primeiro que é a melhor burocracia brasileira. Eu acho que o Itamaraty tem uma tradição invejável que atravessou diferentes governos. E o Brasil teve uma posição coerente e progressista ao longo do tempo. E bastante ponderada, não é nenhuma... Eu acho que continua tendo. E na mudança climática criaram uma doutrina que é não assumir compromissos gratuitos enquanto Estados Unidos emite tudo que tem, etc, etc, o Brasil precisa tomar cuidado e dizer, bem, deixa comigo. Eu acho que a palavra do Senador Casagrande foi perfeita. Não podemos bancar o mocinho. Agora também não podemos e não temos nada a ver com isso. É um problema coletivo da humanidade e o Brasil está dentro desse problema. Enfim, acho que os Ministérios também refletem isso. É natural que a Ministra Marina Silva esteja mais envolvida porque é a área dela o meio ambiente. Acho corretíssimo a criação da Secretaria e tem uma posição de maior cobrança. E o que não é a mesma coisa o Ministério de Minas e Energia, que é o encarregado de energia. Não precisava fazer aqueles leilões de usinas a carvão de diesel. Isso é um exagero. Mas enfim foi entregue ao mercado e o mercado comete esses pecados horríveis como usinas de diesel e de carvão. Acho isso um descalabro. Mas de qualquer modo a gente tem que entender que a posição de um Ministério que precisa produzir energia é diferente do meio ambiente. Isso tem diferenciação mesmo.

O desmatamento zero, Deputado, eu tenho uma preocupação. Eu não sei se isso é factível. Porque desmatamento... Por exemplo, a própria Amazônia ela é uma região heterogênea. Não é... Não existe essa Amazônia. Só viajando por cima de avião que a gente pensa que tem porque só vê o cume das árvores. Elas se compensam. Quase todas têm uma altura semelhante. Mas o que está embaixo é diferente. Além do que há cerrado na Região Amazônica. Enfim, há áreas urbanizadas. Então a gente tem que zonear a Amazônia. Não fazer uma zona, como estão fazendo. Mas sim estabelecer vocações que é possível uma área fazer isso, outra área fazer aquilo, pode haver um desmatamento racional para certa coisa. E pode haver uma área que tem que ter reflorestamento. E sempre como diz o meu colega Marcos Freitas, usar a terra degradada. Se já está degradado, vamos pensar. Ou em reflorestá-la... É até um exemplo interessante, não só no Japão. Aquela floresta ali, uma parte da floresta da Tijuca do Rio de Janeiro no império foi reflorestada pelo famoso Major Archer no tempo de Pedro II e reflorestado heterogeneamente. Com a mata tropical local foi recomposta. Você nem nota a diferença. Só um especialista é que nota que há um pedaço enorme que eram fazendas de café. Se no Império fez isso, por que agora que estamos aí em situação de maior condições de fazê-lo não estamos fazendo? E o ambiente no currículo escolar eu concordo perfeitamente que o senhor aqui enfatiza isso.

O Deputado Khoury eu chamo atenção que nós estamos fazendo na Bahia uma reunião do fórum conjunto com o Fórum Bahiano Nacional sobre alternativas de planejamento enérgico. Vamos confrontar três propostas. A da EPE, que é a do Governo, Empresa de Pesquisa Energética, onde está o meu colega da COPPE Maurício Tolmasquim, a do WWF e do Greenpeace que são muito baseadas dna idéia de conservar energia, usar fontes alternativas. Eu acho que nenhuma das três está certa. Mas somando as três e dividindo por três acho que dá samba. Acho que cada uma tem sua parcela de razão. E de culpa. Bem, acho que os órgãos ambientais não têm... As ONGs ambientais não tem nesse caso nenhuma culpa.

Então, esse trabalho de agregação a gente tenta fazer com os meios... Eu não acho que o Fórum tem que ter muito meio. Aliás, eu não aceitarei ser um Secretário do fórum com muito meio. Porque aí eu vir um burocrata que vou ter que cuidar de secretária, papel... Não. Acho que o Fórum tem que ter um apoio logístico, por exemplo, para ter... Isso tem ainda restrito. Eu tenho dinheiro para a minha passagem, para o Marquinhos para ir a algum lugar à Bahia. Mas eu não tenho dinheiro para convidar 50 pessoas e fazer uma reunião por mês. Isso eu não tenho. Aí que está a diferença. Agora, fizemos em Belo Horizonte há pouquíssimos dias uma reunião com o fórum mineiro, e estamos planejando sempre fazer outras. Além... Estivemos em Goiás, estou indo direto de Brasília para Belém onde está reunido a SBPC. Não pude ir ontem porque ficava muito difícil ir ontem, voltar e ir de novo. Foi um colega meu para discutir questões de mudanças climáticas.

Bem, então esse trabalho de agregação faz. O Deputado Rocha. A conversa com o Lula, Deputado, isso não é problema. Há pouco tempo veio aqui o Presidente, ex-Presidente Lago do Chile, e o Presidente me convidou, tivemos uma oportunidade muito boa de conversar sobre a mudança climática, com o Presidente Lago, com o Presidente da República, com a Ministra Marina e depois se fez um Grupo de Trabalho coordenado pelo Marco Aurélio Garcia com o Itamaraty, com o MCT, e eu participei lá junto ao gabinete do Presidente. Ainda pouco antes tinha feito uma reunião com o Presidente para o filme do Al Gore que nós vimos junto com a Marina Silva, que é um filme ótimo, em grande parte, com alguns exageros em pequena parte.

Então, a conversa com o Presidente Lula existe. O que falta é uma agenda do Presidente para reuniões com o fórum. Como o Presidente está sempre apagando incêndio de última hora que tem que fazer, então isso que eu tenho colocado. É preciso uma agenda, não para comigo. Existe, porque é mais fácil me chamar no Palácio que eu pego o avião e vou lá. Agora que eu não posso chamar 30, 50 pessoas de hoje para amanhã. Então era preciso essa agenda e isso é mais difícil. Essa é a questão.

Parlamento global de mudança climática eu achei uma idéia original. Eu não sei na estrutura da ONU como cabe. Porque já há Assembléia Geral da ONU geral para tudo. E há organismos específicos tantos. O próprio IPCC tem uma relação com a ONU. A Convenção do Clima é da ONU e tem uma secretaria mantida pela ONU para a Convenção do Clima. Agora, eu acho interessante, eu não sei como alguma coisa que desse esse caráter político. Porque acho meio falso esse caráter ultracientífico disso. Há um lado científico de saber o que acontece na atmosfera. Mas o Deputado Ferro já colocou, quando a gente vai para um modelo de qual vai ser o cenário de consumo de energia, de emissão, já começamos a botar uma poção de pitadas de vontades, de desejos, de privilégios, de poder.

Então, não há modelo isento. Então eu acho que essa discussão política internacional seria interessante. Eu não sei se essa forma. E eu não conheço essa organização. Mas ligado ao Itamaraty. E também aqui o marco legal da Comissão. Eu lembro que o então Deputado Ronaldo Vasconcelos, hoje Vice-Prefeito de Belo Horizonte, tinha elaborado e eu conversei muito com ele naquele tempo sobre isso. Eu não era Secretário do fórum nem era membro do Governo que eu fui durante algum tempo da ELETROBRAS, mas como professor da universidade já tínhamos discutido isso. Aliás, eu iria depois de amanhã Belo Horizonte numa reunião com o fórum mineiro, organizada junto com a Prefeitura, mas infelizmente as minhas obrigações que acabei de assumir a Diretoria da COPPE me impedem. Eu já estou saindo muitos dias dessa semana e não posso me ausentar muitos dias seguidos da instituição da qual sou diretor. Vou à Alemanha semana que vem por razões profissionais também. Mas acho que esse marco legal já tinha aquela iniciativa do Ronaldo Vasconcelos e eu tenho a cópia do documento elaborado para a Comissão.

Acho que deve ser uma lei enxuta, cuidadosa para não criar regras que depois não são aplicadas. E sim orientações e que tenha um grau de flexibilidade, mas pode colocar alguns pontos como essa questão de redução do desmatamento. Eu não tenho idéia de chegar ao desmatamento zero. Como eu disse, porque pode haver necessidade de fazer um desmatamento e vai virar ilegal. Fazendo uma brincadeira, supunha que precisa de um hospital num lugar. Aí... é igual acontece aqui no Rio. Os caras vão, desmatam tudo, não acontece nada. Você está na sua casa e tem uma árvore querendo cair em cima da casa, você corta ela e vai preso. Chega logo o fiscal. “Cadê a árvore daí?” “Mas meu Deus, ia cair aqui”. “Não pode”. Agora tem outros que estão desmatando ali do lado e não acontece nada. Então eu acho que deve haver o reforço da lei e o cuidado de ter uma lei flexível. O impacto da mudança no emprego eu achei uma sugestão muito curiosa do Temisto da CUT que foi a única vez que eu ouvi isso. E acho fundamental e tem tudo a ver com a nossa condição de País pobre. O homem faz parte do meio ambiente. Não é só o mico-leão-dourado. Às vezes o mico-leão-dourado me irrita. Porque fala-se mais do mico-leão-dourado do que aquelas crianças que vivem naquelas valas negras, o meio ambiente pior que existe é da periferia urbana pobre, miserável. As pessoas vivem amontoadas. Isso é meio ambiente. Como de uma fábrica poluída por algum produto químico que os operários respiram. Isso é meio ambiente. Quer dizer, o meio ambiente tem que ter um conceito muito mais geral do que árvore e periquito. Com todo respeito aos periquitos e árvores que nos dão sombra e produzem oxigênio e absorvem CO2 no seu ciclo. Mas é preciso olhar as pessoas. Então achei curioso e coloquei no documento entregue ao Presidente da República a questão do emprego. Agora, é uma preocupação. Não se sabe como fazer isso. Não há uma fórmula mágica. Mas há um item a ser considerado pelo Governo.

Questão da educação. Acho fundamental a inclusão desse item na educação. O Deputado Barbosa, a inversão da preocupação ambiental quando vai da União para os Municípios. Ela é muito mais da União e menos do Município. E do desenvolvimento é ao contrário. É mais do Município do que da União.

Ou seja, o Município pede coisas. E eu acho que tem que pedir mesmo. Eu repito o que eu acabei de falar. Nós não podemos abandonar a prioridade de tornar a nossa população digna. Nós somos uma das elites mais perversas do mundo, dizia lá o Darcy Ribeiro, ex-Senador dessa Casa. Onde não é uma questão de capitalismo e socialismo, mas as elites dos países desenvolvidos, conseguiram contribuir para o progresso material de suas populações. Nós somos aqui um País campão da igualdade. Então nós temos de crescer. Não há como, agora discutir o crescimento como disse o Senador Casagrande que crescimento a gente quer. Se é produzir muito soja, se é produzir monocultura, enfim, isso sim. Nós temos que dar condições de vida a essa população. E, portanto, a preocupação com o desenvolvimento tem que ser conciliada com o do meio ambiente consciente, que se nós tivermos um mundo catastrófico, com tempestades horríveis, aumento do nível do mar, degelo, nós estamos deixando um mundo terrível para nossos filhos e nossos netos e não queremos isso.

O Senador Arruda coloca novamente a questão do desenvolvimento e que a produção de energia é necessária, mas eu acho que é preciso realmente redirecioná-la, fugindo dos combustíveis fósseis. É difícil abandoná-los de um dia pro outro, até também por outros fatores. Os combustíveis fósseis estão se tornando escassos e caros. É o caso do petróleo. E também do gás. O carvão ainda escapa porque ele é abundante. Tem muito mais carvão do que petróleo em termos energéticos no mundo. Mas é o pior deles. A não ser que novas tecnologias permitam, por exemplo, o seqüestro de CO2 do carvão ele é ruim para a mudança climática. Energia eólica, o PROINFA é um exemplo. Conseguiu-se cerca de um gigawatt de energia eólica além de iniciativas pontuais. Tem a da PETROBRAS no Rio Grande do Norte, existem uma empresa espanhola... E até fábricas de geradores eólicos já existem instaladas no Brasil. Mas acho que... O problema é que ela é muito cara. Essa que é a questão. Apareceu no PROINFA isso. Agora, cá entre nós, ao preço de Angra 3, é curioso que esse preço de Angra 3 sumiu. Ninguém fala. Os nossos economistas neoliberais tão ciosos dos custos sumiram. Não falam disso. Façam uma conta: Sete bilhões de reais, dividido por três, dá 3,5 bilhões de reais. Soma com 800 milhões já gastos de equipamentos. De dólares. Perdão. 3,5 bilhões de dólares, mais 800 divide por 1.300 megawatts, vão chegar a um investimento de 3.300 dólares por quilowatt. Isso é altíssimo.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eólica sai por menos da metade do preço. Nesses termos aí. Porque não contabiliza. É igual ao gasoduto. O preço do gás está bem baratinho, mas parece que não incorpora o gasoduto.

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: A eólica é cara. Mas estou dizendo que o nuclear está muito caro. E eu acho que devia ser discutido. Eu não veto o nuclear, não. Acho que tem que se justificar. Só isso. O nuclear porque é nuclear é bonito. Não. É nuclear porque ele é viável. Acho que esse custo está muito elevado. Nós estamos indo no caminho de Angra 2 que foi um reator caríssimo com a Alemanha.

Então solar, podia ter popularização do seu uso para coletores de aquecimento doméstico se houvesse uma política industrial para isso. Para barateá-lo, porque também é caro.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Você viu que teve uma lei em São Paulo, Municípios introduziram uma Legislação que vão impor as novas construções que passe com painéis solares para aquecimento de água.

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: O Carlos Minque no Rio de Janeiro, eu não sei se estou cometendo uma inconfidência, que cabe a ele, está há muito tempo trabalhando nessa iniciativa. Então o solar não é para gerar energia elétrica. O solar para gerar energia com células é muito caro, mas para aquecer água não. Só falta uma política para isso. Hidrogênio tem que ser produzido de alguma forma de energia. Aqui no Brasil pode ser da hidrólise da água vertida quando não existe demanda e os reservatórios estão cheios lá na beira da chamada volume de espera que é o nível máximo. Aí você verte água. Aquilo poderia ser usado para produzir hidrogênio. Isso foi pensado há muitos anos, mas não sei de custos. Outra maneira de produzir hidrogênio é a reforma de combustíveis. Aí você vai usar gás natural, ou álcool, gasolina e ao que se pensa fazer pilhas a combustível. Na COPPE nós temos um projeto de ônibus a hidrogênio que queremos inaugurar esse ano. Inaugurar quer dizer fazê-lo funcionar. Apoiado pela PETROBRAS. E uma célula brasileira. Porque não é importar bugiganga moderninha não porque depois a gente fica dependendo de importação o tempo todo e isso é caro. Biomassa é óbvio. Bagaço de cana, se houver crescimento de produção de álcool, como tudo indica, é um ótimo energético. Agora, os usineiros precisam botar a mão no bolso e fazer o investimento. Acho que no Brasil fica tudo quanto é empresário olhando para o Estado. Acho que é preciso investir. Melhorar a eficiência das plantas e entrar nos leilões. O último leilão de energia alternativa que a EPE fez foi uma vergonha o resultado. Foi 180 megawatts. Não se apresentaram os candidatos. 130?

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: É muito pouco, é nada no Brasil isso. Eu acho que o bagaço tem que

ser usado. O álcool tem o subproduto bagaço que é muito bom.

O Senador Casagrande eu agradeço suas considerações e de fato eu acho que aqui nós estamos tendo um marco. Nós combinamos isso mesmo, para colocar. Nós já falamos disso em algumas reuniões, universidades, etc, seminários quase sempre pela metade, porque não somos chamados para apresentar um plano, e sim para falar sobre mudança climática de modo geral. Mas acho que aqui nós temos essa oportunidade de apresentar perante o legislativo o plano do início ao fim. E deixá-lo aqui mais uma vez, o Marcos tem lá uma cópia, mas já deixamos com o Presidente e o Relator.

Ótimo colocar no site para consulta pública. Eu não sei o Marcos tinha me dito, tem algum erro na produção das nossas transparências. Acho que precisa fazer uma revisão de português talvez ou de arrumação. Mas mesmo com o erro deve botar no site senão se corrigir logo o erro.

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: O site vem logo um cara e esculhamba aquilo tudo, diz que está tudo errado, não fala nem português direito. Estou acostumado. Mas tem que colocar no site para consulta pública. E acho que o Brasil deve cobrar dos países desenvolvidos, como o Senador disse, e ao mesmo tempo dar exemplos. Eu repito: Não é verdade que se a gente parar de desmatar, não tirar mais nenhum galho da Amazônia, a Amazônia vai ser preservada. Não é. Se todos os países ricos continuarem emitindo CO2 na proporção que emite, e mais a China crescendo sua emissão, o efeito estufa vai destruir a floresta. A floresta é vítima. Repare bem. Nós devemos parar de desmatar por várias razões, inclusive porque a gente também contribui para o efeito estufa. Mas se a gente parar de desmatar e o mundo continuar a gastar energia desvairadamente, eles vão destruir a floresta. Então é um discurso errado, internacional. Nós devemos dizer: Estamos sendo destruídos. E estamos destruindo juntos. Mas se a gente parar nossa destruição, não salva o mundo. E aí é um problema realmente internacional. Qualificar o desenvolvimento já comentei que eu acho perfeitamente correto, mas temos que desenvolver. O Brasil não pode parar. Porque somos um País muito pobre e de grande desigualdade e só se muda essa desigualdade aumentando as condições materiais. Agora, eu não vejo uma boa política monoculturas. Eu tenho medo. Porque a gente já passou no Brasil pelo ciclo da borracha que não era uma monocultura, era uma coleta, mas de qualquer modo foi próspero, no norte, algodão, café, e agora estamos com soja que vai se esgotar. E mesmo o da cana, já houve no passado, pelo açúcar, e agora volta com o álcool. Acho que a gente tem ser prudente sempre nessa história. E qualificar o desenvolvimento que sirva para todos os brasileiros e não para um pedaço do País. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Deputado Fernando Ferro para fazer uma consideração rápida.

DEPUTADO FERNANDO FERRO (PT-PE): Duas últimas questões. A primeira, em termos de contribuição, atividade vulcânica, ela está sendo computada em que nível ela estaria para esse processo?

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: Ela ajuda. Ela é amiga. A atividade vulcânica ela emite particulados para a atmosfera e fumaça. É como os aerossóis. Os aerossóis emitidos por várias razões, até no caso da queima da cana emite aerossol. A queima da cana para o corte quando ele é manual ela não é um problema de efeito estufa. Porque a cana cresce e absorve o CO2 de volta. Mas sim um problema de poluição local porque produz aerossóis que não tem bom efeito na saúde de quem respira. Mas em camadas mais altas da atmosfera, o aerossol obstrui a entrada da luz solar. E nos cálculos do IPCC os aerossóis que são malvados por outras razões, são considerados como positivos para o efeito estufa. Porque diminui a entrada do sol. Aliás, há um projeto de geoengenharia de... Com alguma forma de aviões voando em altas altitudes jogar aerossol na atmosfera para fazer uma blindagem de entrada do sol. Reduzindo. Então o vulcão faz esse papel. O vulcão ele deixa uma poeira, uma fumaça, se ele for grande ela atenua a entrada da energia solar.

DEPUTADO FERNANDO FERRO (PT-PE): Outra preocupação é que nós estamos diante de um debate sob a eminência do crescimento de risco de déficit de energia e do apagão. De certa maneira nós já somos... Já temos experiência nisso porque o apagão nós estamos tendo mais tempo. Eu até estava ironizando hoje. Nós estamos em 2007. E os tucanos, principalmente uma tucanada aí está muito eufórica com a possibilidade de outro apagão. Quatro anos antes. Isso não deixa de ser um bom alerta. Que eu me lembro que em 2000 a gente alertou que viria o apagão. Com um ano antes. Talvez não deu tempo. Mas como eles estão nos ajudando já criando o apagão agora, certamente temos que agradecer. Mas acho que há certos exageros. Isso tem a ver inclusive com a política de mudança climática que nós estamos diante da necessidade de energia e como implantar essa energia combinando essa situação que nós estamos diante de uma possibilidade de aumento de risco e de fato existe se não forem tomadas certas ações, certas medidas, nós temos o risco. Agora, felizmente estamos com quatro a cinco anos de preparação. Quer dizer, ou seja, o *know-how* tucano de apagão está nos ajudando.

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: Eu acho que esse assunto é tão grande, que eu tenho medo de entrar nele e a gente demorar muito aqui. Eu considero problemática essa questão e de certo modo conflita com a mudança climática porque para falar a verdade, o que tem de mais urgente aí à mão é o gás natural liquefeito para as usinas que não estão com o contrato de gás que é um combustível fóssil. Ou bagaço de cana também. Carvão mineral demora a fazer as usinas. Porque em geral são grandes. As usinas de gás são menores.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Prof. Pinguelli, eu quero agradecer a presença de V.Sª, eu quero colocar rapidamente em votação o Requerimento nº. 33 do Senador Renato Casagrande em que solicita que seja realizada Audiência Pública para debater o Programa Antártico Brasileiro dentre os debatedores com a Drª. Tânia Brito Secretária de Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente. Em discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que queiram aprovar, permaneçam como estão. Srs. Senadores. Aprovado. Deputado Fernando Ferro está se valendo do fato de ter sido Relator do modelo de setor elétrico, e tem absolvido um grande número de Emendas da nossa autoria, mas ele sabe, eu era o maior opositor do Governo do setor energético e agora estou em quinto lugar. Os quatro primeiros são do Governo. IBAMA, Ministério do Meio Ambiente...

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente Sessão, convocando outra para o momento oportuno, já que não há data específica e na próxima semana a Comissão estará em audiência externa. Está encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 16h55.

COMISSÃO MISTA ESPECIAL "MUDANÇAS CLIMÁTICAS"

ATA DA 20ª REUNIÃO – Realizada em 16/08/2007

Ata Circunstanciada da 20ª Reunião de 2007, da Comissão Mista Especial "MUDANÇAS CLIMÁTICAS", criada pelo Ato nº. 01, de 2007, "destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil", realizada em 16 de agosto de 2007, quinta-feira, às 10h23, na Sala nº 09 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada à apreciação de Requerimentos e atualização da Agenda da Comissão. Foram aprovados os seguintes requerimentos: ***Requerimento nº 34***, de autoria da Dep. Rebecca Garcia, em que solicita que seja realizada audiência pública com a presença do Sr. Virgilio Viana (Secretario de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentavel), Sra. Telma Krug (Pesquisadora do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE e instituto interamericano de Pesquisa em mudanças Globais), o Sr. Luiz Alberto Figueiredo Machado (Diretor do Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais do Ministério das Relações Exteriores – DEMA/MRE) e o Sr. Paulo Roberto de Souza Moutinho (Coordenador do Programa de Mudanças Climaticas do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazonia – IPAM); ***Requerimento nº 35***, de autoria do Dep. Rodrigo Rollemberg, em que solicita que seja realizada audiência pública para Discutir causas e consequencias do aquecimento global relacionadas ao bioma Cerrado; votado em conjunto ao ***Requerimento nº 37***, de autoria do Dep. Rodrigo Rollemberg, em que solicita a promoção de seminário sobre otemas relativos ao bioma cerrado, no dia 13 de setembro, das 9h às 18h; ***Requerimento nº 36***, de autoria do Dep. Eduardo Gomes, em que solicita que seja Designado um representante da Comissão para participar do evento "NEGOCIOS AMBIENTAIS SUSTENTAVEIS 2007", a ser realizado de 29 de agosto à 1 de setembro de 2007, no Exportrade, em Curitiba – PR; ***Requerimento nº 38***, de autoria do Dep. Eduardo Gomes, em que solicita que sejam convidadas a prestarem apoio à esta comissão a Fundação Mata Atlântica e a instituição Cantor Co2e.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Deputado **Eduardo Gomes** (PSDB-TO) **–** Presidente
Senador **Renato Casagrande** (PSB-ES) – Relator
Senador **Cícero Lucena** (PSDB/PB)
Senador **Arthur Virgílio** (PSDB-AM)
Senador **Eduardo Azeredo** (PSDB-MG)
Senador **Delcídio Amaral** (PT-AC)
Senador **Inácio Arruda** (PCdoB-CE)
Senador **Flexa Ribeiro** (PSDB-PA)
Deputado **Dr. Adilson Soares** (PR-RJ)
Deputado **Fernando Ferro** (Bloco PT-PE)
Deputado **Iran Barbosa** (Bloco PT-SE)
Deputado **Augusto Carvalho** (PPS-DF)
Deputado **Luiz Carreira** (PFL-BA)
Deputado **Rodrigo Rollemberg** (Bloco PSB-DF)
Deputado **Sebastião Bala Rocha** (PDT-AP)
Deputado **Sarney Filho** (PV-MA)
Deputado **Fernando Gabeira** (PV-RJ) – Suplente
Deputado **Rocha Loures** (Bloco PMDB-PR) – Suplente
Deputado **Eduardo Gomes,** Presidente

COMISSÃO MISTA ESPECIAL DE "MUDANÇAS CLIMÁTICAS

20ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA ESPECIAL, CRIADA PELO ATO Nº 01, DE 2007, "DESTINADA

A ACOMPANHAR, MONITORAR E FISCALIZAR AS AÇÕES REFERENTES ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO BRASIL".

REALIZADA NO DIA 16 DE AGOSTO DE 2007, ÀS 10 HORAS E 23 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Havendo número regimental declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão Mista Especial, criada através do Ato Conjunto nº. 001/2007 do Congresso Nacional destinado a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil.

Esclareço que a pauta dessa reunião administrativa destina-se à apreciação e a votação de requerimentos da atualização da agenda. A Ata da reunião passada encontra-se sobre a Mesa e a coloco em votação propondo, porém, a dispensa da sua leitura. Os Parlamentares que concordarem permaneçam como estão. Aprovado.

Passo a palavra ao Sr. Relator informando que a Comissão Mista fez recentemente e encontra-se registrado na Secretaria-Geral da Mesa do Senado e da Câmara dos Deputados Relatório acerca da missão oficial que representou esta Comissão a cidade de Londres, na Inglaterra, onde a Comissão teve a oportunidade, Sr. Relator, de dentre outras audiências comparecer ao DEFRA, Departamento de Agricultura e Meio Ambiente do Reino Unido, a Câmara dos Comuns onde está sendo analisada agora a Lei Nacional de Mudanças Climáticas, e o encontro que nós consideramos histórico dado a dificuldade de agenda e a tentativa de sucessivas entidades no Brasil de manter esse contato, mas foi dada a esta Comissão a oportunidade de uma audiência com o professor Economista Nicholas Stern. Uma audiência proveitosa e também uma visita ao Lorde Mayor que concentra o cargo que concentra relação com os investidores do Reino Unido. Ensejou também essa visita o convite e a confirmação do convite da visita do Lorde Mayor a cidade de Brasília, no nosso seminário internacional que será no dia 28 ao dia 30.

Também informo ao Relator que o relatório parcial encontra-se já editado e publicado à disposição das instituições que acompanham o trabalho dessa Comissão, Organizações Não-Governamentais, os institutos, o Poder Executivo, o Poder Legislativo... Então entendemos que a Comissão tem cumprido a sua agenda e entra agora numa fase objetiva de composição e aprovação das suas audiências, dos seus relatórios.

Portanto nesse momento passo a palavra ao Sr. Relator para que eu possa entrar também já de imediato na Ordem do Dia. Com a palavra o Sr. Relator, Senador Renato Casagrande. Por solicitação do Sr. Relator, passo então à apreciação dos requerimentos.

Coloco em votação o Requerimento 034 de autoria da Deputada Rebecca Garcia que solicita que seja realizada Audiência Pública com a presença do Sr. Virgílio Viana, Secretário do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Srª. Telma Krug, pesquisadora do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, INPE, e o instituto Interamericano de Mudanças Globais, e o Sr. Luiz Alberto Figueiredo Machado Diretor de Departamento de Meio ambiente e temas especiais do Ministério das Relações Exteriores e o Sr. Paulo Roberto Souza Moutinho, coordenador do Programa de Mudanças Climáticas do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, IPAM. No dia de hoje a Deputada Rebecca encontra-se representando a Comissão no encontro da cidade de Manaus.

Em discussão. Em votação. Os Srs. Parlamentares que estejam de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

Coloco em votação o Requerimento nº. 35, que é de autoria do Deputado Rodrigo Rollemberg que solicita que seja realizada Audiência Pública para discutir as causas e conseqüências do aquecimento global relacionadas ao bioma cerrado. Essa audiência foi solicitada por uma série de entidades que querem aproveitar o ensejo do Dia Nacional do Cerrado no próximo mês de setembro para a discussão desta Comissão, já que é uma atenção especial a todos os biomas, as audiências estão marcadas, mas essa solicitação é pertinente. Portanto coloco em discussão.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Para discutir, Senador Cícero Lucena, com a palavra.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, na pauta de hoje entre outros requerimentos também do Deputado Rodrigo Rollemberg, ele solicita a promoção de um seminário sobre o tema relativo ao bioma do cerrado no dia 13 de setembro de 9h às 18h. Eu pergunto se não seria uma duplicidade ou se esse Requerimento que está sendo proposto dessa Audiência Pública não poderia esse tema ser discutido em conjunto no seminário? Acho que nós aprovaríamos o seminário e com isso contemplaria essa Audiência Pública, desde que a pessoa convidada participe também do seminário.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Eu vou acatar a sugestão do Senador e apensar o Requerimento nº. 37 ao Requerimento nº. 35. Encerrando a discussão, colocando em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Passamos agora à análise do Requerimento nº. 36, da autoria do Deputado Eduardo Gomes que solicita que seja designado um representante da Comissão para participar dos eventos Negócios Ambientais Sustentáveis de 2007 a ser realizado no dia 29 de agosto a 1º de setembro de 2007, na Expo Trade em Curitiba, no Paraná. Essa solicitação de Requerimento é necessária, mesmo já havendo mantido contato com o Deputado Rocha Loures, e a Comissão tem agido dessa forma. Os eventos que estão sendo submetidos a essa Comissão e são realizados em Estados de membros que compõem essa Comissão, a Presidência decidiu designar o Parlamentar daquele Estado para representar a Comissão para que ela esteja presente em todos esses eventos colocando as idéias da Comissão.

Em discussão. Os Srs. Parlamentares que concordarem permaneçam como estão. Aprovado.

Passamos agora ao último Requerimento de nº. 38 de autoria do Deputado Eduardo Gomes também que solicita que sejam convidados a prestarem apoio a esta Comissão a Fundação Mata Atlântica, SOS Mata Atlântica e a Instituição Canto CO2. Nós estamos fazendo algumas solicitações de apoio dessas instituições que já têm colaborado, o IPAM, a SOS Mata Atlântica, Grennpeace... Na verdade a Comissão, pela característica de ser Comissão Mista Temporária ainda requer desse tipo de tramitação regimental para que esse apoio seja identificado e que seja de conhecimento público, tanto para as entidades que têm que prestar conta das suas atividades, como essa Comissão precisa deixar claro que não detêm nem orçamento próprio nem condições estruturais para desenvolver os trabalhos que necessita. Com a palavra o Deputado Luiz Carreira.

DEPUTADO LUIZ CARREIRA (DEM-BA): Sr. Presidente, acho essa iniciativa extremamente positiva porque ela vem dando certo, inclusive em outras atividades aqui já do Congresso Nacional. Por exemplo, o apoio que tem prestado as ONGs ambientalistas à Frente Parlamentar Ambientalista caso, por exemplo, a SOS Mata Atlântica tem dado apoio operacional, logística, tem facilitado muito inclusive a mobilização de diversos agentes envolvidos nessas questões que são discutidas, de forma que tornar mais produtiva inclusive as reuniões que são feitas. Nós tivemos... o Deputado Loures sabe muito bem aqui, está conosco, que as iniciativas do pacto, por exemplo, do CEBES(F) e de outros momentos importantes que nós tivemos na Frente Parlamentar Ambientalista exatamente porque contamos com o forte apoio lá do WWF, do SOS Mata Atlântica, da TNC, enfim, diversas entidades que hoje tem respeitabilidade mundial até, nacional como mundial, portanto vem prestando relevantes serviços. Até porque eu creio que essas entidades atingiram um estágio de maturidade extremamente importante, passando de uma fase... Talvez caracterizar em três fases, fase inicial que é da denúncia, há uma segunda fase que foi da institucionalização do processo da legislação ambiental, e agora muito mais numa fase de parcerias de resultado. Parcerias com o objetivo de contribuir para que possamos avançar nas diversas questões. Por isso nós somos extremamente favoráveis a esse apoio da SOS Mata Atlântica que é uma entidade de credibilidade que já vem prestando relevante serviço a essa Casa e ao Brasil, evidentemente, sobretudo com questões relativas à preservação da nossa Mata Atlântica. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Parlamentares que concordarem permaneçam como estão. Aprovado.

Eu gostaria de antes passar a palavra ao Relator, informar também à Comissão que a Assessoria da Comissão passa a partir de hoje a informar os Srs. Parlamentares sobre as confirmações e os desdobramentos do seminário Aquecimento Global e Responsabilidade do Poder Legislativo no Estabelecimento de Práticas Ambientais Inovadoras que ocorrerá do dia 28 ao dia 30, no Auditório Nereu Ramos na anexo 2 da Câmara dos Deputados. Reafirmando que nesse seminário já a presença confirmada do Presidente da Câmara, do Presidente do Senado, do Embaixador, do Chanceler Celso Amorim, da Ministra Marina Silva, do Ministro Sérgio Resende, e esse seminário é uma realização das Comissões de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, com as presenças dos membros da Comissão, do Relator, Senador Renato Casagrande, Deputados que presidem Subcomissões na Câmara, nas diversas comissões permanentes, a Comissão da Amazônia presidida pela Deputada Vanessa Grazziotin, a Comissão de Meio Ambiente do Senado, presidida pelo Senador Leomar Quintanilha, a Subcomissão de Resíduos presidida pelo Senador Cícero Lucena, a Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados, presidida pelo Deputado Júlio Semeghini, a Comissão de Relações Exteriores do Senado presidida pelo Senador Heráclito Fortes, a de Relações Exteriores da Câmara presidida pelo Deputado Vieira Cunha e de Ciência e Tecnologia do Senado presidida pelo Senador Wellington Salgado. E com diversas entidades que já confirmaram a participação. O cientista Carlos Nobre, o pesquisador Eduardo Assad, o

Dr. José Miguez do Ministério de Ciência e Tecnologia, o Prof. Luiz Pinguelli Rosa, Luiz Gilvan Meira Filho, Pesquisador do IAA, o ecologista Fábio Feldman, Philipp Martin Fesaid(F), Antônio Divino Moura, do INET, o Prof. José Goldberg, Ricardo Young Presidente do Instituto Ethos, Everton Vieira Vargas, Sub-Secretário Geral de Políticas do Ministério das Relações Exteriores, Rubens Born, coordenador do grupo de trabalho sobre o clima, Embaixador Celso Lafer, Nilton Parciarnik, Diretor do Inventário Nacional de Gases e Efeito Estufa do Ministério de Ciência e Tecnologia, Guilherme Magalhães Facundes, o ecologista Divaldo Resende, Diretor do Instituto Ecológico, Parlamentares com presença já confirmada no Parlamento da Alemanha, da Inglaterra, da África do Sul, do Uruguai, do Canadá e do Japão. Esses Parlamentares têm o apoio das embaixadas dos respectivos países para o comparecimento a este evento. Já que o Senado e a Câmara realizam juntos esse seminário e esses parlamentos também estão cooperando. O Economista Nicholas Stern que foi convidado mandará um especialista da sua equipe em economia e os efeitos do aquecimento global da economia mundial, Ronaldo Seroa da Mota do IPEA, [ininteligível] do PNUMA... Bom, Senadores e Deputados, mais algumas entidades que solicitaram participação no evento, como a FIESP e o Governador do Amazonas, Eduardo Braga. Portanto há uma expectativa muito grande de êxito deste seminário internacional que estava programado desde o início dos debates dessa Comissão.

Eu passo nesse momento a palavra ao Senador Renato Casagrande, Relator desta Comissão.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Presidente Eduardo Gomes. Srs. Senadores, Srs. Deputados, chegou conosco aqui também o nosso Senador Inácio Arruda, e primeiro dizer que este seminário, acho que é um seminário que todos nós temos que nos envolver, porque ele será um seminário importante para o Congresso Nacional, e teremos presenças de lideranças de outros países participando e contribuindo com as suas experiências. Então o que nós podermos nos agendar para que a gente possa participar vai ser importante.

E a segunda questão, Sr. Presidente, parabenizar pela ida e pelo resultado da viagem a Londres, nos contatos feitos com os cientistas, economistas Nicholas Stern, e com o Parlamento da Inglaterra. Do Reino Unido, o trabalho que vocês fizeram é um trabalho importante. Eu não pude ir, mas o resultado que vocês apresentam é um resultado importante.

Terceiro é que nós teremos no final de outubro uma apresentação de um outro Relatório parcial. E vou naturalmente trabalhar o Relatório como proposta para essa Comissão agora no mês de setembro. Espero concluir o Relatório do caso Renan Calheiros agora até final de agosto para que em setembro eu me dedique a um Relatório mais agradável, que é o Relatório sobre Mudanças Climáticas. O tema não é tão agradável, Senador Cícero Lucena, mas o trabalho sobre Mudanças Climáticas é mais agradável do que o trabalho de investigação de um colega aqui do Parlamento.

Então, queria só dar essas informações e já pedindo aí a contribuição e a colaboração de sugestões para que o Relatório possa ser elaborado agora durante o mês de setembro e em outubro nós fazemos o debate sobre o segundo Relatório que nós teremos apresentado aqui à Comissão. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Com a palavra o Deputado Luiz Carreira e em seguida o Senador Cícero Lucena.

DEPUTADO LUIZ CARREIRA (DEM-BA): Sr. Presidente, Sr. Relator, eu queria mais fazer uma sugestão ao Relator, Senador Casagrande, que a gente pudesse solicitar uma revisão de alguns dos textos, porque existem algumas imprecisões inclusive em algumas falas que ficam um pouco sem sentido. Face talvez aí a ausência de uma revisão. Exemplo quando a gente faz algumas intervenções, na página a partir da... Digamos, da página 95. Só para que no próximo Relatório a gente possa fazer essas correções adequadamente de forma que não fique depois registrado nos anais aí às vezes que o Deputado está fazendo referência a algumas... Algumas considerações que não ficam muito claras com relação ao que foi dito. Mas são pequenas correções, às vezes uma vírgula, às vezes uma preposição, enfim, algumas coisas que estão faltando no texto que nós poderíamos fazer as correções.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): É porque a transcrição acaba sendo diferente daquilo que a gente fala. Porque na hora da fala você tem...

DEPUTADO LUIZ CARREIRA (DEM-BA): Exatamente. Talvez na observação, até pela leitura do texto da para a gente, até nós mesmo podemos fazer. Não tem nenhum problema. Pode enviar. Só que para o próximo Relatório, como isso fica registrado na Casa—

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Tá certo. Muito obrigado.

DEPUTADO LUIZ CARREIRA (DEM-BA): --normalmente ficam certas imprecisões. Apenas para efeito de colaboração que estou fazendo essa sugestão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Queria passar a palavra ao Senador Cícero Lucena, e convidar o Deputado Luiz Carreira para assumir aqui a Relatoria. O Relator tem que sair um pouco.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu já vou ter que me... Estão me esperando lá na Comissão. Então... Vai encerrar?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): O meu será bastante rápido. Presidente, me permite, eu acho que a iniciativa do Deputado Rodrigo Rollemberg do seminário sobre o bioma do cerrado pela sua importância do que representa a questão do aquecimento global, das mudanças climáticas, eu gostaria de fazer uma sugestão, aí não só puxando para a minha região, mas para que essa Comissão aprofunde um pouco mais para que a gente fizesse alguns seminários tratando das nossas regiões e eu sugiro após o seminário do cerrado que seja feito a do semi-árido nordestino que eu tenho certeza contarei com o apoio e a solidariedade do Senador Inácio Arruda para que a gente possa, e os demais Parlamentares, para que a gente também possa levar aquela população os problemas, os efeitos que eventualmente a mudança climática possa trazer para uma região que já é tão sofrida em relação a isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Informo Senador que é pertinente a sua manifestação e nós vamos encaixar na programação porque há também já solicitação do Senador Inácio Arruda Audiência Pública da caatinga, mas há também alguns eventos que estão tendo a sua data transferida. Então nós vamos levar em consideração. Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, meu caro Relator Renato Casagrande, nós fizemos um... Propus um Requerimento e foi acatado pela Comissão de Meio Ambiente do Senado de que a Comissão de Meio Ambiente do Senado fizesse uma solicitação à Presidência do Senado, à Mesa, para que o Senado estivesse representado na conferência internacional, a conferência das partes sobre a convenção de combate à desertificação. Essa convenção é sediada em Bohn, na Alemanha, a conferência ela circula pelo mundo, já tivemos a conferência aqui no Brasil em Recife, já tivemos em Montevidéu, já tivemos na Alemanha, em vários países, e a conferência este ano se dará na cidade de Madri, na Espanha. Eu considero que é importante que a Comissão que trata da questão mais especificamente no Congresso Nacional, ela esteja representada, mas para isso precisaríamos provocar também a Câmara dos Deputados. Nós fizemos através da Comissão de Meio Ambiente, não foi pedido de um Parlamentar, é um pedido da Comissão para que o Senado esteja representado. E acho que a representação mais adequada no momento são daquelas pessoas que estão compondo a Comissão que está tratando a Comissão Mista que está tratando do assunto de forma mais específica no Brasil. Era essa a comunicação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Eu solicito a Assessoria da Comissão que providencie esses contatos e está acatada a sugestão do Senador Inácio Arruda. Passo a palavra ao Deputado Rocha Loures.

DEPUTADO ROCHA LOURES (PMDB-PR): Presidente Eduardo Gomes, para deixar dois registros. O primeiro que hoje pela manhã estivemos reunidos parte dos membros que estiveram na visita a Londres, a visita ao Governo do Reino Unido com o Embaixador britânico, ontem ele nos informou, Sr. Presidente, acho importante registrar, da qualidade da visita e da boa acolhida que tivemos e da repercussão positiva desta visita e em nome do seu governo revelando não apenas a qualidade do encontro, mas também a importância que lá teve a nossa visita e que agora será retribuída pela visita de Lorde Mayor aqui ao Brasil no dia 30 de agosto.

Portanto, parabéns a V.Exª pela condução dos trabalhos, assim como aos membros que participaram desta importante visita para esta Comissão e para o tema no Brasil. E em segundo lugar, a título também do encaminhamento que o nosso Relator Senador Renato Casagrande fez, há, e eu farei isso na condição de coordenador do Grupo de Trabalho dentro da Frente Parlamentar Ambientalista voltada para a mudança climática, faria uma consulta aos 304 membros da Frente Parlamentar Ambientalista para que já no mês ou até o mês que vem, até o final de setembro, eventuais sugestões que estejam tramitando pela Casa, não do ponto de vista de Projeto de Lei, mas informações ou colaborações que possam ser agregadas ao trabalho que aqui fazemos e ao Relatório que o Senador Casagrande fará na condição de coordenador do grupo temático de mudança climática, fazemos uma consulta inclusive na pessoa do nosso companheiro também Deputado Sarney Filho para que possamos adensar o trabalho que está sendo feito agora e como dizia o Senador, passar para a agenda positiva que é a construção do nosso Relatório. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, convocando os Srs. Parlamentares para a próxima Audiência Pública que será realizada no Rio de Janeiro na próxima quinta-feira, dia 23, às 09h da manhã no auditório da COP. Centro de Tecnologia. Bloco G, sala 122, na Ilha do Fundão, cidade do Rio de Janeiro. Está encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 10h47.

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 4637 , de 2007

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, tendo em vista o que consta do Processo nº 3104/07-9, e de acordo com o ACÓRDÃO Nº 1348/2007 – TCU – 2ª CÂMARA, Sessão de 29/05/2007, Ata nº 17/2007, RESOLVE conceder a MÁRIO GOMES VIEIRA, matrícula 9031, reversão ao serviço ativo, no cargo de Técnico Legislativo/Processo Industrial Gráfico, Padrão 30, a partir de 27 de agosto de 2007.

Senado Federal, em 11 de setembro de 2007

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 4638 , de 2007

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 26.027/95-0.

RESOLVE alterar o Ato do Diretor-Geral nº 36, de 1996, que aposentou a servidora **ELEONORA RACHEL FALCONI DE CARVALHO**, para tornar sem efeito o ADG 1057/2004 e incluir a vantagem prevista no artigo 1º da Resolução SF nº 74, de 1994, com efeitos financeiros a partir de 1/1/1998.

Senado Federal, em 11 de setembro de 2007.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 4639 *, de 2007*

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 014824/07-8,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea "a", da Lei n.º 8.112/90, com as alterações da EC nº 41, de 31/12/2003 c/c a Lei nº 10.887/04, de 18/06/2004 e até o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral da Previdência Social, acrescida de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite, conceder pensão vitalícia a VILMA DA SILVA VALENTIM, na condição de cônjuge, no percentual de 100% (cem por cento) dessa totalidade, dos proventos que percebia o ex-servidor GERSON VALENTIM, matrícula 30664-ERGON, a partir da data do óbito, 19/08/2007.

Senado Federal, 11 de setembro de 2007.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

Bahia
DEM – Antonio Carlos Júnior* (S)
DEM – César Borges*
PDT – João Durval **

Rio de Janeiro
BLOCO-PRB – Marcelo Crivella*
PMDB – Paulo Duque* (S)
BLOCO-PP – Francisco Dornelles **

Maranhão
DEM – Edison Lobão*
PMDB – Roseana Sarney *
BLOCO-PTB – Epitácio Cafeteira **

Pará
PSOL – José Nery* (S)
PSDB – Flexa Ribeiro*(S)
PSDB – Mário Couto**

Pernambuco
DEM – Marco Maciel*
PSDB – Sérgio Guerra*
PMDB – Jarbas Vasconcelos**

São Paulo
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante*
DEM – Romeu Tuma*
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy**

Minas Gerais
PSDB – Eduardo Azeredo*
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira*(S)
DEM – Eliseu Resende**

Goiás
DEM – Demóstenes Torres *
PSDB – Lúcia Vânia*
PSDB – Marconi Perillo**

Mato Grosso
DEM – Jonas Pinheiro *
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko*

DEM – Jayme Campos **

Rio Grande do Sul
BLOCO-PT – Paulo Paim*
BLOCO-PTB – Sérgio Zambiasi*
PMDB – Pedro Simon**

Ceará
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya*
PSDB – Tasso Jereissati*
BLOCO-PC do B – Inácio Arruda**

Paraíba
DEM – Efraim Morais*
PMDB – José Maranhão*
PSDB – Cícero Lucena **

Espírito Santo
PMDB – Gerson Camata*
BLOCO-PR – Magno Malta*
BLOCO-PSB – Renato Casagrande**

Piauí
DEM – Heráclito Fortes*
PMDB – Mão Santa *
BLOCO-PTB – João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte
PMDB – Garibaldi Alves Filho *
DEM – José Agripino*
DEM – Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina
BLOCO-PT – Ideli Salvatti*
PMDB – Neuto De Conto *(S)

DEM – Raimundo Colombo **

Alagoas
PMDB – Renan Calheiros*
PSDB – João Tenório*(S)
(vago) [1]

Sergipe
PMDB – Almeida Lima*
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares*
DEM – Maria do Carmo Alves **

Amazonas
PSDB – Arthur Virgílio*
PDT – Jefferson Péres*
BLOCO-PT – João Pedro**(S)

Paraná
BLOCO-PT – Flávio Arns*
PDT – Osmar Dias *
PSDB – Alvaro Dias **

Acre
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior*
BLOCO-PT – Sibá Machado*(S)
BLOCO-PT – Tião Viana**

Mato Grosso do Sul
BLOCO-PT – Delcídio Amaral *
PMDB – Valter Pereira*(S)
PSDB – Marisa Serrano**

Distrito Federal
PDT – Cristovam Buarque *
DEM – Adelmir Santana *(S)
PTB – Gim Argello**(S)

Tocantins
BLOCO-PR – João Ribeiro *
PMDB – Leomar Quintanilha*
DEM – Kátia Abreu**

Amapá
PMDB – Gilvam Borges*
PSDB – Papaléo Paes*

PMDB – José Sarney **

Rondônia
BLOCO-PT – Fátima Cleide*
PMDB – Valdir Raupp*
BLOCO-PR – Expedito Júnior**

Roraima
BLOCO-PT – Augusto Botelho*
PMDB – Romero Jucá*

BLOCO-PTB – Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*****: Período 2003/2011 ******: Período 2007/2015

[1] O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29 de agosto, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e vinte dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais – ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2006.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.3.2007)

Titulares	Suplentes
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA [1] (DEM/PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1.César Borges (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Marconi Perillo (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP)	
Flávio Arns (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	
PMDB	
Valdir Raupp	1. Valter Pereira
Wellington Salgado de Oliveira	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha	
PDT	
Jefferson Peres	

[1] De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.

Leitura: 15.3.2007
Designação: 5.6.2007
Instalação:
Prazo Final:

2) Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de 13 Senadores titulares e 8 suplentes, para, no prazo de cento e oitenta dias, apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas aos graves problemas verificados no sistema de controle do tráfego aéreo, bem como nos principais aeroportos do país, evidenciados a partir do acidente aéreo, ocorrido em 29 de setembro de 2006, envolvendo um Boeing 737-800 da Gol e um jato Legacy da American ExcelAire, e que tiveram seu ápice no movimento de paralisação dos controladores de vôo ocorrido em 30 de março de 2007.

(Requerimento nº 401, de 2007)

(13 titulares e 8 suplentes)

Presidente: Senador Tião Viana – (PT-AC)
Vice-Presidente: Senador Renato Casagrande – (PSB-ES)
Relator: Senador Demóstenes Torres – (DEM-GO)

Titulares	Suplentes
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM/PSDB)	
(vago) [3]	1.Raimundo Colombo (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	2.Romeu Tuma (DEM)
José Agripino (DEM)	
Mário Couto (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP)	
Tião Viana (PT)	1. Ideli Salvatti (PT)
Sibá Machado (PT)	2. João Pedro (PT)[2]
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Inácio Arruda (PCdoB)
Renato Casagrande (PSB)	
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Valdir Raupp
Wellington Salgado	
PDT	
(vago)[1]	

[1] O Senador Osmar Dias deixa de compor esta Comissão, a partir de 29.05.2007 (Ofício nº 70/07 – GLPDT).
[2]. O Senador Expedito Júnior foi substituído pelo Senador João Pedro, conforme número 114/2007 – da liderança do Bloco de Apoio do Governo, lido na sessão de 16/05/2007.
[3] Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Leitura: 25.4.2007
Designação: 15.5.2007
Instalação: 17.5.2007
Prazo Final: 26.11.2007

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) Comissão Temporária Externa, composta de três Senadores, com o intuito de avaliar as condições da pista do aeroporto de Congonhas.

(Requerimento nº 50, de 2007, aprovado em 13.2.2007)

Aloizio Mercadante – PT
Eduardo Suplicy – PT
Romeu Tuma – DEM

Leitura: 8.2.2007
Designação: 13.2.2007
Instalação:
Prazo Final:

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Aloizio Mercadante – PT
Vice-Presidente: Senador Eliseu Rezende - DEM

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns – PT
Francisco Dornelles – PP	2. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	3. Ideli Salvatti – PT
Aloizio Mercadante – PT	4. Sibá Machado – PT
Fernando Collor – PTB	5. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande – PSB	6. Inácio Arruda – PC do B
Expedito Júnior – PR	7. Patrícia Saboya – PSB
Serys Slhessarenko – PT	8. Antonio Carlos Valadares – PSB
João Vicente Claudino – PTB	9. João Ribeiro – PR
PMDB	
Romero Jucá	1. Valter Pereira
Valdir Raupp	2. Roseana Sarney
Pedro Simon	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Leomar Quintanilha
Gilvam Borges	5. (vago)
Neuto De Conto	6. Paulo Duque
Garibaldi Alves Filho	7. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana - DEM	1. Jonas Pinheiro - DEM
Edison Lobão - DEM	2. (vago) [1]
Eliseu Resende - DEM	3. Demóstenes Torres - DEM
Jayme Campos - DEM	4. Rosalba Ciarlini - DEM
Kátia Abreu - DEM	5. Marco Maciel - DEM
Raimundo Colombo - DEM	6. Romeu Tuma - DEM
Cícero Lucena – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Eduardo Azeredo – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Marconi Perillo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	10. João Tenório – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

[1] Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Cícero Lucena - PSDB
Vice-Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Antonio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Expedito Júnior – PR	3. João Vicente Claudino – PTB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Mão Santa
Garibaldi Alves Filho	2. Renato Casagrande – PSB[1]
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jayme Campos - DEM	1. Jonas Pinheiro - DEM
Raimundo Colombo - DEM	2. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
(PMDB, PSDB, PDT) [2]	
Cícero Lucena - PSDB	1. vago

[1] Vaga do PMDB cedida ao PSB
[2] Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – PREVIDÊNCIA SOCIAL
(7 titulares e 7 suplentes)

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REFORMA TRIBUTÁRIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senador Neuto De Conto – PMDB
Relator: Senador Francisco Dornelles - PP

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Renato Casagrande – PSB
Francisco Dornelles – PP	2. Ideli Salvatti – PT
PMDB	
Mão Santa	1. vago
Neuto De Conto	2. vago
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Raimundo Colombo - DEM	1. João Tenório – PSDB [2]
Osmar Dias – PDT [1]	2. Cícero Lucena – PSDB [2]
Tasso Jereissati – PSDB	1. Flexa Ribeiro – PSDB

[1] Vaga cedida ao PDT
[2] Vaga cedida ao PSDB

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Delcídio Amaral – PT	1. Francisco Dornelles – PP
Inácio Arruda – PC do B	2. Renato Casagrande – PSB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	2. Valter Pereira
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Kátia Abreu - DEM	1. José Agripino - DEM
Eliseu Resende - DEM	2. Romeu Tuma - DEM
Sérgio Guerra – PSDB	1. Tasso Jereissati – PSDB

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senadora Patrícia Saboya - PSB
Vice-Presidente: Senadora Rosalba Ciarlini – DEM

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Patrícia Saboya – PSB	1.Fátima Cleide – PT
Flávio Arns –PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Augusto Botelho – PT	3. Expedito Júnior – PR
Paulo Paim – PT	4. Fernando Collor – PTB
Marcelo Crivella – PRB	5. Antonio Carlos Valadares – PSB
Inácio Arruda – PC do B	6. Ideli Salvatti – PT
João Pedro - PT	7. Magno Malta - PR
	8. (vago)
PMDB	
Romero Jucá	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Valter Pereira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Neuto De Conto
Wellington Salgado de Oliveira	5. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Jayme Campos – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Kátia Abreu – DEM	3. Raimundo Colombo – DEM
Rosalba Ciarlini – DEM	4. Romeu Tuma – DEM
Eduardo Azeredo – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. Marisa Serrano – PSDB
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque
PSOL	
José Nery	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)
Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. Flávio Arns – PT
Marcelo Crivella - PRB	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Jayme Campos– DEM	2. Kátia Abreu - DEM

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)
Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Fátima Cleide - PT
Paulo Paim - PT	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Papaléo Paes – PSDB
Rosalba Ciarlini – DEM	2. Marisa Serrano - PSDB

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.
(5 titulares e 5 suplentes)
Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. (vago)
DEM ou PDT	
João Durval - PDT	1. Adelmir Santana - DEM
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Papaléo Paes – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Rosalba Ciarlini – DEM	2. Kátia Abreu - DEM

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: (vago) [1]
Vice-Presidente: Senador Valter Pereira - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Paulo Paim - PT
Sibá Machado – PT	2. Ideli Salvatti - PT
Eduardo Suplicy – PT	3. Patrícia Saboya - PSB
Aloizio Mercadante – PT	4. Inácio Arruda – PC do B
Epitácio Cafeteira - PTB	5. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	6. Magno Malta - PR
Antonio Carlos Valadares - PSB	
PMDB	
Pedro Simon	1. Roseana Sarney
Valdir Raupp	2. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	3. Leomar Quintanilha
Jarbas Vasconcelos	4. Paulo Duque
Valter Pereira	5. José Maranhão
Gilvam Borges	6. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana – DEM	1. Eliseu Resende – DEM
(vago) [1]	2. Jayme Campos – DEM
Demóstenes Torres – DEM	3. José Agripino – DEM
Edison Lobão – DEM	4. Kátia Abreu – DEM
Romeu Tuma – DEM	5. Maria do Carmo Alves – DEM
Arthur Virgílio - PSDB	6. Flexa Ribeiro - PSDB
Eduardo Azeredo - PSDB	7. João Tenório - PSDB
Lúcia Vânia - PSDB	8. Marconi Perillo - PSDB
Tasso Jereissati - PSDB	9. Mário Couto - PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

[1] Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO – IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES
(5 titulares)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Gilvam Borges – PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Patrícia Saboya - PSB
Augusto Botelho - PT	2. João Pedro - PT
Fátima Cleide - PT	3. Aloizio Mercadante - PT
Paulo Paim - PT	4. Antonio Carlos Valadares - PSB
Ideli Salvatti - PT	5. Francisco Dornelles - PP
Inácio Arruda – PC do B	6. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande - PSB	7. João Vicente Claudino – PTB
Sérgio Zambiasi - PTB	8. Magno Malta – PR
João Ribeiro - PR	9. (vago)
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Leomar Quintanilha
Mão Santa	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Valter Pereira
Paulo Duque	5. Jarbas Vasconcelos
Geraldo Mesquita Júnior	6. (vago)
(vago)	7. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Edison Lobão - DEM	1. Adelmir Santana - DEM
Heráclito Fortes - DEM	2. Demóstenes Torres - DEM
Maria do Carmo Alves - DEM	3. Jonas Pinheiro - DEM
Marco Maciel - DEM	4. José Agripino - DEM
Raimundo Colombo - DEM	5. Kátia Abreu - DEM
Rosalba Ciarlini - DEM	6. Romeu Tuma - DEM
Marconi Perillo - PSDB	7. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano - PSDB	8. Eduardo Azeredo - PSDB
Papaléo Paes - PSDB	9. (vago) [1]
Flexa Ribeiro- PSDB	10. Lúcia Vânia - PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

[1] Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Presidente: Senador Demóstenes Torres - DEM
Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano - PSDB

(12 titulares e 12 suplentes)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. (vago)
Flávio Arns - PT	2. (vago)
Sérgio Zambiasi - PTB	3. Magno Malta - PR
PMDB	
Geraldo Mesquita Júnior	1. Valdir Raupp
Valter Pereira	2. (vago)
Paulo Duque	3. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres - DEM	1. Maria do Carmo Alves - DEM
Romeu Tuma - DEM	2. Marco Maciel - DEM
Rosalba Ciarlini - DEM	3. Raimundo Colombo - DEM
Marisa Serrano - PSDB	4. Eduardo Azeredo - PSDB
Marconi Perillo - PSDB	5. Flexa Ribeiro- PSDB
PDT	
Francisco Dornelles - PP	1. Cristovam Buarque

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha- PMDB
Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Sibá Machado – PT	2. Augusto Botelho –PT
Fátima Cleide – PT	3. Serys Slhessarenko – PT
João Ribeiro – PR	4. Inácio Arruda – PC do B
Fernando Collor – PTB	5. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Gilvam Borges
Valdir Raupp	3. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	4. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Eliseu Resende – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Heráclito Fortes – DEM	2. César Borges – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	3. Edison Lobão – DEM
José Agripino – DEM	4. Raimundo Colombo – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – AQUECIMENTO GLOBAL
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Renato Casagrande- PSB
Vice-Presidente: Senador Marconi Perillo – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Inácio Arruda – PC do B	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
	1. Adelmir Santana – DEM
Marconi Perillo – PSDB	2. Marisa Serrano – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Cícero Lucena- PSDB
Vice-Presidente: Senador João Ribeiro – PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
João Ribeiro – PR	1. Inácio Arruda – PC do B
Serys Slhessarenko – PT	2. Augusto Botelho –PT
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jonas Pinheiro – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Marisa Serrano – PSDB

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim- PT
Vice-Presidente: Senador Cícero Lucena – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko- PT
Fátima Cleide – PT	2. Eduardo Suplicy – PT
Paulo Paim – PT	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya – PSB	4. Sibá Machado - PT
Inácio Arruda – PC do B	5. Ideli Salvatti- PT
	6. Marcelo Crivella - PRB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Mão Santa
Geraldo Mesquita Júnior	2. Romero Jucá
Paulo Duque	3. (vago)
Wellington Salgado de Oliveira	4. Valter Pereira
Gilvam Borges	5. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
César Borges – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Eliseu Resende – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Romeu Tuma – DEM	3. Jayme Campos – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	4. Maria do Carmo Alves – DEM
Arthur Virgílio – PSDB	5. Mário Couto – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	6. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) [1]	7. Papaléo Paes
PDT	
Cristovam Buarque	1. (vago)
PSOL	
José Nery	

[1] Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: scomcdh@senado.gov.br.

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim – PT	1. Flávio Arns – PT
Serys Slhessarenko- PT	2. Sibá Machado - PT
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Gilvam Borges
Geraldo Mesquita Júnior	2. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – DEM	1. (vago)
Heráclito Fortes – DEM	2. (vago)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Papaléo Paes – PSDB

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO TRABALHO ESCRAVO
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador José Nery - PSOL
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda – PCdoB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns - PT
	2. Patrícia Saboya – PSB .
PMDB	
Inácio Arruda – PcdoB	1. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Lúcia Vânia – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
PSOL	
José Nery	

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente – Senador Heráclito Fortes - DEM
Vice-Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Inácio Arruda – PC do B
Marcelo Crivella – PRB	2. Aloizio Mercadante – PT
Fernando Collor – PTB	3. Augusto Botelho – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	4. Serys Slhessarenko – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	5. Fátima Cleide – PT
João Ribeiro – PR	6. Francisco Dornelles – PP
PMDB	
Pedro Simon	1. Valdir Raupp
Mão Santa	2. Leomar Quintanilha
(vago)	3. Wellington Salgado de Oliveira
Jarbas Vasconcelos	4. Gilvam Borges
Paulo Duque	5. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Heráclito Fortes – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Marco Maciel – DEM	2. César Borges – DEM
Maria do Carmo Alves – DEM	3. Kátia Abreu – DEM
Romeu Tuma – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Arthur Virgílio – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. (vago)[1]
João Tenório – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

[1] Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas–feiras às 10:00 horas.
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR
(7 titulares e 7 suplentes)

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)
Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti - PTB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	2. Fátima Cleide - PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	2. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Marco Maciel – DEM
Flexa Ribeiro - PSDB	2. Arthur Virgílio – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Cristovam Buarque

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS
(7 titulares e 7 suplentes)
Presidente: Senador Fernando Collor - PTB
Vice-Presidente: Senador João Ribeiro - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Inácio Arruda – PC do B
João Ribeiro - PR	2. Augusto Botelho - PT
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
(vago)	2. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Rosalba Ciarlini – DEM
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS
(5 titulares e 5 suplentes)
Presidente: Senador Romeu Tuma - DEM
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Marcelo Crivella – PRB
PMDB	
Paulo Duque	1. Pedro Simon
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Marco Maciel – DEM
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Flexa Ribeiro – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1.

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente - Senador Marconi Perillo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Delcídio Amaral - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Flávio Arns– PT
Delcídio Amaral– PT	2. Fátima Cleide– PT
Ideli Salvatti– PT	3. Aloizio Mercadante– PT
Francisco Dornelles– PP	4. João Ribeiro– PR
Inácio Arruda– PC do B	5. Augusto Botelho – PT
Fernando Collor– PTB	6. João Vicente Claudino – PTB
Expedito Júnior– PR	7. Renato Casagrande– PSB
PMDB	
Romero Jucá	1. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	2. José Maranhão
Leomar Quintanilha	3. Gilvam Borges
(vago)	4. Neuto De Conto
Valter Pereira	5. Geraldo Mesquita Júnior
Wellington Salgado de Oliveira	6. Pedro Simon
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana – DEM	1. Demóstenes Torres – DEM
Eliseu Resende – DEM	2. Marco Maciel – DEM
Jayme Campos – DEM	3. Jonas Pinheiro – DEM
Heráclito Fortes – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Raimundo Colombo – DEM	5. Romeu Tuma – DEM
João Tenório – PSDB	6. Cícero Lucena – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Mário Couto – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
João Durval	1. (vago)

Secretária: Dulcídia Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail : scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC
(7 titulares e 7 suplentes)

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente - Senadora Lúcia Vânia - PSDB
Vice-Presidente – Senador Jonas Pinheiro - DEM

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fátima Cleide – PT	1. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya – PSB	2. Expedito Júnior – PR
João Pedro - PT	3. Inácio Arruda – PC do B
João Vicente Claudino – PTB	4. Antonio Carlos Valadares – PSB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	
PMDB	
José Maranhão	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Wellington Salgado de Oliveira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valter Pereira	4. Valdir Raupp
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	2. Jayme Campos – DEM
Marco Maciel – DEM	3. Kátia Abreu – DEM
Rosalba Ciarlini – DEM	4. Maria do Carmo Alves – DEM
Lúcia Vânia – PSDB	5. Tasso Jereissati – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. João Tenório – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Neuto De Conto - PMDB
Vice-Presidente - Senador Expedito Júnior - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	3. João Ribeiro – PR
Expedito Júnior – PR	4.Augusto Botelho - PT
João Pedro – PT	5. José Nery – PSOL
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Valdir Raupp
Leomar Quintanilha	2. Romero Jucá
Pedro Simon	3. Valter Pereira
Neuto De Conto	4. Mão Santa
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Heráclito Fortes – DEM	1. Edison Lobão – DEM
César Borges – DEM	2. Eliseu Resende – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	3. Raimundo Colombo – DEM
Kátia Abreu – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Marconi Perillo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. João Tenório – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente – Senador João Tenório - PSDB
Vice-Presidente - Senador Sibá Machado - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	2. João Ribeiro – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Valdir Raupp
Neuto De Conto	2. Mão Santa
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jonas Pinheiro – DEM	1. Raimundo Colombo – DEM – DEM
	2. Rosalba Ciarlini – DEM – DEM
João Tenório – PSDB	3. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano – PSDB	

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Wellington Salgado de Oliveira - PMDB
Vice-Presidente – Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Expedito Júnior – PR
Augusto Botelho – PT	2. Flávio Arns – PT
Renato Casagrande – PSB	3. João Ribeiro – PR
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Francisco Dornelles – PP
Ideli Salvatti – PT	5. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Garibaldi Alves Filho
Gilvam Borges	3. Mão Santa
Valter Pereira	4. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Eliseu Resende – DEM
Romeu Tuma – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Maria do Carmo Alves – DEM	3. Marco Maciel – DEM
José Agripino – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
João Tenório – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Marconi Perillo – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
(vago)	1. (vago)

Secretária: Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: Quartas-Feiras às 8:45 horas
Telefone: 3311-1120 Fax: 3311-2025
E – Mail: scomcct@senado.gov.br.

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Renato Casagrande - PSB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Renato Casagrande – PSB	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Heráclito Fortes – DEM
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Cícero Lucena – PSDB

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA O ESTUDO, ACOMPANHAMENTO E APOIO AO DESENVOLVIMENTO DOS PÓLOS TECNOLÓGICOS

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente –
Vice-Presidente –

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Francisco Dornelles – PP
Augusto Botelho – PT	2. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Rosalba Ciarlini – DEM
Cícero Lucena – PSDB	2. Eduardo Azeredo – PSDB

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 06/03/2007)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995
2ª Eleição Geral: 30.06.1999
3ª Eleição Geral: 27.06.2001
4ª Eleição Geral: 13.03.2003
5ª Eleição Geral: 23.11.2005
6ª Eleição Geral: 06.03.2007

Presidente: Senador Leomar Quintanilha [8]
Vice-Presidente: Senador Adelmir Santana [3]

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB)					
Titulares	**UF**	Ramal	**Suplentes**	**UF**	**Ramal**
Augusto Botelho (PT)	RR	2041	1. João Pedro (PT)[2]	AM	1166
(vago)			2. Fátima Cleide (PT) [5]	RO	2391
Renato Casagrande (PSB)	ES	1129	3. Ideli Salvatti (PT)[2]	SC	2171
Epitácio Cafeteira (PTB)[1]	MA	1402	4. (vago)		
Eduardo Suplicy (PT)	SP	3213	5. (vago)		
PMDB					
Wellington Salgado de Oliveira	MG	2244	1. Valdir Raupp	RO	2252
Almeida Lima [4]	SE	1312	2. Gerson Camata	ES	3235
Gilvam Borges	AP	1713	3. Romero Jucá	RR	2112
Leomar Quintanilha	TO	2073	4. José Maranhão	PB	1891
DEM					
Demóstenes Torres	GO	2091	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Heráclito Fortes	PI	2131	2. César Borges	BA	2212
Adelmir Santana	DF	4702	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
PSDB					
Marconi Perillo	GO	1961	1. Arthur Virgílio [6, 9]	AM	1413
Marisa Serrano [7, 10]	MS	3016	2. Sérgio Guerra	PE	2382
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. (vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (DEM/SP)					2051

(Atualizada em 4.7.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

[1] Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão.
[2] Eleitos na Sessão de 29.5.2007.
[3] Eleito em 30.5.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP.
[4] Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007.
[5] Eleita na Sessão de 27.6.2007.
[6] Eleito na Sessão de 27.6.2007, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Marisa Serrano, que renunciou em 27.6.2007.
[7] Eleita na Sessão de 27.6.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Arthur Virgílio, que renunciou em 27.6.2007.
[8] Eleito em 27.6.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP.
[9]. Eleito na Sessão de 4.7.2007, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Marisa Serrano, que renunciou em 4.7.2007.
[10]. Eleita na Sessão de 4.7.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Arthur Virgílio, que renunciou em 4.7.2007.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma[1](DEM-SP)	Corregedor
(Vago)	1º Corregedor Substituto
(Vago)	2º Corregedor Substituto
(Vago)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 6.3.2007)

Notas:

[1] Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

(Vago)[1]	
Demóstenes Torres[2] (DEM-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias[2 4 5]	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide[3] (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo

Atualizado em 1º.2.2007

Notas:

[1] Vaga ocupada pelo Senador Ramez Tebet, falecido em 17.11.2006.

[2] Em 29.3.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 031/2005, das indicações dos Senadores Demóstenes Torres e Álvaro Dias.

[3] Em 17.5.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 285/2005, da indicação da Senadora Fátima Cleide.

[4] O Senador Alvaro Dias licenciou-se do exercício do mandato a partir de 26 de março de 2007, pelo prazo de 121 dias, de acordo com o Requerimento nº 258, de 2007.

[5] O Senador Alvaro Dias retornou ao exercício do mandato em 31 de julho de 2007.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral: 03.12.2001
2ª Designação Geral: 26.02.2003
3º Designação Geral: 03.04.2007

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko[1]
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda[1]

PMDB
Senadora Roseana Sarney (MA)
DEM
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PR
(vago)
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PSB
Senadora Patrícia Saboya (CE)
PC do B
Senador Inácio Arruda (CE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PP
(vago)
PSOL
(vago)

(Atualizada em 21.06.2007)

[1]. Eleitos em 21.06.2007

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	**PRESIDENTE** Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	**1º VICE-PRESIDENTE** Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	**2º VICE-PRESIDENTE** Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	**1º SECRETÁRIO** Senador Efraim Morais (DEM-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	**2º SECRETÁRIO** Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)	**3º SECRETÁRIO** Senador César Borges (DEM-BA)
4º SECRETÁRIO Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	**4º SECRETÁRIO** Senador Magno Malta (PR-ES)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	**LÍDER DA MAIORIA**
LÍDER DA MINORIA Deputado André de Paula (DEM-PE)	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA** Senador Marco Maciel (DEM-PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Vieira da Cunha (PDT-RS)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 21.8.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho[1]

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO[2]	EMANUEL SOARES CARNEIRO[2]
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO[2]
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE[2]
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT[2]	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER[3]	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA[2]	STEPAN NERCESSIAN[2]
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS[2]	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO[2]
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO[2]	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ[2]
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

[1] Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.
[2] Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.
[3] Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA[4]

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)[5]

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

---

[4] Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).
[5] Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)[2]
Vice-Presidente: Deputado George Hilton (PP-MG)[2]
Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz (PSDB – RS)[2]

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMANN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. GERVÁSIO SILVA (DEM/SC)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. (Vago)[1]
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 05.09.2007)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul

[1] Vago em virtude do falecimento do Deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), ocorrido em 17.07.2007.
[2] Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

V:\SGM\SSCLSF\Comissão Mercosul\2007 – Composição em 05-09.doc

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA	**LÍDER DA MAIORIA**
LÍDER DA MINORIA	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA** DEMÓSTENES TORRES DEM-GO
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL VIEIRA DA CUNHA PDT-RS	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 7.5.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

EDIÇÃO DE HOJE: 386 PÁGINAS